REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JULHO-SETEMBRO DE 1942

ARTIGOS

O CLIMA DA AMAZÔNIA,
pelo Prof. J. C. JUNQUEIRA SCHMIDT, da Comissão de Redação da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA 465

FRONTEIRAS AMAZÔNICAS,
pelo Tte.-cel. J. DE LIMA FIGUEIREDO, da Comissão de Redação da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA 501

TRANSPORTES NA AMAZÔNIA,
pelo Eng. MOACIR M. F. SILVA, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia ... 545

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

SILVA COUTINHO 575
JULES NICOLAS CREVAUX 576

COMENTÁRIOS

"BLOCOS DIAGRAMAS",
do Prof. DELGADO DE CARVALHO, comentado pelo Prof. S. FRÓIS ABREU 579

"LATIN AMERICA",
do Prof. PRESTON JAMES, comentado pelo Prof. JORGE ZARUR 587

"ECONOMIC GEOGRAPHY",
do Prof. CLARENCE F. JONES, comentado pelo Prof. SAMPAIO FERRAZ 601

"GEOGRAPHY IN AMERICAN UNIVERSITIES",
do Prof. RAFAEL PICÓ, comentado pelo Prof. FRANCIS RUELLAN 603

INTERPRETAÇÃO RACIONAL DE ALGUNS TÊRMOS USADOS NA NOMENCLATURA DA DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL
pela Redação 604

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

VAQUEIRO DO RIO BRANCO 607
CAMPOS DO RIO BRANCO 609

NOTICIÁRIO

"BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA 611
INAUGURAÇÃO OFICIAL DE GOIÂNIA 619
V SESSÃO ORDINÁRIA DE ASSEMBLÉIA GERAL DOS CONSELHOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA 634
BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA 644
CURSO DE CARTOGRAFIA DO C.N.G. DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS DAS REPARTIÇÕES ESTADUAIS 646
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E CADASTRO DO ESTADO DE GOIAZ 652
X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA 652
ESCLARECIMENTOS ACÊRCA DA SERRA DO MAR NA REGIÃO CATARINENSE 657
III CONVENÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS 659
I CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SERGIPE 665
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS 665
CÍRCULO DE ESTUDOS MUNICIPAIS 668
MISSÃO FLORNOY 669
AFONSO DE GUAÍRA HEBERLE 669
ENGENHEIRO F. E. MAGARINOS TORRES 672
RAIMUNDO PROENÇA 672
BRONISLAW KASPER MALINOWSKI 673
MALINOWSKI E O MÉTODO FUNCIONALISTA DA CULTURA,
pelo Prof. ARTUR RAMOS 673
PROF. MARCELLIN BOULE 677

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA AMAZÔNICA EXISTENTE NA SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO S.G.E.F., DO C.N.G. (continuação)
a) Biblioteca 679
b) Hemeroteca 685
c) Arquivo corográfico 695

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano IV | JULHO-SETEMBRO, 1942 | N.º 3

O CLIMA DA AMAZÔNIA

Prof. *José Carlos Junqueira Schmidt*

Dentre as grandes regiões naturais da terra, a Amazônia destaca-se não somente por estar, tôda ela, situada ao longo do equador, mas também pela amplidão e grandiosidade do seu quadro natural. Mantendo-se quase ao nível do mar em tôda a sua extensão, essa imensa planície ainda lembra o antigo oceano que foi, até no aspecto do manto vegetal denso e contínuo que a recobre. A paisagem, sempre igual, recua indefinidamente aos olhos do viajante que sobe o Rio Mar e reflete a quase constante uniformidade do meio físico. Só muito além, surge bruscamente a elevada cadeia andina, onde nasce o majestoso rio e que, servindo de anteparo aos ventos provenientes do mar que penetram livremente na sua bacia, constitue verdadeira barreira climática. De elevações muito mais suaves, extensas e antigas correm para o Amazonas afluentes de norte para sul e de sul para norte, com o qual estes formam a maior rêde hidrográfica do mundo. E, para alimentar todos êsses caudais, o sol evapora a cada minuto vários milhões de metros cúbicos dágua do Atlântico, que os alísios transportam incansavelmente para aquela incomensurável bacia.

O estudo do seu clima, apresenta hoje, mais do que nunca, particular interêsse, dada a crescente importância econômica da região que ela abrange e fertiliza. É preciso, pois, trazer em dia os elementos informativos que lhe dizem respeito, maximamente no que tange aos agentes climáticos, de que tanto depende o êxito do esfôrço humano que lá se aplique.

Na contribuição que o presente tentame possa trazer à atualização dos conhecimentos sôbre o clima da Amazônia consiste o nosso modesto objetivo.

CONCEITO DE CLIMA

A temperatura constitue um elemento tão importante na determinação dos climas, que os antigos geógrafos e astrônomos gregos já se tinham baseado, unicamente, na inclinação dos raios solares e no *quantum* de radiação solar, para diferenciar os diversos tipos de clima. Assim é que dividiram as regiões compreendidas entre o equador e os círculos polares em um certo número de zonas climáticas, limitadas por paralelos. Êsses paralelos foram determinados de acôrdo com o seguinte

critério: ao caminhar-se do equador no sentido dos polos, tôda vez que o dia de maior duração do ano apresentasse um aumento de meia hora estava fixada uma nova zona climática. As faixas climáticas que resultaram dessa divisão variavam grandemente. Eram muito largas na região dos trópicos (7° 30' para a primeira) e muito estreitas nas proximidades dos círculos polares (1' para a última). Embora por demais teórica, essa divisão dos climas foi completada mais tarde para as regiões polares. Cada faixa, nessas regiões, correspondia ao aumento de um mês na insolação. Ao todo, existiam 30 zonas climáticas para cada hemisfério, e a noção de clima estava assim ligada simplesmente à latitude ou à inclinação dos raios solares. A inclinação dos raios solares, em relação ao horizonte de cada lugar, de primordial importância na determinação dos climas, parece ter dado origem à palavra *Klima,* inclinação, do grego *Klinein*, inclinar. E, à divisão dos climas, assim concebida, deu-se a denominação de *clima solar* ou divisão *astronômica* dos climas.

Outra divisão, mais sintética, dos climas, mas também baseada somente na temperatura, consiste em dividir a terra em regiões: a) sem estação fria (dos trópicos ou das baixas latitudes), b) sem estação quente (polares ou das altas latitudes) e c) com uma estação quente e outra fria (intermediárias ou das latitudes médias).

Apesar de incompletas, essas classificações são tão práticas, que ainda são utilizadas por autores modernos, o que é até certo ponto justificável, visto como as classificações modernas são relativamente recentes e teem sofrido constantes alterações. Na verdade, o primeiro estudo de conjunto da distribuição da temperatura na terra foi realizado por AEPINUS, em 1716, em seu trabalho *De distributione caloris per tellurem*. Ora, sem estudos dessa natureza, não podiam, nem os antigos, nem os modernos, aquilatar da influência que podiam exercer os continentes e os mares, as correntes marinhas, a orografia e outros fatores, na distribuição da temperatura. Consta que STRABÃO já teria feito observações nesse sentido, mas, não possuindo dados meteorológicos em número suficiente, não lhe foi naturalmente possível estabelecer o valor e a extensão de tais influências.

O fato é que, durante longo tempo, a noção de clima permaneceu simples e a sua definição se prendia unicamente à inclinação dos raios solares.

Embora as primeiras observações meteorológicas datem de 500 anos A. C. e o primeiro manual de meteorologia *Meteorologika*, escrito por ARISTÓTELES e baseado em um certo número de observações, aparecesse cêrca de 350 anos A. C., somente depois das viagens realizadas pelos grandes navegadores foi que se pôde começar a reunir observações meteorológicas de tôdas as regiões da terra e a fazer estudos comparativos. Assim, após a primeira tentativa de AEPINUS, ressalta MAHLMANN, em 1839, a necessidade de serem feitas observações climatológicas simultâneas e durante um mesmo período, afim de permitir o estudo comparativo dos climas. Em 1851, DOVE publica as primeiras isoanomalias da

temperatura e, em 1856, aparece o trabalho de MEECH sôbre a distribuição do calor e da luz do sol nas diversas latitudes. GRISEBACH publica em 1872, um trabalho sôbre a ordem a que obedece a distribuição da vegetação e, em 1882, vem à luz o primeiro mapa, organizado por VON LOOMIS, representando a distribuição das chuvas no globo. CURTIS, em 1893, põe em evidência, as três origens principais da chuva: convectiva, orográfica e ciclônica. Sucedem-se, assim, com uma rapidez crescente, os estudos dessa natureza e, com êles, a noção de clima vai-se tornando cada vez mais complexa porque, na realidade, o clima depende de fatores geográficos, que variam de lugar para lugar, e de elementos meteorológicos, que se modificam a cada instante.

AGENTES CLIMÁTICOS

Os principais agentes do clima são de duas naturezas: fatores geográficos e elementos meteorológicos.

Os fatores geográficos mais importantes são:

1.º) *a latitude,* que influe principalmente na distribuição da temperatura na terra;
2.º) *a disposição dos continentes e dos mares,* que alteram profundamente a distribuição da temperatura no globo e, portanto, o regime das pressões e dos ventos;
3.º) *a altitude,* com a qual os elementos meteorológicos variam rapidamente;
4.º) *a orientação das cadeias de montanha,* que modifica consideravelmente o regime dos ventos e consequentemente o das chuvas;
5.º) *a inclinação e a natureza do solo,* que influem na distribuição da temperatura, das chuvas e da vegetação;
6.º) *a continentalidade,* que aumenta a amplitude das temperaturas e modifica o regime dos ventos e das chuvas;
7.º) *as correntes marinhas,* que alteram a distribuição das temperaturas e das chuvas.

Quanto aos elementos meteorológicos, convém notar que, para caracterizar-se o clima de uma região, não se deve levar em conta somente os valores médios ou normais de uma longa série de observações de um ou dois elementos, como a temperatura ou a precipitação, mas ainda de outros elementos que teem influência sôbre o clima.

Entre estes, encontram-se a radiação solar, a umidade relativa, o regime das pressões e dos ventos, a nebulosidade, a evaporação, etc.

Atuam igualmente sôbre o clima os grandes centros semipermanentes de altas ou baixas pressões, o deslocamento das massas de ar, dos núcleos de variação de pressão e das perturbações atmosféricas que a estes acompanham. A influência dêsses fatores pode ser estudada pelo exame diário das cartas sinóticas.

CLASSIFICAÇÃO DOS CLIMAS

Tendo-se tornado complexo o conceito de clima, era natural que aparecessem inúmeras classificações para ordenar a grande variedade de tipos que o clima apresenta nas diversas regiões da terra. Basearam-se as classificações, ora na vegetação, ora em um ou mais elementos meteorológicos, ora na relação que existe entre estes e aquela. Os elementos meteorológicos vinham sendo estudados principalmente através dos seus valores médios, em consequência da definição geralmente aceita para o clima, então considerado "o conjunto dos fenômenos meteorológicos que caracterizam o *estado médio* da atmosfera em um determinado lugar da superfície terrestre". A climatologia moderna, entretanto, tende a utilizar como básicos na diferenciação dos diversos tipos de clima, não somente os valores médios, mas ainda as variações que melhor caracterizam os principais elementos meteorológicos, como a amplitude anual, a amplitude diária, a coincidência ou não dos valores extremos, etc., procurando determinar com a maior precisão possível a correlação que existe entre essas variações e os aspectos naturais da vegetação e do solo. Também a climatologia dinâmica vem, com o estudo mais acurado da circulação aérea, contribuindo grandemente para esclarecer a feição peculiar de certos climas.

Dentre as classificações modernas que se basearam tanto na vegetação, quanto nos principais elementos meteorológicos, considerando a vegetação como sendo o espelho do clima, encontra-se o sistema do eminente cientista austríaco WLADIMIR KÖPPEN, publicado pela primeira vez no comêço dêste século. Êsse sistema, por alguns criticado como demasiado empírico e por outros, como excessivamente rígido, foi, após sucessivas modificações, aceito como a melhor classificação pelos maiores centros de cultura do mundo moderno. As últimas alterações foram pelo autor publicadas em 1936, no volume I, Parte C, do *Handbuch der Klimatologie,* sob o título: "Das geographische System der Klimate".

Vem em apoio da afirmação que acabamos de fazer o estudo recentemente feito pelo professor EDWARD A. ACKERMAN, da Universidade de Harvard, publicado na *Geographical Review*, Janeiro de 1941, no qual examina êle minuciosamente a aplicação da classificação de KÖPPEN aos climas da América do Norte, nela introduzindo, além de outras de menor importância, a seguinte modificação: a isoterma de —3°C do mês mais frio — que dividia os climas úmidos mesotérmicos dos climas úmidos microtérmicos — foi, para os Estados Unidos da América do Norte, substituída pela linha isotérmica de 0°C de Janeiro, por melhor corresponder àquele limite entre os dois climas.

O professor ACKERMAN adota a classificação de KÖPPEN com as mencionadas modificações e, baseado nela, organizou um novo mapa dos diversos tipos de clima da América do Norte, para o que se valeu dos novos dados meteorológicos coligidos nesse país. Tal adoção, que

não se fez sem a devida crítica, na qual o autor do novo mapa reconhece as deficiências que a referida classificação ainda encerra, assim a justifica êle:

> *"It is significant that almost all the work done on climatic classification has been directed toward revision and refinement of* KÖPPEN'S *system.* THORNWAITE'S *effort has been the only notable attempt at an entirely new classification since* HETTNER *and* SUPAN, *and even it is built on the ideas that* KÖPPEN *has set forth."*

Diz ainda:

> *"Although the only serious competitor of the* KÖPPEN *system,* THORNTHWAITE'S *classification, corrects one deficiency, it is just as empirical as* KÖPPEN'S *at critical points, and much more complicated".*

E conclue o seu trabalho com as seguintes palavras:

> *"If it is still held that the use of the January 0°C isotherm is an unwarranted departure from, and needless complication of, the literature on the* KÖPPEN'S *system, it may be pointed out that, as the original purpose of the system was the establishment of a quantitative classification that conformed as closely as possible to the facts of the landscape, a regional change in criteria that makes the classification more expressive adhere more to its spirit.*
>
> *When adequate statistics on evaporation have been compiled, when the relation of plant distribution to moisture, light, temperature extremes, and temperature optima is known, and when the processes of erosion are fully understood, a purely quantitative classification can be devised. Meanwhile it is best to regard the* KÖPPEN *system as a pliable form — to be made as expressive as possible".*

Verifica-se, assim, que no momento atual, o professor ACKERMAN acha preferível adotar a classificação de KÖPPEN e considerá-la como um sistema flexível, nela introduzindo as alterações que se tornarem necessárias, afim de melhor traduzir as condições climáticas realmente existentes nas regiões em que fôr aplicada. A essa mesma conclusão já tinham chegado eminentes professores, que fizeram figurar nos seus manuais de ensino a classificação de KÖPPEN. Entre êles destacamos: PRESTON E. JAMES *in An Outline of Geography,* Chicago, 1935; GLENN T. TREWARTHA *in An Introduction to Weather and Climate,* New York, 1937; e SVERRE PETERSSEN *in Introduction to Meteorology,* New York, 1941.

De acôrdo com as considerações que acabamos de fazer, vamos proceder ao estudo do clima da Amazônia de conformidade com o critério acima mencionado. Assim sendo, e estando pouco divulgado entre nós o referido sistema, achamos de bom alvitre aquí sintetizá-lo.

CLASSIFICAÇÃO DE KÖPPEN

KÖPPEN dividiu os diversos tipos de clima em cinco grupos que correspondem a cinco das mais importantes associações vegetais. Os grupos climáticos são designados pelas letras maiúsculas A, B, C, D e E, com as seguintes significações:

A — climas úmidos tropicais, sem estação fria e com a temperatura média do mês menos quente acima de 18°C;

B — climas secos, onde a evaporação é maior que a precipitação;

C — climas úmidos das latitudes médias, com invernos brandos e a temperatura média do mês mais frio entre —3°C e 18°C;

D — climas úmidos das latitudes médias, com invernos rigorosos e a temperatura média do mês mais quente acima de 10°C e do mês mais frio abaixo de —3°C;

E — climas glaciais das regiões polares, sem estação quente e com a temperatura média do mês menos frio abaixo de 10°C.

Êsses cinco grupos abrangem 11 tipos de clima mais importantes, com várias sub-divisões, que se acham distribuídas da seguinte maneira:

GRUPOS	TIPOS DE CLIMA		LATITUDES
A (Climas úmidos tropicais)	1. Florestas tropicais	Af, constantemente úmido Am, chuvas do tipo monção	Baixas
	2 Savanas tropicais	Aw, verão úmido, inverno sêco	
B (Climas secos)	3. Estepes	BSh, semiárido quente BSk, semiárido frio	Baixas e Médias
	4. Desertos	BWh, árido quente BWk, árido frio	
C (Climas úmidos mesotérmicos)	5. Quente, inverno sêco, Cw (monção e savanas das regiões montanhosas)		Médias
	6. Quente, verão sêco, Cs (mediterrâneo)		
	7. Temperado úmido, Cf		
D (Climas úmidos microtérmicos)	8. Frio, inverno úmido, Df		Médias e Altas
	9. Frio, inverno sêco, Dw (tipo monção)		
E (Climas das regiões polares)	10. Tundras, ET		Altas
	11. Gelos eternos, EF		

A distribuição geográfica dêsses 11 tipos de clima obedece a uma certa ordem em relação aos continentes. Afim de facilitar a compreensão da referida distribuição, organizamos, de acôrdo com os autores já citados, um esquema mostrando a disposição daqueles climas sôbre um continente ideal de superfície uniforme e pouco elevada (fig. 1).

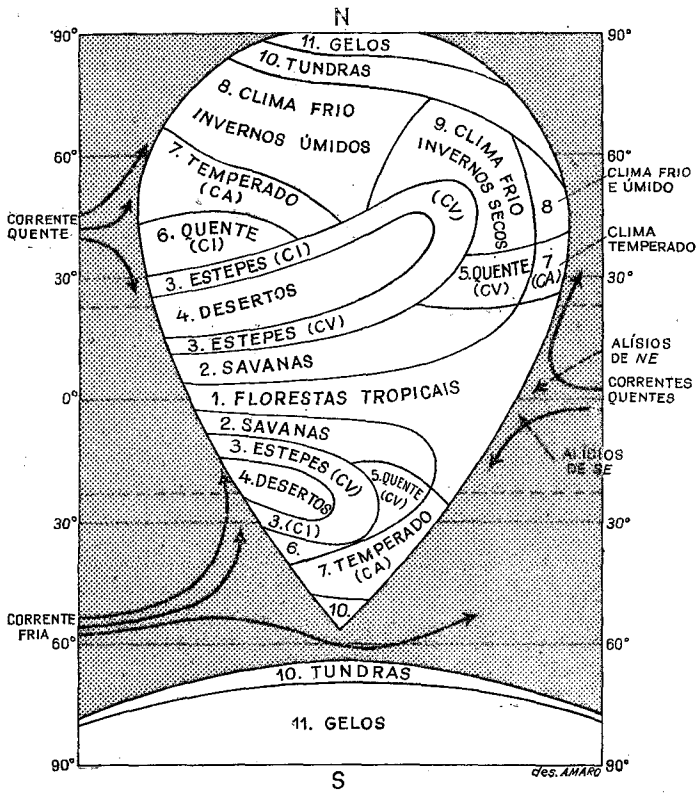


Fig. 1

CI : *chuvas de inverno*
CV : *chuvas de verão*
CA : *chuvas em tôdas as épocas do ano*

Como se vê na fig. 1, as florestas tropicais, em que se incluem as florestas equatoriais, ocupam uma faixa em tôrno do equador, a qual varia entre 20 e 40°. Devido, porém, à influência dos alísios de NE e SE, que sopram do mar para o interior dos continentes e depositam a sua umidade nas encostas voltadas para o mar, essa faixa se alarga na costa leste, chegando a atingir, em cada hemisfério, o paralelo de 26°. Contribuem também para o aumento assinalado as correntes marítimas quentes ou equatoriais. Em compensação, dada a convergência dos alísios, regista-se uma progressiva diminuição da referida faixa à proporção que esta se aproxima da costa Oeste.

Os desertos, que são formados pela descida dos contra-alísios, acham-se distribuídos em tôrno dos trópicos e ocupam uma faixa inclinada, cujo início se dá na costa oeste, nas baixas latitudes, atravessam os trópicos e se alongam pelo interior dos continentes. A corrente marítima fria que, no hemisfério sul, banha a costa oeste, condensa a umidade do ar à medida que se aproxima do equador, tornando o clima muito sêco em certo trecho dessa costa.

Circundando os desertos encontram-se as estepes. As savanas, localizadas entre as florestas tropicais e as estepes, representam uma forma intermediária de tais limites extremos da vegetação.

Os climas do tipo mediterrâneo e temperado distribuem-se pelas latitudes médias e ocupam regiões mais extensas no hemisfério norte.

Em tôrno dos polos encontram-se, beirando os gelos eternos, as regiões das tundras.

É bem de ver que, na realidade, os limites entre as diversas zonas climáticas não se apresentam de um modo claro e nítido. Êles podem, no entanto, ser determinados com o auxílio da vegetação que sofre modificações sensíveis nas referidas regiões limítrofes.

Climas do grupo A

Nos climas do grupo A, a temperatura média do mês menos quente mantém-se acima de 18°C, limite abaixo do qual não se podem desenvolver certas plantas tropicais. A região compreendida por êsses climas constitue o domínio da vegetação megatérmica, que exige uma temperatura constantemente alta e chuvas abundantes. Dentre os tipos de clima dêsse grupo, existem dois de maior importância: um, caracterizado por chuvas relativamente abundantes em tôdas as épocas do ano; e o outro, apresentando uma estação sêca que prejudica profundamente a vegetação. O primeiro, representado pelo símbolo *Af* (*f*, *feucht*, úmido: a altura de chuva do mês mais sêco deve atingir no mínimo 60 milímetros), corresponde ao clima de florestas tropicais. Nesse tipo de clima, tanto as temperaturas, como as chuvas, sofrem um mínimo de variação anual e mantêm-se num nível algo elevado. A amplitude anual das temperaturas médias mensais não ultrapassa 5°C. O segundo, *Aw* (*w* indica que êsse clima possue uma estação sêca bem acentuada coincidindo com o inverno e tem pelo menos um mês com uma altura de chuva inferior a 60 milímetros), abrange as savanas tropicais e as temperaturas seguem um regime semelhante ao do clima do tipo *Af*, sendo que a amplitude das temperaturas médias mensais se mantém abaixo de 12°C. Para diferenciar os climas dêsse grupo são ainda utilizadas as seguintes letras minúsculas:

m (monção): quando apesar de oferecer uma estação sêca de pequena duração possue umidade suficiente para alimentar florestas do gênero tropical. O tipo de clima *Am* é intermediário de *Af* e *Aw*, parecendo-se com *Af* no regime da temperatura e com *Aw* no das chuvas. A altura de chuva do mês mais sêco é tanto para *Am* como para *Aw* inferior a 60 milímetros. Para distinguir *Am* de *Aw*, determinou Köppen valores limites em função da altura de chuva no ano e no mês mais sêco, valores êsses representados pela reta DE na (fig. 2);

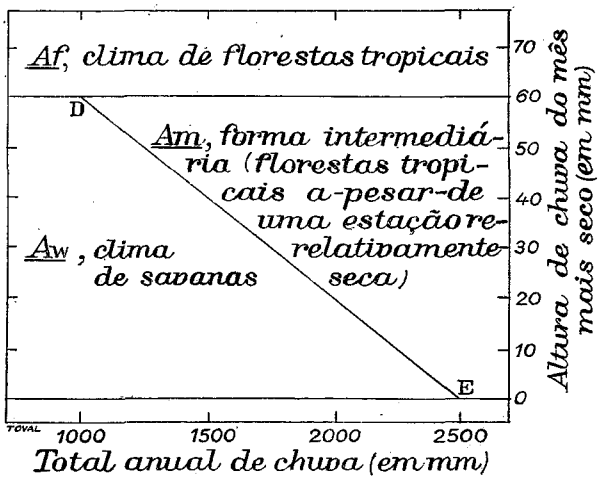


Fig. 2

w' : quando as maiores quedas de chuva ocorrem no outono;

w'' : quando a distribuição das chuvas apresenta dois máximos separados por dois períodos secos;

i : quando a amplitude entre as temperaturas médias do mês mais quente e do mês mais frio é inferior a 5°C;

g : quando o regime da temperatura é semelhante ao do clima da região do Ganges, onde o mês mais quente ocorre antes do solstício e do período chuvoso do verão;

s : quando o período sêco coincidir com o verão.

Climas do grupo B

Nos climas secos do grupo *B*, a evaporação é maior do que a precipitação, as águas pluviais não são suficientes para formar mananciais perenes. Por outro lado, os valores correspondentes à precipitação não são suficientes para estabelecer os limites entre os vários tipos de clima pertencentes a êsse grupo, visto como a eficiência da precipitação — que consiste em fornecer umidade ao solo para alimentar a vegetação — depende do grau de evaporação, variável, como se sabe, com a temperatura. As chuvas que caem durante o inverno teem naturalmente maior eficiência para a vegetação do que aquelas que ocorrem no verão. Eis porque KÖPPEN, nas fórmulas que estabeleceu para diferenciar os climas áridos dos semiáridos, se viu na contingência de levar em consideração, não somente a temperatura média anual e o total anual de precipitação, mas ainda a estação do ano em que se dão as quedas máximas de chuva. De acôrdo com êsse critério, os climas do grupo *B*, foram subdivididos em dois tipos principais: *BW* (*W, Wüste*, deserto), árido ou dos desertos e *BS* (*S, Steppe*, regiões cobertas de gramíneas), semiárido ou das estepes. Nas regiões onde a temperatura e a precipitação sofrem variações sensíveis nas diversas estações do ano, a experiência demonstra que, quando as maiores quedas de chuva ocorrem no inverno, o limite entre as regiões de estepes (*BS*) e as de florestas ou de climas úmidos (*A, C* ou *D*) se encontra nos lugares onde o total anual de chuva *r* (em centímetros) é aproximado de *2t*, representando *t* a temperatura média anual em graus centígrados. Êsse limite é, portanto: $r = 2t$. Quando, porém, as maiores quedas de chuva caem no verão, o referido limite corresponde a $r = 2\ (t + 14)$. E, nos casos em que não houver diferenças bem definidas, seja em relação à temperatura, seja em relação à precipitação, nas diversas épocas do ano, deveremos empregar valores intermediários dos precitados: $r = 2\ (t + 7)$. Para distinguir os climas áridos BW dos semiáridos BS, toma-se metade dos referidos valores. Afim de facilitar a diferenciação entre os tipos de clima a que acabamos de nos referir, organizou KÖPPEN o gráfico que reproduzimos na figura 3.

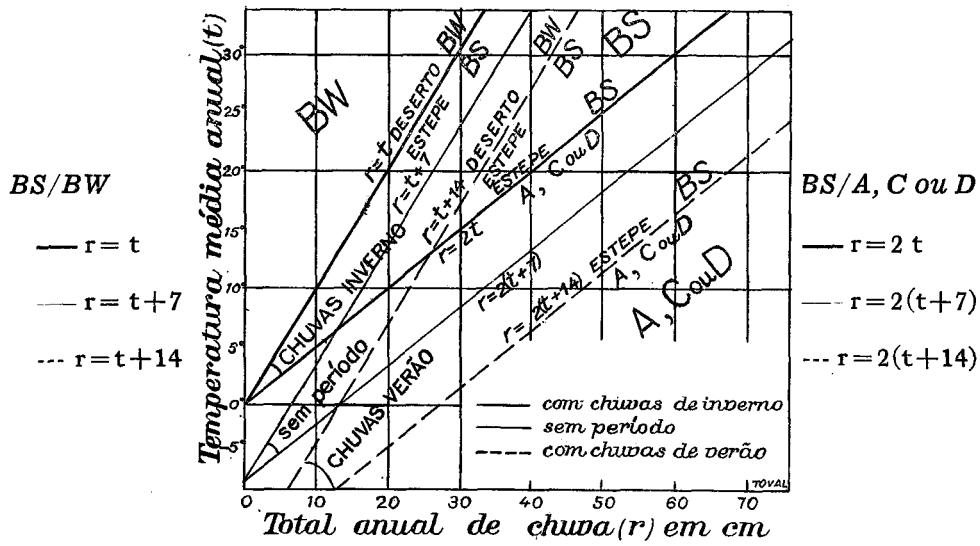


Fig. 3

Para diferenciar as variedades que êsses tipos de clima apresentam, são ainda utilizadas as seguintes letras minúsculas:

h, heiss, quente: quando a temperatura média anual se mantém acima de 18°C;

k, kalt, frio: quando a temperatura média anual fica abaixo de 18°C;

k' : quando a temperatura do mês mais quente não ultrapassa 18°C;

s : quando o período sêco se verifica no verão, a altura de chuva do mês mais úmido do inverno deve ser no mínimo o triplo da altura de chuva do mês mais sêco do verão;

w : quando o período sêco ocorre no inverno, a altura de chuva do mês mais úmido do verão deve alcançar no mínimo dez vêzes a altura de chuva do mês mais sêco do inverno;

n, nebel, nevoeiro: quando há ocorrência frequente de nevoeiros, como acontece ao longo dos litorais banhados por correntes frias.

Climas do grupo C

Nos climas úmidos do grupo *C*, das latitudes médias, a temperatura média do mês mais frio mantém-se entre 18°C e —3°C e a do mês mais quente, acima de 10°C. A isoterma de —3°C corresponde aproximadamente ao limite em que o solo permanece congelado, ou ao limite das regiões onde a neve perdura vários meses. Os climas pertencentes a êsse grupo se dividem, segundo o regime das chuvas em três tipos principais:

f : chuvas igualmente distribuídas durante o ano, sem estação sêca;

w : estação sêca coincidindo com o inverno;

s : estação sêca coincidindo com o verão.

As características mais importantes dêsses tipos de clima são as seguintes:

Cf : não apresenta uma estação sêca bem definida, a diferença entre o mês mais chuvoso e o mês mais sêco é menor do que nos regimes de *w* e *s*, e a altura de chuva correspondente ao mês mais sêco deve ultrapassar 30 milímetros;

Cw : a estação sêca coincide com o inverno e a altura de chuva do mês mais úmido do verão deve atingir ao mínimo 10 vêzes a altura de chuva do mês mais sêco do inverno. Êsse tipo de clima é encontrado na parte montanhosa das baixas latitudes e nas regiões das latitudes médias onde predominam as chuvas do tipo monção;

Cs : corresponde aos climas do tipo mediterrâneo, cujo período sêco se verifica no verão e a altura de chuva do mês mais úmido do inverno atinge no mínimo 3 vêzes a do mês mais sêco do verão, que não deverá ultrapassar 30 milímetros.

Êsses tipos de clima ainda comportam as seguintes diferenciações:

a : verão quente, quando a temperatura média do mês mais quente se mantém acima de 22°C;

b : verão brando, quando a temperatura média do mês mais quente fica abaixo de 22°C;

c : verão de pequena duração, quando não chega a ter quatro meses de temperaturas médias superiores a 10°C;

g : quando o mês mais quente ocorre antes do solstício e do período chuvoso do verão (semelhante ao clima da região do Ganges);

i : a amplitude entre as temperaturas médias é inferior a 5°C;

x : quando as quedas máximas de chuva ocorrem no fim da primavera ou no comêço do verão e o período mais sêco coincide com o fim dêste;

n : quando há formação frequente de nevoeiros, o que é comum nos litorais banhados por correntes marítimas frias.

Climas do grupo D

Nos climas úmidos e frios do grupo *D*, onde as quedas de neve são frequentes e o solo se acha recoberto de florestas, a temperatura média do mês mais frio mantém-se abaixo de —3°C e a do mês mais quente acima de 10°C. Esta corresponde aproximadamente ao limite das florestas. Nesses climas, os solos conservam-se congelados e sôbre êles a neve permanece vários meses.

Os climas do grupo *D* subdividem-se em dois tipos principais:

Df : com invernos úmidos e sem estação sêca;

Dw : com uma estação sêca coincidindo com o inverno.

As letras minúsculas *f, s, w, a, b* e *c,* são empregadas com as mesmas significações descritas para os climas do grupo *C,* e *d* é utilizada quando a temperatura do mês mais frio se mantém abaixo de —3°C.

Climas do grupo E

Finalmente, nos climas do grupo *E,* das regiões polares, a temperatura média do mês mais quente mantém-se abaixo de 10°C. Em tais regiões, a diferenciação dos climas se baseia principalmente na intensidade e duração da estação quente.

Dois são os tipos principais dêsses climas:

ET : clima da região das tundras com um pequeno período de verão, durante o qual a vegetação pode desenvolver-se, mantendo-se a temperatura média do mês mais quente entre 0°C e 10°C;

EF : que abrange as regiões cujo solo permanece constantemente gelado, correspondendo à calota glacial. As temperaturas médias mensais mantêm-se abaixo de 0°C.

*

* *

Como acabamos de verificar, estabeleceu Köppen valores quantitativos para separar os principais tipos de clima, o que facilita grandemente a sua delimitação. Essa delimitação deve ser feita, no entanto, com séries de observações meteorológicas homogêneas abrangendo um mesmo período. As normas internacionais recomendam o período de 30 anos.[1] As variações do clima só podem ser estudadas quando se dispõe de séries dessa natureza.

Outra condição importante é a densidade da rêde de estações climatológicas. Nas regiões onde o relêvo não fôr muito pronunciado, ela já se torna satisfatória com 1 estação para cada 100 quilômetros quadrados. Daí se conclue que, dada a extensão da bacia amazônica, seria necessário um grande número de estações para delimitar-lhe as variedades climáticas.

Sendo relativamente pequeno, na referida bacia, o número de estações meteorológicas com um longo período de observações, não se torna possível fazer-se-lhe um estudo minucioso das variedades climáticas. Com os dados meteorológicos disponíveis no momento e com auxílio do relêvo e da vegetação, pode-se, no entanto, estabelecer aproximadamente os limites dos principais tipos de clima *Af, Am, Aw* e *Cw,* alí predominantes. Os referidos limites acham-se representados na figura n.° 4.

---

[1] O período-base adotado pela Organização Meteorológica Internacional (O.M.I.) abrange os anos de 1901 a 1930.

Os tipos de clima *Af* e *Am* encontram-se nas partes mais baixas e mais chuvosas da bacia amazônica, assim como nas vertentes expostas aos ventos úmidos provindos do mar. São as regiões das florestas tropicais. *Aw* abrange grande parte dos planaltos e das suas encostas, onde dominam as savanas tropicais (campos, cerrados e caatingas). *Cw* é encontrado nas regiões mais elevadas dos planaltos e nas montanhas das baixas latitudes, onde a temperatura média do mês mais frio desce abaixo de 18°C.

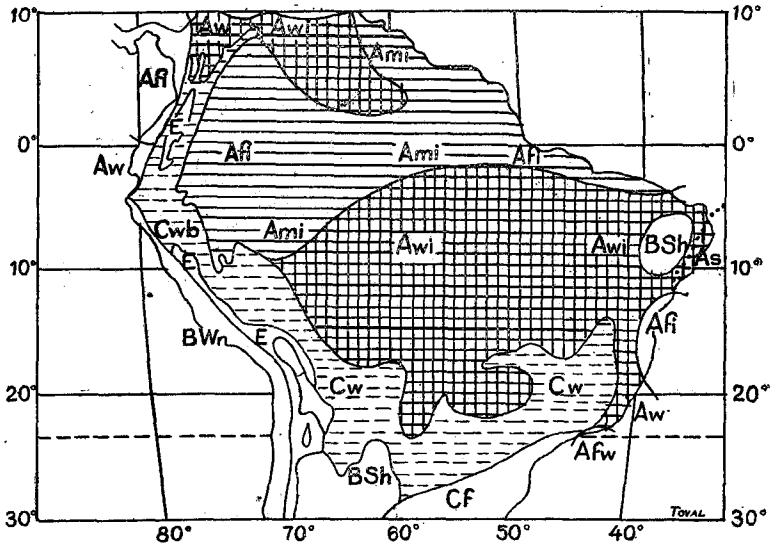


Fig. 4

Para fixar de maneira mais explícita a feição dos climas fundamentais acima referidos, organizamos alguns gráficos utilizando as normais meteorológicas publicadas no *Anuário* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1938.

As estações foram escolhidas de modo que, tanto pela situação, como pelos valores dos principais elementos climáticos, fôssem bem representativas dos climas em aprêço.

São Gabriel do Rio Negro, por exemplo, oferece características bem típicas do tipo de clima *Af*. Estando essa estação situada praticamente na linha do equador — 0°08' de latitude sul —, a temperatura apresenta na sua marcha anual dois máximos coincidindo aproximadamente com os equinóxios (fig. 5). A curva da temperatura média mantém-se num nível elevado, donde resulta um clima constantemente quente. A amplitude anual das temperaturas médias mensais é, apesar da continentalidade — cêrca de 1900 quilômetros distante da costa — apenas de 1°4C. Dir-se-ia um clima oceânico, pois que Belém apresenta uma amplitude de 1°3C. As temperaturas máximas absolutas nunca ultrapassam 38°C. As mínimas absolutas conservam-se de um modo geral entre 18°C

e 20°C, sendo que nos meses de Junho, Julho e Agôsto se verifica uma queda acentuada da temperatura, conhecida pela denominação de "friagem".[2] A maior queda da temperatura atingiu 13°C, como se vê da fig. 5.

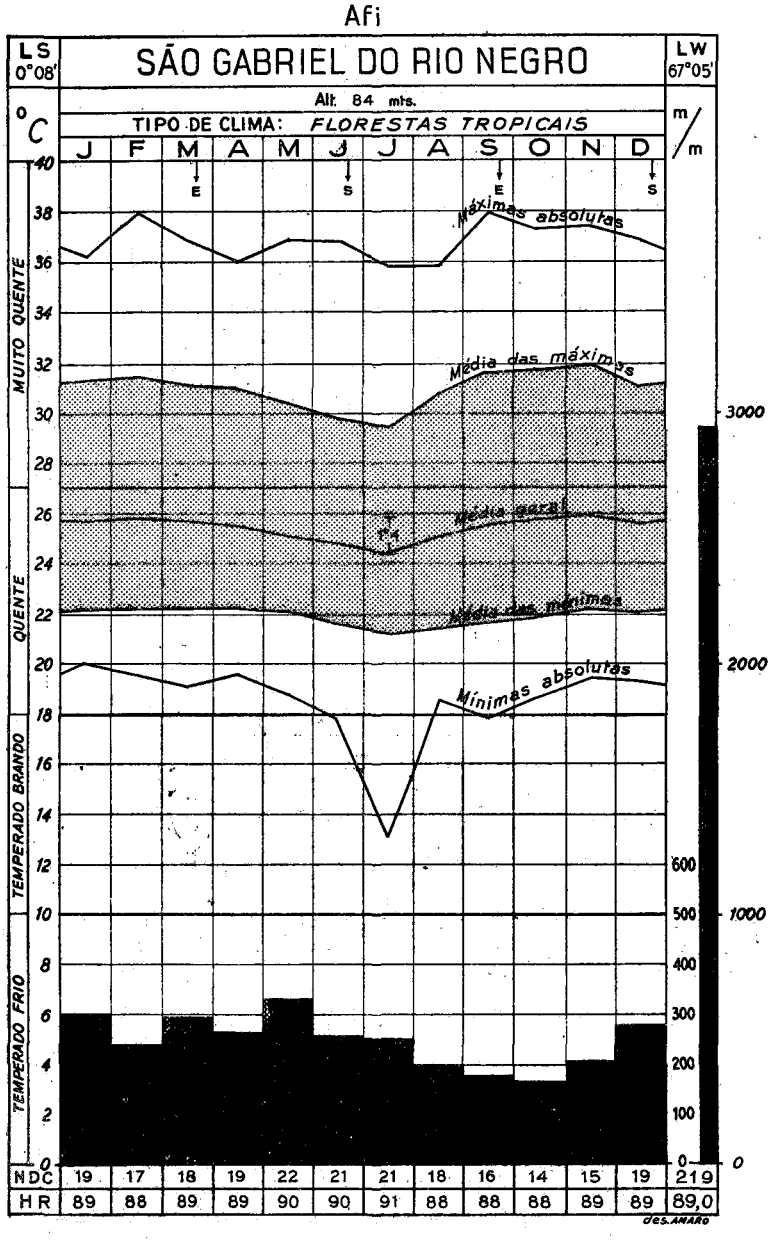


Fig. 5

NDC : N.º *de dias de chuva* E : *equinóxio*
HR : *umidade relativa* S : *solstício*

Essa queda da temperatura é tornada mais sensível devido ao alto grau da umidade relativa, cujo valor médio oscila em tôrno de 90 %. Como o sol, na sua ascensão diária, pouco se afasta do zênite, a ampli-

[2] O fenômeno da "friagem" tem por causa a invasão das fortes massas de ar frio que, vindas das regiões antárticas através do interior do continente, atingem no inverno a Amazônia, principalmente ao oeste.

tude diária das temperaturas é relativamente grande e pouco varia durante o ano, a não ser nos meses de Junho, Julho e Agôsto, em que se verificam quedas bruscas. Como a curva correspondente à média das mínimas se conserva entre 21°C e 22°C, vê-se que a temperatura à noite cai sempre o bastante para tornar o clima não somente suportável, mas até agradável nas primeiras horas da manhã.

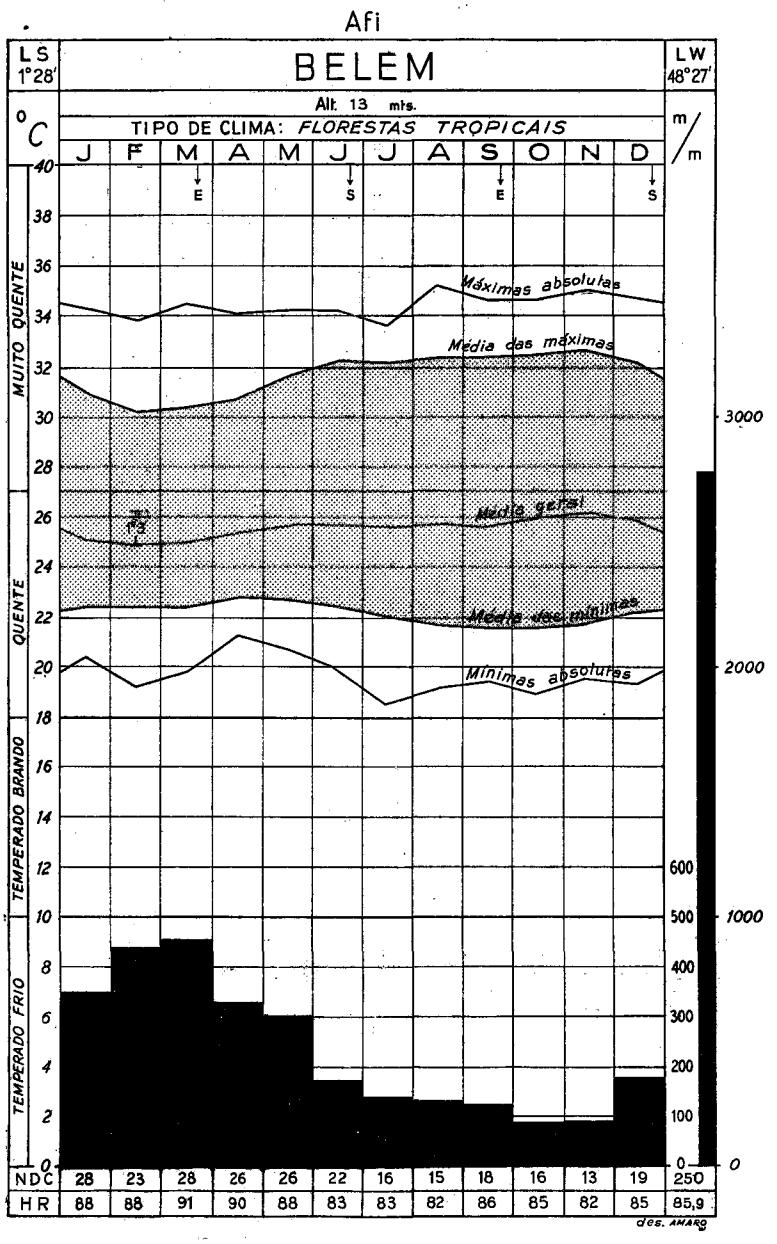


Fig. 6

Afim de facilitar o estudo comparativo das temperaturas, os gráficos trazem ao lado da coluna das temperaturas centígradas os limites geralmente aceitos quanto à sensação ou aos efeitos por elas produzidos, dando

lugar a um clima *temperado frio,* quando a temperatura média se mantém entre 0°C e 10°C; *temperado brando,* entre 10°C e 18°C; *quente,* entre 18°C e 27°C; e *muito quente,* acima de 27°C.

De acôrdo com essa delimitação, verificamos que, no caso de São Gabriel, a curva das temperaturas médias mensais, corresponde a um clima constantemente quente, embora as amplitudes diárias sejam relativamente grandes, conforme já tivemos ocasião de observar.

As chuvas são abundantes em todos os meses do ano atingindo, em média, um total anual de 2 956,0 milímetros. Nota-se, contudo, uma relativa diminuição nos meses de Agôsto a Novembro, confirmada pelo número de dias de chuva que de 22 (máximo) em Maio cai em Outubro a 14 (mínimo). Como as chuvas do mês mais sêco ultrapassam 60 milímetros, devem elas ser consideradas como sendo do tipo *f*. E, como, além de abundantes, são igualmente distribuídas, dão lugar à formação de um clima constantemente úmido, fato confirmado pelos valores da umidade relativa, que se mantém durante o ano em tôrno de 90%. A floresta tem aí o aspecto equatorial.

Analisando-se os dados meteorológicos relativos à estação de Belém, (fig. 6) verifica-se que seu clima é do mesmo tipo do clima *Af,* encontrado para São Gabriel do Rio Negro. Nota-se, porém, a influência oceânica no regime das temperaturas. Se, por um lado, a amplitude anual das temperaturas médias é quase a mesma 1°3C, por outro, as amplitudes diárias são menores (as temperaturas máximas mantêm-se abaixo de 35°C e as temperaturas mínimas acima de 18°C). Embora a menor mínima 18°5C se verifique em Julho, não se observa o fenômeno da friagem (13°C para São Gabriel). É interessante notar-se a diminuição da amplitude diária das temperaturas durante a época chuvosa e aumento na estação menos úmida.

As chuvas são abundantes em todos os meses do ano, atingindo um total anual de 2 804,7 milímetros, pouco inferior ao de São Gabriel. A figura 6 revela, todavia, uma época bem mais chuvosa nos meses de Dezembro a Maio, ocorrendo a altura máxima em Março, e outra, menos chuvosa, que vai de Junho a Novembro. O mês mais sêco — Novembro — apresenta uma altura de chuva superior a 60 milímetros. Em Março o número de dias de chuva corresponde, em média, a 28, ao passo que em Novembro se reduz a 13 — o que vem provar a inexistência das chuvas diárias e a hora certa, a ponto de permitirem se marquem sempre os encontros da tarde para depois da chuva... A umidade relativa também demonstra um certo contraste: de 91 % em Março, cai a 82 % em Novembro.

Verificamos, assim, que tanto São Gabriel do Rio Negro, como Belém, teem o mesmo tipo de clima *Afi,* isto é, constantemente quente, com chuvas abundantes e amplitude anual das temperaturas médias inferior a 5°C.

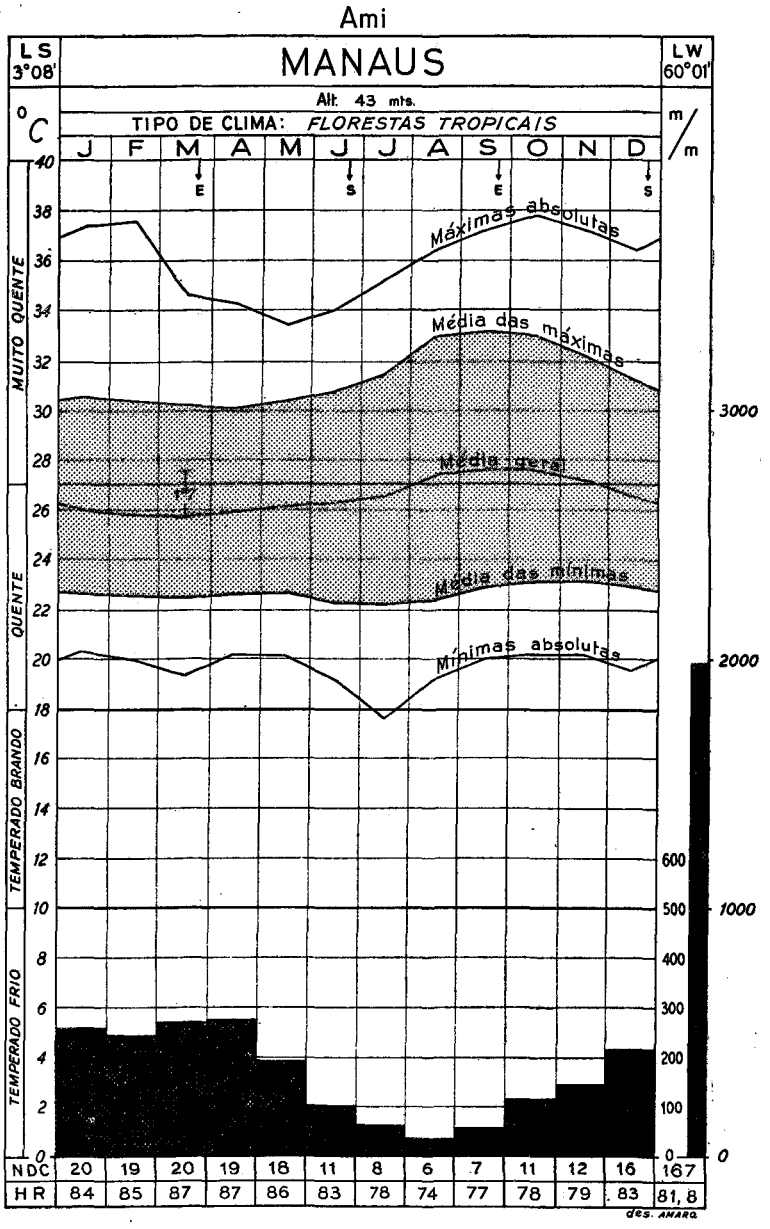


Fig. 7

Os gráficos (figs. 7 e 8), com os dados meteorológicos das estações de Manaus e Taperinha, situadas entre São Gabriel do Rio Negro e Belém, mostram — fato curioso — que o clima daquelas regiões é menos úmido. Na verdade, o total anual de chuva que em Belém e São Gabriel sobe quase a 3 000 milímetros fica abaixo de 2 000 em Manaus e Taperinha. O regime das chuvas apresenta uma estação relativamente sêca, pelo menos um mês possue uma altura de chuva inferior a 60 milímetros. Tais chuvas são, no entanto, do tipo monção (m). Os valores médios da umidade relativa chegam a cair em alguns meses abaixo de 80 %. Nota-se, igualmente, nas curvas das temperaturas uma oscilação que corres-

ponde às épocas mais chuvosas e menos úmidas. As temperaturas são mais altas nestas últimas e caem um pouco na estação das chuvas. A amplitude anual das temperaturas médias é também um pouco maior: 1°7C para Manaus e 1°8C para Taperinha.

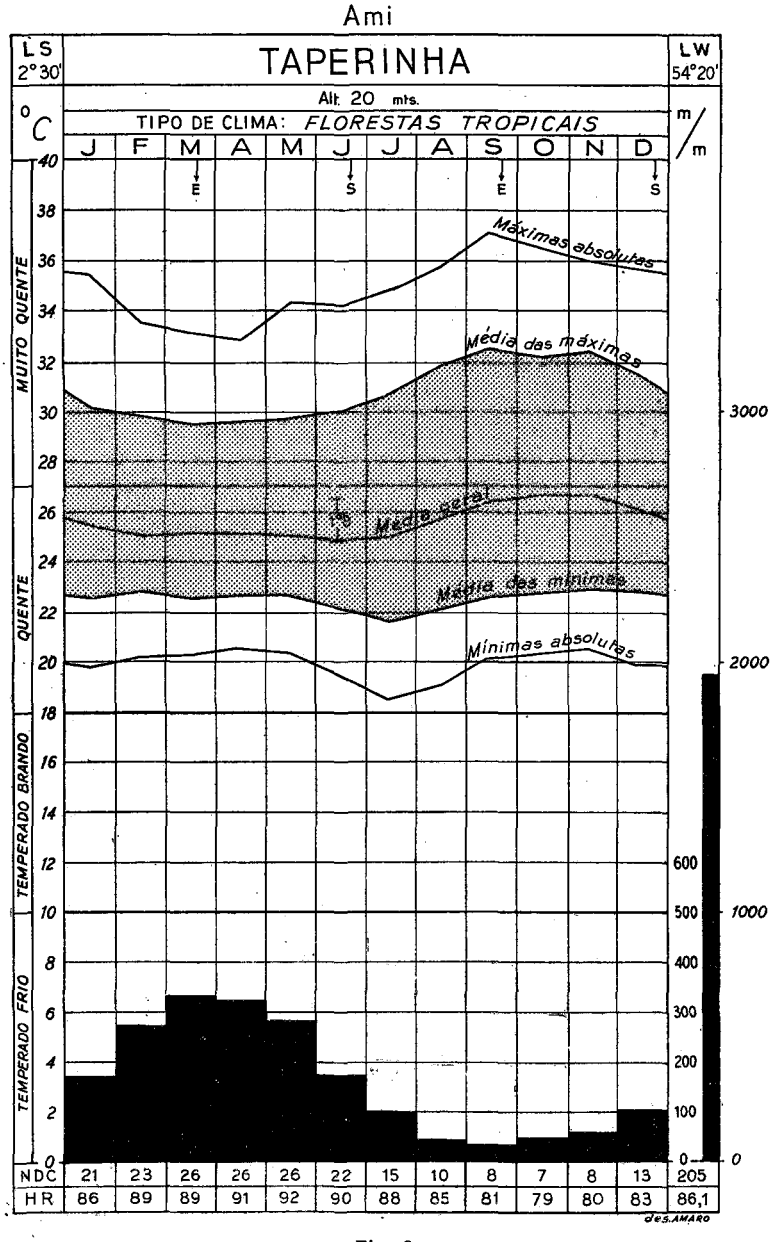


Fig. 8

Tal fenômeno, de ser menos úmida a região compreendida por essas estações, se explica pelo fato de estar ela próxima e ao sul do maciço das Guianas. E os alísios de NE, ao galgarem os flancos das Guianas, neles depositam parte de sua umidade e, quando descem as encostas voltadas para sul, se aquecem e, assim aumentando o seu poder de absor-

ção de umidade, roubam-na das regiões por onde passam. Fato semelhante acontece com os alísios de SE, em relação ao maciço brasileiro.

Os regimes de chuva de Manaus e Taperinha apresentam ainda uma particularidade interessante. Embora o total anual de chuva seja quase igual para essas duas estações, em Manaus, a distribuição das chuvas se aproxima do regime de São Gabriel do Rio Negro — de chuvas igualmente distribuídas —, ao passo que, em Taperinha, a distribuição das chuvas já tem um aspecto bem diverso: ela apresenta uma época chuvosa bem definida, coincidindo a queda máxima com o equinóxio de Março, e uma estação menos úmida bem pronunciada, coincidindo o mês mais sêco com o equinóxio de Setembro, semelhante, portanto, ao regime de chuvas de Belém.

Convém observar ainda que as temperaturas mínimas sofrem uma ligeira queda nos meses de Junho, Julho e Agôsto, motivada pelo fenômeno da friagem, embora atenuada, e que os valores da umidade relativa mostram que o clima de Manaus é menos úmido ainda do que o de Taperinha.

De acôrdo com as considerações que acabamos de fazer, os climas de Manaus e Taperinha são do tipo *Ami,* isto é: constantemente quente, com chuvas do tipo monção e a amplitude das temperaturas médias inferior a 5°C.

Estando Clevelândia localizada nas proximidades da costa e a 3°49' de latitude norte, e embora não pertença propriamente à bacia amazônica, achamos conveniente incluir aquí o diagrama com os valores relativos ao seu clima, já que êles permitem ressaltar alguns aspectos que interessam o presente estudo.

Comparadas com as de Belém, as curvas das temperaturas mostram uma amplitude diária maior, embora a amplitude anual das temperaturas médias seja praticamente a mesma. As mínimas absolutas caem sempre abaixo de 18°C e as máximas absolutas variam entre 33 e 39°C. As menores máximas correspondem à época chuvosa e as máximas mais elevadas se registam na estação menos úmida.

Quanto ao regime das chuvas, destaca-se desde logo o valor anual de 3241,1 milímetros, superior ao de Belém e de São Gabriel do Rio Negro. A distribuição delas apresenta, por outro lado, um contraste marcante. As chuvas caem com abundância de Dezembro a Julho, e uma estação sêca, de pequena duração, se manifesta nos meses de Setembro e Outubro. A altura máxima superior a 500 milímetros verifica-se no mês de Maio, e a altura mínima, com 40 milimetros, no mês de Outubro. É um exemplo bem característico de chuvas do tipo monção. Estabelecendo-se ainda um paralelo entre o regime das chuvas de Belém e o de Clevelândia, observamos que a queda máxima que se dá no mês de Março em Belém, desloca-se para o mês de Maio em Clevelândia. Êsse deslocamento das quedas máximas de chuva, corresponde ao movimento do sol, do hemisfério sul para o hemisfério norte.

De acôrdo com o regime das temperaturas e das chuvas classifica-se o clima de Clevelândia como sendo do tipo *Ami*.

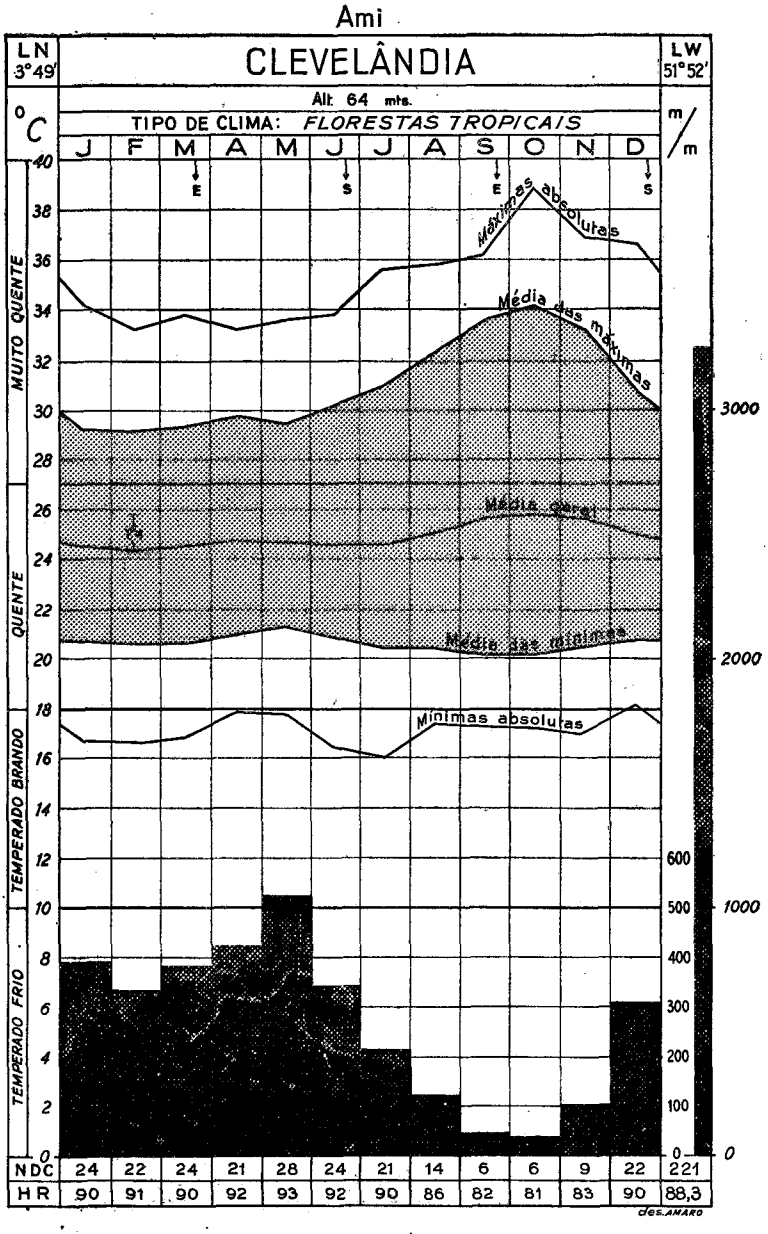


Fig. 9

Passando do litoral para o interior do continente e examinando os dados relativos à estação de Sena Madureira, que fica a 9° de latitude sul e quase na mesma longitude de São Gabriel do Rio Negro, verificamos da fig. 10, que o regime das temperaturas apresenta uma grande diferença nas amplitudes diárias. Na verdade, as temperaturas máximas absolutas mantêm-se durante o ano entre 37 e 38°C: o aquecimento é

quase sempre igual por ser essa região pouco ventilada. As mínimas absolutas mostram, por outro lado, que há diariamente um grande resfriamento noturno, sendo que nos meses de Abril a Novembro essas temperaturas descem abaixo de 14°C, atingindo 5°C, no mês de Agôsto. Comparando tais quedas de temperatura com as de São Gabriel do Rio

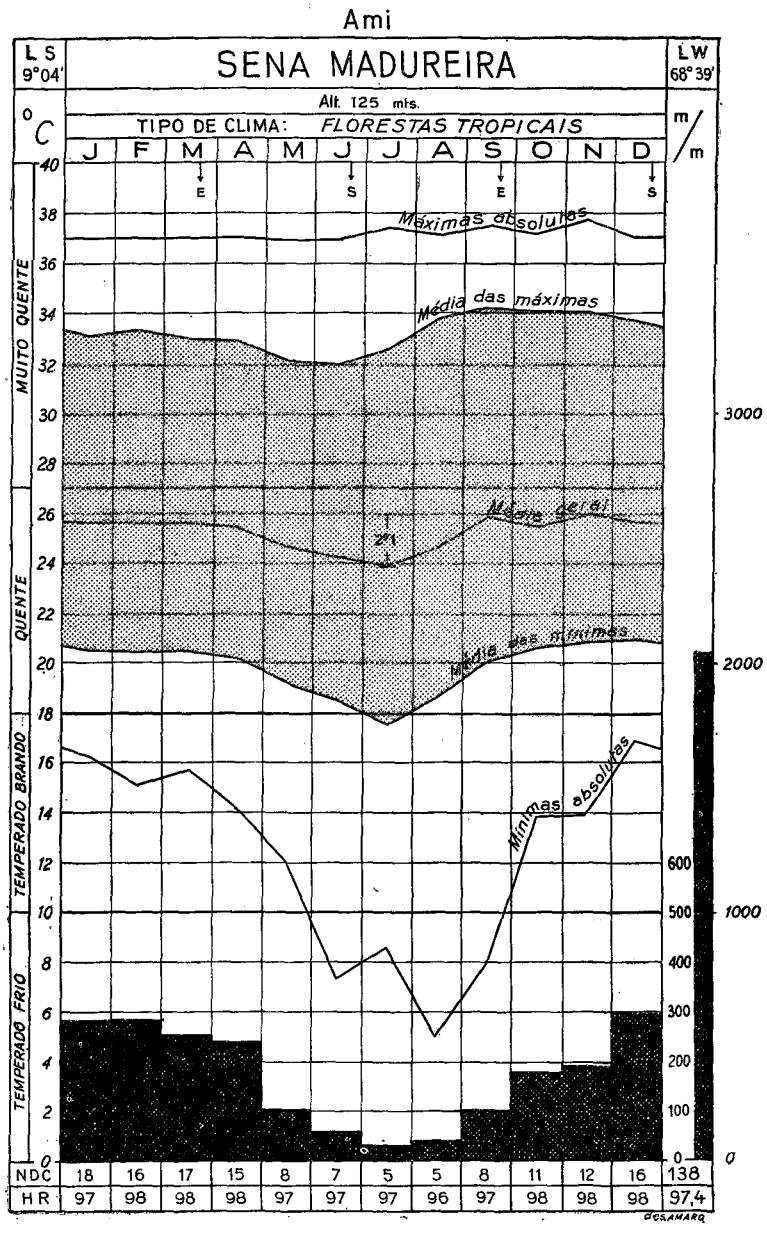


Fig. 10

Negro, vê-se que elas são muito mais acentuadas. Eis porque a "friagem" aí se manifesta de uma maneira impressionante e calamitosa, contribuindo para agravar o fenômeno o alto grau da umidade relativa, cujos valores médios ficam entre 96 e 98 %, o que indica um estado de quase

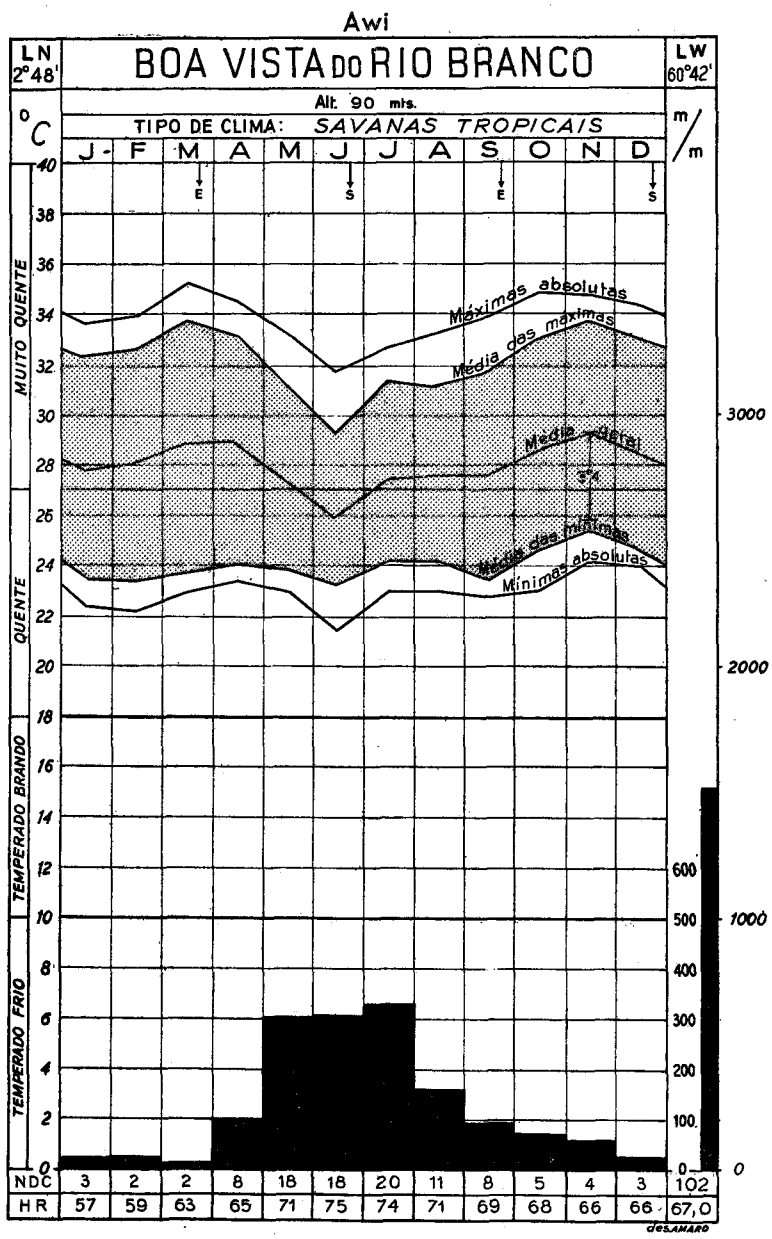


Fig. 11

constante saturação. As chuvas são, no entanto, menos abundantes do que em São Gabriel do Rio Negro, seu total anual ultrapassa de pouco 2000 milímetros. A distribuição das chuvas mostra que a estação sêca coincide com os meses de inverno. Dada a altura de chuva do mês mais sêco, são do tipo monção, as referidas chuvas.

A amplitude anual das temperaturas médias é de 2°1C e a curva que corresponde às temperaturas médias mantém-se no setor quente. O clima de Sena Madureira é do tipo *Ami*.

Os exemplos que acabamos de examinar são amplamente suficientes para demonstrar que, embora o regime das temperaturas ou das chuvas apresentem aspectos vários, o fato é que, desde que as temperaturas médias mensais se mantenham acima de 18°C, a sua amplitude anual não ultrapasse 5°C e as chuvas, igualmente distribuídas ou com períodos secos e chuvosos, sejam no seu conjunto suficientes para alimentar uma vegetação exuberante, encontraremos sempre o tipo de clima fundamental: de *florestas tropicais.*

O regime de chuvas de Boa Vista do Rio Branco, que fica a 2°48' de latitude norte, e onde se encontram os conhecidos *campos* e *caatingas* do alto Rio Branco, corresponde à vegetação do tipo de clima *Aw.*

De fato, a fig. 11 mostra que não só o total anual de chuva é menor — 1531,2 milímetros — do que aqueles que foram encontrados para as florestas tropicais, mas também que existe uma estação sêca bem acentuada. O período de fortes chuvas é curto e se dá de Maio a Julho, quando o sol se encontra no hemisfério norte, ocorrendo a queda máxima em Julho, logo depois do solstício. Pela altura de chuva do mês mais sêco verifica-se que as chuvas são do tipo *w.*

As temperaturas mantêm-se num nível elevado, donde resulta um clima constantemente quente. As temperaturas máximas e mínimas coincidem aproximadamente com os equinóxios e solstícios. A amplitude anual das temperaturas médias mensais é de 3°4C.

Os valores da umidade relativa conservam-se, mesmo durante a época chuvosa, abaixo de 80 %, e caem de maneira acentuada nos meses mais secos, confirmando plenamente a razão de ser da vegetação alí existente.

Os dados relativos à estação de Mato Grosso, situada no interior do continente e a 15° de latitude sul, atestam igualmente um tipo de clima mais sêco (fig. 12). Devido à continentalidade dela o seu regime de temperaturas apresenta variações mais pronunciadas.

As temperaturas médias sofrem uma queda acentuada nos meses de Abril a Outubro e apresentam uma amplitude anual superior a 5°C. As amplitudes diárias são bem acentuadas, aumentando nos meses secos e diminuindo na época das chuvas, com maiores amplitudes nos meses de Agôsto e Setembro. As máximas absolutas oscilam entre 34 e 39°C, coincidindo a maior máxima com o equinóxio de Setembro e ocorrendo a menor mínima — 4°4C. — no mês de Agôsto. A queda pronunciada das temperaturas nos meses de inverno não devem ser atribuídas somente aos efeitos decorrentes da continentalidade e da altitude (esta é apenas de 257 metros) mas também, e principalmente, ao fato de passarem por essa região as massas de ar frio provenientes do sul.

O total anual de chuva é de 1330,3 milímetros e a distribuição das chuvas mostra um período sêco acentuado que coincide com o inverno: chuvas do tipo *w.* O clima dessa região corresponde portanto ao tipo *Aw.*

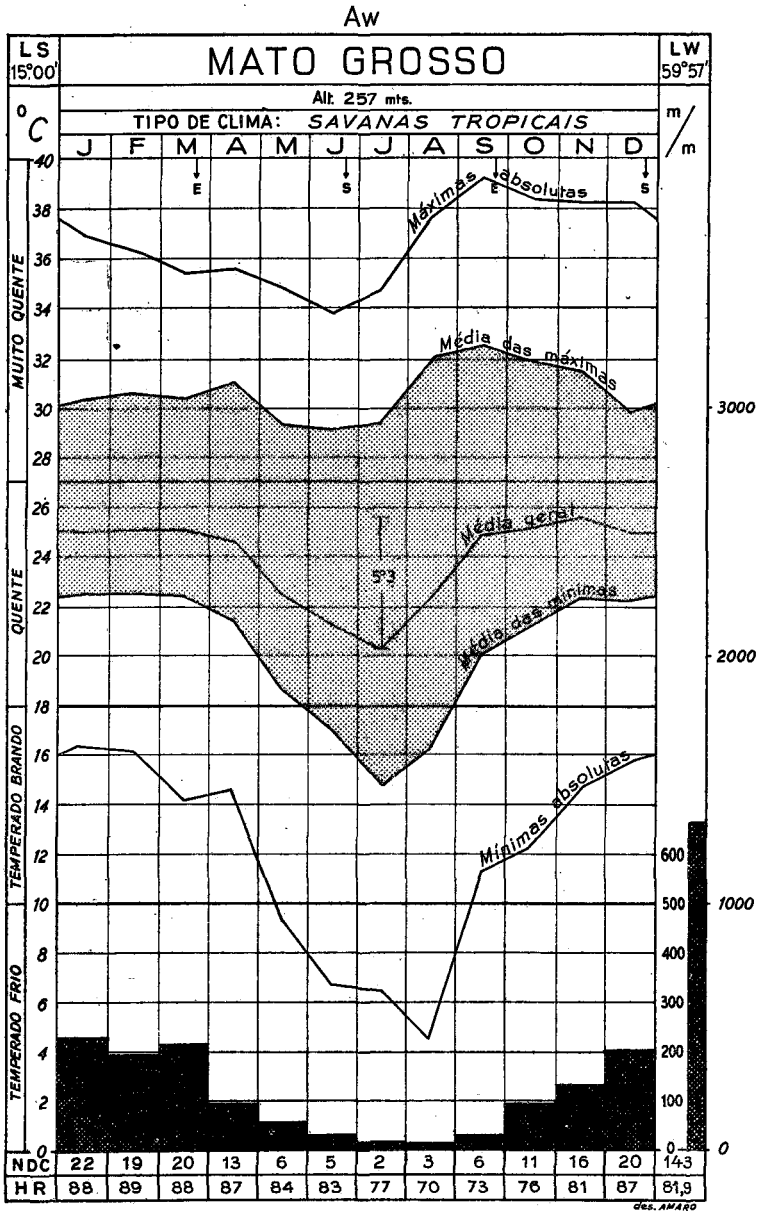


Fig. 12

Comparando os dados meteorológicos de Boa Vista do Tocantins (fig. 13) com os de Mato Grosso, observamos que as temperaturas sofrem menores oscilações. A amplitude das temperaturas médias é apenas de 2°6C.

Embora o total anual de chuvas de Boa Vista do Tocantins — 1767,6 milímetros — seja maior do que o de Mato Grosso, o regime das chuvas é igualmente do tipo *w*. A maior queda de chuvas coincide com o equinóxio de Março, e o mês mais sêco — com ausência quase completa de chuvas — ocorre em Julho, pouco depois do solstício do hemisfério norte.

O número de dias de chuva e a variação da umidade relativa pouco diferem nas duas estações.

De acôrdo com o regime das temperaturas e das chuvas, temos para Boa Vista do Tocantins um clima do tipo *Awi*.

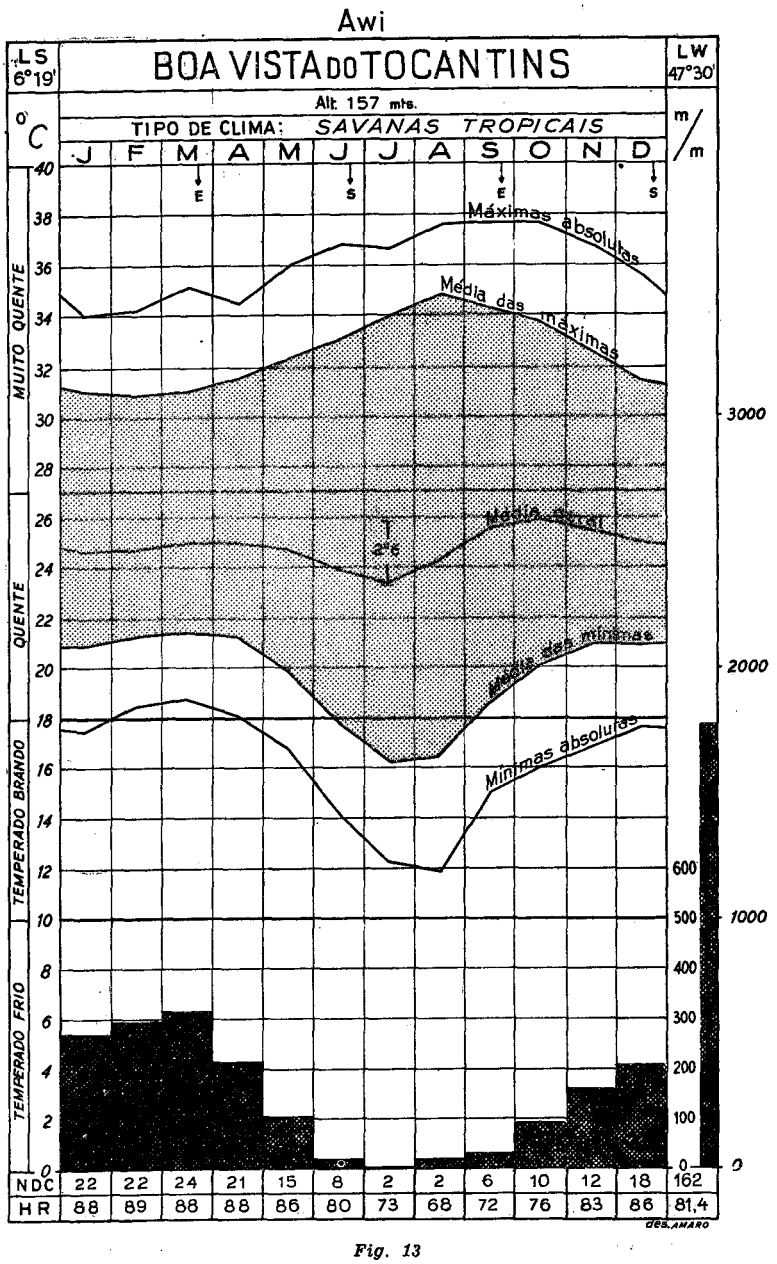


Fig. 13

Em Pôrto Nacional (fig. 14), as amplitudes diárias são mais acentuadas do que em Boa Vista do Tocantins. A amplitude anual das temperaturas médias, que se mantêm num nível elevado, é de 3°0C. As máximas absolutas ultrapassam 40°C e as mínimas absolutas caem abaixo de 10°C.

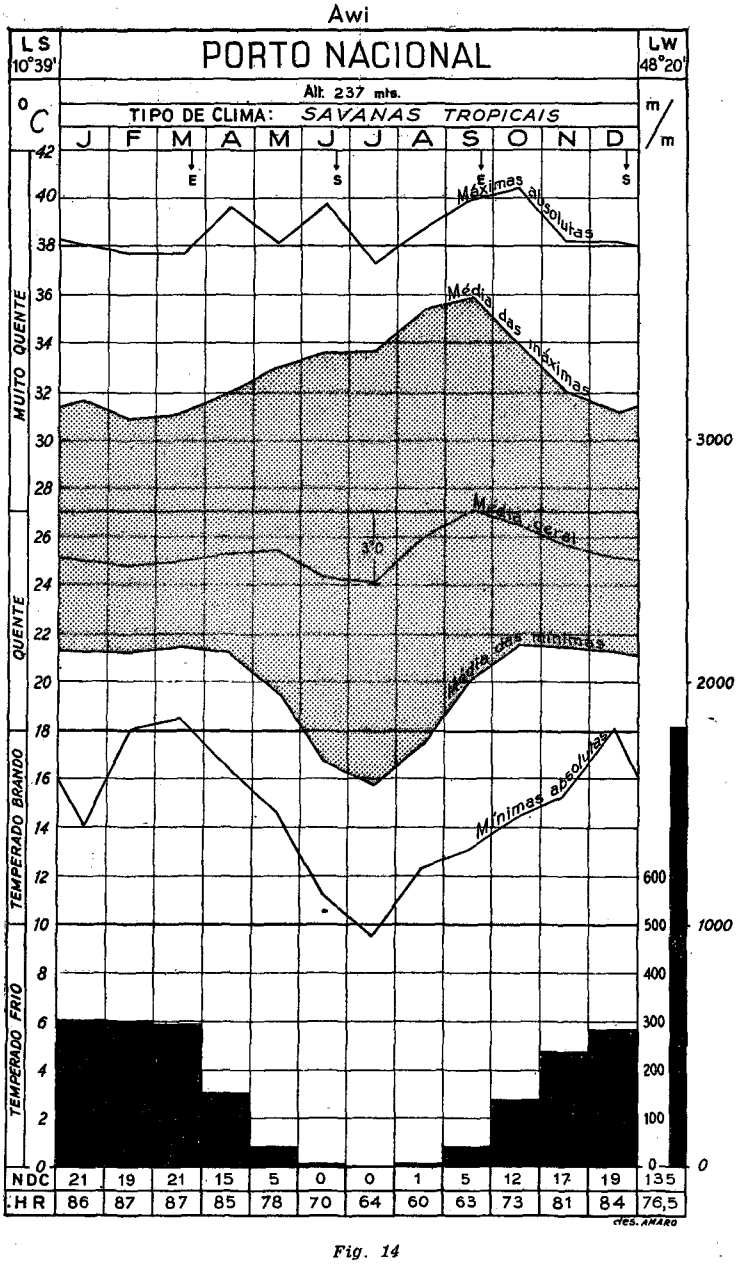


Fig. 14

O total anual de chuva — 1832,4 milímetros — é em Pôrto Nacional um pouco maior do que em Boa Vista do Tocantins. Os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, que correspondem ao nosso verão, têm uma altura de chuva quase igual, não havendo, portanto, uma queda máxima de chuva bem acentuada. Os meses de Junho, Julho e Agôsto apresentam uma ausência quase completa de chuvas. Comparando os regimes de chuva de Boa Vista do Rio Branco com o de Pôrto Nacional, verifica-se que êles são diametralmente opostos e servem para mostrar como as chuvas, entre os trópicos, tendem a acompanhar o movimento do sol.

O clima de Pôrto Nacional, em face do regime da temperatura e da precipitação, é também do tipo *Awi*.

Santa Luzia, situada numa altitude de 958 metros e a 16° 15' de latitude sul, apresenta ainda um clima do tipo *Awi*. De fato, as temperaturas médias mantêm-se no setor quente. A temperatura média do mês mais frio não desce abaixo de 18°C e a amplitude anual das temperaturas médias — 4°3C — não ultrapassa 5°C. A fig. 15 revela igualmente que, as amplitudes diárias, devido ao efeito da altitude, são bem acentuadas. As máximas absolutas não ultrapassam 36°C, as mínimas absolutas caem a quase 1°C.

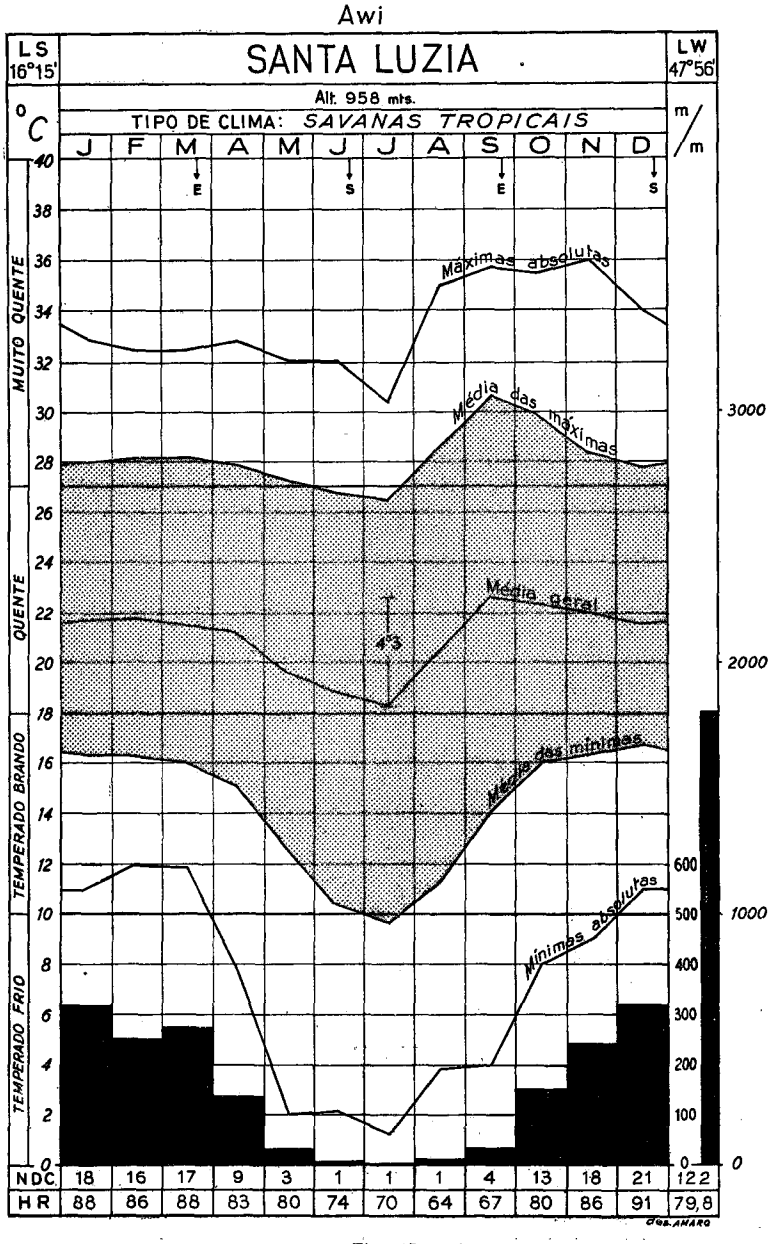


Fig. 15

O total anual de chuva de Santa Luzia é um pouco inferior ao de Pôrto Nacional. As maiores quedas de chuva ocorrem em Dezembro e Janeiro, isto é, coincidindo com o solstício do hemisfério sul e os meses mais secos, Junho e Julho, correspondem ao solstício do hemisfério norte. O regime de chuvas é do tipo *w*.

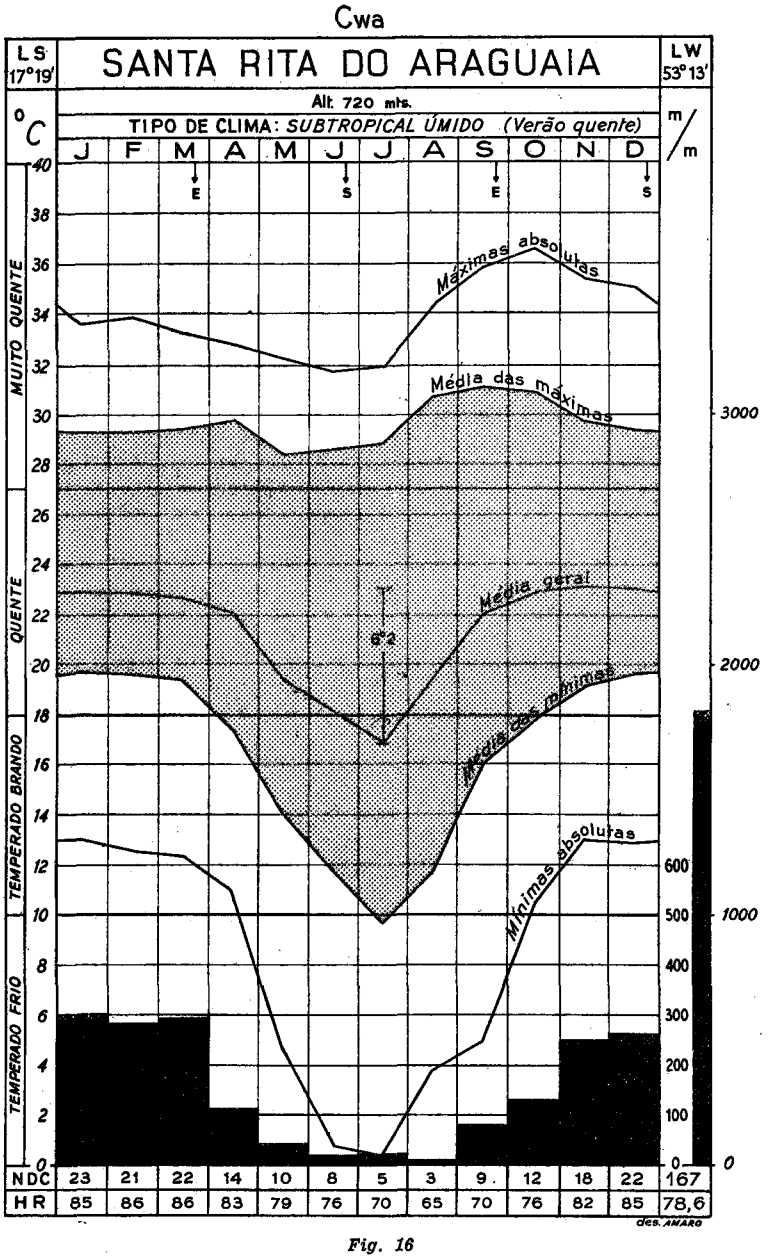


Fig. 16

Finalmente, Santa Rita do Araguaia, constitue um exemplo do tipo de clima quente, com invernos secos, que é encontrado na parte montanhosa das baixas latitudes. De fato, a temperatura média do mês mais frio cai abaixo de 18°C. A estação sêca coincide com o inverno e a altura

de chuva do mês mais úmido do verão ultrapassa 10 vêzes a altura de chuva do mês mais sêco do inverno, obtendo-se assim o tipo de clima *Cw*. Como, no verão, a temperatura média do mês mais quente sobe além de 22°C, o verão é quente (a). A temperatura anual das temperaturas médias — 6°2 — é superior a 5°C. A temperatura máxima ocorre antes do solstício e da estação chuvosa do verão. As quedas máximas de chuva ocorrem no início do verão.

Os exemplos escolhidos são suficientes para mostrar os aspectos dos principais tipos de clima da bacia amazônica, cuja distribuição consta da fig. 4.

De um modo geral, o clima da amazônia caracteriza-se pela constância da temperatura elevada e pela abundância das chuvas, donde a exuberância da vegetação verdadeiramente equatorial que lá se desdobra, formando a maior extensão contínua de floresta fechada do mundo.

Inexata seria, porém, a conclusão que, tendo-se em vista essas duas principais características, se viesse a tirar, mesmo a *grosso modo,* da influência nociva do clima amazônico sôbre o homem. Graças aos ventos alísios que sopram regularmente das bandas do mar e penetram pelo continente, e à relativamente acentuada queda da temperatura à noite, boas são na Amazônia as condições do meio assim amenizado.

Nas regiões das savanas que circundam a vasta planície amazônica, à conta da altitude, do regime de chuvas e da boa ventilação, bem melhores são as condições climáticas.

É certo que as enchentes periódicas muito prejudicam a atividade econômica de tôda a região na estação chuvosa.

Em todo caso, o que êste estudo nos permite afirmar é que o clima da Amazônia não oferece maior obstáculo ao desenvolvimento do seu progresso. Aliás, a riqueza potencial da mal conhecida região, a cujo respeito tanto divergem por vêzes os conceitos, compensaria todos os esforços que na sua exploração tivesse o homem de despender pelo bem do Brasil e da humanidade.

*

RESUMÉ

Après avoir fait une rapide description du cadre naturel de l'Amazonie, l'auteur fait ressortir l'interêt que l'étude de son climat offre au développement économique de cette région.

Il montre, ensuite, que les anciens trouvaient que, le climat dépendait uniquement de la température. Les climats étaient classifiés d'après l'inclinasion des rayons du soleil et du "quantum" de radiation. Chaque hémisphère était divisé par les parallèles, tantôt en 30 zones climatiques, en fonction de la durée du jour plus long de l'année, tantôt en 3 régions principales: sans saison froide, sans saison chaude et intermédiaire ou tempérée.

L'auteur mentionne le fait que la première étude de la distribution de la température sur la terre a été faite par AEPINUS, en 1761, dans son travail *De distributioni caloris per tellurem,* et

que ce fut seulement après cette époque que l'on a fait des études visant la distribution d'une manière générale des éléments météorologiques. Ainsi, MAHLMANN faisait sentir en 1839 la nécessité de faire des observations climatologiques simultanées et pendant une même période, afin de permettre l'étude comparative des climats. La notion de climat qui était simple devint chaque fois plus complexe, étant donné que le climat, dépend, en réalité, aussi bien des éléments météorologiques, qui se modifient à chaque instant, que des facteurs géographiques qui changent à chaque endroit.

Après avoir fait l'énumération des principaux éléments météorologiques et facteurs géographiques qui ont une influence sur les climats, l'auteur dit, qu'il est naturel, qu'il surgisse de nombreuses classifications pour ordonner la grande variété de types que le climat présente sur les différentes parties du globe.

Parmi les classifications qui ont apparu, basées sur des critéria différents, celle de l'éminent homme de science autrichien WLADIMIR KÖPPEN a triomphé, parce qu'elle s'est appuyée, aussi bien sur les éléments météorologiques, que sur la végétation, en considérant celle-ci comme étant le miroir du climat, et parce que cette classification présente encore deux grands avantages: premièrement, d'avoir introduit l'usage de lettres symboliques pour représenter les divers types de climats; deuxièmement, d'avoir fixé des valeurs quantitatives pour différencier et délimiter les divers types de climat. La classification de KÖPPEN est aussi celle qui se prête le mieux aux études géographiques, comme l'indique, d'ailleurs, le titre du dernier travail publié par l'auteur: *Das geographische System der Klimate.*

L'auteur rapelle le fait, qui vient à l'appui de cette affirmation, que la classification de KÖPPEN a été adoptée par les plus grands centres de la culture moderne et mentionne une étude faite récemment par le professeur EDWARD A. ACKERMAN, de l'Université de Harvard, où il examine minutieusement l'application de cette classification aux climats de l'Amérique du Nord.

Quoique le professeur ACKERMAN considère encore imparfaite la classification de KÖPPEN, il trouve, cependant, qu'il vaut mieux lui donner la préférence en la modifiant suivant les nécessités. Le professeur américain mentionne le fait que les travaux publiés dernièrement sur ce sujet tendaient à perfectionner le système de KÖPPEN.

Comme ce système, avec les derniers changements, se trouve être peu divulgué dans notre pays, l'auteur en fait une synthèse et reproduit les graphiques essentiels qui facilitent la compréhension et l'application du système en question.

L'auteur fait ensuite l'étude du bassin de l'Amazonie, en appliquant le système de KÖPPEN et en se servant des données météorologiques publiées par l'Instituto de Geografia e Estatística, dans l'*Annuaire* de 1938. Les stations ont été choisies de manière à être bien représentatives, tant par la position, que par les valeurs des principaux éléments météorologiques, des types de climat plus importants qui règnent dans ce bassin. Pour rendre plus facile l'interprétation des éléments météorologiques l'auteur a organisé des graphiques qui rendent bien claires les différences qui existent entre les types de climats que l'on rencontre dans le bassin de l'Amazone et qui sont: a) des *forêts tropicales*, constamment chaud et humide, avec des pluies abondantes — également distribuées ou du genre des moussons —, qui règnent dans les régions de la plaine de l'Amazonie et sur les versants des montagnes qui font face à la mer, comprenant aussi bien les forêts équatoriales proprement dites que les forêts tropicales; b) des *savanes*, chaud, ayant des pluies abondantes pendant l'été et une saison sèche, en hiver, qui est très nuisible à la végétation et qui donne lieu à la formation des *campos* (champs), *cerrados* et *caatingas*, qui règne sur les plateaux des massifs brésiliens et des guyanes; et c) tempéré humide, dont l'été est chaud et pluvieux, la température moyenne du mois le plus chaud monte au-dessus de 22°C, et l'hiver sec, la température moyenne du mois le plus froid descend au-dessous de 18°C; on rencontre ce type de climat dans les parties hautes des plateaux.

En finissant son travail, l'auteur dit que, d'une manière générale, le climat de l'Amazonie est caractérisé par la constance des hautes températures et par l'abondance des pluies, d'où résulte l'éxubérance de la végétation réellement équatoriale qui s'y développe en formant en extension continue la plus grande forêt fermée du monde.

Il serait, cependant, inexact de vouloir tirer des conclusions, quoique à grosso-modo, au sujet de l'influence que ce climat aurait sur l'homme, ayant en vue seulement les deux principales caractéristiques mentionnées ci-dessus. Grâce aux vents alizés qui en venant de la mer soufflent constamment vers l'intérieur du continent, ainsi qu'à la chute relativement accentuée de la température qui a lieu tous les jours pendant la nuit, les conditions du milieu amazonien, ainsi adoucies, sont parfaitement supportables.

Das les régions des savanes, qui entourent l'immense plaine de l'Amazonie, à cause de l'altitude, du régime des pluies et de la bonne ventilation, les conditions climatiques sont bien meilleures.

Il est vrai que les inondations qui coincident avec la saison des pluies diminuent sensiblement l'activité économique de toute la région.

Ce travail nous permet cependant d'affirmer que le climat de l'Amazonie ne constitue pas un obstacle au développement de son progrès. D'ailleurs, la richesse potentielle de cette région encore mal connue et au sujet de laquelle les opinions divergent parfois considérablement, compenserait largement tous les efforts que l'homme y dépenserait pour le bien du Brésil et de l'humanité.

RESUMEN

Luego de trazar en rápidas líneas el grandioso cuadro natural de Amazonia, el autor resalta la importancia que el estudio de su clima ofrece al desarrollo económico de la región.

En un breve histórico muestra, en seguida, que los antiguos ponían el clima en la exclusiva dependencia de la temperatura. Los climas eran clasificados por la inclinación de los rayos solares y por el "quantum" de insolación. Cada hemisferio era dividido por los paralelos, ora en 30 zonas climáticas, en función de la duración del mayor día del año, ora en 3 regiones principales: sin estación fría, sin estación caliente e intermediaria o templada.

El autor recuerda que el primer estudio de conjunto de la distribución de la temperatura en la tierra fué hecho por AEPINUS, en 1761, en el trabajo *De distribucione caloris per tellurem*, y que fué solo después de esa época que se hicieron estudios acerca de la distribución general de los elementos meteorológicos. Así, HAHLMANN indicó en 1839 la necesidad de que fueran hechas observaciones meteorológicas simultáneas y en un mismo periodo, para permitir el estudio comparativo de los climas. La noción de clima, de sencilla que era, pasó a ser cada vez más compleja, pués que el clima, en realidad, depende tanto de los elementos meteorológicos que cambian a cada instante, como de los factores geográficos que varían de un punto a otro.

Después de hablar de los principales elementos meteorológicos y factores geográficos que tienen influencia sobre el clima, el autor dice que era natural que aparecieran innumerables clasificaciones para ordenar la gran variedad de tipos que el clima presenta en las diversas regiones del globo.

Entre las clasificaciones del clima que surgieron, basadas en criterios diferentes triunfó la del eminente cientista austriaco WLADIMIR KÖPPEN, por el hecho de se basar tanto en los elementos meteorológicos, cuanto en la vegetación, considerada ella como el espejo del clima, y aun de tener dicha clasificación dos grandes ventajas: la primera, de utilizar letras simbólicas para señalar los diversos tipos de climas y la segunda, de haber fijado valores cuantitativos para diferenciar las variedades de tipos climáticos. También es la clasificación de KÖPPEN la que más sirve a los estudios geográficos, como lo indica, aliás, el propio título del último trabajo por él publicado *Das geographische System der Klimate.*

En favor de esa afirmación, observa el autor que el sistema de KÖPPEN viene siendo adoptado por los mayores centros de cultura moderna y cita un estudio hecho por el profesor EDWARD A. ACKERMANN, de la Universidad de Harvard, en que dicho profesor examina minuciosamente la aplicación de la clasificación en aprecio a los climas de Norte América.

Y señala que, aunque considerando aun imperfecta la clasificación de KÖPPEN, juzga el profesor ACKERMANN preferible aceptarla, en ella introduciendo las adaptaciones quizás necesárias. Recuerda, a respecto, el profesor yanqui que la mayoría de los trabajos publicados sobre el asunto ya venían procurando perfeccionar el sistema de KÖPPEN.

Como ese sistema con las últimas modificaciones aun se halla poco divulgado entre nosostros, de él ofrece el autor una síntesis, reproduciendo los gráficos esenciales que facilitan la comprensión y aplicación de dicho sistema.

Hecho eso, entra el autor en el estudio del clima de la cuenca amazónica, según el sistema de KÖPPEN, utilizando los datos meteorológicos que figuran en el *Anuario* de 1938, publicado por el Instituto Brasilero de Geografía y Estadística. Las estaciones fueron escogidas de manera que, tanto por la situación, cuanto por los valores de los principales elementos climáticos, fuesen bien representativas de los principales tipos de clima allí existentes. Para hacer más facil la interpretación de sus valores climáticos, presenta el autor algunos gráficos que hacen bien evidentes las facciones de los principales tipos de clima encontrados en la cuenca amazónica, que son: a) de *matas tropicales*, constantemente caliente y húmedo, con lluvias abundantes — igualmente distribuídas o del tipo monzón —, que domina las regiones de la llanura amazónica y pendientes de las montañas volvidas hacia el mar, abarcando tanto la foresta ecuatorial propiamente dicha, cuanto la foresta tropical; b) de *savanas*, caliente, con lluvias abundantes en el verano y en el invierno con un periodo seco que daña la vegetación y da lugar a la formación de campos, cerrados y caatingas, que impera en los altiplanos del macizo brasilero y de las Guayanas; y c) *templado húmedo*, con verano caliente y lluvioso, subiendo el promedio de la temperatura del mes más caliente arriba de 22°C, y con invierno seco, bajando la temperatura media del mes más frío abajo de 18°C, que ocurre en las partes más elevadas del altiplano. El autor concluye su trabajo diciendo que, de un modo general, el clima de Amazonia se caracteriza por la constancia de la temperatura alta y por la abundancia de las lluvias, de donde resulta la exuberancia de la vegetación verdaderamente ecuatorial que allá se despliega, formando la mayor extensión de matas cerradas del mundo.

Teniéndose en mira las dos principales características arriba, sería inexacta todavía, la conclusión que se viniera a sacar, mismo "grosso modo", con relación a la influencia del clima amazónico sobre el hombre. Gracias a los vientos alíseos que soplan con regularidad de las bandas del mar y penetran por el continente, así como, la caída relativamente fuerte de la temperatura que hay diariamente, a la noche, buenas son en la Amazonia las condiciones del medio así suavizado.

En las regiones de las savanas que ciñen la vasta llanura amazónica, en virtud de la altitud, del régimen de lluvias y de la buena ventilación, bien mejores son las condiciones climáticas.

Es cierto que las llenas periódicas e inevitables hacen mucho daño a la actividad económica de toda la región en la estación lluviosa.

Sin embargo, lo que este estudio nos permite afirmar es que el clima de Amazonia no ofrece mayor obstáculo al desarrollo de su progreso. Aliás, la riqueza potencial de la mal conocida región, a cuyo respecto tanto divergen a las veces los concetos, compensaría todos los esfuerzos que en su explotación tuviera el hombre que emplear por el bien del Brasil y de la humanidad.

RIASSUNTO

Tracciato in rapide linee il grandioso quadro naturale dell'Amazzonia, l'autore pone in evidenza l'importanza che lo studio del clima presenta per lo sviluppo economico della regione.

Mostra, in un breve cenno storico, che gli antichi giudicavano il clima con esclusivo riferimento alla temperatura. I climi erano classificati secondo l'inclinazione dei raggi solari e la durata dell'insolazione. Ciascun emisfero era diviso, secondo i paralleli, o in 30 zone climatiche, caratterizzate dalla durata del giorno più lungo dell'anno, o in 3 regioni principali: quella senza stagione fredda, quella senza stagione calda, e la intermedia o temperata.

L' autore ricorda che il primo studio d'insieme della distribuzione della temperatura sulla terra fu compiuto da AEPINUS, nel 1761, col titulo *De distributione caloris per tellurem,* e che soltanto più tardi furono eseguiti studi sulla distribuzione generale degli elementi meteorologici. Nel 1839 MAHLMANN dimostrò la necessità di disporre di osservazioni climatologiche simultanee per lo studio comparativo dei climi. Da semplice che era, la nozione di clima divenne sempre più complessa; e apparve evidente che il clima dipende cosí da elementi meteorologici, continuamente variabili, come da fattori geografici, diversi da luogo a luogo.

Enumerati i principali elementi meteorologici e fattori geografici che influiscono sul clima, l'autore osserva che era naturale apparissero numerose classificazioni intese a ordinare la grande varietà di tipi che il clima presenta nelle diverse regioni del globo.

Tra le classificazioni fondate su vari criteri, prevalse quella dell'illustre scienziato austriaco WLADIMIR KÖPPEN, che è fondata sia sopra elementi meteorologici, sia sulla vegetazione, considerata come riflesso del clima, e che presenta due grandi vantaggi: quello di impiegare lettere simboliche per designare i vari tipi di clima i quello di fissare valori quantitativi per differenziare le varietà di tipi di clima. Questa classificazione è anche la più adatta per gli studi geografici, come appare d'altronde dal titolo stesso dell'ultimo lavoro pubblicato da KÖPPEN, *Das geographische System der Klimate".*

A sostegno della sua affermazione, l'autore nota che la suddetta classificazione è adottata nei maggiori centri della moderna cultura, e cita un recente studio del Prof. EDWARD A. ACKERMAN, della Harvard University, in cui la classificazione stessa è applicata ai climi dell'America Settentrionale. Aggiunge che, sebbene l'ACKERMAN non consideri perfetta la classificazione di KÖPPEN, giudica opportuno adottarla, introducendovi le opportune modificazioni, come del resto già erastato fatto in molti lavori sull'argomento.

Tale classificazione, con el recenti modificazioni, essendo ancora poco nota nel Brasile, l'autore la riassume, riproducendo i principali grafici che ne agevolano la comprensione e l'applicazione.

Indi inizia lo studio del clima del bacino amazzonico, secondo il sistema di KÖPPEN, valendosi dei dati meteorologici per il 1938, pubblicati nell'*Annuario* del 1938 dell'Istituto Brasiliano di Geografia e Statistica. Le stazioni furono scelte in modo da essere rappresentative — sia per la situazione, sia per i valori dei principali elementi climatici — dei principali tipi di clima della regione. Per facilitare l'interpretazione dei valori climatici, l'autore presenta alcuni grafici, i quali rendono evidenti i tratti dei principali tipi di clima osservati nel bacino amazzonico che sono: a) il clima delle *foreste tropicali,* costantemente caldo e umido, con piogge abbondanti — distribuite ugualmente, o del tipo monsone —, che domina nelle regioni della pianura amazzonica e nelle pendici dei monti rivolte verso il mare, comprendendo tanto la vera e propria foresta equatoriale quanto la tropicale; b) il clima delle *savane,* caldo, con piogge abbondanti nell'estate e con un periodo di siccità nell'inverno, che danneggia la vegetazione e dà luogo alla formazione dei tipi di terreni senza vegetazione arborea o con magre macchie, caratteristici degli altipiani del massiccio brasiliano e delle Guiane; c) il clima *subtropicale umido,* con estate calda e piovosa, in cui la temperatura media del mese più caldo supera 22°C, e con inverno asciutto, in cui la temperatura media del mese più freddo è inferiore a 18°C, — caratteristico delle parti più elevate degli altipiani.

L' autore conchiude che, in via generale, il clima amazzonico è contrassegnato dalla costanza di alte temperature e dall'abbondanza delle piogge, da cui risulta l'esuberanza della vegetazzione veramente equatoriale, che si sviluppa nella regione, costituendo la maggior distesa continua di foresta vergine esistente nel mondo.

Quanto alle influenza del clima sull'uomo, l'autore nota che l'effetto delle caratteristiche sopra rilevate è mitigato dall'azione dei venti alisei, che spirano regolarmente dalle coste marittime e penetrano nel continente, e dall'abbassamento della temperatura che si verifica regolarmente nel corso della notte; di modo che nell'insieme le condizioni dell'ambiente sono favorevoli al popolamento.

Nelle zone di savane che circondano la vasta pianura, l'altezza, il regime delle piogge e la buona ventilazione concorrono e rendere anch migliori le condizioni climatiche.

Tuttavia le inondazioni periodiche e inevitabili intralciano gravemente l'attività economica della regione nella stagione delle piogge.

Lo studio eseguito permette affermare che il clima dell'Amazonia non oppone gravi ostacoli al progresso di questa regione. D'altra parte, la ricchezza potenziale del territorio, ancora tanto poco conosciuto e tanto variamente giudicato, compensera largamente tutti gli sforzi che l'uomo dedicherà a conquistarlo, con vantaggio del Brasile e dell'umanità intera.

SUMMARY

The author, after outlining broadly the grandeur of the natural picture of the Amazon valley, emphasizes the importance of the study of its climate for the economic development of the region.

He then shows in a brief historical review that the ancients used to place climate on the exclusive dependence of temperature. The climates were classified according to the inclination of the sun's rays and the amount of sunshine.

Each hemisphere was divided by the parallels, now into 30 climatic zones on the basis of the longest day of the year, now into 3 main regions: without a cool season, without a hot season, and intermediate or temperate.

The author reminds that the first study of the distribution of temperature on earth as a whole was made by Aepinus in 1761, in his work "De distribucione caloris per tellurem", and that studies about the general meteorological elements were only carried out after that time. Thus, Mahlamann in 1839 stressed the need for climatologic observations to be taken simultaneously and at one time in order to make possible the comparative analysis of climates. The notion of climate as simple as it was became more and more complex. As a matter of fact climate depends as much as on the ever-changing meteorological elements as on geographic factors which vary from place to place.

After enumerating the principal meteorological elements and geographic factors which exert influence on climate the author says that it was quite natural that numerous classifications would arise to put in order the great variety of types offered in various regions of the earth.

Among the classifications set forth and based on different criteria, that of the eminent scientist Wladimir Köppen was victorious, for it followed as much the meteorological elements as the the vegatation. This classification was considered as a mirror of the climate and also as having two major advantages: the first is that it made use of symbolic letters to indicate the diverse types of climates, and the second is that it has established quantitative values to differentiate the varieties of climatic types. That Köppen's classification is the one which suits most the geographic studies is also indicated by the title of his issue "Das geographische der Klimate".

In support of this assertion, the author remarks that Köppen's system is being used by the greatest centers of modern culture.

He mentions a study made recently by Prof. EDWARD A. ACKERMAN, of the Harvard University, in which this scholar examines minutely the use of the classification in connection with the climates of North America.

He also points out that, though taking the classification developed by Köppen as a still imperfect one, Prof. ACKERMAN is in favor of the method, provided the necessary adaptations are introduced into it. In this respect the American professor reminds that the majority of the studies published on the matter already were seeking to improve Köppen's system.

As this system with its last modifications is still scarcely known among us the author offers a synthesis of it, reproducing at the same time the essential graphs in order to facilitate the understanding and use of the system.

Next the author passe to study the climate of the Amazon basin, in accordance with Köppen's system, availing himself of the meteorological data appearing in the 1938 Year-Book publish by the Geographical and Statistical Institute. The stations were chosen either by their situation or the values of the principal climatic elements in such a way as to well represent the chief types of climate existing therein. In order to facilitate the interpretation of the climatic figures, the author presents some charts which make evident the peculiar features of the principal types of climate found in the Amazon basin, namely: (a) *tropical forests,* continually hot and damp with heavy rains — evenly distributed or the monsoon type — which is dominant in the regions of the Amazonian plain and the slopes of mountains facing the sea, comprising both the equatorial forest properly so-called, and the tropical forest; (b) *savannas,* hot, with abundance of rainfall in summer and winter and a dry period which is prejudicial to vegetation and gives rise to prairies or fields, thickets and *caatinga* (brush and scrub country), prevailing in the plateau of the Brazilian crystalline block and in the Guianas;

and (c) *sub-tropical humid,* with a hot and rainy summer, the mean temperature of the hotest month rising above 22° C, and with a dry winter, the mean temperature of the coolest month falling below 18° C, which occurs in the highest portions of the plateau.

The author arrives at his conclusions by saying that, generally the Amazonian climate is characterized by a steadily high temperature and abundant rains, whence the exuberant vegetation truly equatorial expanding over there and forming the world's greatest and uninterrupted area of closed forest.

However, considering the foregoing two main features, an even rough conclusion that might be drawn with reference to the influence of the Amazonian climate on man would be inaccurate. Thanks to the trade winds blowing regularly from the sea side and penetrating into the continent, as well as the relatively pronounced daily fall of temperature at night-time, the conditions of the environment thus rendered mild are very good.

In the savannas regions surrounding the vast Amazonian plain, the climatic conditions are far better due to altitude, to the régime of rainfall and to good ventilation.

It is certain that the periodical and inevitable floods are an hindrance to the economic activity of the whole region during the rainy season. Yet, what this study permits to assert is that the climate of the Amazon valley does not offer any serious difficulty to the development of its resources. In fact, the tremendous wealth of the little known region, about which conceptions are sometimes so divergent, would reward all the efforts which in its exploitation man may display on behalf of Brazil and humanity.

ZUSAMMENFASSUNG

Nachdem der Verfasser in kurzen Zügen das überwältigende Bild der Natur des Amazonas erwähnt, betont er die Bedeutung welche die Studien des Klimas auf die wirtschaftliche Entwicklung der Gegend hat.

In kurzem Überblick erwähnt er, dass die Alten das Klima der absoluten Abhängigheit der Temperatur unterstellten. Die Klimate wurden durch die Inklination der Sonnenstrahlen und durch das "Quantum" der Insolationen klassifiziert. Jede Hemisphäre wurde durch die Parallelen teils in 30 klimatische Zonen, durch die Dauer des längsten Tages bedingt, teils in 3 Hauptregionen, ohne kalte, warme oder gemässigte Jahreszeiten eingeteilt.

Der Verfasser erwähnt weiterhin, dass die erste zusammenhängende Studie über die Verteilung der Temperatur auf die Erde von AEPINUS im Jahre 1761 in seinem Werk: *De distribucione caloris per tellurem* geschrieben worden ist und erst seit diesem Datum wurden Erforschungen über die allgemeine Verteilung der meteorologischen Elemente angestellt. So bewies MAHLMANN im Jahre 1839 die Notwendigkeit dass Klimatische Beobachtungen gleichzeitig und während eines gleichen Zeitraumes gemacht werden müssten, um das vergleichende Studium des Klimas zu erlauben. Der Begriff "Klima" welcher so einfach war, wurde immer komplezer unter der Erkennung dass in Wirklichkeit das Klima sowohl von allen metereoligischen Elementen, die jeden Augenblick sich ändern wie von den geographischen Faktoren, die von Ort zu Ort wechseln, abhängt.

Nachden er die hauptsächlichsten meteoroligischen Elemente wie die wichtigen geographische Faktoren welche auf das Klima Einfluss haben, erwähnt, schreibt der Verfasser dass es selbtverständlich sei, dass es unzahlige Klassifizierungen gebe, um die grosse Menge der verschiedenen Typen welche das Klima in den verschiedenen Teilen der Erdkugel dem Studium darbietet, einzuteilen.

Unter den Klassifizierungen des Klimas welche, auf verschiedenen Anschauungen fussend, aufkamen, triumphierte die des eminenten österreichischen Wissenschaftlers WLADIMIR KÖPPEN, weil sie nicht nur die metereologischen Elemente sondern auch die Vegetation in Betracht zieht sieht die Vegetation als Spiegel des Klimas an; ausserdem besitzt diese Klassifizierung zwei grosse Vorzüge: als erster gebraucht sie simbolische Buchstaben um die verschiedenen Typen des Klimas zu bezeichnen und als zweiter Vorzug wäre zu bezeichnen, dass sie die quantitativen Werte festgelegt hat, um damit die Verschiedenheiten der klimatischen Typen festzusetzen. Ausserdem dient die Klassifizierung von KÖPPEN am besten den geographischen Studien, wie auch der Titel seiner letzten Arbeit *Das geographische System der Klimate* beweist.

Zum Beweis dieser Behauptung bemerkt der Verfasser, dass das System von KÖPPEN von den grössten Zentren der modernen Kultur adoptiert worden ist und erwähnt eine Studie, die letzhin von Professor EDWARD A. ACKERMAN, von der Harvard-Universität veröffentlicht wurde, in welcher jener Wissenschaftler auf das genaueste die Anwendung der Klassifizierung von KÖPPEN auf die Klimate Nordamerikas untersucht.

Er sagt weiterhin, dass Professor ACKERMAN, trotzdem er jene Klassifizierung als noch nicht vollkommen ansieht, meint, es sei vorzuziehen, dieselbe anzunehmen und nur die eventuel notwendigen Umänderungen zuzufügen. Professor ACKERMAN erwähnt noch, dass die Mehrzahl der letzthin veröffentlichen Arbeiten über diese Probleme schon das System von KÖPPEN zu verbessern versuchen.

Da dieses System mit seinen neuesten Änderungen noch ziemlich unbekannt unter uns ist, gibt der Verfasser uns eine kurze Übersicht desselben und reproduziert die hauptsächlichsten Zeichnungen, welche die Verständlichkeit und Anwendung des Köppenchen Systems erleichtern.

Dann geht der Verfasser auf das Studium des Klimas des Amazonas-Becken über, in Übereinstimmung des Systems von KÖPPEN; dazu benutzt er die meteorologischen Daten, welche im Jahrbuch des Statistischen und Geographischen Instituts von 1938 veröffentlicht worden sind. Die Jahreszeiten wurden derart ausgewählt, dass sie sowohl durch ihre Lage wie durch den Wert der hauptsächslichten klimatischen Elemente die wirklichen Vertreter der wichtigsten Typen des dort bestehenden Klimas sind. Um die Verständlichkeit ihrer klimatischen Werte zu erleichtern, veröffentlicht der Verfasser einige Zeichnungen, welche die Formen der hauptsächlichsten Typen des Klimas, das in dem becken des Amazonas anzutreffen ist, erklärt. Diese Typen sind: a) die *tropischen Wälder,* dauernd heiss und feucht, mit reichlichem Regen — gleichmassig verteilt, die die Gegenden der amazonischen Hochebene und der Bergrücken in der Meeresrichtung wie auch die Wälder des Äquators beherrschen.

b) *Die Savanen,* heiss mit reichlichen Regen im Sommer und Trockenheit im Winter welche die Vegetation schädigt und das Aufkommen von Feldern, Gebüsch und Caatingas verursacht, die auf den Hochebenen der Brasilianischen Bergformationen und der Guianas vorherrschen.

c) *Das feuchte gemässigte Klima,* mit heissen und regnerischen Sommer, während dem die mittelmassige Temperatur in der heissesten Monat auf über 22 Grad C steigt und mit trockenen Winter und dementsprechenden Temperaturfall in dem kältesten Monat auf unter 18 Grad C. Dieses Klima beherrscht die höchsten Höhen der Hochebene.

Der Verfasser schliesst seine Arbeit mit der Feststellung dass, im allgemeinen Sinne gesprochen, das Klima am Amazonas sich durch eine dauernde, hohe Temperatur und grossen Regenreichtum charakterisiert, wodurch eine enorme Üppigkeit der wirklichen aequatorial Vegetation bedingt ist, welche dort die grösste Fläche geschlossener Wälder der ganzen Welt hervorbringt.

Es wäre aber unrichtig, wenn man nun den Schluss zöge — in Hinsicht auf die oben erwähnten Charakterzüge — dass dieselben auf den Menschen einen ungünstigen Einfluss haben. Dank der alisischen Winde, die regelmässig vom Meer kommen, den Kontinent durchdringen wie auch durch den stark betontenten täglichen Temperaturfall, der jede Nacht fühlbar ist, sind die klimatischen Bedingungen des Amazonas günstig.

In der Gegend der Savannen, welche die weite Fläche des Amazonas umringen, sind, dank der Höhe, der verteilung des Regens und guter Ventilation die klimatischen Bedingungen noch besser.

Wohl ist es richtig, dass die periodischen und unvermeidlichen Überschwemmungen die wirtschaftliche Tatigkeit der ganzen Gegen während der Regenzeit sehr schädigen.

Auf alle Fälle erlaubt uns das Studium dieser Arbeit zu behaupten, dass das Klima des Amazonas keinerlei grössere Schwierigkeiten zur Entwicklung seines Fortschrittes bildet. Ausserdem entschädigen die potentiellen Reichtümer dieser noch so wenig und schlecht bekannten Gegend, über welche die Meinungen so verschieden sind, alle Anstrengungen, die der Mensch zur Entfaltung derselben zu machen hat, wobei er sich besonders bewusst sein müsste, dass diese Arbeiten Brasilien und der ganzen Menscheit zu Gute kommen würden.

RESUMO

Priskribinte per rapidaj linioj la grandiozan bildon naturan de Amazonio, la aŭtoro reliefigas la gravecon, kiun la studo pri ties klimato oferas por la ekonomia disvolviĝo de la regiono.

Poste, en ĝeneralaj trajtoj, li montras, ke la antikvuloj metis la klimaton sub la ekskluzivan dependecon de la temperaturo. La klimatoj estis klasigataj laŭ la inklino de la sunradioj kaj laŭ la kvanto de sunfrapo. Ĉiu duonsfero estis dividita per la paraleloj, jen laŭ 30 klimataj zonoj, funkcie de la daŭro de la plej longa tago de la jaro, jen laŭ 3 ĉefaj regionoj: sen malvarma sezono, sen varma sezono kaj mezvarma regiono.

La aŭtoro memorigas, ke la unua tutkuna studo pri la distribuo de la temperaturo sur la tero estas farita de AEPINUS, en 1761 ĉe la verko *De distributione caloris per tellurem,* kaj ke nur post tiu epoko oni faris studojn pri la ĝenerala distribuo de la meteorologiaj elementoj. Tiel MAHLMANN indikis en 1839 la neceson esti farataj klimataj observoj samtempaj kaj dum sama periodo, por permesi la komparan studon de la klimatoj. La ideo pri klimato, kiu estis simpla, iĝis pli kaj pli kompleksa, ĉar la klimato, efektive, dependas kaj de la meteorologiaj elementoj, kiuj ĉiumomente sin modifas, kaj de la geografiaj faktoroj, kiuj varias de loko al loko.

Post kiam li laŭvice elnomis la ĉefajn meteorologiajn elementojn kaj geografiajn faktorojn, kiuj havas influon sur la klimato, la aŭtoro diras, ke estas natura la apero de sennombraj klasigoj por ordigi la grandan variecon de tipoj, kiun la klimato oferas en la diversaj regionoj de la terglobo.

El inter la aperintaj klimataj klasigoj, bazitaj sur diversaj kriterioj, triumfis tiu de la eminenta aŭstra sciencisto WLADIMIR KÖPPEN, pro tio, ke ĝi baziĝas tiel sur la meteorologiaj elementoj, kiel sur la vegetajo, kiun ĝi konsideras kiel spegulon de la klimato, kaj ankaŭ pro

tio, ke la citita klasigo havas du grandajn profitojn, nome: utiligi simbolajn literojn por nomi la diversajn klimato-tipojn kaj esti fiksinta kvantecajn valorojn por nomi la diversajn klimato--tipoj. Estas ankaŭ la klasigo de KÖPPEN tiu, kiu pli bone taŭgas por la geografiaj studoj, kiujn cetere indikas la propra titolo de la lasta verko, kun li publikigis, nome: *Das geographische Sistem der Klimate.*

Favore de tiu opinio, la aŭtoro observas, ke la sistemo de KÖPPEN estas adoptata de la plej graj centroj de moderna kulturo kaj citas studon ĵus faritan de profesoro EDWARD A. ACKERMAN, el la universitato de Harvard, en kiu tiu ĉi profesoro detale ekzamenas la aplikadon de la priparolita klasigo al la usonaj klimatoj.

Kaj li montras, ke malgraŭ tio, ke li konsideras ankoraŭ neperfekta la klasigon de KÖPPEN, profesoro ACKERMANN juĝas preferinde ĝin akcepti, tamen kun la adaptoj eble necesaj. Pri tio la usona profesoro memorigas, ke la plimulto de la verkoj publikigitaj pri tiu afero jam serĉadis plibonigi la sistemon de KÖPPEN.

Ĉar tiu sistemo kun la lastaj modifoj ankoraŭ estas malmute konata inter ni, la aŭtoro prezentas ĝian sintezon, reproduktante la esencajn grafikaĵojn, kiuj faciligas la komprenon kaj aplikadon de la citita sistemo.

Tiam la aŭtoro komencas la studon pri la klimato de la amazona baseno, laŭ la sistemo de KÖPPEN, utiligante la meteorologiajn elementojn, kiuj aperis en la Jarlibro de 1938, publikigita de la Brazila Instituto de Geografio kaj Statistiko. Oni elektis la staciojn tiamaniere, ke, tiel pro la situacio, kiel ankaŭ pro la valoroj de la ĉefaj klimataj elementoj, ili bone reprezentus la ĉefajn klimato-tipojn tie ekzistantajn. Por plifaciligi la interpreton de ĝiaj klimataj valoroj la aŭtoro prezentas kelkajn grafikaĵojn, kiuj bone evidentigas la trajtojn de la ĉefaj klimato--tipoj trovitaj ĉe la amazona baseno, kiuj estas: a) de *tropikaj arbaroj*, ĉiam varma kaj malseka, kun abundaj pluvoj — egale disribuitaj aŭ de la tipo musono —, kiu superas ĉe la regionoj de la amazona ebenaĵo kaj ĉe la deklivoj rigardantaj la maron, enspacante kaj la ĝuste nomitan ekvatoran arbaron kaj la tropikan arbaron; b) de *savanas* (amerika stepo), varma, kun abundaj pluvoj dum la somero kaj la vintro kaj seka periodo, kiu malhelpas la vegetadon kaj kaŭzas la formadon de kampoj, *cerrados* (densaj arbaroj) kaj *caatingas* (maldensaj arbaretoj), kiuj regas sur la altebenaĵoj de la brazila masivo kaj de la Gojanoj; kaj c) *malsek-mezoarma*, kun varma kaj pluvema somero, kun la meza temperaturo de la plej varma monato supera ol 22°C, kaj kun seka vintro, kun la meza temperaturo de la plej malvarma monato malsupera ol 18°C, tio, kio okazas ĉe la plej altaj partoj de la altebenaĵoj.

La aŭtoro finas sian verkon dirante, ke, ĝenerale, la Amazonia klimato sin karakterizas per la konstanteco de la alta temperaturo kaj pro la abondeco da pluvo, de kio rezultas la riĉegeco de la vere ekvatora vegetaĵo, kiu tie divastiĝas, formante la plej vastan kontinuan etendon de kompakta arbaro en la tuta mondo.

Sed neĝusta estus la konkludo, kiun, konsiderante la du ĉefajn karakterizaĵojn supre menciitajn, oni elprenus, rilate al la influo de la amazona klimato sur la homo. Dank' al la tradoj, kiuj regule blovas el la marbordoj kaj enpenetras tra la kontinenton, kiel ankaŭ al la relative intensa falo de la temperaturo, kiu okazas ĉiutage, nokte, estas bonaj en Amazonio la kondiĉoj de la medio tiel mildigita.

Ĉe la regionoj de la *savanas*, kiuj ĉirkaŭas la vastan amazonan ebenaĵon, pro la alteco, la pluvreĝimo kaj la bona ventolo, estas multe pli bonaj la klimataj kondiĉoj.

Estas certe, ke la periodaj kaj neeviteblaj inundoj malhelpas la ekonomian aktivecon de la tuta regiono dum la pluvema sezono.

Ĉiaokaze, tio, kion tiu ĉi studo permesas al ni certigi, estas ke la Amazonia klimato ne oferas grandan baron al la disvastiĝo de ĝia progreso. Cetere, la potenciala riĉeco de la malbone konata regiono, pri kiu kelfoje tiom malakordas la opinioj, kompensus ĉiujn klopodojn pro la bono de Brazilo kaj de la homaro.

FRONTEIRAS AMAZÔNICAS

Tte. cel. Lima Figueiredo
Da Comissão de Redação da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

I — GENERALIDADES

Neste trabalho vamos estudar as fronteiras da Amazônia Brasileira com os países vizinhos — as três Guianas, Venezuela, Colômbia, Perú e Bolívia. Já se acham perfeitamente caracterizadas e demarcadas as lindes com as Guianas Holandesa e Inglêsa, Colômbia e Perú. Trabalhos de demarcação estão sendo levados a efeito ao longo da fronteira venezuelana; e para fechar, com marcos, a raia com a Bolívia, faltam ainda os trechos compreendidos entre a cabeceira do Rapirrã e a do braço oriental do igarapé da Baía, afluente do rio Acre; e o que vai do marco do rio Turvo, tributário do Paragaú, ao manadeiro principal do rio Verde.

Durante as expedições para delimitar, perfeitamente, o contôrno terrestre do Brasil, levadas a efeito a partir de 1920, foram determinados os pontos extremos norte e oeste que se encontram, respectivamente, no monte Caburaí e na serra da Contamana. O primeiro, situado na cordilheira de Pacaraimã entre as cabeceiras do rio Ailã (afluente do Maú) e do Cucuí (bacia do Mazaruni) apresenta as coordenadas seguintes: latitude norte — 5° 16' 19"60; longitude oeste de Gr. — 60° 12' 43",28, a 77 km 754 a leste do monte Roraimã. O segundo, localizado nas proximidades da cabeceira do rio Moa, afluente do Juruá, tem as coordenadas seguintes: 7°33'12",85 de latitude sul e 73°59'32",45 de longitude oeste Gr.

II —DESCRIÇÃO DA FRONTEIRA

1 — *Guiana Francesa.* A linde com a Guiana Francesa é constituída pelo rio Oiapoque desde sua foz até à sua cabeceira na serra Tumucumaque, por onde segue até ao marco trinacional Brasil-Colônia Surinã-Guiana Francesa. Os demarcadores da nossa fronteira com a Guiana Holandesa assentaram êste marco em 1938, entre as cabeceiras do Mapaoni e Coulé-Coulé. Como ainda não foram definitivamente assentadas as divisas fronteiriças entre os governos da França e da Holanda, naquelas paragens, o marco trinacional poderá ser deslocado da cabeceira do Coulé-Coulé para a de outro formador do Itani.

A fronteira ainda não foi demarcada, tem um desenvolvimento aproximado de 655 km e é deshabitada a partir do têrço médio do Oiapoque.

A respeito da morfologia do nome do curso dágua lindeiro vamos pedir auxílio a um grande conhecedor da região denominada Amapá, Dr. Jorge Hurley, por tê-la percorrido palmo a palmo. O rio Oiapoque

deve o seu nome à língua tupí e vem de *oyampis,* tribu de índios que habitavam, e no alto ainda habitam, êsse rio e *oca,* casa: *oyampi — oca — oyampoca* — casa dos oyampís — e que depois com o decorrer das eras, sob a influência perniciosa dos vícios de linguagem e corruptelas que amputaram o *m* do vocábulo *oyampís* e o *a* de *oca* transformou-se em *oyapoc* e nós brasileiros ou melhor os inglêses, para adulterarem mais o vocábulo, desnaturalizando-o talvez intencionalmente... adicionaram um *k* inexpressivo e estranho e daí temos a grafia *oyapock!*

"A denominação *oyampoca,* que era como os índios caraibas e aruãs chamavam êsse rio, está indicando que se fazia sentir a influência da língua tupí — geral — ao norte do Brasil. Não receio de afirmar que essa influência vai ter até às Antilhas".

Depois da apaixonada questão conhecida como a do contestado do Amapá, na qual houve até derramamento de sangue, tanto do Brasil como da França, foi entregue a solução da pendenga ao presidente da Suíça, Dr. WALTER HAUSER, que, como árbitro escolhido por ambas as partes, nos deu ganho de causa pelo Laudo Arbitral de 1.º de Dezembro de 1900.

Para dizer algo sôbre o rio fronteiriço vou dar a palavra ao meu extremecido chefe e verão como o maior geógrafo americano, apesar de ter vivido uma vida de asperezas e sacrifícios, sabe ser ameno, agradável e dizer o que viu com suavidade e encanto.

Que fale o mestre, o general RONDON, o bandeirante do século da eletricidade!

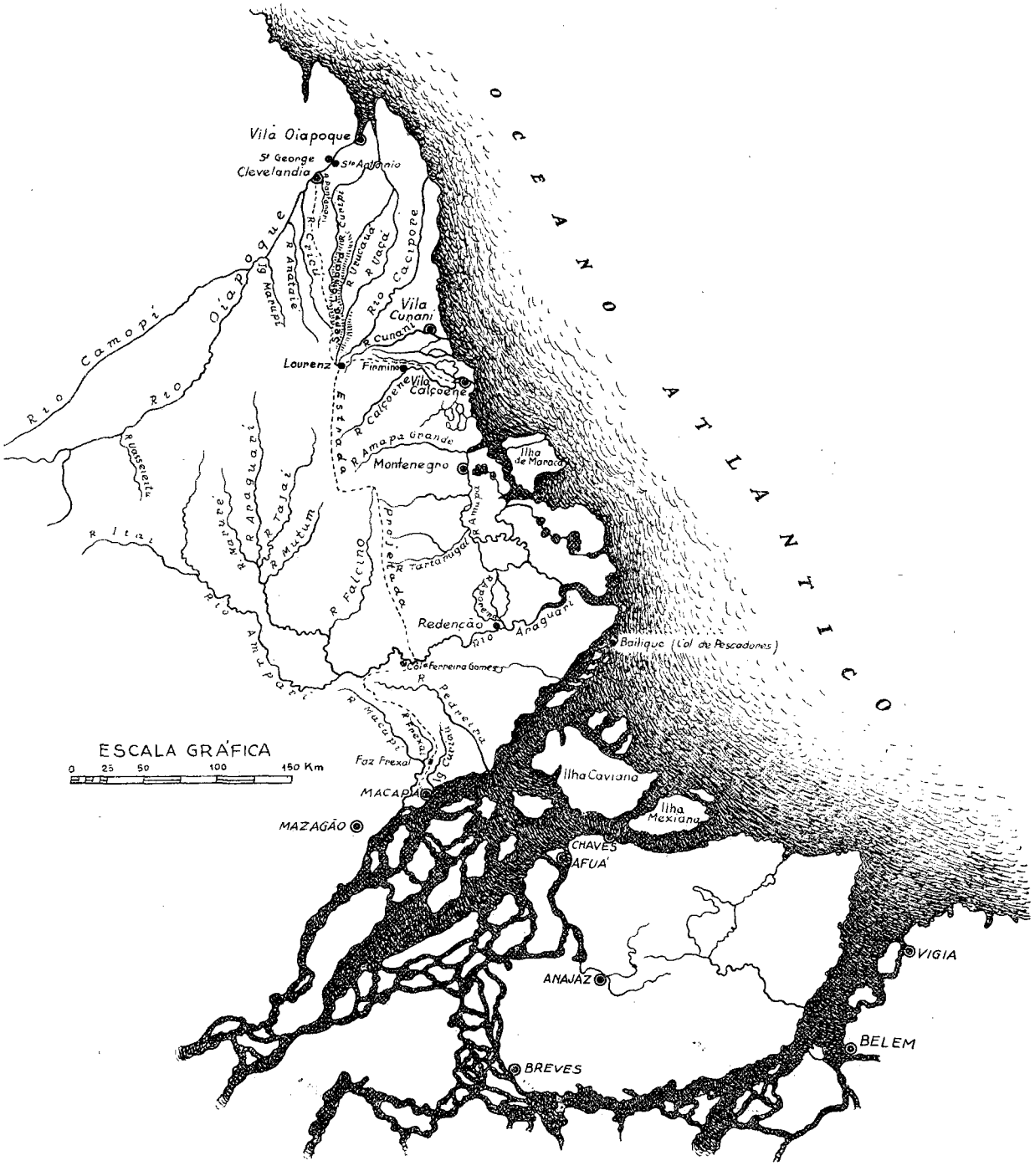
"Nasce, na extremidade oriental da serra Tumucumaque, ao pé do monte Iaguar, junto ao qual se levanta o pico Crevaux, na região dos índios Oiampís, que dominaram, por completo, as suas vertentes, anteriormente à conquista e que primeiramente a terão batizado, dando-lhe o nome histórico.

"Suas cabeceiras estão na altitude de 1 200 metros e são cortadas pelo paralelo de 2º norte. Contraverte com os rios Araguarí e Jarí.

"Completamente livre até Clevelândia, impede-lhe a navegação, daí para cima, a multiplicidade de saltos e cachoeiras que infestam seu alto curso. O salto Robinson marca o início dêsses obstáculos e o Trois Sauts o último acidente físico de maior monta que o viajante nele assinala.

"Seu volume, maior que o do Ródano e do Loire, é considerável e desproporcionado ao seu curso de 485 quilômetros, um têrço menor que o do Maroni.

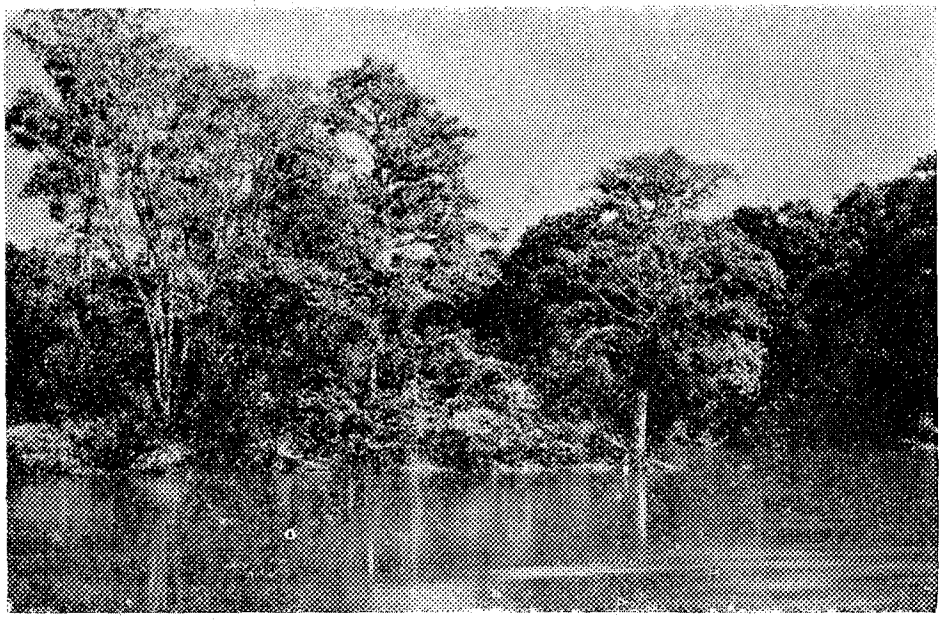
"Deságua no Oceano Atlântico conjuntamente com o rio Uaçá, formando o estuário conhecido pelo nome de Baía do Oiapoque, compreendida entre Montagne d'Argent, antiga San Vicente, e o cabo Orange ou Rio Branco, a Ponta Bruyère do Mont Lucas e a do Mosquito.


OCEANO ATLANTICO
Vila Oiapoque
St Geonge
Clevelandia
Ste Antonio
Rio Oiapoque
Rio Camopi
R Anatace
R Uaçá
Rio Cacipore
Vila Cunani
R Cunani
Lourenz
Fimmino
Vila Calçoene
R Calçoene
R Amapá Grande
Montenegro
Ilha de Manoel
R Araguari
R Tajaí
R Mutum
R Falcino
R Tartarugal
Redenção
Anaguari
Bailique (Col de Pescadores)
Col Ferreira Gomes
R Macapá
Faz Frexal
MACAPÁ
MAZAGÃO
Ilha Caviana
Ilha Mexiana
CHAVES
AFUÁ
ANAJAZ
BREVES
VIGIA
BELEM
ESCALA GRÁFICA
0 25 50 100 150 Km

"Seus afluentes principais são, pela margem esquerda, Uanarí, Aramontabo, Racucini, Sikiní, Camopí, Iarupí, Erêpuçã; pela margem direita, Uaçá, Taparabô, Flatnarê, Spariní, Escondido, Cricú, Jacarezinho, Alice, Duas Barras, Adrésse, Mucherizinho, Etonaie, Murupí, Jaiê, Cruatú, Mutura, Iangararí, Motaquera.

"A cêrca de 400 km, a partir de sua barra, o Oiapoque divide-se em dois braços, aos quais CREVAUX denominou: "Le Blond", o que contraverte com o Ruapir do Jarí pelo sudoeste; "Le Prieur", o que vem do oeste, e contraverte com águas do Aruá, contribuinte do Maroni. Estes são os coletores dos múltiplos igarapés que constituem as suas nascentes.

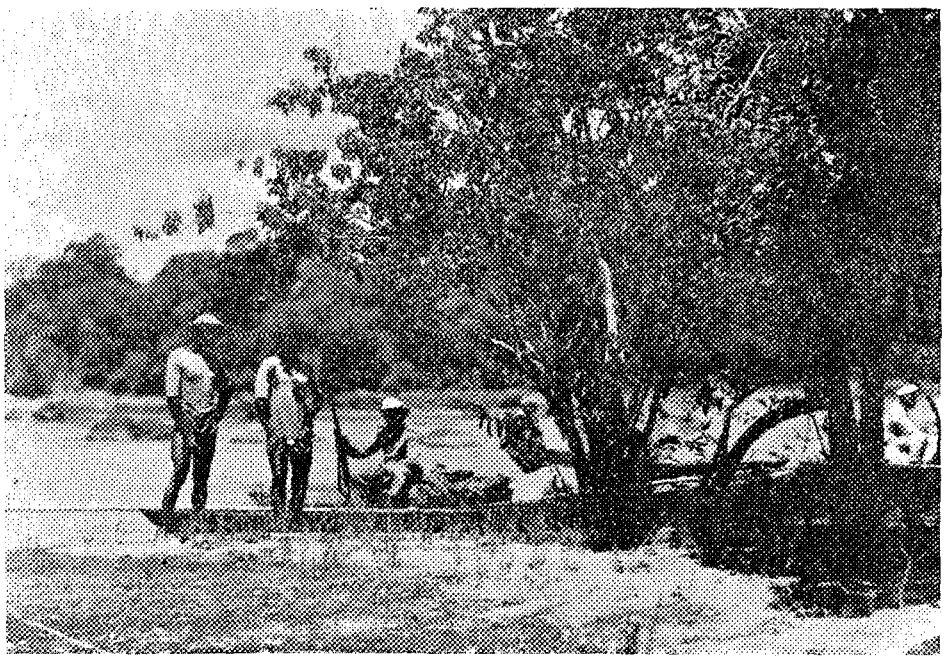
"Das muitas cachoeiras que lhe embaraçam a navegação merecem menção especial: Salto Robinson ou Grand Roche, Nuru-Uaçá ou Anauá, Cachirí, Fomis-Oiapoque, Maruá, Pacauará, Caimon, Burá, Camarauá Grande, Uêcaraiô, Maçará Grande, Trois Sauts, como as mais salientes pelo complicado dos seus canais, travessões de pedra, dando lugar a multiplicação das ilhas de aspectos pitorescos que imprimem empolgantes paisagens no álveo do rio assim dilatado.



Propriedade do súdito inglês MECHEL, *aí residindo com sua mulher, uma crioula francesa..., neste belo e calmo ambiente do Oiapoque, tem êle a sede de seu comércio de fornecimento às minas de ouro.*

"A vista deleita-se na contemplação das árvores cobertas de orquídeas, da multidão de parasitas de ramos pendentes e ondulosos com fôlhas lineares alongadíssimas, de líquenes pardo-cinzentos, de begônias de tufos elegantes, de bromeliáceas atropelando-se com os fetos de tôda espécie, de *aroídeas* do gênero *filodendron*. Lianas de tôdas as variedades traçam dosséis aos "sous bois" rasteiros em que os musgos e as mil criptogâmicas curiosas entapetam o solo. Enfim, o reino vegetal em tôda sua extensão e beleza.

"Dentre as ilhas, destacam-se a dos Veados, pela sua extensão; Cafesoca e Acajú ou Robinson, pela sua tradição. Aquela pouco acima de sua embocadura, estas na origem da zona encachoeirada".



Nesse ambiente equatorial domina a raça negra, sadia e feliz, vivendo uma vida despreocupada, fiéis servidores dos desejos de seus patrões...

A população ribeirinha é pequena, geralmente de origem negra ou índia, e emprega sua atividade na extração da essência do pau rosa e da balata. Cada tonelada de pau rosa pode produzir 15 quilos de óleo, que chegou a ser cotado à razão de 35 francos o quilo.

Aos olhos dos expedicionários que subiam o Oiapoc-ú assim mostrou-se a barra do rio Camorí... Um agrupamento de casas entre os pequenos morros que cercam essa embocadura... Uma pequena usina de fabricação de álcool...

Nas casas comerciais do baixo rio teem lugar as transações para o contrabando do ouro minerado nas minas de Cassiporé, Cunaní, Calçoene, além de outras. O precioso metal ora foge para Caiena ora para Belém, à mercê do valor da moeda dos dois países limítrofes.

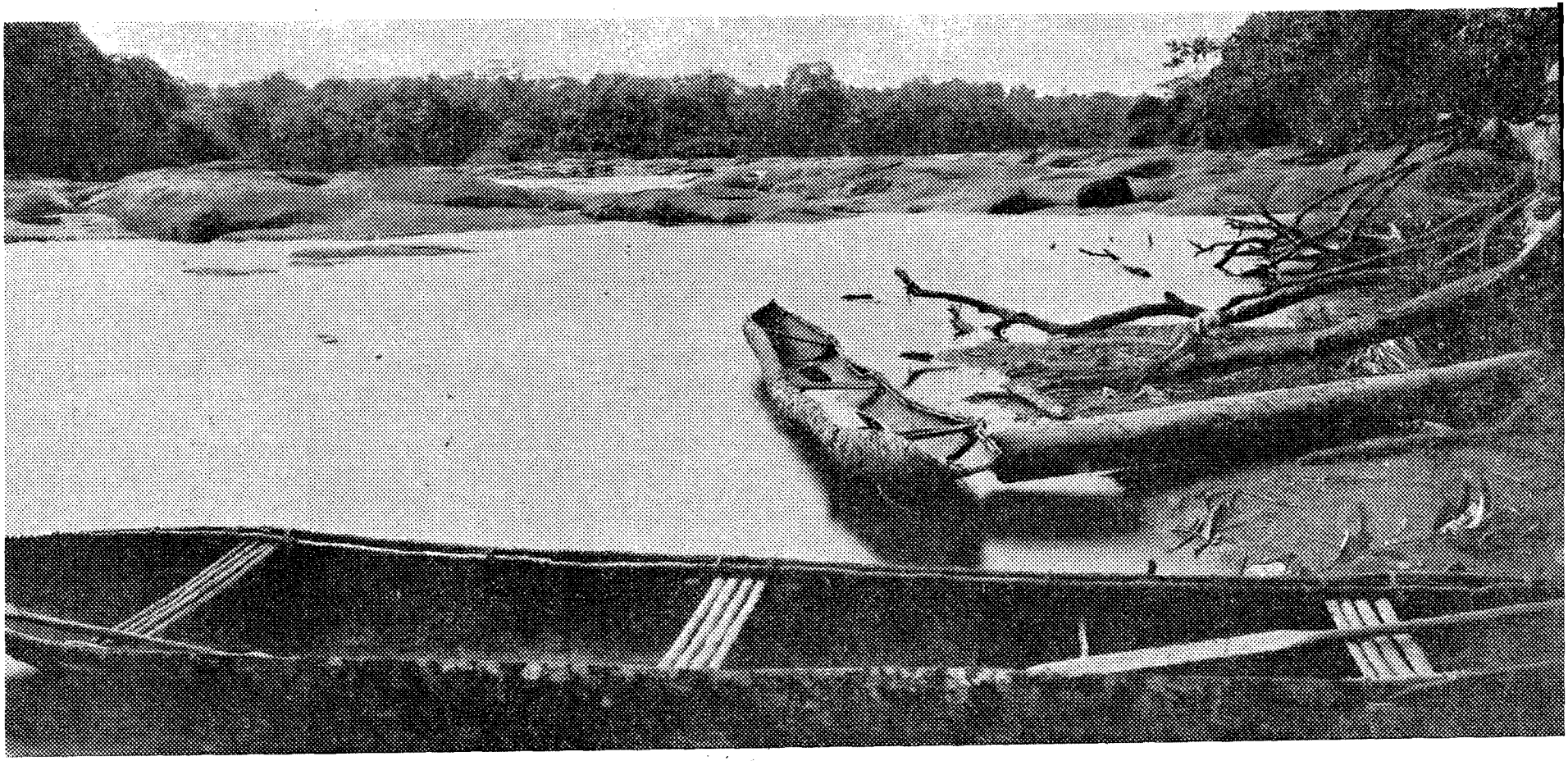
A 5 de Março de 1922 foi fundado o núcleo colonial de Clevelândia, com o escopo de receber os flagelados do Nordeste. A estes se juntaram alguns infelizes que na Amazônia só haviam encontrado o lado ruim da vida. E o novel núcleo chegou a ter quase meia centena de habitantes. Quando se pensava que tudo voava no vento do progresso, uma leva de presos políticos, mais mortos do que vivos, trouxe para aquele recanto uma série de doenças que depressa se transmitiram aos habitantes já combalidos pelo impaludismo. Os nordestinos não são homens para esperar a morte parados e, por isso, quando sentiram diante deles as unhas da fome, ganharam os igarapés na falaciosa esperança de ficarem ricos catando ouro. Só a fascinação leva o homem à Amazônia!

2 — *Guiana Holandesa.* A fronteira com a Guiana Holandesa se desenrola sôbre a cordilheira de Tumucumaque entre dois marcos de trijunção de fronteiras. O de leste a que acima nos referimos, numa altitude de 393 m e o de oeste, no ponto de contacto entre o Brasil e as Guianas Inglêsa e Holandesa, situado entre as nascentes dos rios Uanamú e Cutarí a 463 m acima do nível do mar. O *divortium-aquarum* deixa, de um lado, o Jarí, o Parú de Oeste, o Cuminá ou Parú de Leste, o Marapí (afluente do Trombetas) e o Uanamú, todos correndo para o Amazonas; de outro lado, os tributários do Maroni e do Currentine.

A fronteira está perfeitamente caracterizada e demarcada com sessenta marcos separados um dos outros de uma distância, em média, de dez quilômetros. A extensão total da fronteira é de 693 km 040. Ao longo da linha fronteiriça não há habitantes.

Os nossos limites foram fixados pelo Tratado do Rio de Janeiro de 5 de Maio de 1906, e a data de encerramento dos trabalhos de demarcação, levados de vencida em três anos (de 1935 a 1938), é 30 de Abril de 1938.

3 — *Guiana Inglêsa.* Começa a linha divisória no marco de trijunção de fronteiras situado entre as cabeceiras dos rios Cutarí, da bacia do Currentine, e Uanamú, afluente do Trombetas e continua pelo apartador das águas Amazonas-Currentine e Amazonas-Essequibo até ao nascedouro do Tacutú Leste no monte Uamuriactaua por onde continua até à confluência dêste com o Tacutú Sul, galhos formadores do Tacutú. Segue pelo *thalweg* dêste até à sua confluência com o Maú ou Ireng, pelo *thalweg* do qual continua até sua cabeceira. Do marco nascente do Maú, a linha divisória prossegue pelo divisor de águas Cotingo-Mazaruni, passando pelos montes Ulamir, Ulamir-tipú, Caburaí, Aromatipú, Marima, Iacontipú, Apocailã, Uei-assipú e Roroimã, na mesa do qual se acha o marco de trijunção das fronteiras Guiana Inglêsa-Brasil-Venezuela.



Pôrto das duas Canoas. Primeiro encontro com os índios da Guiana Holandesa

Há um fato bizarro nesta fronteira: um igarapé corre sôbre o divisor numa extensão de dois quilômetros, até cair numa sela, onde se bifurca, indo o ramo principal para a Guiana Inglêsa e o outro para o Brasil, havendo, entretanto, acentuada tendência para que êste galho sul se torne mais tarde o mais importante. Foi resolvido, pelos demarcadores, que o trecho comprendido entre sua nascente e a referida bifurcação fizesse parte da linha divisória. Uma ilha de nome Cureuaqui, situada na embocadura do rio do mesmo nome com o Maú ou Ireng, ficou pertencendo aos inglêses.

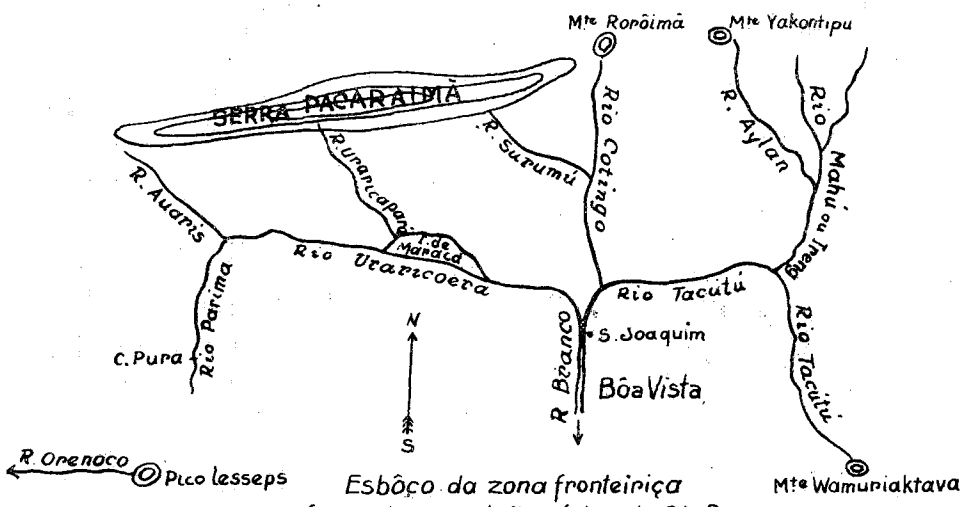
De 1930 a 1938 foram demarcados 1 650 km 800 de fronteira ao longo dos quais foram assentados 135 marcos. A fronteira sêca mede 907 km 614 e a fluvial 698 km 186.

Os documentos que serviram de base aos trabalhos dos demarcadores foram os seguintes: Tratado de Londres, de 6 de Novembro de 1901, resultante da decisão arbitral do rei da Itália e a convenção especial e complementar assinada em Londres, em 22 de Abril de 1926.

A nossa comissão foi confiada à operosidade do comandante Braz Dias de Aguiar, que já como auxiliar, se destacara na demarcação do rio Chambuiaco, na fronteira do Perú.

No decorrer dos trabalhos surgiram algumas questões, felizmente resolvidas de modo satisfatório.

A primeira foi a do Maú. Rezava a Decisão Arbitral, dada em Roma a 6 de Junho de 1904, que a nossa fronteira seria constituída pelo Maú ou Ireng. Ao chegar ao terreno, os técnicos verificaram ser o Maú formado pelo Ireng e pelo Socobí, exigindo os inglêses passasse a fronteira pelo Ireng, ficando as nascentes do Maú muito mais ao norte. O Brasil perdeu aí um pequeno trato de alcantilada terra, apesar do ardor com que o comandante Braz se empenhou na defesa da questão.



Esbôço da zona fronteiriça formada pelos tributários do Rio Branco.

Outra pendenga surgiu no Tacutú. Êste curso dágua apresenta uma enorme galhada de formadores que contornam os montes Unitau e Uamuriactaua.

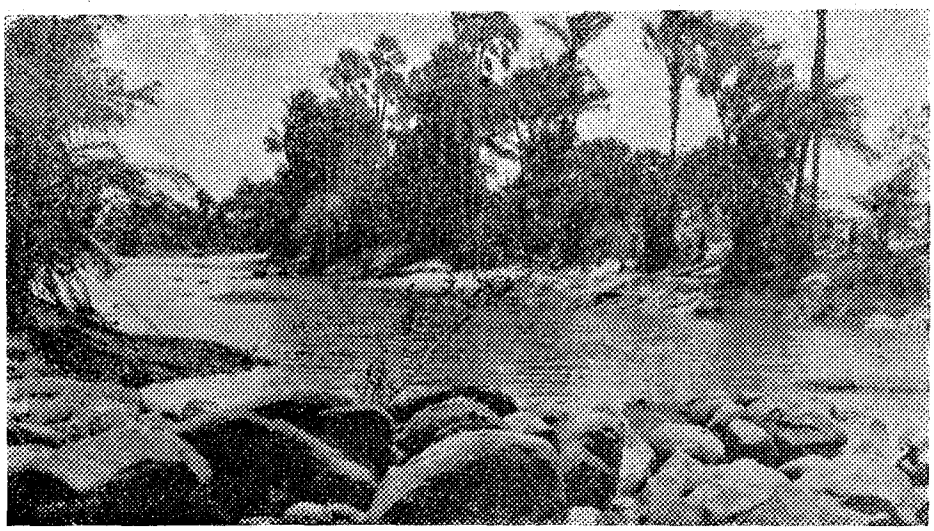
O explorador ANDERSON demarcara sozinho a região limítrofe e concluíra que o Tacatú nascia no último monte citado. A comissão atual verificou que, na referida elevação, brota um ramo do rio lindeiro que recebeu a denominação de Tacutú-este, por onde deverá passar a fronteira, afim de que permaneça, como ponto limitador, o complicado monte Uamuriactaua.

O Maú é afluente do Tacutú, possuindo os dois direções retangulares, vindo o primeiro do norte e o segundo do sul. O Maú corre na serrania, o Tacutú na planície.

O Tacutú recebe pela esquerda o Cotim ou Cotingo, que nasce no Roroimã e vai confundir suas águas com as do Uraricuera, formando o rio Branco, principal tributário do Negro.

Contemplando-se o mapa da região, tem-se a impressão de que o Cotingo é o principal formador do Branco, em virtude de continuar para o norte a direção por êste trazida.

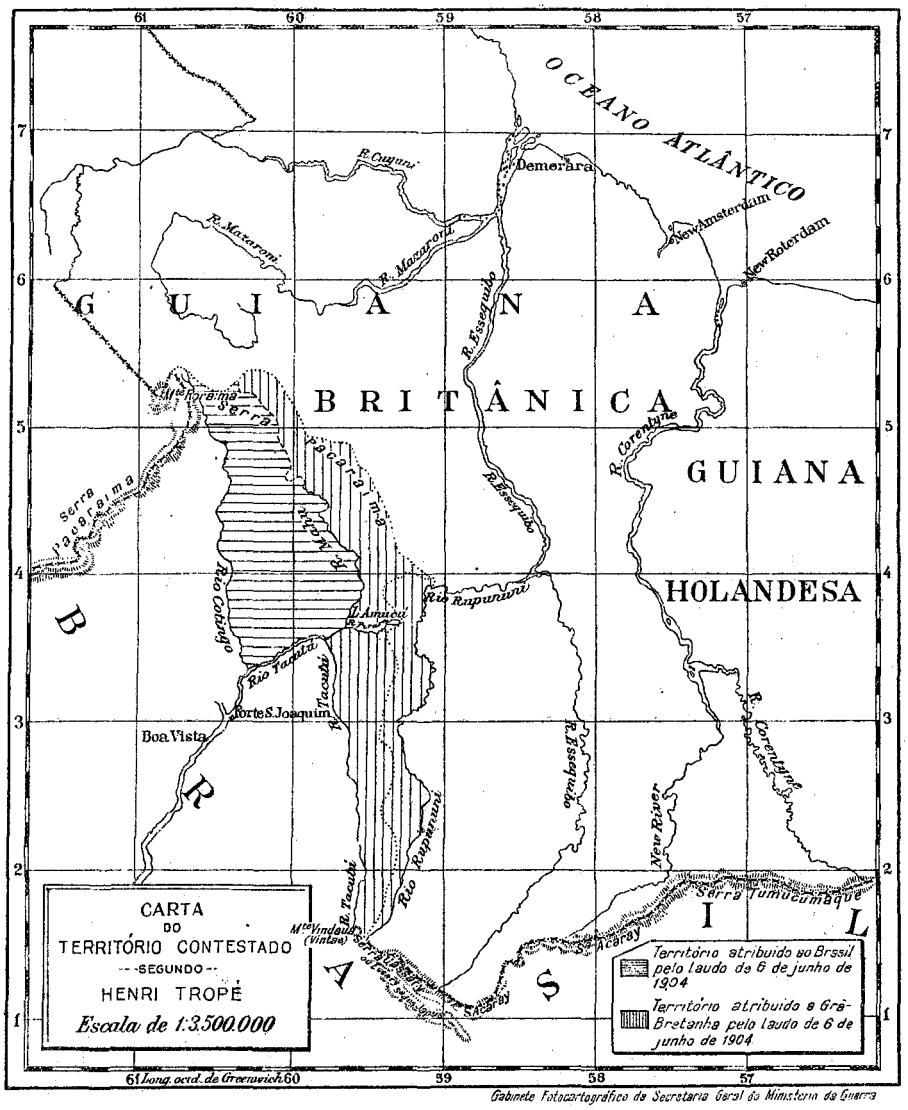
Os inglêses, ciosos de tudo que lhes pertence, guardam suas fronteiras com soldados de polícia, que evitam o êxodo dos habitantes para nossos domínios.



Rio Tiporem, afluente do Cotingo — Município de Boa Vista

Os missionários britânicos fundaram missões ao longo da fronteira com o fim inteligente de organizar uma propaganda entre os índios Macuxís e Uaupichanas. A emigração tem sido formidável e, se não houver uma providência do govêrno, será total.

A par do modo carinhoso de agir dos sacerdotes guianenses, antepõem-se a grosseria e brutalidade dos fazendeiros e autoridades amazonenses.



Gabinete Fotocartográfico da Secretaria Geral do Ministerio da Guerra

Os civilizados, em busca da riqueza, invadem as terras do íncola, de onde êle extrai o sustento dos seus; atropelam-no, humilham a sua família...

O índio, como defesa, arma-lhes uma emboscada, mata-os e em seguida emigra.

O fazendeiro quase sempre chega muito humilde e pede ao autóctone para instalar no seu terreiro um curralzinho. O aborígene, geralmente de boa índole, cede. O branco vai atulhando de gado o terreiro do índio. A roça dêste último, onde vicejam o milho e a mandioca, vai sendo devastada. O índio protesta... as autoridades dormem... os inglêses ganham braços para o trabalho.

Os índios Macuxís, Uaupichanas e Taurepãs são dóceis, fortes e inteligentes e quase totalmente civilizados. Os que habitam a serrania es-

colhem o lugar de suas malocas, de modo que todos os caminhamentos executados para atingí-las sejam enfiados pela vista do habitante.

Os extremos ocidental e oriental da fronteira brasileiro-britânica apresentam as altitudes respectivas 2772 e 343 metros.

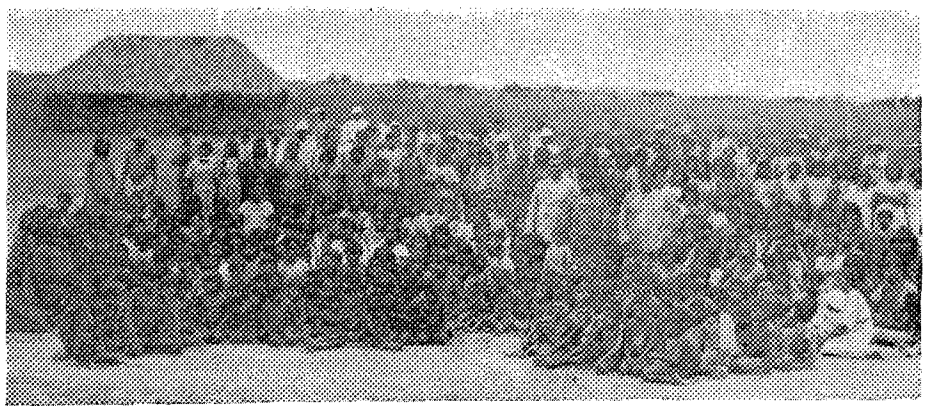
4 — *Venezuela* — Vamos descrever esta fronteira, assim como a da Colômbia, em sentido contrário ao que vínhamos seguindo até aquí, afim de que possamos citar os mesmos *azimuths* e rumos constantes das atas dos demarcadores.

Do marco situado na margem direita do rio Negro, em frente à ilha de São José, parte uma reta no rumo de 51°06'23" S. E. que vai ao marco mais oriental dos dois construídos na margem esquerda do mesmo rio, pela Comissão Mista brasileiro-venezuelana de 1914-15, perto da pedra do Cucuí. Ao passar pelo *thalweg* do curso dágua, o qual corre entre a margem esquerda dêste e a ilha S. José, determina um ponto de trijunção de fronteiras Brasil - Venezuela - Colômbia. Fica, assim, a ínsula dividida em duas partes — a do norte, colombiana e a do sul, brasileira.

Pelo Tratado de Limites e Navegação firmado em Caracas, em 5 de Maio de 1858, foram reguladas as nossas fronteiras com a Venezuela, compreendidas entre o monte Roroimã e as cabeceiras do rio Memachi.

Questionando com a Colômbia, a Venezuela pelo Laudo Arbitral de 1892 do rei da Espanha, perdeu grande área, passando o rio Negro a ser a linha divisória entre os dois países irmãos. E daí surgiu o fato bizarro de termos um ponto de trijunção de fronteiras no meio do rio, portanto imaterializado.

Do morro supra citado chamado de Cucuí parte a geodésica Cucuí-Huá, no *azimuth* verdadeiro de 48°16'45",1 S. E., com o comprimento de 77 km5. O marco está situado a 1 km445 do meio do Salto Huá, no canal de Maturacá, ficando ambos — marco e meio do salto — constituindo linde. Do meio do salto Huá segue uma reta de cêrca de 20 km no rumo aproximado de 70° N. E. até ao, ainda duvidoso, cêrro Cupí.



Índios que vivem na fronteira venezuelana e que devem ser incorporados à civilização

Dêste cêrro a fronteira continua pelas elevações Imerí, Guaí e Curupira, serra Tapirapecó, em demanda da Serra Parima, de sorte que fiquem para o Brasil as águas que correm para o rio Negro (Padaurú, Marari e Cababoris). Pela serra Parima a nossa raia alcança a serra Pacaraimã, por onde segue até ao marco trinacional do Roroimã.[1]

O desenvolvimento total da linha fronteiriça é da ordem de 2 200 km. Há nela regiões pantanosas, divisores fáceis de percorrer-se e regiões alcantiladas de difícil acesso.

A não ser nas proximidades do rio Negro onde existe alguns civilizados, havendo até um pequeno contingente militar em Cucuí, o resto da fronteira é deshabitado ou campeado por tribus selvícolas.

Sabiamente orientada pelo tenente-coronel de engenheiros FRANCISCO XAVIER LOPES DE ARAÚJO, depois barão de Parima, a nossa comissão demarcadora trabalhou de 1879 a 1882 juntamente com a venezuelana. Tendo esta desistido de prosseguir na faina de delimitar nações, por motivos de política interna do seu país, continuou a comissão brasileira o seu trabalho, sozinha, até 1884, quando o deu por concluído. Todavia tôda essa trabalheira infernal foi em pura perda, porque o govêrno da república vizinha não aprovou o nosso trabalho.

Nos anos de 1914 e 1915 uma comissão mista nomeada, tendo em vista a nova linha divisória entre a Colômbia e a Venezuela, colocou alguns marcos no trecho que vai do rio Negro ao salto Huá no canal Maturacá.

Pondo em execução o Protocolo de 24 de Julho de 1928, nova comissão mista executou seus trabalhos em 1929, sendo o chefe da nossa o capitão de mar e guerra BRAZ DIAS DE AGUIAR.

"Os comissários determinaram a geodésica Cucuí-Huá e colocaram mais cinco marcos intermediários entre os seus extremos. Mede a citada linha uma extensão de 77 471 m 8 tôda ela num terreno alagadiço onde os demarcadores, durante o levantamento, permaneceram dentro do pantanal. Apesar dessa tortura, da energia despendida, dos cuidados para evitar as doenças próprias de tais zonas, o trabalho não fracassou e no curto espaço de três meses a comissão mista dava por terminada tão exhaustiva quão penosa demarcação".

"A comissão brasileiro-venezuelana se transportou da região do rio Negro para aquela outra; e, após a colocação do marco trinacional e do que define a divisória Brasil-Venezuela, prosseguiu a tarefa daquele ponto, seguindo na direção de leste para oeste".

"Mais nove marcos foram postos numa extensão de 280 km, ora em picos cujas altitudes variavam de 1 200 a 2 875 m, tudo no divisor de águas Amazonas-Orenoco. No final da campanha 1933-1934, quase al-

[1] Grafamos *Pacaraimã* e *Roroimã* e não Pacaraima e Roraima, como vulgarmente se diz, por ser o nome da serra composto de *pacará* (cesto) e *imã* (serra, monte, montanha) e o do monte formado de *roro* (verde) e *imã* (monte). Igualmente devíamos dizer *Paraimã* e não Parima, por ser ela formada de *para* (rio) e *imã* (serra). A pronúncia *parima* já se consagrou até na própria região, razão pela qual a conservamos.

cançada a nascente do rio Surumú, a comissão venezuelana, depois de colocado o nono marco, retirou-se do campo, interrompendo, assim, o serviço. Não foi possível, por êste fato, a turma brasileira inaugurar o décimo, embora já tivesse determinadas as suas respectivas coordenadas geográficas, limitando-se a deixar êste ponto assinalado pelo pôsto de observação astronômica".[2]

Em 1934, a comissão venezuelana, sem um motivo plausível, e apesar dos protestos do nosso emérito comissário, resolveu sustar os serviços, se bem que tudo estivesse em condições de funcionar: gêneros depositados, pessoal a postos, picada feita ao longo divisor de fácil acesso e, sobretudo, magnífica estação.

Pelo que estamos informados os trabalhos foram retomados em 1939; e cousas interessantíssimas teem sido reveladas aos demarcadores no campo da geografia.

5 — *Colômbia.* Desde os bancos escolares ouvimos falar na geodésica Apaporis-Tabatinga, entretanto ela nem começa em Tabatinga nem termina na bôca do Apaporis.

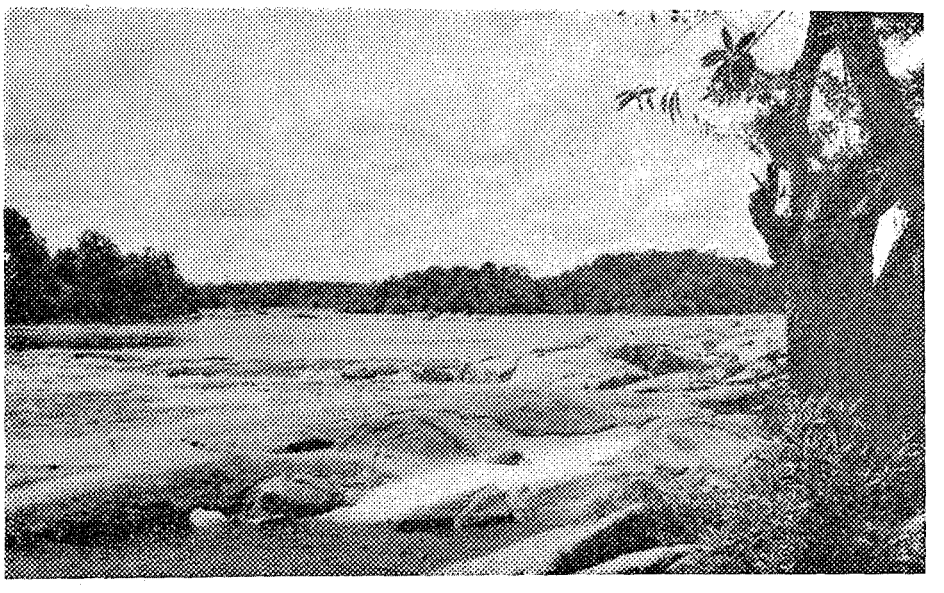
A nossa divisória com a República da Colômbia começa no *thalweg* do Solimões e continua pelo paralelo da bôca do igarapé Santo Antônio (—4°13'30",5) e pelo curso dêste até à sua cabeceira, donde começa a geodésica que segue em direção da bôca do Apaporis, com o *azimuth* verdadeiro de 14°15'40" N. E.. Ao interceptar o *thalweg* do rio Japurá, a fronteira por êle continua até à foz do Apaporis, em frente ao lugar brasileiro denominado Vila Bittencourt. Prossegue a fronteira pelo *thalweg* dêste último e pela mediana do Taraíra, seu tributário da esquerda, até à sua cabeceira, continuando pelo meridiano desta cabeceira (70°02'37",0 Gr) até cortar a mediana do rio Papuri, pela qual segue até Iauretê onde o Papuri despeja suas águas no rio Uaupés. Remonta, pela mediana, o Uaupés até a foz do Querari, continuando pelo meridiano da embocadura dêste rio — 69°50'4",68 0.Gr. — até encontrar a mediana do rio Içana, pela qual desce até a sua intersecção com o paralelo da foz do rio Pégua (01°43'43",2 N). Segue por êste paralelo até interceptar a mediana do rio Cuiari, afluente do Içana. Pela mediana daquele caudal continua a linde até à foz do Ianá, prosseguindo pelo mesmo acima e pelo seu formador mais oriental — o igarapé Major Pimentel — até ao marco situado, no divisor, entre as nascentes dêste igarapé e as do Memachi que fica na contravertente. Continua a fronteira para leste, pelo divisor Negro-Xié, passando pelo cêrro Caparro e indo ao marco da cabeceira do rio Macacuni, donde parte uma linha geodésica, no *azimuth* verdadeiro de 74°56'17" N. E., que vai ao marco situado à margem direita do Negro, em frente à ilha de São José. Daí a fronteira prossegue até o *thalweg* dêsse caudal, consoante já nos referimos ao tratar da fronteira com a Venezuela.

A extensão da fronteira é de 1 644 km 180, tendo sido levantada e demarcada de 1930 a 1936, pela Comissão chefiada sucessivamente pelos

[2] JÔNATAS DE MORAIS CORREIA, major. *Revista da Semana,* 8 — Setembro de 1934.

Limites
BRASIL-COLÔMBIA
Segundo as últimas demarcações.
RIO SURUBI
RIO QUERARI
RIO UAUPÉS
RIO PAPURI
Vila Mello Franco
69° 30'
RIO TIQUIÉ
RIO TARAIRA
RIO APAPORIS
VILA BITTENCOURT
RIO JAPURÁ
RIO TOMO
RIO XIÉ
RIO MAÇACURI
RIO NEGRO
RIO TACANA
Tabatinga
RIO MOÊS
COLÔMBIA
BRASIL

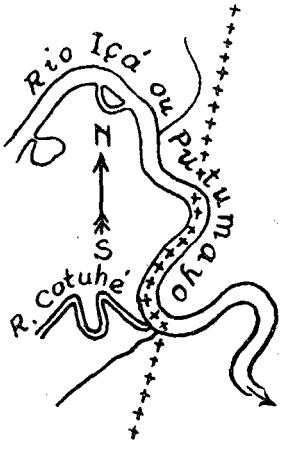
coronéis RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA e TEMÍSTOCLES PAIS DE SOUSA BRASIL. Todavia antes deles já alguns demarcadores haviam moirejado naquelas regiões.



Rio Uaupés, por cujo talvegue corre a linha de limites entre o Brasil e a Colômbia

Para dar cumprimento ao Tratado de 23 de Outubro de 1851, reuniram-se após mil peripécias, em 1866, os comissários peruano D. FRANCISCO CARRASCO e brasileiro JOSÉ DA COSTA AZEVEDO, depois barão do Ladário. Resolveram os demarcadores que a famosa geodésica iniciar-se-ia nas nascentes do igarapé Santo Antônio que despeja suas águas defronte a Tabatinga. Adoecendo o representante peruano, teve o comissário brasileiro ordem de sozinho demarcar a linha que tanto preocupava o nosso imperador.

Em 1871, os governos das duas nações resolveram voltar, novamente, suas vistas para as fronteiras e nomearam o capitão de fragata ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, barão de Tefé e o Dr. MANUEL RAINOUD Y PAZ SOLDAN. Não concordaram êsses novos demarcadores com o trabalho de COSTA AZEVEDO e, no desempenho da caracterização da linde, notaram que a linha Apaporis-Tabatinga cortava o Içá ou Putumaio em dois pontos e por êsse motivo resolveram adotar por fronteira o curso do rio no trecho que ligava os dois pontos de corte (ver croquis).



O ínclito barão de LADÁRIO demarcou a célebre linha, iniciando seu trabalho na foz do igarapé Santo Antônio, afluente do Solimões.

O bravo barão de TEFÉ, que sempre teve em mira desfazer os serviços de LADÁRIO, declarou achar-se errado o trabalho de seu colega e jogou para ocidente a disputada linha, levando-a até à foz do Cotué.

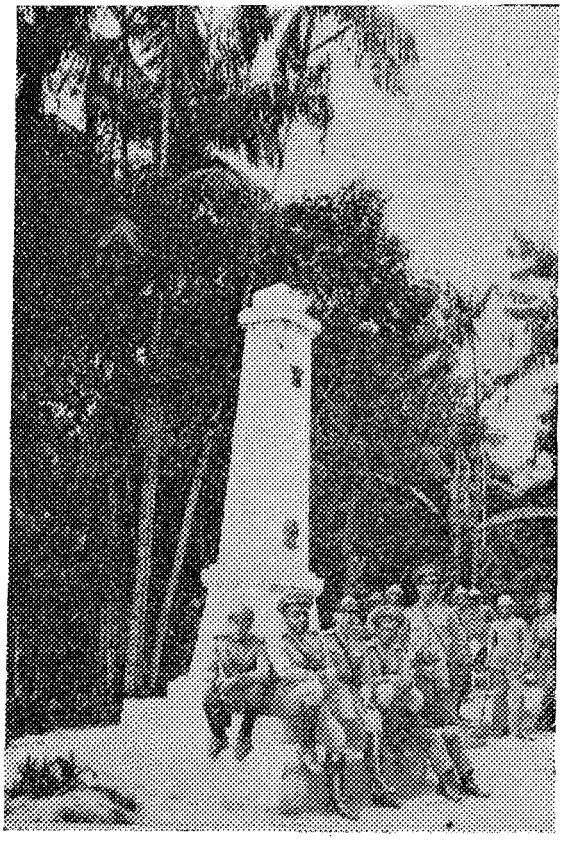
Correm os anos. É designado o coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, astrônomo que honra o Brasil, para demarcar a nossa fronteira com a Colômbia. Com a meticulosidade que lhe é peculiar enfrenta o estafante serviço de, em plena mata, "ouvir estrêlas". Sucede um fato interessante: suas observações coincidem quase em absoluto com as do barão do LADÁRIO.

Ficou provado o desvio da geodésica para oeste e que o Içá só é cortado pela mesma uma vez.

Resultou dêste fato ter a Colômbia direito sôbre a Vila Bittencourt — único ponto da região ribeirinha do Japurá que se safa da enchente.

A inteligência e habilidade do coronel RENATO conseguiram ladear a questão, obtendo que a fronteira, a partir da intersecção da geodésica com o Japurá, seguisse por êsse rio até à foz do Apaporis.

Muitas outras questões surgiram no decorrer da trabalheira sem tréguas da demarcação.



Marco na fronteira do igarapé Santo Antônio (Letícia)

Uma delas foi a seguinte. Dizia o Tratado de Santa Fé de Bogotá que a fronteira seguia pelo rio Papurí até às suas nascentes no meridiano 69°30', continuando pelo meridiano dessas cabeceiras até cortar o Taraíra. Verificou-se todavia que o meridiano da fonte principal do Papurí cortava o Apaporis e não o Taraíra; resolveu-se então que a fronteira passaria pelo Apaporis e seu afluente Taraíra, prosseguindo pelo meridiano da nascente dêste até interceptar o Papurí por onde continuaria.

Houve ainda mais algumas modificações. Averiguando-se que o paralelo da foz do Pégua cortava o Cuiarí e o Içana, êste por duas vêzes, resolveu-se que a linde passaria pelo Cuiarí

até à intercepção do citado paralelo, continuando por êste até cortar o Içana, por onde prosseguiria até ao corte do meridiano da confluência Uaupés-Querarí.

Ficaram dêste modo resolvidas cabalmente as nossas raias com a Colômbia.

No tempo do Império, S. M. I. galardoava com as mais cobiçadas mercês todos aqueles que, para o bem da Pátria, se intrometiam na selva inculta e cheia de mil perigos. Raro demarcador não atingiu ao baronato.

Com a República desapareceram as insígnias honoríficas para surgirem agora com impetuosidade, sem que os desbravadores das selvas sejam lembrados.

O esforçado e ínclito coronel TEMÍSTOCLES, em 1934, fundou duas colônias indígenas, a de São João de Erquia e a de Melo Franco. A primeira materializando a intersecção do meridiano da cabeceira do Taraíra com o rio Tiquié, afluente do Uaupés; a segunda no ponto de encontro do citado meridiano com o rio Papurí ou Capurí.

Um fato interessante notado com o resultado da demarcação é que o contôrno do Brasil alí foi grandemente modificado, dando a impressão de que as terras da pátria de SANTANDER penetraram no Brasil. Isto, porém, é aparente, porque na realidade os acidentes geográficos é que não estavam representados nos seus verdadeiros lugares.

6 — *Perú*. Os antigos diplomatas de Espanha e Portugal não puderam definir com acêrto, por falta de conhecimentos, as fronteiras entre o Madeira e o Javarí.

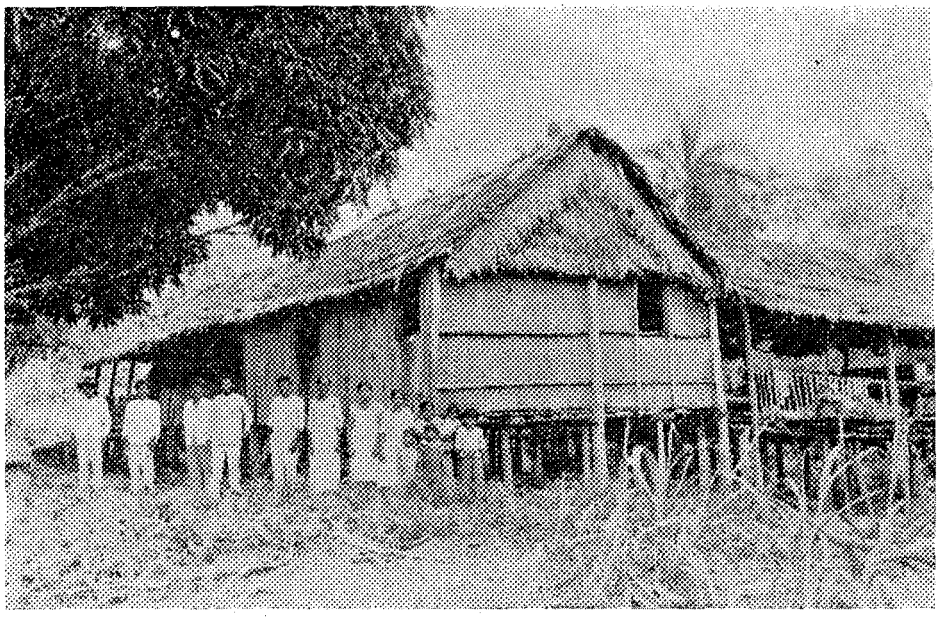
Os limites do Perú com o Brasil oferecem aos estudantes de corografia, um verdadeiro "pau com formiga". É tanto rio, tanto divisor e tanto paralelo que, para guardar a silhueta da fronteira com os respectivos nomes, é mister possuir excelente memória.

A nossa raia com o Perú começa na foz do Javarí, seguindo por êste rio até às suas nascentes; daí continua pelo divisor das águas "Ucaiale-Juruá" até ao paralelo da barra do rio Breu. Segue por êste paralelo até à desembocadura do citado rio, continuando pelo mesmo até à sua cabeceira. Daí segue pelo *divortium aquarum* Piqueiaco-Tarauacá, até encontrar o paralelo de 10 graus por onde continua até ao divisor Envira-Curanja. Por esta linha de cumiada vai até aos mananciais do rio Santa Rosa, por onde continua até à sua barra no Purús; sobe êste rio até à confluência do rio Chambuiaco, seguindo por êle até à sua fonte principal. Daí continua pelo meridiano desta cabeceira até encontrar o paralelo de 11 graus. Desta intersecção parte uma reta até às nascentes do Acre ou Aquirí, por onde segue a fronteira até à barra do arroio Iaverija, onde começa o limite com a Bolívia.

Esta fronteira está tôda demarcada. Só pela sua descrição se pode calcular a soma de trabalhos e fadigas que os bravos componentes da Comissão Ferreira da Silva houveram de vencer. Merecem a gratidão de todo o Brasil.

Singelamente, os números dizem muita cousa e, por isto, recorro ao relatório do chefe da comissão brasileira:

"Devo também informar que a demarcação da fronteira estipulada no Tratado de 8 de Setembro de 1909 foi totalmente executada, sem a mínima solução de continuidade, na extensão de 1 565 km 83 m. 39, sendo 572 km.774 m. 11 por água e 992 km. 309 m. 28 por terra, a despeito de inúmeras dificuldades que se antolharam, sempre vencidas por



O barracão Santo Antônio, no baixo Javari

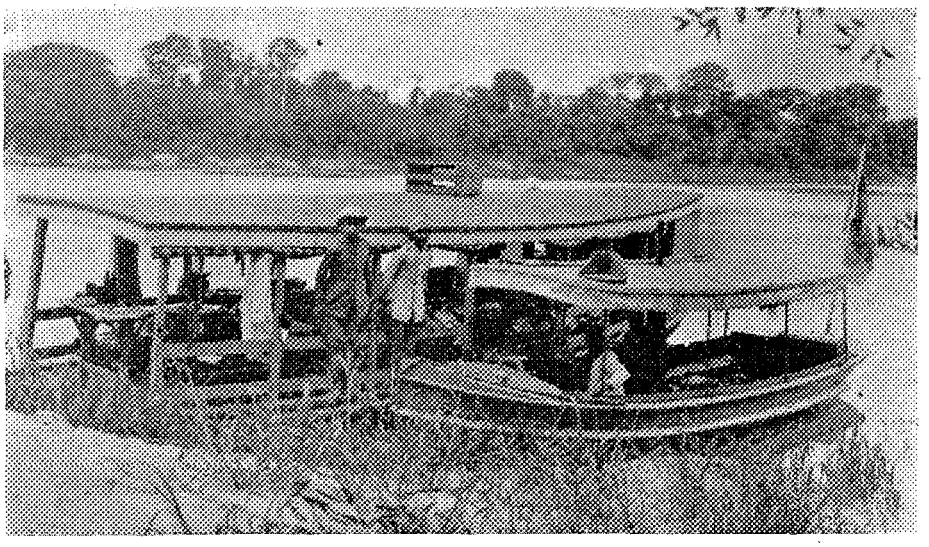
todo o pessoal, cuja abnegação merece os mais dilatados elogios, como recompensa aos altos serviços de que resultou a rigorosa demarcação da longa fronteira internacional. É interessante acrescentar que o trecho de fronteira sôbre o divisor de águas "Ucaiale-Juruá" tem a extensão de 592 km.924 29."

Tôda a extensão da linha limítrofe, fixada no aludido Tratado, ficou assinalada com 86 marcos.

Nesta fronteira quatro rios servem de linde, desde suas cabeceiras até às suas barras: — o Javarí, o Breu, o Santa Rosa e o Chambuiaco.

O *Javarí* — Há no Javarí uma onça pequena que no idioma tupí se chama "yauary"; com êste mesmo nome abunda na região uma palmeira espinhenta *astrocarium yauary*.

O Dr. João Barbosa de Faria e Sousa opina que "yauary" significa "onça pequena". É Javarí corruptela da palavra "yauary", formada de "yuaurá" que quer dizer onça, com a desinência diminutiva y. Os índios chamam "yauaretê", a onça grande, sendo "retê" uma das terminações aumentativas.



As embarcações do explorador Tales Facó encostam a uma praia para passarem a noite, no rio Javari

Segundo Tales Facó, o Javarí tem 1 930 km 802, de desenvolvimento.

O *Breu* — É um afluente da margem direita do Juruá, possuindo na sua foz 45 metros de largura. Para determinação da fonte principal, a comissão estudou também o seu afluente Casuza. Depois de desenhados o Breu e o Casuza, concluíram ser o primeiro o principal, por aproximar-se mais da direção geral do curso, ao passo que o segundo inflete um pouco em relação a esta, apesar do Casuza possuir sua cabeceira mais alta e ser mais extenso. A solução foi favorável ao Brasil.

O *Santa Rosa* — O seu nome é uma homenagem à padroeira do povo peruano. Deram-lhe êste nome quando procuravam o caucho na região.

Antigamente o rio se chamava "Curinaá", que significa "casa dos curinas".

Estes índios ainda habitam aquelas paragens e odeiam de morte os peruanos, que conhecem pelo sotaque.

A extensão dêste rio é de cêrca de 159 km.

O *Chambuiaco* — Recebeu, não sei porque o nome de rio. Na época em que o visitei (Outubro de 1928) sua largura era de 3,70 m e a profundidade de 0,23 m na barra. Suas margens são alagadiças. Serve de limite numa extensão de 60 km 444 metros.

Nesta fronteira, o elemento mais difícil de achar-se foi a cabeceira principal do Javarí.

Quem achou o famoso fio de Ariadne no labirinto do intrincado problema foi o Dr. LUIZ CRULS.

Êste venerando cientista, que no Rio de Janeiro exercia as elevadas funções de diretor do Observatório Nacional, foi em 1901 designado para, em comissão com o Sr. ADOLFO BALLIVIAN, representante da pátria de MIGUEL GRAU, determinar as coordenadas do nascedouro do rio que focalizamos.

O velho CRULS mostrou ter fibra rija. Não houve nada que lhe entibiasse o ânimo. A cada fadiga êle oferecia um entusiasmo novo. Pôde, afinal, o glorioso ancião determinar o "x" da questão, plantando na nascente principal do Javarí um marco que representa um verdadeiro monumento à fôrça de vontade de um homem. Contam que, na última etapa da aclivosa serra, o venerando sábio teve que ser carregado por quatro trabalhadores assentado numa cadeira improvisada. O Dr. CRULS mostrou que, na conversa com os astros, possuía a inerrância de Deus, e de um modo inconcusso êle acabou com o mistério das cabeceiras do rio raiano.

Em 1926, o Javarí foi novamente levantado pelo capitão-tenente SADOCK DE FREITAS, que coroou seu trabalho erigindo na fonte principal do caudal um marco metálico definitivo.

Dois anos depois, o tenente TALES FACÓ [3] estuda com minúcia, de ponta a ponta, o rio em questão e apresenta um trabalho nimiamente interessante, onde transparecem os seus dotes de geógrafo e brilha sua alma de sertanista.

7 — *Bolívia.* A epopéia acreana findou-se com o Tratado de Petrópolis, conseguido pela habilidade do barão do RIO BRANCO.

Êste tratado estancou a sangueira da guerra, todavia não resolveu completamente a questão, como era de desejar-se. É que o tratado de 17 de Novembro de 1903, quiçá decalcado sôbre um mapa errado, deu futuramente lugar a muitas discussões e confusões.

Dizia o parágrafo 6. do artigo primeiro:

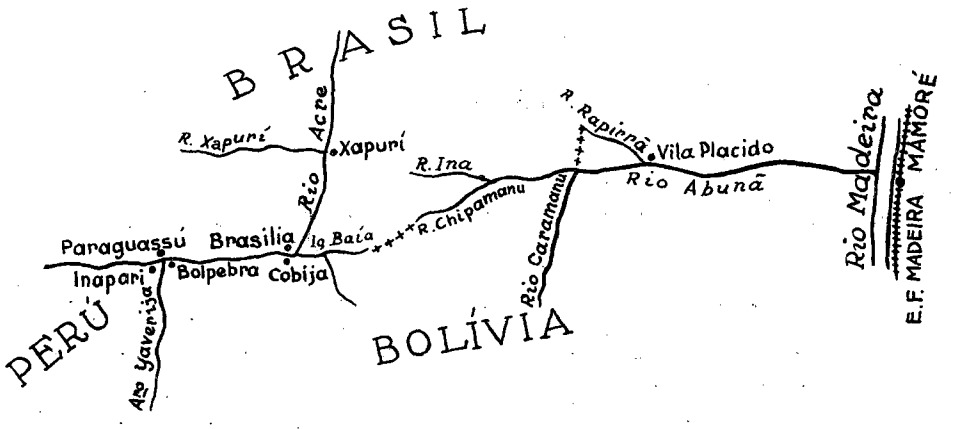
"Da nascente principal do Rapirrã irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a oeste o rio Iquirí e subirá por êste até à sua origem, donde seguirá até ao igarapé Baía, pelos mais pronunciados acidentes do terreno ou por uma linha reta, como aos Comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente".

Êste parágrafo foi a origem da primeira contenda, porquanto o Iquirí possue suas cabeceiras muito ao norte do paralelo que passa pela

[3] Faleceu na Baía, no pôsto de capitão, em pleno exercício de suas funções no Serviço Geográfico do Exército.

nascente do Rapirrã. Resolveu-se levantar completamente a região, para ulterior deliberação, e foram colocados marcos metálicos nos pontos indiscutíveis: foz do Abunã, barra e cabeceiras do Rapirrã, embocadura do igarapé da Baía, e confluência do arroio Iaverija no rio Acre, onde começa o limite com o Perú. Neste último ponto a Bolívia fundou a vila de Bolpebra, cujo nome foi formado pelas primeiras sílabas das três nações limítrofes.

Ficaram os habitantes do trecho entre as nascentes do Rapirrã e do igarapé da Baía sem saber qual a bandeira que lhes nortearia os destinos, como uma verdadeira terra de ninguém.

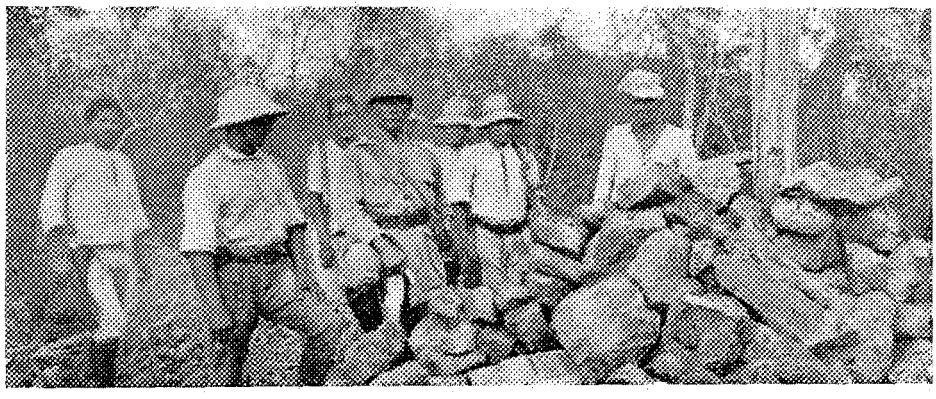


Foram trocados vários protocolos, em 1910, 1912 e 1925, que não chegaram a ratificação. O de 1925, pelo qual o Dr. FÉLIX PACHECO entregara à Bolívia grande parte do território em litígio, foi anulado pela ação formidável de OTÁVIO MANGABEIRA, que, conseguindo o Tratado do Natal de 1928, readquiriu tudo que, de mão beijada, o Sr. PACHECO havia dado aos bolivianos.

Pelo Tratado do Natal, a linha divisória, no trecho compreendido entre a nascente do rio Rapirrã e o igarapé da Baía, partirá da nascente principal do Rapirrã, seguindo em linha reta até à confluência do Caramanu com o Chipamanu, subindo por êste até à sua fonte principal, donde seguirá uma segunda reta até à cabeceira do ramo oriental do igarapé da Baía.

Vamos, então, descrever a fronteira. Começa ela na foz do arroio Iaverija no rio Acre, o qual separa o Perú da Bolívia, continua pelo Acre até à foz do igarapé da Baía que marca a mudança de quase 90° do rio Acre que correndo na direção geral de W para E, passa a correr de S. para N., depois de banhar a cidade boliviana de Cobija e a nossa vila Brasília. Segue a raia pelo igarapé citado e depois pelo seu braço oriental até à sua cabeceira, donde parte uma reta de 18 675 m que vai à nascente do Chipamanu; prossegue por êste até à sua confluência com o Caramanu. Da junção dêstes dois caudais parte uma reta de 12 150 m até à cabeceira do rio Rapirrã. Desce por êste e pelo Abunã

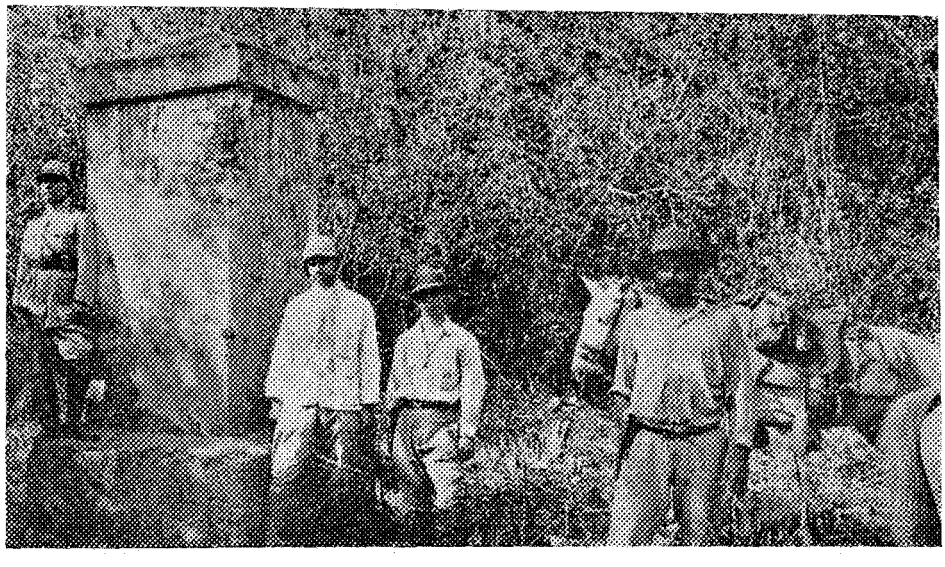
até ao seu desaguamento no Madeira. Remonta êste último até à confluência do Beni com o Mamoré, continuando depois por êste, o Guaporé e o Verde. Da cabeceira dêste último segue a geodésica que a liga ao morro dos Quatro Irmãos até interceptar o paralelo 15°05'49"82 sul do marco do rio Turvo.



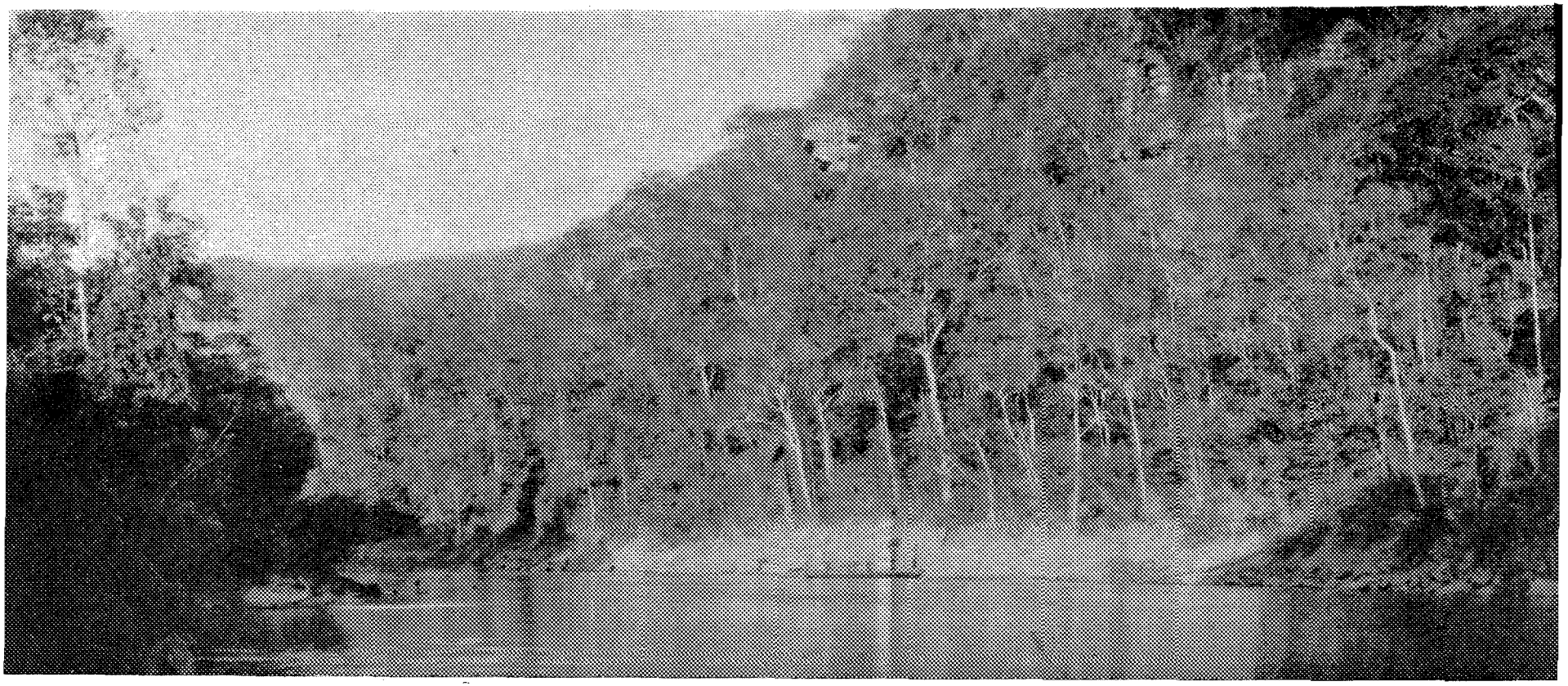
Marco do morro dos Quatro Irmãos. Numa das pedras que sustentam o marco foi colocada uma placa da Inspeção de Fronteiras

Em 1909, a comissão verifica que o Verde nasce na serra Ricardo Franco, aparecendo, depois de trinta anos, o êrro da comissão de 1877.

A comissão examinou a questão, estudando com muito carinho a região. Levantou o Verde e o Turvo; averiguou que êste rio é formado pela reunião de dois arroios, na confluência dos quais se acha o marco. Um dos arroios vem de leste e o outro do sul. Êste nasce nos pirizais existentes nos campos alagados da circunvizinhança do marco e recebeu, como homenagem ao explorador desaparecido, o nome de Fawcett. Os "caboclos" conhecem êste arroio pelo nome de "Falso",



Marco do rio Turvo que se achava completamente sepultado. É de notar o trajo irrepreensível do Gen. Rondon



As margens íngremes do rio Verde, afluente do Guaporé

corruptela do apelido do explorador britânico. Ainda foi constatado pela comissão que, admitida a hipótese de poder o rio Turvo contornar a serra Ricardo Franco e ir ter ao Guaporé, seria impossível unir-se ao Verde, posto que as altitudes da confluência dos braços que formam o Turvo e da foz do Verde são, respectivamente, de 185 e 230 m.

A confusão lavrou incontinenti o incêndio das discussões entre as chancelarias dos países amigos.

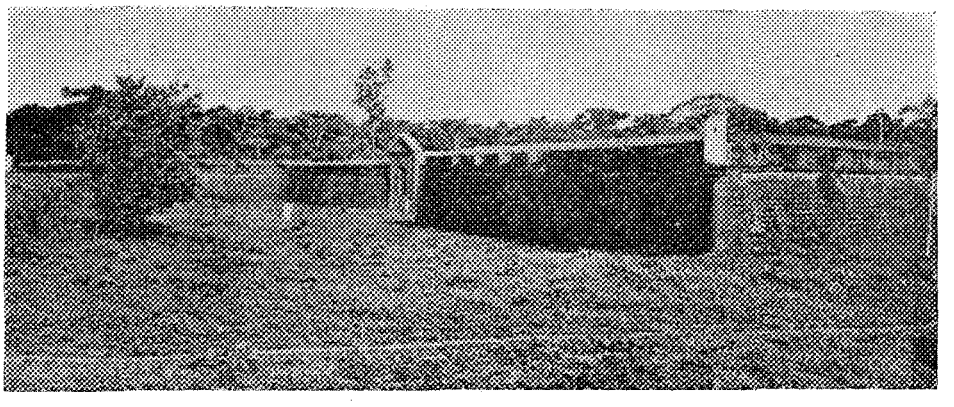
A questão ficou esquecida por quase vinte anos, até que na cadeira de Rio Branco se assentasse o formidável político OTÁVIO MANGABEIRA, que, não desmentindo as tradições da nossa diplomacia, conseguiu, no dia 25 de Dezembro de 1928, o Tratado do Natal.

Diz JOÃO RIBEIRO: "Culmina êsse convênio do Natal, de grande alcance e clarividência, a série de tentativas anteriores, dando-lhe a expressão que melhor convém aos interêsses recíprocos dos dois países, no sentido geográfico e econômico".

Pelo dito tratado, a nossa fronteira no trecho que estudamos, vai do morro dos Quatro Irmãos ao marco do rio Turvo, daí para leste, pelo paralelo dêste marco, até encontrar a linha traçada entre o morro dos Quatro Irmãos e a nascente principal do rio Verde.

Pela bela vitória do grande chanceler OTÁVIO MANGABEIRA, o nosso reconhecimento de brasileiro e de patriota.

A nossa fronteira com a Bolívia é quase tôda habitada. O Acre, o Abunã, o Madeira e o Mamoré são ativamente navegados pelos habitantes das regiões limítrofes. O trecho compreendido entre as embocaduras do Rapirrã e do igarapé da Baía é talado frequentemente, maximé durante a colheita dos ouriços de castanha, de que a região é riquíssima. Vários *varadouros* cruzam a fronteira em diferentes pontos. Como a fronteira, nessa paragem, não esteja ainda demarcada há fácil contrabando e os impostos devidos pelos proprietários não são pagos nem ao Brasil nem à Bolívia.



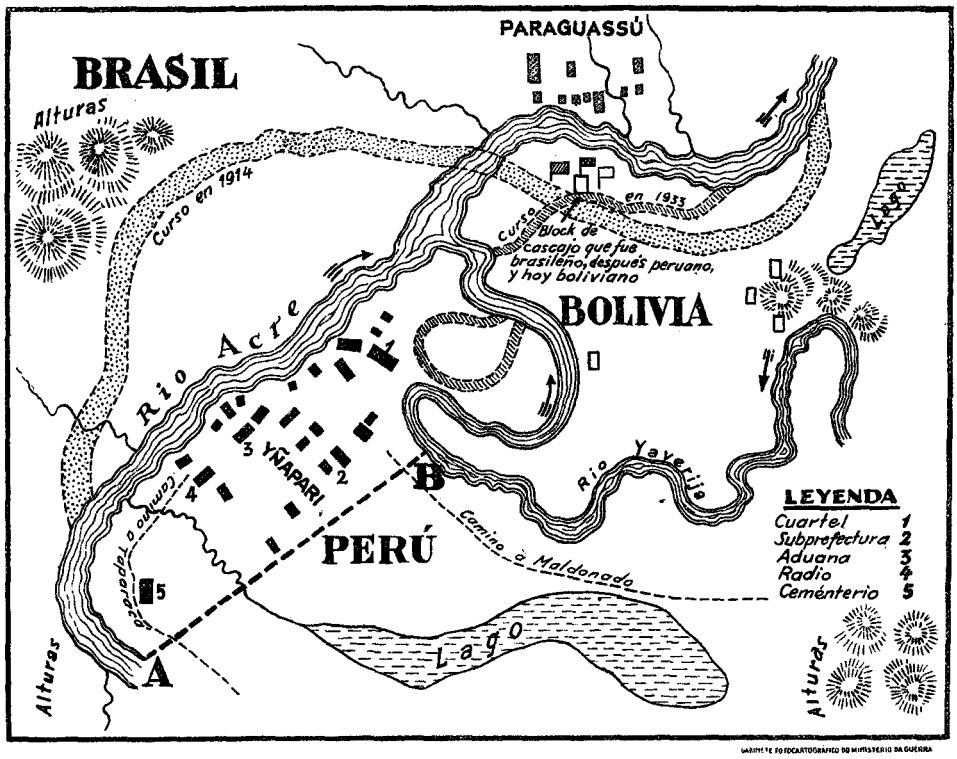
Forte Príncipe da Beira — Rio Guaporé

O Guaporé é francamente navegado e ainda habitado pelos selvícolas. O Verde ainda em repouso, sob as franças da sua opulentíssima floresta.

Para terminar as considerações atinentes a esta fronteira, vou referir-me a um fato bem interessante.

DOM EMÍLIO DELBOY escreveu um artigo numa revista limenha intitulado *Frontera mobile que cambia de soberania,* o qual fazendo eco em La Paz fez aparecer um opúsculo intitulado *Bolpebra,* com o sub-título *Fronteira tripartita inestable entre Bolívia, Perú y Brasil,* de autoria de DOM JOSÉ AGUIRRE ACHÁ.

Pelo croquís junto, que aliás ilustra o trabalho do Sr. DELBOY, vê-se que o Acre deu ao Brasil um pedaço de terra peruana e, pelo contrário tirou-nos um naco para presenteá-lo à Bolívia. O seu atual curso naquela região quase retificou a senóide formada pelo antigo álveo.



De um rio maluco como é o Aquirí tudo se pode esperar e vamos admitir a hipótese dele procurar o curso do Iaverija, percorrendo o itinerário AB e abandonando o leito atual. Neste caso a quem pertenceria a povoação de Inapari? Ao Brasil ou ao Perú?

O Sr. AGUIRRE ACHÁ reuniu no seu folheto as opiniões dos mais entendidos tratadistas em Direito Internacional e chegou à seguinte conclusão: Quando o rio muda, gradativamente, de leito, o limite oscila com o rio; mas, desde que o caudal mude bruscamente de rumo, pene-

trando pelo território de um dos países lindeiros, êle passa a pertencer inteiramente a êsse país, continuando a fronteira pelo leito abandonado. Não há, portanto, perigo da garrida Inaparí mudar de nacionalidade. Todavia, seu casario poderá, daquí a algumas décadas, ser tragado pelo Acre, que, paulatinamente, vai caminhando lateralmente naquele ponto, para o sul e, destarte, tem carradas de razão o articulista peruano, quando aconselha a transferência da futura cidade que se acha embrionária em Inaparí, para um sítio mais seguro.

Da leitura do artigo do Sr. EMÍLIO DELBOY e do opúsculo do Sr. AGUIRRE ACHÁ se conclue uma cousa: que essa questão de deslocamentos dos cursos dágua deve ser prevista nos nossos tratados de limites.

III — COMUNICAÇÕES COM AS FRONTEIRAS

Neste capítulo vamos estudar as vias de comunicações com a fronteira, mostrando também as linhas de penetração ao nosso Brasil, pelos países limítrofes.

A nossa linha de referência será a grande calha coletora — o *Amazonas*. Veremos, assim, como estão as raias brasílicas ligadas a esta gorda corda potâmica.

Para ir-se ao Oiapoque

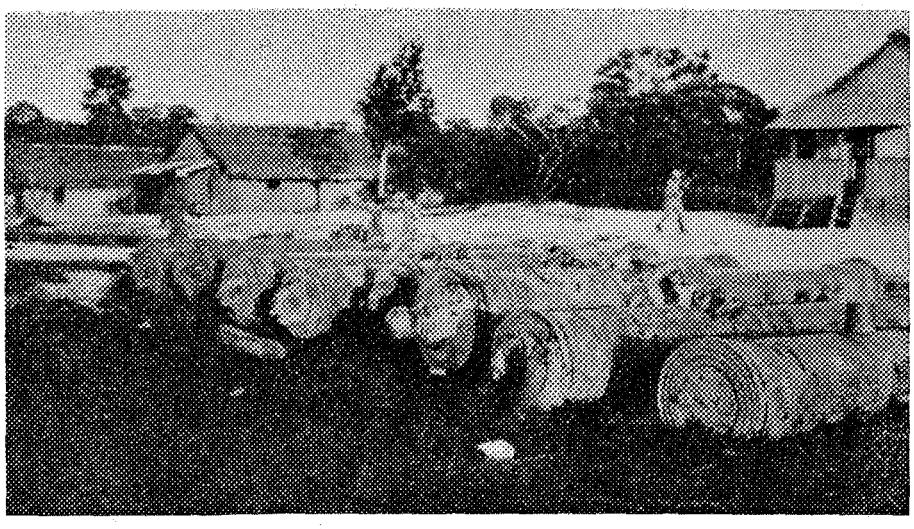
Poder-se-á ir, com muita dificuldade, à fronteira da Guiana Francesa, partindo da planície do Baixo Amazonas, quer remontando o Jarí até às suas cabeceiras, quer cruzando o chão do denominado território do Amapá, partindo de Macapá, através duma região prenhe de lagos e coberta de opulenta floresta equatorial. Fica assim o lindeiro Oiapoque ligado somente com a cidade de Belém, pelo Oceano, quando o navio da "Amazon River" realiza a sua viagem mensal. Afora isso, o avião militar também poderá ir à fronteira descendo no campo pouco dimensionado do núcleo de Clevelândia.

Rodovia Macapá--Clevelândia

O general RONDON lembrou a idéia de construir-se uma rodovia ligando Macapá a Clevelândia. Os trabalhos foram começados em 1929 e em 1930 suspensos até hoje, resultando em pura perda todo o dinheiro concedido pelo Govêrno Federal e todo o trabalho realizado já hoje, novamente incorporado ao patrimônio da mata.

Afirmam que o município de Macapá possue um rebanho de mais de 12 000 cabeças de gado e o de Montenegro 50 000 bovinos e 2 000 equinos. Êsses rebanhos poderiam desenvolver-se com a abertura da linha de escoamento, constituída pela estrada de rodagem; iriam abastecer a cidade de Belém, na qual, muitas vêzes, falece boa carne verde. Além da pecuária, a indústria extrativa poderia lucrar muito com a rodovia. Por ela escoar-se-ia, mais facilmente os côcos do murumurú e de outras palmeiras, destinados a fabricação de óleos comestíveis.

A extração do ouro seria aumentada e melhor fiscalizada pelas autoridades, cuja missão é vigiar a fuga do nosso metal para outros países. Há ouro aluvionar na área limitada pelo Araguarí, cabeceira do Jarí e Oiapoque. Muito ouro foi daí extraído pelos guianenses quando alí, indevidamente, ainda drapejava o pavilhão tricolor da França. A cousa dava tanto que até uma estrada de ferro foi construída para facilitar



Nove canhões, que são valiosíssimos como documentos históricos e obras de arte. Há alguns raiados, o que deve representar, pela época em que foram fundidos, pertencerem aos primeiros dessa espécie. (Fotografia colhida na Amazônia) — LIMA FIGUEIREDO

o serviço. Assim que aquela rica região foi incorporada, definitivamente, ao nosso território, tudo andou à moda do caranguejo. Todavia há ainda trabalho em Calçoene, Lourenz e Cunaní. Negros guianenses andam quais judeus errantes, catando ouro no Uaçá, no Cassiporé e no próprio Oiapoque.

A rodovia Macapá-Clevelândia "será o cordão umbelical por onde essa gente (os habitantes da região) possa respirar e alimentar-se".

"A sua construção, que se impõe urgentemente como o único meio de salvar essa população para o seu aproveitamento posterior, é favorecida em quase 2/3 do seu percurso, pelas condições orográficas e hidrográficas dos municípios a atravessar. O traçado, em parte, estende-se por uma divisória em campos de declividades suaves e planuras cobertas de agrestes, entremeados de piçarra. Pelos seus flancos, muitas pontas e cabeceiras de aguadas e pastagens. Porém o resto do percurso — o último têrço — aquele que segue pelos esporões da serra Lombard, rumando ao Oiapoque, à Clevelândia, é de construção difícil, e portanto, onerosa. O terreno é acidentado, coberto de intensa mata, em capoeirões cerrados".

"Em compensação, desbravando-o, abre-se uma bela oportunidade para o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial da região. A

construção da parte fácil, talvez não atinja a 3 contos, por quilômetro. A parte difícil, só depois do reconhecimento, da exploração. Não há previsão possível".[4]

Pelo mar A navegação para o Oiapoque é difícil e precária. Os navios só podem transportar cêrca de meio milhar de pessoas de cambulhada com sacos, caixas, paneiros, empanados e gado. Muitas vêzes o desgraçado com pouco recurso, obrigado a viajar, arma sua rêde quase nos chifres dos bois transportados. Em tôda a costa só há um farol — o de Bailique.

A fase da lua determina a época das viagens que, mesmo assim, devem ser cercadas de todos os cuidados. velocidade reduzida e sondagens frequentes.

Vias de acesso à Guiana Holandesa Não há fáceis comunicações com a Colônia Surinã. Quem quiser ir à fronteira terá que fazer como OTILE COUDREAU, general RONDON, comandante BRAZ DE AGUIAR, além de muitos outros que demonstraram ter fibra rija, vingando os multivários pedrais que atravancam os leitos dos rios que lá vão ter tais como o Jarí, o Parú de Oeste, o Cuminá, o Marapí e o Uanamú. O Trombetas e o Jarí são as principais vias de acesso.

Vários autores já escreveram excelentes livros a respeito desta região fronteiriça. Entre êles está OTILE COUDREAU que, em 1901, se adentrou pelo Cuminá, atingindo o igarapé S. João, muito acima do morro Tocantins que dista de Óbidos 495 quilômetros e visitado pela primeira vez, em 1876, pelo padre NICOLINO JOSÉ DE SOUSA. Ao regressar às terras loiras de sua pátria deu à publicidade o seu *Voyage au Cuminá*. O feito de OTILE merece registo especial, como uma grande vitória alcançada pelo sexo frágil. Muitas vêzes, para se impor, deu formidáveis surras em alguns caboclos que a acompanhavam, cujos instintos sexuais não puderam conter, em presença de uma mulher, em plena pujança da selva.

Entre a serra Tumucumaque e o igarapé São João existia uma região completamente ignota dos civilizados, envolta no manto do mistério. O general RONDON levantou a ponta dêste manto, descobrindo uma área rica em campos, cujo valor poderá influir nos destinos da pecuária paraense. Para pô-los em estado dinâmico, propôs ao govêrno a construção de uma estrada ligando-os à cidade de Óbidos, dando trabalho às várias tribus de índios existentes, antes que sejam levados para a Guiana Holandesa, que faz avançar as pontas dos trilhos de uma estrada de ferro pelo vale do rio Tapanaoní.

Dois livros interessantes O botânico A. J. SAMPAIO e o Dr. GASTÃO CRULS foram companheiros do Anhanguera século XX, e produziram magníficos trabalhos concretizando tudo que viram e observaram. O grande escritor de *A Amazônia misteriosa*, ao chegar à capital da República deu a lume um livro interessantíssimo

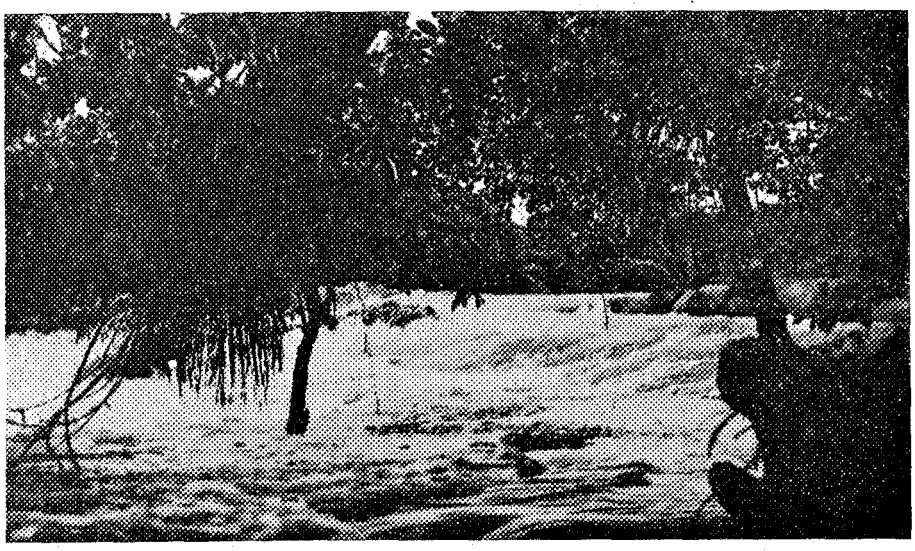
---

* ALEXANDRINO F. DA CUNHA, general. *Relatório da Inspetoria Especial de Fronteiras* — 1936.

— *A Amazonia que eu vi* — no qual, através do colorido da sua miríca descrição, se sente a alma de alguém que tem sangue de expedicionário dos sertões.

Quando da demarcação dos nossos limites com o Surinã, um inteligente jornalista — ERNESTO VINHAIS — andou acompanhando o labor dos companheiros do comandante BRAZ, publicando em Pôrto Alegre *Aventuras de um repórter na Amazônia.* E assim o inferno verde continua a fornecer assunto a tôda gente, cientistas, escritores, artistas, etnógrafos, botânicos, geólogos, zoólogos..., constituindo sempre, como afirmava EUCLIDES DA CUNHA, a última página do *Gênesis*, ainda por escrever-se.

O Negro e o Branco São as fronteiras da Venezuela e da Guiana Inglêsa servidas pelo rio Negro e seu afluente o Branco. O primeiro é perfeitamente navegável por gaiolas, em qualquer época do ano até à vila de Santa Isabel que dista de Manaus 882 km e é ponto final da navegação da "Amazon River".



Cachoeira do Algodão, no alto Parima

Diz o general RONDON: "Em Santa Isabel termina a lusitanização dos nomes do rio Negro, que daquí para cima conservam a toponímia dos seus primitivos habitantes. Como foram Baré os dominadores das cachoeiras, todos os nomes da parte alta do rio Negro conservam a sua origem tupí. Os seus atuais habitantes só se entendem pelo neengatú ou tupí vivo. Aliás, é sabido, que a única parte do Brasil onde se fala o neengatú é no vale do rio Negro; por uma simples razão: a maioria dos seus habitantes é descendente dos Manau e Baré, nações poderosas que o povoaram antes da invasão dos conquistadores portugueses e espanhóis".

Canal Cassiquiare Tem o rio Negro cêrca de 1 600 km em território brasileiro, no qual entra com uma largura de 1 020 metros. Liga-se êste rio com o venezuelano Orenoco através do canal Cassiquiare, que o jovem geólogo GLYCON DE PAIVA provou ser um afluente do Negro com cabeceiras muito próximas do curso do Orenoco. Afirmou êle: "Ainda hoje, êle possue sua bacia própria, seus afluentes bem definidos, tudo como se fôsse um verdadeiro rio. Desconhecendo-se sua comunicação com o Orenoco, estudando-o a partir da foz para montante, observando o decrescimento progressivo de sua largura e da sua vazão, deixando a jusante os grandes afluentes, chega-se à convicção, de em breve, atingir suas cabeceiras, principalmente ao deparar um arremêdo de terras altas acima de Buenos Aires, representando o remanescente de um divisor.

"Queremos dizer que o Cassiquiare sempre existiu como rio e que, sob êste ponto de vista é tão velho, como qualquer um dos rios da região.

"Ao contrário, a comunicação do Orenoco com o Alto Cassiquiare é um acidente muito posterior à sua formação e definição, como um afluente do Negro.

"Acreditamos que não há muito tempo esta comunicação só se fazia na época das grandes cheias do Orenoco (rio sujeito a uma grande flutuação) e que só depois do leito esboçado por estas correntes anuais periódicas, é que se chegou a ter uma comunicação permanente, resistindo como hoje, embora penosamente, às grandes sêcas.

"Basta considerar o rio atual na época das sêcas: em 1926, segundo testemunho dos habitantes, para passar por Bifurcacion uma falca, era necessário cavar na areia o seu canal".

O canal Cassiquiare tem cêrca de 365 km de desenvolvimento e corre totalmente em território venezuelano.

O sentido da corrente é sempre do Orenoco para o Negro.

O lugar onde a água deflue para o Orenoco, chama-se Bifurcacion.

Ainda, segundo o Dr. GLYCON, 80 a 90% das águas do Cassiquiare correm para o Negro.

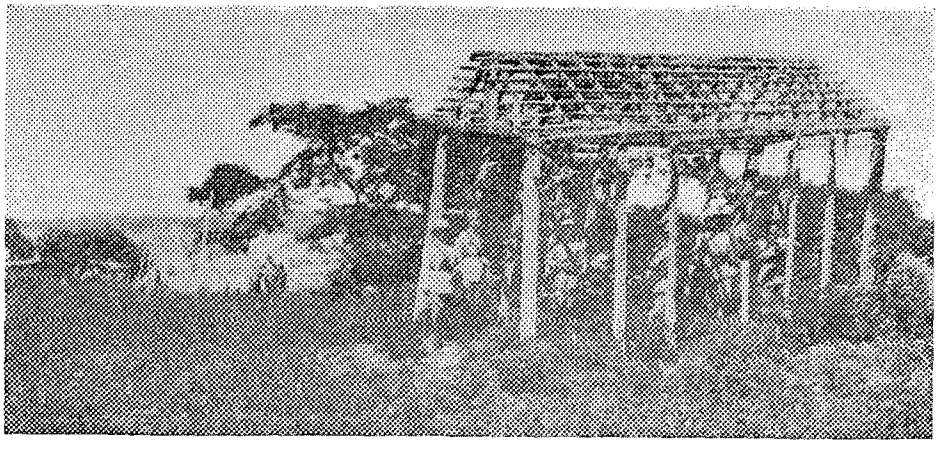
Temos nos dois rios e no canal que os une a principal via de penetração da Venezuela. Vejamos outra linha de penetração não só dêsse país mas, também, da Colônia Demerara — o rio Branco.

Rio Branco O rio Branco, sob o ponto de vista de sua navegabilidade, pode ser dividido em três secções:

a — o *baixo rio Branco* com cêrca de 400 km que vai de sua embocadura no rio Negro até ao povoado do Caracaraí, em sua margem direita:

b — a *zona encachoeirada* com 24 km aproximadamente, entre Caracaraí e Paracuuba ou Bôca da Estrada;

c — o *alto rio Branco,* com cêrca de 170 km, compreendidos entre a última cachoeira e a confluência dos seus formadores — rios Uraricoera e Tacutú.



Ruínas da igreja do Forte São Joaquim, no rio Branco

A navegação do Branco sofre modificações periodicamente, consoante o regime das águas. Na melhor estação, os navios pequenos vão até à Fazenda de São Marcos, perfeitamente bem, partindo de Manaus, em quatro dias. Isto sucede de Abril a Setembro, atingindo as águas sua maior altura em Junho. Durante a sêca ou verão, de Setembro a Abril, os vapores gastam os mesmos quatro dias, apenas até Caracaraí. Dêste pôrto até à Fazenda de São Marcos são despendidos mais dois dias em embarcações a motor. A maior estiagem é, comumente, em Dezembro e Janeiro. Há anos em que nesses meses, nem mesmo em pequenas lanchas se pode ir até Caracaraí, tal a baixa das águas. O regime das águas do Branco não é rígido: apresenta acentuadas variações não só na época como na altura das águas.

Durante o período de cheia, a navegação é feita por uma espécie de braço, denominado *furo do Cojubim,* pelo qual se bifurca a água do rio no trecho encachoeirado. Assim que as águas baixam, torna-se perigosa a navegação por êle, pois aparecem muitas pedras, obrigando a passagem por canais muito estreitos, nos quais a velocidade é muito rápida.

Se bem que com duras dificuldades, a navegação na zona encachoeirada, nas águas médias ou baixas, é feita pelo braço principal do rio ou de oeste.

A cachoeira principal é chamada Pancada Grande que chega a ter mais de um metro de queda, na época de pouca fartura dágua. As demais cachoeiras ou corredeiras são assim denominadas: Laje da Onça, Rabo, Bota-Panela, Pedras do Germano, Pancada Grande, Cotovelo, Guariuba e Sucurijú.

Safando o trecho encachoeirado, há um varadouro de 25 km ligando o povoado de Caracaí a Pacuuba, pelo qual passa o gado na época da vazante. Êsse varadouro deveria ser levado até Boa Vista, mas depois de várias tentativas foi a idéia, por enquanto, abandonada.

O comandante BRAZ DE AGUIAR informou-me o seguinte: — "Os padres beneditinos contrataram com o Govêrno Federal a construção de uma estrada de Boa Vista até Caracaraí e a iniciaram aproveitando um antigo traçado, porém êsses trabalhos foram abandonados, tendo sido feita somente uma parte no campo. Teem sido apresentados diferentes projetos de estradas ligando Manaus à região dos campos do rio Branco. Com êsse fim já houve uma expedição que partiu de Manaus sob a direção de SEBASTIÃO DINIZ, mas sem resultado. Também houve a idéia da construção de outra estrada partindo de Vista Alegre, na margem esquerda do rio Branco um pouco abaixo de Caracaraí, em direção à serra da Lua, nas proximidades da fronteira britânica, pouco a oeste das cabeceiras do rio Tacutú.

"Três são os caminhos nas cachoeiras do rio Branco. O primeiro utilizando a estrada de gado que vai de Caracaraí até Paracuuba. O segundo subindo a lancha ou batelão pelas cachoeiras, por canais tortuosos e de praticagem difícil, até ao pôrto de baixo da cachoeira Pancada Grande, onde se inicia o varadouro do Benquerer. Por êsse caminho se vai até à montante daquela cachoeira onde a carga é reembarcada, para prosseguimento da viagem. Essa viagem através das cachoeiras é sempre perigosa, principalmente nas águas baixas. A passagem do Cojubim constitue o terceiro caminho.

"Em Caracaraí já se encontra um grande campo na margem direita. A região franca dos campos do rio Branco começa no Mucajaí, seu afluente da margem direita e se estende até aos limites com a Guiana Britânica e Venezuela. Por êsses campos há inúmeros caminhos que comunicam tôda a região e por onde é feito o transporte na época da sêca. Assim da Fazenda Nacional de São Marcos se pode ir por terra até os diversos pontos do rio Maú, fronteira com a Guiana Britânica, ou até à serra Pacaraimã, limite com a Venezuela. Do mesmo modo se poderá ir para leste até encontrar novamente o Tacutú, limite com aquela Guiana. Êsses caminhos na época sêca, com algum trabalho, poderão dar passagem a veículos, mas no inverno atravessam alagadiços e buritizais que só permitem o trânsito de cavaleiros".

A faixa da fronteira da colônia Demerara é perfeitamente igual à nossa. Policiais inglêses de cavalaria fazem rigorosa fiscalização da linha divisória, maximé nos pontos naturais de passagem.

O caminho para Georgetown

Segundo o general RONDON, a linha de penetração da fronteira guianense mais franqueada é a que parte da Fazenda de São Miguel, situada à margem esquerda do Maú, defronte da barra do igarapé Anamará, afluente da margem oposta. A estrada é trafegada principalmente por

boiadas. Partindo de São Miguel elas marcham nessa estrada dia e meio, por vasta campanha além de Anãi, vila em que está o Destacamento de Policiamento da Fronteira. Penetram a mata, onde a estrada tem dez metros de largura e nela viajam oito dias, servindo-se das campinaranas existentes para pousos. Saem no campo do rio Berbice depois de atravessar o rio Essequibo. Embarcam no pôrto Tacama e viajam um dia embarcados até à cidade de New-Amsterdão, tomando defronte, na cidade de Rossignol o trem para Georgetown. Em 15 dias o gado é posto naquela capital, partindo daquele ponto da fronteira. Além dessa linha de invasão de boiada existem a do Pirara-Rupununi, indicada por SILVA PONTES e RICARDO FRANCO; e a que parte da Fazenda Eva, no Tacutú, ao estreito do Rupununi até onde êste rio é navegável.

As difíceis comunicações com a Colômbia

As comunicações com a Colômbia são feitas através dos rios Japurá, Içá, e depois que essa república conquistou o trapézio de Letícia, do Solimões, cujo curso serve agora ao Perú, à Colômbia e ao Brasil. Além dêsses rios há, ainda, penetrando na Colômbia o Içana, o Uaupés, o Tiquié e o Apaporis, todos com exceção do último com álveos de rocha granítica, apresentando inúmeros afloramentos que formam séries de cachoeiras contínuas.

O *Içana* tem um curso de cêrca de 650 km, ostentando uma largura média de 200 m até à confluência com o Aiarí e continuando para montante com 100 metros apenas. Em tempo de cheia, lanchas de pequeno calado, fazendo varações com auxílio dos índios da região nas cachoeiras de Tunuí, Iandú e Aracú podem navegar até a um pouco a montante desta última.

O *Uaupés* com um desenvolvimento de curso de 850 km, dos quais 517 em plagas brasílicas, apresenta uma largura que varia entre 300 e 600 m alargando-se no seu baixo curso para 2 000 m. Antes dos trabalhos demarcativos, pensou-se que êsse rio fôsse inteiramente brasileiro.

O *Japurá* tem um curso de 1 848 km e lança-se no Solimões por várias bôcas, sendo três as principais. A partir de 2° de latitude até ao paralelo de 4° sul por onde corre o Solimões, desliza na direção NW-SE cruzando uma região prenhe de lagos e cortada por uma rêde bem tramada de furos. A caixa do barrento rio em formação, não comportando a grande quantidade dágua que por êle vaza, em determinadas ocasiões deixa esparramá-la por aqueles furos e lagos que funcionam à guisa de ladrões de segurança. Há um furo denominado *Auatí-paraná,* bem fornecido dágua que também liga o Japurá ao Solimões. Era por êle que os colombianos desejavam passasse a sua linha divisória com o Brasil.

"O Japurá é um rio de grande curso, franco às embarcações grandes ao tempo das enchentes. Na estiagem as lanchas podem percorrê-lo numa extensão de cêrca de mil quilômetros da foz, até onde se encon-

tram os primeiros degraus do leito. Daí para cima, de onde começa realmente a receber o nome de Caquetá, são numerosas as cachoeiras, sendo notável a do Imiá ou Iriá, que aperta o rio num percurso de 11 quilômetros e forma penhascos de 90 metros de altura.[5]

A respeito do Içá extraí dos apontamentos do general RONDON o seguinte: "Na sua foz existiu a povoação de São Fernando mandada erigir em 1763 pelo Governador do Estado FERNANDO DA COSTA TEIVE, como um pôsto avançado contra os espanhóis. O famoso Içá banha as terras da Colômbia e do Perú, nascendo nas serranias de Pasto no Govêrno de Popaiã. Corre paralelamente ao Japurá logo ao deixar o manadeiro comum e dele se afasta ao se aproximar do grande coletor

"A parte alta do Içá que divide o Perú da Colômbia tem o nome de Putumaio.

"Outrora era conhecido pelo *Dourado Içá,* pelo fato de serem suas margens formadas de aluviões provindos das grandes minas de ouro que nos séculos XVII e XVIII eram exploradas nas suas cabeceiras.

"Os portugueses navegaram o Içá na sua parte inferior, até aos rios Pepitarí e Itití, afluentes da margem direita e esquerda respectivamente.

"Os espanhóis fundaram no pontão do Norte do Içá uma pequena povoação, quando da celebração dos tratados de limites entre Portugal e Castela. Foram obrigados a abandoná-la em 1766, em virtude da insalubridade do local.

"Em consequência foi, como dissemos anteriormente, mandada ocupar em 1768 aquela foz pelo Governador ATAÍDE TEIVE, fundando-se a povoação de São Fernando. Os espanhóis ficaram com as missões dos índios Sucúmbio, dirigidas pelos padres franciscanos. Era antigamente muito povoado de índios êste rio. Contavam-se no seu vale os índios Içá, Pané, Paiaba, Xumana, Tumbira, Cacatapuia.

"O Içá lança-se no Solimões com abundância de água fornecida por mais de 60 tributários. Presentemente faz divisa com o Brasil no ponto em que a linha geodésica foz do Apaporis-Tabatinga o corta. O quadrilátero irregular formado por essa linha geodésica, o *thalweg* do Putumaio até à foz do rio Iágua, a reta que parte desta foz à do rio Ataguarí e o *thalweg* do Amazonas, pertence à Colômbia, em virtude do Tratado de Limites com o Perú e a Colômbia de 24 de Março de 1922".

Todos os rios que vimos de citar e estudar são ligados entre si por varadouros trafegados pelas diferentes tribus que campeam aquela região extremenha.

A Colômbia depois que ganhou a questão de Letícia tem dado notável e eficiente impulso ao progresso daquelas paragens. La Pedrera será, em porvir muito próximo, um importante núcleo de população. Aviões ligam a fronteira, semanalmente, a Bogotá.

---

[5] AGNELO BITTENCOURT: *Corografia do Estado do Amazonas* — 1925.

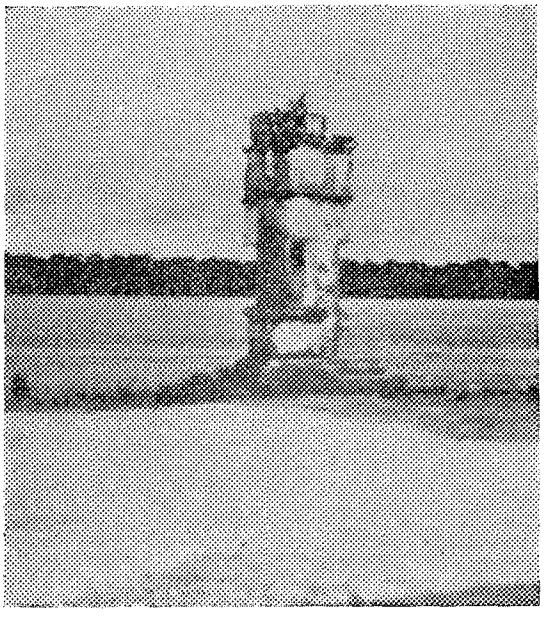
Pela convenção assinada entre o Perú e o Brasil em 1858 e pelos tratados colombo-peruano de Março de 1922 e colombo-brasileiro de Novembro de 1928 todos os três países ribeirinhos do Amazonas teem nele franca liberdade de navegação.

Da bacia amazônica à capital do Perú

A principal comunicação com o Perú é constituída pela grande corda potâmica que representa por si só a expressão da grandeza fenomenal da Amazônia. Além desta ainda há os irmãos Juruá e Purús e o Acre. Os dois primeiros muito importantes na época da caça ao caucho e à borracha e, ultimamente ao cedro, perdeu hodiernamente a importância por se acharem seus altos cursos quase abandonados. O Acre banha Inapari que se acha ligada por uma carreteira a Maldonado à margem do Madre Dios. Por um itinerário bastante acidentado se acha esta cidade ligada a Cusco. Defronte a Inapari existe o lugar denominado Paraguassú, ligado por um bom varadouro ao seringal Guanabara que tem sua sede na margem direita do Iaco, afluente do Purús.

Tabatinga

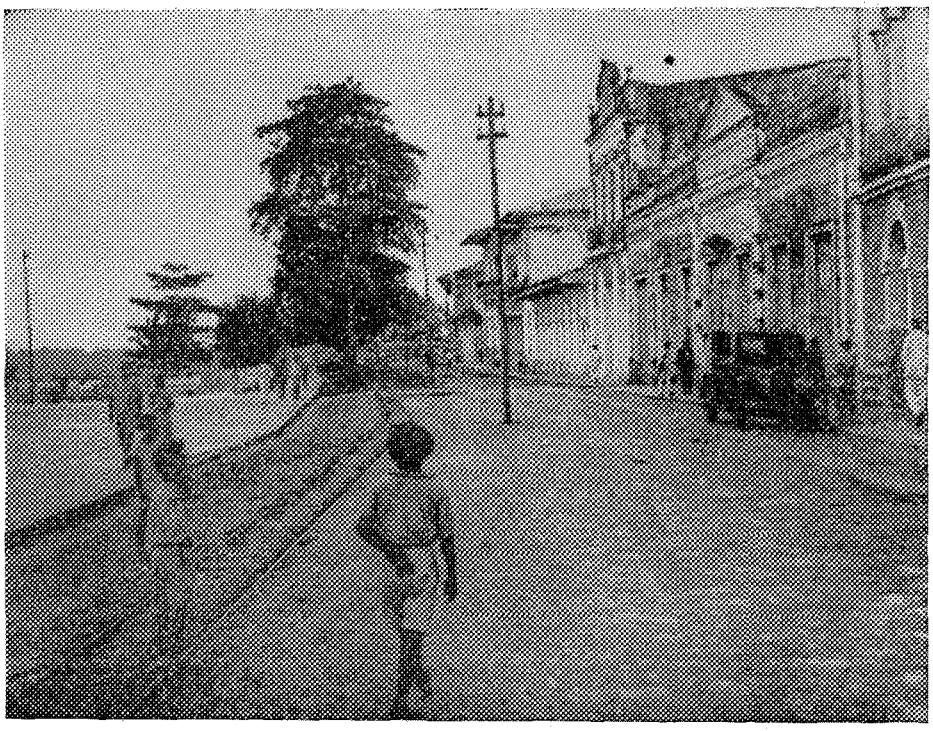
O ponto mais importante da fronteira com o Perú no grande escoadouro amazônico é Tabatinga, cuja situação, no alto de um barranco a 15 metros acima do nível das águas do Solimões, lhe proporciona pleno comandamento sôbre as terras vizinhas, podendo-se devassar com o binóculo, o que se passa em Ramon Castillo e Letícia. O rio castiga o barranco marginal, pois sôbre êle joga impetuosamente suas águas que naquele ponto fazem uma acentuada deflexão, mudando sua direção NW-SE para W-E, passando o *thalweg* apenas a um quilômetro do citado barranco que dia a dia se vai esboroando. A floresta não é transitável, maximé no período correspondente aos meses de Fevereiro a Julho, quando as águas se avolumam. O gado para a população civil, avaliada em cêrca de 4 000 almas, é trazido do Careiro, perto de Manaus, cêrca de 800 milhas rio abaixo. Há, outrossim, 3 500 indígenas que vivem nas proximidades. O celeiro desta gente tôda é quase exclusivamente constituído pela ilha do Aramacá que produz cereais, cana e frutas.



O que resta do antigo forte de Tabatinga: metade do pórtico central à beira do barranco

De Iquitos a Lima por terra e pelo ar

A principal cidade peruana na região é Iquitos, cujo pôrto é um arremêdo do de Manaus, em menores proporções. Há um cais flutuante que, por meio de uma rampa, se liga ao alto de um barranco. Em Outubro é muito difícil aos navios de mais de 11 pés de calado chegarem até Iquitos, sendo também precária a navegação de Junho até Novembro. Os *buques* da "Booth Line" só de Dezembro a Maio mantêm carreira regular até àquele ponto.



A principal calle *de Iquitos, capital do Departamento de Loreto. Sôbre os trilhos que se vêem circulam pequeninos trens de ferro*

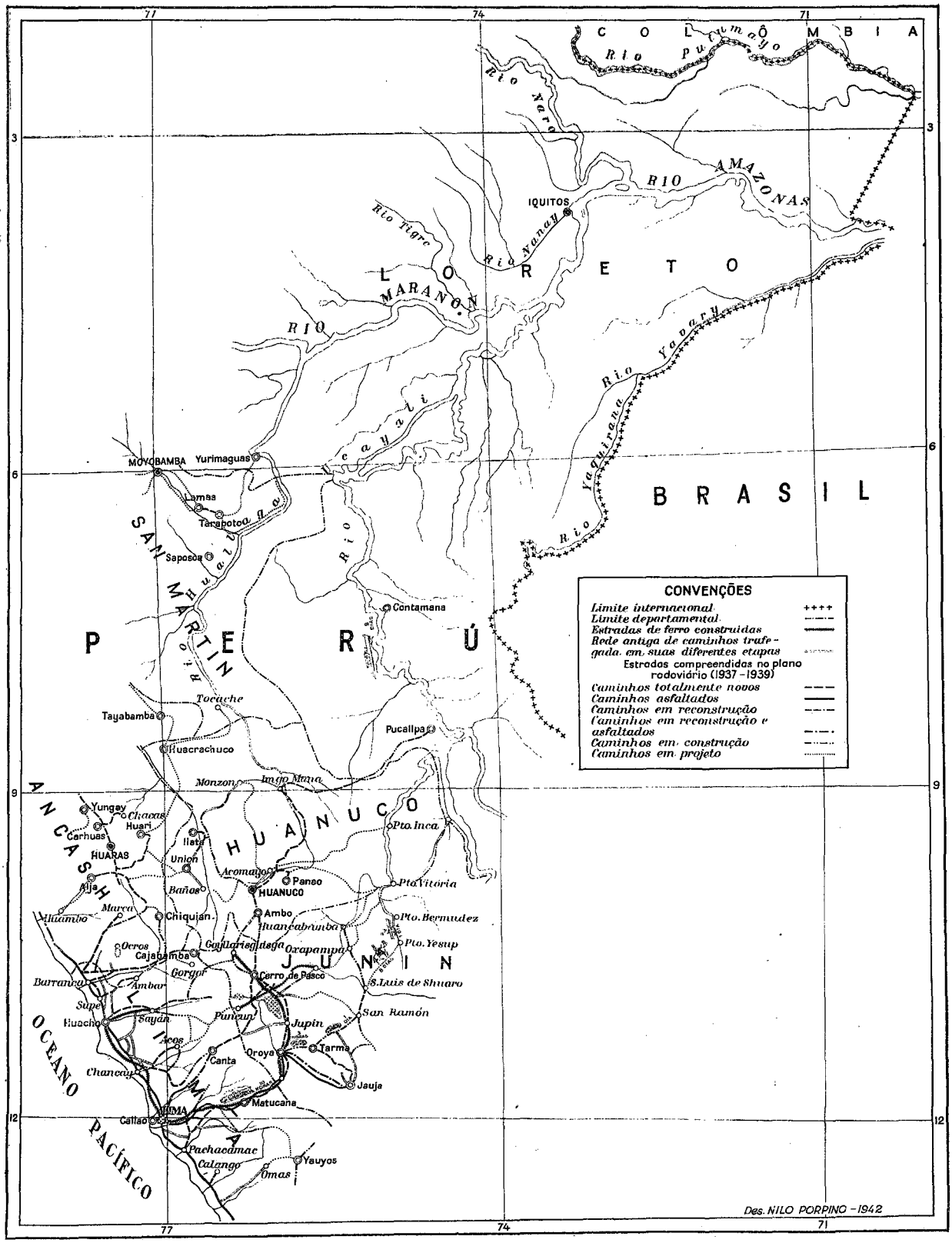
Até 1926 a viagem Lima-Iquitos se fazia em 20 dias assim distribuídos:

Lima-Oroya — em estrada de ferro	10 horas
Oroya-Tarma — em automóvel	3 "
Tarma-San Ramon — em automóvel	1 dia
San Ramon-Yessup — em lombo de mula	8 dias
Yessup-Pôrto Bermudez — em canoa	1 dia
Porto Bermudez-Iquitos — em lancha	9 dias

A 3 de Janeiro de 1928 foi inaugurada definitivamente a navegação aérea entre Iquitos e Lima, com as seguintes escalas:

Iquitos-Massisea — em hidro-avião	6 horas
Massisea-San Ramon — em avião	2 "
San Ramon-Oroya — em automóvel	12 "
Oroya-Lima — em trem	10 "

74
71
12
15
BRASIL
Rio Purús
Paraguassú
Rio Acre
Inapari
Bolpebra
Rio Piedras
MADRE DE DIOS
PERÚ
Porto de Mainique
Rio Yavero ou Paucartambo
Rio Manu
Lucerna
Sta. Helena
Rio Parinamu
Manu
Rio Madre de Dios
MALDONADO
Itahuania
Quillabamba
CUSCO
Rio Inambari
Rio Tambopata
Machupicchu
Urubamba
Paucartambo
Manco Capac
Astillero
Huaraconda
Calca
Anta
Rio Marcapata
Huambutio
CUSCO
Urcos
Paruro
Tambopata
PUNO
Acomayo
Rio Huari Muari
Yanaoca
Sicuani
Sandia
Macusani
BOLÍVIA
CONVENÇÕES
Limite internacional
Limite departamental
Estradas de ferro construidas
Rede antiga de caminhos trafegada em suas diferentes etapas
Estradas compreendidas no plano rodoviário (1937-1939)
Caminhos totalmente novos
Caminhos asfaltados
Caminhos em reconstrução
Caminhos em reconstrução e asfaltados
Caminhos em construção
Caminhos em projeto
Des. NILO PORPINO-942


COLÔMBIA
Rio Putumayo
Rio Napo
RIO AMAZONAS
IQUITOS
Rio Nanay
Rio Tigre
LORETO
RIO MARANON
Rio Ucayali
Rio Yaquirana
Rio Yavary
BRASIL
MOYOBAMBA
Yurimaguas
Lamas
Tarapoto
Saposoa
SAN MARTIN
Rio Huallaga
Rio Pachitea
Contamana
PERÚ
Tocache
Tayabamba
Huacrachuco
Pucallpa
Monzon
Inga Mina
Yungay
Chacas
Huari
Carhuas
HUARAS
ANCASH
Ilata
Union
HUANUCO
Pto. Inca
Aromayo
Panao
HUANUCO
Pto. Vitoria
Aija
Baños
Huambo
Muro
Chiquian
Ambo
Huancabamba
Pto. Bermudez
Ocros
Cajabamba
Gualdriscalsaga
Oxapampa
Pto. Yesup
JUNIN
Gorgor
Cerro de Pasco
S. Luis de Shuaro
Barranca
Ambar
Supe
Huacho
Sayan
Pincan
Jupin
San Ramón
Acos
Canta
Oroya
Tarma
Chancay
Jauja
LIMA
Matucana
Callao
OCEANO PACÍFICO
Pachacamac
Calango
Yauyos
Omas
CONVENÇÕES
Limite internacional
Limite departamental
Estradas de ferro construidas
Rede antiga de caminhos trafegada em suas diferentes etapas
Estradas compreendidas no plano rodoviário (1937-1939)
Caminhos totalmente novos
Caminhos asfaltados
Caminhos em reconstrução
Caminhos em reconstrução e asfaltados
Caminhos em construção
Caminhos em projeto
Des. NILO PORPINO - 1942

Assim, atualmente, poderemos ir de Iquitos à capital peruana em dois dias.

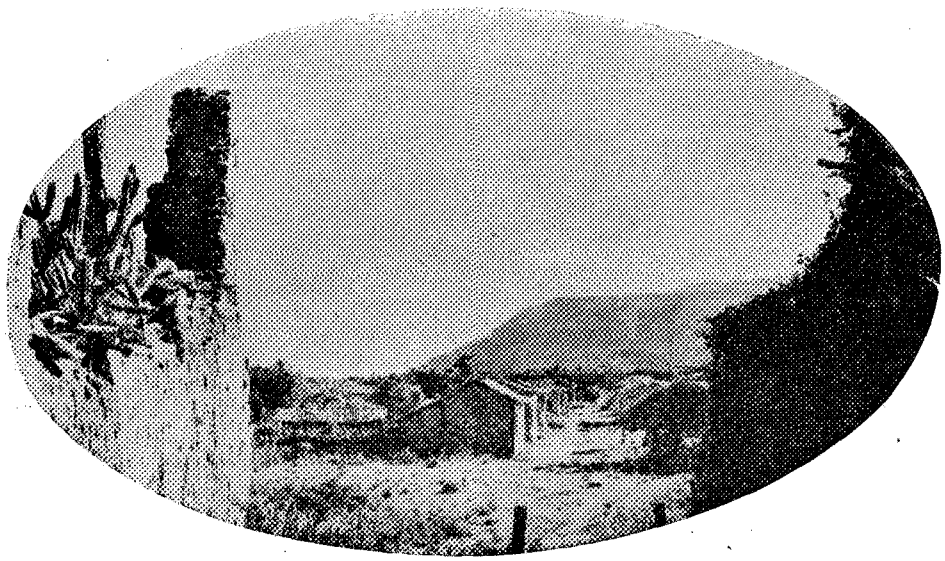
As comunicações com a Bolívia

As duas grandes vias de comunicação para a fronteira da Bolívia são o rio Acre e o Madeira. Há uma bela estrada carreteira ligando a cidade boliviana de Cobija a Porvenir, na margem esquerda do Tauamanu, tributário do Beni. Há dois esplêndidos varadouros unindo, respectivamente, Catuaba e Capatará, ambos no rio Acre, a Vila Plácido e Santa Rosa no Abunã. Por meio dessas comunicações terrestres fica a bacia do Purús em ligação com a do Madeira.

O Acre permite em época de cheia a navegação de gaiolas com roda à pôpa da "Amazon River" até Cobija e até à fronteira do Perú por meio de lanchas ou embarcações com motores de pôpa.

O Madeira permite franca navegação até Pôrto Velho, onde começa a estrada de ferro Madeira-Mamoré, cuja estação final é Guajaramirim, distante da primeira 360 km. Êste percurso é feito em dois dias, viajando-se só de dia, passando-se a noite em Presidente Marques, mais ou menos na altura da bôca do fronteiriço Abunã. Em autos de linha ou em trens especiais pode-se fazer a viagem em uma só jornada.

De Guajaramirim até Vila Bela, a antiga e lendária capital de Mato-Grosso, no rio Guaporé, vai-se de lancha rebocando no costado



"Vila Bela de Mato Grosso — a cidade do ouro e das ruínas

batelões confortáveis com coberta, passando-se pelo famoso forte Príncipe da Beira que os lusos, sem medirem sacrifícios, construíram para defender o território que já haviam conquistado, com ousadia e fé, contra as incursões dos espanhóis.

Há uma companhia de navegação, subvencionada, que faz uma viagem mensal entre Guajaramirim e a decadente capital que recebeu do mirífico TAUNAY o cognome de "cidade do ouro e das ruínas". A distância entre as duas é de 1 416 km, ficando o forte Príncipe da Beira a 302 km da primeira. A navegação é difícil nos meses de Setembro a Novembro. Pelo contrário é facílima nos meses de Janeiro a Maio.

Friagem Com o degêlo dos Andes surge de chofre uma queda de temperatura que os locais chamam de friagem e coincide com os festejos juninos e com os temporais de 25 de Julho a 9 de Agôsto. Fora destas datas aparecem friagens que duram cêrca de quarenta e oito horas.

Canarãna Tanto o Mamoré como o Guaporé são debruados pelas verdes pestanas formadas pelas canarãnas que constituem ótimo alimento para o gado. Há duas espécies desta gramínea — uma doce de talo verde e outra amarga de talo vermelho que é rejeitada pelos animais. A cem quilômetros do Guaporé em plagas bolivianas, há prósperas fazendas de gado que se mantêm com a canarãnas além de outro pasto constituído pelo capim mimoso.

De Belém ao Acre pelos céus da Amazônia Uma linha de aviões da "Panair" une Belém a Rio Branco do Acre, aquatizando em Curralinho, Gurupá, Prainha, Óbidos, Parintins, Itacoatiara, Manaus, Borba, Manicoré, Humaitá e Pôrto Velho, as quatro derradeiras no rio Madeira. A viagem é feita em duas etapas: uma de cêrca de 1500 km até Manaus em oito horas, e outra de cinco horas aproximadamente até Pôrto Velho, onde estaciona o hidro, sendo a viagem continuada para Rio Branco em avião.

Como se vai a La Paz Vejamos agora as comunicações da fronteira estudada com La Paz. O ponto de convergência de tôdas as comunicações fluviais do Departamento do Bení, para ligação com a capital da república — é pôrto Ichilo ou pôrto Grether, no rio do mesmo nome, afluente do Mamoré. Em dez dias é feita uma viagem entre êste pôrto e a cidade de Guayaramerim, em lancha de 60 toneladas de arqueação que parte, semanalmente, dessa cidade. Em Trinidad há baldeação para embarcações de menor porte.

De pôrto Ichilo a Santa Cruz de la Sierra medeia uma distância de 155 km que são vingados, por terra, em maus caminhos, de 10 a 30 dias, consoante a estação do ano.

De Santa Cruz a Cochabamba há uma estrada de rodagem em leito de terra. Ligando a última a La Paz há uma estrada de ferro que passa por Oruro.

O "Lóide Aéreo Boliviano" faz uma viagem bi-mensal, em dois dias, partindo de La Paz e pousando em Cochabamba, Trinidad, —

Guyaramerim, Riberalta e Cobija. Em Cochabamba há conexão desta linha com a aerovia que vai para Santa Cruz de la Sierra — Pôrto Suarez, no rio Paraguai.

A cordilheira dos Andes é o tapume que dificulta a respiração dos habitantes da planície boliviana.

Há em construção uma rodovia de 285 km, unindo Cochabamba (2 560 metros de altitude) ao Mamorecillo, afluente do Mamoré — (500 metros de altitude). Esta estrada sobe em Comercocha a 4 200 metros acima do nível do mar. De Trinidad, capital do Departamento do Bení, ao Mamorecillo a navegação em lanchas é franca. Assim que fique pronta esta rodovia poder-se-á ir de Trinidad a Cochabamba em três dias, fazendo-se um percurso aproximado de 500 km, sendo dois dias de navegação e um de automóvel.

Conclusão Temos assim concluído o trabalho que impusemos a nós mesmos, mostrando as fronteiras que nossos heróicos antepassados nos legaram e que, com a mercê de Deus, deveremos herdar aos nossos netos, sem desejos de ampliá-las, mas dispostos ao sacrifício extremo de defendê-las a todo custo.

Copacabana — 21 de Abril de 1942.

*

RESUMÉ

Le lieutenant-Coronel LIMA FIGUEIREDO, de la Commission de Rédaction de cette Revue, fait une étude dans cet article des frontières de l'Amazonie avec les pays voisins. Son travail contient trois chapitres que nous resumons très succintement.

L'auteur dit, dans les premier chapitre, que les frontières du Brésil avec les Guyanes hollandaise et Anglaise, les républiques de la Colombie et du Pérou, sont déjà bien délimitées, et que celles avec la Venezuela et la Bolivie sont en voie d'achèvement.

Les points extrêmes nord et ouest du Brésil, qui se trouvent, respectivement, sur le Mont Caburai (5° 16' 19" 60 latitude nord et 60° 12' 43" 28 longitude W. Greenw.) et sur la chaîne de montagnes de Contamana (7° 33' 12" 85 latitude sud et 73° 59' 32" 45 longitude W Greenw.), appartiennent à la frontière de l'Amazonie.

Le second chapitre contient la description des frontières. L'auteur commence cette étude en décrivant les limites de la Guyane Française avec l'Amazonie, qui ont une extension d'environ 655 km et n'ont pas encore été fixés. Cette frontière se trouve inhabitée à partir du tiers moyen de l'Oiapoque. La frontière avec la Guyane Hollandaise est bien caractérisée; elle s'étend à travers les Monts Tumucumaque sur une extension totale de 692,040 km; le long de son parcours, on ne rencontre pas d'habitants.

La ligne qui délimite la Guyane Anglaise est entièrement fixée et mesure à travers les terrains secs 907,614 km et en suivant les eaux 698,186 km. Cette frontière est habitée; on trouve, le long de son parcours, des missions qui ont été établies par des religieux anglais. La longueur totale de la frontière avec le Venezuela est de 2 200 km; cette frontière présente des régions marécageuses, des diviseurs faciles à parcourrir et des régions par des populations civilisées, d'autres par des indigènes; d'autres zones sont inhabitées. La frontière avec la Colombie mesure 1 644,180 km et se trouve entièrement délimitée. Un fait intéressant a été noté, en faisant cette délimitation: le contour du Brésil a été grandement modifié en donnant l'impression que les terres de la patrie de Santander pénètrent dans celles du Brésil. Cette impression n'est, cependant, qu'apparente, parce que, dans la réalité, les accidents géographiques n'étaient pas représentés dans leurs positions réelles. La frontière avec le Pérou est entièrement délimitée et mesure 1 565 km 83,39 m, étant donné que 572 km 774,11 m suivent les eaux et 992 km 309.28 m suivent les terres. La frontière avec la Bolivie qui a été regularisée par le traité de Petrópolis fut définitivement fixée par le traité de Natal en 1928. Elle est presque entièrement habitée.

L'auteur fait une description détaillée de toutes ces frontières; il mentionne les ouvrages qui existent sur les questions et les arbitrages qui ont eu lieu dans la délimitation de quelques unes de ces frontières, des principales rivières qui les constituent ou de celles qui y prennent naissance, ou encore, de celles qui ont une influence sur leurs tracés; il analyse, finalement, leur peuplement.

Dans le dernier chapitre l'auteur étudie les communications de l'Amazonie avec les frontières et les lignes de pénétration qui partent des pays limitrophes vers le Brésil. L'auteur suit

dans cette étude pleine d'intérêt le même ordre adopté pour faire la description des frontières et termine son travail en disant: "Nous avons ainsi terminé le travail que nous nous sommes imposés, en montrant les frontières que nos héroiques ancêtres nous ont légués et que, grâce à Dieu, nous esperons transmettre à nos petits-enfants, ne nourrissant pas le désir de les augmenter, mais disposés à les défendre à n'importe quel prix".

RESUMEN

El Teniente — Coronel LIMA FIGUEIREDO, de la Comisión de Redacción de esta REVISTA, estudia, en este artículo, las fronteras de la Amazonia Brasilera con los países vecinos. Su trabajo está dividido en tres capítulos, de que presentamos ligeros resumenes; en el primer capítulo dice que de aquellos límites ya se hallan perfectamente caracterizados y demarcados los con las Guayanas Holandesa e Inglesa y con las Repúblicas de Colombia y Perú; está siendo efectuada la demarcación de la frontera con Venezuela, y, para cerrar la raya con Bolivia quedan aun algunos trechos.

En la faja fronteriza de Amazonia estan los puntos extremos norte y oeste del Brasil, respectivamente en el monte Caburaí (5° 16' 19", 60 lat. norte y 60° 12' 43", 28 long. W. Green.) y en la sierra de Contamana (7° 33' 12", 85 lat. sur y 73° 59' 32", 45 long. W. Green).

El segundo capítulo es dedicado a la descripción de aquelles fronteras, cuyo estudio es iniciado por los límites con la Guayana Francesa, aun no demarcados, con un desarrollo de cerca de 655 km y deshabitado a comenzar del tercio medio del Oiapoque. Con la Guayana Holandesa la frontera se desarrolla sobre la cordillera de Tumucumaque; está perfectamente caracterizada, tiene la extensión total de 692,040 km, y su largo no tiene habitantes. La línea con la Guayana Inglesa, enteramente demarcada, mide en seco 907,614 km y n aguas 698,186 km. Es habitada, habiendo algunos religiosos ingleses establecido misiones al largo de su frontera.

El desarrollo total de la frontera con Venezuela es del orden 2 200 km adonde se encuentran regiones fangosas, divisores fáciles de recorrer y regiones escarpadas de dificil accesso. Algunos puntos habitados por civilizados, los demás o deshabitados o poblados por tribus de salvajes.

Con Colombia la frontera mide 1 644,180 km, toda levantada y demarcada. "Un hecho interessante notado con el resultado de la demarcación es que el contorno del Brasil fué allá muy modificado, dejando la impresión de que las tierras de la patria de Santander penetraron en el Brasil. Sin embargo, esto es aparente, pués en realidad los accidentes geográficos es que no estaban representados en sus verdaderos lugares. La frontera con el Perú está toda demarcada y tiene la extensión de 1 565 km 83,39 m, siendo 572 km 774,11 m por agua y 992 km 309,28 m por tierra. Con la Bolivia nuestra frontera, reglada por el Tratado de Petrópolis, fué definitivamente fijada por el Tratado de Natal, en 1928. Es casi toda habitada.

De todas esas fronteras el autor hace detallada descripción, acompañada de estudios de las cuestiones y arbitrajes verificados en la demarcación de varias de ellas, de la descripción de los principales ríos que las constituyen o de los manantiales que en ellas nacen o influyen en su trazado, y de la análisis de su poblamiento.

El último capítulo es destinado al estudio de las comunicaciones con las fronteras y las líneas de penetración en el Brasil por los países vecinos. En ese interesante y minucioso estudio, sigue el mismo orden adoptado en la descripción de las fronteras.

Concluy su trabajo diciendo: — "Tenemos así concluído el trabajo que hemos impuesto a nosotros mismos, mostrando las fronteras que nuestros antepasados nos dejaron y que, con la merced de Dios, debemos heredar a nuestros nietos, sin deseos de ampliarlas, pero dispuestos al sacrificio extremo de defenderlas a todo costo".

RIASSUNTO

Il Tenente Colonnello LIMA FIGUEIREDO, studia i confini dell'Amazzonia brasiliana coi paesi vicini, in tre capitoli. Nel primo spiega che le frontiere con le Guiane Olandese e Inglese e con le Repubbliche di Colombia e di Perú sono completamente determinate e delimitate; quella col Venezuela è in corso di delimitazione; quella con la Bolivia è stata delimitata salvo in alcuni tratti. Nella zona di confine dell'Amazzonia si trovano i punti estremi settentrionale e occidentale del Brasile, rispettivamente nel monte Caburaí (5° 16' 19", 60 Lat. Nord e 60° 12' 43", 28 Long. O. Greenw.) e nella catena della Contamana (7° 33' 12", 85 Lat. Sud e 73° 59' 32", 45 Long. O. Greenw.) Il secondo capitolo descrive i confini, cominciando da quelli con la Guiana Francese, ancora non delimitati, con uno svolgimento di circa 655 km, e disabitati a partire dalla parte mediana dell'Oiapoque. I confini con la Guiana Olandese seguono la catena di Tumucumaque; sono ben determinati; si estendono per circa 692 km; non sono abitati. I confini con la Guiana Inglese, completamente delimitati, misurano 1 506 km; sono abitati, alcune missioni religiose inglesi essendosi stabilite nella zona di frontiera. I confini col Venezuela si stendono per circa 2 200 km, comprendendo regioni paludose, spartiacque ben determinati e regioni dirupate di difficile accesso; alcuni punti sono abitati da gente civile, i più disabitati o popolati da selvaggi. I confini con la Colombia misurano circa 1 644 km; ne è completo il rilievo e la delimitazione. "Un fatto interessante derivato dalla delimitazione è una grande modificazione del contorno del Brasile, che dà l'impressione di una penetrazione del paese di Santander nel nostro. Si tratta però di una pura apparenza, perchè nelle vecchie carte gli accidenti geografici non erano rappresentati nella loro vera posizione". I confini col Perú sono interamente delimitati ed hanno l'estensione di 1 565 km. I confini con la Bolivia, regolati dal Trattato di Petrópolis, furono definitivamente fissati dal Trattato di Natal, nel 1928; sono quasi tutti abitati. Di

tutti questi confini l'autore fa una minuta descrizione, studiando le questioni e gli arbitrati connessi con la delimitazione di alcuni di essi, descrivendo i principali fiumi che li segnano, le sorgenti che ne derivano, e analizzando il loro popolamento. L'ultimo capitolo studia le comunicazioni con le frontiere e le linee di penetrazione nel Brasile attraverso i paesi limitrofi. L'autore conchiude: "Terminiamo il lavoro che ci siamo imposti per illustrare i cofini che gli avi eroici ci lasciarono e che, con l'aiuto di Dio, dobbiamo lasciare ai nostri nipoti, senza ambizioni di estenderli, ma disposti a qualsiasi sacrificio per difenderli."

SUMMARY

Lieutenant Colonel LIMA FIGUEIREDO, of the Editing Committee of this Review, deals in this article with the Brazilian Amazonian frontiers with the neighbouring countries.

His work is divided into three chapters, of which we submit brief resumés. In the first chapter he states that the boundaries with the British and Dutch Guianas and the republics of Colombia and Perú are perfectly defined and plotted. Those with Venezuela are under way and to bring to a close the Bolivian ones only a few parts are missing.

In the frontier of Amazonia are to be found the extreme Northern and Western points of Brazil, namely Mount Caburaí (5° 16' 19", 60 lat. North and 60° 12' 43", 28 long. West Greenwich, respectively).

The second chapter is dedicated to the description of those frontiers. This study begins with the limits of the French Guiana, not yet plotted, extending approximately 655 kilometres, and uninhabited from the middle third part of the Oyapock River. The frontier with the Dutch Guiana extends over the Tumucumaque, is perfectly defined, measures in all 692 kilometres and 40 metres and is entirely uninhabited.

The boundary line with the British Guiana is entirely plotted out and measures 907 614 kilometres on land and, over water, 698 186 km. It is inhabited and some English religious ministers established missions along the border. The total extension of the frontier is about 2 200 km and is composed of marshy regions easy to reach and of rocky ones of difficult access. Part is inhabited by civilized people, the remainder being either uninhabited or inhabited by Indian tribes. The frontier with Colombia measures 1 644 180 km and is entirely surveyed and plotted out. "An important fact was observed as a result of the plotting of the frontier, namely that the outline of Brazil there was greatly modified giving the impression that the lands of the country of Santander (Venezuela) encroach upon those of Brazil. This, however, is only apparently so, because actually it was the geographical accidents that were not represented in their proper places". The frontier with Perú is fully plotted out in its extension of 1 565 km 83,39 m, of which 572 km 774,11 m are over water and 992 km 309,28 m on land. Our frontier with Bolivia was regulated by the Treaty of Petrópolis and definitely fixed by the Treaty of Natal in 1928. Nearly all of it is inhabited.

Of all these frontiers the author renders a detailed description accompanied by studies of the questions and arbitrations verified in the plotting of several of them, by the further description of the principal rivers or water sources that make up, or commence, or influence their outline, and by the analysis of their settlement.

The last chapter is dedicated to the study of the communications with the frontiers and of the lines of penetration into Brazil from the bordering countries. In this interesting and detailed study he follows the same order adopted in the description of the frontiers. He ends his study by stating: — "We have thus concluded this self-imposed task, showing the frontiers which our heroic ancestors have bequeathed to us and which, by the grace of God, we shall hand down to our grandchildren, with no desire to widen them, but ready to make the extreme sacrifice in order to defend them at any cost".

ZUSAMMENFASSUNG

Der Oberstleutnant LIMA FIGUEIREDO vom Redaktionsstab dieser Zeitschrift, behandelt im vorliegenden Artikel die Grenzen des brasilianischen Amazonasgebiet mit den Nachbarlaendern. Seine Arbeit ist in drei Kapitel unterteilt, die wir hier fluechtig behandeln wollen: im ersten Kapitel legt er dar, dass von diesen Grenzen diejenigen mit hollaendisch und britisch Guiana und den Republiken Columbien und Perú bereits vorzueglich charakterisiert und festgelegt sind; dass sich die Grenze mit Venezuela im Zustand der Demarkation befinde, und um die Grenzlinie mit Bolivien festzulegen, nur mehr wenige Abschnitte fehlen. Im Grenzgebiet von Amazonas befinden sich die aeussersten noerdlichen und oestlichen Punkte Brasiliens, bezueglich der Berg Caburaí (5° 16' 19", 60 noerdl. Breitengrad und 60° 12' 43", 28 Laengengrad westl. Greenw.) und auf dem Hochgebiet von Contanama (7° 33' 12", 85 suedl. Breitengrad und 73° 59' 32", 45 Laengengrad westl. Greenw.).

Das zweite Kapitel stellt die Beschreibung dieser Grenzen dar. Er beginnt mit den Grenzen mit franz. Guiana, die noch nicht abgesteckt ist und die eine Gesamtausdehnung von ungefaehr 655 km hat. Sie ist unbewohnt vom mittleren Drittel des Olapoque an. Die Grenze mit hollaendisch Guiana erstreckt sich ueber die Bergkette des Tumucumaque. Sie ist ausgezeichnet charakterisiert, hat eine Gesamtausdehnung von 692,40 km und in ihrem Verlauf gibt es keine Bewohner.

Die Grenzlinie mit englisch Guiana, die ebenfalls in ihrem ganzen Verlauf abgesteckt ist, misst in ihrem Verlauf auf trockenem Boden 907 km 614 und in Wassergebiet 698 km 186. Sie ist bewohnt, da einige fromme Englaender dort an ihrer Grenze Missionen errichtet haben. Die Grenze mit Venezuela misst in ihrem Total 2 200 km, teilweise bestehend aus Sumpfgebieten, die leichter abzustecken sind und teilweise aus abschuessigen Gebieten, die schwierig zu besteigen sind. Einige wenige Stellen sind bewohnt von zivilisierten Menschen, die meisten aber unbewohnt

oder bevoelkert von wilden Staemmen. Die Grenze mit Columbien misst 1 644 km 180 und ist in ihrer ganzen Laenge errichtet und abgesteckt. "Eine interessante Tatsache wurde mit dem Resultat der Grenzbestimmung entdeckt und zwar dass der Umriss Brasiliens hier stark umgeaendert wurde, indem es den Anschein hatte, dass der Landboden des Vaterlandes Santanders in Brasilien eindringe. Das scheint aber nur so, da die geographischen Stuetzpunkte in Wirklichkeit nicht an ihren wirklichen Orten angegeben waren." Die Grenze mit Perú ist voellig abgesteckt und hat eine Ausdehnung von 1 565 km 83 m 39, von denen 572 km 774 m 11 ueber Wassergebiet und 992 km 309 m 28 ueber Erdgebiet fuehrt. Unsere Grenze mit Bolivien, die schon durch den Vertrag von Petrópolis vereinbart war, wurde durch das Tratat von Natal im Jahre 1928 endgueltig festgelegt. Sie ist beinahe ganz bewohnt.

Von allen diesen Grenzen gibt der Verfasser ins einzelne gehende Beschreibungen, die begleitet sind von den Fragen der gefaellten Urteilssprueche, die bei der Festlegung einer realisiert werden mussten. Er erwaehnt die hauptsaechlichsten Fluesse, mit denen sie gebildet sind oder Flussquellen, die in ihrem Verlauf entspringen oder muenden, und analysiert die Bevoelkerungsdichte.

Das letzte Kapitel widmet er dem Studium der Verbindungslinien mit den Grenzen und auch dien Verbindungswegen, die ueber diese Grenzen die anliegenden Laender verbinden. Dieser interessanten und genauen Arbeit folgen die gleichen Einzelbeschreibungen wie im vorhergenden Kapitel.

Er schliesst seine Arbeit mit den Worten: — "Somit schliessen wir diese Arbeit ab, die wir uns selbst aufgelegt haben zu dem Zweck, die Grenzen zu zeigen und beschreiben, die uns unsere heroischen Vorfahren gegeben haben und die wir, mit Hilfe, Gottes, an unsere Enkel vererben sollen, ohne den Wunsch sie zu erweitern, jedoch bereit zum aeussersten Opfer sie zu verteidigen, koste es was es wolle."

RESUMO

Subkolonelo LIMA FIGUEIREDO, el la Redakcia Komisiono de tiu ĉi Revuo, studas en tiu ĉi artikolo, la limojn de la Brazila Amazonio kun la najbaraj landoj. Lia verko estas dividita laŭ tri ĉapitroj, el kiuj ni prezentas resumetojn: en la unua ĉapitro li diras, ke el tiuj limoj jam estas tute karakterizitakj kaj fiksitaj tiuj kun la Nederlanda kaj Angla Gujanoj kaj kun la Respublikoj de Kolombio kaj Peruo; estas fiksataj la limoj kun Venezuelo, kaj, por fermi la limon kun Bolivio mankas ankoraŭ kelkaj terpecoj.

En la landlima zono de Amazonio estas la ekstremaj punktoj norde kaj okcidente de Brazilo, respektive ĉe la monto Caburaí (5° 16' 19", 60 Lat. N. kaj 60° 12' 43", 28 Long. Ok. Green.) kaj ĉe la montaro Contamana (7° 33' 12", 85 Lat. S. kaj 73° 59' 32", 45 Long. Ok. Green.).

La dua ĉapitro estas dediĉita al la priskribo de tiuj limoj, kies studo estas komencita per la limoj kun la Franca Gujano, ankoraŭ ne limfiksita, kun proksimuma etendo de 655 km kaj neloĝata komence de la meza triono de rivero Oiapoque. Kun la Nederlanda Gujano la limo etendiĝas sur la montegaro de Tumucumaque; ĝi estas tute karakterizita, havas la tutan longon de 692 km 040 m, kaj estas senhoma.

La limlinio kun la Angla Gujano, tute fiksita, havas la mezuron de 907 km 614m, sur seka tero, kaj de 698 km 186 m, sur akvoj. Ĝi estas loĝata kaj eĉ kelkaj anglaj religiuloj starigis misiojn laŭlonge de ĝia limo. La tuta etendo de la limo kun Venezuelo apartenas al la kategorio de 2 200 kilometroj kaj havas marĉajn regionojn, akvodividantojn facile trakuritajn kaj klifaj regionoj je malfacila aliro. Kelkaj punktoj estas loĝataj de civilizitoj, sed la ceteraj estas neloĝataj aŭ loĝataj de sovaĝaj triboj. La limo kun Kolombio, jam tute fiksita, havas la mezuron de 1 644 km 180 m. "Interesa fakto notita post la limfiksa rezultato estas tio, ke la brazila konturo estis tie forte modifita kaj donas la impreson, ke la teroj de la patrujo de Santander penetris en Brazilon. Tamen tio estas ŝajna, ĉar efektive la geografiaj malebenaĵoj ne estas montritaj ĉe siaj veraj lokoj". La limo kun Peruo estas tute fiksita kaj havas la etendon de 1 565 km 83,39 m, nome 572 km 774,11 m, sur akvoj, kaj 992 km 309.28 m, sur tero. Nia limo kun Bolivio, reguligita de la Petropolis'a Traktato, estis definitive fiksita de la Traktato de Natal, en 1928. Ĝi estas preskaŭ tuta loĝata.

Pri ĉiuj tiuj ĉi limoj la aŭtoro donas detalan priskribon, akompanatan de studoj pri konfliktoj kaj arbitracioj konstatitaj ĉe la fiksado de kelke da ili, de la priskribo pri la ĉefaj riveroj, kiuj ilin konsistigas aŭ pri la fontoj, kiuj naskiĝas en ili aŭ influas en ilia fluejo, kaj de la analizo de ilia loĝatigo.

La lasta ĉapitro estas destinita al la studo de la komunikiloj kun la limoj kaj la penetraj linioj en Brazilo fare de la samlimaj landoj. En tiu interesa kaj detala studo li sekvas la saman vicon adoptitan ĉe la priskribo de la limoj.

Li finas sian verkon dirante: — "Tiel ni finas la laboron, kiun ni imponis al ni mem, montrante la limojn, kiujn niaj heroaj prapatroj postlasis al ni kaj kiujn, kun la helpo de Dio, ni devos transigi al niaj pranepoj, nedezirante ilin plivastigi, sed inklinaj al la ekstrema ofero ilin ĝismorte defendi."

TRANSPORTES NA AMAZÔNIA

Moacir M. F. Silva
Consultor Técnico da 36.ª Secção
Geografia dos Transportes

Generalidades — Navegação e portos fluviais — Aerovias — Ferrovias — Rodovias. Veículos terrestres — Comunicações da Amazônia, com o Brasil e o Exterior.

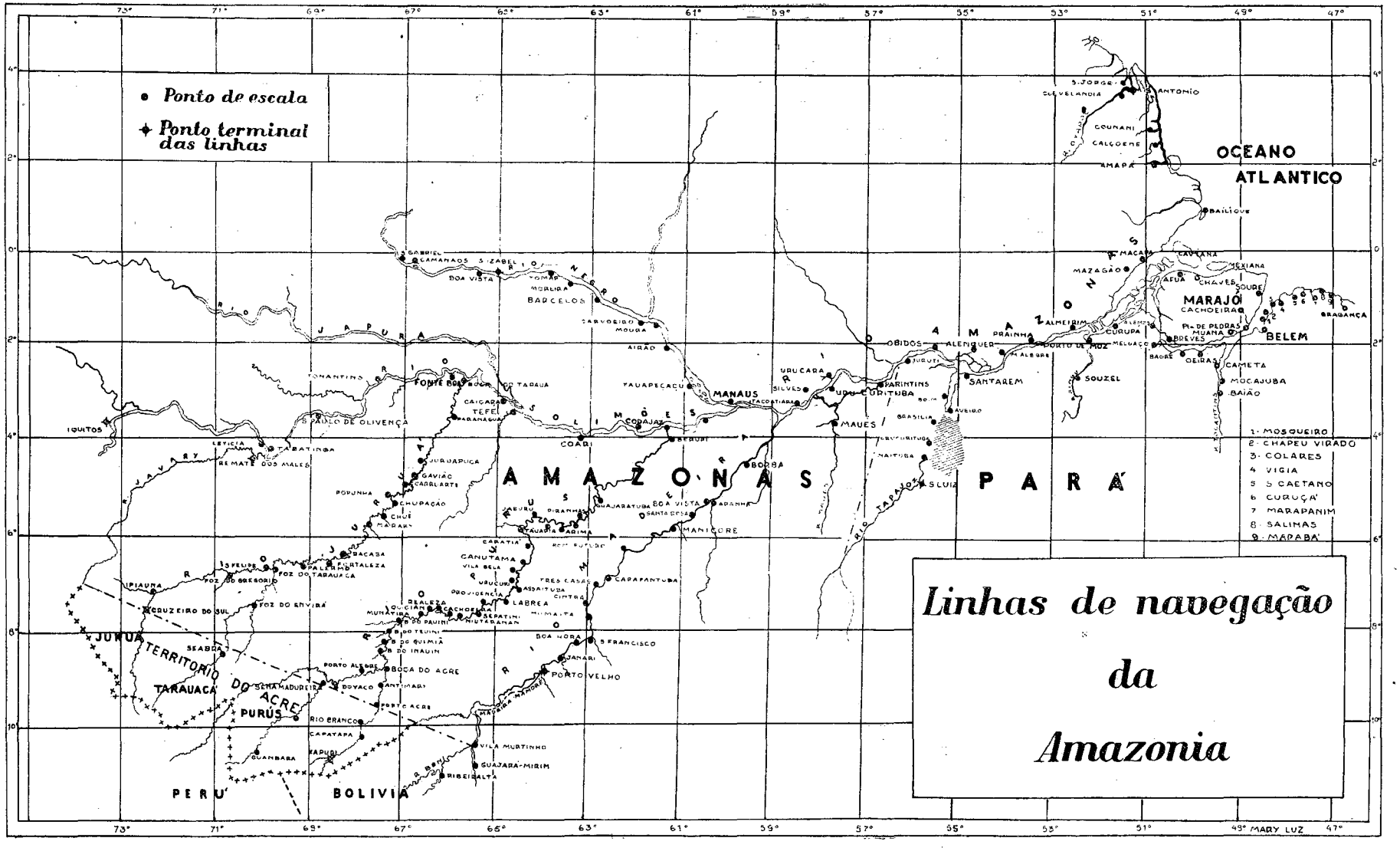
A Amazônia, — "a mais rica, a mais vasta e a mais importante região dêste continente, ao dizer de seletos escritores e viajantes de boa fama, que tiveram a felicidade de apreciar o vale do Amazonas" (CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, *A Amazônia em 1893,* Rio de Janeiro, 1894) — planície colossal entre o planalto brasileiro, ao sul, e o sistema das Guianas, ao norte; descendo do sopé dos Andes, a oeste, até a orla atlântica, a leste, — "gigantesca árvore hidrográfica, com a copa de tributários esgalhada para montante, caule portentoso na secção intermédia, e as raízes incontáveis, de bancos e baixios, de ilhas e arquipélagos, cravando o rizoma no mar" (RAIMUNDO MORAIS, *Na Planície Amazônica,* São Paulo, 1936) — tem como *vias naturais de comunicação* as inúmeras *aquavias,* desde os rios mais longos, mais largos e profundos, como o Amazonas, o Madeira, o Negro, o Purús e tantos mais, até os de menor calibre, os *estreitos* (como os de Breves), os *paranás* (canais laterais ao curso principal), os *furos* (braços de rios) e os *igarapés* (caminhos de canoa).

E os *meios de transporte,* naturalmente impostos pelas condições geográficas locais, são os da navegação, desde a *montaria* (pequena embarcação a remo, assim denominada por ser como o cavalo do caboclo), a *ubá* e a *igarité* (canoas grandes), a *chatinha,* a *chata,* o *gaiola* e o *vaticano* (vários tipos de navios fluviais), até mesmo os transatlânticos (navios oceânicos de longo curso) que sobem o *Rio-Mar,* indo até Manaus e alhures.

Igualmente, essa vasta bacia hidrográfica, permitindo por tôda parte a *aquatizagem,* tem facilitado o estabelecimento de linhas aéreas praticadas por hidro-aviões, — a que o indígena local (segundo informe do major ALOÍSIO FERREIRA, diretor da E. F. Madeira-Mamoré) já congnominou de *igaraçu-pipó* (canoa grande que voa e ronca).

Em contraposição, os caminhos terrestres, as rodovias e as ferrovias, não existem ainda em quantidade e distribuição apreciável, para que possam considerar-se (como deveriam ser) elos importantes e ramificações subsidiárias indispensáveis, — atravessando as "terras firmes" inter-fluviais, — de um sistema integral de transportes e comunicações em tôda a Amazônia.

Apesar da denominação de *estradas* não podem considerar-se como tais as ditas *estradas de seringais,* que são meras veredas tortuosas —


Linhas de navegação da Amazonia
• Ponto de escala
✦ Ponto terminal das linhas
OCEANO ATLANTICO
AMAZONAS
PARÁ
MANAUS
BELEM
MARAJÓ
TERRITORIO DO ACRE
PERU'
BOLIVIA
1- MOSQUEIRO
2- CHAPEU VIRADO
3- COLARES
4 VIGIA
5 S CAETANO
6 CURUÇA'
7 MARAPANIM
8- SALINAS
9- MARABA'
MARY LUZ

"atravessando igarapés, subindo terroadas, que levam o extrator a cem rumos num solo todo movimentado" (RAIMUNDO MORAIS, *Dic. de Cousas da Amazônia,* Rio, 1931) — por onde o *seringueiro* penetra na floresta para "cortar" as árvores produtoras da borracha.

Geograficamente, e sem embargo da divisão administrativa do país, devem considerar-se como fazendo parte da Amazônia, as regiões setentrionais dos Estados de Goiaz e Mato Grosso, de cujos planaltos descem os grandes formadores da bacia hidrográfica amazônica; assim, o Tocantins (que recebe águas do Araguaia) e os demais afluentes da margem direita do Rio Amazonas, tais sejam o Xingú, o Tapajoz e o Madeira, (coletor das águas do Abunã, do Beni e do Mamoré, e êste último, das do Guaporé).

Outros afluentes da margem direita do Rio Amazonas, já então denominado Solimões (ainda em território brasileiro), descem da região que constitue, administrativamente, o Território Federal do Acre; tais são, como maiores, o Purús, o Juruá (com seu afluente Tarauacá) e o Javarí, que, por seu formador Jaquirana, tangencia o extremo setentrional daquele território.

À margem esquerda os principais afluentes são os rios Jarí, Parú, Trombetas (cujo primitivo nome, segundo TEODORO BRAGA (*Corografia do Pará,* Belém, 1920) era *Oriximiná*), Nhamundá (limite entre os Estados do Pará e do Amazonas), o Negro (com seu afluente rio Branco), o Japurá e o Içá (ou Putumaio) e, já fora do território brasileiro, o rio Napo.

Navegação e portos fluviais.

Como uma navegação caracteristicamente local cabe menção a que é feita em grande escala, pelos *regatões* (pequenos navios e embarcações ainda menores, pertencentes a firmas comerciais ou a indivíduos e que viajam demoradamente, penetrando pelos meandros fluviais, parando, não só nos *portos de lenha,* mas diante dos *barracões* dos seringais, comprando produtos da região e vendendo mercadorias diversas).

Mas de tôda a navegação que se realiza nessa vasta rêde fluvial a mais importante é a das linhas da SNAAPP (*Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará*), entidade administrativa federal, autônoma, que, por fôrça dos decretos ns. 2 142, 2 147 e 2 154, todos de Abril de 1940, substituiu as antigas companhias inglêsas "The Amazon River Steam Navigation Company (1911) Limited" e "Port of Pará".

Conforme o "Relatório" do segundo semestre de 1940, possue a SNAAPP "52 unidades flutuantes, para todos os seus serviços que abrangem o transporte de passageiros e carga e dos portos principais dos Estados do Pará, Amazonas, Território do Acre e algumas das repúblicas sul-americanas (Bolívia, Perú, Colômbia) e Guianas Francesa e Holan-

desa". A comunicação com as Guianas é feita pela linha Oiapoque--Paramaribo (de que adiante trataremos) através o Oceano Atlântico, costeando a orla setentrional do Estado do Pará.

LINHAS DA "SNAAP" (NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA)

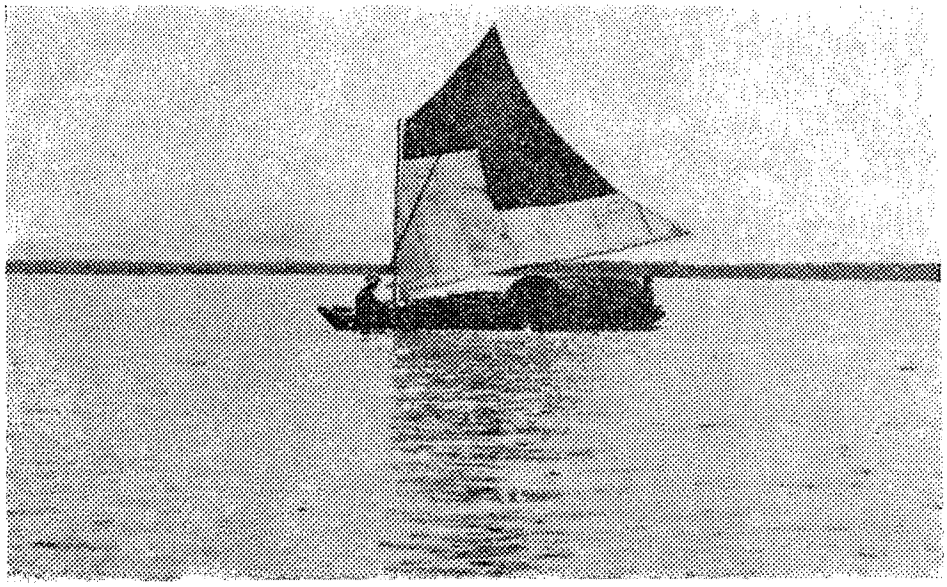
LINHA	Pôrto inicial	Data de saída	Pôrto terminal	Extensão da linha	Pôrto de escala
Do rio Madeira	Belém (Pará)	6 cada mês	Pôrto Velho (Amazonas), no rio Madeira	1 666 milhas	Os do baixo Amazonas e do Madeira
» » »	» »	21 » »	» »	1 730 »	Os da linha anterior e ainda Maués (Amazonas), no rio Maués ligado ao Amazonas pelo *paraná* doRamos.
Do rio Purús	» »	14 » »	Foz do Acre (de Novembro a Abril). Cachoeira, ou ponto acessível (de Maio a Outubro)	2 422 » 2 064 » (até Cachoeira)	Os do baixo Amazonas e do Purús A linha se prolonga por *chatinhas*, (navios de roda à pôpa) até *Brasília*, fronteira a Cobija (Bolívia) de Nov. a Março (430 milhas) Rio Branco, de Outubro a Abril (168 milhas) Sena Madureira, no rio Iaco, de Outubro a Abril (161 milhas)
Dos rios Tapajoz e Xingú	» »	16 » »	Vitória (no rio Xingú), de Fevereiro a Junho, Redenção (no Xingú) de Julho a Janeiro, Itaituba (no rio Tapajoz) durante todo o ano	1 136 milhas	À margem direita do Tapajoz, à altura dos portos de Brasília e Itaituba está a *Fordlândia* (terras da concessão Ford)
De Iquitos.....	Belém (Pará)	28 cada mês	Iquitos, na República do Perú	2 141 milhas	Os do baixo Amazonas, Solimões e Javari. (Escala em portos das repúblicas da Colômbia e do Perú)
Do rio Negro	Manaus (Amazonas)	3 » »	Santa Isabel	423 »	
De Maués.....	» »	5 » »	Maués	300 »	Maués é a zona dos índios dêsse nome e do cultivo do guaraná
Dos rios Juruá e Tarauacá	» »	17 » »	Paranaguá, no rio Juruá	647 »	Os do rio Solimões e baixo Juruá A linha se prolonga, por *chatinhas* 1) no Juruá, até Cruzeiro do Sul (1 748 milhas) 2) no Tarauacá, até Seabra de Outubro a Março (1 418 milhas); até Envira, de Abril a Set.º (1 235 milhas)
Do rio Branco	Manaus (Amazonas)	20 cada mês	Caracaraí	540 milhas	Os do baixo rio Negro e do rio Branco
Do Oiapoque — Paramaribo	Belém (Pará)	2 dias após as luas novas	Paramaribo (na Guiana Holandesa)	1 084 »	Portos do Norte do Estado do Pará, Cayene (Guiana Francesa), Maroni e Paramaribo (Guiana Holandesa)

Outras linhas transpondo o larguíssimo estuário do Amazonas e vindo tocar em portos da costa oceânica do Estado do Pará, (navegadas, outrora, por vapores adequados da antiga companhia inglêsa de navegação do Amazonas) eram as de Oiapoque (para o norte) e de Pirabas (para o sul):

— Belém a Santo Antônio do Oiapoque — 739 milhas, com escala em Macapá.

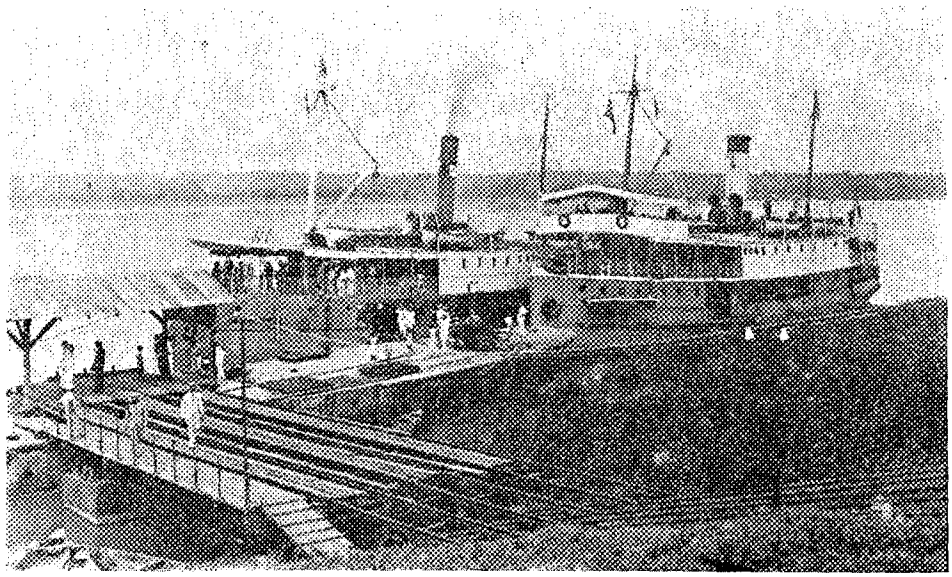
— Belém a São João de Pirabas — 280 milhas, com escala em Curuçá.

A grande ilhà de Marajó é servida pela navegação, vinda de Belém, em dois sentidos: de Belém para o norte, atingindo Soure (na ilha) e,



Embarcação no rio Negro, na cidade de Manaus.
Fototeca do S.G.E.F.

contornando a ilha pelo sul e oeste, a linha Belém — Muaná — São Sebastião — Curralinho — Breves — e, já na parte norte da ilha, Afuá e Chaves.



Navios fluviais da Amazônia. Em Pôrto Velho, no rio Madeira (Amazonas), início da E. F. Madeira-Mamoré.

As distâncias em milhas entre os portos de escalas das diversas linhas de navegação da Amazônia, segundo uma publicação de 1932 da antiga companhia "The Amazon River Steam Navigation Company (1911), Limited" contendo as "Tabelas Diferenciais de Fretes e Passagens" então autorizadas pelo Ministro da Viação, são as seguintes:

DISTÂNCIAS EM MILHAS

De Belém a Manaus

Belém	—
Breves	146
Antônio Lemos	177
Gurupá	270
Pôrto de Moz	318
Almeirim	335
Prainha	414
Monte Alegre	457
Santarém	516
Alenquer	547
Óbidos	584
Parintins	679
Urucurituba	766
Itacoatiara	817
Manaus	925

Linha de Tapajoz

Belém	—
Antônio Lemos	177
Gurupá	270
Prainha	414
Monte Alegre	457
Santarém	516
Boim	572
Aveiros	600
Urucurituba	645
Brasília Legal	662
Itaituba	710
São Luiz	759

Linha do Oiapoque

Belém	—
Chaves	310
Bailique	410
Amapá	535
Calçoene	562
Counani	589
Santo Antônio	739

Linha do Madeira

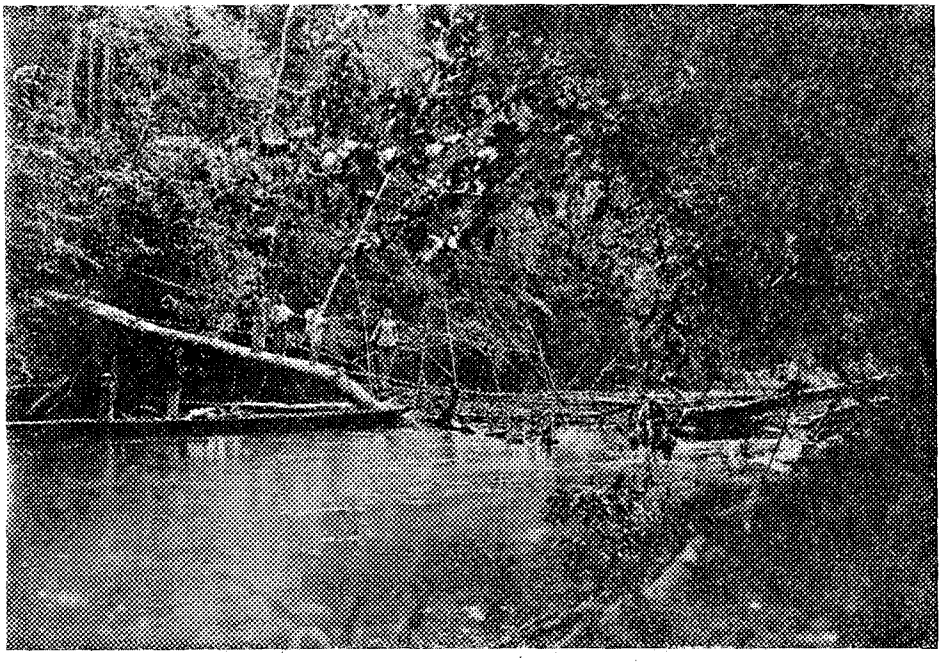
Manaus	—
Borba	116
Vista Alegre	172
Bôca do Aripuanã	203
Santa Rosa	222
Manicoré	293
Bom Futuro	400
Bôca do Carapanatuba	456
Bôca das Três Casas	483
Cintra	504
Humaitá	537
Missão de São Francisco	580
Boa Hora	629
Bôca do Jamarí	644
Pôrto Velho	697

Linha do Solimões-Javarí

Manaus	—
Manacapurú	55
Codajaz	166
Coarí	250
Tefé	358
Caiçara	373
Fonte Boa	543
Tonantins	692
São Paulo d'Olivença	773
Tabatinga	876
Remate de Males	894

Linha de Pirabas

Belém	—
Colares	40
Vigia	62
Pôrto Salvo	69
São Caetano	105
Curuçá	123
Marapanim	179
Maracanã	213
Salinas	248
Pirabas	280
Caratiá	693
Canutama	751
Bela Vista	767
Axioma	803
Assaituba	852
Lábrea	903
Providência	998
Sepatini	1 041
Hiutanaã	1 119
Cachoeira	1 139
Realeza	1 183
Quiciã	1 225



Ponte dos índios Morés, no rio Gi-Paraná (afluente direito do Madeira) — Amazonas e Mato Grosso.

Linha do Purús

Manaus	—
Manacapurú	55
Bôca do Purús	117
Berurí	138
Guajaratuba	331
Piranhas	418
Itatuba	436
Arimã	490
Tauariá	526
Jaburú	577
Bôca do Tapauá	636
Humaitá	1 270
Bôca do Pauiní	1 318
" " Tiuiní	1 352
" " Quimaã	1 413
" " Inauini	1 448
" " Acre	1 497
Antimari	1 534
Ponto Alegre	1 559
Bôca do Iaco	1 646
Sena Madureira	1 658
Rio Branco	1 665
Xapurí	1 850
Brasília	1 927

Linha do Juruá

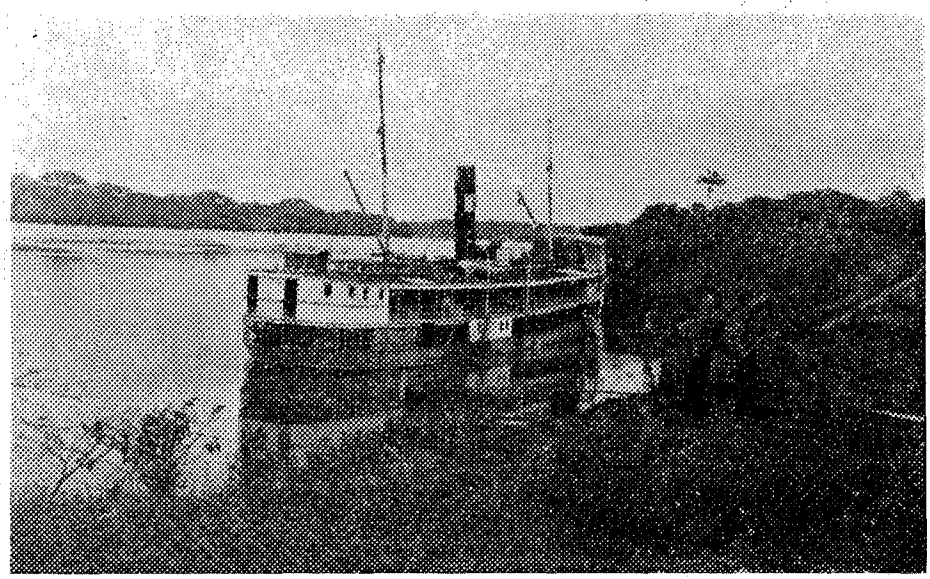
Manaus	—
Manacapurú	55
Anamã	106
Codajaz	166
Coarí	250
Tefé	358
Caiçara	373
Bôca do Juruá	511
Juruapuca	839
Gavião	894
Pupunhas	959
Chupacão	1 010
Chué	1 057
Marari	1 093
Bacaba	1 271
Fortaleza	1 416
Palermo	1 497
Foz do Tarauacá	1 709
São Filipe	1 724
Foz do Gregório	1 935
Bôca do Ipixuna	2 280
Cruzeiro do Sul	2 395

Linha de Tarauacá

Manaus	—
Foz do Tarauacá	1 709
Foz do Envira	1 866
Vila Seabra	2 065

Linha do Rio Negro

Manaus	—
Tauapessaçú	66
Airão	135
Moura	171
Carvoeiro	201
Barcelos	268
Moreira	314
Tomaz	358
Santa Isabel	423



O vapor "Rio Curuçá" no rio Purús, atracado para receber lenha no lugar Boa Hora. Abril de 1934.

As 52 unidades flutuantes, de que dispõe a SNAAPP para os seus serviços de navegação, assim se discriminam, segundo o *Relatório* a que já nos reportamos:

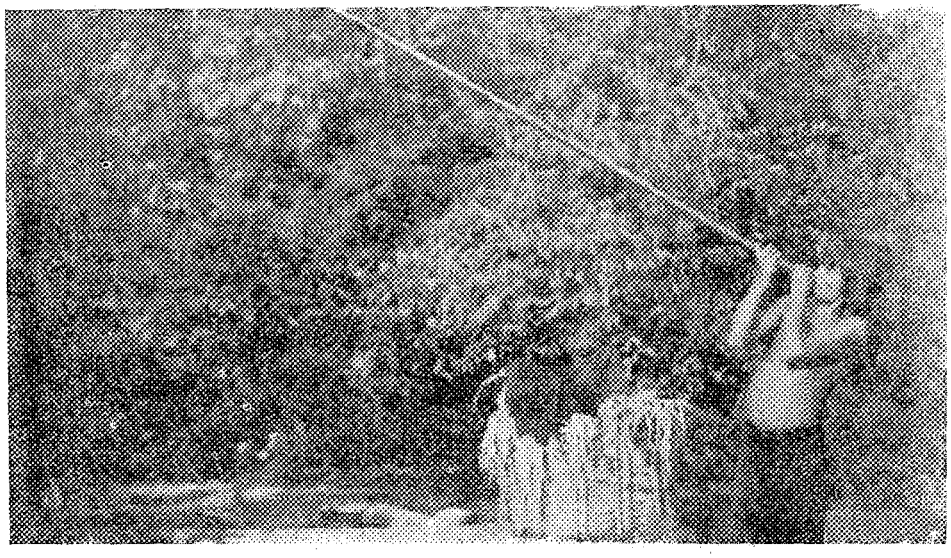
7 navios fluviais, tipo holandês, de 951 toneladas brutas;

7 navios fluviais, tipo inglês, de várias tonelagens, entre 167 e 600 toneladas brutas;

2 navios de mar, tipo inglês, de 470 e 484 toneladas brutas, destinados à navegação costeira (Linha das Guianas);

9 navios fluviais, para os altos rios, tipo americano, de roda à pôpa, conhecidos por "chatinhas", de 160 toneladas brutas;

1 navio de roda à pôpa, tipo inglês, de 303 toneladas brutas;



A zarabatana

11 alvarengas de tonelagens diversas, de 90 a 526 toneladas brutas;

1 alvarenga — cábrea, com aparelhamento e accessório de 90 toneladas brutas;

5 rebocadores, com várias tonelagens brutas de 48 a 157 toneladas, sendo três de alto mar, denominados *Parreiras Horta, Maria* e *Ernestina;*

3 lanchas a vapor de 5, 20 e 45 toneladas brutas;

1 lancha-motor (e mais 3 botes-motores servindo como equipamento de navios em tráfego);

2 pontões (encostados, um em Manaus, outro em Belém) e

3 transportes de óleo, com capacidade para 1 000 toneladas de óleo.

Além da SNAAPP, devemos citar como emprêsas nacionais de navegação fluvial, na Amazônia, fiscalizadas pelo Govêrno Federal, as seguintes companhias e linhas:

Cia. de Naveg. dos Autazes — de Manaus a Castelo	650 milhas
Cia. de Naveg. do Alto Tapajoz — Itaituba-Barra	625 "
Cia de Naveg. dos Rios Mamoré e Guaporé — Guajará Mirim-Mato Grosso	1 530 "

Esta última, embora tôda localizada em território do Estado de Mato Grosso, pois que sobe de Guajará-Mirim, à margem do rio Mamoré, (ponto terminal da E. F. Madeira-Mamoré), até atingir a cidadezinha de *Vila Bela de Mato Grosso,* no rio Guaporé, está, economicamente, vinculada à Amazônia, como aliás tôda a região setentrional do Estado de Mato Grosso.

Uma embarcação de motor à pôpa, no baixo rio Branco.

Emprêsa de Naveg. Araguaia-Tocantins Ltda.:

Belém-São João do Araguaia	680	milhas
São João do Araguaia-Baliza	2 204	"
São João do Araguaia-Tocantinia (Piabanha) ..	1 000	"

O material flutuante de que dispõem essas companhias é o seguinte, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil,* Ano V, 1939-1940:

EMPRÊSAS DE NAVEGAÇÃO	EMBARCAÇÕES				Viagens realizadas por ano
	N.º total	Tonelagem			
		Bruta	Líquida	De carga	
Dos Autazes.....	1	21	—	15	26
Do Tapajoz.....	1	26	21	13	12
Do Mamoré-Guaporé.....	3	—	—	40	17
Do Araguaia-Tocantins.....	14	666	524	495	102

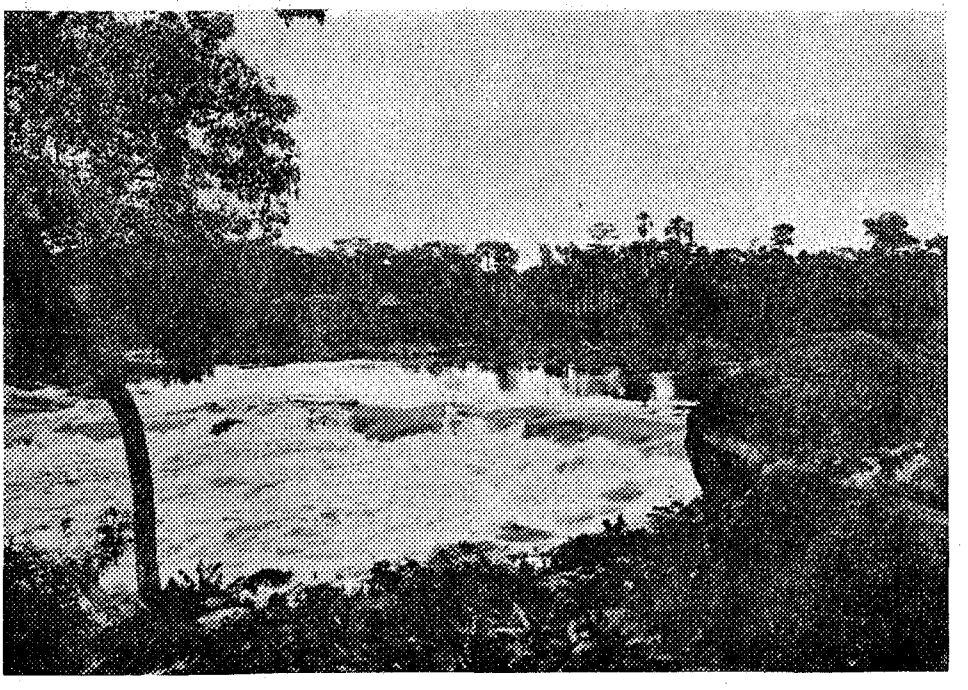
Os portos principais da Amazônia são Belém e Manaus, em primeiro plano, e depois Santarém, Itacoatiara, Óbidos, Pôrto Velho, Rio Branco e outros menos importantes.

Dá idéia da movimentação dêsses portos o quadro abaixo relativo a 1939, organizado com elementos constantes do *Anuário Estatístico do Brasil,* 1939-40.

MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES EM PORTOS DA AMAZÔNIA EM 1939

ESTADOS E MUNICÍPIOS	EMBARCAÇÕES ENTRADAS						EMBARCAÇÕES SAÍDAS					
	Nacionais		Estrang.		Total		Nacionais		Estrang.		Total	
	Ns.	Ton. de reg.º	Ns.	Ton. de reg.º	Ns.	Ton. de reg.º	Ns.	Ton. de reg.º	Ns.	Ton. de reg.º	Ns.	Ton. de reg.º
Acre												
Campinas.....	36	0,4	—	—	36	0,4	35	0,4	—	—	35	0,4
Cruzeiro do Sul	22	2,2	—	—	22	2,2	19	1,9	—	—	19	1,9
Rio Branco....	338	11,3	—	—	338	11,3	347	12,1	—	—	347	12,1
Sena Madureira	114	3,3	—	—	114	3,3	117	3,3	—	—	117	3,3
Amazonas												
Manaus.....	386	161,8	26	62,0	412	223,8	394	153,5	25	58,8	419	212,3
Itacoatiara.....	323	207,2	10	26,9	333	234,1	320	209,8	10	26,9	330	236,7
Pôrto Velho....	59	17,4	—	—	59	17,4	56	16,0	—	—	56	16,0
Pará												
Belém.....	509	474,6	252	678,2	761	1 152,8	510	468,3	246	660,3	756	1 128,6
Óbidos.....	247	195,4	—	—	247	195,4	242	192,0	—	—	242	192,0
Amapá (na costa atlântica).....	270	15,9	—	—	270	15,9	263	14,6	—	—	263	14,6

NOTA — Os números indicativos das tonelagens de registo exprimem milhares de toneladas.

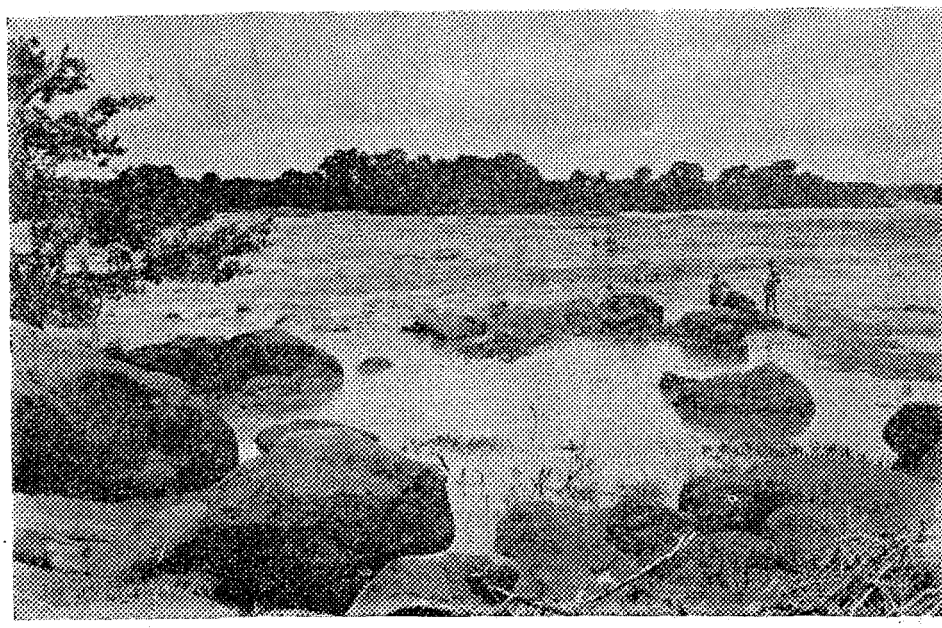


Cachoeira Fortaleza, no rio Abunã, afluente esquerdo do Madeira, no limite do Estado do Amazonas com a Bolívia.

Resumindo êsse quadro, teremos para as três unidades federadas, que constituem a Amazônia, e apenas relativamente aos 10 portos indicados no mesmo quadro, o seguinte movimento de embarcações em 1939:

UNIDADES FEDERADAS	EMBARCAÇÕES ENTRADAS		EMBARCAÇÕES SAÍDAS	
	Ns.	Ton. de reg.º (1.000 t.)	Ns.	Ton. de reg.º (1.000 t.)
Acre	510	17,2	518	17,7
Amazonas	804	475,3	805	465,0
Pará	1 278	1 364,1	1 261	1 335,2

Não foi computado nesse quadro, nem no anterior, o movimento de embarcações no pôrto de Santarém, um dos mais importantes do Estado do Pará, escoadouro natural da *Fordlândia*.



Cachoeira do Ribeirão, no rio Madeira.

AEROVIAS

As linhas aéreas da Amazônia podem considerar-se em três grupos interligados: de Belém (Pará) a Manaus (Amazonas); de Manaus a Pôrto Velho (Rio Madeira) e as linhas para o Acre.

Atualmente êsses serviços estão sendo realizados pela companhia "Panair do Brasil, S.A.".

Segundo os itinerários e horários publicados no *Diário Oficial* de 11 de Setembro de 1940, as escalas e suas posições quilométricas para os dois trechos então em tráfego, são as seguintes:

LINHA AÉREA BELÉM-MANAUS

ESCALAS	Distância (km)	Horas (HLR)
Belém	0	7 - 00
Curralinho	150	7 - 55
Gurupá	400	9 - 10
Monte Alegre	680	11 - 00
Santarém	780	11 - 45
Óbidos	910	12 - 50
Parintins	1 070	13 - 50
Itacoatiara	1 300	15 - 10
Manaus	1 500	16 - 20

IDA — De Belém para Manaus — às têrças-feiras.

VOLTA — De Manaus para Belém — às quintas-feiras, saindo às 7-00 e chegando a Belém às 17-15 HLR.

HLR — Hora legal do Rio de Janeiro.

LINHA AÉREA MANAUS-PÔRTO VELHO

ESCALAS	Distância	HORAS	
		HLR	Local
Manaus	0	7 - 00	6 - 00
Borba	185	8 - 05	7 - 05
Manicoré	468	9 - 30	8 - 30
Humaitá	839	11 - 30	10 - 30
Pôrto Velho	1 115	12 - 40	11 - 40

IDA — De Manaus para Pôrto Velho — às quartas-feiras.

VOLTA — De Pôrto Velho para Manaus — no mesmo dia — partindo de Pôrto Velho às 13-00 HLR (ou 12 Hora local) e chegando a Manaus às 18-30 HLR (ou 17-30 Hora local).

Outra aerovia da Amazônia é a linha Manaus - Coarí - Tefé - Fonte Boa - Tonantins - São Paulo de Olivença - Tabatinga.

Para o Acre a principal linha, (primitivamente realizada por aviões da companhia "Sindicato Condor" em conexão com a sua linha de São Paulo - Corumbá), tem sido Pôrto Velho - Lábrea - Bôca do Acre - Rio Branco - Xapurí.

Mas outras linhas teem sido estudadas, tais sejam:

1) Pôrto Velho - Bôca do Acre - Rio Branco - Xapurí

2) Rio Branco - Sena Madureira - Seabra - Cruzeiro do Sul

3) Xapurí - Sena Madureira - Seabra - V. Jordão - Taumatargo - V. Humaitá - Cruzeiro do Sul

4) Tabatinga - Tarauacá - Cruzeiro do Sul.

A linha Corumbá - Cáceres — etc. — Guajará-Mirim - Pôrto Velho, estabelece contacto em Corumbá e Guajará-Mirim com as aerovias bolivianas.

FERROVIAS

Como dissemos de início, é ainda pobre de estradas de ferro a Amazônia. Conta apenas três ferrovias, sendo duas no Estado do Pará (a E. F. Bragança e a E. F. Tocantins) e uma iniciando-se no Amazonas e passando ao norte de Mato Grosso (a E. F. Madeira-Mamoré). O Território do Acre ainda não possue nenhuma via férrea.

E. F. Bragança.

A E. F. Bragança parte de Belém (Pará) dirigindo-se à cidade de Bragança, ao norte do Estado, (com tendência a ligar-se, por Viseu, atravessando o rio Gurupí, ao norte do Estado do Maranhão).

O primeiro trecho entregue ao tráfego em 24-6-1884, foi o de Belém - -Benevides, com 33 k 228.

Além da linha-tronco possue alguns ramais:

Designação dos trechos	*Km*
Linha tronco (Belém-Bragança)	228
Ramal de Benjamim Constant	26
" do Prata	21
" de Pinheiro	16
" do Maguarí	2
" de Utinga	1
Extensão total das linhas	294

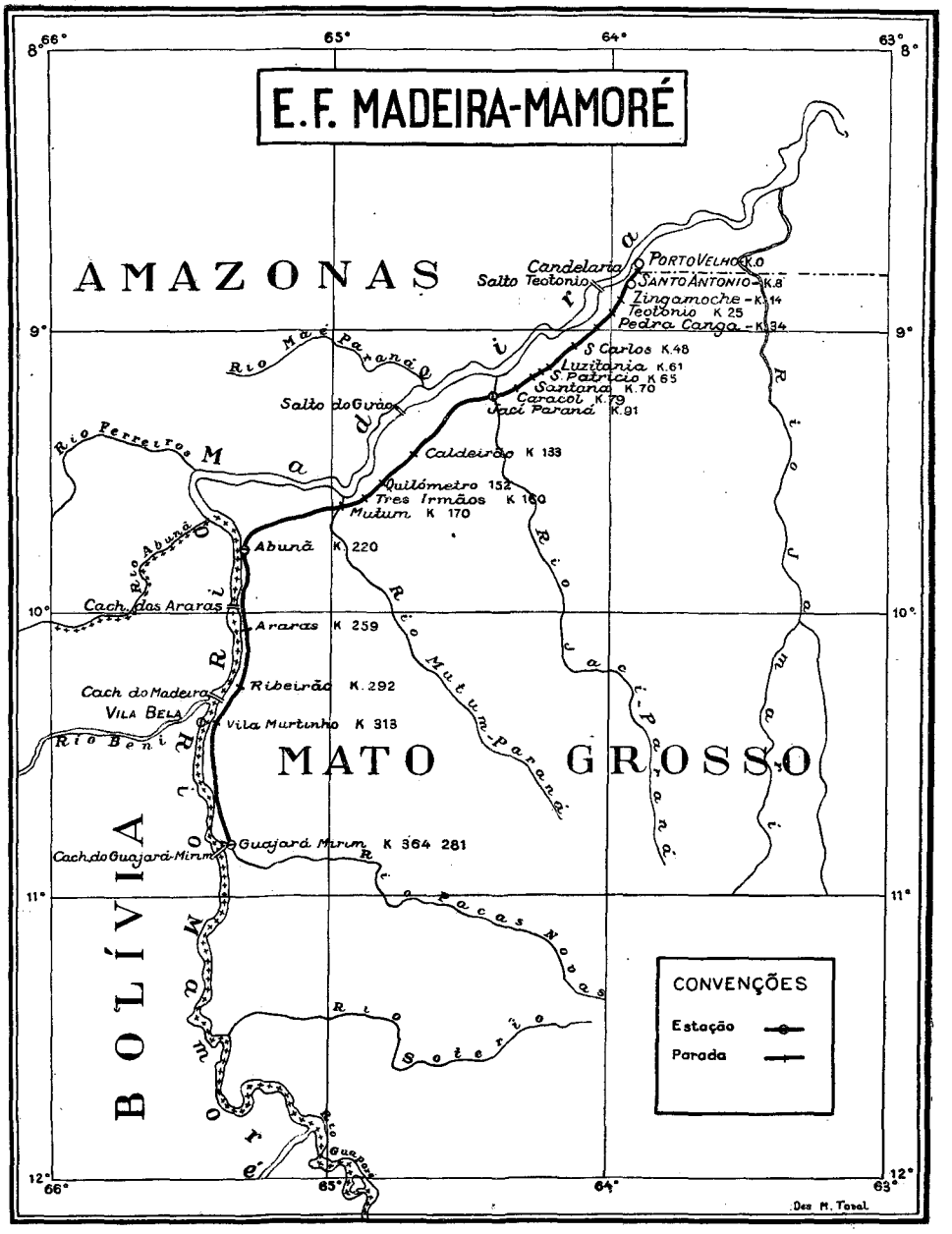
(Houve ainda um outro ramal Benevides-Benfica, com 9 km na bitola de 1,44 m).

E. F. Tocantins.

Esta pequena estrada, ainda não completada, situa-se à margem esquerda do rio Tocantins, com a finalidade de evitar a travessia (por embarcações) do trecho encachoeirado dêsse rio, estabelecendo, assim, ligação entre os dois trechos navegáveis, acima e abaixo das cachoeiras.

Tem o seu ponto inicial em Alcobaça e o seu primeiro trecho, na extensão de 43 km foi inaugurado em 4-12-1908.

Designação dos trechos	*Km*
Alcobaça - A. Limpa	82,430
Ramal Araparí	3,500
Extensão total	85,930



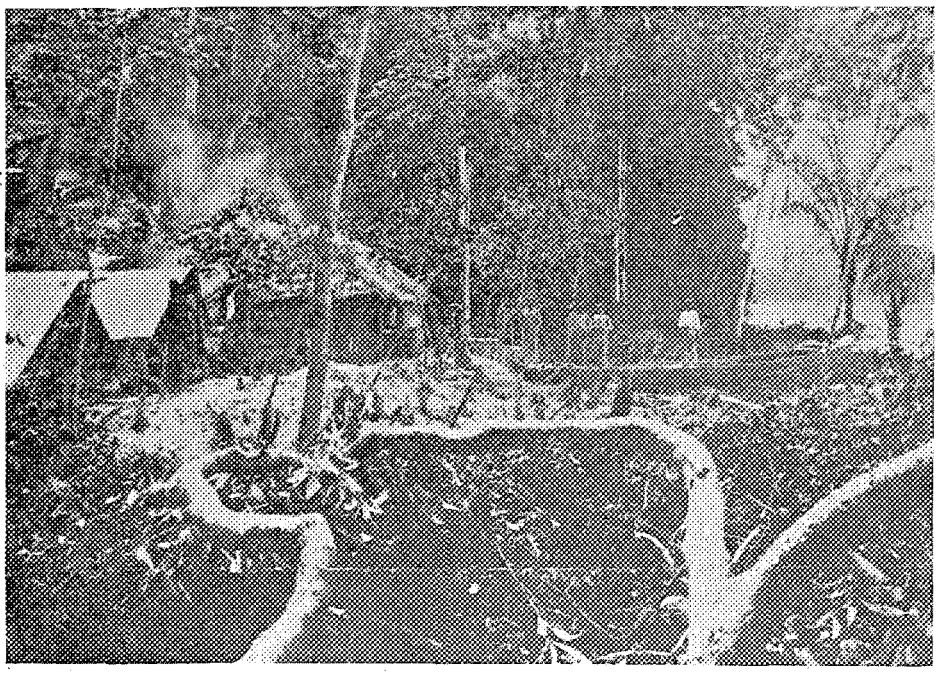
E. F. Madeira-Mamoré.

Parte de Pôrto Velho, à margem do rio Madeira, no Estado do Amazonas, mas ao transpor o km 5 penetra no Estado de Mato Grosso, onde termina, em Guajará-Mirim, à margem do rio Mamoré, no km 366,285.

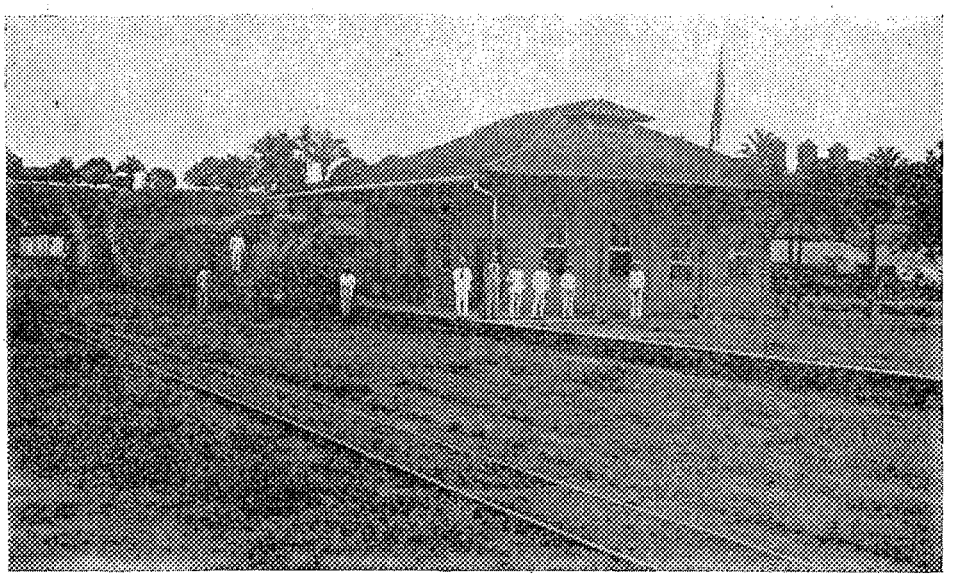
Construída para evitar o trecho encachoeirado do rio Madeira, essa via férrea desenvolve-se pela margem direita dêste e de seu formador Mamoré. Sua finalidade principal foi tornar a Bolívia tributária da navegação amazônica.

Seu primeiro trecho inaugurado em 31-5-1910, foi o de Pôrto Velho a Jací Paraná, com 89,980 km de extensão.

A E. F. Madeira-Mamoré não tem ramais. A insalubridade da região dificultou sobremodo sua construção. Hoje as condições são muito melhores, sendo Pôrto Velho uma cidade moderna, por suas instalações elétricas, água, esgôto, gêlo, boas construções adaptadas ao



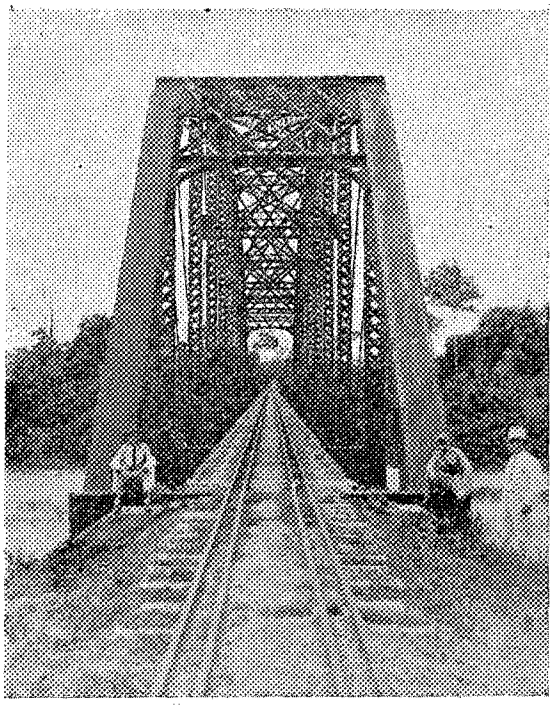
As barracas de lona do capitão AMÍLCAR *erguidas junto a uma choça de seringueiros.*



Estação de Pôrto-Velho (Amazonas), ponto inicial da E. F. Madeira-Mamoré

clima local, etc. — a segunda cidade do Estado do Amazonas. Guajará-Mirim, em Mato Grosso, no extremo da E. F. Madeira-Mamoré, é outra cidade em marcha para o progresso.

Muito haveria ainda a dizer-se e sob vários aspectos, da E. F. Madeira-Mamoré e da região por ela servida, mas a extensão prevista para êste artigo não comporta mais desenvolvimento.



Ponte da E. F. Madeira-Mamoré, sôbre o rio Mutum-Paraná (Km 170)

RODOVIAS

É também ainda muito pequena a extensão rodoviária na Amazônia, quase que só existindo estradas de rodagem em tôrno das duas maiores capitais, Belém e Manaus, e alguns caminhos pequenos ao redor das cidades mais importantes. O Território do Acre, segundo o *Anuário Estatístico* 1939/40 ainda não possue rodovias.

EXTENSÃO RODOVIÁRIA NA AMAZÔNIA EM 1939

UNIDADES FEDERADAS	Extensão (Km)		Extensão total (km)
	Terra melhorada	Terra não melhorada	
Acre	—	—	—
Amazonas	184,7	238,0	422,7
Pará	35,0	1 887,5	1 922,5
Amazônia	**219,7**	**2 125,5**	**2 345,2**

Não sabemos se foi incluída nessa quilometragem a rodovia Pôrto Velho - Presidente Pena, em construção pelo Govêrno Federal, para acompanhar a linha telegráfica Amazonas - Mato Grosso e que nos primeiros 24 km corre exatamente na divisa entre os dois Estados (paralelo de 8°48').

Quanto aos veículos em circulação nessas rodovias e nas cidades da Amazônia, em 1939, segundo o citado *Anuário*, eram:

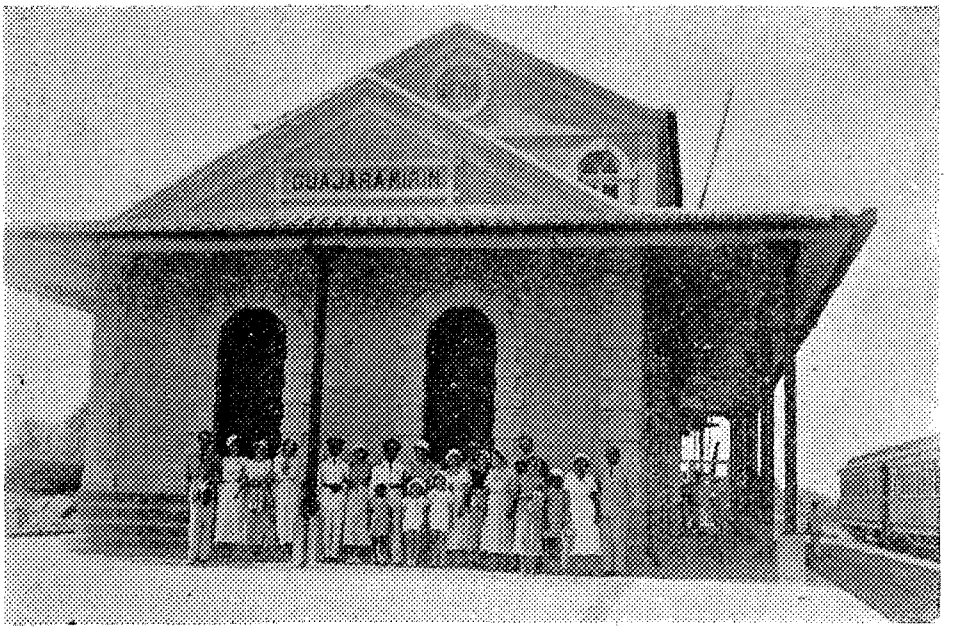
VEÍCULOS	Acre	Amazonas	Pará
I) VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			
1) Para passageiros:			
Automóveis comuns	1	220	550
Auto-ônibus	—	1	107
Auto-ambulâncias	—	3	8
Motociclos de 2 ou 3 rodas	1	48	108
Total	**2**	**272**	**768**
2) Para carga:			
Auto-caminhões	7	134	410
Automóveis de transporte de volumes	—	—	3
Automóveis de serviços especiais	—	8	2
Motociclos de 2 ou 3 rodas	—	—	2
Total	**7**	**142**	**417**
TOTAL DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES	**9**	**414**	**1 185**
(II) VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMADA			
3) Para passageiros:			
Carros de 2 rodas	—	—	—
» » 4 »	—	5	1
Bicicletas	46	375	1 322
Total	**46**	**380**	**1 323**
4) Para carga:			
Carroças de 3 rodas	10	74	444
» » 4 »	10	2	1
Veículos fechados e de tipos especiais	—	—	121
Carrinhos (a fôrça humana) de 2 ou 3 rodas	41	135	518
Carros de bois	58	465	261
Total	**119**	**676**	**1 345**
TOTAL DOS VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL	**165**	**1 056**	**2 668**

A maioria dêsses veículos rodoviários circula nos municípios das capitais. Assim temos (em 1939):

VEÍCULOS	Rio Branco (Acre)	Manaus (Amazonas)	Belém (Pará)
A motor:			
Para passageiros	2	244	689
» carga	3	117	325
Total	**5**	**361**	**1 014**
A fôrça animada:			
Para passageiros	35	256	870
» carga	71	133	776
Total	**106**	**389**	**1 646**

Nas duas capitais, Manaus, Belém, há, além disso, serviços de bondes (tranvias ou ferro-carrís) elétricos, tendo as linhas em Manaus 37,753 km e em Belém 66 km.

Não cabem neste artigo mais informes sôbre os transportes urbanos.



Estação de Guajará-Mirim (Mato Grosso), ponto terminal da E. F. Madeira-Mamoré

COMUNICAÇÕES DA AMAZÔNIA COM O CENTRO E SUL DO BRASIL E COM O EXTERIOR DO PAÍS

Postas de parte as *comunicações* propriamente ditas (telégrafo, rádio e cabo submarino e subfluvial) que constituem matéria distinta da de *transportes,* (embora correlacionada), devemos referir que os transportes de correspondência postal, de pessoas e de mercadorias se fazem da Amazônia:

I) *para o exterior do país*:

a) pela navegação transatlântica tocando em Belém, Manaus e outros portos menores;

b) pela navegação fluvial dos altos rios, atingindo Bolívia, Perú e Colômbia.

II) *para o centro e o sul do Brasil*:

a) pela navegação marítima costeira, que vai a Belém, Manaus, etc.;

b) pela navegação dos rios Mamoré-Guaporé e outros da margem direita da bacia amazônica;

c) pelas rotas aéreas Belém-Rio (a do litoral e a do interior);

d) pela rota mato-grossense da "Condor": Corumbá-Pôrto Velho, etc.;

e) pelas linhas do *Correio Aéreo Militar*, a saber:

1) *Linha Norte - Tocantins* (semanal): Rio - São Paulo - Ribeirão Preto - Uberaba - Araguarí - Ipamerí - Vianópolis - Goiânia - Santa Luzia - Formosa - Palma - Peixe - Pôrto Nacional - Tocantinia - P. Afonso - Carolina - Pôrto Franco - Imperatriz - Marabá - Alcobaça - Baião - Cametá - Abaeté e *Belém.*

2) *Linha Rio - Belém,* via São Francisco (semanal): — Rio - Belo Horizonte - Pirapora - Januária - Carinhanha - Lapa - Barra - Chique Chique - Remanso - Petrolina - Juazeiro - Iguatú - Fortaleza - Acaraú - Camocim - Parnaíba - Peri-perí - Campo Maior - Teresina - Amarante - Floriano - Caxias - Coroatá - São Luiz - Cururupú - Bragança e *Belém.*

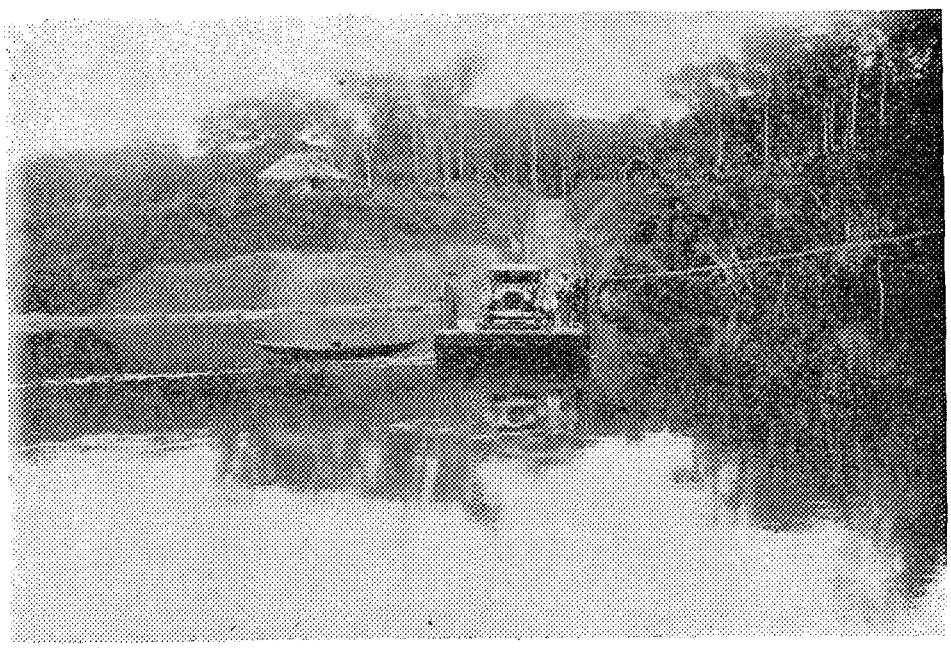
Estrada de rodagem marginando a cachoeira de Itaboca, rio Tocantins, Pará. Comêço da mata amazônia: palmeiras babaçú e bacaba e várias essências florestais.

Foto O. H. Leonardos — Fototeca do S.G.E.F.

Mas, — não obstante diversas sugestões que, em várias épocas foram apresentadas (E. F. Santarém-Cuiabá, concedida ao eng. José Agostinho dos Reis; ligação Pirapora a Belém (Pará), como prolongamento da E.F.C.B.; troncos TM-3 (Belém - Rio) e TM-4 (Santarém - Ponta Porã) TP-3 (Recife a Santa Maria do Araguaia) e TP-5 (Rio de Janeiro a Cruzeiro do Sul) e outras ligações do Plano Geral de Viação Nacional (Decreto 24 497, de 29-6-934), — ainda não existem, entre a

Amazônia e o centro (e sul) do Brasil e pelo interior do país, comunicações terrestres (ferrovias e rodovias), nem mesmo comunicações mistas (terrestres-fluviais) *regulares*, isto é, articuladas umas às outras de modo contínuo e permitindo tráfego normal, ininterrupto, de caráter comercial (transporte de pessoas e de mercadorias, com segurança, confôrto e rapidez).

Trecho em construção da rodovia Pôrto Velho-Presidente Pena. Vê-se a derrubada e a floresta amazônica ao fundo



Balsa no rio Candeias, na rodovia Pôrto Velho-Presidente Pena

Viagens aventurosas, mais ou menos arriscadas e lentas, teem sido feitas, algumas vêzes, por exploradores eventuais, audaciosos, seduzidos mais pela atração de vencer o *sertão desconhecido,* do que no intuito de estabelecer comunicações *regulares.* Faça-se exceção da *viagem* do engenheiro paulista ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, que, de Setembro a Outubro de 1935, foi de *São Paulo a Belém do Pará, descendo o Araguaia, com o objetivo de verificar as "possíveis ligações norte -- sul pelo Araguaia, Estradas de Ferro e Rodagem",* como se depreende da leitura do seu *Diário de Viagem,* editado em São Paulo, no mesmo ano de 1935.

Trecho da rodovia Pôrto Velho-Presidente Pena, em construção. Futuramente ligará Pôrto Velho (Amazonas) a Cuiabá (Mato Grosso)

Deve também considerar-se um *caminho da Amazônia para o centro* (e o sul) a rodovia Amazonas - Mato Grosso, em construção, partindo de Pôrto Velho, com destino a Cuiabá e que terá uns 400 km — *"velho sonho regional, porque é o sonho de ligação para Cuiabá"* (ALOÍSIO PINHEIRO FERREIRA — *Uma obra nacionalista no oeste do Brasil* — Conf. na Soc. Amigos de Alberto Tôrres — Rio, 1936).

Segundo observação do eng. FILÚVIO C. RODRIGUES, em recente conferência no Ministério da Viação, *duas novas rotas se estão definindo* atualmente para o *extremo norte do Brasil*: *a rota do Tocantins* e *a rota do São Francisco.*

Quanto à rota do Tocantins, assim se pode definir, em largos traços:

1) *Anápolis* (E. F. Goiaz) — *Pôrto Nacional.* (É necessário construir uma rodovia)

2) *Pôrto Nacional - Tocantínia* (Piabanha) — Trecho encachoeirado, a modificar-se por obras adequadas. (Existe uma estrada carroçável medíocre, com uns 158 km)

3) *Tocantínia* (Piabanha) — *Pôrto Franco* — Trecho navegável, de que é pôrto e centro comercial mais importante a próspera cidade maranhense de *Carolina*

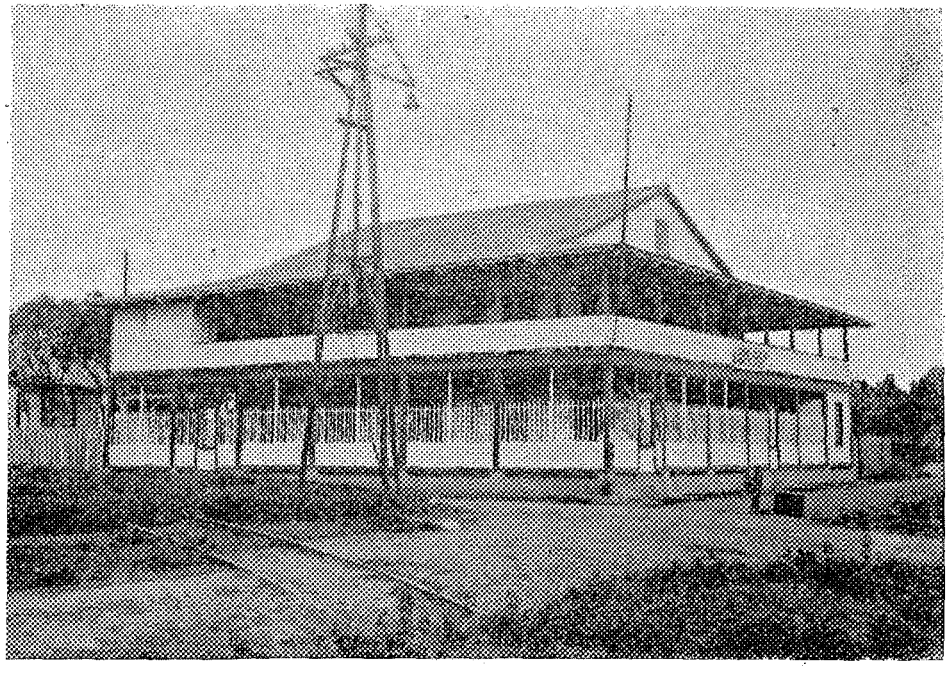
4) *Pôrto Franco - Marabá* — Trecho encachoeirado, a corrigir-se ou evitar-se

5) *Marabá-Itupiranga* (8 léguas) — Trecho navegável

6) *Itupiranga - Piteira* (8 léguas) — Trecho encachoeirado, em que se encontra a cachoeira Itaboca, com 6 km de extensão, *a mais terrível do Tocantins,* intransponível na época sêca. Há duas rodovias marginais: à direita, de *Jacundá* a *Jacundazinho,* com 16 km, com obras de arte e calçada; à esquerda, de *Jatobal a Piteira.*

7) *Abaixo da cachoeira Itaboca* — barcos "motores" levam a Patos, onde tocam os navios que veem de Belém (Pará). (O trecho encachoeirado de Alcobaça a A. Limpa está evitado pela E. F. Tocantins, com 82 km).

Observa o eng. FILÚVIO: "As dificuldades que entravam as comunicações pelo rio Tocantins com o Amazonas, não impedem o comércio entre as praças de Belém e cidades marginais do Tocantins, que se faz cada vez maior".



Grupo escolar "Barão de Solimões" na cidade de Pôrto Velho

A *rota do São Francisco* é constituída dos 2 trechos iniciais:

Rio de Janeiro - Pirapora (E.F.C.B.) ..... 1 000 km

Pirapora - Juazeiro (navegação do Rio S. Francisco) 1 371 "

De Juazeiro se vai por via-férrea a Salvador (Baía) e Paulista (Piauí). Rodovias e outras ferrovias permitem comunicações com os Estados do Nordeste. Faltam ainda as ligações com a Amazônia. A expansão da rota do São Francisco está ainda a exigir:

I) *para o norte*:

1) ligação terrestre entre Paulista e Floriano, ou então:

a) ligação Paulista - Teresina (terrestre) a construir-se.

b) Teresina - Itapicurú - Mirim (E.F.) — existente.

c) Itapicurú - Bragança (terrestre) — a construir-se.

II) *para oeste*:

1) ligação entre São Marcelo, no Rio Preto, (afluente do São Francisco) pôrto accessível à navegação, e *Pôrto Franco*, no rio do Sono (afluente do Tocantins) também accessível à navegação.

Assim se estabeleceria a ligação das duas rotas, São Francisco e Tocantins, por uma transversal, aproximadamente entre *Barra do Rio Grande* (Baía) e *Pedro Afonso* (Goiaz).

*

RESUMÉ

L'ingénieur MOACIR SILVA, consulteur technique du C.N.G., etudie, dans cet article, les moyens de transport dans la région de l'Amazone.

Comme cette région possède un vaste réseau potamographique, la voie fluviale est la préférée; elle utilise depuis la "montaria" (petite barque à rames. qu'on appelle ainsi parce qu'elle substitue le cheval de l'indigène "caboclo") jusqu'à la "gaiola" (cage) et le "vaticano" (petit bateau à vapeur), voire même les transatlantiques. Aujourd'hui, les hydroavions doivent être aussi comptés parmi les moyens de transport, quoique dans un coefficient très réduit, mais plein de promesses pour l'avenir.

Le nombre de chemins de fer et de routes est très petit, dans la région de l'Amazone, à cause des difficultés du milieu et de l'état du peuplement.

Le réseau fluvial, très riche, compte plusieurs lignes de navigation, parmi lesquelles il faut citer celle de la Snapp (Services de navigation de l'Amazonie et de l'administration du port de Pará), qui dispose de 52 bâtiments et qui fait le transport des marchandises et des voyageurs

entre les principaux ports de Pará, de l'Amazone et de l'Acre, atteignant aussi les républiques de la Bolivie, du Pérou, de la Colombie, et les Guyanes Française et Hollandaise. Nous voyons, sur un tableau très intéressant, la description de ces lignes, au nombre de 9, leurs ports de départ et les ports terminaux, les escales et les dates des départs. Outre la Snapp, dont le tonnage liquide est de 7 344, d'autres compagnies de navigation fluviale sont citées, sous contrôle de l'État.

L'auteur parle du mouvement des ports de l'Amazonie en 1939, et fait le résumé de ce mouvement d'après les États qui la constituent.

Quant à l'aviation, il dit que "les routes aériennes de l'Amazonie peuvent se diviser en 3 groupes, liés entre eux: de Belém (Pará) à Manaus; de Manaus a Pôrto Velho (Rio Madeira) et les routes de l'Acre. Ces routes sont deservies par la Panair du Brésil, S/A, par le Syndicat Condor, actuellement sous le contrôle du gouvernement brésilien, et par le Courrier Militaire Aérien. Il fournit les escales et les horaires de ces routes aériennes, et il dit qu'elles sont en connection avec la route S. Paulo-Corumbá, établissant un contact, à Corumbá, et Guajará-Mirim avec les lignes qui se dirigent vers la Bolivie en passant par le territoire de l'Acre.

L'auteur étdudie les trajets des chemins de fer et leurs quilométrages: E. F. de Bragança et E. F. de Tocantins, au Pará; et E. F. Madeira-Mamoré, qui commence dans la région de l'Amazone et finit au nord de Mato Grasso, comme son nom l'indique.

Le réseau routier est aussi très reduit; il présente un total de 2 345 km. L'auteur donne un tableau du nombre et du genre des véhicules qui existent dans la région.

Au dernier chapitre, l'auteur présente une description détaillée des communications de l'Amazonie, avec le centre et le sud du Brésil et avec l'extérieur, et il cite les études qui ont été déjà faites sur l'amélioration gradissante de ces communications.

RESUMEN

Por el Ingeniero MOACIR SILVA, Consultor Técnico del Consejo Nacional de Geografia, son estudiados, en este articulo, los transportes en la Amazonia.

Poseendo aquella región una vasta red potamográfica, la navegación fluvial tiene preferencia, y va desde la "montaria" (pequeña embarcación a remo, así llamada por ser como que el substituto del caballo del criollo) hasta el "gaiola" y el "vaticano" (buques pequeños y medios), y hasta mismo los transatlánticos. Hoy día, con la aviación, entran también los hidroaviones en esta relación de medios de transporte, en fase inicial, pero promisora.

Por dificultades decurrientes del medio ambiente y del estado del poblamiento, es reducidísimo el número de carreteras y ferrocarriles en la Amazonia.

Varias son las líneas de navegación en tan rica red fluvial, resaltando entre ellas las líneas de la SNAPP (Servicios de Navegación de Amazonia y de Administración del Puerto de Pará), con 52 unidades flotantes que hacen el transporte de cargas y pasageros entre los principales puertos del Pará, Amazonas y Acre, alcanzando también las repúblicas de Bolivia, Perú y Colombia y das Guayanas Francesa y Holandesa. En una interesante estadística veemos la descripción de estas líneas, en número de nueve, sus puertos iniciales y terminales, las escalas y las fechas de salida.

Además de la SNAPP cuyo tonelage líquido es de 7 344, son mencionadas otras compañías de navegación fluvial fiscalizadas por el Gobierno Federal.

El autor dice del movimiento de embarcaciones en los puertos de la Amazonia, em 1939, y hace el resumen de ese movimiento por las unidades federadas que la constituyen.

En lo que atañe a los caminos aéreos, dice que "las líneas de Amazonia pueden considerarse en tres grupos ligados entre ellos: de Belém (Pará) a Manaus (Amazonas); de Manaus a Pôrto Velho (Rio Madeira) y las líneas para el Acre". Eses servicios son ejecutados por la "Panair do Brasil, S.A.", por la "Sindicato Condor", hoy de propriedad del Gobierno Brasilero, y por el Correo Aéreo Nacional. Muestra las escalas y los horarios de esas líneas y dice que hay conexión con la línea São Paulo-Corumbá, y contacto en Corumbá y Guajará Mirim, — ligados al Acre — con las líneas aéreas bolivianas.

Los ferrocarriles, de los cuales describe los trayectos y quilometrajes, son en número de tres: E. F. de Bragança y E. F. de Tocantins, en el Estado del Pará, y la E. F. Madeira-Mamoré, comenzando en el Amazonas y terminando en el norte de Mato Grosso, como lo indica su nombre.

Es también muy reducida la extensión carretera, cuyo total es de 2 345 km. El autor presenta una relación de la cantidad y especie de los vehículos existentes en toda la región.

En el capítulo final hace minuciosa descripción de las comunicaiones de la Amazonia con el centro y sur del País y con el exterior, refiriéndose a los estudios ya realizados del creciente mejoramiento de estas comunicaciones.

RIASSUNTO

L'ingegnere MOACIR SILVA, Consulente Tecnico del Consiglio Nazionale di Geografia, studia i trasporti nell'Amazzonia.

Questa regione possiede una vasta rete fluviale; perciò la navigazione è preferita come mezzo di trasporto, e va dalla "montaria" (piccola imbarcazione a remi, forse chiamata cosí perchè sostituisce il cavallo) fino alla "gaiola" e al "vaticano" (piccoli e medi vapori) e perfino al transatlantico. Oggi, coll'aviazione, gli idrovolanti si aggiungono, in proporzione ancora modesta, ma promettente, ai mezzi di trasporto che utilizzano le vie fluviale.

Per causa delle difficoltà ambientali e dell'arretrato popolamento, scerseggiano ferrovie e strade rotabili.

Varie linee di navigazione sfruttano la ricca rete fluviale; tra queste le linee della SNAPP (Servizi di Navigazione dell'Amazzonia e di Amministrazione del Porto del Pará), con 52 unità che trasportano passeggeri e merci tra i porti principali del Pará, dell'Amazonas e dell'Acre, raggiungendo anche la Bolivia, il Perú, la Colombia e le Guiane Francese e Olandese. Un interessante quadro descrive queste nove linee, indicando i porti di partenza e di arrivo e le date delle partenze.

Oltre alla SNAPP, la cui flotta raggiunge in complesso le 7 344 tonellate di stazza netta, esistono altre imprese di navigazione fluviale, sottoposte alla vigilanza del Governo Federale.

L'autore espone il movimento della navigazione nei porti dell'Amazzonia nel 1939, riassumendolo per Unità Federate.

Quanto alle vie aeree, l'autore scrive che "le linee aeree dell'Amazzonia possono essere considrate divise in tre grandi gruppi reciprocamente legati: linee da Balém (Pará) a Manaus (Amazonas), linee da Manaus a Pôrto Velho (Rio Madeira) e linee per l'Acre. I servizi sono esercitati dalla "Panair do Brasil S.A.", dal "Sindicato Condor", oggi incamerato dal Governo Brasiliano e dal "Correio Aéreo Militar" (Posta Aerea Militare). Cita gliscali e gli orari di queste linee e nota che esiste una coincidenza con la linea São Paulo-Corumbá, e che vi è contatto con le vie aeree boliviane a Corumbá e a Guajará Mirim, località collegate coll'Acre.

É picolla l'estensione delle strade rotabili, che ascende in totale a 2 345 km. L'autore fornisce un quadro numerico delle varie specie di veicoli che esistono nella regione.

Nel capitolo finale presenta una minuta descrizione delle comunicazioni dell'Amazzonia col Centro e col Sud del Brasile e con l'estero, accennando agli studi per il miglioramento, già iniziato, di queste comunicazioni.

SUMMARY

Engineer MOACIR SILVA, technical adviser to the National Council of Geography, studies in this article the question of transportation in Amazonia.

As that region possesses a vast network of rivers, fluvial navigation holds the preference and ranges from the "montaria (a mount, or small craft so-called because it serves the native as a substitute for the horse) to the "gaiola" or "vaticano" (small and medium-sized river steamers), and even transatlantic liners.

Nowadays hydroplanes may also be counted in this list of means of transportation, incipient though promising.

Owing to the difficulties due to its situation and scanty population, Amazonia has very few railroads and highways.

There are several navigation lines serving this wealthy network of rivers, among which, however, special mention should be made of the SNAPP (Serviços de Navegação da Amazonia e de Administração do Pôrto do Pará). It has 52 units afloat, engaged in cargo and passenger trade among the principal ports of Pará, Amazonas and Acre, and reaching also the republics of Bolivia, Perú and Colombia and the French and Dutch Guianas. We see in an interesting picture a description of these lines, numbering mine, their first, intermediate and final ports of call, and also the sailing dates.

Besides the SNAPP — with a net tonnage of 7 344 tons — other river navigation lines, fiscalized by the Federal Government, are mentioned.

The author goes on to speak about the shipping movement in the Amazonian ports during 1939, and makes a resumé of same by the constituent federated units.

With reference to airways he states that "the airlines of Amazonia may be considered in three connected groups, namely: — Belém (Sate of Pará) to Manaus (State of Amazonas), thence to Pôrto Velho (on the Madeira River), and the lines to the Acre Territory. These services are executed by the Panair do Brasil S.A., by the Sindicato Condor, now run by the Brazilian Government, and by the Brazilian Air Post. He furnishes their itineraries and timetables and states that there is connection with the São Paulo-Corumbá line, and contact (in Corumbá and Guajará-mirim, joined to Acre) with the Bolivian airlines.

The railroads, whose routes and mileages he describes, number three: — E. F. de Bragança and E. F. de Tocantins, in the State of Pará, and E. F. Madeira-Mamoré, starting from the Amazon and ending in the North of the State of Mato Grosso, as its name implies.

Its highway system is likewise very short, with a total of 2 345 kilometres. The author submits tables showing the number and kind of vehicles existing in the whole region.

In the first chapter he presents a detailed discrimination of the communications between Amazonia and the centre and South of Brazil, and abroad, and makes reference to the studies, already commenced, of the increased inprovements in said communications.

ZUSAMMENFASSUNG

Von dem Ingenieur MOACIR SILVA, technischem Beirat des National Rats fuer Geographie, werden im vorliegenden Artikel die Transportmittel und — Wege im Amazonasgebiet behandelt. Da dieses Gebiet ein weit ausgedehntes Flussnetz besitzt, hat die Flussschiffahrt den Vorzug und geht von der "Reiterei" (kleines Ruderboot, sogenannt, weil es als Ersatz fuer das Pferd des Eingeborenen gilt) bis zur "Gaiola" und dem "Vatikan" (kleine und mittlere Dampfschiffe und sogar bis zu den grossen Transatlantikschiffen. Neuerdings treten durch den Flugverkehr auch noch Wasserflugzeuge als Transportmittel hinzu, vorlaeufig allerdings noch wenig, jedoch sind sie fuer die Zukunft mit in Betracht zu ziehen.

Durch die Schwierigkeiten, die sich aus der Landbeschaffenheit selbst dem Stand der Bevoelkerung ergeben, ist die Zahl von Eisenbahnlininen und Strassen im Amazonasgebiet aeusserst gering.

Vielzaehlig sind die Schiffartslinien in diesem gewaltigen Flussnetz, von denen die weitaus bedeutendsten die Linien der SNAPP sind (Schiffahrtsdienst vom Amazonas und Verwaltung des Hafens von Pará) mit 52 Einheiten welche den Fracht-und Passagiertransport zwischen den wichtigsten Haefen von Pará, Amazonas und Acre bewerkstelligen, indem sie auch Bolivien, Perú und Columbien und hollaendisch und franzoesisch Guiana beruehren. Auf einem interessanten Plan sehen wir die Beschreibung dieser Linien, 9 an der Zahl, ihre Anfangs-und End-Haefen, die Statistiken und die Daten ihrer Abfahrten.

Ausser der SNAPP, deren Gesamtschiffs-Tonnen Zahl 7 344 betraegt, sind auch die anderen Flusschiffahrtsgesellschaften genannt, die vom Governo Federal fiskalisiert werden.

Der Autor spricht ueber die Passagierzahl an Hand der Einschiffungen in den Haefen von Amazonas im Jahre 1939, und macht somit eine Zusammenstellung ueber die Schiffseinheiten, die sie durchgefuehrt haben.

Bezueglich der Luftlinien sagt er: "Die Luftlinien des Amazonas — Gebiet koennen als drei untereinander verbundene Gruppen in Betracht gezogen werden: von Belém (Pará) nach Manaus (Amazonas), vom Manaus nach Pôrto Velho (Rio Madeira) und die Linien nach Acre. Dieser Dienst wird durch gefuehrt durch die Panair do Brasil, S/A, durch das Condor-Syndikat — heute durch die Brasilianische Regierung aufgehoben — und durch die "Militaerische Luftpostlinie". Er legt die Statistiken und Fahrplaene dieser Linien dar und stellt fest, dass es eine Verbindung gebe mit der Linie São Paulo-Corumbá, und Anschluss von Corumbá und Guajará Mirim, die mit Acre verbunden sind, mit den bolivianischen Luftlinien.

An Bahnlinien, deren Verlauf und Kilometerzahl er beschreibt, gibt es drei: Bahnlinie von Bragança, Bahnlinie von Tocantins im Staate Pará und die Bahnlinie Madeira-Mamoré, beginnend in Amazonas und endend in Mato Grosso, wie schon der Name sagt. Ebenfalls sehr klein ist die Ausdehnung der Strassen, die im Gesamt nur eine Laenge von 2 345 km besitzen. Der Verfasser macht eine Aufstellung ueber Anzahl und Art der Fahrzeuge im ganzen Gebiet.

Im Schlusskapitel macht er schliesslich eine genaue Aufstellung der Verkehrsverbindungen des Amazonasgebiet mit dem Zentrum und Sueden Brasiliens und mit dem Ausland und er bezieht sich auf das bereits verwirklichte Studium ueber die immer fortschreitende Verbesserung dieser Verbindungslinien.

RESUMO

Inĝ. MOACIR SILVA, Teknika Konsilanto de la Nacia Konsilentaro de Geografio studas en tiu ĉi artikolo, la transportojn en Amazonio.

Ĉar tiu regiono posedas vastan potamografian reton, la rivera navigacio estas preferata kaj iras de la "montaria" (remilŝipeto, tiel nomata, pro tio, ke ĝi kvazaŭ anstataŭas la enlandidan ĉevalon) ĝis la "gaiola" (kaĝo) kaj la "vaticano" (malgrandaj kaj mezaj vaporŝipoj) kaj ĝis eĉ la Transatlantikaj ŝipoj. Nuntempe, kun la aviado eniras ankaŭ la hidroplanoj en tiun ĉi liston de transportiloj, per komencanta, sed promesebla serio.

Pro malfacilajoj devenantaj de la medio kaj de la loĝagita stato estas tre malgranda la nombro da fervojoj kaj ŝoseoj en Amazonio.

Diversaj estas la navigaci-linioj en tiel riĉa rivera reto, tamen reliefiĝas la linioj de la SNAPP (Servoj de navigacio de Amazonio kaj de administracio de la haveno de Pará) kun 52 ŝipoj, kiuj faras la transportojn de ŝarĝoj kaj pasaĝeroj inter la ĉefaj havenoj de Pará, Amazonas kaj Acre atingas ankaŭ la respublikojn de Bolivio, Peruo kaj Kolombio kaj la Francan kaj Nederlandan Gujanojn. En interesa tabelo vidiĝas la priskribo de tiuj ĉi linioj, kiuj estas sep, iliaj komencaj kaj finaj havenoj, iliaj haltejoj kaj ekveturaj datoj.

Krom la SNAPP, kies sentara tunkvanto egalas al 7 344, estas citataj aliaj entreprenoj de river-navigacio, kontrolitaj de la Federacia Registaro.

La aŭtoro parolas pri la ŝipmovado ĉe la havenoj de Amazonio, en 1939, kaj faras resumon de tiu movado laŭ la federaciitaj eroj, kiuj gin konsistigas.

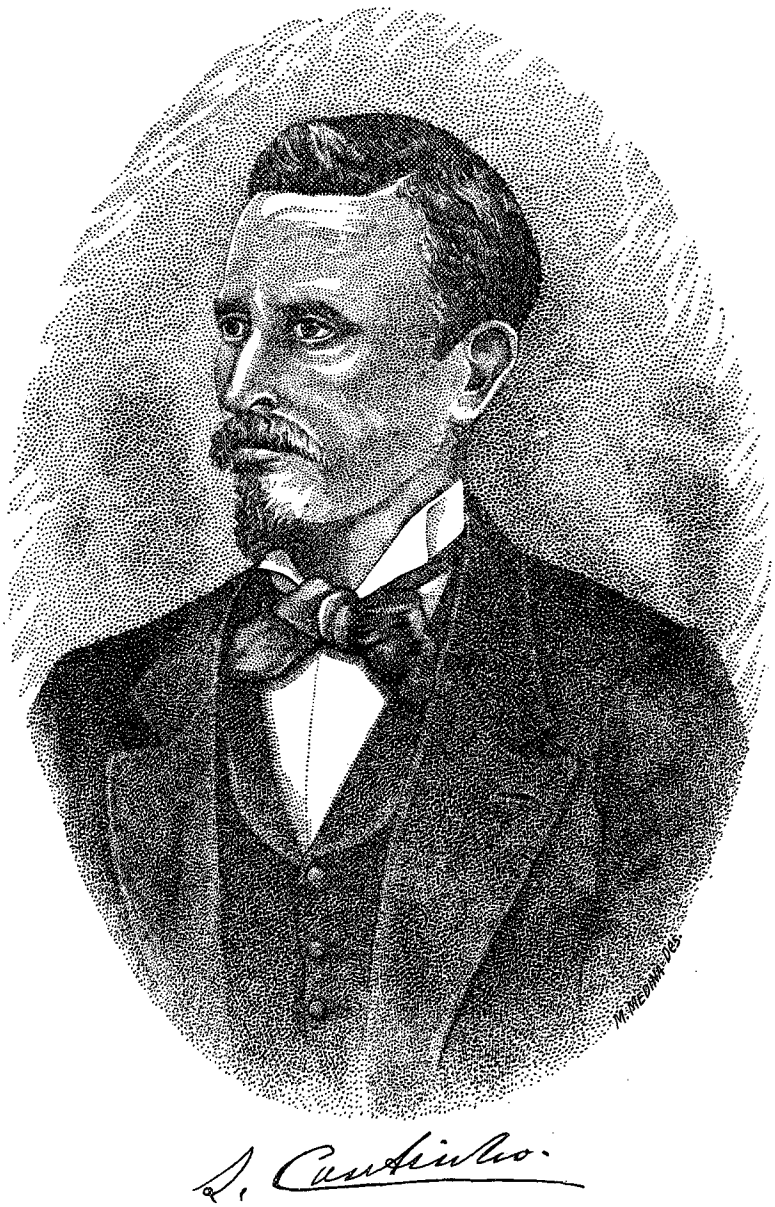
Rilate al la aervojoj, li diras, ke "la aerlinioj en Amazonio povas esti klasigitaj laŭ tri interligitaj grupoj, nome: de Belém (Pará) al Manaus (Amazonas), de Manaus al Pôrto Velho (Rio Madeira) kaj la linioj sin direktantaj al Acre. Tiuj servoj estaj farataj de la "Panair de Brazilo, S/A", de la "Sindikato Condor", hodiaŭ posedaĵo de la Registaro, kaj de la "Milita Aerpoŝto". Li mencias la haltejojn kaj la hortabelojn de tiuj linioj kaj diras, ke estas kunrilato kun la linio S. Paulo-Corumbá, kaj kontakto en Corumbá kaj Guajará-Mirim, ligitaj al Acre, kun la boliviaj aervojoj.

La fervojoj, kies trairadojn kaj kilometro-kvantojn li priskribas, estas tri, nome: Fervojo de Bragança kaj Fervojo de Tocantins, en Ŝtato Pará, kaj la Fervojo Madeira-Mamoré, kiu komenciĝas en Amazonas kaj finiĝas norde de Mato Grosso, kiel indikas ĝia nomo.

Estas ankaŭ tre malgranda la ŝosea etendo, kies tuto sumiĝas je 2 345 km. La aŭtoro prezentas tabelon pri la kvanto kaj speco de la veturiloj ekzistantaj en la tuta regiono.

Ĉe la lasta ĉapitro, li prezentas detalan tabelon de la komunikiloj de Amazonio kun la centro sudo de Brazilo kaj la eksterlando, kaj aludas al la studoj, jam faritaj, pri la kreskanta plibonigo de tiuj ĉi komunikiloj.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL



SILVA COUTINHO

(1830 - 1889)

GRANDE número de distintos exploradores do território pátrio e de apaixonados estudiosos dos assuntos que interessam a vida nacional, teem saído das fileiras do Exército Brasileiro. Vários deles já tiveram seus nomes e seus feitos destacados nesta secção dedicada aos vultos da geografia do Brasil.

A JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO, *nascido em S. João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, em 1-5-1830, matriculado em 1864, na antiga Escola Militar, e oficial da ativa do Exército, onde serviu até 1866, ano em que se démitiu no pôsto de major para se dedicar exclusivamente à engenharia, cabe, neste segundo número consagrado à região amazônica, o lugar de hônra que justamente merece, dada a considerável fôlha de serviços prestados ao país, com especialidade no campo da engenharia, onde, muitas vêzes, cooperou de modo eficiente, para o melhor conhecimento do seu território, engrandecendo destarte, a geografia do Brasil.*

Conhecedor profundo da região amazônica, não foi, pois, sem razão, que dele disse AGASSIZ, *escrevendo, em 1866, do Pará, ao Imperador: "a extensão dos conhecimentos de* COUTINHO, *no que tange ao Amazonas, é verdadeiramente enciclopédica, e creio que seria um serviço a prestar à ciência o dar-lhe a oportunidade para redigir e publicar tudo o que observou durante as suas repetidas e prolongadas visitas a esta parte do Império".*

Quer levantando plantas e projetando obras de defesa na fronteira do Brasil (1861), quer estudando e orçando os melhoramentos da cidade de Manaus, de que levantou gratuitamente a planta, SILVA COUTINHO *foi um trabalhador sempre interessado pelos assuntos e problemas relativos à Amazônia.*

Além de ter sido designado para presidir os trabalhos da Comissão Organizadora da Exposição dos Produtos Naturais e Industriais da Província do Amazonas, teve o ensejo, ainda, de substituir na chefia da Comissão Demarcadora da Fronteira entre o Brasil e o Perú, aquele que mais tarde seria o barão de Ladário: capitão-tenente JOSÉ DA COSTA AZEVEDO. *Inspetor da Medição das Terras, interessou-se, em 1857, junto ao govêrno do Pará pela abertura de uma estrada, visando facilitar as relações daquela antiga província com o Maranhão.*

No período de 1857 a 1866, publicou nada menos de oito trabalhos acêrca da região amazônica: As epidemias no vale do Amazonas (*Manaus, 1861*); Relatório sôbre o exame de alguns lugares da província do Amazonas, especialmente do rio Madeira, debaixo do ponto de vista de colonização e navegação, seguido de um mapa de observações meteorológicas (*Manaus, 1861*); Breve notícia sôbre a extração da salsa e da seringa e vantagens de sua cultura (*1863*); Exploração do rio Hioapurú, in-*Relatório do Ministério da Agricultura (1865)*; Exploração do rio Madeira, *anexo ao Relatório do Ministério da Agricultura (1865)*; Exploração do Rio Purús *anexo ao Relatório do Ministério da Agricultura, (1866)*; Mapa dos Rios Solimões e Içá, *(1866), apresentados ao Ministério da Agricultura;* Notícias sôbre o uaraná (*guaraná*), *também em 1866.*

Seus sentimentos de humanidade se manifestam amplamente no relatório sôbre o Purús, ao preconizar a proteção aos selvagens, acêrca dos quais escreveu: 'Todos falam das correrias e depredações, que costumam fazer alguns dêstes infelizes, mas ninguém se lembra de pesar as consequências da perseguição de três séculos, que êles experimentaram, da recompensa falaz, que durante êsse longo período receberam, do bom agasalho prestado aos civilizados," concluindo: "o índio é uma criança, nem mais, nem menos; deixá-lo, pois, entregue às leis da natureza, é uma verdadeira barbaridade."

Ainda sôbre a região amazônica publicou no Bulletin de la Societé de Géographie *em 1867,* L'embouchure de l'Amazone, *e, ainda nesse ano, em París,* Sur la géologie de l'Amazone (*em colaboração com* AGASSIZ) e Notes sur la tortue de l'Amazone.

Integrando a comissão científica que foi ao Ceará e depois explorou o Amazonas e alguns de seus afluentes, SILVA COUTINHO *tornou-se companheiro de* AGASSIZ, HARTT *e outros naturalistas, auxiliando preciosamente* HARTT *na coleta de cêrca de duas mil espécies de peixes, dos quais apenas mil, talvez, eram conhecidos na época.*

Ao governador do Amazonas apresentou SILVA COUTINHO, *um relatório encerrando estudos acêrca da aclimação da maniçoba e da carnaubeira, bem assim sôbre a guarda, conservação e desenvolvimento das fazendas nacionais de gado no vale do Rio Branco.*

Em 1870, no relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, trata do trânsito de mercadorias entre o Pará e os países situados ao norte do Brasil.

Fora da região amazônica, SILVA COUTINHO *desenvolveu, por outro lado, incansável atividade: realizou a exploração da E. F. do Una ao S. Francisco, contratando e executando os trabalhos em dois anos (1872 — 1874); estudou gratuitamente várias regiões das províncias do norte, indicando as medidas mais urgentes para a melhoria das condições de vida das populações, tendo em mira não só aliviar os onus do Estado como informar seguramente o govêrno sôbre o estado das regiões visitadas.*

Nessa ocasião apresentou o seu parecer técnico quanto ao prolongamento das estradas de ferro de Baía e Pernambuco, sôbre o prosseguimento da E. F. Conde d'Eu até Cabedelo e acêrca da ramificação da E. F. de Natal a Nova Cruz através o vale do Ceará-Mirim.

Várias outras comissões de importância foram desempenhadas a contento por SILVA COUTINHO, *entre as quais o estudo da vasta região hoje percorrida pela E. F. Sorocabana, estrada cujo reconhecimento foi por êle realizado.*

Árbitro por parte do govêrno numa questão movida pela E. F. do Paraná (1866), membro da comissão incumbida da revisão das tarifas e instruções regulamentrares dos transportes da então E. F. D. Pedro II, professor de geologia no Museu Nacional, membro da Academia de Ciências Naturais de Filadélfia, da Sociedade Geográfica de París, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Arqueológico Alagoano, etc., JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO, *embora houvesse por duas vêzes recusado um título nobiliárquico, era oficial da Ordem da Rosa, graduação obtida em consequência dos serviços prestados na comissão científica que explorou o Amazonas e seus afluentes.*

SILVA COUTINHO *que foi o primeiro presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em cujas publicações se colheram quase todos os dados referentes à atividade científica e profissional do ilustre brasileiro, faleceu em París a 11 de Outubro de 1889.*

JULES NICOLAS CREVAUX

(1847-1882)

MÉDICO da Marinha Francesa, nascido em 1.º de Abril de 1847, morto tragicamente, trinta e cinco anos depois, às margens do Pilcomaio, rio chaquenho descido da meseta boliviana, limite da República Argentina com a do Paraguai, foi o Dr. JULES NICOLAS CREVAUX *um explorador infatigável que na América do Sul realizou, de 1876 a 1882, inúmeros estudos e várias explorações de caráter geográfico, principalmente na região setentrional do continente.*

Sedento do desconhecido por temperamento, enérgico, resistente às mais duras provações, dadas as suas excepcionais qualidades de robustez física e a sua incomum formação moral, o Dr. JULES NICOLAS CREVAUX *realizou na América do Sul, viagens científicas, inicialmente, no interior das Guianas. Em 1876-1877, estudou os rios Maroni e Jari.*

No ano seguinte, partindo de Caiena foi até os Andes, explorando nessa ocasião o rio Oiapoque, o rio Parú, o Içá e o Japurá.

Através a Colômbia (Nova Granada) e a Venezuela, explorou o Guaviare e também o Orenoco (1880 — 1881) agora, já na companhia de E. LE JANNE, *mais tarde, seu acatado biógrafo.*

Após exhaustivas peregrinações científicas em regiões na sua maior parte inteiramente desconhecidas, todavia sempre atraído pelos países novos e indiferente aos perigos de tôda sorte, inclusive os da doença hepática que nesta altura lhe combalia o organismo, embarca para Buenos-Aires alimentando o sonho de atravessar o continente de sul a norte, seguindo um intinerário de mais de três mil quilômetros, firme no propósito de realizar explorações no vasto espaço desconhecido entre o Prata e o Amazonas.

Chegado a Buenos-Aires em fins de Dezembro de 1881, tomou imediatamente as necessárias providências para iniciar a exploração do Pilcomaio, visto como, não sendo favorável a estação, não lhe era propício o momento para penetrar o Brasil Central, subindo o Paraguai afim de alcançar o Tapajoz ou o Xingú, mediante a descida de um dos quais atingiria finalmente, o Amazonas.

Mal iniciava a navegação do Pilcomaio, quando foi assassinado com seus companheiros pelos índios Tobas.

Os diários de viagem já publicados em "Tour du Monde", *foram reunidos em volume, pela* Librairie Hachette et Cia, *em 1883, sob o título* "Voyages dans l'Amérique du Sud", *com 253 gravuras em madeira, segundo fotografias ou* croquis *desenhados pelos viajantes.*

Além das gravuras, o volume póstumo encerra 4 cartas e 6 fac-simile *das anotações do Dr.* CREVAUX.

O Ministro da Instrução Pública de França, que patrocionara a missão CREVAUX, *na América do Sul, remeteu à Sociedade de Geografia de Paris os cadernos de observações e as notas de viagem do cientista, tendo a Sociedade mandado executar, segundo tais documentos, um traçado minucioso dos cursos dágua percorridos pelo Dr.* CREVAUX.

Os desenhos e as cartas compõem um Atlas intitulado Fleuves de l'Amérique du Sud, *pelo Dr.* JULES CREVAUX. *París, 1882.*

As primeiras observações do Dr. CREVAUX, *na América do Sul, foram realizadas na* pampa *argentina, e visaram esclarecer um ponto controvertido da geologia da região.*

Nomeado médico de 1.ª classe, em Novembro de 1876, encontrou oportunidade para, mais livremente, mitigar a sêde inata das explorações de tôda sorte.

E' quando consegue obter do Ministro da Instrução Pública de França, a incumbência de explorar o interior da Guiana Francesa, de Caiena ao Amazonas, em busca do famoso "El-dorado".

Subindo o Maroni, no começo da exploração, alcançou a região dos Bonis, *habitada pelos descendentes dos escravos negros refugiados após o levante de 1772 contra os holandeses.*

Foi entre os Bonís *que o Dr.* CREVAUX *encontrou o negro* APATÚ, *que se tornou, daí por diante, seu devotado e inseparável companheiro, guia seguro através regiões perigosíssimas.*

Das cabeceiras do Maroni, CREVAUX *atingiu o* Tumucumaque, *percorrendo uma região que, há duzentos anos, exploradores, em vão, haviam tentado penetrar.*

Flanqueando as montanhas alcançou as selvas amazônicas *pelas nascentes do Apauani, afluente do Jari, sendo o primeiro explorador a conseguir vencer tão importantíssimo divisor.*

Com apenas 3, dos 20 homens que compunham a expedição, durante 22 dias, desceu o Jari, numa ubá, *chegando finalmente a* Belém, *em 30 de Novembro de 1877 após um trajeto de 2 mil quilômetros durante o qual realizou investigações que enriqueceram não só a geografia como a etnografia.*

Mais desconhecido ainda que o Jari, o Oiapoque permitiu ao Dr. CREVAUX *uma nova viagem de exploração, que se realizou em direção às suas cabeceiras.*

Atravessando, mais uma vez, o Tumucumaque, atingiu de novo o Jari, que saudou "avec le plaisir d'un soldat que revoit son champ de bataille."

Daí passou, percorrendo região desconhecida equatorial, ao vale do Parú, alcançando, 41 dias depois, mais uma vez, o Amazonas.

Durante esta última exploração recolheu observações, em parte novas, sôbre os Roucouyennes, os Trios, os Apalais, *descobrindo o* Strychnos Crevauxii, *cuja presença num dos* curares *do Amazonas lhe explica as propriedades tóxicas características.*

Ao Dr. CREVAUX *deve o Içá o levantamento, a bússola, da totalidade do seu curso, e o Japurá, a revelação de quatro quintas partes de sua extensão, até a época, inteiramente ignoradas.*

No vale do Japurá, prossegue as pesquisas em tôrno do curare *e estuda etnograficamente as populações encontradas, julgando haver colhido, então, elementos comprobatórios das teorias de* d'ORBIGNY *acêrca das migrações guaranís.*

A exploração do Guaviare, que êle denominou rio de Lesseps, e do Orenoco, realizou-se em meio de privações, misérias de tôda a natureza.

Atravessando os llãnos, *atingiu pelo Guayabero, as bôcas do Orenoco, após 51 dias, numa viagem de 850 léguas.*

Seu método de exploração consistia na subida do rio até as cabeceiras, atravessando em seguida a linha divisória das águas, para chegar às da bacia oposta, dirigindo-se sempre segundo as circunstâncias, "visto que não é possível organizar plano para viajar no desconhecido."

M. MEDINA DES.

COMENTÁRIOS

BLOCOS DIAGRAMAS

O I.B.G.E. acaba de editar em pequeno folheto, o artigo que se segue, da autoria do prof. DELGADO DE CARVALHO e intitulado *Blocos-Diagramas.*

Trata-se de uma nota explicativa sôbre o modo de interpretar os principais tipos de bloco-diagrama empregados no ensino da fisiografia nas escolas secundárias.

O artigo do professor DELGADO tem muita oportunidade e marcado valor, não obstante tratar-se tão somente duma explanação singela, com estilo de informação verbal e sem a menor pretensão a trabalho de fôlego.

Sua leitura denuncia logo as finalidades: sugestões aos professores, para aplicar o método nas suas aulas de geografia e ao mesmo tempo, num caráter muito discreto, uma lição abreviada, aos que não estão bem a par do assunto.

O emprêgo de modelos ou desenhos para elucidar as modificações das formas do terreno, tem sido desenvolvido no ensino de geografia, nos tempos mais modernos. Nos Estados Unidos já há muito WILLIAM MORRIS DAVIS preconiza e utiliza êsse procedimento; seu clássico livrinho *Physical Geography* está repleto de casos.

Por meio do modêlo, representando a superfície do terreno em suas relações com a estrutura do solo e com as ações superficiais ou fenômenos geológicos internos, tem o estudante uma explicação clara dos fatos concernentes à fisiografia e pode, mediante o conhecimento dos exemplos típicos, dar uma explicação para qualquer caso que se lhe apresente na natureza.

A tais modelos ou sua representação a três dimensões, em perspectiva, deu-se o nome de blocos-diagramas. Sua origem está ligada, sem dúvida, ao estudo da geologia; foram certamente os trabalhos sôbre estrutura geológica e geomorfologia que conduziram ao bloco diagrama com a finalidade pedagógica.

Não é calúnia dizer que antigamente o professor de geografia não dispunha de conhecimentos suficientes para fazer interpretações das formas do terreno, para fazer reconstituições retrospectivas de paisagens já parcialmente destruídas, e duma maneira geral para compreender as modificações de superfície da terra.

Sobrepondo a essas deficiências culturais, havia a acrescentar a falta completa de recursos gráficos para representação de fenômenos em suas diversas fases, de jeito a dar a noção de continuidade através do tempo.

Nas universidades norte-americanas, a influência da geologia nos estudos da geografia foi um fenômeno muito acentuado, de modo que o bloco diagrama desenvolveu-se rapidamente e encontrou um clima propício à sua aceitação geral.

Nos trabalhos de geologia do Brasil de autoria de norte-americanos a geografia física está sempre muito bem apresentada e é justamente o manancial precioso que fornece gravuras para os nossos melhores compêndios de geografia.

Os desenhos esquemáticos das nossas principais serras, dos pontos característicos do nosso litoral, ou dos vales mais importantes, estão em primeira mão representados nos trabalhos de HARTT, o incomparável autor da *Geologia e Geografia Física do Brasil* (Boston, 1870), de DERBY nos seus inúmeros artigos científicos, de BRANNER, na *Geologia do Brasil* e nos vários trabalhos sôbre o Nordeste de CRANDAL, SMALL, SOPER, e do nosso patrício LUCIANO JAQUES DE MORAIS, nas publicações da I.F.O.C.S.

Só recentemente, já sob influência dos nossos cursos de geografia, e como reflexo das visitas de professores americanos e franceses, é que começam a aparecer, propriamente no campo do magistério, essas boas normas, já correntes nos meios mais cultos.

São os fundamentos culturais, caracterizados por um conhecimento de física, geologia, geometria, desenho, pela capacidade de interpretação, pela facilidade de transmissão de idéias, que fazem bons professores de geografia, do tipo dos ALBERTO BETIM, BACKEUSER, DE MARTONNE, RUELLAN, e outros.

DELGADO DE CARVALHO, há anos bate-se pela introdução dêsses "modernismos" que encontram obstinada resistência naquela classe mais numerosa, que por passadismo, por inércia às adaptações, ou mesmo por incapacidade, não adotam os novos métodos.

Cumpre fazer justiça a muitos, pondo em evidência que essas normas aconselháveis não têm a divulgação necessária no interior do país, de modo que muitos professores não dispõem de boas fontes para melhorar seus conhecimentos. As obras padrão são raras e não se encontram senão nas bibliotecas de duas ou três capitais no Brasil; os ensinamentos modernos são ministrados em meia dúzia de escolas, se tanto.

O folhetinho do prof. DELGADO DE CARVALHO será, por isso, muito apreciado nos meios pedagógicos e vale também como uma sugestão ao próprio I.B.G.E. para conseguir de outros autores pequenos trabalhos dêsse gênero, que de certo terão grande influência na elevação do nível de ensino da geografia do Brasil.

S. FRÓIS ABREU.

NOTA PRELIMINAR

Objetivos de estudo O *bloco-diagrama* tem por fim tornar prático e concreto o estudo dos diferentes casos apresentados pela *geografia física*. As *formas do terreno* merecem tanto mais a nossa observação quanto maiores são os ensinamentos que delas podemos tirar.

A representação gráfica pode ser ilustrada por estereogramas fáceis de manusear, com o auxílio de instruções elementares.

Modo de usar Estudada em compêndio adequado a questão de geografia física, a turma é dividida em grupos de dois, três ou quatro alunos. A cada um dêstes grupos é apresentado um bloco-diagrama para observação e estudo.

O grupo de alunos escreve coletivamente o seu relatório sôbre o bloco-diagrama que lhe foi submetido, fornecendo nele:

1.º — uma *descrição* minuciosa das formas observadas pelos diferentes alunos;

2.º — uma *explicação* sôbre as origens e as circunstâncias em que se produziram os fenômenos;

3.º — um *esbôço cartográfico* reproduzindo os fenômenos explicados, cortes, diagramas, etc..

Feito êste trabalho, cada grupo é interpelado pelo professor que faz perguntas, salienta feições peculiares e, finalmente, analisa os casos de acôrdo com as instruções anexas e referências ao que foi estudado no compêndio.

BLOCO-DIAGRAMA I

Evolução do litoral Os modelos 1 e 2 representam duas fases características na história de um litoral. Três fatores devem ser levados em consideração:

a) a *ação de desnudação* dos agentes atmosféricos sôbre o relêvo que vem desgastando as suas formas mais salientes;

b) a *ação dupla da erosão e da deposição* das águas correntes neste trecho do litoral;

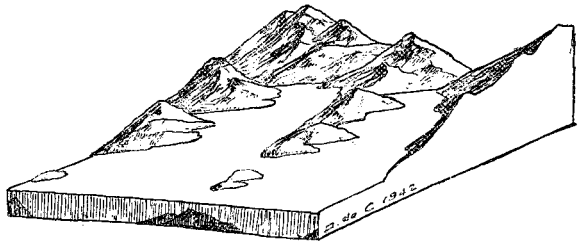
c) a *ação de abrasão* do mar que ataca as costas no referido trecho.

São, pois, estas três ações que, às vêzes combinadas, às vêzes opostas, determinam as modificações principais na evolução do litoral.

MODÊLO I

Na fase inicial, temos um litoral na "juventude" de suas formas. O estereograma representa duas baías entre penínsulas montanhosas cujos prolongamentos naturais são ilhas situadas a certa distância do litoral.

O caso se apresenta como sendo o de um relêvo mergulhado no mar, em consequência de um movimento positivo dêste elemento. As formas sinuosas da linha litorânea evidenciam um contacto recente entre as terras e o mar. É o *estágio inicial* da evolução do litoral.



EVOLUÇÃO DO LITORAL — I JUVENTUDE

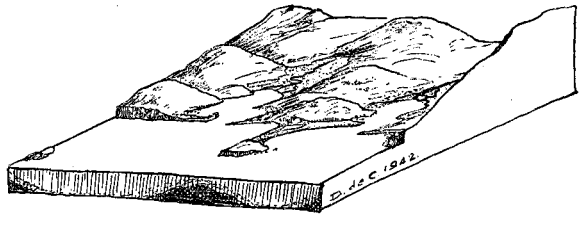
De seu lado, as águas correntes desaguam nas respectivas baías por meio de estuários; os seus rios são encachoeirados até a vizinhança do mar.

MODÊLO II

Decorrido um certo período nos tempos geológicos, encontramos o mesmo litoral em outra fase de seu ciclo vital, isto é, de sua evolução.

Não houve, por hipótese, alteração do nível do mar, mas as fôrças de erosão atuaram sôbre o continente:

a) *os picos primitivos* do relêvo, atacados pelas chuvas, ventos, temperaturas e outros agentes, desgastados e decompostos, apresentam formas arredondadas e menores alturas. As rochas em decomposição deram terra vegetal invadida pelas matas.



EVOLUÇÃO DO LITORAL — II MADUREZA

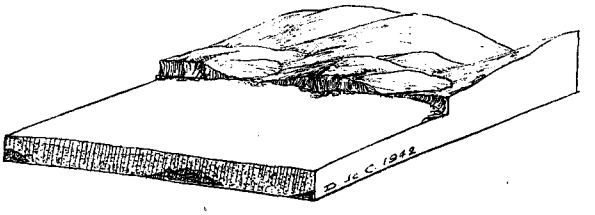
b) *os rios* passaram por transformações características. Carregando sedimentos dos pontos interiores do continente, não têm mais estuários e passaram a constituir seus respectivos deltas.

c) *as planícies* de aluvião vão, aos poucos, invadindo as baías outrora profundas e recortadas. As areias acumuladas atenuam as anfratuosidades e tendem a substituir as linhas sinuosas por linhas mais retas ou em curvas suaves.

d) *as correntes marítimas* que representam aquí a ação do mar, se opõem, à livre passagem, para o largo das areias trazidas pelos rios. Os pontos em que as correntes fluviais e as correntes marinhas se encontram, são pontos mortos em que as águas não podendo mais carregar detritos e sedimentos em suspensão, são forçadas a depositá-los. Estes pontos são marcados por longos pontais arenosos e baixos que fecham as baías. Na ilhota continental também areias depositadas em ponto morto, formaram um *tombolo* que liga a ilha ao continente.

e) *O mar*, de seu lado, tem ação direta no litoral. As *falejas* ou *barreiras* abruptas que o enfrentam em linha reta para o sul são vestígios de sua ação destruidora.

O segundo modêlo contém em si todos os elementos necessários para a descrição de uma terceira fase da evolução do litoral. Transcorridos mais alguns séculos nos tempos geológicos, encontrar-se-á êste trecho como uma planície desnudada, ligeiramente ondulada, uma peneplanície apresentando no mar uma faleja abrupta, mas recuada. Estarão então entulhadas as baías e as lagoas fechadas pelas restingas, passando a planícies aluviais, com rios serpeando em meandros até o mar.



EVOLUÇÃO DO LITORAL — III SENILIDADE

Assim sucedem-se nos litorais os fenômenos geográficos que são episódios de sua história: juventude, madureza e velhice das formas, isto é, o *ciclo vital marinho.*

A principal conclusão que daí resulta é a seguinte: *As fôrças em ação, continentais e marinhas,* às vêzes combinadas, às vêzes opostas, trabalham, entretanto, *para um mesmo fim: a formação de uma linha costeira de compensação,* entulhando enseadas e baías, cortando cabos e pontas, ligando ilhas. A tendência é para substituir as linhas sinuosas por linhas retas.

Só com novo movimento do nível do mar reaparecem anfratuosidades e recomeça novo ciclo vital.

Exercícios 1. Qual a origem do pontal que fecha a enseada, no modêlo 2? — 2. Citar exemplos de tombolos — 3. Como se formaram os deltas, no modêlo 2?

*

BLOCO-DIAGRAMA II

Evolução de um vale Os modelos 1 e 2 têm por objetivo representar duas fases diferentes na evolução de um vale. Êste vale, por hipótese não é sinclinal nem anticlinal; ao contrário, é cavado pelas águas correntes perpendicularmente às diretrizes dos dobramentos. As camadas do corte geológico figuram apenas a formação progressiva de uma peneplanície.

Em ambos os modelos, a direção geral dos cursos dágua é a mesma. Trata-se de examinar o seu trabalho de erosão e de deposição.

A figuração das camadas geológicas permite avaliar a obra de desgastamento realizada sem entretanto revelar o nível de base do sistema fluvial representado.

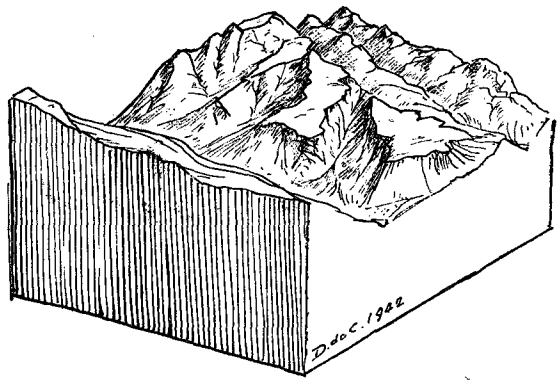
MODÊLO I

Trata-se aí de um vale na fase inicial de seu ciclo vital. Já não é mais apenas uma torrente. Um conjunto de fatores atuou sôbre a formação do vale principal e dos vales laterais: a natureza do solo, o clima, a vegetação modelaram a topografia da região.

As encostas mais suaves são ocupadas por matas. Nos barrancos e precipícios, a rocha nua se mostra mais frequentemente; o fundo do vale é de campos e matas. Também existem terrenos sem revestimento.

O rio representado no vale central não é mais uma simples calha, embora ainda em fase de juventude. Já não se dá isso nos vales laterais, cujos sulcos são relativamente mais recentes, onde o declive é maior, multiplicando saltos e cachoeiras, rápidos e quedas.

O trabalho realizado pelo rio principal está um tanto adiantado como provam, a planície em que corre e as encostas íngremes, com taludes e barrancos de um vale em U, que é talvez de origem glacial. Estes paredões, ao norte e ao sul, isto é, em ambas as margens revelam o trabalho do rio em tempos geológicos anteriores.



EVOLUÇÃO DE UM VALE — I

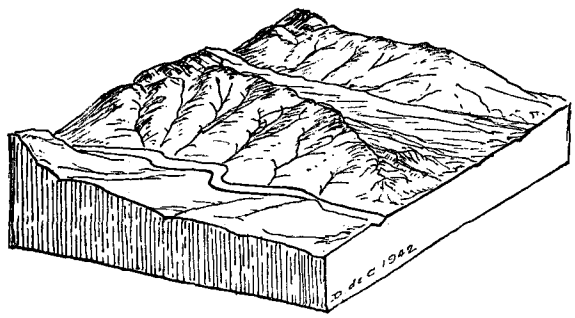
Ao seu lado, os rios tributários indicam que o vale central se alongando, recuaram os seus respectivos trechos encachoeirados para as cabeceiras.

É característico também, neste modêlo, a ausência de lagos, brejos e águas represadas. Os vales em V, de erosão, estão em fase inicial.

MODÊLO II

O segundo modêlo revela uma fase muito posterior do sistema em seu conjunto: não é ainda o último estágio da velhice do rio, mas de adiantada madureza. De fato, não se formaram ainda os meandros e as planícies alagadas, com lagos laterais; mas o relêvo está profundamente erodido e em caminho para a peneplanície, forma em que os dobramentos aparecem, no perfil geológico, como camadas desgastadas.

Verifica-se, neste modêlo, que as saliências do primeiro são repetidas em formas muito atenuadas, persistindo apenas as maiores altitudes nos setores centrais, tanto no sul como no norte, que as águas parecem ter respeitado mais.



EVOLUÇÃO DE UM VALE — II

Nestes dois maciços centrais, o trabalho de erosão está, aos poucos, isolando como promontórios ou morros testemunhas, as pontas das respectivas encostas mais vizinhas da calha central em que corre o rio.

Êste rio, de seu lado, já começa a delinear as suas curvas da fase de velhice. Ainda não são meandros, mas os declives de seus afluentes são suaves, as águas são mais lentas e os transportes de sedimentos já constituem planícies.

A *idade de um rio* não se mede em anos, nem mesmo em séculos ou milênios; é antes *um estágio de seu desenvolvimento* normal ou ciclo vital, que aliás pode ser interrompido. É mais fácil considerar a *idade relativa* (*juventude, madureza, velhice*) das formas que apresenta nos seus diferentes trechos do que a do rio em seu conjunto. Um mesmo rio pode ter secções em estágios diferentes. Os rios dos modelos figurados são exemplos.

Exercícios 1. Em que pontos poderia figurar um lago no modêlo 2 ? Onde e porque ? — 2. Descrever a história do rio do suleste, baseando-se nos dois modelos — 3. Estudar os aspectos das diferentes confluências — 4. Planejar um açude no modêlo 2.

*

BLOCO-DIAGRAMA III

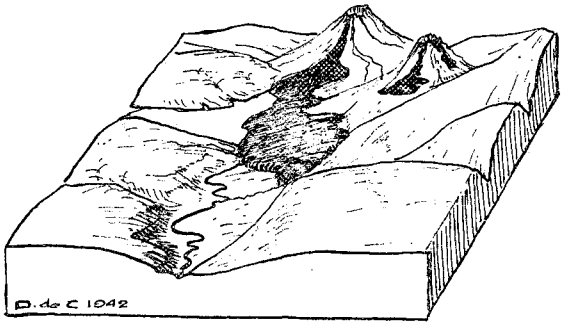
Fenômenos vulcânicos O modêlo representa dois estágios diferentes na história de um vulcão. No primeiro acha-se em atividade; no segundo é vulcão extinto.

Temos indício da existência de uma matéria mais pesada, de maior densidade, em alta temperatura no interior da Terra, por meio da progressiva elevação da temperatura (*grau geotérmico*) à medida que se vai penetrando mais profundamente na crosta terrestre. Pouco se sabe ainda sôbre o estado líquido, em fusão, viscoso ou sólido desta matéria a grandes profundidades. Foi dado a esta região interna o nome de pirosfera ou "esfera de fogo".

O *vulcão* é o dispositivo natural que põe em relação a *matéria ígnea* do interior da Terra com a sua superfície.

Vulcão ativo Na parte do modêlo representado em corte, apresenta-se o vulcão numa elevação montanhosa em forma de *cone*. Observam-se as camadas rochosas, primitivamente horizontais, fortemente levantadas pela pressão interna.

Um canal de subida ou *chaminé* do vulcão rompeu as camadas sedimentares e quando se manifestaram os fenômenos de atividade vulcânica, por aí passaram gases diversos e matérias incandescentes: *escórias, bombas, cinzas* e *lavas*. Estas matérias foram expelidas pela *cratera* ou abertura exterior do vulcão, que, a cada explosão, é remodelada em suas proporções, dimensões e formas.



FENÔMENOS VULCÂNICOS — I

Entre os produtos gasosos emitidos pela cratera figuram *vapor dágua*, arrastando *gás carbônico, ácido clorídrico, gases sulfurosos, azoto, hidrogênio* e outras substâncias gasosas. Entre os produtos viscosos destacam-se as *lavas ácidas* quando nelas predominam os elementos silicosos, *básicas* e mais fluídas quando ricas em ferro.

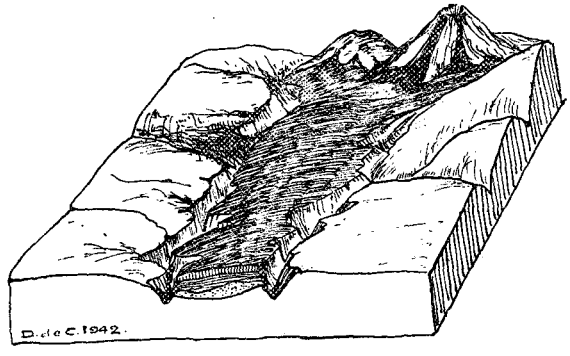
A fôrça explosiva do vulcão resulta da lenta acumulação, nas camadas internas da Terra, de gases a alta temperatura sob fortes pressões. Um papel decisivo cabe às *águas de infiltração* que, aquecidas ao contacto das matérias ígneas se transformam em vapores. Por isso, na vizinhança da crosta, nos pontos mais fracos, numa falha ou numa linha de fratura, opera-se a explosão com derrame das matérias mencionadas.

Nem todos os vulcões são *explosivos*, existem também de tipo *efusivo*, com derrames de lavas em lençóis, como os vulcões havaianos. As *fumarolas*, emanações de vapor dágua; as *sulfataras*, desprendimento dos gases sulfurosos; os *geisers*, repuchos intermitentes, as *salças*, etc., são formas incompletas de atividade vulcânica.

O modêlo representa um vulcão de tipo explosivo. O corte geológico revela a existência de *camadas sedimentares* primitivas subjacentes capeadas por *derrames vulcânicos* sucessivos; mostra também os *neques* ou chaminés antigas, os *diques* e os lacolitos ou bolsões de lavas armazenadas nos flancos do aparelho.

A parte superficial apresenta os declives formados pelas lavas de diversas erupções, formando *cordões* mais escuros ou vermelhos, as mais recentes. *Os derrames* se deram em várias direções, estendendo-se alguns a vários quilômetros da cratera. Um deles alcançou o sopé de um *relêvo preexistente* na parte N.E. do modêlo, represando águas correntes.

Lago As águas correntes represadas constituíram um *lago de barragem* — não um "lago vulcânico", pois não ocupa o fundo de uma cratera, como é frequentemente o caso nos vulcões extintos.



FENÔMENOS VULCÂNICOS — II

Vulcão extinto Na parte N.O. do modêlo, destaca-se um outro vulcão que não está em atividade. Subsiste o *cone*, onde já cessou a acumulação do material. Tornou-se *centro de dispersão das águas correntes*, com drenagem radial. Já cortes profundos estão sendo cavados pelos rios e a *vegetação* invade aos poucos o seu *relêvo basáltico* e suas encostas. No Brasil existem vulcões extintos que já perderam a sua fisionomia vulcânica típica (Maciço de Poços de Caldas, Tinguá).

Exercícios 1. Explicar a formação do lago — 2. Indicar um planalto basáltico — 3. Descrever o trajeto das águas correntes — 4. Descrever a garganta — 5. Hipóteses de outra barragem.

*

BLOCO-DIAGRAMA IV

Geleiras e nevados Em certas regiões da Terra em que as precipitações atmosféricas caem sob forma de *neve*, a temperatura do solo e do meio ambiente não determinam o seu derretimento. Em zonas elevadas e em altas latitudes, existem pois *neves perenes*· em outras, menos frias, a estação estival traz a fusão das neves.

A água em estado sólido forma, nestas regiões, rios em estado sólido ou *geleiras*. Mas a temperatura não é o único elemento: a umidade do ar também constitue fator na formação das geleiras e, por fim, a orientação determina o nível até o qual descem as geleiras. A altura anual das chuvas varia, em média, de menos de um metro a dois, três ou mais metros; a neve, nos Alpes, por exemplo, constitue uma camada anual de 10 a 15 metros.

Quando principia o derretimento das neves ou degêlo da primavera, as águas de infiltração abaixo da camada de gêlo, escorrem pela vertente, destacando esta camada que, sôlta e pelo seu pêso, muitas vêzes escorrega aceleradamente sob forma de *avalanche*.

Nas regiões das neves perenes, as acumulações sucessivas de camadas, com degêlo e congelação alternativamente, constituem os *nevados*. O nevado é mais consistente do que a neve, porém menos compacto do que o gêlo. Nas geleiras, o gêlo constitue acumulações consideráveis, é *bolhoso*, isto é, encerra bolhas de ar.

As geleiras O tipo de geleiras representado pelo modêlo indica como nas regiões mais elevadas do relêvo, (na parte oeste do bloco-diagrama) acumularam-se os *nevados* e *campos de neve* em largos *circos* de onde a massa de neve, sempre mais espêssa foi, pelo seu próprio pêso, deslizando pelas encostas. Verdadeiros rios sólidos ocupam largas áreas nos três vales principais.

Como um rio, e muito mais do que um rio, uma geleira desgasta o seu leito, cava-lhe profundamente a calha, abaixo mesmo da curva normal de seu perfil — é a *exaração*.

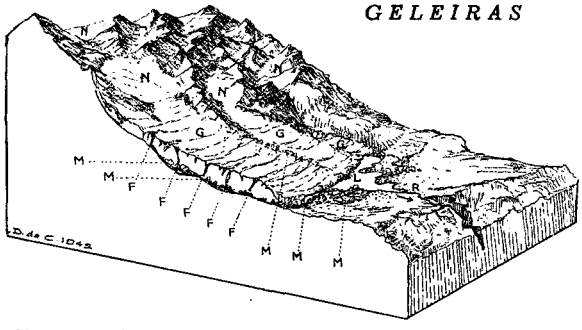
Nas latitudes mais altas, às vêzes, ao encontrar uma região plana, as geleiras se aprestam sob forma de *campos de gêlo*. Em tôdas as latitudes, porém, os gelos progridem, descem lentamente, correm como largos rios, oferecem tributários e confluências. A *velocidade*, calculada em 100 mil vêzes menor do que a da água líquida, em igual declive, varia de fato de uma geleira para outra.

Dentro de uma mesma geleira, o rio sólido "corre" mais lentamente na vizinhança das paredes rochosas de suas "margens" e mais rapidamente na parte média. A velocidade é também maior na *superfície* do que no *fundo*. O verão acelera ligeiramente a "marcha" das geleiras.

O trabalho de erosão ou de *exaração* é considerável: são arrancados *blocos de pedra;* lascas, areias e outros materiais, são triturados, rolados em *seixos* e reduzidos a lama.

Estes sedimentos carregados na descidas das geleiras se acumulam nas orlas, formando as *morainas laterais*, ao longo dos paredões de onde foram arrancadas. Quando duas geleiras confluem, a geleira resultante passa a apresentar uma *moraina central*. Há também *morainas* de fundo. Por fim, na orla que forma a língua terminal da geleira, acumula-se a *moraina frontal*.

GELEIRAS



N — Nevados campos de neve e circos
G — Geleiras
F — Fendas (crevasses)
M — Morainas laterais, medianas, frontais e de fundo
L — Lago glacial ao pé da Moraina frontal
R — Rio

Os altos e baixos da topografia percorrida pela massa dos gelos determinam a ruptura desta massa pouco plástica quando compacta: são as *fendas* ou "crevasses" transversais na língua de gêlo.

O modêlo apresenta uma moraina frontal já em recuo, pois há vestígios topográficos de outra mais avançada. Vários cursos dágua escorrem da moraina e se unem a outras águas correntes provenientes de um relêvo já isento de geleiras perenes. A parte S.O. do bloco indica, pois, uma *paisagem glacial*, montículos arredondados, *drumlins, eskers,* planícies argilosas, *blocos erráticos,* boulders, lagos temporários, etc..

Além dos vales em U, característicos do relêvo glacial, muitas outras feições se impõem à observação da topografia deixada pelas grandes geleiras.

Exercícios 1. Reproduzir, aproximadamente, em curvas de nível o relêvo do bloco-diagrama — 2. Denominando N, G, F, as principais feições, descrever uma das geleiras — 3. Indicar onde se pode localizar um lago L.

Delgado de Carvalho.

"LATIN AMERICA"

ODISSEY PRESS INC. — NEW YORK 1942

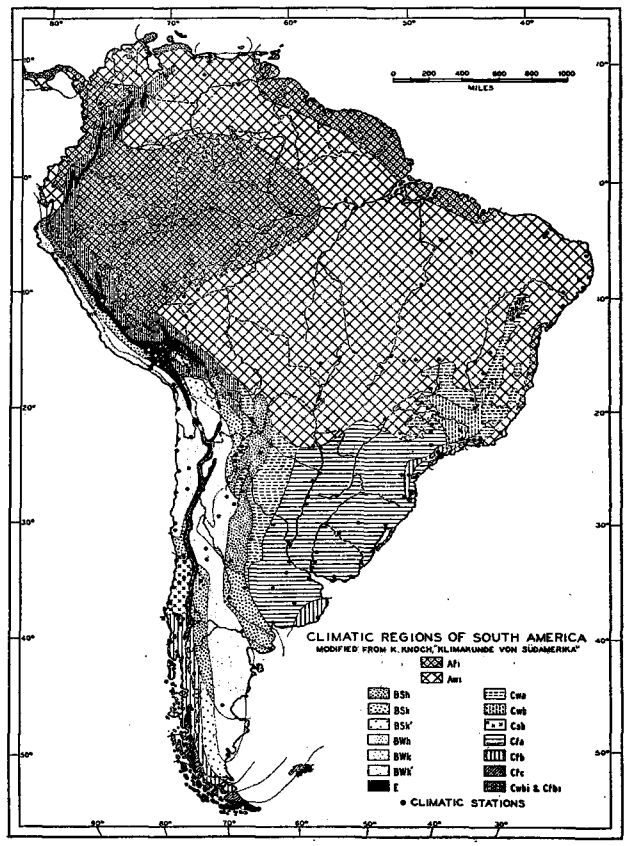
Numa obra de novecentas páginas, sôbre a América Latina, o nosso amigo prof. PRESTON JAMES da Universidade de Michigan, hoje "Coordenador de Informações" em Washington, dedica cêrca de 200 páginas ao nosso país, ao estudo do qual vem consagrando uma grande parte de sua atividade profissional, da sua longa competência e da sua constante simpatia.

Prefácio Justificando a publicação do seu livro o prof. JAMES depois de considerações gerais afirma o seguinte:

"Agora que os anglo--americanos, os hispano--americanos e os luso--americanos enfrentam a necessidade de ter um destino comum, um esfôrço imediato deverá ser feito para transformar a ignorância e suspeitas mútuas, numa compreensão de simpatia."

Em outro parágrafo lemos a seguinte verdade: "até recentemente, não havia muitos norte-americanos profundamente interessados em países estrangeiros. A maioria do povo americano acha-se muito afastada dos contactos com estrangeiros para conhecer exatamente como tais contactos podem ser feitos". Assim outros povos não devem ser julgados pelo *standard* norte-americano..."

Depois de comentar a primitiva falta de interêsse do povo americano em relação à América Latina, o prof. JAMES dirige-se aos seus patrícios da seguinte maneira:



Regiões climáticas da América do Sul *

---

* N. da R. A distribuição dos tipos de clima que figuram no mapa acima foi feita de acôrdo com o sistema de W. KÖPPEN, modificado por K. KNOCH. O sistema de KÖPPEN utiliza, para representar os diversos tipos de clima, letras que simbolizam valores meteorológicos bem definidos. Os climas podem, assim, ser caracterizados pela combinação das referidas letras simbólicas. Uma síntese do sistema de KÖPPEN dá-la o primeiro artigo dêste número intitulado *O clima da Amazônia*, a qual muito facilita a compreensão do mapa de KNOCH.

Não é nosso propósito fazer aquí uma análise da distribuição dos climas constantes do mapa em aprêço. Ocorre-nos, no entanto, observar que o tipo de clima *Awi*, de savanas tropicais, abrange tanto os planaltos das Guianas e do Brasil, como parte da planície amazônica — entre Belém e Manaus. Ora, tanto os valores meteorológicos, quanto a vegetação (v. mapa da vegetação) dêsse trecho da planície amazônica, mostram que a essa região corresponde melhor o tipo de clima *Ami*, como se vê na fig. 4 do mencionado artigo. De fato, as chuvas que caem na referida região, durante os meses relativamente secos, são suficientes para alimentar florestas tropicais, ao passo que o período sêco, que corresponde ao tipo de clima *Awi*, é muito mais acentuado e afeta profundamente a vegetação. Tal fato poderá ser facilmente verificado pelo exame dos gráficos que figuram no citado artigo.

Achamos igualmente conveniente destacar a parte mais sêca do Nordeste, onde as chuvas, além de bastante irregulares, são realmente muito escassas, e onde a vegetação de gramíneas baixas e ralas caracteriza antes o tipo de clima *BS*, de estepes. Alguns pontos deveriam até ser classificados como sendo do tipo de clima *BW*, de desertos.

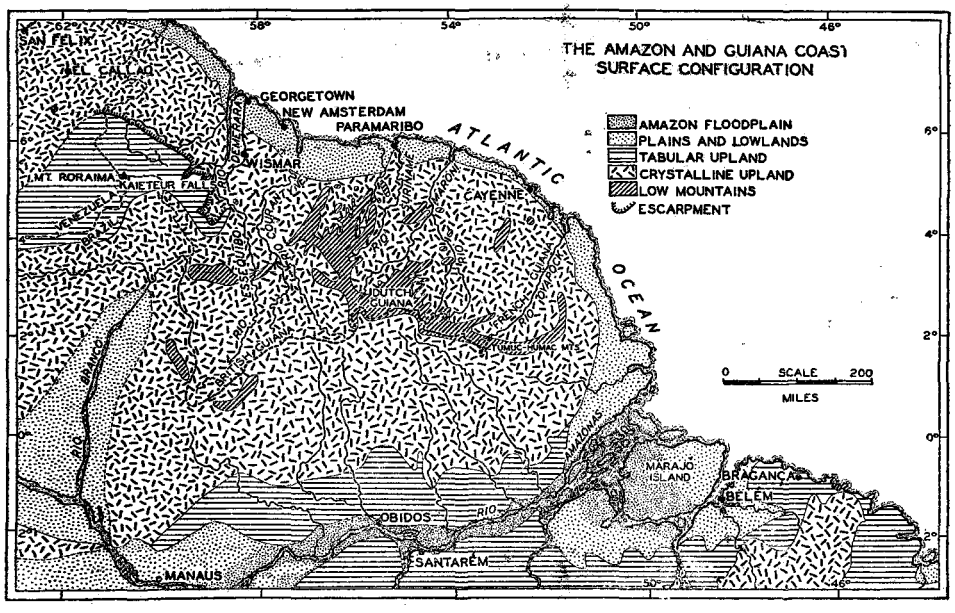
Sem embargo de pequenas divergências quais as assinaladas — e que decorrem com certeza dos elementos de que dispôs o seu autor —, o mapa de KNOCH é realmente interessante, porque dá a distribuição geral dos tipos de clima da América do Sul pelo moderno sistema de KÖPPEN.

"... porém de qualquer maneira nós precisamos aprender urgentemente como compreender e apreciar os outros americanos que também vivem no Novo Mundo. Precisamos aprender, antes que seja tarde, que a América Latina não é um rico território esperando ser explorado pelos geniais homens de negócio norte-americanos; precisamos aprender que a América Latina não é uma terra pioneira do passado seguindo o mesmo plano traçado pelos pioneiros norte-americanos; precisamos aprender que a América Latina tem Universidades, Bibliotecas, Imprensa e outras evidências de civilização desde pelo menos um século antes que essas cousas aparecessem nas acidentadas e florestais regiões do Este americano do norte; precisamos aprender que os laços culturais da América Latina estão mais próximos da Europa do que da Anglo-América; finalmente precisamos aprender que as condições de terra e povo são tão diversos através tôda a América Latina que não se pode usar uma simples generalização para descrever as maneiras de vida encontradas aí".

A seguir o prof. JAMES explica a base filosófica com que apresentou o homem e a terra nos capítulos que constituem o seu livro: "Êste livro trata da distribuição das populações na terra e desde que o geógrafo se interessa primeiramente pela significação do fator localização nas relações humanas, terá inevitavelmente, de salientar as distinções, os contrastes, os elementos que fazem um lugar e o povo que nele vive diferente de outro lugar e de outro povo...", — "Neste livro a geografia foi tratada sob o ponto de vista histórico; para compreender o presente arranjo dos povos teremos que olhar para as origens e traçar o seu desenvolvimento. Mas quando nos movimentamos de país para país e de região para região nestes países, verificamos que cada aglomeração humana possue uma distinta individualidade — uma individualidade criada pelas diferenças na natureza do povo, diferenças na natureza da terra e diferenças nas experiências que êsse povo teve em seu esfôrço para formar uma conexão com a terra."

O livro apresenta inúmeros bons mapas. Os de detalhe são mais frequentes e tornam-se um elemento de primeira grandeza para elucidação do texto. Os mapas populacionais são muito claros e úteis. Quase todos foram baseados em dados censitários.

Quanto aos mapas do relêvo e da vegetação não apresentam as qualidades de clareza dos mapas populacionais.



RELÊVO DA REGIAO DO BAIXO AMAZONAS E DAS GUIANAS

Trad. das convenções

1 — Planície amazônica de inundação
2 — Planícies e baixadas
3 — Terras altas tabulares
4 — Relêvo cristalino
5 — Montanhas pouco elevadas
6 — Escarpas

N.B.: Quando o autor se refere a montanhas "pouco elevadas" é fazendo comparação com o relêvo de outras regiões do Globo (Andes, Rochosas, etc.).

Introdução geral Depois de tecer ligeiros comentários sôbre a antiguidade das civilizações indo-americanas e o seu estado cultural o prof. JAMES conclue dessa maneira: "Realmente a América Latina não é uma terra virgem, esperando pela chegada do pioneiro. É uma velha terra explorada e muitos dos seus recursos foram acumulados, tesouros explorados e abandonados, muitas de suas paisagens foram profundamente alteradas pela mão do homem. É porém a terra na qual vastas áreas continuam relativamente vazias.

A seguir o autor começa um novo parágrafo que intitula:

1 — *Características principais.*

"O homem e a terra são os elementos básicos desta obra. Não se pode compreender um grupo humano sem considerá-lo em relação à terra ocupada por êste grupo" — "... Na América Latina quatro principais características podem servir para resumir as condições do homem e da terra":

I — Relativamente pequena população;

II — Distribuição da população em pequenas aglomerações;

III — Diversidade cultural e racial do povo latino-americano:

a) O índio (mapa com a distribuição dos principais grupos indígenas)

b) Os europeus

c) A conquista européia da América (Mapa com a distribuição das principais linhas de penetração e conquista)

d) A recente imigração.

IV — Diversidade das condições físicas da terra:

a) O relêvo (Mapa do relêvo e outro da vegetação não muito claros)

b) Climas — apresenta 4 mapas: dois com as médias de temperaturas para Janeiro e Julho, um com a média anual das chuvas e outro com a classificação dos climas de acôrdo com KÖPPEN. Êste mapa foi modificado do livro de KNOCH, da série Köppen, *Climatologia da América do Sul.*

c) Vegetação natural.

2 — O segundo parágrafo recebeu o título: *A relação entre a população e a terra.*

a) Habitabilidade ou produtividade da terra;

b) A luta pelo estabelecimento da ordem;

c) Contacto dos diversos grupos raciais e culturais;

d) Diversidades sociais numa sociedade feudal;

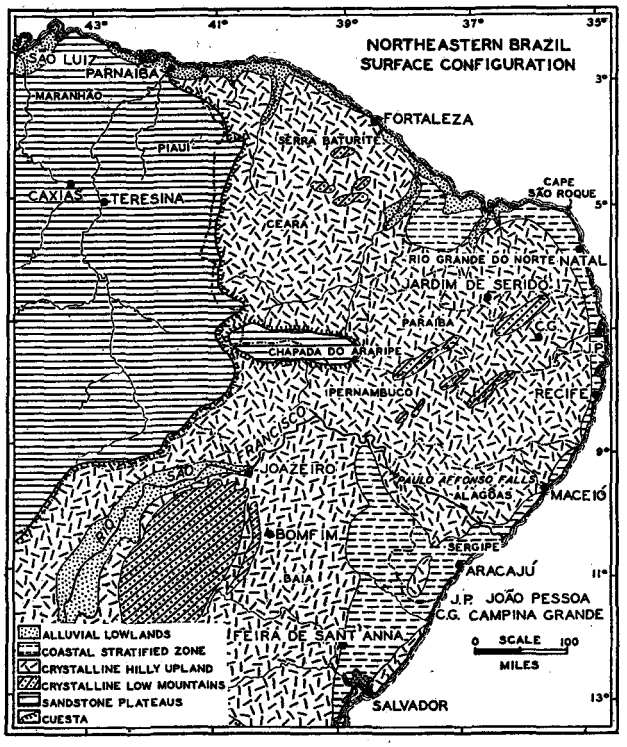
e) Conflitos da sociedade industrial.

3 — Encerrando o capítulo das considerações gerais o prof. JAMES elaborou uma famosa página geográfica que recebeu o título de *A Geografia do homem.* É tão interessante e simples que resolvemos transcrevê-la quase que inteiramente:

"A luta para estabelecer a ordem entre os diversos elementos atrás discutidos é o tema básico do presente arranjo dos povos da América Latina. Em cada Estado independente, em cada grupo populacional separado esta luta tomou uma forma diferente e alcançou diferentes fases.

Como resultante: a significação dos elementos da terra — o valor potencial dos recursos naturais — difere no tempo e no espaço. Em alguns casos extremos encontraremos dois ou mais grupos misturados, mas não amalgamados, na mesma área de concentrada colonização; cada grupo motivado pelas diferentes atitudes e objetivos e consequentemente cada um reagindo diferentemente ao passado diverso da terra. Em alguns exemplos somos encorajados a ver que algumas vantagens são levadas contra as fôrças de desunião. Quando examinamos o mapa das populações detalhadamente sob a luz dêste tema, não poderemos por muito tempo olhar êste mapa somente como uma distribuição aparentemente uniforme de pontos irregularmente concentrados; — vemos em cada concentração uma distinta individualidade, composta de povos que fizeram uma separada e distinta contribuição (mesmo se essa contribuição foi negativa) para a luta no sentido do desenvolvimento de uma sociedade homogênea."

"As fases de lutas durante quatro séculos resultaram numa mudança de relações entre a população e a terra e por conseguinte em mudanças frequentes da população. Muitas partes da América Latina, consideradas através da história, tiveram instáveis tipos populacionais e nas áreas estáveis — tais como as comunidades predominantemente índias do México, Guatemala e as terras montanhosas dos Andes ao sul da Colômbia, Equador, Perú e Bolívia — a influência dos europeus foi relativamente pequena. Porém, muitas das áreas mais importantes, quanto à produtividade comercial no mundo moderno, eram esparsamente habitadas há menos de um século atrás".



RELÊVO DO NORDESTE DO BRASIL
Trad. das convenções

1 — Baixadas aluviais
2 — Zona costeira com estratos
3 — Colinas cristalinas
4 — Montanhas cristalinas pouco elevadas
5 — Planaltos de arenito
6 — Cuestas

"As explorações destrutivas dos recursos naturais teve novo significado com o advento da sociedade industrial. Explorações em pequena escala largamente espalhadas pelos continentes caracterizaram a sociedade feudal; explorações em larga escala em concentradas áreas é o modo de ação da sociedade industrial. Hoje, qualquer recurso natural para ter valor num mundo industrial precisa ser muito grande, afim de suportar um grande desenvolvimento, pois de outra maneira o custo da produção será bastante alto. Porém a procura de matérias primas é hoje maior do que em todo o passado histórico da terra.

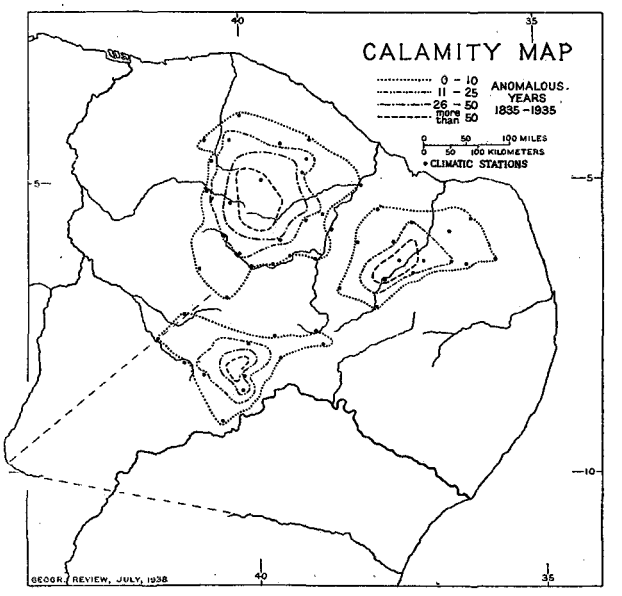
Os lugares onde importantes recursos naturais foram encontrados tornaram-se centros de rápido povoamento e de um crescente desenvolvimento econômico. Porém permanência e estabilidade são difíceis num mundo que está sofrendo as maiores transformações. Os homens continuam procurando freneticamente as riquezas acumuladas do El-Dorado e quando nada encontram movem-se de um lugar para outro. "Será provável que o crescimento das novas cidades industriais traga estabilidade e permanência, ou apenas uma nova forma de migração, uma nova e ainda mais caótica forma de exploração, seguida por um novo declínio ?"

Vê-se pelo exposto que o autor compreendeu realmente o problema geográfico da América Latina, mas uma dúvida paira em nossa mente: porque o prof. P. JAMES, que conhece tão bem a América Latina, se esqueceu do importantíssimo papel da Igreja Católica na formação latino-americana ? Esta, a nosso ver, é uma grande lacuna que se pode verificar facilmente na obra do consagrado geógrafo americano.

Conclusões gerais Nas 24 páginas que dedicou às conclusões gerais o prof. JAMES completou o seu volumoso trabalho resumindo e salientando os principais problemas que expôs detalhadamente no transcorrer da obra.

Apresentaremos neste comentário alguns parágrafos que claramente mostram os principais aspectos de suas conclusões gerais:

"O nosso inventário da América Latina trouxe à luz o importante fato de que esta parte do hemisfério ocidental é realmente composta de grandes variedades de terras e recursos, alguns dos quais de grande importância e — um fato de grande significação — é ocupada por uma extraordinária variedade populacional. Os mapas populacionais indicam que os latino-americanos acham-se muito diferentemente distribuídos em numerosos grupos isolados, separados por enormes áreas territoriais insuficientemente ocupadas. Cada grupo populacional, possue peculiar individualidade, cada área de colonização concentrada é diferente na composição racial dos habitantes, na forma de economia, até na atitude em relação ao modo de vida e aos objetivos que o povo se esforça para alcançar. Em cada uma dessas áreas os problemas da vida devem ser encarados tendo em mente a combinação dos elementos físicos da terra. O tema geral da diversidade é ilustrado mais e mais, não somente pela comparação de países diferentes ou de áreas diferentes de colonização, mas também pelos contrastes que separam povos que ocupam a terra juntamente em determinadas áreas."



MAPAS DAS CALAMIDADES

Anos anormais
Estações climáticas

O capítulo das conclusões gerais foi subdividido em sub-capítulos da maneira seguinte:

1 — "A LUTA PARA ESTABELECER A ORDEM" — Dêste sub-capítulo destacámos o seguinte parágrafo: "Visivelmente a América Latina não é uma unidade. A palavra "latina" aplicada à América não define uma cultura comum ou raça comum, nem tão pouco uma linguagem comum. Esta expressão pode ser usada para descrever uma área geográfica com pequenas partes ocupadas por povos latinos; esta expressão pode ser usada para descrever as civilizações erigidas por Espanha e Portugal através das históricas experiências de colonização numa terra nova, da subjugação de povos tecnicamente primitivos e da exploração da nova terra para o aproveitamento em breve tempo dos seus recursos."

2 — PROBLEMAS DE POPULAÇÃO E COLONIZAÇÃO é o título do segundo sub-capítulo que foi dividido em títulos:

I — As quatro áreas de expansão colonizadora:

a) As terras altas de Costa Rica.
b) As terras altas de Antióquia, na Colômbia
c) Chile, na parte central
d) Os três Estados do sul do Brasil

II — Êste título recebeu o nome de: "Região Pioneira". Procura o autor a causa dos "Centros de expansão colonizadora". São cinco as causas principais estudadas pelo prof. JAMES:

1 — A densidade e a taxa de crescimento da população
2 — O caráter cultural e racial da população
3 — A produtividade da terra
4 — A accessibilidade da zona pioneira para o mundo exterior
5 — Estabilidade dos núcleos originais de colonização.

III — O terceiro título dêste capítulo recebeu o nome de "As grandes propriedades e as plantações comerciais."

O prof. JAMES estuda a colonização da terra pelo pequeno agricultor que também possue a propriedade do lote cultivado por êle. Realmente os Estados do sul do Brasil possuem uma economia mais sólida porque a colonização começou sem a ajuda do braço escravo e o colono era o único trabalhador.

Achamos que o título "Plantações comerciais" mostra que o autor se esqueceu que tôdas as "plantações" subentendem o caráter comercial que realmente possuem. O prof. LÉO WAIBEL definiu o têrmo plantações como sendo *cash crop agriculture*. O prof. acima referido é autoridade mundialmente conhecida em geografia dos trópicos, tendo estudado carinhosamente o problema das *Plantations*.

Depois de encarar o problema das grandes propriedades e das plantações como causas do fracasso da colonização pelo pequeno agricultor o prof. JAMES apresenta em suas conclusões gerais:

1 — O problema da saúde

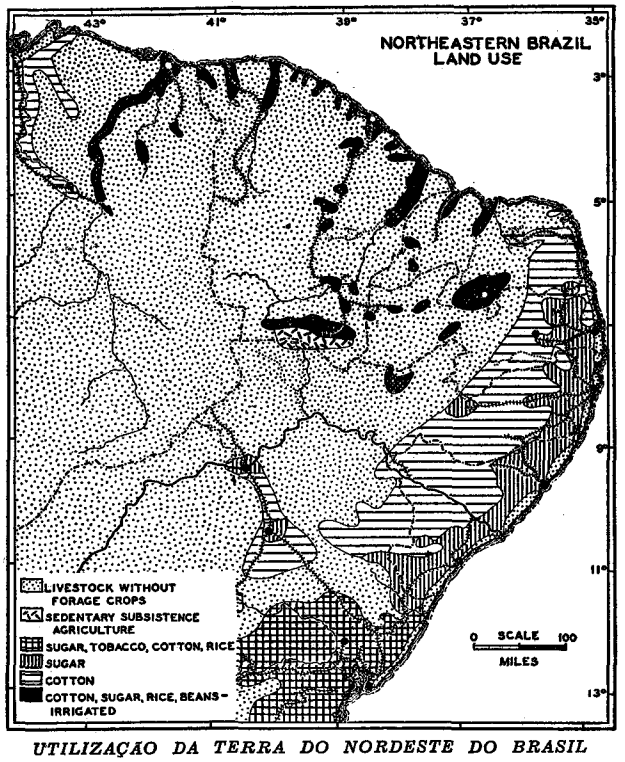
2 — Imigração e colonização.

3 — "O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA NA AMÉRICA LATINA" é o título do último sub-capítulo das conclusões gerais.

O autor salienta como é difícil o comércio entre povos de *standard* de vida diferente. Apresenta também os aspectos principais da indústria e o do comércio da América Latina da seguinte maneira:

I — Desenvolvimento industrial da América Latina antes de 1914.

II — Desenvolvimento industrial desde a primeira guerra mundial.



UTILIZAÇAO DA TERRA DO NORDESTE DO BRASIL
Trad. das convenções

1 — Criação sem cultura de forragens
2 — Agricultura sedentária
3 — Açúcar, fumo, algodão e arroz
4 — Açúcar
5 — Algodão
6 — Algodão, açúcar, arroz e feijão, com irrigação.

Aí o autor nos mostra estatisticamente que os capitais aplicados pelos Estados Unidos na América Latina foram distribuídos na seguinte proporção:

Chile	33 %
Brasil	13 %
Colômbia	7 %
Argentina	24 %
Venezuela	13 %
Perú	6 %
Outros países da América Latina .	4 %

III — Os maiores centros industriais. Brasil, Argentina, Chile, México, Perú, etc.

IV — Rivalidades comerciais na América Latina. O autor mostra como os países fornecedores da América Latina se apresentaram com as suas exportações em vários anos.

V — A situação comercial do hemisfério ocidental. O prof. JAMES discute a possibilidade do isolamento econômico do hemisfério ocidental; concluindo pela negativa em virtude das seguintes razões:

1 — A capacidade do mercado ocidental para o consumo das matérias primas produzidas pelos países americanos;

2 — A necessidade da importação de certas matérias primas básicas devido à deficiência do continente ocidental.

Nesta parte final o autor traçou um retrato pessimista dos princípios sôbre os quais a solidariedade continental se acha baseada. Aí vão alguns parágrafos para esclarecer: "... a tentativa de construir uma economia fechada dentro do hemisfério poderia resultar somente em desastre para a civilização que é dependente dessas matérias primas que lhe faltam".

"A unidade pan-americana é de fato um conceito artificial. A maioria dos povos latino-americanos está cultural e economicamente mais próxima da Europa que dos Estados Unidos. Somente a região do mar das Caraibas está sob a dominação do mercado norte-americano..." — "No âmbito das idéias os objetivos e atitudes dos povos de descendência espanhola e portuguesa são em geral mais compreendidos pelos europeus do que pelos anglo-americanos. Também estamos ainda muito próximos do tempo das conquistas de terras latino-americanas pelos Estados Unidos." "... "O perigo ianque" não pode ser apagado da mente dos povos que vivem ao sul dos Estados Unidos por somente uma década de "boa vizinhança".

Quanto à falta de laços culturais profundos para a base essencial da solidariedade americana estamos de pleno acôrdo com o autor, mas lembramos ao grande mestre americano que essa base cultural tão essencial pode ser em pouco tempo construída.

Em relação aos laços econômicos, o próprio autor nos fornece os elementos para discordar e sustentar que os atuais movimentos econômicos entre as nações americanas são fortes e prometem para um breve futuro maior desenvolvimento. As estatísticas provam as nossas afirmações:

Países que venderam à América Latina em 1936:

U.S.A.	49.6 %
Alemanha	23.6 %
Reino Unido	23.1 %
Japão	3.7 %

Qual será a situação hoje ?

Não queremos encerrar a primeira parte do nosso comentário sôbre o livro do eminente geógrafo prof. PRESTON JAMES sem salientar os seguintes pontos gerais:

1 — O prof. JAMES apresenta inúmeros problemas sôbre a América Latina sem se preocupar muito em apresentar sugestões para as suas soluções. Fez quase que unicamente diagnose. Êle não pensa pelo leitor, mas faz o leitor pensar muito;

2 — A parte de geografia econômica não se apresenta no nível dos excelentes estudos populacionais;

3 — Os pontos altos do livro estão no prefácio, conclusões e nos capítulos referentes ao Brasil e à Argentina. A parte referente à América Central é a mais fraca de tôda a obra;

4 — O autor cometeu uma grave injustiça quando não procurou salientar o papel desempenhado pela Igreja Católica na formação da América Latina;

5 — Aos interessados em ler boa e moderna geografia, o prof. PRESTON JAMES oferece um grande livro que se recomenda pelo objeto tratado e pela grande capacidade do autor.

Os estudos regionais Nos estudos regionais o prof. JAMES não seguiu um plano rígido para todos os países, porém é fácil verificar o primordial interêsse do autor para os estudos populacionais e os grandes problemas humanos de cada região. A geografia foi tratada mais sob o ponto de vista "regional-cultural" do que físico.

Para cada unidade política da América Latina o autor seguiu mais ou menos o seguinte rumo:

1 — Introdução geral com algumas referências históricas

2 — As características gerais da população
   a) As populações primitivas
   b) A população presente

3 — Divisão regional dos países quase sempre sob o ponto de vista humano.

Em cada região o autor apresenta o seguinte arranjo:

a) As condições físicas: relêvo. hidrografia, clima e vegetação.
b) A colonização agrícola
c) Desenvolvimento e estado atual das estradas de ferro e de rodagem
d) Estudo detalhado dos grandes centros urbanos;

4 — O país como unidade política; onde o autor apresenta as suas conclusões sôbre o país estudado mostrando quase sempre as relações político-econômicas de cada nação latino-americana.

Nestes estudos regionais são apresentados os mapas de detalhe que quase sempre representam: 1 — relêvo; 2 — vegetação; 3 — o uso da terra; 4 — distribuição da população.

A América Espanhola O prof. JAMES dividiu esta parte do livro em:

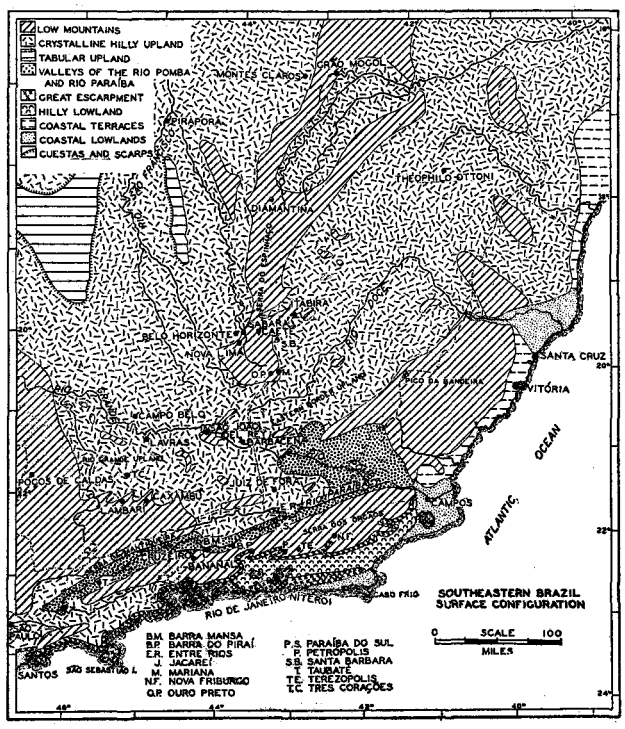
1 — América do Sul espanhola que compreende o estudo em separado da: Venezuela, Colômbia, Equador, Perú, Bolívia, Atacama, Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai;

2 — México, América Central e as Antilhas.

Seguindo mais ou menos o plano atrás apresentado o autor estuda tôda a América Latina baseando o seu trabalho nas fontes mais autorizadas.

Sem ser muito profundo em sua análise e procurando ser o mais simples possível o autor nos deu um retrato da América Espanhola que foi tirado de certa distância mas que nos mostra facilmente os pontos mais interessantes e mais importantes de cada país em questão.

Parece-nos porém que a América Central e as Antilhas não foram tratadas com o mesmo carinho. Mas aí vai a explicação que o autor nos deu quando o visitámos recentemente em Washington: "fui obrigado a escrever sôbre a América Central em um curto espaço de tempo e a pedido do editor, depois da obra pronta".



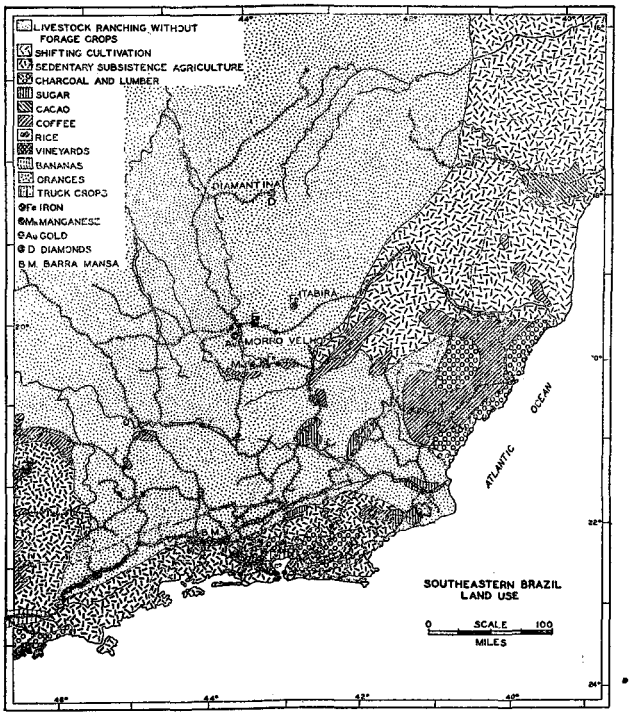
RELÊVO DO SULESTE DO BRASIL

Trad. das convenções

1 — Montanhas pouco elevadas
2 — Terras altas cristalinas onduladas
3 — Terras altas tabulares
4 — Vale dos rios Pomba e Paraíba
5 — Grande escarpa
6 — Baixada ondulada
7 — Terraços costeiros
8 — Baixadas costeiras

Estranhámos o estudo em separado do Atacama e aí vai a explicação que o autor nos dá: "As regiões ocupadas pelos índios estão muito ligadas à existência da água, ficando isolados, estáticos e imutáveis. Os europeus a princípio não ligaram importância à região mas depressa adquiriram um grande interêsse pelo deserto em virtude da descoberta de sua única riqueza: o nitrato de sódio."

"Tão distintas são as características desta parte norte do Chile que nos pareceu desejável estudar o Atacama separadamente antes de estudar a nação chilena."



UTILIZAÇÃO DA TERRA DO SULESTE DO BRASIL
Trad. das convenções

1 — *Criação sem cultura de forragens*
2 — *Culturas que se deslocam (referência à migração do café para São Paulo)*
3 — *Agricultura sedentária*
4 — *Madeiras e lenha*
5 — *Açúcar*
6 — *Cacau*
7 — *Café*
8 — *Arroz*
9 — *Vinhedos*
10 — *Bananas*
11 — *Laranjas*
12 — *Culturas levadas ao mercado em caminhões (Vizinhanças das grandes cidades)*
13 — *Ferros*
14 — *Ouro*
15 — *Manganês*
16 — *Diamantes*

É porém no estudo da República Argentina que está o ponto mais alto desta parte do livro. É aí que o autor se mostrou o conhecedor perspicaz da América Latina quando afirma: "A longa luta pela hegemonia entre os tradicionais centros da vida Argentina situada ao longo do *piedmont* andino a nordeste e o jovem e prematuramente desenvolvido pôrto (B. Aires) terminou agora com o domínio completo da metrópole. A hegemonia de B. Aires estende-se quase que a todos os ramos das atividades como París, Londres e Nova Iorque..."

"Não se deve, porém, cometer o êrro de se esquecer que Buenos Aires não é a Argentina da mesma maneira que Nova Iorque não é a América do Norte ou París a França. Existem outras partes da Argentina que preservaram uma distinta personalidade. Pode-se reconhecer a hegemonia política, econômica e social das metrópoles sem subestimar a contribuição especial das províncias, particularmente os lugares como Córdoba e Tucuman. Ninguém pode compreender a cosmopolita Buenos-Aires sem ter em mente o retrato das terras que se estendem ao horizonte; os variados tipos agrícolas e pastorís do úmido Pampa; as florestas úmidas e quentes do Chaco e os campos quentes da Mesopotâmia; os solarentos *plateaux* dos Andes; os planaltos de sotavento e as enubladas montanhas do sul."

Para a Argentina, o prof. JAMES, adotou a divisão regional mais usada pelos geógrafos platinos e que é a seguinte:

1 — Os Andes — Compreendem as cordilheiras do árido norte até as montanhas glaciais da Patagônia, o árido deserto a oeste de Córdoba e Tucuman e o sopé oriental dos Andes com a sucessão de oasis;

2 — O Norte — Abrange a vasta planície aluvional do Chaco, a Mesopotâmia (região entre os rios Paraná e Uruguai) a suleste, e finalmente o Nordeste ou o Planalto do Paraná;

3 — O Pampa — Subdivide-se em: Pampa úmido (leste) e Pampa sêco (oeste);

4 — A Patagônia — É a região que fica ao sul do rio Colorado e caracteriza-se pela aridez.

Depois do capítulo dedicado à nação irmã do sul do Continente o autor passa a estudar a nossa terra. A parte sôbre o Brasil é considerada pela crítica norte americana como um dos pontos altíssimos ou melhor a parte mais bem feita da obra. Nós, também, assim pensamos.

Brasil O prof. JAMES dedicou exatamente 185 paginas do seu livro ao Brasil. Parece-nos que os motivos para esta preferência foram:

1 — O Brasil é o maior centro populacional da América Latina e o estudo das populações é o principal objetivo da sua obra;

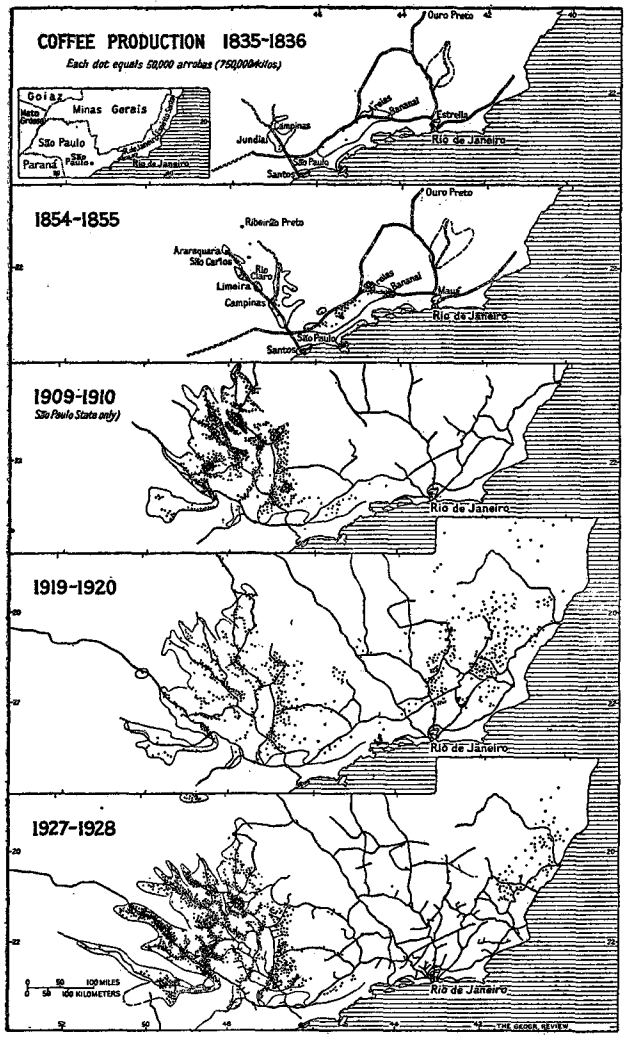
2 — Grande parte do Brasil Sul é conhecida do autor.

Os estudos sôbre o Brasil parece que foram feitos para responder as seguintes questões:

1 — Porque a população do Brasil é relativamente tão pequena ?

2 — Estará o Brasil iniciando um movimento pioneiro similar ao movimento para o oeste da fronteira norte-americana durante o período de 1870 a 1914 ?

E o prof. JAMES continua: "Nenhuma resposta pode ser dada sôbre o Brasil em geral sem se referir às diversidades de suas partes. A teoria frequentemente apresentada é a de que as dificuldades principais são devidas ao fato de grande parte do país achar-se nos trópicos. Isto é simplificar demais o problema porque nos trópicos existem muitas variedades climáticas e algumas das regiões mais densamente povoadas do globo — Java e Índia por exemplo — são terras de clima tropical super-úmido.



Produção cafeeira — 1835-1938
(Cada ponto representa 50 000 arrobas)

O estudo geral da geografia do Brasil foi dividido nos seguintes tópicos:

1 — A TERRA

a) o relêvo
b) o clima
c) a vegetação natural
d) os recursos naturais.

2 — O POVO

a) os primeiros elementos raciais
b) o desenvolvimento da colonização
c) a colônia açucareira
d) o ouro
e) o café
f) outros produtos comerciais
g) a imigração
h) as colônias
i) as cidades e o sertão.

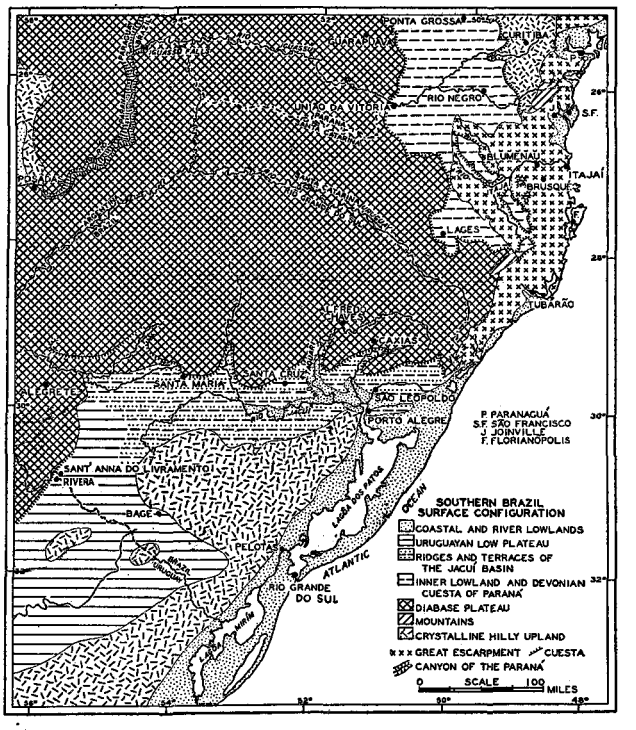
Ao estudar o relêvo o autor mostrou o caráter montanhoso da terra fazendo uma interessante e simples conexão com a hidrografia.

É entretanto no estudo dos climas que o autor, baseado quase que exclusivamente no trabalho do Sr. ALBERTO SERRA, apresenta uma defesa do nosso tão difamado clima. Aí vão alguns tópicos que mostram as características gerais do nosso clima: "Os climas do Brasil possuem poucos extremos, quer de temperatura quer de umidade; não são tão uniformemente monótonos ou insuportavelmente

quentes e úmidos a ponto de deprimir o espírito humano. Se a população do Brasil em certas regiões parece sem energias, não se pode interpretar isto como o inevitável resultado do clima até que os outros elementos, tais como a alimentação e as doenças, sejam levados em conta." "Um considerável número de informações erradas existem sôbre a temperatura de países tropicais como o Brasil."

"A chuva é outro elemento climático que não é excessivo nem deficiente a não ser em pequenos pontos do território nacional. Em grande parte do Brasil a chuva é mais frequente no verão e a sêca do inverno é uma ocorrência regular. Os Estados que ficam ao sul isto é, na parte meridional de São Paulo para baixo, não possuem uma estação de sêcas mas sim uma época menos chuvosa..."

"O clima do Brasil é o produto da inter-ação de massas de ar em movimento e de diferentes origens. Ao longo da costa do cabo de São Roque em direção ao sul, dois tipos de massas de ar se reconhecem: primeiro as massas de ar quente que se originam do movimento de ar em tôrno do centro de alta pressão do Atlântico Sul (anticiclone) e que se movem ao longo da costa nordestina para sudoeste trazendo predominantemente bom tempo com *altos stratus*; segundo, as massas de ar frias de origem polar que atravessam a Argentina pelo sudoeste e continuam em direção do nordeste ao longo da costa brasileira. O encontro dos dois tipos de massas de ar produz as nuvens do tipo *cumulus* e pesadas chuvas. Em Janeiro esta alternação entre o relativamente frio vento de sudoeste e o relativamente quente vento do nordeste permanece em tôda a costa até a latitude de 20°S; em Julho porém as massas de ar frio penetram em direção do norte mesmo além do cabo de São Roque, trazendo com o seu vento chuvas regulares de origem "frontal."



RELÊVO DO SUL DO BRASIL
Trad. das convenções

1 — *Baixadas fluviais e costeiras*
2 — *Baixo-platô do Uruguai*
3 — *Espigões e terraços da bacia do Jacuí*
4 — *Planície interna e custa devoniana do Paraná*
5 — *Planalto de diabase*
6 — *Montanhas*
7 — *Terras altas cristalinas e onduladas*
8 — *Grande escarpa*
9 — Canyon *do Paraná*
10 — *Cuesta*

"O interior do Brasil é também palco onde se dão conflitos entre massas de ar de diferentes origens. De Janeiro a Maio é a estação chuvosa e grande parte do interior fica sob a influência dos ventos quentes e úmidos do nordeste — ventos de origem equatorial no Atlântico Norte. Não se trata dos ventos alíseos no velho sentido desta expressão; é um vento do tipo monção, que sopra para o interior do continente durante o verão do hemisfério sul; não se encontram, porém, aí, no inverno, ventos do continente para o oceano, pois a região não está bastante longe do equador para atingir baixas temperaturas. Outro resultado da posição equatorial dessa corrente de ar do nordeste é permitir que massas de ar úmidas e quentes atinjam profundamente o interior do continente, alcançando as escarpas orientais dos Andes e a parte norte do Paraguai. Esta é a estação de chuvas máximas no interior.

[1] A expressão "frontal", é derivada de "front", que de acôrdo com a escola norueguesa de meteorologia significa o conflito ou a superfície de descontinuidade entre duas massas de ar de temperaturas diferentes (nota do comentarista).

"Em Julho o ar quente circulando em tôrno do centro de alta pressão do Atlântico Sul alcança a costa do Brasil situada ao sul do cabo de São Roque e entra pelo interior, penetrando mesmo até às escarpas orientais dos Andes. Êste vento é relativamente sêco e quando massas de ar de origem atlanto-tropical estão presentes, condições de bom tempo se apresentam. As massas de ar frias de origem polar são mais vigorosas neste período do ano e também avançam em direção do equador como ainda se movem em direção ao Noroeste através do vale do Paraguai trazendo um tempo frio e chuvoso mesmo até às proximidades do Amazonas".

Como se pode verificar o autor não ficou na descrição dos clássicos elementos do clima: ventos, pressão, umidade, temperatura, mas trabalhou com os modernos conceitos de massas de ar para explicar o mecanismo do nosso tempo e clima.

Para a classificação dos climas da América do Sul o autor adotou o sistema de KÖPPEN. Não entraremos em maiores detalhes porque estamos preparando um estudo onde apresentaremos o original sistema de KÖPPEN para a América do Sul, salientando a parte referente ao Brasil.

Não faremos aquí o sumário ou a tradução da matéria que constitue os tópicos atrás apontados porque tratam de cousas gerais sôbre a nossa terra, conhecida de todos nós mas que realmente muito interessarão ao leitor estrangeiro.

Depois desta introdução geral o prof. JAMES passa a estudar as regiões geográficas da seguinte maneira:

1 — O Nordeste — Compreende os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Maranhão e Baía.

2 — O Suleste — Abrange parte de Minas, Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de São Paulo.

3 — São Paulo — São Paulo (parte), Triângulo Mineiro e Norte do Paraná.

4 — O Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — Na opinião do autor esta é uma das regiões de expansão colonizadora da América do Sul.

5 — O Norte — Parte do Maranhão, Pará, Amazonas e Acre.

A divisão do Brasil em regiões geográficas elaborada pelo prof. JAMES foi baseada principalmente nas características culturais, ou melhor, nos elementos econômico-populacionais.

Esta divisão pode não ser muito bem recebida mas preenche os objetivos do autor: os estudos populacionais.

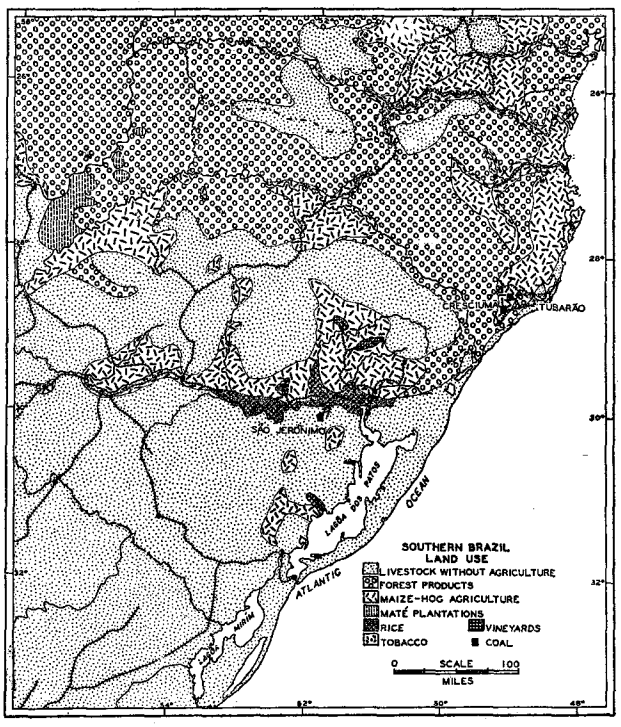
Vamos traduzir alguns tópicos do último capítulo, sôbre o Brasil intitulado: "Brasil como Unidade Política". — Na realidade temos aí as conclusões gerais que não comentaremos. Queremos salientar porém que não concordamos com muitas das afirmações do autor mas reconhecemos a veracidade de certos conceitos externados aí.

"Quase que a metade do continente sul-americano pertence aos Estados Unidos do Brasil. Mas grande parte do seu território, qualquer que sejam as suas possibilidades, continua vazia. Apesar de mais do que a metade da população da América do Sul ser brasileira, a terra por ela ocupada é tão vasta que somente poucas áreas isoladas foram capazes de formar uma população maior do que 10 pessoas por milha quadrada. Grande parte do Brasil, mesmo depois de quatro séculos, continua uma terra pioneira com uma esparsa população que exerce um controle mínimo sôbre o seu território. O espírito especulativo e os métodos de mineração produziram um tipo de população instável e nômade. Porém a tendência de obedecer ao *slogan* — "fique rico", cabe mais na mente imaginativa do brasileiro, do que o desejo da permanência e estabilidade a ser conseguida pela forma de trabalho menos espetacular.

A economia especulativa não é característica peculiar do Brasil. De um modo geral êste tipo de economia caracteriza todo o mundo ocidental.

O desejo de pilhar e de ter lucros rápidos motivou a colonização não somente da América Portuguesa e Espanhola mas também da Anglo-América. Mas na América do Norte e em poucas partes da América Latina o aumento da população em relação à terra e aos recursos fizeram diminuir as oportunidades para proveitos especulativos continuados.

No Brasil a economia especulativa sobreviveu a quatro séculos de colonização na maioria do território nacional. O esfôrço continuado de colhêr o fruto sem plantar a árvore constitue a variação brasileira do tema fundamental da América Latina apresentado nas primeiras páginas dêste livro pela história do El-Dorado.



UTILIZAÇÃO DA TERRA NO SUL DO BRASIL
Trad. das convenções

1 — Criação sem agricultura
2 — Produtos florestais
3 — Agricultura — milho
4 — Plantação de erva-mate
5 — Arroz
6 — Ferro
7 — Vinhedos
8 — Carvão

A definição efetiva do território nacional é muito mais difícil de se fazer no Brasil do que em quase todos os outros países latino-americanos. Entre as relativamente pequenas áreas do interior das quais os brasileiros nunca tiveram um proveito e na qual nem mesmo uma economia de subsistência jamais foi estabelecida e as regiões de população concentrada, na costa atlântica ou próximo a ela, encontra-se uma vasta zona intermediária de transicão — as terras conhecidas como sendo os "sertões". Nesta zona intermediária uma população escassa e largamente esparsa procura fazer uma permanente fonte de subsistência de uma vasta extensão de terras. Somente, intermitentemente e em pequenas proporções, é que alguns pontos são usados; em muito pequena escala, é que estas regiões contribuem para a economia brasileira em geral, porém, os sertões não podem ser excluídos inteiramente do território nacional efetivo. Não se pode avaliar, tão pouco, a importância dos sertões na evolução da vida brasileira, somente pelo gado que vem daí. A típica atitude brasileira em relação à terra e o sentimento de futilidade que frustra tôdas as tentativas de avanço para uma forma mais intensiva do uso da terra, relega todos os conceitos de conservação dos recursos para as esferas acadêmicas e teóricas. Esta atitude desenvolveu-se nos sertões e condiciona as relações do povo com a terra, até nos centros da civilização brasileira, nas grandes cidades.

Estas generalizações não constituem uma crítica ao Brasil ou aos brasileiros. De fato o valor dos portugueses-americanos em construírem uma civilização própria considerando-se a vastidão da área, constitue reconhecidamente um grande elogio que justifica a afirmativa que dentre tôdas as nações latino-americanas o Brasil possue as maiores possibilidades de futuro desenvolvimento. Durante os últimos quatrocentos anos lutou contra um inquebrantável círculo de relações de causa e efeito: uma esparsa população no centro de vasta área leva para a continuação da economia especulativa, para exploração extrativa e para a instabilidade; e isso faz com que as condições de população esparsa continuem. O Brasil é uma das poucas partes do mundo que, no que se refere à economia do mundo presente, precisa de mais população. Um grande influxo imigratório fornecendo o contingente humano necessário para desenvolver a "Marcha para

oeste" poderá romper o círculo e suportar o tipo caótico de progresso que favoreceu a colonização de grande parte dos Estados Unidos no período de 1870 a 1914. Nos anos presentes tal influxo de imigrantes não poderia ser recebido sem sérios perigos para o Brasil; os dirigentes brasileiros acham-se inclinados a favorecer uma extensão da colonização para o interior mais lenta e talvez mais sadia. Neste interim a economia do Brasil continuará especulativa, extrativista e instável."

Ao estudar a economia brasileira o autor traçou as suas conclusões baseando-se nas estatísticas mais modernas. Esta parte do capítulo final foi apresentada da seguinte maneira:

1 — A exportação
2 — A importação
3 — A relação da importação e exportação com os centros populacionais
4 — O comércio interno.

Do sub-capítulo "O comércio interno" vale a pena transcrever o seguinte: "Nenhum outro país latino-americano pode olhar para um continuado desenvolvimento do comércio como o Brasil.

Esta afirmação justifica-se não só em virtude da população relativamente grande dentro dos limites de uma única unidade política, mas também em virtude da grande variedade de recursos e produtos que existem nas vastas áreas brasileiras. Potencial fonte de produtos que vão desde os tipos tropicais até os de média latitude e desde os tipos agro-pecuários até os de mineração e manufatura".

O penúltimo sub-capítulo recebeu o nome de "O problema da imigração" e foi assim tratado:

1 — O controle da imigração.
2 — Áreas potenciais de colonização.

Finalmente, a parte sôbre o Brasil é encerrada com um pequeno comentário intitulado "As cidades brasileiras."

Aquí também terminamos o nosso comentário, já longo, do volumoso livro do prof. PRESTON JAMES e em relação à parte que toca ao Brasil achamos que o autor de *An Outline of Geography* e grande amigo nosso apresentou uma diagnose feita por quem sinceramente quer e se acha empenhado em contribuir para a cura do seu cliente.

N. da R. A reprodução dos mapas, por nós feita em escala reduzida, foi gentilmente autorizada pelos editores: *Odissey Press Inc.*, New York.

JORGE ZARUR.

ECONOMIC GEOGRAPHY

Clarence Fielden Jones,
com a colaboração de:
Gordon Gerald Darkenwald.

O professor JONES, da Clark University, é um velho conhecido dos leitores brasileiros, através de várias obras sôbre a América do Sul. Agora nos apresenta êle um trabalho de maior envergadura, com o auxílio de GORDON DARKENWALD, do Hunter College de Nova York, em o qual os antecedentes do principal autor nos deviam garantir trato mais seguro e promenorizado do Brasil. As mais das vêzes somos vítimas de obras gerais estrangeiras dêsse gênero, obras que versam o mundo mais por alto, exceto os países dos autores e os mais em evidência, por titulos vários, sobretudo, o da riqueza realizada e efetiva.

A *Geografia Econômica* de JONES e DARKENWALD, embora ainda incompleta, e talvez perfunctória aquí e alí com relação ao Brasil, coloca-se sem favor acima do plano usual dos compêndios similares, não somente pelo que nos toca, como pela exuberância de informações fundamentais bem agrupadas sôbre os produtos mais importantes do comércio mundial, tudo condicionado, como observam os autores ao *"study of the relation of the physical factors of the environment and of the economic conditions to the productive occupations and the distribution of their output"*.

Concorreu muito para o inegável sucesso da obra o método empregado pelos autores. Tôda a sua matéria foi organizada segundo classificação ocupacional, e não a do produto ou da região, aparecendo estes em subdivisões da sistematização primacial, e, agrupadas as indústrias correlatas. Sem dúvida, é a manipulação mais simples, accessível e, mais fácil de memorizar. Acresce, como afirmam os autores, que essa apresentação lógica *"favours the discovery, statement and analysis of general principles, which provide the student, long after details have been forgotten, with important general concepts that make for him a working knowldge of the constantly changing commercial world in which he must live"*.

O livro contém as seguintes oito partes, subdivididas estas em trinta e sete capítulos, alguns dos quais destacaremos: —

I. OS DOMÍNIOS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA, compreendendo a discussão do fator humano.

II. AS OCUPAÇÕES DA CAÇA E DA PESCA (subsistência e comércio), com capítulos sôbre a pesca, com objetivos mercantís — em água doce, zonas costeiras, baixios e alto mar.

III. AS INDÚSTRIAS FLORESTAIS (madeiras, indústrias extrativas, celulose).

IV. AS INDÚSTRIAS PASTORÍS (incluindo a criação dos nômades).

V. A OCUPAÇÃO AGRÍCOLA, com capítulo especial sôbre a lavoura primitiva de subsistência; longa descrição das plantações comerciais dos trópicos — borracha, banana, cacau, chá, café, açúcar, e a beterraba das zonas temperadas; outro substancioso capítulo dedicado à cultura comercial das fibras — algodão, sêda, juta, etc.; e vários outros capítulos sôbre o fumo, cereais, laticínios, lavouras regionais características, explorações mistas, etc.

VI. MINERAÇÃO, abrangendo entre outros os metais preciosos, o diamante, ligas, carvão, petróleo, e um capítulo consagrado à potência da hulha branca.

VII. A OCUPAÇÃO MANUFATUREIRA. Tipos, bases, distribuição; indústria do ferro e aço; máquinas industriais, estaleiros e implementos agrícolas; indústrias de automóveis e aviões; indústrias têxteis: algodão, lã, linho, sêda e *rayon;* manufatura de vestuário; farinhas e carnes.

VIII. TRANSPORTE E COMÉRCIO. Distribuição dos meios de transporte, bases do comércio internacional, regiões comerciais do mundo e comércio dos Estados Unidos com o estrangeiro.

Cada capítulo dispõe de nítido mapa-mundo ilustrativo da distribuição das áreas produtivas da espécie versada, além de numerosos mapas regionais quando reclamados pela importância ou volume da plantação, cultura, indústria, etc. Onde necessário, são dados diagramas climáticos claros e elementares, com mé-

dias mensais e anuais ou totais dos elementos meteorológicos fundamentais. Os dados estatísticos são antes representados em histogramas, e, na sua maioria, encompassam apenas alguns anos que precederam a atual guerra. Excelentes gravuras, tôdas derivadas de boas fotografias, ilustram o texto detalhadamente. Para se formar uma idéia da opulência de mapas, gráficos e fotografias, empregadas em todo o compêndio, basta dizer que os primeiros montam a 400, e as gravuras atingem a 390, isto é, um total de 790 figuras em livro de 629 páginas.

Os Estados Unidos têm, naturalmente, a mais ampla explanação e os seus dados estatísticos são os mais fartos e atualizados. Seria injusto, todavia, diminuir o valor do tratamento dispensado pelos autores a muitos outros setores do mundo.

Quanto ao Brasil, lançassem mão os dois professores de nossas publicações oficiais, ainda que apenas para as apreciações qualitativas, publicações, aliás, mais frequentes nos últimos anos, e bem melhoradas em suas estatísticas — e não se limitassem os mesmos ao recurso de estudos esporádicos como os de NYHUS, PRESTON JAMES, PLATT e outros, ou a dados quase sempre antiquados embora extraídos de anuários estrangeiros conceituados — e não teríamos que apontar certas deficiências evitáveis, ou mesmo ausências, com relação, sobretudo, ao progresso de nossas atividades econômicas. Exemplos: —

O algodão brasileiro só em S. Paulo teve a sua produção triplicada nos últimos cinco anos, até 1940; o gráfico do compêndio de JONES alcança somente o meio do ano 1936, dando, pois, apenas, a menor parte, inicial, do grande surto dessa fibra no Brasil. O cacau não tem as referências merecidas. O fumo brasileiro, é verdade que nas águas de certos autores nacionais, não provém exclusivamente da Baía, como repete a *Economic Geography*. Longe disso. Ao desenvolvimento da indústria de eletricidade no Brasil, poderiam ter dado os autores maior realce, pois, já em 1939, o total de potência realizada ultrapassava um milhão de *quilowatts*, cooperando enormemente para essa cifra a emprêsa canadense bem conhecida dos autores. E assim em outros pontos; em todos, salvo apenas o essencial. O livro ostenta feitura magnífica e dispõe de fartas bibliografias em cada capítulo, quase cem por cento anglo-saxônicas... Excelente índice, como de costume, em obras anglo-saxônicas.

Enfim, um bom compêndio de geografia econômica, e obra de grande oportunidade no atual momento.

S. F.

"GEOGRAPHY IN AMERICAN UNIVERSITIES"[1]

O autor, professor da Universidade de Pôrto Rico, lembra o papel de ALEXANDER VON HUMBOLDT e de KARL RITTER no início da geografia e sublinha o papel da escola alemã no fim do século 19 e no princípio do século 20. Assinala a influência dos alemães sôbre os primeiros geógrafos americanos: WILLIAM MORRIS DAVIS, na fisiografia, e ELLEEN CHURCHILL SEMPLE na geografia humana, mas talvez não dê muita atenção aos pioneiros como GILBERT e ao papel considerável que a descoberta de um imenso país teve na formação da escola geográfica americana.

O progresso do ensino geográfico nos Estados Unidos é em seguida analisado através de estatísticas que põem em destaque a acentuada especialização geográfica das Universidades de Clark, Chicago, Wisconsin e Michigan, que produziram o maior número de doutores em geografia nestes últimos quinze anos. Talvez seja perigoso acentuar, com demasiada exclusividade, estes sucessos universitários que não podem fazer esquecer a considerável influência científica dos mestres que ensinam nas Universidades onde, durante o mesmo período, só se concedeu um ou dois diplomas de doutorado.

O autor mostra bem como nos Estados Unidos a geografia veio de direções muito diferentes: A fisiografia saiu dos estudos geológicos e a geografia comercial das Escolas de Comércio. Poderia indicar que a fusão e a expansão destas disciplinas nos Departamentos Geográficos das Universidades se fizeram em parte sob a influência da Escola francesa com VIDAL DE LA BLACHE, o verdadeiro fundador da geografia regional, e seus discípulos, JEAN BRUNHES, EMMANUEL DE MARTONNE e ALBERT DEMANGEON.

A última parte do exposto sôbre a história das idéias e da técnica geográfica nos Estados Unidos mostra que o determinismo foi substituído por uma noção mais exata do livre arbítrio do homem. Progrediram consideravelmente a climatologia e a pedologia, onde a influência dos russos é importante. Desde 1920 a cartografia das formas de terreno, distribuição da população, tipos de povoação, de cultura e de utilização do solo fizeram grandes progressos. A própria geopolítica encontrou adeptos nos Estados Unidos.

Terminando o autor observa que a geografia atual conquistou um lugar importante no ensino superior americano como patrimônio cultural de aplicações práticas. Embora seja uma ciência baseada na extensão sôbre uma superfície e na correlação dos fenômenos humanos, econômicos e físicos, oferece um ponto de vista distinto e uma técnica particular e trouxe uma nova colheita, rica em observações e interpretações. Portanto sua maior contribuição em nossa época de extrema especialização é ter colocado um elo necessário entre as ciências físicas e sociais modernas.

Uma bibliografia de 22 obras ou artigos, completa esta publicação.

F. R.

---

[1] Artigo de RAFAEL PICÓ, em *The Journal of Geography* — Vol. XL, N.º 8 — Novembro, 1941.

INTERPRETAÇÃO RACIONAL DE ALGUNS TÊRMOS USADOS NA NOMENCLATURA DA DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia ao aprovar a Resolução n.º 72, de 14 de Julho de 1942, que "Fixa o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, promove a sua adoção pela Estatística Brasileira e dá outras providências", teve necessidade, para atender a certas exigências de ordem técnico-administrativa e em face das emendas aparecidas no decorrer da discussão do projeto, de empregar na sua nomenclatura algumas expressões que servem para designar subdivisões de duas regiões — a do Nordeste e a do Leste. A primeira dessas regiões apresenta-se subdividida em Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental, e a segunda em Leste Setentrional e Leste Meridional.

Essas expressões designativas de subdivisões não constavam do primitivo projeto elaborado pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição central do Conselho, pois foram elas adotadas quando por ocasião da aprovação final do plano pela Assembléia Geral que, para isso contou com a colaboração de eminentes geógrafos brasileiros, como os professores EVERARDO BACKHEUSER, DELGADO DE CARVALHO e FERNANDO RAJA GABAGLIA, consultores técnicos do Conselho. O uso dessa divisão, tal qual tinha sido aprovada, foi recomendada aos diversos ministérios, por parte da presidência da República.

Discordando do emprêgo daquelas expressões, o comandante GÉRSON DE MACEDO SOARES, brilhante oficial da nossa Marinha de Guerra e erudito conhecedor e estudioso dos problemas da geografia brasileira, dirigiu uma fundamentada sugestão escrita ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na qual, depois de demonstrar seguros conhecimentos sôbre o assunto, lembrou que aqueles nomes fôssem substituídos.

A sugestão apresentada pelo comandante MACEDO SOARES foi a seguinte, em sua íntegra:

> "1. Li, no *Boletim* do Ministério da Marinha, n.º 7 de 12 de Fevereiro corrente, pág. 501, a circular constante da referência, pela qual se recomenda a adoção da divisão do território nacional organizada por êsse Instituto, quando não se imponha uma divisão peculiar.
>
> 2. Segundo tal divisão mandada adotar, a *Região Nordeste* é dividida em duas partes, a saber: *Nordeste Ocidental* e *Nordeste Oriental.*
>
> 3. Ora, permita V. Excia. que estranhe a associação dêsses dois têrmos antagônicos — *Nordeste* e *Ocidental,* a qual não me parece muito lícita para os foros de rigorismo que deve ter um Instituto Nacional de Geografia.
>
> 4. É certo que tais associações e impropriedades se vêm fazendo com certa impunidade, como que introduzir na fraseologia técnico-científica, as licenças literárias de um *belo-horrível* ou de uma *agri-doce,* assim como as impropriedades que escondem erros palmares, como, por exemplo, o chamarem os norte-americanos a América tôda de *hemisfério ocidental,* o que, realmente, constitue uma heresia geográfica, sem designação de meridiano de origem, pois se há, apenas, um *hemisfério setentrional* e um outro *meridional, separados geometricamente pelo equador, há tantos hemisférios — ocidentais* e *orientais,* quantos são os meridianos — e estes são infinitos !
>
> 5. Assim, para evitar lapsos dessa natureza, peço vênia para propor a V. Excia. que a *Região Nordeste* do território nacional tenha as suas duas partes denominadas simplesmente pelos têrmos rigorosamente geográficos — *Nornordeste* e *Nordeste,* propriamente dito, assim como na Região Leste se denominem as duas partes em que foi dividida, — *Leste,* propriamente dita e *Suleste.*
> 6. Não desejando alongar-me mais, muito feliz me sentiria, como brasileiro, se esta minha proposta merecesse, ao menos, ser tomada em consideração".
>
> 7. Com os protestos de respeito e veneração."

Apesar de haver sido o assunto discutido e aprovado pelo mais alto órgão deliberativo do Conselho Nacional de Geografia, o presidente do I.B.G.E. encaminhou a referida sugestão ao Diretório Central do C.N.G., que, em suas sessões de 18 de Março dêste ano, aprovou o relatório apresentado a respeito pelo coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, representante do Ministério das Relações Exteriores, redigido nos seguintes têrmos:

"A geografia não admite realmente uma linguagem incorreta, mas, por outro lado, não lhe são aplicáveis, como diz MALTE BRUN, os arranjos, as classificações, os métodos sutís e rigorosos, que só concorreriam para entravar o seu progresso, entulhando-a de noções ilusórias.

É na biologia que a classificação se aperfeiçoa e adquire relativa precisão, porque os tipos de que ela se ocupa apresentam diferenças mais nítidas e mais numerosas; mas, mesmo aí, como ensina AUGUSTO COMTE, devemos resignar-nos e nos acostumar a encarar a classificação natural como uma ciência verdadeira, continuamente progressiva e, por conseguinte, mais ou menos imperfeita, como tôdas as ciências positivas.

Com efeito, se a classificação dos tipos é na biologia relativamente fácil e precisa, o mesmo não acontece quando se tenta agrupá-los. Os naturalistas durante muito tempo, atribuíram, sobretudo no reino vegetal, acepções gerais muito discordantes às denominações de ordem, de família e mesmo de gênero. DARWIN diz que até o presente nenhuma definição do têrmo espécie satisfez plenamente a todos os naturalistas, mas que cada um deles sabe *vagamente* o que quer dizer quando fala de uma espécie.

Ora, se assim é na ciência onde a classificação atinge a sua maior perfeição, logo se vê que na geografia, onde os tipos são pouco nítidos, as formas confusas, os terrenos de transição numerosos, as definições e classificações nunca poderão adquirir *rigorismo* científico. Elas são sempre sujeitas a controvérsias e devem ser apreciadas com grande espírito de relatividade, porque, em geral, resultam da comparação e do contraste dos acidentes do terreno. Como faz ver CONTEJEAN, na sua *Geologia*, as expressões planície e montanha têm apenas um valor muito relativo. Depois de uma excursão pelos Alpes o excursionista já se não impressiona com o Jura que êle admirava outrora. O habitante dos Alpes qualifica de colinas relevos que ultrapassam os Vosges e dá o nome de planície às regiões baixas, porém muito acidentadas da bacia suíça. No norte da Alemanha a menor dobra do terreno é denominada montanha.

O mesmo se dá em relação aos rios. Não há definição precisa do que sejam rios principais, nem acôrdo na sua classificação, de modo a diferençá-los dos ribeirões, córregos, arroios, igarapés, etc.; aquí também influe muito a comparação e o contraste.

Imprecisas, pois, como são as formas do terreno, não é de admirar que os seus grupamentos em regiões naturais se ressintam dos mesmos defeitos e provoquem críticas.

As numerosas e díspares classificações das regiões naturais do Brasil, propostas por eminentes geógrafos, mostram a dificuldade de uma solução rigorosa do problema. Entre estas o C.N.G. adotou, com pequenas modificações, a que já era geralmente aceita, confirmando assim o conceito de que a ciência é o prolongamento do bom senso comum.

O reparo feito pelo comandante MACEDO SOARES quanto à incongruência das expressões *Nordeste-Oriental* e *Nordeste-Ocidental* seria perfeitamente razoável, se se tratasse de *rumos* definidos pela bússola ou pela rosa dos ventos. Neste caso o rumo nordeste é só um, em relação à posição ocupada pelo observador, os outros serão nornordeste, estenordeste, leste, etc. Mas no caso em aprêço as denominações são apenas abreviações das expressões: parte ou zona oriental da região nordeste, parte ou zona ocidental da mesma região, pois que, o que chamamos o Nordeste brasileiro é uma região, situada num certo quadrante e não um rumo, e pode por conseguinte ser dividida em duas partes, uma oriental e outra ocidental.

Tôda classificação referida aos pontos cardeais apresenta defeitos e precisa ser encarada com relativismo porque a situação muda, à proporção que o observador se desloca no sentido dos meridianos ou dos paralelos. Não estaria sujeita a tais reparos uma divisão regional que se referisse somente aos caracteres físicos do terreno, como por exemplo, a de ELISÉE RECLUS, mas esta também é passível de outras críticas, como mostra o bem elaborado estudo que sôbre o assunto fez o Sr. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES. CARLO PORRO é de opinião que o critério capital deve apoiar-se na natureza e na gênese do terreno; mas, mesmo quando se adota êste critério exclusivo, nem sempre é possível abster-se da referência aos pontos cardeais; haja vista a simples e elegante divisão da Alemanha em quatro regiões, feita por PENCK, a saber: a região prealpina, a bacia sul ocidental, a região montanhosa central e a planície setentrional.

Adotando as denominações Nordeste-Oriental e Nordeste-Ocidental, Leste-Setentrional e Leste-Meridional, a Assembléia Geral, em sua Resolução n.º 72 de 14 de Julho de 1941, teve naturalmente em vista chamar a atenção mais fortemente para as analogias fisiográficas comuns às subdivisões, de modo a manter as regiões Leste e Nordeste fisicamente como um todo. A nomenclatura proposta pelo comandante MACEDO SOARES — Nordeste propriamente dito, e Nornordeste, Leste propriamente dito e Suleste — embora esteja perfeitamente enquadrada na linguagem geográfica, não realça como a primeira, com o mesmo vigor, a uniformidade e comunhão de fatores físicos que caracterizam aquelas regiões e esta consideração é a que deve predominar na classificação das "regiões naturais" do país.

A colocação da América no hemisfério ocidental, conforme querem os americanos do norte, é perfeitamente justificável, uma vez que atentemos para o fato de ser o meridiano de Greenwich o adotado hoje, por convenção internacional, para origem da contagem das longitudes. Os países asiáticos foram desde tempos remotos denominados de orientais e nos tempos modernos são vulgares as expressões Extremo Oriente, Oriente Médio e Oriente Próximo.

DIZ ELISÉE RECLUS: "O contraste entre o Oriente e o Ocidente é da mais alta importância para cada grupo de continentes, porque o cortejo dos fenômenos climatéricos que acompanham o Sol no seu curso aparente em tôrno da Terra não segue de maneira uniforme as latitudes, paralelamente ao Equador. Em virtude da desigual repartição das terras e dos mares, as correntes, os ventos e os próprios climas se deslocam, ora para o norte, ora para o sul, produzindo uma das oposições mais nítidas entre a parte ocidental de um continente e a parte oriental do continente que lhe é oposto. Mesmo entre a Ásia e a Europa, que se acham reunidas em sua maior extensão, o contraste é por tal forma visível que chamou a atenção dos nossos antepassados e deu lugar às denominações de Levante e Poente, de Ocidente e Oriente, *o que indica não somente a situação, mas sobretudo as diferenças dos climas, das regiões e dos povos.*

Pelas razões acima expostas, embora as modificações propostas pelo comandante MACEDO SOARES, não se enquadrem no grupo das inaceitáveis, sou de opinião que se mantenha a divisão regional adotada, tal como foi aprovada pela Assembléia Geral na sua Resolução n.º 72, e que se agradeça ao comandante MACEDO SOARES a sua cooperação, que teve vantagem de nos fazer pensar e raciocinar sôbre a discutida questão."

Traduzindo o sentir unânime do C.N.G. o eng. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO dirigiu um circunstanciado ofício ao comandante GÉRSON DE MACEDO SOARES, depois de comunicar a deliberação do Diretório Central do C.N.G., no qual ressaltou o valor científico e geográfico da sugestão e o espírito de colaboração do seu autor.

VAQUEIRO DO RIO BRANCO

APROPRIADOS à criação de gado, em geral, os vastos campos do Rio Branco constituem o cenário onde se desenvolve a atividade de um tipo humano que, sem possuir as características somáticas e psicológicas do gaúcho e as singulares formas de adaptação a um meio hostil, sintetizadas expressivamente no vaqueiro do Nordeste, merece contudo uma apreciação, embora ligeira, nesta página dedicada aos TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL.

E' o vaqueiro do Rio Branco, cuja presença nas pastagens naturais do curso superior do rio, imprime um traço de indiscutível personalidade à paisagem cultural do Estado do Amazonas.

No gênero de vida que leva e no horizonte de trabalho em que evolve, efetivamente há oportunidade para se estimar o valor de um modo de colaboração harmoniosa entre a natureza e o homem, êste ajustado às condições do meio físico, ajuste que se traduz, no caso, pela repercussão sensível, por exemplo, na forma do povoamento disperso, não ribeirinho, totalmente discordante do tipo frequente no território do Estado.

A atividade do vaqueiro do Rio Branco encontra-se ligada à vida das fazendas de criação disseminadas por entre os 2º e 5º de latitude norte, das quais comprovadamente—S. Marcos, S. Bento e S. José foram as primeiras fundadas e estabelecidas nos três ângulos formados pelos rios Branco, Tacutú e Urariquera.

Oriundo das tribus circunvizinhas — Macuxís e Uapichanas — principalmente, que povoam os campos onde se localizam quase tôdas as fazendas, o vaqueiro do Rio Branco por tal circunstância já contrasta com os tipos clássicos da nossa atividade pastoril, subsistentes na campanha sul-riograndense e na caatinga espinhenta e ressequida do sertão nordestino.

De origem cariba, quando macuxí, de procedência aruaque, ou nu-aruaque, quando uapichano, o vaqueiro do Rio Branco, de ordinário não traz barba, muito menos como a exibe fartamente, o modêlo, apresentado por JAQUES OURIQUE, em O Vale do Amazonas — Edição Oficial — 1906, que o desenho ao lado reproduz.

Se não possue como no Sul, ou no Nordeste, indumentária especial, veste, contudo, roupa adequada ao exercício da profissão, sem constituir o traje, entretanto, espécie curiosa de armadura, como aquela indispensável à luta do vaqueiro contra a agressividade do meio físico, na caatinga — de galhos tortuosos, crivada de espinhos.

Nas suas imensas campinas apenas de quando em vez interrompidas pelas ilhas de mato, capões que vestem as margens dos rios e das lagoas, ou que podem cobrir os tesos, lombadas de até uns 200 metros de altitude, não tem o vaqueiro do Rio Branco, com efeito, necessidade de se vestir de couro quase da cabeça aos pés, como sucede com o campeiro do Nordeste.

Ao invés de trazer à maneira nordestina, jaqueta de couro, usa o casaco de mescla, ou o blusão de algodãozinho.

De couro, bastam-lhe duas peças.

Não calça perneiras de couro até os quadris, porquanto lhe são suficientes as polainas de pele de veado, pele curtida, aliás, com o emprêgo de uma planta tanífera de preferência, lá mesmo no seu campo limpo forrado de gramíneas de pequeno porte e de ciperáceas menos variadas e numerosas do que as do planalto central do país.

Se usa sandálias de pele de veado, dispensa por desnecessárias, as resistentes luvas de couro, tão úteis e tão caras aos profissionais do gado, na caatinga.

Não traz como o nordestino, chapéu de couro grosso com jugular, nem o chapelão de abas largas, de fôrro e copa achatada, típico do vaqueiro marajoara.

O seu, é um chapéu-de-palha ordinário sem nenhum requisito especial, como o de Marajó que, entre a copa e o fôrro, encerra fôlhas sêcas, afim de evitar a ação dos raios do sol e a entrada de água da chuva abundante.

A planura, em que trabalha, não obstante ser ainda mal conhecida climatologicamente, beneficia-se de brisas diárias frescas e às vêzes fortes dos quadrantes de N E e S W, as quais, tornando a temperatura amena e constante, contribuem para suavizar o clima da região, cuja média anual de queda de chuva é cêrca da metade da quantidade caída em Marajó

O regime de trabalho do vaqueiro do Rio Branco está, como em tôda a parte, em relação estreita com os usos e os costumes gerais do agrupamento de que a unidade é a fazenda de criação.

Embora as pastagens no Rio Branco sejam comuns, as fazendas se dividem em secções ou retiros, tendo cada qual seu encarregado subordinado ao capataz da fazenda, que a administra ordinariamente em nome do dono.

Fazendas e retiros no Rio Branco, como no Rio Grande do Sul e no Nordeste, possuem ótimos piões e campeiros cujo número varia com a quantidade de gado de que a fazenda dispõe.

No Rio Branco porém, piões e campeiros são recrutados quase sempre entre os índios mansos e mestiços, os quaes por hábitos atávicos de existência, com facilidade se adaptam, e a baixos salários, ao gênero de vida que a planura sugere.

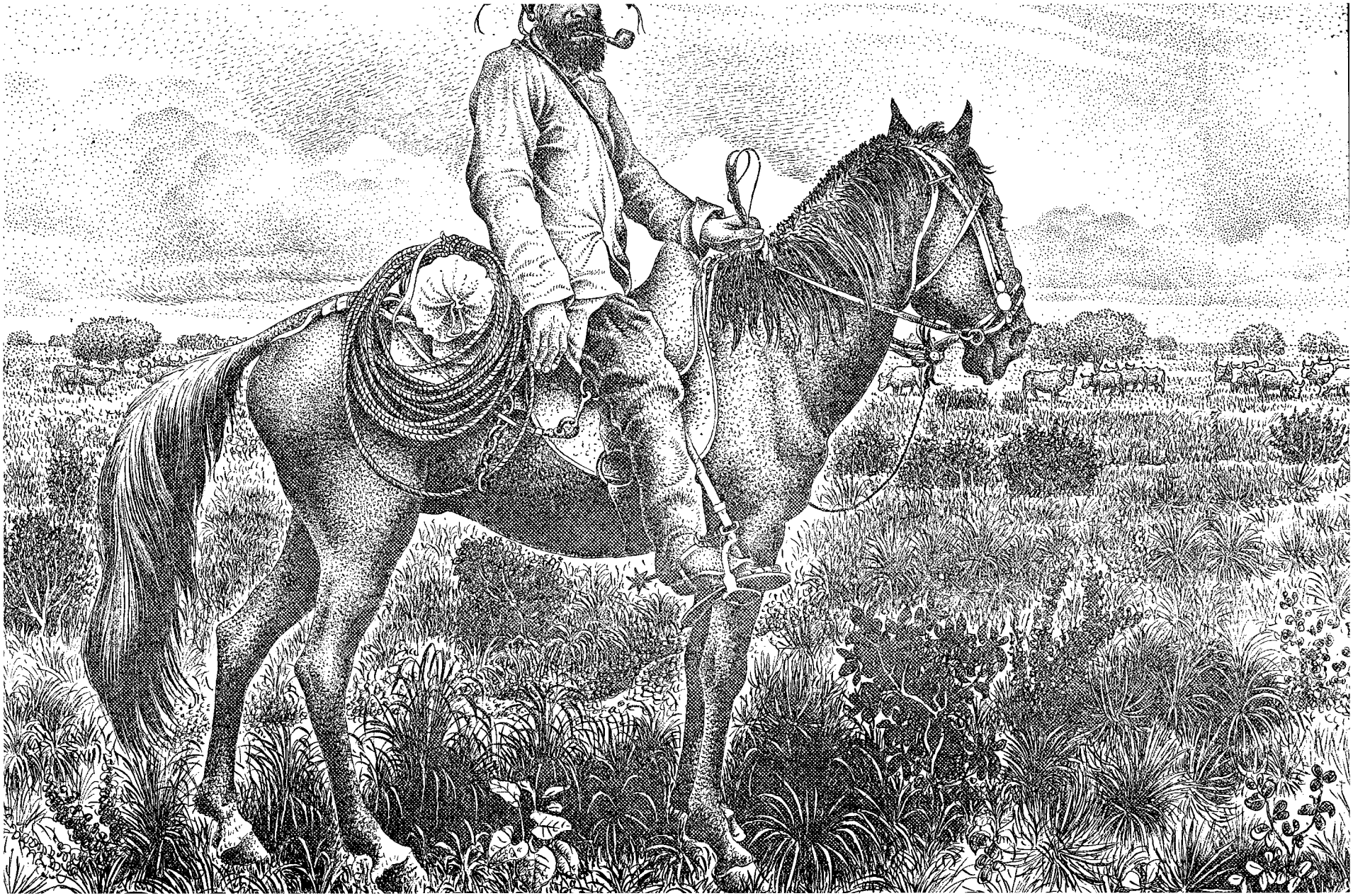
Tendo o direito de matar gado para o próprio consumo, o vaqueiro do Rio Branco é um carnívoro que logo após o cafezinho da manhã, ao sair da rêde onde passa a noite, "segura o peito" quatro horas antes do meio dia, isto é, alimenta-se de carne cozida, leite, farinha dágua e café, tudo isso antes do almôço propriamente dito.

E' quando — laço de couro em punho, de uns vinte a trinta metros de comprimento — parte para o serviço diário, ao qual se aliam os préstimos do cavalo, notadamente nos lavrados ou campos extensos sem vegetação arborescente ou com raras árvores.

Campeiros, piões, e de um modo geral todos os trabalhadores do Rio Branco, são denominados caboclos e possuem, segundo o testemunho do médico e monge D. VICENTE ÁLVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO-O. S. B- que lá viveu durante três anos, sentimento cristão pronunciado além de intenso apêgo à família.

Honestos, bons, prestativos, hospitaleiros, continuam realizando na clareira da mata amazônica, o milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos grandes focos da civilização nacional.

A paisagem que do ponto de vista físico já se integra nos 60 % do nosso território de flora geral, quanto ao aspecto humano e político, é 100 % brasileira, de vez que as características de brasilidade apresentadas pelos humildes vaqueiros do Rio Branco, aliadas ao seu gênero de vida e seu regime de trabalho, são de molde a se poder afirmar que êles atuam no seu quadro geográfico, como se acaso estivessem cumprindo, exclusivamente por educação, o significativo lema da nacionalidade



CAMPOS DO RIO BRANCO

De um modo geral, o têrmo campo *no Brasil designa a área descoberta que não possue floresta.*

Tal área tanto pode ser arborizada e, neste caso, a fitogeografia lhe denomina savana, *como sem árvores, tendo-se, então,* campinas, *nome hoje universalmente usado em geografia botânica para designar esta segunda ordem de campos nativos.*

No Brasil, porém, as savanas *chamam-se* campos-cerrados, *ao passo que os campos sem árvores constituem, na nomenclatura fitogeográfica brasileira,* as campinas *ou* campos-limpos.

Na região amazônica, os campos naturais ou nativos, se revestem de um tríplice aspecto, porque além de apresentarem a forma típica da savana, e a modalidade campina, ostentam um tipo intermediário, a formação campinarana, ou falsa campina.

Na acepção geral do têrmo, os campos do Rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Negro, no Estado do Amazonas, cobrem uma área de cêrca de 35.000 quilômetros quadrados, de altitude média uniforme, entre 150 e 160 metros, excetuada a parte norte da planície, onde a altitude não é inferior a 250 metros.

A verdadeira zona dos campos livres ou gerais *do vale do Rio Branco, começa, de acôrdo com* Jaques Ourique, *depois das manchas de terrenos altos encontrados desde a barra do rio até o princípio do trecho encachoeirado, e daí à linha do Mocajai e serra de Araraquara, hoje geralmente chamada serra Grande, sendo, pois, êsse, o limite sul das campinas.*

Para Glycon de Paiva, *o limite sul, entretanto, é balizado pelo referido Mocajai na margem direita do rio Branco, e Quitauaú, na margem esquerda, igarapé nascido nas altas terras da serra da Lua.*

O limite oeste e norte é constituído, conforme Ourique — O Vale do Rio Branco — *Edição Oficial — 1906 — pela linha que, "partindo do alto Mocajai e passando pela extremidade oriental da ilha de Maracá, contorne junto às serras os vales do Majari e Parimé e vá, pelo retiro no Surumú, ao Pirara, na nossa divisa com a Guiana Inglêsa, sendo essa o seu limite de leste".*

No Boletim n.º 99 — Alto Rio Branco — *do Serviço Geológico e Mineralógico —* Glycon de Paiva *admite que o limite oeste da planície termina no meridiano de Maracá, quando se passa do curso inferior do Urariquera para o seu alto curso.*

Como limite norte, Glycon *considera a escarpa que atravessa o Brasil vinda do território venezuelano, no rio Surucum, à Guiana Inglêsa, no rio Maú, numa orientação geral de N W para S E.*

As campinas do Rio Branco possuem uma largura aproximada de 150 quilômetros, atravessando do Brasil, para a fronteira inglêsa.

A planura revestida pelas campinas do Rio Branco, hoje genericamente conhecidas por campos de S. Marcos, em virtude de possuir o govêrno federal, na confluência do rio Branco com o Urariquera, a grande fazenda nacional de S. Marcos, a única das três grandes fazendas nacionais que vingou, dentre as que existiram antigamente na região, tipicamente é uma peneplanície gnéissica, cuja vegetação característica é formada por plantas xerófilas e silicícolas, sendo na sua quase totalidade herbácea, donde os campos *separados entre si por manchas de* cerrados *ralos, cujos* caimbés *e* merixís, *monimeáceas taníferas, representam as plantas expressivas, de 3 a 4 metros de porte, ramos e caule tortuosos, fôlhas silicosas.*

A cobertura principal do campo é uma gramínea que, em touceiras isoladas (Anemochloa *sp.*) *constitue, com as ciperáceas capiliformes das lagoas e igapós, o alimento preferido pelo gado, aí existente desde os meados do século XVII, quando estabeleceram os portugueses as primeiras feitorias de criação, mais tarde transformadas nas fazendas nacionais de São Bento, de São José e de São Marcos, esta a única, aliás, que continua mantida e administrada pelo govêrno, de vez que as duas primeiras se acham hoje repartidas em fazendas particulares.*

A área dos campos do Rio Branco, naturais, francos, contínuos e limpos, apropriados à criação de gado vacum, cavalar e lanígero, sem preparo nem trabalho especial algum, corresponde a clareiras abertas na imensa floresta megatérmica que veste o imenso vale amazônico.

A entrada nos campos *para quem vai de Manaus, depois do varadouro "Bem Querer", é descrita pelos monges beneditinos, no seu* Anuário do Rio Branco: *"Daí a viagem prosseguirá risonha, entrando pouco a pouco na região dos campos. São estas imensas extensões de terra plana, com caráter de savana, cuja monotonia porém é agradavelmente aformoseada por serras espalhadas em tôda a parte, grandes e pequenas. Disto pouco perceberá o viajante a bordo do seu navio, porque a mata alta, que sempre continua a acompanhar as margens, lhe interceptará a vista dos largos horizontes que se descortinam atrás dessa barragem. Elevando-se, porém, a devida altura poderá contemplar em largas extensões êsse grandioso panorama".*

Glycon De Paiva, *escreveu:*

"A mesma impressão que nos vem, quando nos achamos colocados em pleno oceano, acode ao pensamento do observador que viaja os infinitos campos do Rio Branco. Não sabemos de planícies que lhes sejam comparáveis, a não ser, vagamente, os altos chapadões do Triângulo Mineiro. Faltam quase sempre pontos de referência. Todos os rios correm indecisos, sem senilidade avançada, limitando-se, apenas, a transportar, de uma margem para outra, os bancos de areia. O seu perfil é de um V muito aberto, e, de lado e outro do eixo, vê-se uma larga baixada *de alguns quilômetros, lembrando nas longas enchentes dos rios amazônicos, qualquer coisa dos pantanais do médio Paraguai. Suas velocidades, salvo trechos limitados de rejuvenescimento, são da ordem de 60 cm., por segundo".*

Como sucede no Rio Grande do Sul, as pastagens naturais do Alto Rio Branco, dividem-se, como lá, em pastos secos *e* pastos úmidos, *havendo, ainda, banhados e alagadiços nas baixadas marginais dos rios e igarapés, estendendo-se aqueles pelos terrenos mais altos, não atingidos pelas enchentes, e, estes, pelas depressões transitoriamente alagadas.*

Além disso, igarapés de águas cristalinas cortam os campos em tôdas as direções, ostentando nas suas margens, renques de meritís, (Mauritia flexuosa, Mart.) *palmeiras que correspondem aos buritís, no interior do planalto central do país* (Mauritia vinitifera).

E' nos miritizais *e nas "ilhas de mato", capões, que o gado se refugia quando o calor aumenta consideravelmente.*

"BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA

A inauguração oficial da nova capital do Estado de Goiaz, levada a efeito no mês de Julho último, constituiu acontecimento de maior relêvo cívico-cultural, com projeção marcante em todo o vasto território nacional.

As várias solenidades programadas e realizadas de 16 de Junho a 10 de Julho, decorreram com invulgar brilhantismo, tendo a elas se associado oficialmente os governos federal e de tôdas as demais unidades políticas do país e expressivo número de instituições culturais e científicas. Êsse conjunto de cerimônias passou aos fastos históricos nacionais, com a denominação de "batismo cultural" de Goiânia.

Essas solenidades, para nos referirmos somente às principais, constantes do vasto e brilhante programa organizado foram: — Realização do VIII Congresso Brasileiro de Educação; da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística; da V Sessão Ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia e, finalmente, do ato altamente expressivo e mais significativo, em tôrno do qual giraram todos os outros — a inauguração oficial de Goiânia, nova capital do Estado de Goiaz.[1]

VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

As solenidades goianienses tiveram início no dia 19 de Junho, com a instalação do VIII Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação, com a colaboração do I.B.G.E.

Êsse importante certame nacional, que ensejou a reunião no centro-oeste do Brasil dos mais destacados educadores brasileiros, foi consagrado como um dos mais importantes entre os congressos levados a efeito pela prestigiosa entidade que os vem realizando. Concorreu para isso não somente o patriótico entusiasmo que o animou e o grande número de adesões recebidas, mas ainda os eruditos e oportunos debates alí travados em tôrno dos magnos problemas educacionais do momento, muito principalmente sôbre o que diz respeito à educação rural, assunto especialmente pôsto em foco no conclave educacional de Goiânia.

Instalação dos trabalhos Ao ato inaugural do Congresso realizado à noite daquele dia nos amplos salões do Cine-Teatro Goiânia, adaptado para tal fim, compareceram cêrca de 3 000 pessoas. Presidiu a mesa diretora dos trabalhos da memorável sessão, o Sr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, Interventor Federal no Estado de Goiaz, tendo ocupado os outros lugares da mesa os Srs. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, substituto do presidente efetivo da Associação Brasileira de Educação; VASCO DOS REIS, vice-presidente do Congresso; desembargador DÁRIO CARDOSO, presidente do Tribunal de Apelação; JOÃO TEIXEIRA ÁLVARES JÚNIOR, secretário geral do Estado de Goiaz; PAULO FIGUEIREDO, presidente do Departamento Administrativo local; professor VENERANDO DE FREITAS BORGES, prefeito municipal de Goiânia; comandante CARLOS CARNEIRO, representante do Ministério da Marinha; RENATO DE ALMEIDA, representante do Ministério das Relações Exteriores; e AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, representante do Interventor Federal no Estado de São Paulo.

Ao abrir a sessão o Sr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA pronunciou eloquente discurso sôbre as finalidades do Congresso, alongando-se, após, em oportunas considerações sôbre os proveitos práticos decorrentes dos trabalhos que iam ser debatidos e resolvidos pelos educadores reunidos em Goiânia, finalizando por destacar a necessidade de se darem novos rumos à educação no sentido de ser ministrado o ensino rural nas regiões de atividades rurais predominantes e o ensino nacionalista na zona de imigração intensa, lembrando que, em ambos os casos, devia ser seguida uma orientação racional. Terminou o Sr. PEDRO LUDOVICO o seu discurso, focalizando o problema educacional do seu Estado.

Seguiu-se-lhe com a palavra o Sr. JOSÉ AUGUSTO que, ao dizer dos motivos determinantes do importante conclave, referiu-se, de modo especial ao problema do ensino rural, asseverando que, nesse particular, Goiânia, pela sua posição, como centro geográfico do país, era bem um local indicado para tal objetivo.

Coube ao padre BRUNO TEIXEIRA, representante do Ceará, saudar o govêrno goiano em nome dos seus colegas de representação regional.

[1] Esta REVISTA noticia, em locais distintos, a realização da Sessão Ordinária da Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia e a solenidade da inauguração oficial de Goiânia.

A eloquente oração produzida pelo representante cearense foi magnificamente acolhida, principalmente na parte em que se reportou à obra de govêrno do Interventor PEDRO LUDOVICO, sobretudo no que diz respeito à construção de Goiânia.

Encerramento No dia 27 daquele mês no mesmo local, realizou-se, solenemente, a sessão plenária do encerramento do Congresso. A solenidade foi presidida pelo Sr. JOÃO TEIXEIRA ÁLVARES, secretário geral do Estado de Goiaz, representando o Sr. Interventor Federal naquele Estado.

Discursaram os Srs. JOSÉ AUGUSTO, que presidiu as sessões ordinárias do certame, falando sôbre as atividades do mesmo; MIGUEL PERNAMBUCO FILHO, secretário da Educação do Estado do Pará, que abordou o problema dos internatos rurais; RENATO ALMEIDA, representante do Ministério das Relações Exteriores, apresentando moção de agradecimento aos Srs. JOSÉ AUGUSTO e TUDE DE SOUSA, respectivamente, presidente e secretário geral do Congresso; comandante CARLOS CARNEIRO, representante do Ministério da Marinha, que agradeceu a moção de homenagens dirigidas às classes armadas; ERNESTO PELANDA, propondo uma moção de aplauso dos congressistas a tôdas as realizações dos governos regionais, em matéria de ensino rural; ANTÔNIO DE OLIVEIRA DIAS, diretor do Departamento da Educação da Baía, que discursou em nome dos delegados regionais; e por fim, o representante do Sr. Interventor Federal, para dar conhecimento da assinatura de um decreto criando, em atenção a uma sugestão do Congresso, a Secretaria da Educação no Estado de Goiaz, cujo funcionamento terá lugar a partir de 1943.

Temas recomendados O temário organizado para apresentação dos trabalhos foi: *Tema Geral* — A educação primária fundamental — objetivos e organização — nas pequenas cidades e vilas do interior, na zona rural comum, nas zonas rurais de imigração e nas zonas de alto sertão.

Temas especiais — 1 — O provimento de escolas para tôda a população em idade escolar e de escolas especiais para analfabetos em idade não escolar; o problema da obrigatoriedade. — 2 — Tipos de prédios para as escolas primárias e padrões de aparelhamento escolar, consideradas as peculiaridades regionais. — 3 — O professor primário das zonas rurais; formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência. — 4 — A frequência regular à escola; o problema da deserção escolar; a assistência aos alunos; transporte; internatos e semi-internatos. — 5 — Encaminhamento dos alunos que deixam a escola primária, para escolas de nível mais alto ou para o trabalho. — 6 — O rendimento do trabalho escolar; o problema das medidas. — 7 — As "missões culturais" como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social. — 8 — As "colônias-escolas", como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada. — 9 — A coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos Municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário.

Atividades do Congresso Durante os dias em que esteve reunido, o Congresso desenvolveu um programa intenso de trabalhos.

Atingiu o total de 172 o número de contribuições — teses, memórias e comunicações — apresentadas. Essas contribuições procederam do Distrito Federal e de 10 diferentes Estados, constituindo, assim, expressivo movimento de opinião em tôrno dos problemas da educação primária rural.

Das teses presentes 41 abordaram o tema geral. Os trabalhos sôbre o provimento de escolas e o problema da obrigatoriedade, atingiram o número de 10. Discutindo a questão dos tipos de prédios, foram apresentados 6 trabalhos. Os problemas de formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência do professor das zonas rurais foram objeto de 26 teses. O tema "A frequência regular à escola", foi abordado por 24 autores. Além dêsses foram apresentados 10 teses sôbre o encaminhamento dos alunos que deixem a escola primária, para escolas de nível mais alto ou para o trabalho. O rendimento do trabalho escolar foi ventilado em 15 teses. À apreciação do relator do tema referente às "missões culturais", foram enviadas 12 teses. O tema das "colônias-escolas" foi estudado em 8 teses. Finalmente, 8 teses, também, foram à exame do relator do tema "A coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados e dos Municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário".

Foram ainda encaminhadas a uma comissão especial, constituída dos educadores goianos, seis contribuições versando problemas de ensino, mas não devidamente enquadradas no programa do certame.

*

Entre as teses debatidas, as referentes ao ensino rural, que foram as mais recomendadas pelos organizadores do importante conclave educacional, mereceram atenção especial. O professor

RAUL DE BITTENCOURT, relator das mesmas, apresentou as seguintes conclusões merecedoras da aprovação do plenário:

1.º — A educação primária, entre nós, deve ter por objetivos:

a) o desenvolvimento da personalidade (objetivo individual);

b) a integração do educando à sociedade brasileira em geral (objetivo nacionalista);

c) a formação do sentimento de solidariedade humana (objetivo humano);

d) o ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolve a vida do educando (objetivo vocacional).

2.º — As leis que regulam o ensino primário devem indicar quanto a objetivos, meios e organização escolar, normas muito gerais, para permitirem uma grande variedade de regulamentação, conforme as zonas ou regiões consideradas, e ainda, para favorecerem a iniciativa dos professores, segundo as condições especialíssimas do ambiente em que cada qual exercer a sua atividade.

3.º — As escolas primárias, além da educação comum a todos os brasileiros, dando-lhes uniformidade cultural mínima, devem atender a propósitos regionais, sob forma de educação sanitária e ensino pré-vocacional para se identificarem com a fisionomia social de cada localidade e desempenharem nela uma função de centro receptor e irradiador de ações e reações sociais. As escolas primárias rurais deverão se articular com "escolas agrícolas" de grau médio.

4.º — Nos centros de imigração as escolas estrangeiras devem ser substituídas, compulsoriamente, por escolas nacionais, de nível cultural e material jamais inferior ao das primeiras, com professores selecionados e provas periódicas e frequentes de rendimento escolar. Em tais escolas o objetivo nacionalista deve predominar, através da língua, da geografia e da história pátrias, da educação dos alunos e celebrações públicas de datas nacionais.

5.º — No alto sertão o problema educacional está condicionado a um problema econômico básico: "Vias de comunicação", que estabeleçam o contacto das regiões distantes com núcleos de maior densidade demográfica e de civilização já sensível.

6.º — A ação das escolas rurais deve ser completada por atividades extra-escolares, por meio da imprensa, do cinema, do rádio, de bibliotecas ambulantes, de associações e de missões culturais.

O Conselho Nacional de Geografia esteve representado no certame pelo seu assistente técnico engenheiro VIRGÍLIO CORREIA FILHO.

*

II EXPOSIÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CARTOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Outro importante certame cultural realizado na nova capital de Goiaz, como parte integrante das solenidades, foi a grande Exposição que reuniu valiosas contribuições, não somente relativas ao Estado de Goiaz, mas ainda às atividades dos vários órgãos do âmbito federal e das restantes unidades políticas do país. A sua inauguração solene teve lugar no dia 25 de Junho, tendo ficado aberta ao público até o final de tôdas as solenidades programadas.

Efetuou-se no recinto dêsse certame, naquele mesmo dia, a inauguração da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, organizada pela Associação Brasileira de Educação e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística exibindo abundante e expressiva documentação, especialmente preparada pela A.B.E. e pelos órgãos que integram o sistema estatístico-geográfico nacional.

O material exposto constou de livros, memórias, material didático, documentação fotográfica, esquemas, gráficos e trabalhos cartográficos. Essa documentação levou aos habitantes do oeste brasileiro uma síntese perfeita do Brasil, em todos os seus aspectos geográfico, demográfico, econômico, educacional e sócio-cultural.

O Sr. RAUL LIMA, na solenidade da abertura da II Exposição de Educação, Cartografia e Estatística pronunciou, em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um substancioso discurso sôbre as finalidades do certame, pondo em relêvo a decidida atuação da Associação Brasileira de Educação, que esteve brilhantemente representada no certame.

Após, em nome do govêrno do Estado de Goiaz, discursou o professor JOSÉ LOPES RODRIGUES, seguindo-se com a palavra vários outros oradores.

O engenheiro JORGE LA ROCQUE, pertencente ao quadro técnico do Conselho Nacional de Geografia, foi o organizador dos vários *stands*, onde foi exibida a documentação geográfica para alí enviada. Êsse técnico do Conselho Nacional de Geografia, durante o funcionamento do certame teve oportunidade de prestar relevantes serviços, não somente quanto à orientação técnica que imprimiu ao seu preparo, mas ainda

pela sua atuação posterior no que se referiu aos esclarecimentos que ministrou aos visitantes da exposição sôbre as várias peças documentais expostas.

*

CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Trabalhos inéditos Além do seu comparecimento à II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, com abundante cópia de material constituído de gráficos, mapas, fotografias e vários outros documentos alusivos a aspectos ainda não conhecidos do país, o Conselho Nacional de Geografia elaborou, especialmente para o "batismo cultural" de Goiânia, 8 trabalhos especializados, 2 dos quais ainda não se acham impressos sendo por isso exibidos alí os seus respectivos originais. Êsses trabalhos foram: *Vocabulário Geográfico do Estado de Goiaz,* compreendendo cêrca de 8 150 verbetes toponímicos; *Bibliografia Geográfica e Cartográfica do Estado de Goiaz,* em que se fazem 1 079 referências à documentação existente na respectiva secção do Conselho Nacional de Geografia.

Trabalhos impressos Para distribuição pública durante a realização das várias solenidades foram elaboradas pelo C.N.G. as seguintes contribuições: *Vultos da geografia do Brasil,* coletânea de ilustrações e respectivos textos; *Tipos e aspectos do Brasil,* conjunto de expressivas gravuras, igualmente acompanhadas de texto, sôbre características regiões geográficas do país; *Coleção de fotografias de aspectos geográficos do Brasil,* com legendas explicativas, primeira contribuição de uma série; *Geografia e Educação,* coletânea de estudos publicados na REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA"; *Goiânia* (como surgiu o nome da nova capital do Estado de Goiaz?), pequeno folheto elaborado pelo Sr. CARLOS PEDROSA, chefe da sua Carteira de Intercâmbio e Publicidade; e, finalmente, a monografia *Goiânia,* trabalho cuidadosamente organizado e de excelente confecção material, na qual se enfeixam os principais documentos sôbre a origem e desenvolvimento da nova metrópole de Goiaz.

Les méthodes modernes d'enseignement de la géographie A convite do Conselho Nacional de Geografia junto ao VIII Congresso Brasileiro de Educação esteve presente ao conclave o professor FRANCIS RUELLAN, geógrafo de nomeada mundial e lente da Faculdade Nacional de Filosofia.

Durante sua permanência em Goiânia, o professor FRANCIS RUELLAN, afora os estudos geográficos que realizou alí, ao dirigir uma equipe de geógrafos, pronunciou uma erudita conferência sôbre os métodos modernos do ensino da geografia.

Essa conferência que teve por título *Les méthodes modernes d'enseignement de la géographie,* foi mandada editar pelo Conselho Nacional de Geografia e está sendo largamente distribuída entre os professores de geografia.

Conferências do Curso de Informações do Conselho Nac. de Geografia Uma das partes culturais do programa que logrou obter grande projeção nas solenidades do "batismo cultural" da nova capital, foi a inauguração do Curso de Informações da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Para iniciar o Curso foram convidados três geógrafos de destacado prestígio intelectual afim de realizarem, alí, conferências sôbre assuntos geográficos de maior interêsse no momento.

A primeira conferência da série esteve a cargo do professor AFONSO VÁRZEA que discorreu sôbre o muito oportuno tema "Regiões Naturais do Brasil". O professor VÁRZEA, que é autor de vários e modernos trabalhos geográficos e distinguido didata, expôs com brilhantismo os seus pontos de vista sôbre a matéria, iniciando assim, auspiciosamente o Curso.

"A ocupação do Brasil pelos Brasileiros", foi o assunto abordado, dias após, pelo tenente-coronel JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO. O conferencista que além de experimentado sertanista, é portador de expressivos títulos culturais que o situa entre os nossos melhores escritores, estendeu-se em oportunas considerações ditadas pela sua experiência de erudito conhecedor dos nossos sertões, dos seus problemas e da sua gente, onde a realidade brasileira, quanto à matéria, tão bem conhecida do orador foi posta em confronto com as soluções fáceis e apressadas, propostas por quantos não têm conhecimento direto do assunto.

A conferência do tenente-coronel LIMA FIGUEIREDO, que foi pronunciada justamente no dia destinado a homenagear as classes armadas do país, valeu por uma magnífica manifestação de viva brasilidade, no momento em que se inaugurava oficialmente a cidade destinada a desempenhar marcante papel na expansão demográfica do planalto central.

A terceira e última conferência dessa série com que se instalou o Curso foi confiada ao professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, geógrafo dos mais distintos como professor e autor que é

de excelentes trabalhos sôbre geografia humana, sua especialização.

O professor José Veríssimo escolheu para título da sua palestra, o tema "A criação de centros de atividade econômica nos países novos".

O assunto, pelo brilho com que foi exposto e pela oportunidade dos seguros conceitos científicos emitidos, concorreu para que o encerramento do Curso fôsse feito com grande brilhantismo.

Os pontos feridos pelo professor Veríssimo em sua erudita palestra, foram: A criação de centros de atividade econômica nos países novos; a função urbana como *função de relação;* as cidades — problema nacional; a iniciativa do Dr. Pedro Ludovico Teixeira; os estudos de povoamento e o de habitação humana; a casa e as aglomerações da casa — traços essenciais da paisagem cultural; *habitat* rural e *habitat* urbano; os *fatos de massa* em geografia humana; Wagner e a geografia da habitação; Albert Demangeon e os tipos de povoamento rural; dificuldades para o estabelecimento de *tipos* no Brasil; alguns exemplos brasileiros; economia agrícola e povoamento rural; Klute e as relações do povoamento rural com os meios geográficos; possibilidades da extensão do povoamento rural; caso argentino; exemplos brasileiros; Otto Maull e a estrutura geo-política do Brasil; as formas de adaptação dos estados aos característicos da paisagem brasileira e a divisão política do Brasil; influência da estrutura física do Estado sôbre a estrutura da população; a "marcha para o oeste"; o *habitat* urbano e os fatos urbanos; definição da cidade; as aglomerações urbanas; elementos de formação, elementos de crescimento; o homem e as possibilidades urbanas; exemplos brasileiros das cidades estudadas *in loco*; Barra do Piraí e Entre Rios; Valença, Paraíba do Sul; Vassouras; a evolução das fôrças econômicas e a divisão de trabalho no estudo das cidades; a ação dos meios de transporte e de comunicação, segundo Ruhlmann; a origem das estradas de ferro urbanas; resultados sociais e econômicos das ferrovias urbanas; a cidade do futuro; os países novos e as cidades-jardins; vantagens; conclusões.

Conferência do general Sousa Doca No salão nobre do Automóvel Clube de Goiânia foi, pelo general Sousa Docca, chefe do Serviço de Intendência do Exército e consultor técnico dos dois Conselhos do I.B.G.E., pronunciada uma importante e oportuna conferência onde êsse culto membro das nossas classes armadas focalizou, com muito brilho, a relação existente entre a estatística e a geografia e os problemas de segurança nacional.

A sessão, que foi presidida pelo Interventor Pedro Ludovico, se revestiu do mais alto cunho cívico-cultural, não somente pelos assuntos abordados pelo conferencista, mas ainda por ser ela dedicada às classes armadas do país.

Explicada a finalidade da reunião pelo major Irací Ferreira de Castro, foi concedida a palavra ao Sr. M. A. Teixeira de Freitas secretário geral do I.B.G.E., que pôs em relêvo a cooperação mantida entre as classes armadas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passando após a fazer considerações em tôrno dos altos títulos do conferencista.

Na sua conferência, o general Sousa Docca, que além de possuir títulos antes enumerados é eminente historiador, geógrafo e técnico-militar, discorreu, com precisão e brilhantismo sôbre a tese, sendo vivamente aplaudido.

Por último, foi lida pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas, uma Resolução firmada por todos os delegados à Assembléia do Conselho Nacional de Estatística que elegeu o general Sousa Docca, membro da Comissão Técnica de Estatística e Segurança Nacional do Conselho de Estatística, em substituição ao general Francisco José Pinto, ultimamente falecido.

Estudos geográficos de Goiânia Terminadas as atividades programadas para as comemorações do "batismo cultural" de Goiânia, demorou, na jovem capital, por mais quatro dias, um grupo de elementos pertencentes ao Conselho Nacional de Geografia, o qual, sob a direção do prof. Francis Ruellan, da Faculdade Nacional de Filosofia, realizou uma série de excursões pelo novo município, afim de proceder a pesquisas geográficas necessárias para a elaboração de uma monografia do município de Goiânia.

Esta monografia constituirá uma extensão nas contribuições com que o Conselho Nacional de Geografia concorreu para as históricas solenidades.

Foram realizadas quatro excursões (de 11 a 15 de Julho) explorando-se todos os quadrantes da região.

O grupo excursionista, chefiado pelo prof. Ruellan, compunha-se das seguites pessoas: profs. Fábio Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra dos Santos.

Cumpre ressaltar a eficaz assistência do Sr. Adelino Roque de Sousa, topógrafo goiano e grande conhecedor do

Estado de Goiaz, e que desempenhou a função de guia-informante de mérito.

Durante a estada do grupo em Goiânia, o Sr. prefeito da cidade, prof. VENERANDO DE FREITAS BORGES, bem como o secretário da Prefeitura, deram tôda a assistência necessária à realização dos estudos, pondo à disposição uma "jardineira" na qual foi também coberta a primeira etapa da viagem de regresso, Goiânia-Anápolis.

Oportunamente serão publicados na REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA os resultados dos estudos realizados.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIAZ PROMOVE IMPORTANTE REUNIÃO

Ao ensejo oferecido pelo "batismo cultural" de Goiânia, resolveu o Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz realizar uma sessão solene para conferir o diploma de sócio-grande benfeitor ao Dr. GETÚLIO VARGAS, eminente Presidente da República e proclamar como seus sócios honorários os Srs. embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do I.B.G.E., MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral dêsse mesmo Instituto e do Conselho Nacional de Estatística, general EMÍLIO FERNANDES SOUSA DOCCA e engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia.

Essa memorável e expressiva reunião do sodalício histórico-geográfico goiano foi presidida pelo Sr. PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal naquele Estado e presidente de honra do Instituto, tendo, pelo seu brilho e espontaneidade destacado-se como a nota da mais viva espiritualidade, dentre as cerimônias que alí se realizaram.

O salão nobre do Automóvel Clube, local onde teve lugar a solenidade, se encontrava repleto das mais expressivas personalidades locais e as que alí se encontravam representando os governos da União, dos Estados, dos Ministérios e dos três colégios integrantes do I.B.G.E., além de membros do Instituto Histórico e Geográfico e outros representantes da cultura nacional.

O primeiro a falar foi o Sr. COLEMAR NATAL E SILVA, procurador geral do Estado e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz o qual, ao justificar os motivos porque a instituição cultural sob a sua presidência havia deliberado incluir no seu quadro social o preclaro Chefe do Govêrno Nacional como sócio-grande benfeitor e distinguir com o título de sócios honorários o ilustre presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os secretários gerais dos dois Conselhos dêsse Instituto e aquele ilustre representante das classes armadas, o fez, detendo-se em analisar os títulos culturais de cada um dos novos sócios. A erudição e a inteligência que se inferiu das eloquentes palavras do discurso, conquistaram para o Sr. NATAL E SILVA, prolongados e merecidos aplausos ao dar êste por finda a sua bela oração.

Após discursar o presidente do Instituto, seguiram-se com a palavra os homenageados para agradecerem a distinção de que eram alvo.

Aproveitando a ocasião que lhe era proporcionada, o engenheiro LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, em seu discurso de posse e de agradecimento, ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz, um exemplar da edição especial da monografia *Goiânia* de cuja reduzidíssima edição de 15 exemplares, havia sido destinado um àquela instituição.

Foi o que se segue, o discurso do engenheiro LEITE DE CASTRO:

"Excelentíssimo Senhor Interventor — Dignos Membros da Mesa — Minhas Senhoras — Meus Senhores — Ilustres Confrades do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz:

Exceptio confirmat regram. — A exceção confirma a regra.

Compreendo bem o vosso gesto, homenageando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nessa cerimônia cheia de encanto e de calor, em que conferís aos dirigentes dos seus Conselhos integrantes a insigne honra de ingressarem no vosso sodalício.

Compreendo o gesto no duplo significado que encerra, de aprêço à obra fecunda e patriótica do I.B.G.E. e de reconhecimento ao alto mérito intelectual e moral dos seus superiores dirigentes.

Na presidência da nossa instituição, está o grande JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que no momento é sem dúvida o "Presidente da cultura brasileira", presidente no sentido da elaboração bibliográfica, alentada e profunda, presidente pela direção suprema das magnas instituições culturais do país, presidente no dom mágico de despertar convicções e de conduzir vocações, literárias e científicas.

Na Secretaria Geral do Instituto, pontifica o grande MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, um dos maiores brasileiros da hora presente, cuja atuação pública é um apostolado de civismo e cuja vida privada é um modêlo de cristandade.

Na Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, eu, pequenino. *Exceptio confirmat regram.*

Quero falar-vos como os goianos falam.

O homem de Goiaz, como todo ser humano, contingente, tem qualidades, possue defeitos.

Na sua própria imperfeição, que a contingência natural lhe marca, recolhe o homem o sentido mesmo da sua existência como ser inteligente, a aplicar energias no aperfeiçoamento do seu espírito.

Sábias, pois, muito sábias as recomendações do Evangelho — *nosce te ipsum* e *vince te ipsum*, conhece-te, vence-te, — não sei qual delas mais difícil, hesito em denunciar qual a mais fecunda.

No contacto, embora fugaz e diminuto, que tenho tido com o goiano, nele percebi duas altas qualidades — é um homem simples, é um homem franco. A simplicidade a refletir uma superioridade, a franqueza a denunciar personalidade.

É assim que vos quero falar, meus caros confrades, de maneira simples e franca.

A começar pela justificação da aquiescência do meu comparecimento, que significa aprovação à homenagem que ora me é tributada.

Nosce te ipsum.

Pequenino entre os grandes, sei bem o que sou e o que valho.

E o que valho é uma decorrência do que sou.

Sou, meus senhores, um obediente e um dedicado, obediente na mais larga acepção, dedicado ao extremo.

Pratico religiosamente, na alta investidura que me foi confiada, a virtude da obediência. Não apenas no sentido restrito do cumprimento das determinações superiores, mas também a obediência ampla, abrangente, que vai da compreensão dos princípios normativos da orientação superior à iniciativa própria do desdobramento de atividades para maior e mais fiel desenvolvimento da obra comum.

Vince te ipsum.

E na dedicação, a que me devoto sem medir sacrifícios de qualquer ordem, tenho eu me vencido para melhor cumprir as obrigações do cargo. Êsse mérito proclamo e ambiciono que reconhecido seja. Quero aqui ser goianamente franco.

Mesmo porque, no julgamento das minhas vacilações que são frequentes, das minhas fraquezas, constantes e consequentes, dos meus fracassos, grandes e pequenos, da miudeza dos meus feitos, da inconsistência das minhas realizações, eu quero ter o direito à clemência, pela consideração irrefutável de que fiz tudo quando podia fazer, dei tudo quanto podia dar, não deixando sequer para meu uso e gôzo próprio qualquer parcela de esfôrço, de tempo e de participação, julgada necessária à causa pública.

*

Compreendo a vossa homenagem ao secretário do Conselho Nacional de Geografia, tão bem se ajustam os trabalhos da instituição às vossas pesquisas, e tão grandiosa lhe é a obra realizada.

A nós mesmos, seus obreiros de todos os dias, surpreende a obra do Conselho, que realizou tanto, com tão pouco e em tão curto prazo.

Basta relancear o esquema dos empreendimentos levados a efeito ou em vias de efetivação, pelo Conselho ou com o seu concurso e orientação, nos dois ambientes do trabalho geográfico: o campo e o gabinete.

Não irei ler a lista — verdadeiro catálogo — dos empreendimentos do Conselho, se não fazer-lhes ligeiro comentário, numa visão panorâmica, que permita denunciar no seu conjunto a extensão e a profundeza dos feitos.

Nos seus trabalhos de campo, o Conselho fez sentir sua influência em vários setores. No setor astronômico, levou a efeito a maior campanha, ainda em curso, do levantamento de coordenadas geográficas (latitude e longitude) de localidades brasileiras. Aplicando na campanha doze engenheiros, previamente habilitados em curso de especialização de astronomia de campo, já conseguiu levantar as coordenadas de cêrca de 600 localidades, em pouco mais de dois anos. No setor geodésico, ativou os levantamentos de triangulação, sobretudo no Estado de Minas Gerais. No setor topográfico, promoveu a maior mobilização de topógrafos e agrimensores para o reconhecimento dos territórios municipais, que a lei nacional n.º 311 impôs. No setor aerofotogramétrico, efetivou cuidadosos estudos que permitirão, de futuro, a implantação segura e eficaz dessa magnífica técnica.

Não menos expressivo, ao contrário mais vigoroso ainda e mais extenso se apresenta o quadro das realizações do Conselho no ambiente do gabinete, o que é natural, porquanto com mais facilidade se atinge o laboratório do que o campo longínquo e penoso.

De fato, sobrevoemos sôbre os setores em que se marca o domínio dos trabalhos geográficos do gabinete.

No setor administrativo, sentimos a presença do Conselho em todo o país, através dos seus órgãos centrais, regio-

nais e locais, quer de deliberação, quer de opinião, quer de execução. Sentimos tôda uma máquina em movimento ritmado e em produção efetiva, engrenados os elementos centrais com os regionais e êsses com os municipais. Máquina sem ruído, pois é completa e perfeita a harmonia dos ideiais e propósitos. Máquina sem vacilações, tão vivo é nos seus operários o entusiasmo patriótico em favor do melhor conhecimento do território nacional. Máquina inquebrantável, tão sólida e ajustada lhe é a estrutura.

No setor cartográfico, verificamos vitórias notáveis. A campanha dos mapas municipais, pela qual, hoje, existe a representação dos territórios de todos os 1 574 municípios brasileiros, constitue, sem dúvida, um legítimo motivo de orgulho patriótico, demonstração inequívoca de cultura e de brasilidade que incontestavelmente é.

A descrição geográfica, já sistematicamente feita, de tôdas as divisas intermunicipais e das divisas dos 4 842 distritos brasileiros é obra de gigante; e, agigantada também, a fixação dos quadros urbanos e suburbanos e rurais dos municípios do Brasil.

Culmina a obra cartográfica do Conselho, no preparo da edição atualizada da Carta Geográfica do Brasil, de cujo andamento dão testemunho eloquente as 4 fôlhas, relativas a Goiânia, que figuram no *stand* do Conselho na memorável II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a qual está enchendo de encantamento e esplendor o batismo cultural de Goiânia.

Finalmente, meus senhores, no setor cultural em que tanto e bem militastes, o Conselho oferece um florão de feitos. Flores mimosas e perfumadas da inteligência.

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, trimestral, já em seu terceiro ano de fecunda existência; a reunião trienal dos Congressos Brasileiros de Geografia, em sua nova fase, a congregar contribuições inéditas e valorosas; a elaboração do *Dicionário Brasileiro de Geografia,* com as suas cinco primeiras contribuições prontas; a instituição da Biblioteca Geográfica Brasileira, cujos primeiros volumes se acham em preparo; a realização anual de concursos e prêmio de monografias de aspectos municipais, a coletar dados e informações preciosas; a organização de serviços centrais de documentação geográfica, onde se recolhe a mais alentada coletânea de documentos referentes ao território pátrio; a atividade do laboratório de estudos e pesquisas, na repartição central do Conselho, a produzir profundas elaborações científicas em tôrno de motivos da nossa geografia; são os principais formadores dêsse magnífico *bouquet* cultural.

*

No vosso generoso gesto ao homenagear-me, ilustres confrades, vislumbro também um motivo sentimental.

É que tenho a grande ventura e honra de ser o mais moço dos sócios do venerando e secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a instituição do Brasil de maior tradição cultural e o primeiro dos institutos históricos do país.

Sou o mirim daquele sodalício respeitável. Como tal aquí me apresento e bem sei quanta simpatia infunde a figura do caçula, a recolher dos maiores, solicitudes e carinhos, que hão-de orientá-lo e conduzí-lo na boa trilha.

*

Senhor Presidente, ilustrados consócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz:

Na urna histórica da cidade de Goiânia comparece o Conselho Nacional de Geografia com um exemplar especial da publicação que editou, intitulada *Goiânia,* em cujo preparo cultural e material aplicou o melhor dos seus carinhos.

Dessa publicação foi tirada uma edição especial de quinze exemplares em papel *Ruby*, destinados a homenagear instituições e personalidades eminentes, que em favor da implantação de Goiânia militaram.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz é o destinatário dum dêsses exemplares especiais, exatamente êsse que em minhas mãos se acha.

Permití-me que me aproveite dessa oportunidade para entregar ao Instituto a lavra homenageadora do Conselho Nacional de Geografia.

Permití-me também que deposite na urna dos vossos corações os meus mais profundos agradecimentos e as expressões do meu mais fraternal aprêço.

Tenho dito."

INAUGURAÇÃO OFICIAL DE GOIÂNIA

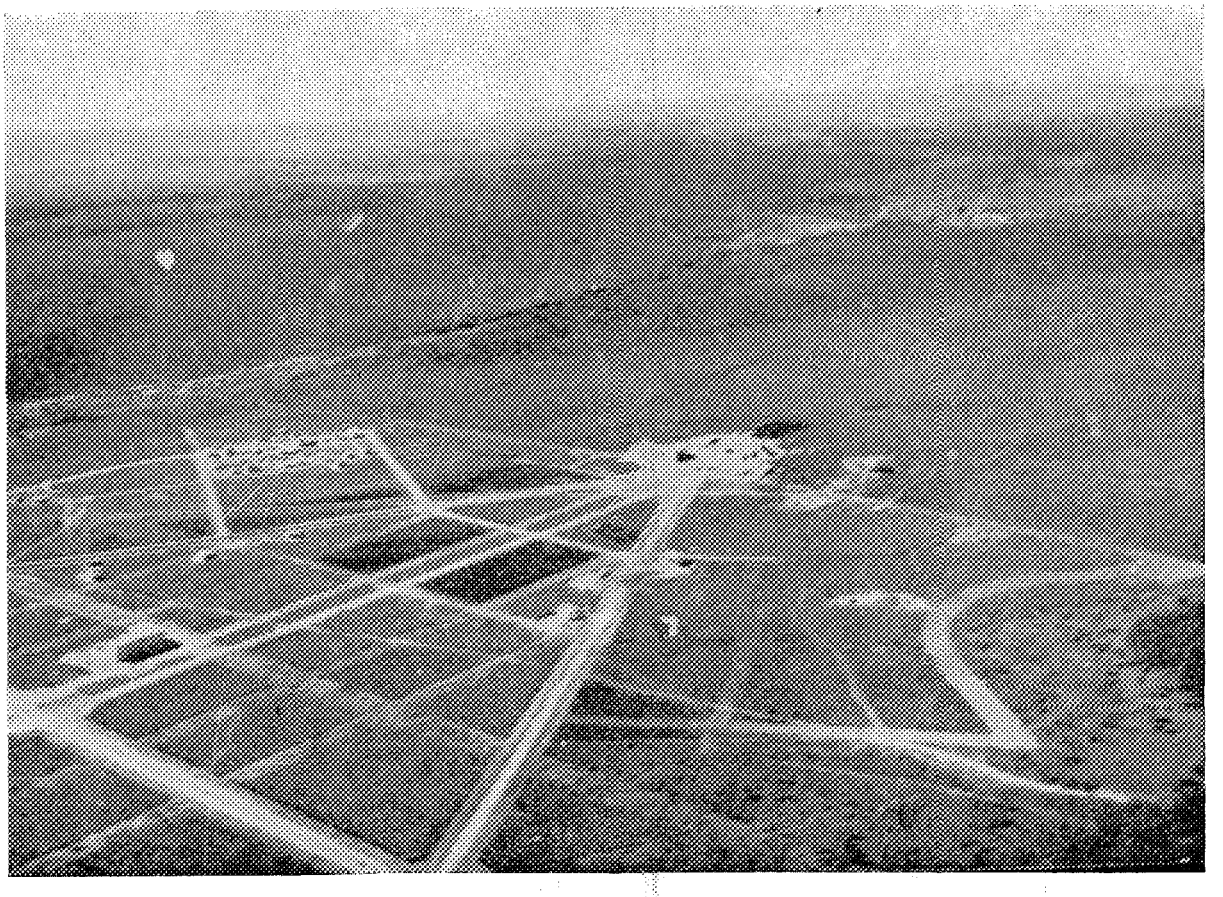
O ato da inauguração oficial de Goiânia a 5 de Julho último, dentre tôdas as solenidades, foi, inquestionavelmente, a nota de maior realce cívico, dentre o conjunto das cerimônias alí levadas a efeito durante vários dias.

O cerimonial da inauguração oficial da nova capital de Goiaz realizada no dia 5 de Julho último, teve início com uma passeata cívico-militar que, depois de percorrer as ruas principais da nova cidade, foi estacionar na Praça Cívica, onde fica situado o palácio governamental para, dalí, assistir o hasteamento solene da bandeira nacional.

Ao Evangelho, o arcebispo de Cuiabá, Dom AQUINO CORREIA, pronunciou a seguinte oração gratulatória:

"*Gloria in excelsis Deo !*
"Glória a Deus nas alturas"!

Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal e representante do Sr. Presidente da República, Exmo. e Rvmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e representante do Sr. Cardeal, Ilmo. e Rvmo. Monsenhor Administrador Apostólico, Exmo. Sr. General, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Apelação, Exmo. Sr. Prefeito Municipal,



Primórdios da cidade. Ao fundo, vê-se o palácio do govêrno, em construção.

Missa Campal Às 8,30 horas, em imponente altar armado naquela Praça, presentes os representantes ministeriais, delegações estaduais, altas autoridades, colégios, grande massa popular, realizou-se missa solene, celebrada por Dom EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, arcebispo de Goiaz, investido da missão de representante de sua eminência o cardeal D. SEBASTIÃO LEME.

Exmos. Srs. representantes dos Ministros de Estado, Rvmos. Padres, Distintas Autoridades civís e militares, Católicos goianos !

Assim como o peregrino, que se abalava outrora, até à Cidade Santa de Jerusalém, levava no coração um pensamento de elevação e de grandeza, *ascenciones in corde suo,* assim também, os que hoje galgamos estas eminências da interlândia brasileira temos a im-

pressão salutar de que nos elevamos e engradecemos.

Aquí estamos em pleno coração do Brasil; coração imenso, que ora parece pulsar, tranquilo, na planura dos araxás prehistóricos, e ora se nos afigura agitado e convulso, mostrando nos píncaros das serranias um como diagrama das suas pulsações gigantescas; o coração excelso e puríssimo, transformado, nesta hora, em maravilhoso altar, para a liturgia campal da nossa cultura religiosa e cívica.

Foi justamente um monte, como sabeis, o primeiro altar do Cristianismo; e, por isso, nada mais sugestivo do que êste planalto central, tão cheio de sol e de vida, neste momento em que, festejando o berço à gentil caçula das capitais brasileiras, aquí celebramos o mistério eucarístico da mais solene ação de graças.

Goiaz, todavia, não é hoje apenas o coração geográfico, senão também o coração vivo da Pátria, palpitando aquí, ao fluído arcano e divino dos entusiasmos que empolgam tôda a nacionalidade.

Aquí, de fato, não vejo somente o povo goiano, o benfadado e amável povo, que hoje triunfa em íntima união com as suas autoridades, dentre as quais se destacam a figura eminente do chefe do Estado e o vulto hierático do seu metropolita, que no próprio nome, de que fez a divisa heráldica das suas armas arquiepiscopais, nos lembra que Deus está com êle, abençoando os fiéis: *Emanuel, nobiscum Deus !*

Vejo aquí também o representante do primeiro magistrado da Nação; vejo representantes dos Ministros de Estado civís e militares; vejo delegados dos governos estaduais; vejo altos funcionários da União e dos Estados; vejo doutos emissários dos nossos institutos culturais, que solenizaram estas efemérides goianas com notáveis congressos, assembléias, exposições e conferências.

Quiseram, outrossim, os promotores desta solenidade sacra, de fé e de civismo, que aquí estivesse também, numa representação especial, representação pela palavra fraternal do afeto e da estima, a terra mais irmã de Goiaz, que é Mato Grosso; duas terras gêmeas, porque nascidas contemporaneamente em nossa história; terras irmanadas, não raro, na comunhão dos mesmos destinos, terras clássicas das bandeiras de Oeste, dois de cujos legendários pioneiros, BARTOLOMEU BUENO DA SILVA e ANTÔNIO PIRES DE CAMPOS, amigos de infância, inspirados ambos no mesmo sonho infantil, porém épico, da serra dos Martírios, entraram pelo sertão, um em rumo a estes predestinados sítios de Sant'Ana dos Goiazes, rumando outro ao longínquo e misterioso vale do Cuiabá; e ao cabo de titânicas arrancadas, legaram ao Brasil de hoje, numa herança imortal e gloriosa, dois dos três vastos Estados centrais e auríferos da República.

Gloria in Excelsis Deo !

Assim, pois, senhores, é a alma nacional que hoje sobe, e com ela subimos também nós, a estes poéticos páramos da cordilheira, que é o soberbo *divortium aquarum*, onde nascem, lado a lado, cristalinas e cantantes, as grandes águas do Amazonas e do Prata. Magnífica ascensão, que, entretanto, mais não é do que um símbolo dessa outra, muito mais nobre, muito mais santa e muito mais sublime, que é a elevação do nosso espírito no ideal soberano, que hoje aquí nos guiou e encanta ! Aquí viemos, antes e acima de tudo, trazer a Deus onipotente e misericordioso, a mística oblata dos nossos agradecimentos, entoando a estes ares livres e sonoros do altiplano o hino vinte vêzes secular, que o Pontífice acaba de repetir no rito sacrossanto da missa, hino angélico, hino das regiões altas e serenas como esta: "Glória a Deus nas alturas"? *Gloria in excelsis Deo !*

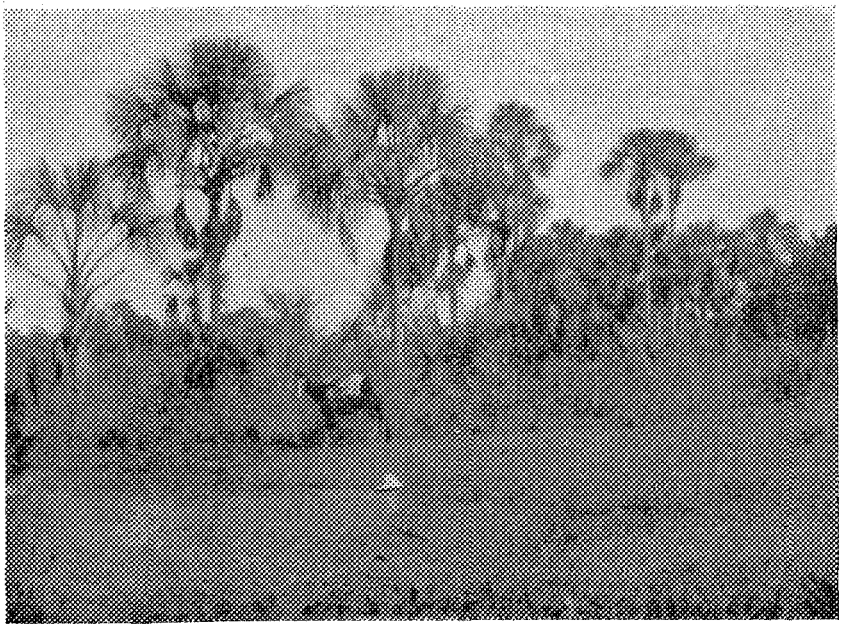
Sim ! Glória a Deus nas alturas das nossas montanhas, onde as palmeiras sacodem airosamente os flabelos nos cerimoniais da amplidão; onde se aspira o incenso de tôdas as boninas, desde a flor elegante dos nossos jardins, até às vitórias-régias das planícies alagadas e as altivas e formosas orquídeas da mata; onde se ouvem, no mais grandioso dos orfeões, tôdas as vozes do Brasil, desde o bramido dos seus mares nas praias e nos rochedos do litoral infindo, desde o ronco das suas pororocas e das suas cataratas, até o gorgeio dos seus lindos pássaros à beira dos ninhos e a canção dos beijos maternos, no abençoado remanso dos seus lares: *Gloria in excelsis Deo !*

Sim ! glória a Deus nas alturas morais da conciência brasileira, orientada, sempre mais, pelos princípios eternos dos Evangelhos, para êste regime de ordem na disciplina e de progresso no trabalho, mediante a mútua compreensão e a concórdia entre as duas sociedades perfeitas, mas inseparáveis, independentes, mas harmônicas entre sí, que são o Estado e a Igreja; mediante o equilíbrio pacífico nas relações políticas e melindrosas do poder com a liberdade; mediante a constituição sacramental e inviolável da família; mediante a formação religiosa do Exército e da Juventude, duas supremas esperanças da Pátria, a esperança do seu presente e a esperança do seu futuro: *Gloria in excelsis Deo !*

Goiânia, flor miraculosa E bem justo é, senhores, aproveite o Brasil os acontecimentos magnos da vida nacional para render graças ao Senhor Deus das Nações, pelos benefícios da paz e da prosperidade que, apesar da hora conturbada, que vivem os povos do Universo, ainda hoje desfruta e goza a Nação Brasileira. E nenhum melhor ensejo se lhe poderia deparar do que a festa, em que hoje se engalanam estes chapadões floridos, para o batismo da recém-nascida e mimosa catecúmena da civilização em terras de Santa Cruz; festa das mais expressivas e típicas dessa política do "rumo a Oeste" proclamada pela voz augusta do Presidente VARGAS; festa, enfim, que há-de ficar à maneira de marco luminoso nesse roteiro da volta aos sertões, pela ressurreição dos tempos heróicos da nossa História, quando os primeiros porta-bandeiras da expansão territorial do Brasil, penetrando o continente na direção dos paralelos, conquistaram novos e novos meridianos, e deixaram atrás, muito atrás, o de Tordesilhas, que iria quase comprimir o território pátrio, entre a Serra do Mar e as vagas do Atlântico.

Estamos aquí, portanto, comemorando uma significativa e fúlgida etapa dessa "marcha para Oeste", que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros na pessoa do Interventor PEDRO LUDOVICO, que nestes dias, com as revelações do seu govêrno, filia-se galhardamente na estirpe homérica dos BUENOS DA SILVA, os ínclitos e lendários ANHANGUERAS, descobridores de Goiaz, fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de "terceiro ANHANGUERA". Não o ANHANGUERA da idade colonial, a embasbacar com pelóticas a barbárie dos selvagens; mas um ANHANGUERA do século vinte, ANHANGUERA douto e aristocrata, que nos enche de maravilha, fazendo surgir a nossos olhos, sob a varinha mágica da sua administração, esta cidade moderna, que, ontem sertão, é hoje uma futurosa metrópole.

Goiânia, pois, não é tão somente uma flor dêstes cimos soalheiros, dominados, ao longe, pela poesia altaneira dos Pireneus e da Serra Dourada: é muito mais. Goiânia é uma flor miraculosa do Estado Novo, que nela tem hoje um monumento da sua política de realizações; nela tem hoje um troféu de vitória para os seus ideais de renovação da nossa democracia, em moldes mais consentâneos com a razão e a índole da gente brasileira; nela tem hoje, enfim, um farol radioso, levantado no centro do país, para nortear os caminhos do nosso verdadeiro engrandecimento, tal como, em épocas de antanho, os alterosos coqueiros incendiados encaminhavam o índio, na vastidão imensurável dêstes verdes e floridos desertos.



Buritizais da fazenda do "Bonito" — Hidrolândia, distrito de Goiânia.

Conclusão Já vêdes, pois, senhores, com quanta razão venha hoje a alma católica do Brasil, ao alto dêste maciço milenário, lançar, aos quatro ventos do céu, o cântico do louvor e do agradecimento ao Senhor e Doador

de todos os bens: "Glória a Deus nas alturas"! *Gloria in excelsis Deo!*

Já vêdes com quanta razão aquí esteja diante da bela imagem de Nossa Senhora Auxiliadora, a Virgem de São João Bosco, imaculada padroeira desta cidade, aquí esteja, em transporte do mais sadio entusiasmo religioso e cívico, o simpático povo goiano, tão brilhantemente representado no prestígio dos seus poderes públicos, no brilho da sua intelectualidade, nos primores da sua família, no sorriso primaveril da sua juventude.

Já vêdes com quanta razão aquí estejamos também nós, a compartilhar os júbilos do povo goiano e a bater palmas ao seu triunfo, todos os romeiros desta memorável excursão a Goiânia, porém, mais do que todos, talvez, aquele que tem a honra de falar-vos neste instante, porque ligado a êste povo, por laços atávicos da mais cordial afinidade.

Concluamos, pois, senhores, que não podia passar despercebido ao Brasil o milagre sensacional de Goiânia; não podia o país manter-se alheio a estes festejos soleníssimos, por onde paira e vibra um não sei quê de mocidade fecunda e esperançosa; não podia a Nação ignorar o gesto dinâmico de um povo que, sob a direção do seu govêrno, ao mesmo passo que as velhas civilizações tudo destróem, cria assim uma cidade, tarefa sobrehumana, que já a mitologia grega reputava digna de deuses e semideuses.

O Brasil, em suma, devia vir aquí, como veio, para daquí levar a mais eloquente lição e a mais edificante reminiscência.

Na era colonial, o herói das crônicas bandeirantes da terra goiana conquistava os indígenas inflamando uma pouca de aguardente, e ameaçando fazer o mesmo a todos os rios.

Hoje, são nossos corações de brasileiros que Goiaz conquista com o fogo sagrado da festa de Goiânia de onde levaremos, acesa, a chama do amor cívico e fraterno, a centelha da confiança nas energias latentes e taumaturgas da nacionalidade, a flama olímpica da fé e do patriotismo, que nos fará, para todo o sempre, lembrar êste risonho planalto em flor, e exclamar, num misto de emoção e de saudade: "Glória a Deus nas alturas"! *Gloria in excelsis Deo!"*

*

Outra solenidade de imponência, foi a que teve lugar às 14 horas no Cine-Teatro Goiânia, onde, além de se encontrarem delegações de tôdas as unidades federadas, caravanas estudantis, representações municipais de Goiaz e do Triângulo Mineiro, comprimia-se grande multidão.

Discurso do Interventor Pedro Ludovico Teixeira

A sessão foi aberta ao som do hino nacional, ouvido de pé por todos os presentes. Em seguida o Dr. PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal leu substancioso discurso que passamos a transcrever na íntegra:

"Meus senhores.

Em Novembro de 1930, assumindo o govêrno do Estado de Goiaz, após a refrega revolucionária, imbuí-me da resolução que, aliás, já tinha, quando combatente nas hostes da oposição, de que um governante devia se esforçar o mais que pudesse para não cair nos erros que profligava como censor da administração que o precedera, pois, ao revés, devia ser considerado um mistificador das aspirações populares.

Levado por esta diretriz, passei em revista as falhas que via nas pregressas administrações goianas.

Entre muitas, deparou-se-me relevante, prejudicialíssima aos interêsses da coletividade e, portanto, ao Estado, a permanência da capital na velha Goiaz, que MIGUEL LINO DE MORAIS, COUTO MAGALHÃES e outros já haviam condenado para servir como sede do govêrno.

Verifiquei desde logo que o maior empecilho ao desenvolvimento do Estado era a continuação dêsse fator negativo.

Não é meu propósito repetir nesta hora, todos os argumentos que expendí, quer escrevendo, quer falando, como justificativa da mudança da capital.

Foram tão repisados, que me falta entusiasmo para de novo focalizá-los.

Entretanto, não é censurável relembrar uma pequena parte da história intimamente ligada a êsse acontecimento.

Há 80 anos, mais ou menos, o general COUTO MAGALHÃES, então presidente da província, emitiu a seguinte opinião sôbre o assunto, que, desde aquela época, já tinha impressionado a sua visão de homem superior e de administrador sagaz: "Temos decaído desde que a indústria do ouro desapareceu. Ora, a situação de Goiaz era bem escolhida quando a província era aurífera.

Hoje, porém, que está demonstrado que a criação de gado e a agricultura valem mais do que quanta mina de ouro há pela província, continuar a capital aquí é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a in-

dústria que indicou a escolha dêste lugar. As povoações do Brasil foram formadas a esmo, e a economia política era uma ciência desconhecida, de modo que o govêrno ainda que quisesse não poderia dirigir com acêrto essas escolhas; hoje, porém, assim não é. Uma população de 5 mil almas colocada em lugar desfavorável não pode nada mais produzir do que o necessário para a sua nutrição".

Vinte e sete anos depois, um outro Presidente da Província, RODOLFO GUSTAVO DA PAIXÃO, assim se exprimia: "A capital de Goiaz é, sem dúvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitário, dia a dia pior, reclama as mais prontas e enérgicas providências. Situada em meio de uma bacia, conquanto sôbre terreno acidentado, cercada de altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe demais o horizonte visual; castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude de 16º S, não corrigida pela altitude ou por causas locais; com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, à arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutares preceitos da moderna higiene; espreguiçando-se às margens do rio Vermelho, mas curtindo verdadeira sede de Tântalo, visto como a água viscosa dêste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas, e porque a fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes carece das condições de abundância e necessária potabilidade; desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas, e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila-Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transformá-la em vasta necrópole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores. Ainda há pouco, as febres palustres, valentemente auxiliada pela terrível influenza e por outras enfermidades, vieram provar a razão do asserto; porquanto houve dia em que se deram oito óbitos, mortalidade aterradora para uma pequena cidade de dez mil almas, se tanto! Proporcionalmente, o obituário do Rio de Janeiro, cuja população permanente e adventícia é superior a seiscentas mil almas ou sessenta vêzes maior, devera acusar 480 falecimentos em igual divisão de tempo! Não me consta, entretanto, que tal tenha acontecido na formosa, rica e muito caluniada capital da República, nem mesmo quando a febre amarela lhe faz intensa e demorada visita".

Confesso, fazendo justiça à velha Goiaz, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana.

É um centro urbano relativamente saudável, apenas com uma endemia de paratifo, como se dá em inúmeras cidades e capitais do Brasil.

Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceasse o privilégio de que usufruia.

E essas causas eram de tal importância que viviam no subconciente de todos os goianos, mormente no dos que residiam na antiga Vila-Boa.

Nestes peculiarmente, porque constituía, há tempo, um ponto de interrogação para a economia de muitos e para o sentimentalismo de alguns.

Tanto assim que a Constituição do Estado, no seu artigo quinto, título I, dizia: "A cidade de Goiaz continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra cousa não deliberar o Congresso".

Nos próprios contratos havia cláusulas admitindo a hipótese da mudança.

Só o raciocínio de que uma capital com dois séculos de vida nunca possuíra mais de dez mil habitantes, e, pelo contrário, a sua população tendia a decrescer, pois o recenseamento realizado em 1932 lhe dava apenas 8 256 habitantes, bastava para condená-la como sede do govêrno. Acrescente-se que a sua média de edificações entre 1914 e 1932 não excedera de 1 ½ casa por ano.

Penso que era dever precípuo de um administrador côncio e zeloso da sua missão amputar êsse mal, que vinha, há muitas décadas de anos, concorrendo para a ruína do Estado, entravando-lhe francamente o progresso.

Dessarte resolví quebrar a rotina e a apatía dos dirigentes que me precederam, lançando-me firmemente, desassombradamente, à concretização da idéia-fôrça.

Refletindo intensamente sôbre o magno problema, pensei: será conveniente transferir a sede da administração para alguma cidade do interior goiano, transformando-a em capital, ainda que tenha de dar-lhe nova fisionomia, urbanizando-a com os preceitos modernos? Respondeu-me o conhecimento profundo que tinha dos aglomerados humanos da minha terra que seria uma solução errada, como errado seria o melhoramento urbanístico da velha Goiaz. Analisando como caboclo, concluí: seria botar sal em carne podre.

Egresso de um prélio cívico, que durou alguns anos, e recentemente de uma luta armada, julgava-me em condições de enfrentar os óbices que me aguardavam no novo *front*.

Convicto da nobreza da causa, da necessidade inadiável de efetivar êsse ideal, examinei tôdas as faces do problema, apalpei detidamente tôdas as arestas e iniciei a obra, pouco se me dando de agradar ou desagradar a quem quer que fôsse, mesmo porque já havia tomado a seguinte deliberação: ou cumpriria a missão que me tinha imposto, ou voltaria a penates, continuando com prazer a minha vida de médico modesto nos sertões goianos, nas belas regiões sudoestinas da minha dadivosa terra.

Os que combatiam a idéia lançaram mão de todos os recursos para me enfraquecer ou para me afastar do pôsto que ocupava, afim de que não executasse o meu propósito.

A política serviu-se de todos os embustes, de todo o seu maquiavelismo, de tôdas as fôrças para me alijar do govêrno.

Seguindo a costumeira praxe, que estava em moda de sul a norte do país, deputados ridículos e mistificadores batiam às portas dos quartéis do Exército para pedirem guarida, dizendo-se vítimas de violências que nunca existiram.

Queriam armar efeito, com o intuito de provocar uma intervenção federal, já que não lhes havia sido possível conseguir o seu *desideratum* de outra forma.

Os que mais apaixonados e violentos se mostraram nessa campanha foram os que se sentiram contrariados nos seus interêsses econômicos. Sempre olhei com tolerância e achei até natural a agressividade dêstes e, ainda mais, dos que me hostilizavam por mero sentimentalismo.

Alguns se enterneciam e se magoavam por ver Goiaz perder o título de detentora de *primus inter pares*, das suas irmãs goianas.

O maior argumento de que os opositores usavam era o de que o Estado não estava em condições financeiras capazes de arcar com tamanha e tão vultosa responsabilidade.

O argumento era forte, pois naquela época a sua receita arrecadada atingira tão somente a importância de ..... 5.564:448$670.

Respondendo a esta objeção, declarei que a minha pretensão era modesta, desejando apenas fazer projetar uma cidade moderna em um local tecnicamente escolhido, construindo somente 6 prédios para estabelecimentos públicos e sessenta casas para residência de funcionários. Com o decorrer do tempo e à medida que fôsse ao Estado possível, ir-se-ia completando a obra. Muito melhor seria assim agir do que modificar uma cidade velha, de ruas estreitas, tortuosas, com todos os defeitos de construção da época colonial e, ademais, de péssimas condições topográficas e mal situada em relação ao território goiano.

O grande urbanista ARMANDO GODÓI, a quém muito devo, pelo encorajamento que deu à realização do meu ideal, no seu relatório apresentado, como técnico escolhido para opinar sôbre o assunto, assim respondeu às referidas objeções: "Preciso dizer que não procede o argumento de que as condições financeiras atuais de Goiaz não comportam um tal empreendimento. Para aqueles que vêem na criação de uma nova cidade uma exibição ostentatória e uma fantasia oriental e nababesca, tal argumento tem muita fôrça e lógica. Para o técnico, porém, êle não tem nenhum efeito convincente, pois o principal objetivo dos modernos centros urbanos estabelecidos em vários países foi o de obter, nas zonas em que êles surgiram, o que está faltando para Goiaz e tem impedido em grande parte o aproveitamento das suas riquezas e o aumento rápido de sua população. A história de várias cidades surgidas neste século, algumas com menos de três decênios de vida, aí está para responder com eloquência aos que receiam que se agravem as condições financeiras de Goiaz com a mudança de sua capital. Com efeito, Belo Horizonte, não obstante haver surgido em pleno sertão, atraiu vultosos capitais, inúmeras indústrias e é hoje um grande centro comercial e de cultura, sendo de notar que a antiga capital mineira, Ouro Preto, continua a viver como outrora, tendo mesmo se expandido algo, não havendo regredido como se supunha.

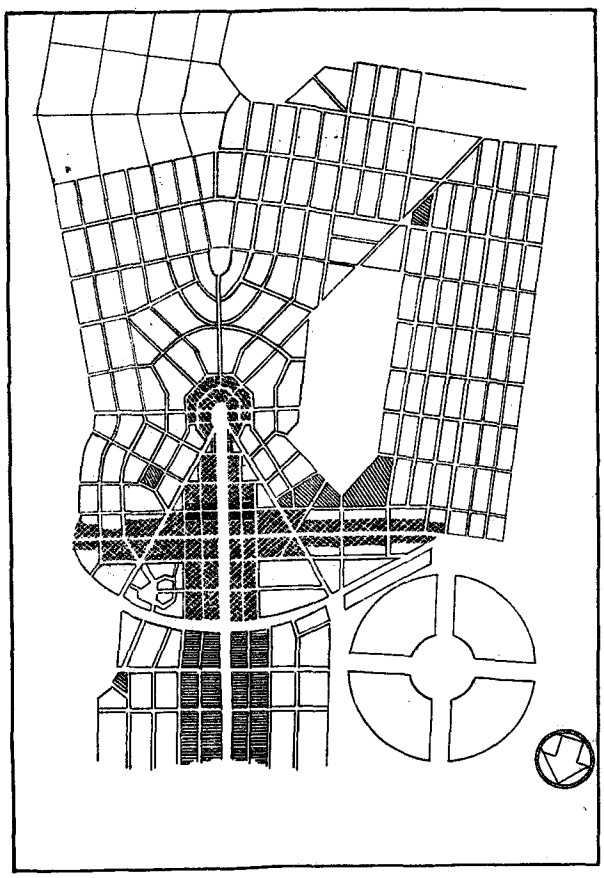
Letchwort, na Inglaterra, e Gary nos Estados Unidos, com menos de trinta anos, não obstante ficarem relativamente pouco afastadas de grandes centros, são hoje campo de uma considerável atividade industrial, por haverem sido convenientemente projetadas. É que a indústria e o comércio, em virtude das exigências, resultantes da sua expansão, só se acomodam nas cidades onde se acham reunidos os elementos que unicamente a vida moderna pode proporcionar".

O mesmo urbanista projetou a zona sul desta cidade, aplicando os conhecimentos mais modernos que há sôbre a matéria. Foi mesmo, penso eu, um tanto sonhador e visionário. Só em um arrabalde de Nova Iorque se encontra cousa igual, difícil, portanto, de ser executada, presentemente, em nosso meio.

Mas, como Goiânia foi prevista para um futuro bem distante, talvez tenha razão o grande mestre.

ATÍLIO CORREIA LIMA foi quem fez o seu projeto principal. Muito modesto, mostrou-se, no entanto, um conhecedor profundo da sua especialização, revelando-se um perfeito técnico na tarefa de que se incumbe. O meu govêrno lhe é devedor pelo muito que contribuiu a favor da sua máxima aspiração.

Meus senhores. Afinal, Goiânia nasceu e está crescendo. É muito jovem. É criança mesmo. Tem apenas oito anos de idade, descontado o lapso de tempo destinado a estudos e instalações. Uma cidade, como sabeis, se constrói, se completa, com o perpassar dos séculos e das gerações.



Planta geral de autoria do arquiteto CORREIA LIMA.

Goiânia apareceu com um objetivo de oxigenamento e progresso para Goiaz. Surgiu como farol para iluminar o Estado.

A velha terra de ANHANGUERA precisava de ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sob tal modorra, sob tal apatia, que dava impressão de que vivia de cócoras. "Tudo pequenino, vazio, rotina, burocracia", como dizia BENEDITO SILVA. Goiânia foi o estímulo, o excitante, o choque que obrigou o nababesco paquiderme a levantar-se.

A cidade, no passado, era refúgio a que os homens se recolhiam quando a guerra explodia nas fronteiras. A cidade era fortaleza e abrigo. A cidade moderna é o repositário de todos os afetos do homem. Alí tem êle o seu lar, a sua família, os seus amigos, as reservas para a sua subsistência e os focos para a sua cultura. A cidade moderna educa e civiliza. É o fator mais valioso para reforçar a homogeneidade das pátrias.

A Austrália, procurando melhorar a sua estrutura política e econômica, construiu Camberra, em pleno campo, e para alí transferiu a sua capital.

Minas Gerais, com a mesma finalidade, construiu Belo Horizonte, depois de calorosas lutas alimentadas pelos descontentes de Ouro Preto, antiga detentora da metrópole mineira.

A construção de Goiânia fez surgir, em a nossa generosa terra sertaneja, um grande centro irradiador das mais benéficas influências, influências que de pronto atingiram os mais remotos pontos do organismo estadual. Goiaz, hoje, é um vasto cenário em que se operam as mais surpreendentes transmutações. Goiânia encheu de haustos vivificadores os pulmões do Estado. Goiaz recomeçou-se em Goiânia.

É esta Goiânia que tanto influiu na química da formação de um Goiaz novo, é esta Goiânia, colocada no centro do nosso querido Brasil, a quem ofereci todo o vigor dos meus restos de mocidade, tôdas as energias acumuladas do meu complexo de idealismo, é esta Goiânia a que eu muito quero, simbolizada nesta chave, que lhe entrego, Sr. prefeito VENERANDO DE FREITAS BORGES. Ela é digna do seu entusiasmo, da sua honestidade, da sua inteligência e do seu dinamismo."

A palavra de M. A. Teixeira de Freitas, orador oficial

Logo após foi dada a palavra ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, na ausência do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES que não pôde

comparecer às solenidades, fez o seguinte discurso como orador oficial da cerimônia:

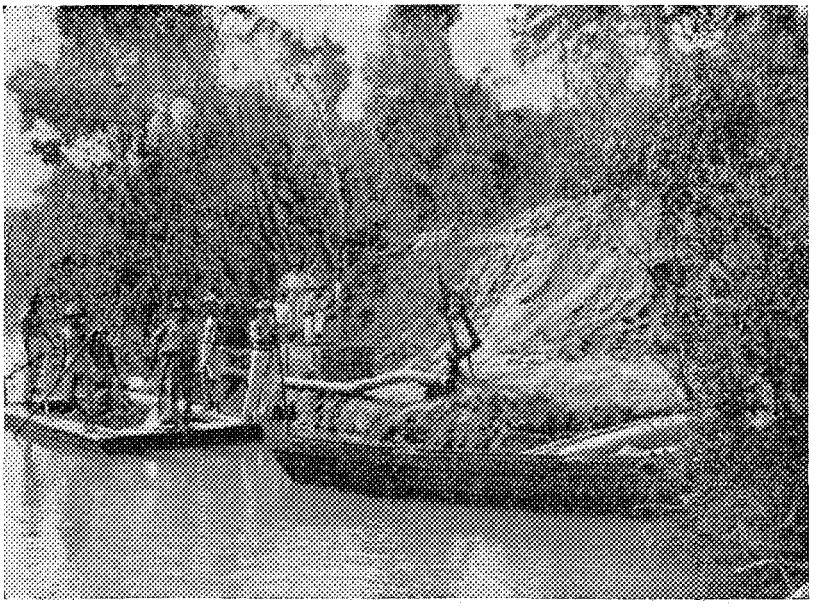
"Ao longo de minha humilde mas trabalhosa carreira pública, tenho ocupado várias tribunas e dirigido a palavra a numerosas assembléias, tratando dos mais diferentes assuntos. Jamais, porém, em qualquer dessas circunstâncias se me deparou uma situação tão singular e sugestiva, que me oferecesse, como esta, nas suas linhas mais puras, todo o encanto e todo o mistério do ineditismo.

Como bem sabeis, esta é a segunda vez que se realiza, durante os quatro e meio séculos por que se estende a História do Brasil, a inauguração de uma cidade deliberadamente concebida e construída para ser capital. Falar numa ocasião assim é, pois, incumbência que, pela própria natureza, só se comete aos eleitos da sabedoria e, ainda assim, a longos intervalos de tempo. Quer isto dizer que o destino — e aquí foi mesmo o destino — me reservou uma honra duplamente excepcional — excepcional pela sua raridade.

Eis as razões porque, ao iniciar o discurso oficial da instalação de Goiânia, substituindo por fôrça das circunstâncias o meu grande amigo e chefe embaixador MACEDO SOARES, cujo estado de saúde lhe impossibilitou a vinda tão ansiosamente desejada por todos nós, me sinto dominado por uma sensação de indizível plenitude e, ao mesmo tempo, atordoado pela conciência da missão inédita que me elevou inesperadamente às alturas desta tribuna.

Esta sensação de plenitude — diria melhor, esta sensação de que devo superar a minha pequenez — emana, por certo, da circunstância de haver recaído em mim, dentre tantos ilustres brasileiros presentes, que a mereciam incomparavelmente mais do que eu, a honra desnorteadora de vos trazer a vós, goianos, pela obra de gigantes que aquí realizastes, a mensagem da admiração afetuosa e do entusiasmo fraternal dos brasileiros de todos os rincões da pátria imensa.

A plena e viva conciência de que desempenho, neste momento, a missão histórica — e quase sobrehumana — de reconhecer, por meio de palavras, a dívida de gratidão nacional de que sois legítimos credores, se me atordoa por um lado, com o pêso de uma responsabilidade que seria grande demais para qualquer homem, como certamente é esmagadora para mim, estimula-me, por outro, a haurir na própria magnitude da tarefa as fôrças necessárias ao seu desempenho.



Uma turma de trabalhadores retira areia do rio Meia Ponte para as primeiras edificações em Goiânia.

Sois credores, sem dúvida, da gratidão nacional pelo muito que esta cidade simboliza, como ato de fé nos destinos da pátria comum e como penhor, revelado por vossas mãos, da permanência daquelas mesmas qualidades fundamentais e tradicionais de nosso povo, e que lhe deram a sua inclinação desbravadora. Porque esta cidade, goianos, operou o milagre de, pelo exemplo de um esfôrço que foi vosso e pelo

contágio avassalador de um entusiasmo que é nosso, reavivar em cada brasileiro a fé na sua gente, mostrando-lhe que perdura ainda e perdurará para sempre, como o núcleo mais recôndito, indestrutível e inviolável do caráter de um povo, aquele mesmo ímpeto bandeirante e aventureiro, aquela mesma vocação de semear para o futuro e para a eternidade, que fez com que os nossos maiores forçassem o seu caminho pelos espaços infinitos de um continente desconhecido e hostil "violando os sertões e plantando cidades", e colocassem os seus lares e as suas vilas sob a proteção da cruz que encimava as capelinhas brancas, sempre construídas "antes de mais nada".

O reconhecimento solene do milagre de Goiânia, dos seus efeitos atuais e das suas repercussões futuras na geografia política, econômica e humana do Brasil, requer incomparavelmente mais sabedoria do que a que eu porventura houvesse acumulado, e mais clarividência, do que a de que eu porventura fôsse detentor.

Não se esmagam indivíduos com tarefas de tamanha envergadura, naturalmente talhadas para as instituições. No caso de Goiânia, pareceu aos organizadores desta solenidade que a palavra oficial, que viesse consagrar a obra de PEDRO LUDOVICO, deveria caber ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, agregado humano e de suas atividades no solo brasileiro.

Assim, o orador oficial nato desta solenidade deveria ser, como foi anunciado, o grande brasileiro que nos falaria na qualidade de presidente e em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Impedido de vir a Goiânia, porém, como tanto desejou, quiseram as circunstâncias, quis o mandato indeclinável decorrente de um gesto fidalgo do govêrno de Goiaz, que a tarefa talhada para a figura marcante do Chefe, fôsse transferida a mim, seu modesto auxiliar.

É, pois, com as credenciais de substituto imprevisto do presidente daquele Instituto, e por fôrça do cargo que ocupo, que vos falo a vós, goianos, e a vós, filhos de outros Estados, na hora inaugural de Goiânia.

O Homem-guia Já se tem observado que tôda emprêsa grandiosa, cuja realização demande largueza de recursos, e requeira o concurso de muitas cabeças, e exija a contração de milhares de músculos, traz sempre o cunho de um *leader*, de uma figura central, cuja vontade coordena a dos outros e cuja inteligência inspira as demais.

Goiânia não foge a essa regra, antes a confirma robustamente. Não faltaram a esta obra a inspiração, a inteligência e a vontade de um genuino condutor, que, realizando-a, nela imprimiu os traços de sua personalidade singular.

Mobilizando os parcos recursos disponíveis na hora inicial, dosando com sabedoria o seu emprêgo, suprindo com bom senso as muitas deficiências surgidas, extraindo do seu idealismo inexhaurível novas reservas de coragem para enfrentar as vicissitudes ocorrentes e frequentes, enquanto criava novos recursos com o progresso da própria cidade, PEDRO LUDOVICO soube manter-se fiel à sua idéia, soube protegê-la e torná-la gradativamente mais apoiada, acabando por dobrar tôdas as resistências, acabando por dar a seu Estado esta jóia do urbanismo moderno, justo orgulho de seu povo.

O forasteiro que visita Goiânia pode gozar o privilégio de manter contacto visual com o horizonte, pois que tôdas as avenidas e ruas desta capital dão para o infinito aberto; mas dificilmente estará em condições de imaginar quantos e que obstáculos foi preciso remover, quantas e que decepções foi preciso suportar, quantos e que desencorajamentos foi preciso subjugar, quantas e que apreensões foi preciso arrostar, quantos e que conflitos foi preciso vencer, para que a obra fôsse iniciada e, depois de iniciada, prosseguisse a sua marcha.

Mesmo aqueles que apoiaram a idéia e acompanharam a sua realização, desde a primeira hora, talvez não conheçam tôdas as peripécias envolvidas, todos os impecilhos encontrados, todos os dissabores surgidos, tôdas as dificuldades contrapostas, todos os poderosos interêsses contrariados, que PEDRO LUDOVICO enfrentou e venceu, muitas vêzes tendo por arma e fonte de confôrto e ânimo, durante a luta, apenas o seu idealismo.

Mas êste era vigoroso demais para se deixar entibiar, para consentir que se dobrasse, ou mesmo para se contentar com meias vitórias. Goiânia — ou seja, uma cidade inteira, com os seus hotéis, os seus palácios, as suas rêdes de comunicação, as suas escolas, as suas avenidas, os seus bairros, havia de ser edificada ! E foi !

Bosquejo histórico Segundo dizem os registros históricos, a idéia da construção de uma nova capital para Goiaz, lançada infrutiferamente em 1830 pelo brigadeiro MIGUEL LINO DE MORAIS, segundo presidente da província, veio à tona várias vêzes a partir de então, seduzindo alguns governadores e presidentes, dentre os quais se destaca a figura gigantesca do

general José Vieira do Couto de Magalhães. Nenhum deles, porém teve ânimo, que chegasse para tomar a resolução de levar a efeito a emprêsa temerária. E todos recuaram, como recuara Miguel Lino de Morais, ante a reação violenta que a idéia provocava na velha capital, a lendária Vila-Boa de Goiaz.

O próprio general Couto de Magalhães, aquela fibra de aço, que estabeleceu a navegação a vapor no Araguaia, verdadeira epopéia sertanista, comparável, pelo épico de que se revestiu, aos maiores feitos da fase heróica das bandeiras piratininganas, não se animou a empreender a mudança da capital de Goiaz.

> "A situação de Goiaz" — escrevia o general Couto de Magalhães em 1863 — "era bem escolhida quando a província era aurífera. Hoje, porém, que está demonstrado que a criação do gado e a agricultura valem mais do que quanta mina de ouro há pela província, continuar a capital aquí é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a indústria que indicou a escolha dêste lugar".

Não obstante pensar assim, Couto de Magalhães, presidente da província de Goiaz, apenas tentou mudar a capital. Porque logo abandonou a idéia, forçado pelas dificuldades que contra ela se levantavam.

Na opinião documentada de um dos vossos historiadores, os últimos anos do Império transcorreram, em Goiaz, "monótonos e sem acontecimentos merecedores de especial menção". Não haverá exagêro em afirmar-se que, igualmente durante o período republicano até há alguns poucos anos passados, a grande unidade federativa do Brasil Central marcou passo no mesmo lugar, ou progrediu muito lentamente.

Veio a Revolução de 30, e, com ela, um jovem e ousado batalhador goiano, depois de impor-se pela sua atitude intrépida, subiu, cheio de indiscutível e indiscutido prestígio, à chefia do govêrno do seu Estado. Após haver perscrutado, na intimidade, os problemas de Goiaz, êsse jovem pelejador, Pedro Ludovico Teixeira, não hesitou, segundo as suas próprias palavras, em "exumar e galvanizar a velha idéia da mudança da sede dos poderes públicos estaduais para local bem escolhido, que possibilitasse a formação de uma verdadeira capital". É que para logo se convencera, — revelando-se aí a sua vocação de estadista, — de que a "construção de uma nova capital não era apenas um problema na vida de Goiaz: era também a chave, o comêço de solução de todos os outros".

Para o sonhador de então, que soube transfigurar-se no realizador de hoje, "uma capital acessível", — são palavras dele — "que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rêde rodoviária planificada, era o órgão de que o Estado de Goiaz necessitava absolutamente, para reivindicar no seio da Federação o lugar de saliência" a que tem direito.

Ao tomar a resolução de erigir uma capital nova em fôlha para a sua terra e a sua gente, Pedro Ludovico ergue-se no cenário nacional com um programa eminentemente audacioso. Aquilo parecia ambição excessiva do jovem chefe do govêrno goiano. Aparentemente, Pedro Ludovico estava superestimando a sua capacidade de realização. "O que visamos — afirmava êle em 1933 — é exclusivamente tornar grande o futuro de Goiaz. O nosso objetivo é assegurar ao povo goiano o direito de aproveitar as irrivalizáveis possibilidades do seu Estado".

E canalizando a sua doutrina para o terreno prático, disposto a dar-lhe efetividade, Pedro Ludovico pôs mãos à obra.

Dentro de pouco tempo o Brasil começou a tomar conhecimento da existência de Goiaz, a falar em Goiaz, e até a acreditar em Goiaz. Alguma coisa estava acontecendo, afinal, na terra de Anhanguera. Descobriu-se então que as promessas de Pedro Ludovico, por temerárias que parecessem, haviam sido feitas para serem cumpridas. O jovem estadista, renovando cada dia o milagre de multiplicar os escassos recursos de que dispunha, estava escrevendo de fato, mas já agora em estrutura de aço e de cimento, com guindastes e rolos compressores, o poema vibrante de seu ideal.

Rapidamente, em menos de um lustro, parece coisa que mais a toques de varinha de condão do que a pancadas de instrumentos, uma cidade surgiu nesta paradisíaca altiplanura, feita não apenas para o gôzo dos sentidos, mas também para o deslumbramento do espírito.

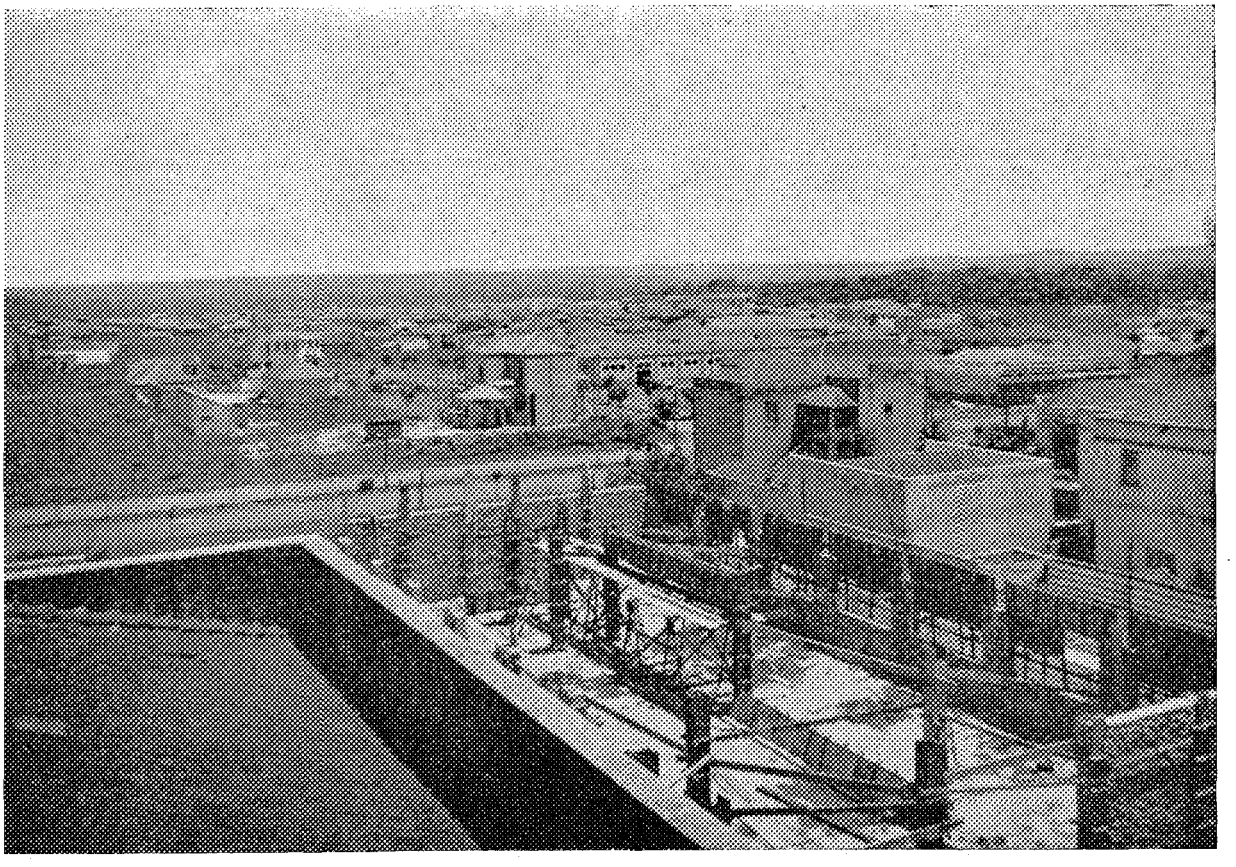
Sim, o moço nobremente ambicioso, que prometeu mais do que acreditavam que êle pudesse cumprir, erigiu uma capital acessível. E essa formosa metrópole, quase que apenas esboçada, mesmo antes de seu batismo oficial, já irradiava progresso e marchava na vanguarda, tal como êle a sonhara. Uma cidade que todos que vêm de Palma ou de Rio Verde, de Catalão ou de Cavalcante, de São José do Tocantins ou de Rio Bonito, de Belo Horizonte ou de Recife, de São Paulo, ou do Rio, de Manaus ou de Pelotas, hoje podem ad-

mirar. Uma cidade melhor e mais bonita, sem dúvida, do que a cidade solar de Campanela. Uma cidade que faz cada goiano ainda mais orgulhoso de haver nascido na grande terra de PEDRO LUDOVICO.

O signo de Goiânia O fato de inaugurar-se Goiânia no começo do mês de Julho torna cabível a menção da circunstância de que numerosos acontecimentos que formam a tecitura da história de Goiaz, ocorreram, também, nesse mês.

Foi a 2 de Julho de 1726 que D. RODRIGO CÉSAR DE MASCARENHAS passou ao capitão BARTOLOMEU BUENO DA SILVA e ao seu genro, capitão JOÃO LEITE DA SILVA HORTIZ, a famosa carta de sesmaria, dando-lhes os direitos das passagens dos rios das Velhas, Paranaíba, Guacorumbá e Meia Ponte, o mesmo Meia Ponte cujas águas movem, em 1942, a usina elétrica de Goiânia.

Segundo AMERICANO DO BRASIL, foi a 6 de Julho de 1726 que o ANHANGUERA entrou em Goiaz pela segunda vez.



Vista parcial da cidade, vendo-se ainda muitos edifícios em construção.

Foi a 2 de Julho de 1720 que BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, o segundo, requereu licença a D. João V, rei de Portugal, para "penetrar os altos sertões, à procura de minas de ouro, prata e pedras preciosas, podendo avançar pelos centros das Américas e escravizar índios". Como se sabe, essa iniciativa está intimamente ligada ao alvorecer da história de Goiaz.

Foi a 3 de Julho de 1722 que, a mando do governador D. RODRIGO CÉSAR DE MASCARENHAS, BARTOLOMEU BUENO DA SILVA partiu de São Paulo, com um "bando de 152 aventureiros", rumo aos sertões dos guaiazes.

Foi em Julho de 1727 que o mesmo bandeirante paulista lançou, às margens do rio Vermelho, os alicerces do arraial de Santana, que depois foi feito capital das Minas de Goiaz, então parte da capitania de São Paulo.

Foi em 25 de Julho de 1739 que o governador D. LUIZ DE MASCARENHAS, depois conde d'ALVA e vice-rei das Índias, instalou Vila Boa de Goiaz, nome escolhido em homenagem a BARTOLOMEU BUENO DA SILVA.

Foi a 13 de Julho de 1754 que D. MARCOS DE NORONHA, depois vice-rei do Brasil, iniciou a fundição de ouro em

São Félix, norte da capitania de Goiaz, criada em 1748.

Foi a 26 de Julho de 1773 que José Pinto da Fonseca descobriu a ilha do Bananal.

Foi a 23 de Julho de 1835 que uma lei especial declarou obrigatória a instrução na província de Goiaz.

Foi a 2 de Julho de 1846 que o notável jurisconsulto Joaquim Inácio de Ramalho, presidente da província, criou, por lei, o Liceu de Goiaz, o mesmo em que Pedro Ludovico fez o seu curso de humanidades.

Finalmente, é a 5 de Julho de 1942, data cheia de ressonâncias históricas, que estamos inaugurando Goiânia, a sucessora vitoriosa de Vila Boa.

A cidade-fanal Antes de terminar, deixai que eu vos transmita um conselho dado em Novembro de 1835, pelo pensador John Ruskin, aos habitantes da cidade de Edimburgo. Fazendo alí uma de suas célebres conferências sôbre arquitetura e pintura, disse êle aos seus ouvintes: "é principalmente pelo esfôrço particular, não pelo esfôrço público, que a vossa cidade deve ser adornada".

Aquí em Goiânia, o esfôrço público já fez demais. Cabe agora a vós, habitantes da nova capital, fazer o resto, para torná-la mais bela e atraente.

No Sermão da Montanha, Cristo disse que não se pode esconder uma cidade construída no alto de um monte. Goiânia, edificada nas fraldas do Planalto Central, é hoje oficialmente revelada ao Brasil.

Bem haja o grande brasileiro Pedro Ludovico, o mago que idealizou, planejou e construiu Goiânia, fazendo tanto com tão pouco.

E tu, Goiânia, metrópole sem rival do Brasil sertanejo, segue, pelos séculos em fora, o teu formoso destino.

O ronco surdo dos teus dínamos, o martelar das tuas forjas, o estrépido febricitante das tuas fábricas, a voz persuasiva dos teus educadores, o suave apostolado dos teus sacerdotes e dos teus crentes, as luzes da tua cultura, a coragem cívica dos teus filhos, o sacrifício dos teus heróis, o exemplo e a sabedoria dos teus dirigentes, — tôda a sinfonia maravilhosa das fôrças materiais e morais que hás-de criar, que terás de coordenar, que deverás dirigir; todo êste organismo potentíssimo em que te vais constituir; tôdas as fulgurações da arte, dos ideais, da cultura, da civilização, que do teu seio fecundo vão brotar; todos os dons magníficos que te fazem imensa, Goiânia, desde pequenina; — tudo isso, cidade-fanal, tudo isso, metrópole predestinada, tudo isso, filha dileta do Brasil, não o queres para tí, para o teu gôzo, para tua alegria de viver.

Não, Goiânia ! O que te deu o signo místico do teu destino, e tudo quando pelo teu labor, pela tua inteligência e pelo teu sacrifício vai ser criado, já estás criando, criarás pelo tempo em fora, só queres, só é teu, para que tenhas o direito de dizer: sou do Brasil, trabalho para o Brasil, hei-de despertar a imensidade adormecida do "desertão" brasileiro. E se te sentes no coração do Brasil, serão tuas as pulsações tôdas dêste coracão generoso. E as tuas energias assim disciplinadas, exuberantes de vida, fortes na certeza do seu destino, contribuirão decisivamente para que esta Pátria imensa e bela, êste Brasil sem igual, culmine na grandeza política que lhe torna seu direito a própria grandeza física.

Fanal de esperança de um Brasil melhor ! Signo da fé em um Brasil senhor de si e dos seus destinos ! Ilumina-te, Goiânia, com os mais formosos ideais da Humanidade. E arma-te com as fôrças irresistíveis da confiança em ti mesma.

Crê em tí, tanto quanto o Brasil já crê. Crê e espera... Espera e confia... Confia e triunfa...

Sus, Goiânia, para cima, para a frente!... Leva nas mãos os destinos do Brasil. E no coração, o amor inquebrantável às glórias do seu passado, à sua integridade, à sua plenitude."

Falou depois, em nome das classes armadas, o general Sousa Doca, representante do Sr. Ministro da Guerra, que enalteceu a obra do Interventor Pedro Ludovico.

Seguiu-se com a palavra o Sr. Mário Peçanha, membro da delegação do Ministério da Justiça, em nome do titular daquela pasta.

A seguir toma a palavra o Sr. Benedito Silva, diretor da Receita da Comissão de Orçamento da União, e que, como goiano, exaltou a importância incomparável do acontecimento que Goiaz festeja naquele momento.

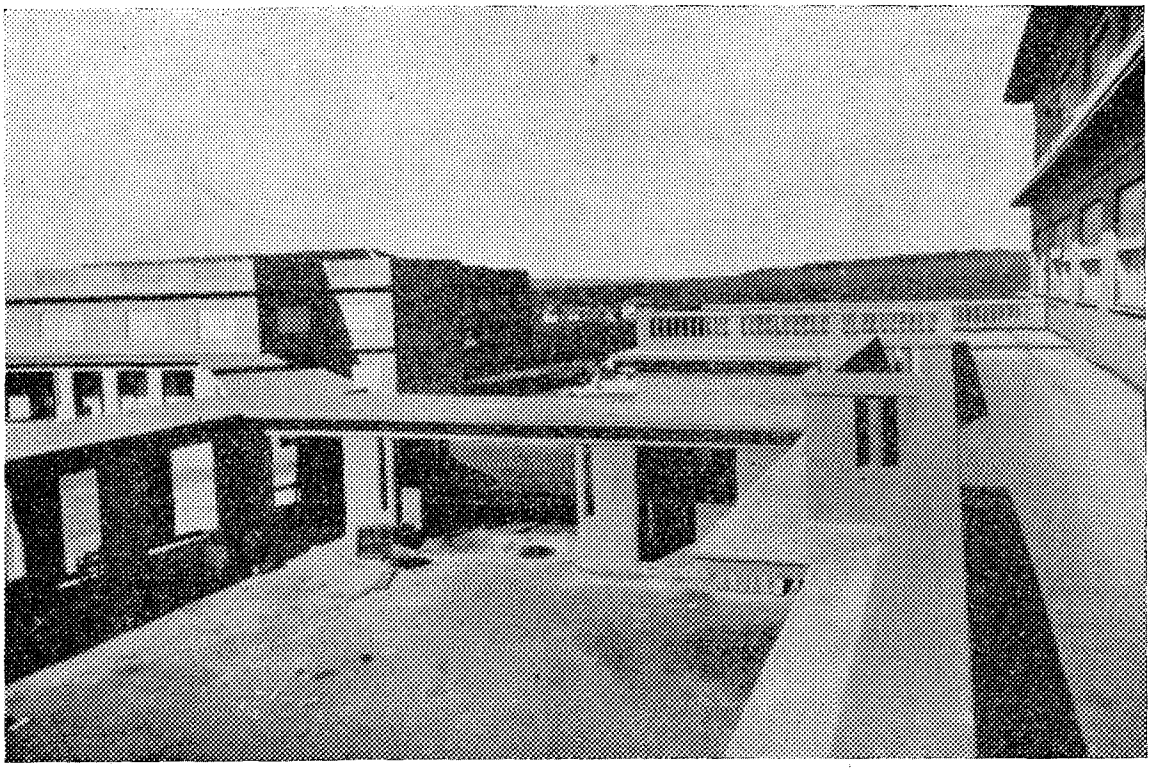
Como representantes dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha, respectivamente, no Conselho Nacional de Estatística, na Comissão Censitária Nacional e no Conselho Nacional de Geografia, o major Irací Ferreira de Castro, o coronel Lísias Rodrigues e o capitão de fragata Antônio Alves Câmara Júnior, fizeram entrega dos seguintes documentos para serem depositados na urna histórica da cidade: original autografado da Resolução do C.N.E., sôbre o batismo cultural de Goiânia; pergaminho contendo

os dados apurados pelo Recenseamento de 1940 sôbre o município da capital; e um exemplar especial da publicação *Goiânia,* editada pelo C.N.G.

Os Srs. RENATO BIÃO DE CERQUEIRA e AFRÂNIO DE CARVALHO, membros da delegação baiana, apresentaram mensagens do Interventor LANDULFO ALVES e do prefeito NEVES DA ROCHA, dirigidas ao Interventor PEDRO LUDOVICO e ao prefeito VENERANDO DE FREITAS, e o Sr. RAMIRO BERBERT DE CASTRO, integrante da mesma delegação, discursou longamente, fazendo uma saudação em nome da mais antiga à mais jovem metrópole do Brasil.

integra, definitivamente, no conjunto das células municipais, fundamento e estrutura do organismo administrativo do país.

Presenciamos, meus senhores, nesta solene e significativa hora, a um acontecimento de extraordinária relevância, qual seja a inauguração oficial de Goiânia, simbolizada nesta sugestiva cerimônia. O momento é culminante, grandíloquo e intraduzível na sua significação histórica. O metal de que é feita a chave, que tive a honra insigne de receber das mãos do maior operário goiano, do obreiro máximo da geração atual, é o símbolo da riqueza. Porém,



Goiânia — tipos de edifícios modernos.

A Sra. LAURO SAMPAIO declamou *As Bandeiras,* ode a Goiânia, de autoria de HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA.

Coube finalmente ao professor VENERANDO DE FREITAS, prefeito da nova capital, proferir o seguinte discurso encerrando a solenidade:

"Neste ambiente que ressumbra harmonia de sentimentos, verifica-se um dos fatos mais importantes da vida de uma coletividade. É que, ao calor de intensa vibração cívica, assistidos por altas expressões da intelectualidade brasileira; grandemente honrados com a presença de tantas personalidades ilustres — Goiânia se proclama e se

a sua significação é mais profunda, porque na refulgência do ouro-metal que pela maleabilidade se amolda a todos os formatos, vemos traduzidos o OURO-AÇÃO, o OURO-PENSAMENTO, o OURO-PATRIOTISMO. O que representa esta chave é êsse tesouro cujo valor não se mede por cifras — e que PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA dá ao Brasil — mais valioso que o ouro das fecundas entranhas da terra, eis que sua refulgência se espalha, se difunde, se identifica e se incorpora à luz do espírito; se irmana aos sentimentos de uma geração inteira; se projeta, em clarões imensos, para o eterno.

É a mesma chave que abre os largos e fulgurantes horizontes da História; que descerra as portas monumentais da imortalidade a essa figura de marcado destaque que é o Interventor PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA. É também a mesma que guarda as reservas morais e as tradições mais queridas de uma gente.

Os povos têm seus homens, seus ídolos, pelos quais procuram moldar seus atos, dirigir seus passos e firmar suas convicções. Em todos os tempos e em tôda a parte, sempre, as mentalidades aprimoradas estiveram sujeitas aos destemperos e aos embustes dos medíocres. Elas, porém, se avolumam, crescem no conceito geral e acabam dominando pela fôrça das idéias que lhe são a própria razão da existência.

Dotadas de visão, elas seguem o caminho que o destino lhes traçou, pairando acima das misérias e dos agachamentos dos que, muitas vêzes, são seus algozes. Por intuição divina, sabem que, mais dia ou menos dia, a vitória esplenderá. E não se deixam abater. PEDRO LUDOVICO teve fé e coragem. Não recuou, não tremeu ante os tropeços. Não teve receio de um fracasso. Caminhou impávido, sereno, por entre as urzes do caminho. Jamais se acomodando a situações que lhe pudessem satisfazer apenas às necessidades materiais, tôda a sua vida tem sido uma sucessão de fatos empolgantes. Acima de tudo coloca o seu ideialismo e é nisso que reside o vigor de seu espírito.

De têmpera rija, de inamolgável enfibratura, não conhece o desânimo. Desdenha o perigo, porque nele caldeou o seu temperamento. Nunca mentiu a seus companheiros, pois que mantém sempre acesa a chama da lealdade mais pura. Reto, decente para consigo mesmo, não permite a injustiça. Na defesa de seus princípios não mede consequências, nem teme sacrifícios. Não se curva a conveniências, nem admite imposições. Eis, em síntese, o traço de caráter do grande interventor goiano.

Tudo quanto disse, meus senhores, está confirmado pelo julgamento sereno do povo do Brasil. Porque, grande pela extensão territorial, Goiaz era ainda maior pelo abandono. Enquanto outros caminhavam na vanguarda, permanecíamos em estado primitivo, vegetando, embriagando-nos ante as belezas sem par de nossa natureza, não aspirando mais do que aquilo que as nossas vistas alcançavam. Todavia, providencial foi o contraste. Preciso fôra que o caos dominasse para que, da escuridão do nada, surgisse, como aurora redentora, o Estado Novo. Preciso foi que um homem tomasse a si a tarefa árdua de guia de um povo. E aí estão, no silêncio de sua majestade, os palácios de Goiânia, como afirmação inconteste do gênio da época e como símbolo memorável de uma geração de gigantes.

Goiânia não é fruto de impulso momentâneo ou de um capricho político. É a concretização de um ideal secular tantas vêzes sentido e lembrado, mas que circunstâncias não permitiram se realizasse. E aos contemporâneos, mesmo, a mudança da capital se apresentava como tentame de visionário. E, realmente, se analisarmos todos os ângulos desta formidável construção, se medirmos todos os sacrifícios e se avaliarmos os óbices transpostos, então chegaremos a sentir também que só a um espírito de extraordinária fortaleza seria possível conceber e realizar o arrojado plano de se erguer, na bruteza do solo sertanejo, em plena campina, uma cidade que se transformaria, no decurso de pouco mais de um lustro, na capital surpreendente, na esplêndida maravilha que é Goiânia.

Nem por sombra nos assalta o desejo de fazer um estudo retrospectivo

A nova capital de Goiaz vai sendo, pouco a pouco, enriquecida de belas e confortáveis habitações particulares.

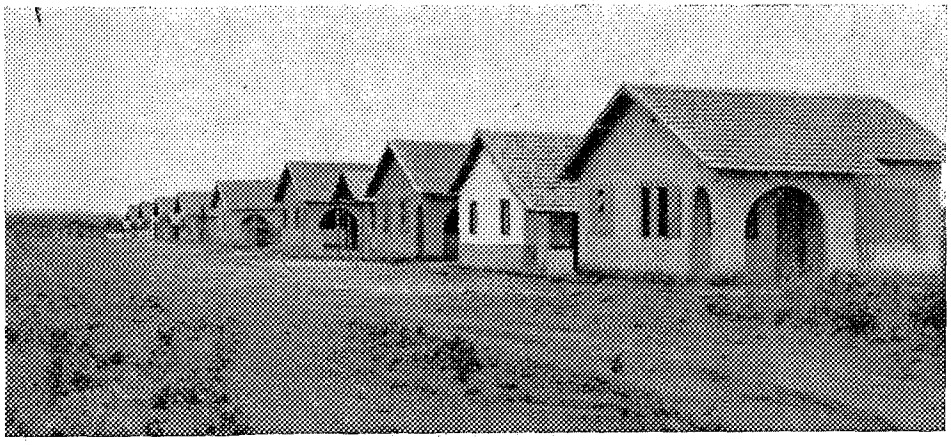
de Goiânia. Basta-nos a certeza de que o Brasil inteiro conhece de sobra o que ela representa como fator de progresso e, mais que isso, como elemento de atração e como centro de irradiação das múltiplas atividades do homem. Temos a prova do que afirmamos no magnífico movimento que se processa ao ensejo do "batismo cultural" de Goiânia, atraindo para o centro do país, numa coesão de sentimentos, numa demonstração positiva de apoio, representantes de tôdas as unidades federadas, de institutos oficiais e de institutos paraestatais. É confortador sentirmos o contacto agradável de tantos patrícios, alguns dos quais vieram de longe, com sacrifícios enormes, só e só para dar a nós sertanejos, para trazer a esta cidade que inicia sua caminhada o alento de seu entusiasmo cívico. Mais e mais se afirma a convicção de que S. Excia., o Interventor PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, não empreendeu obra estadual — sua tarefa é mais vasta, porque é brasileira.

como iluminuras estonteantes, Goiânia atestará a grandeza, o apogeu !

Ouvi, senhores !

Rangem as engrenagens. Sobe o fumo pelo ventre enorme das chaminés. Refolgam possantes vapores. Estridulam sirenes e apitos. Deslizam, pelo asfalto negro, automóveis inúmeros. Máquinas voadoras cortam o espaço em todos os sentidos, descrevendo evoluções incríveis. Nas escolas, nas academias, a mocidade, festiva e esperançosa, prepara-se para os embates da vida. Nos cafés, nos teatros, nos cassinos, nos jardins, nos parques e nas longas avenidas, a mesma intensidade de vida, o mesmo entusiasmo. É a vertigem do progresso.

É o trabalho cantando o seu hino. E eis aí, Senhor Interventor PEDRO LUDOVICO, o seu monumento. Eis a sua consagração. Eis o triunfo de tantas lutas. Eis, enfim, a suprema aspiração — A IMORTALIDADE.



Também os operários não foram esquecidos em a nova capital que surge no centro do coração do Brasil: algumas habitações do bairro proletário.

Colocando-me a uma distância infinita, postando-me na linha do horizonte, quero tornar-me observador apenas, para poder traçar a perspectiva do que o meu espírito possa apreender. Deslocado, assim, para bem longe, para um período remoto, eu desejaria interpretar o pensamento das gerações vindouras. Goiânia é um capítulo, o mais importante, da história de minha terra. Põe à prova a energia de um cérebro, consubstancia o anseio de um povo e retrata a larga visão de um estadista.

No deslumbramento de sua evolução, constitue um assombro e um milagre, realizado em pleno sertão, no coração da pátria. Assinala uma epopéia sublime e é um ponto isolado e destacado na vida de Goiaz. É o marco que separa dois períodos históricos: — o da estagnação e o da ascensão. E então, daquele, só restarão ruínas, e dêste,

Mas não é só. V. Excia. não construiu somente uma cidade, que isso seria pouco ou não seria tudo para sua capacidade realizadora. Foi mais além. Construiu a segurança coletiva, implantou o regime da ordem e do trabalho. Criou u'a mentalidade nova, digna do espírito da época e consoante os princípios de humanidade. Duradoira é a sua obra. O tempo, que tudo consome, não conseguirá destruir os frutos de tanto amor, de tanta dedicação e de tão acendrado patriotismo. A sua consagração não se fez e nem se fará nos monumentos das praças públicas. Ela reside mais na admiração de todos os brasileiros, no culto e na gratidão das gerações futuras.

E aí está porque afirmamos não sermos um povo pobre. Um povo que trabalha, que edifica, que ama extremadamente a sua Pátria, que guarda as

tradições de seus maiores; que defende o seu patrimônio moral e a sua liberdade; que estuda e que evolue, não pode ser pobre !

Somos ricos porque temos a ventura de possuir um governador devotado à causa pública, constituindo-se em exemplo ímpar de trabalho e retidão; que se confunde com os operários; que alenta os descrentes e estimula as fôrças dos apáticos; que irradia bondade e semeia benefícios.

Não posso, nem devo terminar, meus senhores, estas palavras sem que apresente os agradecimentos de Goiânia a quantos vieram emprestar o brilho de sua presença a esta solenidade. Principalmente aos senhores Ministros de Estado, aos dignatários do clero e às altas patentes das Fôrças Armadas. Um agradecimento todo especial ainda aos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representado por seu digno presidente o embaixador MACEDO SOARES e por TEIXEIRA DE FREITAS — o funcionário número um do Brasil. Os trabalhos preparatórios, a propaganda, não seriam bastante para atrair para cá, neste momento em que as dificuldades de transporte se acentuam e que a situação internacional se agrava consideravelmente, tanto interêsse. Eram precisos decisão e entusiasmo, decisão e entusiasmo que nunca faltaram aos dirigentes do Instituto.

Quero, também, expressar a gratidão do povo goianiense a S. Excia. o Senhor Presidente da República, — Dr. GETÚLIO VARGAS.

Nas horas de glória e de alegria é que mais nos aproximamos dessa figura admirável, cuja inteligência patriótica criou no Brasil o clima propício a emprendimentos da envergadura de Goiânia, — mercê da paz, da liberdade e da ordem que seu govêrno implantou, mesmo na angústia do momento atual.

Se motivos adversos não nos permitiram a honra e o prazer de termos a presença dêsse nume tutelar aquí, agora, Goiânia ainda hoje rememora, trêmula de emoção, de quando S. Excia. a visitou; na memória da cidade ainda se vislumbra o vulto daquele que, quando ela começava a ser, quis vê-la e viu-a bem de perto, sentindo seu pulsar; e que assim a estimulou e lhe deu ânimo a prosseguir na trajetória que o seu destino histórico lhe traçara.

Senhores visitantes, aceitai, pois, os agradecimentos da cidade que neste momento se integra no rol das capitais brasileiras e que saúda tôdas as suas irmãs do Brasil."

Ao terminar a leitura dêsse discurso, o Interventor PEDRO LUDOVICO, leu os têrmos de um telegrama, que, sôbre a solenidade, acabava de receber do Sr. Presidente da República, tendo depositado êsse documento na urna histórica da cidade.

Por fim. D. EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, arcebispo de Goiaz e representante do cardeal D. SEBASTIÃO LEME, procedeu à bênção da urna, pronunciando antes algumas palavras alusivas à cerimônia, concluindo por dar vivas ao Brasil e a Goiânia.

A imponente sessão foi encerrada ao som do hino nacional.

V SESSÃO ORDINÁRIA DE ASSEMBLÉIA GERAL DOS CONSELHOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA

Desejando contribuir da forma mais expressiva para o maior brilho das solenidades do "batismo cultural" de Goiânia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística decidiu, por ocasião da realização da sua Quarta Sessão Ordinária, levada a efeito no mês de Julho do ano passado, que a Quinta Sessão Ordinária das Assembléias dos seus dois Conselhos tivessem lugar, no presente ano, em Goiânia.

Quebrando uma antiga tradição regimental, pois tôdas as suas sessões ordinárias, a começar da primeira, vinham se realizando na Capital Federal, o I.B.G.E., para isso, obteve permissão expressa em decreto-lei baixado pelo chefe do govêrno federal. (Decreto-lei n.º 4 092, de 5-2-942).

Afim de tomarem parte na importante reunião, seguiram para a nova capital de Goiaz os dirigentes dos órgãos geográfico e estatístico do I.B.G.E. acompanhados de grande número de técnicos e funcionários.

Instalação das Assembléias A sessão de instalação solene da V Sessão Ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, teve lugar no dia 1.º de Julho último, sob a presidência do Interventor PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Além dos membros dos dois órgãos dirigentes antes referidos, viam-se presentes à importante reunião as altas personalidades locais e as que se en-

contravam naquela cidade como representantes das superiores autoridades da República.

Abrindo a solenidade, o Sr. PEDRO LUDOVICO pronunciou breves palavras alusivas ao ato. Usou após, da palavra o Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do I.B.G.E. para proceder à leitura do discurso do embaixador MACEDO SOARES, presidente do Instituto, o qual, não pôde comparecer às solenidades.

O discurso do embaixador Macedo Soares O discurso escrito pelo embaixador MACEDO SOARES, foi o que se segue:

"A escolha de Goiânia para sede da presente sessão das Assembléias Gerais do nosso Instituto — tal o desejastes, e exprimistes em Resolução de 1941, e como expressamente o autorizou, em decreto-lei, o Sr. Presidente da República — não envolve, apenas, um pensamento de homenagem cívica das mais justas, porque é antes de tudo, um ato de confiança e de fé nos destinos do Brasil.

Aquí estamos, e é como se tivéssemos retomado o fio da própria evolução histórica nacional, para melhor reverenciar aqueles grandes valores do passado que, em vigorosas arremetidas épicas, realizaram a obra de conquista, plasmando com as suas mãos rudes e almas heróicas os limites continentais dêste mundo brasileiro, onde se confinam tôdas as nossas esperanças e cabem tôdas as nossas glórias.

O drama de sangue em que se resolve, nesta hora sombria dos destinos do mundo, o crepúsculo de velhas culturas, como reproduz aquele momento da história humana em que os milagres das grandes descobertas abriram novos cenários à civilização em marcha.

Soa, novamente, a hora da América. A hora de reconstrução de um mundo que se desfaz pelo egoísmo e a violência; a hora de restaurar os valores eternos do espírito, e oferecer à Humanidade em desespêro o confôrto de uma cultura inspirada num alto pensamento de solidariedade cristã.

O Brasil possue no sentido "imperialista" das bandeiras — essas grandes fôrças vivas e móveis a que tanto deve a formação social do país — o melhor signo para a nova era da sua história, cujo objetivo essencial tem de traduzir-se, como tão bem o definiu o próprio Chefe do Estado, no "reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade", afim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas.".

Êsse impulso vigoroso da civilização, visando o domínio completo do patrimônio que nos legou o espírito bandeirante, encontra em Goiânia a sua primeira e vitoriosa etapa. É um exemplo magnífico de compreensão objetiva dos problemas nacionais; é um milagre da inteligência criadora do homem brasileiro; é uma demonstração a mais da nossa capacidade para as emprêsas grandiosas, — êsse espetáculo de fé nos destinos do Brasil que Goiaz nos oferece, como exemplo admirável de predestinação histórica.

Aquí viemos e aquí estamos — os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — para o cumprimento do dever cívico de louvor e exaltação ao descortino e ao patriotismo do governante esclarecido, em cujo nobre espírito como que se antecipou a visão dos novos ciclos históricos do Brasil; à firmeza de ânimo do homem de govêrno que soube querer e soube realizar, porque não lhe faltou jamais a flama de um idealismo sincero e de uma vontade vigorosa; ao bandeirante do Brasil dos nossos dias — PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Passemos agora, senhores Delegados, ao resumo da obra que, a partir da nossa última reunião, foi levada a efeito pelo poderoso instrumento de progresso e cultura, a serviço das grandes causas do Brasil, cujos destinos estão confiados ao vosso patriotismo e capacidade de realização.

Recenseamento No interregno dos vossos trabalhos, o Instituto pode dar conhecimento aos órgãos do govêrno e à própria comunhão brasileira dos primeiros resultados do grande empreendimento censitário realizado, sob a sua responsabilidade imediata, em Setembro de 1940.

Correspondem êsses resultados ao mais importante dos sete censos então levados a efeito — ou seja o Demográfico —, o qual, a exemplo do que ocorreu também com os seis outros, constituiu, no gênero, a mais larga e profunda operação estatística até agora verificada em país latino-americano.

Os elementos divulgados especificam-se pelas Unidades da Federação e os respectivos núcleos municipais e embora não devam ser considerados definitivos, — como bem justifica num país ainda sem tradição censitária e onde o problema dos grandes espaços vem desafiando, como uma contingência geográfica inelutável, o espírito construtivo de sucessivas gerações de administradores — já oferecem subsídios os mais valiosos para a análise das condições sociais do Brasil nesta fase de sua evolução.

Dentre os aspectos mais relevantes traduzidos nos cômputos censitários, cumpre destacar, pelas graves advertências que representa, o da escassa densidade em que ainda se exprime o nosso potencial humano, em cêrca de dois terços do imenso território conquistado pelo ímpeto desbravador dos bandeirantes e juridicamente fixado nos tratados internacionais graças ao gênio político de ALEXANDRE DE GUSMÃO e RIO BRANCO.

Ainda assim, — como observa, com precisão, essa eminente figura de sábio que a confiança do govêrno colocou na presidência da Comissão Censitária Nacional, o professor JOSÉ CARNEIRO FILIPE, — o aumento percentual da população, tendo sido, em meio século, de 191,7 "confere ao Brasil um lugar de destaque entre os povos americanos, pois que lhe está assegurado, na multiplicação natural dos seus filhos, não somente um poderoso fator de engrandecimento, senão também o melhor escudo para sua soberania".

Resolvidos que já se encontram todos os problemas técnicos ligados à última fase da grande tarefa censitária, intensificam-se os trabalhos finais de crítica e apuração mecânica. Dentro em pouco, a nação entrará na posse do maior volume de dados numéricos até agora reunidos sôbre os diversos aspectos de suas realidades, — material êsse que constituirá a mais perfeita caracterização físico-demográfica e sociográfica das nossa condições de existência.

É uma fase expressiva da evolução do Estado Brasileiro, esta que se distingue pelo permanente empenho do conhecimento objetivo de nosso âmbito territorial e das fôrças sociais que nele se agitam, como condição essencial a que nos conservemos fiéis aos nossos destinos históricos e a que possam os governos no seu esfôrço de organização nacional encontrar o rumo exato das aspirações coletivas e do bem comum.

Geografia No setor da geografia, a grande obra empreendida obedece ao objetivo fundamental de restringir cada vez mais — até anulá-los de todo, num decisivo trabalho de penetração e reconhecimento — os limites daquela "terra ignota", em relação à qual apenas se aventuravam, nas cartas baseadas em dados escassos, "o rabisco de um rio problemático ou a idealização de uma corda de serras".

Nos têrmos em que o Instituto situou o problema da nossa auto-revelação, teria de impor-se, por fôrça, um interêsse particular pelos elementos marcantes das nossas realidades antropogeográficas, vale dizer: a Terra e o Homem brasileiros. E se era deficiente e precária — como tão bem o sabeis — a nossa organização estatística nas fases anteriores à qual não menos raras e insuficientes se apresentavam, à falta de sistematização e continuidade nos esforços desenvolvidos, as nossas aquisições quanto ao conhecimento do meio físico.

No golpe de vista a que foi submetido em oportunidade idêntica, apenas há um ano, o largo panorama das realizações do Instituto, no seu primeiro quinquênio de atividades, ficaram bem nítidos os resultados da grande obra que o Conselho Nacional de Geografia vem realizando, sob a orientação entusiástica e devotada de seu secretário geral, o engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, e com a dedicada colaboração de técnicos dos mais ilustres. Basta dizer-vos agora que o ritmo dessas campanhas continua a intensificar-se cada vez mais, como emprêsas magníficas destinadas a fazer emergir dêsse contacto com a Terra a fôrça daquele amor cuja intensidade ARISTÓTELES já condicionava à posse do conhecimento.

A tarefa de atualização da Carta Geral ao milionésimo é o notável empreendimento básico, em cujo plano se fundem quase tôdas as demais iniciativas técnicas do Conselho. São elas, entre outras, as campanhas das coordenadas geográficas e dos levantamentos altimétricos; a da revisão dos mapas dos municípios e das Unidades Federadas; a que visa a perfeita formação, mediante cursos intensivos, de profissionais especializados, para o exercício de atividades cartográficas; a das monografias municipais; e, finalmente, a do preparo do *Dicionário Geográfico Brasileiro* e da *Coletânea das Efemérides Geográficas*.

Sob a influência renovadora das atividades do Conselho e com o seu concurso e patrocínio — promoveram-se durante o ano expedições científicas do maior alcance para o perfeito conhecimento de regiões ainda ignoradas do território nacional. Citem-se, por exemplo, a que teve o norte de Mato Grosso por campo de suas pesquisas e a que estuda, no momento, a faixa fronteiriça dos Estados de Minas, Goiaz e Baía, para melhor fixar a linha divisória, em alguns pontos ainda imprecisa.

O govêrno conferiu ao Conselho — e delas já êle se está desobrigando — atribuições da maior importância, visando assegurar a necessária sistematização à nomenclatura das estações ferroviárias do país. Foi ainda mais longe o decreto que dispôs sôbre a matéria: fixou logo, em têrmos gerais, uns tantos critérios a que terá de submeter-se, em 1943, a revisão do quadro territorial, afim de que seja prevista, em data oportuna — como complemento da campanha sistematizadora a que

deu lugar a lei 311 — a eliminação dos nomes iguais de cidades e vilas, mesmo que se verifiquem em diferentes unidades políticas.

O novo quadro da divisão regional do Brasil, fixado pelo Conselho de Geografia na última sessão de Assembléia Geral e logo aceito pelo de Estatística, teve a sua adoção generalizada a todos os setores da administração, de acôrdo com as recomendações expressas da Presidência da República. Acham-se já concluídos, por outro lado, os estudos para a fixação, segundo os critérios normativos estabelecidos, das zonas fisiográficas das diversas Unidades Políticas.

Consigne-se, ainda, o fecundo esfôrço de ordem cultural que o Conselho vem desenvolvendo pelos vários meios ao seu alcance, dentre os quais não será, decerto, dos menos eficientes a sua magnífica REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. E registre-se, por fim, o seu permanente empenho, no sentido de que se resolvam em definitivo as últimas questões de limites ainda registradas no país, mediante a ascendência de um nobre pensamento de unidade nacional sôbre as preocupações de ordem regionalista que porventura ainda se anteponham à consecução dêsse elevado propósito.

Estatística As realizações levadas a efeito, no decorrer do último ano, no mais antigo dos três setores em que se desdobra a atuação técnica e cultural do Instituto — ou seja o da Estatística — também só nos podem causar o mais justificável regozijo cívico, pela certeza que nos infundem de que o nosso Instituto está bem longe de desmerecer o sábio pensamento de unidade e construção nacional que inspira as suas diretrizes fundamentais.

Ao vos reunirdes precisamente há um ano coube-vos, a exemplo das vêzes anteriores e como tão bem se enquadra nos altos objetivos que determinam estas Assembléias, encaminhar providências e fixar normas do maior alcance para a definitiva consolidação dos fundamentos da obra estatística nacional. E das importantes Resoluções técnicas que então votastes, abrindo novos campos de ação aos esforços do aparelho estatístico nacional muitas já alcançaram integralmente os seus fins, encontrando-se encaminhadas, em relação a quase tôdas as demais, as providências que delas deviam resultar.

Não há dúvida de que, sob êsse aspecto, foi dos mais expressivos o período a que se referem os fatos ora enumerados nesta rápida resenha. Atentemos, por exemplo, nas medidas a que deram lugar, dentre as vinte de vossas Resoluções de 1941, relativas a assuntos técnicos, a que apresentou sugestões para a execução das estatísticas administrativas; a que recomendou providências para o levantamento regular e uniforme do movimento de hóspedes em hotéis e pensões; a que dispôs sôbre a criação das Secções de Estatística Militar; a que promoveu os levantamentos do custo da vida em tôrno das condições de uma família-padrão; as que cogitaram da regularização das nossas estatísticas industriais e outras a que poderiam ser ainda referidas, inclusive a que visou assegurar a unicidade das nossas pesquisas estatísticas e teve êste objetivo conseguido através de recomendações expressas da Presidência da República.

O vosso caloroso pronunciamento, declarando a solidariedade do Conselho ao Instituto Inter-Americano de Estatística e manifestando os nossos propósitos de colaboração em face do notável programa técnico e cultural, possue, já agora, um sentido bem mais prático e efetivo, com a adesão do país à prestigiosa entidade, cuja criação se reveste de tão alta importância para os destinos da Estatística, no continente e no mundo.

Ainda a uma das Resoluções da última sessão desta Assembléia, pela qual se instituiu o "Dia do Estatístico", devemos todos nós as gratas emoções que assinalaram, êste ano, a comemoração do 29 de Maio, — data a que já agora se confere um sentido bem mais belo e profundo, porque não apenas relembra a criação do instituto, como serve de ponto de referência à inter-vinculação espiritual da nossa grande comunidade estatística.

Mas, bem sabeis todos vós, meus senhores, que embora tudo quanto aquí se referiu já muito signifique, ainda não foi tudo.

Deliberações oportunas e acertadas dos colégios dirigentes do sistema alargaram as perspectivas do nosso campo de atuação; promoveu-se, através de várias providências técnicas e administrativas, o melhor funcionamento da rêde de órgãos do Instituto; intensificaram-se os sentimentos de fraternal aproximação entre os servidores da estatística, em todo o país; prosseguiram as campanhas para o levantamento das correntes internas de comércio e a organização sistemática das *Tábuas Itinerárias Brasileiras*; elevou-se, através de novos cursos de especialização e aperfeiçoamento, o nível de capacidade técnica dos nossos quadros profissionais, hoje dominados, em sua maioria, por um nobre espírito de estímulo e emulação; ampliou-se, em vários sentidos, a atuação técnica e cultural do sistema, principalmente no que respeita à sua notável obra publicitária, ex-

pressivamente assinalada, no interregno das vossas sessões de 1941 e 1942, com o lançamento, entre outros importantes trabalhos, do quinto volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, relativo ao biênio 1939-1940, do substancioso documentário às Conferências Nacionais de Educação e de Saúde, sob o título *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Educação*, e de mais quatro números da *Revista Brasileira de Estatística*, maiores recursos e melhores condições de eficiência foram assegurados à quase totalidade dos órgãos estatísticos regionais; concluiu-se a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, criaram-se registros e outras providências enérgicas e eficazes se fizeram sentir, afim de favorecer a realização das pesquisas estatísticas, pelo progressivo aperfeiçoamento das fontes de informação primária; consolidou-se sob o patricínio direto do Instituto, a Sociedade Brasileira de Estatística; e, por fim, de novos e honrosos pronunciamentos foi objeto a Estatística Brasileira, pelos progressos alcançados na atual fase de sua organização, destacando-se entre êles o do II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em Setembro de 1942 em Santiago do Chile.

Também estão em via de ser integralmente satisfeitos os objetivos que tivestes em vista, zelando pelos altos interêsses da nossa cultura e unidade espiritual, ao dirigir um caloroso apêlo ao nobre e lúcido espírito do Sr. Ministro da Educação, no sentido de prevalecimento integral da ortografia resultante do acôrdo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. E estais assistindo, neste momento, à própria efetivação prática daquele expressivo plano de comemorações cívicas e culturais que tão bem visastes numa outra das vossas Resoluções de 1941, para assinalar êsse magnífico acontecimento histórico, que é a investidura definitiva de Goiânia nos seus foros metropolitanos.

Como arremate dêsse admirável panorama, aqui focalizado de relance, aludamos, finalmente, ao fato de maior relêvo dentre os que se verificaram no período sob exame, pela sua excepcional importância tanto para a estruturação e os fundamentos do próprio sistema estatístico, como também — e sobretudo — para os interêsses da boa ordem administrativa e da defesa do país.

Já percebestes, decerto que me estou referindo àquele memorável diploma legislativo baixado sob n.º 4 181, pelo Sr. Presidente da República, a 16 de Março dêste ano. Doutra providência não sei de que vos possa falar neste momento — cuja significação para a obra e os destinos do nosso Instituto se me afigurasse mais profunda e relevante.

Estamos em face de um plano corajoso sob vários aspectos, originário de uma iniciativa do Estado Maior do Exército — que foi, aliás, quem o encaminhou à consideração do govêrno — e fixado em colaboração com o Instituto, afim de que, através de um esfôrço decisivo de unificação nacional e utilizadas ao máximo as virtualidades do sistema político descentralizado que tanto desejamos respeitar, como um imperativo mesmo da nossa formação histórica, possa a estatística civil brasileira adquirir integralmente as condições de profundidade, exatidão e eficiência julgadas imprecindíveis, no momento, não apenas à obra de reconstrução empreendida pelo Estado Brasileiro, mas sobretudo ao perfeito prevalecimento dos interêsses vitais da segurança nacional.

Em dois ciclos se dividem as providências previstas nessa lei memorável: a criação, nos Departamentos Estaduais de Estatística, de Secções de Estatística Militar, conforme o Instituto já vinha pleiteando de há muito; e a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, destinados a conferir à infra-estrutura do nosso grande sistema as características de eficiência técnica de cuja falta ainda se ressente, por fôrça de fatores somente removíveis através do recurso à delegação ao Instituto livremente consentida pelas autonomias municipais a isto convidadas — dos serviços estatísticos atualmente mantidos pelos órgãos primários de nossa organização política.

Até o momento, vinte e uma Unidades Federadas já criaram as Secções de Estatística Militar nos respectivos Departamentos Regionais e apenas em cinco ainda não está assinado o Convênio Inter-governativo que, com tanto acêrto, foi considerado imprecindível à plena consecução dos altos fins em que se inspirou, nesta hora de justificáveis apreensões, a lei 4 181.

Conclusão Concluída, pois, esta rápida revista em que, nos têrmos da disposição regimental, me coube resumir as atividades do Instituto a partir da sessão anterior, já é tempo, senhores, de que nos congratulemos pelos admiráveis aspectos em que se desdobra esta obra magnífica, e prossigamos, de ânimo erguido, no esfôrço construtivo que a Nação exige de todos nós, — e agora mais do que nunca.

Antes de fazê-lo, todavia, já que nos detivemos aqui a contemplar os marcos da estrada, seja-nos dado assinalar, com os votos de reconhecimen-

to cívico que nos inspira um alto sentimento de justiça, o quanto deve a obra realizada pelo Instituto ao espírito de cooperação, ao infatigável entusiasmo, à solicitude, à clarividência e ao desinterêsse de quantos lhe teem dado o melhor dos concursos, — patriótica, abnegada, eficientemente. Aos Poderes Públicos, federais, regionais e municipais; aos trabalhadores anônimos da Estatística e da Geografia, em todos os quadrantes do país; às instituições cívicas, culturais e religiosas, quer públicas, quer privadas; aos homens de imprensa; a todos os brasileiros de boa vontade, — cheguem, nesta hora, as nossas homenagens votivas, em que se traduz a própria gratidão nacional, pois que, a essas poderosas fôrças sociais devemos, todos nós, o que é e o que pôde até agora realizar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aquí estais, pois, em pleno coração da Grande Pátria que os nossos maiores criaram com o seu sacrifício e bravura e com a coragem indomável das suas esperanças, para atingir a plenitude de um magnífico destino. Já vos conheço o patriotismo, a prudência, o espírito público, e sei que as deliberações que ides tomar, como representantes ilustres dos governos de cuja autoridade o Instituto é delegatário, serão sempre inspiradas no mais alto sentimento de solidariedade humana, de respeito mútuo, de compreensão fraterna. Serão essas deliberações inscritas em nossos Anais, *ad perpetuam, rei memoriam,* como as Resoluções de Goiânia.

E porque assim o será, aceitemos a contingência misteriosa do milagre telúrico que emergiu dos "sertões", como se a própria voz da terra conclamasse a audácia dos homens para a epopéia da conquista e do desbravamento: nenhuma outra, mais do que elas, poderá refletir os grandes valores morais que disciplinam o ritmo da nossa história. Valores de coesão, ante as fôrças desagregadoras das tradições transmitidas pelo Império e a Fé; valores de autonomia, a antecipar na conciência geográfica da pátria ainda informe o próprio sentido de sua soberania política; e valores de unidade, que permitiram ao Brasil conservar-se fiel à sua vocação cristã, sob o signo eterno da mesma Cruz há quase três séculos erguida nas terras fecundas dos Goiases pelas mãos predestinadas de ANHANGUERA".

*

Outros discursos: Cessados os aplausos com que foi recebido o discurso do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, usou da palavra a senhorita GLÁUCIA WAMBERGER, para, em nome do Sr. JOÃO DE LOURENÇO, delegado do Ministério da Fazenda junto ao Conselho Nacional de Estatística, que não pôde estar presente à reunião de Goiânia, ler o discurso de saudação aos delegados estaduais da ala estatística, que o mesmo elaborou.

Por parte da representação federal do Conselho Nacional de Geografia, falou o engenheiro GÉRSON DE FARIA ALVIM, delegado do Ministério da Agricultura no Diretório Central do referido Conselho. Discursaram a seguir em nome das representações estaduais junto aos dois Conselhos, os Srs. JOSÉ MARTINS RODRIGUES, secretário da Fazenda do Estado do Ceará e MÁRIO MELO, o primeiro delegado cearense à Assembléia do Conselho Nacional de Estatística e o segundo delegado pernambucano à Assembléia do Conselho Nacional de Geografia.

*

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA V ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, PELO DELEGADO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, ENG.º GÉRSON DE FARIA ALVIM

"Vindos de bem longe, da Capital Federal uns e outros das capitais dos Estados, delegados à V Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aquí nos reunimos, obedientes aos imperativos de decreto-lei especial, dêste ano, no cumprimento das funções regulamentares dessa mesma Assembléia.

Com êsse ato, quis o govêrno da República, enaltecendo um feito, prestar homenagem ao esfôrço e operosidade da administração estadual, e fê-lo por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que desta forma, realça mais uma vez a fidelidade ao seu lema "coordenar, cooperando", apresentando ao Brasil a nova capital goiana, que receberá com essas manifestações, o seu batismo cultural.

Goiânia, a nova, bela e futurosa capital do Estado, a segunda cidade construída a propósito, no nosso país, uma jóia engastada em pleno coração do Brasil, é o fruto do esfôrço orientado no sentido da grandeza do Estado. Será também uma bússola a indicar a direção permanente da "marcha para o oeste".

A sua posição geográfica, seu clima, sua fisiografia, vaticinam-lhe um grandioso porvir.

O ambiente é para todos nós confortador e de franco entusiasmo; confortador, porque robustece na geração

atual a confiança em si mesma, cristalizada no espírito intrépido e ousado, que foi o apanágio dos nossos antepassados, e entusiasmo porque vemos elevada às culminâncias da administração pública a capacidade inteligente e realizadora.

Senhores, no cumprimento de honrosa missão que me foi confiada, falar-vos nesse momento, bem o faria sintetizando a obra admirável, monumental, do Conselho Nacional de Geografia, que escreve, cada ano que passa, um capítulo memorável nos fastos da geografia nacional, obra que não constitue apenas realizações materiais; a mobilização do elemento intelectual que o Conselho vem incorporando às fileiras dos estudiosos da geografia, representa incontestavelmente realização sem precedente. A síntese, porém, deveria ser uma expressão simbólica de integral complexa, cujos limites são muito difíceis de se definir, e receio mesmo penumbrar um quadro esplendente que nos expõe, com nítida clareza, a incomparável organização técnico-administrativa, que é a Secretaria Geral do Conselho, através de suas preciosas publicações.

Assim sendo, prefiro ficar nas generalidades, dirigindo a palavra ao próprio Estado, que tão afetuosamente nos recebe, recordando um pouco o seu passado, para melhor focalizar o presente, no tema da mais viva atualidade, o aproveitamento dos seus recursos minerais.

A história do Estado de Goiaz está intimamente ligada à descoberta do ouro. Já teve por isso o seu período de esplendor, que foi sucedido pela decadência no decorrer do mesmo século XVIII. Já em 1809, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Marquês de Palmas, em relatório, descrevia com palavras cheias de amargura a penosa situação da província e a miséria que se alastrava por tôda a população, consequência da exaustão das milenárias concentrações auríferas.

O seu esplendor foi pois, como nas outras antigas províncias, fugaz. Desapareceu com o precioso metal e ficou a miragem alimentando a fascinação.

Passaram-se os tempos.

A mineração, entregue ao empirismo dos faiscadores a mendigarem as batidas areias dos rios e dos garimpeiros a revolverem velhos monchões, continuava sem expressão industrial.

Nesse interim, verificam-se novas descobertas, riqueza potencial, que os rumos novos da política nacional procuram transformar em valor.

Com efeito, as inesgotáveis reservas de minério de níquel, expostas aos olhos perplexos do mundo, verdadeiramente deslumbrado, foram o primeiro sinal de reação.

O ouro, que deixou de ser fácil, porque o tempo não pôde destruir as suas arcas, como fizera lentamente milênios passados e que por isso exige hoje o concurso da técnica moderna, o diamante, que ainda atrai levas de garimpeiros, o rutilo, o quartzo, o níquel, tudo a terra abençoada, prodigiosa, acudindo ao apêlo da necessidade, oferece ainda em abundância, porém, exigindo agora uma exploração hábil, para garantir-lhe uma existência à altura dos seus recursos, isto é, cobrando o seu tributo sob a fórmula: ser inteligentemente explorada, para tornar-se vantajosamente beneficiada.

Nesse sentido agem os governos da República e do Estado.

São demonstrações eloquentes os trabalhos preparatórios da exploração do níquel, de suas ricas jazidas e dos outros recursos minerais, bem como os estudos diretamente relacionados à agricultura que se realizam em várias zonas do Estado. Não é só. Igual significação tem a notícia que muito me apraz transmitir-vos e que reflete também decisiva influência do Conselho Nacional de Geografia.

Nesse momento, percorre o Estado na zona limítrofe com Minas e Baía uma importante expedição científica, organizada, em estreita colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão do Ministério da Agricultura.

A expedição se compõe de técnicos especializados das duas referidas instituições, completando a comissão representantes dos Estados de Minas, Goiaz e Baía.

Sua finalidade é estudar, sob o ponto de vista geográfico, fisiográfico, geológico e econômico, extensa faixa do território nacional, ainda pouco palmilhada e quase virgem dos olhares investigadores da ciência.

Não é que cientistas tivessem deixado de visitar o Estado. St. Hilaire, Eschwege, Pohl, Burchell, Castelnau, Gardner, Hartt, todos estrangeiros, Couto de Magalhães, um grande brasileiro, cujos trabalhos são ainda documentos de alto valor, Raimundo José da Cunha Matos e outros, nos meados do século passado, percorreram-no em várias direções, mas as suas observações são muito gerais. Faltavam-lhe vias de comunicação, facilidades de transporte e uma base cartográfica, sôbre a qual pudessem registrar as suas conclusões.

Do ponto de vista geológico as notícias são ainda mais diluídas, limitando-se a indicações litológicas vagas, como a existência provável de calcáreo, xisto, rochas metamórficas, etc. A estratigrafia é superficialmente sugerida.

Entretanto, todos êsses trabalhos pioneiros, levados a têrmo com sacrifícios quase sobrehumanos, foram relevantes conquistas, que constituíram as bases para o delineamento da cartografia de tôda a região.

Promulgada a Constituição de 24 de Fevereiro, em respeito ao seu art. 3.º, foi em 1892, nomeada uma comissão para demarcar no planalto central do Brasil, uma área de 14 400 quilômetros quadrados, onde seria erguida a nova Capital Federal. Esta área ficou quase integralmente dentro do território goiano. O Estado teve assim, nessa ocasião, a visita de uma numerosa comissão técnico-científica, composta de figuras de escol, civís e militares, da ciência brasileira, chefiada pelo sábio prof. LUIZ CRULS. O relatório dessa comissão é um precioso repertório de informações sôbre todos os assuntos exigidos para o estudo do projeto de construção de uma grande capital. Sua fisiografia, as formações geológicas, a fauna, a flora, o solo, a água, o ar, foram objetos de minuciosa investigação. Depois desta comissão seguiu-se um grande hiato e só a partir de 1918, foram os estudos do solo goiano retomados pelo antigo Serviço Geológico e Mineralógico, atual Departamento Nacional da Produção Mineral, e os seus técnicos fizeram e continuam fazendo viagens científicas pelo interior do Estado.

Citaremos, entre os que já não pertencem ao nosso meio, GUILHERME MILLWARD, BULHÕES PEDREIRA, PAULINO FRANCO DE CARVALHO, e entre os vivos: prof. ODORICO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, ALBERTO ERICHSEN, GLYCON DE PAIVA, ALBERTO RIBEIRO LAMEGO, OTO HENRY LEONARDOS, AXEL LOFGREN, JOÃO MIRANDA.

Os trabalhos produzidos por todos êsses geólogos vieram se acumulando, permitindo a publicação do primeiro mapa geológico do Estado em 1939, no atlas da Divisão de Geologia e Mineralogia. Pela mesma Divisão, em 1940 foi publicado um novo mapa em escala maior.

Os estudos da atual expedição teem finalidades mais complexas, que resumiremos nos seguintes itens:

1.º) Determinar as coordenadas geográficas dos marcos das linhas interestaduais, partindo da trijunção: Minas-Baía-Goiaz e terminando na quadrijunção Baía-Goiaz-Maranhão-Piauí.

2.º) Determinar as coordenadas geográficas dos centros populosos vizinhos à linha limítrofe.

3.º) Efetuar o levantamento topográfico ao longo da linha limítrofe, ampliando-o nas vizinhanças dos trechos povoados.

4.º) Estudar a geologia da região, fazendo secções transversais nas zonas de maior interêsse científico e econômico.

5.º) Determinar a declinação magnética de tôdas as localidades visitadas.

6.º) Estudar a fisiografia de tôda a região.

A expedição iniciou os seus trabalhos em Formosa, seguirá até Sítio D'Abadia e daí rumará para o norte, passando por Posse, S. Domingos, Taguatinga e Dianópolis, sedes municipais goianas, distantes da fronteira oriental do Estado, segundo os dados conhecidos, de 15 a 35 quilômetros. Do lado baiano as sedes municipais mais próximas: Barreiras e Correntina, distam da fronteira com Goiaz, de 100 a 150 quilômetros em linha reta.

As informações registram dêsse mesmo lado uma série de pequenos núcleos povoados ao longo dessa divisa, que segundo as descrições oficiais acompanha o divisor de águas, formado pela serra de Taguatinga. Mas essas descrições são calcadas em elementos informativos, cujo valor vem se diluindo através dos tempos, à medida que o progresso, avançando para o interior do país, vai espancando as brumas que as dificuldades de acesso se interpõem entre a civilização e a natureza ainda fechada.

A linha divisória, desenvolvendo-se numa extensão que se mede por várias centenas de quilômetros, exibe acidentes notáveis, entre os quais cumpre destacar a lagoa do Varedão.

Esta lagoa, por cujo eixo passa a linha referida, distribue suas águas para os rios S. Francisco e Tocantins, apresentando assim um singular acidente topográfico: um *divortium aquarium* líquido. Ela constitue o último trecho a ser estudado pela expedição, que terminará os seus trabalhos no marco de quadrijunção, ponto em que se defrontam os Estados da Baía, Goiaz, Maranhão e Piauí.

Há uma outra informação, digna de ser verificada, a respeito dessa lagoa.

Sabemos que o rio Parnaíba serve de limite, ao longo de todo o seu curso, entre os Estados do Maranhão e Piauí e o marco de quadrijunção está no extremo da cabeceira do Parnaíba.

Mas HARTT, escrevendo sôbre a região, em seu trabalho *Geology and*

Physical Geography of Brazil, diz que o rio Parnaíba nasce na serra de Tabatinga, no ângulo formado pela junção das bacias hidrográficas de S. Francisco e Tocantins, e êsse ângulo só pode coincidir com a lagoa do Varedão que une, como vimos já, as duas bacias.

Assim a expedição virá resolver uma dúvida grande da geografia nacional.

No ponto de quadrijunção ficará, pois, encerrada uma campanha de objetivos bem variados, donde decorrerá uma série de resultados científicos e técnicos de valor inestimável.

Ao mesmo tempo, ficará o Govêrno da República de posse de uma contribuição notável para a realização dos elevados propósitos de integrar na comunidade brasileira, imensas áreas que vegetavam num doloroso esquecimento.

Não preciso, Senhores, aduzir mais palavras para justificar a oportunidade dessa expedição, levada a efeito com sacrifício pecuniário relativamente pequeno para os cofres públicos e com o entusiasmo de um grupo de moços competentes e dedicados.

Esta expedição não é a primeira organizada pela Divisão de Geologia e Mineralogia, que o Conselho Nacional de Geografia empresta o seu indiscutível prestígio e decidida colaboração. No ano próximo passado o Estado de Mato Grosso foi visitado por uma turma de técnicos, constituída nos mesmos moldes, que o atravessou de leste a oeste.

Acredito mesmo que seria de incalculável mérito a própria iniciativa do Conselho Nacional de Geografia nesse sentido, como complemento às duas ordens de trabalhos geográficos cuja execução se vem processando com pleno êxito: a campanha altimétrica e a campanha das coordenadas geográficas, que tem conseguido notáveis resultados.

A Assembléia que, dentro em pouco, se reunirá em sessão para deliberar, a exemplo das anteriores, terá certamente o máximo empenho em confirmar a sua brilhante atuação passada, com pronunciamento que destacarão cada vez mais a obra do Conselho.

Nesse sentido formulo os meus mais calorosos votos.

Senhores, fazendo uma sincera profissão de fé, concentremos o nosso pensamento, em ardente prece, rogando ao Todo Poderoso, pela grandeza da nossa Pátria, restituindo integralmente aos seus sacrossantos misteres o Grande Chefe Nacional, Presidente GETÚLIO VARGAS. Com essas palavras, senhores delegados estaduais, eu vos saúdo, em nome dos delegados federais, e adventícios que somos quase todos aquí, dir-vos-ei: sejamos bem vindos!...

*

REPREESNTANTES CREDENCIADOS À ASSEMBLÉIA DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Da relação dos membros credenciados à V Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, lida pelo engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, constavam os nomes das seguintes pessoas que estiveram em Goiânia integrando a Assembléia:

Delegação federal Coronel LÍSIAS RODRIGUES, representante do Ministério da Aeronáutica; engenheiro GÉRSON DE FARIA ALVIM, representante do Ministério da Agricultura; engenheiro ULPIANO DE BARROS, representante do Ministério da Fazenda; comandante ANTÔNIO ALVES CÂMARA JÚNIOR, representante do Ministério da Marinha; Sr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; engenheiro JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Sr. LUIZ NUNES BRIGGS, representante do Conselho Nacional de Estatística; engenheiro MÁRIO RODRIGUES, representante das Instituições Filiadas; engenheiro MOACIR SILVA, suplente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Delegação regional Sr. MANUEL DIEGUES JÚNIOR, representante do Estado de Alagoas; Sr. ULISSES UCHOA BITTENCOURT, representante do Estado do Amazonas; engenheiro LAURO DE ANDRADE SAMPAIO, representante do Estado da Baía; Sr. JOAQUIM TORCÁPIO FERREIRA, representante do Estado do Ceará; engenheiro CÍCERO DE MORAIS, representante do Estado do Espírito Santo; Dr. HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA, representante do Estado de Goiaz; Dr. DJALMA FORTUNA, representante do Estado do Maranhão; engenheiro ALÍRIO HUGUENEY DE MATOS, representante do Estado de Mato Grosso; engenheiro BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, representante do Estado de Minas Gerais; Sr. JORGE DA GAMA MALCHER, representante do Estado do Pará; Sr. LEOMAX FALCÃO, posteriormente substituído pelo professor SISENANDO COSTA, representante do Estado da Paraíba; Sr. LAURO SCHLEDER, representante do Estado do Paraná; Sr. MÁRIO CARNEIRO RÊGO MELO, representante do Estado de Pernambuco; Sr. JOÃO BASTOS, representante do Estado do Piauí; engenheiro LUIZ DE SOUSA, representante do Estado do Rio de Janeiro; AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA, representan-

te do Estado do Rio Grande do Norte; engenheiro João Batista Pereira Filho, representante do Estado do Rio Grande do Sul; Engenheiro José Nicolau Born, representante do Estado de Santa Catarina; Engenheiro Valdemar Lefèvre, representante do Estado de São Paulo; Sr. João Carlos de Almeida, representante do Estado de Sergipe; Sr. Raimundo Nobre Passos, representante do Território do Acre.

Conferencistas do Curso de Informações Tenente Coronel José Lima Figueiredo, professor Afonso Várzea e professor José Veríssimo da Costa Pereira.

Trabalhos normais da Assembléia Em uma das salas de aula da Escola Técnica de Goiânia, no dia 2 de Julho, com a presença de todos os representantes estaduais e federais acreditados e outras pessoas gradas, iniciaram-se os trabalhos ordinários da Assembléia, sob a presidência do engenheiro Lauro Sampaio, que concedeu a palavra ao engenheiro Leite de Castro para que êste, em cumprimento a uma Resolução adotada, fizesse um ligeiro restrospecto das atividades desenvolvidas no ano civil de 1941 pelo Diretório Central do C.N.G.

Na ordem do dia, por ocasião da apresentação dos primeiros projetos de Resoluções, por proposta do engenheiro Moacir Silva, foi solicitada urgência para a votação do projeto n.º 1, no qual era prestada uma homenagem ao govêrno do Estado de Goiaz. Êste projeto foi logo convertido na Resolução n.º 107.

A primeira parte da sessão realizada no dia seguinte (3) presidida pelo comandante Antônio Alves Câmara, foi dedicada à eleição dos cargos de presidente e relator das comissões. Na ordem do dia falaram os engenheiros Lauro Sampaio e José Nicolau Born, que apresentaram relatórios referentes às atividades dos Diretórios Regionais do Conselho na Baía e Santa Catarina, respectivamente, alusivas ao ano de 1941. Nessa reunião foram ainda apresentados vários projetos e aprovadas diversas resoluções.

Nas sessões subsequentes foram tratados e resolvidos assuntos geográficos do mais alto interêsse.

O plano de divisões dos Estados em regiões fisiográficas, a cargo da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição central do Conselho Nacional de Geografia foi amplamente debatido na reunião levada a efeito, no dia 7 do mesmo mês, sob a presidência do coronel Lísias Rodrigues.

O engenheiro Cristóvão Leite de Castro ao iniciar os debates sôbre o importante assunto sugeriu que fôsse solicitada a colaboração da ala estatística.

O Engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães passou a fazer em seguida uma exposição sôbre a matéria em debate. Êsse técnico esclareceu os critérios. seguidos na organização do plano e concitou os delegados estaduais presentes a realizarem, em pequenos grupos, entendimentos que pudessem resultar em sugestões e elementos para as retificações necessárias.

Seguiu-se com a palavra o professor Francis Ruellan, geógrafo de renome, professor da Sorbonne e atualmente regendo a cátedra de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que vem emprestando decidida e eficiente colaboração ao Conselho Nacional de Geografia. No seu oportuno e erudito comentário o cientista francês apreciou tecnicamente a exposição que acabava de ouvir, detendo-se sôbre o problema do critério de discriminação de regiões naturais de acôrdo com as modernas normas da ciência geográfica.

Comentários também de interessante oportunidade e revestidos igualmente de moderna precisão científica foram os emitidos pelo professor José Veríssimo da Costa Pereira.

Depois interveio nos debates o tenente coronel Lima Figueiredo, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, que manifestou eruditas opiniões sôbre o plano em debate, tendo o engenheiro Macedo Soares Guimarães voltado a fazer esclarecimentos em face dos debates suscitados.

Sessão conjunta de encerramento A sessão conjunta de encerramento das duas Assembléias dos dois Conselhos — o de Estatística e o de Geografia — realizada no dia 10 de Julho sob a presidência do comandante Antônio Alves Câmara, revestiu-se de solenidade.

O primeiro a falar foi o engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, que fez o relatório dos trabalhos da Assembléia do Conselho Nacional de Geografia.

Em seguida o Sr. M. A. Teixeira de Freitas fez igual relato das atividades da Assembléia de Estatística.

E por fim, apresentando despedidas, falaram os delegados goianos às Assembléias, Dr. Humberto Ludovico de de Almeida, dirigindo-se aos pares do plenário da geografia, e Dr. Balduíno Santa Cruz saudando os técnicos de estatística.

Ementário das Resoluções aprovadas Na V reunião ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia foram aprovadas as 23 Resoluções em seguida mencionadas:

N.º 107 — Presta homenagem ao govêrno do Estado de Goiaz.

N.º 108 — Dispõe sôbre as contas do Conselho relativas ao período de Julho de 1941 a Junho de 1942.

N.º 109 — Determina a publicação duma Corografia do Brasil, na Biblioteca Geográfica Brasileira.

N.º 110 — Baixa as instruções para a realização em 1943 do concurso anual de monografias de aspectos geográficos municipais.

N.º 111 — Promove a realização de expedições científicas anuais.

N.º 112 — Organiza o Curso de Informações, anexo às sessões da Assembléia.

N.º 113 — Presta homenagem aos brasileiros devotados à Geografia Nacional, falecidos durante o exercício de 1941-1942.

N.º 114 — Baixa recomendações aos órgãos do Conselho para colaborarem nos trabalhos do X Congresso de Geografia.

N.º 115 — Dispõe sôbre os serviços de Secretaria dos Diretórios Regionais.

N.º 116 — Dispõe sôbre a criação de um Código de Especificações Técnicas, que regule a execução dos trabalhos geográficos dentro do país.

N.º 117 — Elege os membros das Comissões Técnicas e lhes sugere temas de estudos.

N.º 118 — Baixa instruções e recomendações àcêrca da revisão dos quadros municipais e distritais, a processar-se em 1943.

N.º 119 — Dispõe sôbre a uniformização das Convenções Cartográficas referentes à geologia e à petrografia.

N.º 120 — Baixa instruções para o preparo de contribuições regionais ao Dicionário Geográfico Brasileiro.

N.º 121 — Dispõe sôbre a realização de estudos relativos à Serra do Mar.

N.º 122 — Aprova os atos e deliberações dos Diretórios Regionais e Central, referentes ao ano de 1941.

N.º 123 — Dispõe sôbre o orçamento do Conselho para 1943.

N.º 124 — Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, para uso da estatística brasileira.

N.º 125 — Dispõe sôbre a publicação de bibliografias geográficas na Biblioteca Geográfica Brasileira.

N.º 126 — Exprime congratulações, formula votos e apelos àcêrca de acontecimentos de interêsse para a geografia nacional ocorridos no exercício 1941-1942.

N.º 127 — Dispõe sôbre a situação da repartição Central do Conselho.

N.º 128 — Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística pela unificação dos serviços municipais de estatística e apresenta sugestões.

N.º 129 — Dispõe sôbre a criação dos Serviços Geográficos Estaduais.

BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

Visando concorrer para maior enriquecimento da bibliografia científica do país, mais uma campanha acaba de ser lançada pelo Conselho Nacional de Geografia, com a criação da "Biblioteca Geográfica Brasileira", e a consequente instalação da respectiva comissão diretora.

A nova atividade técnico-cultural, que estava prevista pela Resolução n.º 68, adotada na 4.ª Sessão da Assembléia Geral do mesmo Conselho, destina-se a promover e patrocinar a edição de "livros referentes à técnica geográfica e à geografia do Brasil".

Ao estabelecer as normas gerais a serem seguidas quanto à sua estruturação, o Conselho Nacional de Geografia, através do seu mais elevado órgão deliberativo, atribuiu ao seu secretário geral o encargo de dirigir a "Biblioteca", auxiliado por uma comissão de especialistas.

Essa comissão composta de destacados nomes nas letras e no ensino da geografia ficou constituída de 5 membros efetivos e de 3 suplentes, tendo tomado posse a 18 de Setembro dêste, perante o Diretório Central do

C.N.G., em sessão presidida pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares.

O engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia e, nessa qualidade, presidente da aludida comissão, ao abordar, recentemente, as razões que fundamentaram a criação e a orientação científica da "Biblioteca Geográfica Brasileira" explicou, de início, que o Conselho quando incorporou essa atividade ao seu já vasto âmbito de trabalho cultural baseou-se em vários motivos, todos relevantes.

Em primeiro lugar mencionou a deficiência da literatura geográfica brasileira, deficiência que acentuou existir não somente quanto à quantidade mas, sobretudo, quanto à qualidade, porque as obras que existem, nesse campo de especialização científica, salvo algumas exceções, são, na maioria dos casos, antiquadas ou fantasiadas. Tornar o território nacional mais e melhor conhecido, que é a um tempo obra de cultura e obra de civismo, constitue em primeiro plano, o maior objetivo do Conselho ao lançar a "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Uma segunda razão poderosa atuou, consequente do êxito dos trabalhos do Conselho, apesar da sua existência de poucos anos. É que a documentação geográfica levantada em seus empreendimentos, pesquisas e campanhas, ou por êle coligida, é tão alentada e valiosa que permite a elaboração de textos geográficos novos, nos quais sejam divulgados os conhecimentos sôbre o nosso imenso território de maneira muito mais completa, atualizada e fiel.

Acresce ainda que dispõe o Conselho de uma Secção de Estudos, verdadeiro laboratório de pesquisas servido por especialistas, pela qual se possibilita a utilização de formidável documentação, segundo critérios metodológicos modernos, por tal forma que resultem elaborações culturais de apreciável teor científico.

Em terceiro lugar, influiu na deliberação do Conselho o desejo de proporcionar oportunidade aos cultores da Geografia no Brasil para divulgarem os seus trabalhos, porquanto a publicação de obras geográficas, em via de regra, pelo seu elevado custo, apresenta dificuldades quanto ao seu lançamento pelos processos editoriais comuns.

Eis, em resumo, as principais razões que influíram para a criação da "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Reportando-se à orientação a ser seguida no lançamento dos livros que constituirão a valiosa "Biblioteca", o engenheiro Leite de Castro referiu-se antes ao orgulho que lhe causava ser diretor do setor cultural recém-criado, depois fez notar a grande responsabilidade decorrente da tarefa, salientando, entretanto, o valioso auxílio que receberá da comissão composta de eminentes geógrafos e professores, a qual imprimirá orientação científica à "Biblioteca", para que, dêsse modo, suas publicações reflitam documentação fidedigna e acolham conceituação geográfica e científica exata.

Enumerando os nomes componentes da comissão, o diretor responsável da "Biblioteca Geográfica Brasileira" o fez acrescentando ao nome de cada um deles, referências científico-culturais; professor Carlos Delgado de Carvalho, autor de numerosos estudos geográficos originais e introdutor do estudo moderno da geografia do Brasil, pelas suas regiões naturais; prof. Sílvio Fróis de Abreu, cientista de renome, autor de inúmeros trabalhos especializados, geógrafo brasileiro de primeira linha, dotado de excepcionais recursos de pesquisa; cel. José Lima de Figueiredo, autor de numerosos livros, conhecedor *in loco* de inúmeras regiões brasileiras, brilhante oficial de renomada intelectualidade; prof. J. C. Raja Gabaglia, notável autor de obras didáticas de geografia; engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da Secção de Estudos do Conselho; engenheiro Virgílio Correia Filho, intelectual de larga projeção no país, grande conhecedor do centro-oeste brasileiro; professor José Carlos Junqueira Schmidt, grande especialista em meteorologia; prof. José Veríssimo da Costa Pereira, conhecido autor de obras geográficas.

Essa comissão é que constitue a melhor garantia de êxito do novo empreendimento do Conselho, asseverou o engenheiro Leite de Castro.

Outro problema posto em foco pelo secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, foi o rigor a ser seguido na elaboração das publicações, o que constituirá uma das principais características da futura coleção geográfica. Sob o ponto de vista material, haverá a preocupação de uma apresentação cuidada, agradável e padronizada, desde o arranjo da capa e o tipo das letras até a nitidez das ilustrações e a redação das respectivas legendas.

Mas, onde o rigor se fará sentir mais forte, será na parte substancial da publicação ou seja no seu conteúdo cultural. Aí, a "Biblioteca" oferecerá uma novidade. É que uma publicação da "Biblioteca", em via de regra, resultará de três esforços: do autor da obra, à criar um corpo inicial de conceitos e de documentos; da comissão diretora, a verificar a orientação científica da obra e, em consequência, promover junto ao autor, se for o caso, modificações que indicará; da Secção de Estudos do

Conselho, que atualizará as estatísticas e demais dados e informações constantes da obra e providenciará para sua ilustração com desenhos, mapas, fotografias atualizadas, os melhores possíveis.

Verifica-se daí que a preocupação do Conselho é oferecer ao público, sem afogadilho, um a literatura séria, cuidada, cientificamente orientada, atualizada.

Sôbre as obras que constituirão as contribuições iniciais da "Biblioteca", o seu diretor informou que o engenheiro ALBERTO RIBEIRO LAMEGO já ofereceu dois notáveis trabalhos de geografia regional da Baixada Fluminense, intitulados: *O homem e o brejo* e *O homem e a restinga*, ambos de grande valor científico e magnificamente ilustrados.

A Geografia do Brasil Holandês é uma lavra excelente do grande intelectual LUIZ DA CÂMARA CASCUDO, que a Biblioteca divulgará.

O engenheiro MOACIR SILVA dará uma valiosa *Geografia dos Transportes no Brasil*, em reedição revista e aumentada dos seus excelentes artigos nesta REVISTA.

O ensaio do professor PIERRE DEFFONTAINES também publicado nesta REVISTA, intitulado *Geografia Humana do Brasil* sairá revisto e atualizado pela repartição central do Conselho, que, por sua vez contribuirá para a Biblioteca com os seguintes trabalhos: *Anuário Geográfico do Brasil — 941, Bibliografia geográfica do Estado de Goiaz, Divisão Regional do Brasil, O Conselho Nacional de Geografia — finalidades, estrutura, realizações, deliberações* e *Catálogo de coordenadas geográficas selecionadas*.

Vários outros trabalhos, de grande valor, não podem ser agora anunciados, porque os entendimentos com os respectivos autores ainda não chegaram ao seu têrmo.

Estão aí os principais esclarecimentos sôbre o importante empreendimento cultural do Conselho Nacional de Geografia, prestados pelo seu secretário Geral ao público, através da imprensa desta capital.

CURSO DE CARTOGRAFIA DO C. N. G. DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS DAS REPARTIÇÕES ESTADUAIS

Na "Sala Varnhagen" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve lugar, no dia 17 de Agôsto último, a instalação solene do Curso de Cartografia, destinado ao aperfeiçoamento técnico dos desenhistas e cartógrafos das repartições estaduais pertencentes ao sistema estatístico-geográfico nacional.

O curso será intensivo e terá a duração de dois meses sendo nele ministrado, segundo o programa organizado, noções fundamentais da técnica cartográfica, devendo, após o curso, ser possibilitado aos respectivos alunos, cujo número atinge a 23, o prosseguimento das lições, por meio de correspondência a ser mantida com os professores do curso.

Naquele dia, perante os dirigentes e demais funcionários dos três colégios que integram o sistema estatístico-geográfico nacional, em sessão solene presidida pelo Sr. HEITOR BRACET, presidente eventual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se a inauguração dêsse curso.

Abrindo a sessão, o Sr. HEITOR BRACET convidou para tomarem parte na mesa os Srs. ministro BERNARDINO DE SOUSA, M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO e professor CÂNDIDO MELO LEITÃO. Em seguida, congratulou-se com todos pela presença na reunião do ministro BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA, ressaltando a sua projeção nos meios geográficos, seja como autor de valiosos trabalhos seja como presidente que foi do IX Congresso Brasileiro de Geografia, o convida para assumir a presidência dos trabalhos.

O Ministro BERNARDINO DE SOUSA, ao assumir a presidência deu a palavra ao engenheiro LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia e, nessa qualidade, diretor do curso que se ia instalar, o qual falou sôbre a necessidade que se vinha sentindo nos meios técnicos de ser criado um curso dêsse gênero. Disse dos ótimos resultados colhidos com o curso de cartografia organizado para os funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica e leu o texto da Resolução do Diretório que baixou instruções para o curso cujas atividades didáticas desdobram-se nos seguintes setores:

1) "Cartografia", sob a orientação do prof. RUDOLF LANGER, chefe do Grupo Cartográfico e Histórico do Exército; 2) "Topografia e Noções de Projeções Cartográficas", sob a orientação

do prof. ALÍRIO DE MATOS, catedrático de "Astronomia de Campo e Geodésia" da Faculdade Nacional de Engenharia; 3) "Aspectos Fundamentais da Corografia do Brasil", sob a orientação do prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, chefe da Secção de Estudos Geográficos da repartição central do Conselho Nacional de Geografia; 4) "Leitura e Interpretação de Cartas. Morfologia prática", sob a orientação do prof. FRANCIS RUELLAN, catedrático de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia; 5) visitas aos serviços federais de geografia e cartografia, a cargo da Secretaria do Conselho.

Apresentando a seguir os professores, enaltecendo-lhes o mérito, concluiu o engenheiro LEITE DE CASTRO, propondo que fôsse concedida a palavra aos mesmos, para que cada um deles fizesse uma leve exposição sôbre a orientação que dariam às suas aulas.

Exposição do professor de cartografia

Concedida a palavra ao professor RUDOLF LANGER, lente de desenho cartográfico do curso, êsse, em resumo disse:

"Recebí a honrosa incumbência de lecionar nesse curso a parte de cartografia.

O tempo que temos à nossa disposição é limitado e não se pode esperar educar, neste prazo, cartógrafos, nem habilitar os alunos na execução de desenhos cartográficos rigorosos.

Mas, aproveitando-se bem os dois meses, os alunos poderão adquirir conhecimentos gerais que facilitarão o desempenho de sua atividade prevista, e servirão de base para um eventual aperfeiçoamento futuro.

Tendo em vista êsse fim, suponho o programa de maneira seguinte:

Vamos fazer o estudo a respeito de escalas de mapas e escalas gráficas;

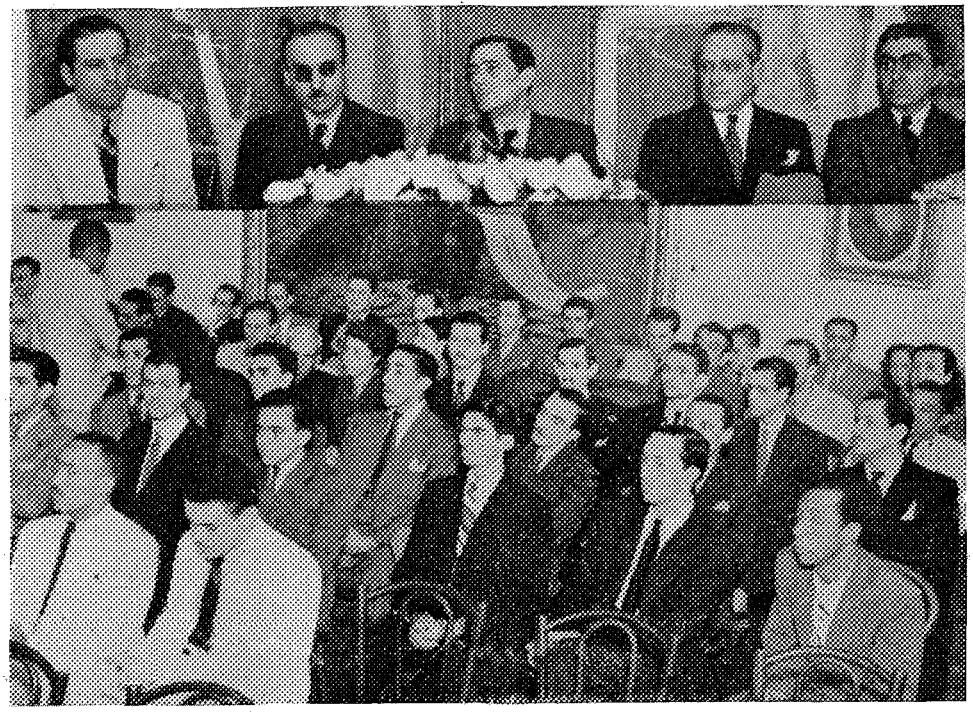
sôbre a organização de uma fôlha topográfica e carta compilada;
sôbre a quadrícula.

Vamos fazer estudos sôbre a planimetria, a hidrografia e a representação do relêvo do terreno;
construção de moldura e construir, medir ângulos;
medir distâncias sôbre cartas, mediante compasso e o curvímetro.

Vou orientar os alunos sôbre o procedimento na execução de trabalhos cartográficos.

Vamos estudar os processos mecânicos e gráficos para reduções e ampliações e os aparelhos e meios auxiliares a êste fim: o pantógrafo, o compasso de redução, o transferidor e a quadrícula.

Vamos estudar as medidas métricas de comprimento e de áreas.



Dois aspectos da cerimônia da instalação do "Curso de Cartografia" do C.N.G. No plano superior a mesa que dirigiu os trabalhos, sob a presidência do ministro BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA. *O cliché do plano inferior mostra uma parte da assistência.*

No fim, uma pequena orientação sôbre material de desenho, e meios de fazer correções sôbre papel de desenho, papel vegetal e tela completará êste meu programa.

Nos exercícios a nanquim penso incluir um alfabeto de letras simples para os alunos se capacitarem de escrever a nomenclatura de um trabalho cartográfico com tôda a clareza.

Organizaremos desenhos, mostrando a representação da planimetria, da hidrografia e da orografia representada por curvas de nível.

Como se vê, uma infinidade de coisas úteis aos futuros auxiliares dêste Conselho.

O programa é tirado da prática e nada tem de assustador, mas para conseguir neste prazo resultados visíveis e reais, será indispensável dedicação, esfôrço e capricho por parte dos alunos.

Neste sentido depois de amanhã, iniciaremos o trabalho".

Exposição do professor de corografia do Brasil Após a exposição do professor LANGER, falou o Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, encarregado da direção da cadeira "Aspectos fundamentais da corografia do Brasil". A sua exposição foi a seguinte:

"Designado pelo Sr. presidente do Instituto para reger a cadeira de "Aspectos fundamentais da corografia do Brasil", cumpre-me expor a orientação que será dada ao ensino dessa disciplina.

É bastante natural que se façam, preliminarmente, as seguintes perguntas: Num curso de cartografia serão realmente necessárias tais noções sôbre corografia do Brasil? Não será possível ser-se bom cartógrafo, sem ser-se geógrafo?

Muitos responderiam talvez afirmativamente à segunda pergunta. A verdade é que ainda há um certa separação entre os dois gêneros de atividade. Dum lado, os geógrafos; doutro, os que se dedicam à organização de cartas: topógrafos e cartógrafos.

Em sua excelente obra *Les Sciences Géographiques,* salienta CAMILLE VALLAUX o "divórcio entre a geografia e os elementos de cálculo exato sôbre os quais ela é fundada". As cartas eram levantadas e desenhadas por especialistas que não tinham contacto estreito com os geógrafos. Os topógrafos e os cartógrafos surgiam do círculo dos matemáticos, dos engenheiros ou dos auxiliares dêstes. Os geógrafos, por sua vez, em geral não sabiam fazer levantamentos e desenhar cartas. Entretanto, como bem afirma VALLAUX, "a carta é o documento básico indispensável para a geografia, e não são os geógrafos que a organizam". Trata-se "duma separação do trabalho que é bastante curiosa e única na história das ciências". Com efeito, um naturalista não encarrega outros especialistas de organizar suas coleções, nem o químico deixa de fazer êle próprio seus trabalhos de laboratório.

As razões dessa separação estão talvez na maneira como evoluiu a ciência geográfica. Até inícios do século XIX, a geografia era apenas nomenclatura e descrição. Os geógrafos não mereciam ser incluídos no círculo dos homens de ciência e a única parte que realmente tinha caráter científico — a chamada geografia matemática — era deixada a cargo dos matemáticos e dos astrônomos.

Grande, porém, foi a transformação sofrida durante o último século, desde os trabalhos de HUMBOLDT e de RITTER, fundadores da geografia moderna. Hoje a geografia é ciência dado o seu caráter explicativo e o seu objeto, estudo da correlação entre fenômenos que se distribuem na superfície terrestre.

A separação contínua a existir, porém, entre as duas atividades, e talvez assim tenha de ser sempre, pois, dado o seu vasto campo de estudos, não pode o geógrafo dedicar-se à cartografia. Mas que, em vez de separação, haja união entre cartógrafos e geógrafos. Mantenha-se a divisão de trabalho, mas com estreito contacto entre uns e outros. É esta a tendência atual. O geógrafo deve conhecer o suficiente de cartografia e o cartógrafo precisa ter noções de geografia, afim de que ambos se entendam.

Grande parte dos erros correntes sôbre a geografia do Brasil resulta dessa falta de entendimento. Consultando-se bons trabalhos sôbre o nosso território, verifica-se com frequência, pela leitura do texto, que os autores teem exata compreensão da realidade; as descrições e as interpretações são corretas, mas as cartas são muitas vêzes deploráveis. Não conhecendo bem a técnica cartográfica, contentam-se os geógrafos, em tais casos, com uma representação imperfeita da realidade, que no entanto está tão claramente descrita no texto. Na ignorância de noções fundamentais de geografia, tornam-se os cartógrafos, por sua vez, responsáveis pela generalização de idéias errôneas sôbre os aspectos geográficos do país. Isso se dá principalmente quanto às formas do relêvo. É muito comum, por exemplo, a confusão entre serras e divisores de águas, havendo a tendência, da parte dos cartógrafos, de

representarem serras fictícias envolvendo continuamente as bacias hidrográficas. A má representação cartográfica é a principal causadora de tantas idéias falsas a respeito da configuração vertical do país.

A obra do Conselho Nacional de Geografia para o melhor conhecimento do nosso território visa especialmente o aperfeiçoamento da representação cartográfica. Dentre as muitas campanhas empreendidas para êsse fim, destaca-se a campanha da coordenada geográfica, empreendida após a realização dum curso prévio de aperfeiçoamento de profissionais. É digno de nota o interêsse cada vez maior que os engenheiros encarregados do levantamento de coordenadas teem dispensado à geografia, além dos trabalhos essenciais que estão a seu cargo. O Conselho tem assim iniciado entre nós a obra de aproximação entre os profissionais da geografia matemática e os geógrafos propriamente ditos. Mais um passo é dado hoje nesse sentido, com a inauguração dêste curso de cartografia destinado aos funcionários das repartições geográficas estaduais.

A finalidade das lições sôbre "Aspectos fundamentais da corografia do Brasil" não será assim apenas fornecer informações sôbre a geografia pátria, mas também o estabelecimento dum maior contacto entre cartógrafos e geógrafos. As aulas não dirão respeito apenas ao que se sabe quanto ao território, mas também aos problemas que ainda se apresentam. É de esperar-se que um útil trabalho de colaboração será mantido após a conclusão do curso, quando os alunos voltarem aos seus Estados. Pretendemos, assim, dar, para receber depois.

Os funcionários estaduais, uma vez a par dos modernos rumos da geografia no Brasil, poderão enviar-nos informações valiosas. Contribuição das mais importantes refere-se, por exemplo, aos têrmos geográficos regionais, relativos às formas de relêvo, ao revestimento florístico, aos tipos de povoamento, etc. O desconhecimento do verdadeiro sentido com que são usados êsses têrmos nas diversas regiões, tem contribuído para que surjam muitos erros geográficos. O têrmo "espigão mestre", por exemplo, que em Goiaz tem o sentido de "divisor de águas", é interpretado erradamente por muitos como significando "serra", "crista". O vocabulário de têrmos geográficos, que será organizado pelo Conselho, muito se enriquecerá se contar com a colaboração dos funcionários estaduais que ora seguem êste curso.

Outra finalidade, que terão as lições de corografia, será a de orientar os alunos quanto aos meios de aperfeiçoarem os seus estudos, posteriormente. Serão dadas informações sôbre as fontes de consulta, isto é, sôbre a

O cliché mostra, em conjunto, as pessoas que compareceram à solenidade da instalação do "Curso de Cartografia".

bibliografia e as repartições e instituições que realizam trabalhos e editam publicações geográficas.

Quanto à parte propriamente de conteúdo, dada a exiguidade do prazo (pois o curso constará apenas de nove aulas), é claro que deverá ser dada preferência, não aos pormenores, mas sim às grandes vistas de conjunto, aos "aspectos fundamentais", como bem diz a denominação da cadeira. O curso terá assim um caráter muito mais de síntese do que de análise.

A matéria, considerando-se apenas as partes mais importantes, terá a seguinte distribuição, cabendo cinco aulas à geografia física e quatro a geografia humana e econômica:

Geografia física (5 aulas)

1.ª Extensão e posição — Formação geológica.
2.ª Relêvo.
3.ª Litoral — Hidrografia.
4.ª Clima — Vegetação.
5.ª Regiões naturais.

Geografia humana e econômica (4 aulas)

6.ª Formação das fronteiras — Povoamento — População atual.
7.ª Produção mineral.
8.ª Produção vegetal e animal.
9.ª Indústria — Viação — Comércio.

Cada aula obedecerá ao seguinte plano:

a) Noções de geografia geral (tipos, classificação).
b) Corografia do Brasil.
c) Fontes (bibliografia, centros de trabalhos geográficos).
d) Problemas atuais (a contribuição futura dos alunos)."

Exposição do professor de Topografia e noções de projeções cartográficas

A exposição do professor ALÍRIO DE MATOS sôbre as normas a serem adotadas no ensinamento da especialidade que lhe foi confiada foi assim resumida:

"A iniciativa ora tomada pelo Conselho Nacional de Geografia de abrir um curso para os cartógrafos que trabalham nos serviços geográficos estaduais, é uma das muitas iniciativas felizes.

Com efeito, depois que o Conselho Nacional de Geografia tomou a si a tarefa da atualização do mapa do Brasil ao milionésimo, da uniformização da cartografia brasileira; depois que o Conselho Nacional de Geografia estabeleceu o regime de cooperação intensiva em tôdas as espécies de trabalhos com os serviços estaduais, esta iniciativa era um complemento necessário, para a efetivação da uniformização de todos os trabalhos.

Os cartógrafos ou candidatos a cartógrafos que ora se apresentam teem como objetivo a aquisição dos conhecimentos indispensáveis e o aperfeiçoamento dêsses conhecimentos.

Não basta, por conseguinte, ensinar-lhes o traçado das linhas perfeitas, não basta fazer deles simples desenhistas: é preciso que êles adquiram certos conhecimentos complementares que lhes confiram uma conciência perfeita das suas aptidões.

Entre êsses conhecimentos complementares figura o da topografia, de que me foi dada a incumbência de lecionar.

Não se trata evidentemente de um curso extensivo, destinado a topógrafos. Trata-se apenas de fornecer uma quantidade de conhecimentos fundamentais que habilitem o cartógrafo a saber interpretar convenientemente as cadernetas de levantamentos dando-lhes o critério suficiente para caracterizar os erros ou enganos que porventura existam.

É necessário, portanto, que o cartógrafo conheça, pelo menos em essência, os métodos e instrumentos usados, sem que entretanto lhes seja exigido um conhecimento profundo dessa disciplina.

Sôbre o programa a ser lecionado, não posso dar no momento maiores detalhes, tratando-se de pessoas vindas de diferentes Estados; desconheço por enquanto o nível dos seus conhecimentos. É possível que, após duas ou três aulas, depois de um contacto mais direto com todos os alunos, eu possa adotar um critério nesse sentido, critério êsse que deve ser compatível com o nível dos conhecimentos. Como complemento do estudo da topografia, segue-se o estudo das projeções de cartas.

Como os cartógrafos se destinam aos trabalhos nos mapas dos seus Estados, é evidente que não podem ignorar esta parte. Não se trata, como no caso da topografia, de dar um curso completo, que exigiria um espaço de tempo bastante longo, mas de fornecer os conhecimentos básicos para que êles compreendam e trabalhem com dois ou três tipos de projeção que a tanto se reduzem os usados no Brasil.

Dentro do horário, a saber, uma aula semanal, e dentro do prazo de dois meses, que é o fixado pela Resolução do D. C., é o máximo que se pode fazer. E se todos os candidatos satis-

fizerem às condições, teremos sem dúvida, um aperfeiçoamento notável dado aos novos profissionais."

Exposição do professor da cadeira de "Leitura e interpretação de cartas. Cartografia e Estatística. Morfologia prática"

Por fim, foi dada a palavra ao professor FRANCIS RUELLAN que discorreu sôbre os pontos fundamentais que irá ministrar na cadeira sob sua orientação. O resumo da palestra do professor RUELLAN foi o que se segue:

"Encarregou-me o Sr. Dr. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, de ensinar geomorfologia prática, bem como de exercitar a leitura e interpretação de cartas no curso de aperfeiçoamento de desenhistas-cartógrafos. Tais ensinamentos requerem algumas explicações.

Não cogito, é claro, de discorrer sôbre a geomorfologia em 8 ou 10 lições; aliás isto não apresentaria nenhum interêsse prático. O objetivo desta cadeira é dar um bom conhecimento das formas do terreno afim de permitir melhor traduzí-las sôbre as cartas.

O primeiro cuidado que então vem ao espírito é habituar o cartógrafo a distinguir bem as relações entre as formas do terreno e o sub-solo.

Desde muito tempo veem os cartógrafos franceses se preocupando com êste objetivo. O general NOEL desde 1895 publicou sua magistral obra sôbre *Formas do tererno* que o general BERTHAUT completou em 1909-1910 com seus 2 volumes sôbre *Topologia ou estudo do terreno,* seguidos do *Materiais de estudo topológico* publicados nas "Atas do serviço geográfico da Armada".

A topologia ou estudo das relações entre as formas do terreno e a estratigrafia será portanto uma das bases de nosso trabalho. Até mesmo um afloramento dá na realidade à paisagem uma continuidade de aspecto que é importante apreender para bem traduzí-la cartograficamente. Não é menos importante compreender os contrastes que a passagem de uma camada geológica a outra introduz no modelado. Assim, nas regiões dobradas, as bordas das rochas duras formam alinhamentos de cumes que se seguem por centenas de quilômetros. Será necessário insistir, por exemplo, sôbre a importância topográfica dos calcáreos urgonianos nos Alpes ou dos quartzitos itacolumitos no Brasil?

Hoje, portanto, a topologia não seria suficiente porque a experiência geográfica prova que a estratigrafia não explica tôdas as formas de terreno. Os recentes progressos da geomorfologia mostraram que a mineralogia, a petrografia, a tetônica, o vulcanismo e a sismologia tinham grande influência sôbre as formas superficiais que por outro lado dependem das ações de decomposição e das erosões provocadas pelas águas, pelas geleiras, pelo vento ou pelo mar e pondo em jôgo por conseguinte, a climatologia e a oceanografia, sem falar das modificações que o próprio homem introduz na paisagem.

É a esta ciência complexa que se chama geomorfologia, na qual vou tentar iniciar-vos.

Mas esta iniciação observará um caráter prático, qual seja o de sempre fazer seguir o estudo arrazoado de cada categoria de formas de um estudo sôbre a melhor maneira de representá-las. Veremos sucessivamente as formas devidas à natureza das rochas e as que são a consequência de sua desagregação e decomposição, então começaremos o estudo do ciclo de erosão fluvial conjugado ao das influências estruturais das dobras, falhas e fraturas e dos fenômenos vulcânicos. Abordaremos em seguida as formas devidas ao vento e as que são produto da erosão e acumulação marinhas. Neste curso, não falarei da erosão pelas águas subterrâneas e até que ponto êle influe sôbre a topografia e deixarei de lado a erosão glacial que não tem objeto prático no Brasil. Terminaremos finalmente pelo estudo dos grandes tipos de relêvo: planícies, planaltos, montanhas, analisando as influências complexas que atuam sôbre suas formas.

A segunda parte do encargo que me foi confiado compreende o ensino da leitura e interpretação de cartas topográficas e geográficas. Ela tem em vista ensinar a ler e a interpretar o relêvo pelo simples exame das cartas. Quer dizer que as noções adquiridas em geomorfologia terão uma importância considerável e serão consolidadas por exemplos tirados das cartas brasileiras e estrangeiras e pelo exame de fotografias e blocos-diagramas. Dêste modo será possível fazer um estudo crítico dos tipos de representação cartográfica adotados para as diversas formas de relêvo. Os cortes mostrando as relações da estrutura e do relêvo, perfís de rios, blocos-diagramas perspectivos de redes retangulares de cortes virão completar estes trabalhos. Veremos em seguida os processos mais práticos para a construção dos relevos. Enfim, acrescentarei algumas indicações sôbre o modo de traçar as cartas geomorfológicas e também, de acôrdo com um desejo que me foi expresso, mostrarei as diversas maneiras de representação cartográfica dos fenômenos demográficos e econômicos.

Para ser dado completo, um tal programa exigiria mais de 8 ou 10 lições.

Isto significa que serei obrigado a andar depressa e a pedir aos alunos que completem o curso com o trabalho pessoal durante e após a aula.

Terminando, eu lembro que êste curso deve atender a familiarizar o cartógrafo com as formas de terreno que terá ocasião de encontrar e a lhe fazer compreender sua gênese afim de que êle aprenda as diferenças duma forma para outra que assinalam condições ou diferentes fases da evolução.

Em nossas excursões, aprenderemos a fazer *croquis* panorâmicos úteis à representação das formas, utilizaremos principalmente a câmara clara. Enfim, para acentuar êste caráter prático, terei cuidado de não esquecer que sois cartógrafos brasileiros, destinados a trabalhar na carta do Brasil e que, se as comparações com os países estrangeiros podem ser úteis, é antes de tudo aos exemplos brasileiros que precisamos referir o ensino essencial.

Espero assim contribuir com uma parte modesta para a obra admirável em que prossegue o Conselho Nacional de Geografia sob a presidência do Sr. embaixador MACEDO SOARES e sob a direção de seu ativo secretário geral, o Sr. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO".

Encerrando a sessão, o ministro BERNARDINO DE SOUSA pronunciou erudita alocução sôbre o curso que acabara de ser instalado, pondo em relêvo a personalidade do saudoso geógrafo brasileiro TEODORO SAMPAIO que, além de geógrafo propriamente dito, era excelente cartógrafo. Terminou o ministro BERNARDINO DE SOUSA concitando os alunos a fazerem o curso com o máximo de dedicação, para dessa maneira concorrerem para o maior aperfeiçoamento da geografia do país.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E CADASTRO DE GOIAZ

O Sr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, Interventor Federal no Estado de Goiaz baixou, em 10 de Julho do ano em curso, o decreto-lei n.º 5 896 que criou o Departamento de Geografia e Cadastro do Estado de Goiaz.

Estabelece o art. 1.º dêsse decreto que, além do gabinete do diretor, o referido Departamento se constitua das quatro seguintes secções: de Administração; de Cartografia; de Terras; e de Topografia.

Definindo as atribuições geográficas do órgão recém-criado o decreto estabelece nas alíneas *a* e *b* do seu art. 2.º que o D.G.C. terá a seu cargo o levantamento da carta geográfica do Estado de Goiaz e a elaboração de estudos locais de geografia física, econômica e política.

Foi nomeado para exercer o cargo de diretor do novo Departamento o Sr. HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA, antigo chefe do Serviço de Cadastro Imboiliário, que foi extinto naquela data.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

A Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia vem desenvolvendo, em suas constantes reuniões, interessante plano de trabalho no sentido de que o grande certame científico-cultural a realizar-se na capital do Pará, entre os dias 7 e 16 de Setembro de 1943 alcance o brilhantismo a que teem atingido os conclaves anteriores.

A Comissão Organizadora Central, que se reúne na Praça da República n.º 54, 2.º andar, nesta capital, é composta das seguintes personalidades: ministro JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES, presidente de honra; professor FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA, presidente; general EMÍLIO FERNANDES DE SOUSA DOCA, vice-presidente; eng.º CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral; prof. MURILO DE MIRANDA BASTO, 1.º secretário; prof. GERALDO SAMPAIO DE SOUSA, 2.º secretário; Dr. CARLOS AUGUSTO GUIMARÃES DOMINGUES, tesoureiro; Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, comandante ANTÔNIO ALVES CÂMARA JR., cel. FRANCISCO DE PAULA CIDADE e eng.º ANÍBAL ALVES BASTOS, vogais; e comandante ARÍ DOS SANTOS RANGEL e eng.º JOSÉ FIÚSA DA ROCHA, suplentes. As instituição culturais estão representadas pelo cel. JAGUARIBE DE MATOS, professores PIERRE MONBEIG, MÁRIO CAMPOS RODRIGUES DE SOUSA, JOSÉ GABRIEL LEMOS BRITO e Dr. RUI DE ALMEIDA.

A Comissão Organizadora local, com sede à Avenida Nazaré n.º 45, cidade de Belém, Estado do Pará, acha-se assim constituída: comandante BRAZ DIAS DE AGUIAR, presidente; Dr. AVERTANO ROCHA, vice-presidente; Dr. MIGUEL PERNAMBUCO FILHO, secretário geral; Dr. ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS, 1.º secretário; eng.º LUIZ DE SOUSA MARTINS, 2.º secretário; Senhorita MARIA DE LOURDES JOVITA, tesoureiro; Drs. JORGE HURLEY, JOSÉ COUTINHO DE OLIVEIRA, CARLOS ESTÊVÃO DE OLIVEIRA, MISAEL SEIXAS, PAULO ELEUTÉRIO e ERNESTO CRUZ, vogais.

*

Em São Paulo foi organizada igualmente uma comissão que será a Delegação Regional do X Congresso Brasileiro de Geografia. Essa Delegação ficou assim composta: presidente, Sr. VALDEMAR LEFÈVRE, diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo e do Diretório Regional de Geografia; membros: Sr. PIERRE MONBEIG, lente da Faculdade de Filosofia de São Paulo e presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros; Dr. BUENO DE AZEVEDO FILHO, estudioso das questões geográficas.

A solenidade da instalação da Delegação Regional em São Paulo do X Congresso Brasileiro de Geografia revestiu-se de muita solenidade. Sob a presidência do general SOUSA DOCA, realizou-se em 8 de Junho findo, uma sessão na sede do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, na qual tomou posse a comissão antes referida.

O elevado número de intelectuais e técnicos que compareceu ao ato, valeu por uma afirmativa do grande interêsse demonstrado pelos paulistas em relação ao certame. Ao dar comêço aos trabalhos da reunião, o seu presidente, general SOUSA DOCA, reportou-se ao êxito alcançado pelo IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis, no qual São Paulo compareceu com contribuições valiosas, concorrendo, dêsse modo, para o seu maior brilhantismo. Com essas palavras justificou o orador a criação da comissão que ia tomar posse para orientar, em São Paulo, os trabalhos de organização do X Congresso, a realizar-se em Setembro próximo, na capital paraense.

Salientou, ainda, o orador, a particularidade de possuir aquele Estado, uma brilhante equipe de geógrafos, a começar pelos ilustres componentes da comissão, cujos membros declarava empossados, a qual tinha uma missão a cumprir: "a congregação dos estudiosos da matéria em tôrno do X Congresso Brasileiro de Geografia".

O eng.º VALDEMAR LEFÈVRE, presidente da Comissão Regional que acabava de ser empossado usou, após, da palavra para fazer, sucintamente, o histórico dos congressos anteriores, salientando a seguir que o núcleo paulista tudo providenciará de maneira que o seu concurso seja presente ao próximo certame.

*

Nas várias sessões realizadas pela Comissão Organizadora Central já foram adotadas 8 Resoluções que dispõem sôbre a realização do importante Congresso e estabelecidas providências necessárias ao andamento dos trabalhos preparatórios.

A primeira Resolução, que foi votada em 8 de Novembro de 1940, conferiu ao Presidente da República, Sr. GETÚLIO VARGAS, o título de Presidente de Honra do X Congresso Brasileiro de Geografia. A Resolução n.º 2, adotada naquele mesmo dia, designou o comandante BRAZ DIAS DE AGUIAR para, em nome da Comissão Organizadora Central, combinar com o govêrno do Pará e a municipalidade de Belém, a constituição de uma comissão organizadora local e tomar, alí, as providências necessárias para melhor preparação do Congresso. A de n.º 3, de 10 de Janeiro de 1941, estabeleceu que no registo de adesões ao Congresso fiquem reservadas as inscrições de n.º 1 a 5 às seguintes personalidades: embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, presidente de honra da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente da Academia Brasileira de Letras; Dr. NEREU RAMOS, presidente benemérito do IX Congresso Brasileiro de Geografia e Interventor Federal no Estado de Santa Catarina; ministro Almirante RAUL TAVARES, presidente da Sociedade de Geografia e presidente do Supremo Tribunal Militar; ministro BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA, presidente do IX Congresso Brasileiro de Geografia e vice-presidente do Tribunal de Contas; e Dr. ALTAMIRO LÔBO GUIMARÃES, presidente da Comissão Executiva do IX Congresso Brasileiro de Geografia. A que tomou o n.º 4, de 14 de Março de 1941, estabeleceu que ficasse reservada, durante os meses de Abril e Maio de 1941, a preferência das adesões ao Congresso aos membros da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A de n.º 5, de 21 de Março de 1941, concedeu poderes ao presidente da Comissão Central para êste entender-se com o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a respeito da cooperação dos diferentes órgãos do mesmo Instituto na organização do X Congres-

so. As de ns. 6 e 7 que, pela sua oportunidade publicamos a seguir na íntegra, e, finalmente, a de n.º 8, de 25 de Maio de 1942, concedendo ao general SOUSA DOCA poderes plenos para dar posse e instalar a Delegação Regional da Comissão Organizadora Central, no Estado de São Paulo, de cuja composição já nos ocupamos antes.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

I

Os autores que desejarem apresentar trabalhos ao X Congresso Brasileiro de Geografia deverão fazer previamente as suas adesões ao certame.

II

As teses ou outros trabalhos que forem apresentados ao Congresso deverão ser absolutamente inéditos e versar com propriedade específica sôbre temas que se enquadrem dentro das matérias previstas na organização das 10 Comissões Técnicas do Congresso, a saber:

1.ª. Geografia Histórica e Explorações Geográficas.

2.ª. Geografia Matemática.

3.ª. Geografia Física.

4.ª. Biogeografia.

5.ª. Geografia Humana.

6.ª. Geografia das Calamidades.

7.ª. Geografia Médica.

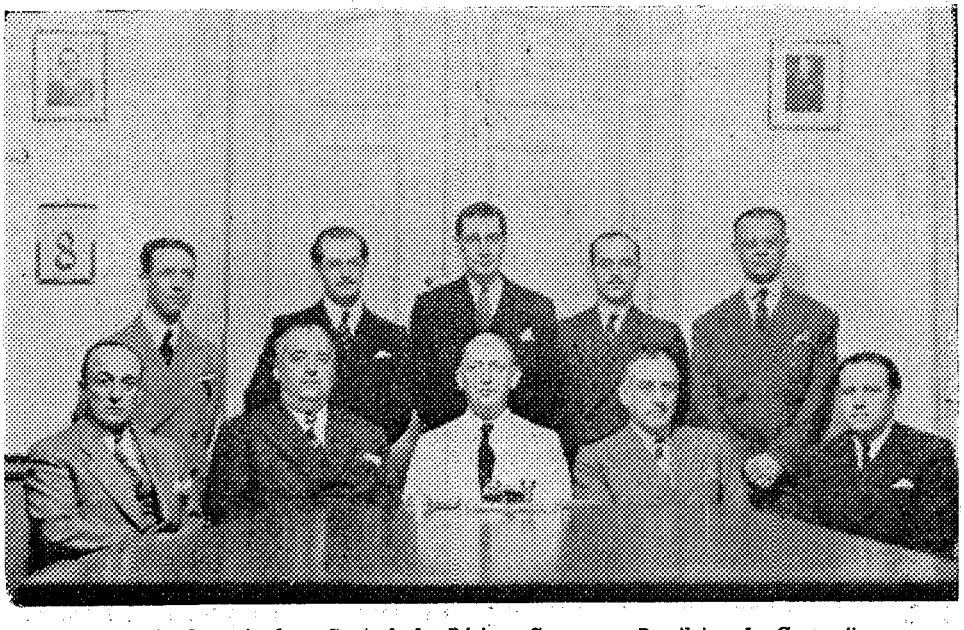
8.ª Geografia Econômica.

9.ª. Metodologia Geográfica e Ensino da Geografia.

10.ª. Monografias Regionais. Estudos Especiais da Corografia do Estado do Pará.

III

Os trabalhos deverão ser enviados pelo menos em dois exemplares, dactilografados ou escritos em caligrafia perfeitamente legível, não podendo exceder a 100 (cem) laudas (tamanho de ofício) dactilografadas, com duas entrelinhas, ou ao que, em manuscrito, a isso corresponda.



Comissão Organizadora Central do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia. Sentados (da esquerda para direita): Comte. ALVES CÂMARA, *prof.* RAJA GABAGLIA, ministro FONSECA HERMES, *general* SOUSA DOCA *e engenheiro* LEITE DE *Castro. Em pé (na mesma ordem): Engenheiro* FIUSA DA ROCHA, *Dr.* RUI DE ALMEIDA, MURILO DE MIRANDA BASTOS, *prof.* GERALDO SAMPAIO DE SOUSA, *e Dr.* CARLOS DOMINGUES.

IV

Os mapas, fotografias e outras ilustrações não serão computados como páginas, mas o seu número deverá ser limitado ao estritamente necessário.

V

Os autores deverão assinar os trabalhos e indicar os seus endereços.

VI

Será motivo de recusa de qualquer trabalho o fato de nele serem tratados, ainda que leve ou indiretamente, assuntos de política interna ou internacional, questões religiosas, sociais e outras, que possam suscitar polêmicas ou controvérsias e provocar suscetibilidades inconvenientes às altas finalidades dos Congressos Brasileiros de Geografia.

VII

Os trabalhos deverão ser enviados à Secretaria da Comissão Organizadora Central, à Praça da República n.º 54, 2.º andar, no Rio de Janeiro, D. F., até o dia 31 de Janeiro de 1943.

VIII

Os trabalhos recebidos depois de 31 de Janeiro de 1943 passarão para o Congresso seguinte, a menos que os seus respectivos autores prefiram retirá-los ou sugiram outro alvitre.

IX

A Comissão Organizadora Central acusará o recebimento dos trabalhos, indicando o número e a data em que forem protocolados.

X

Aos autores dos melhores trabalhos que versarem sôbre um dos temas oficialmente recomendados pela Comissão Organizadora Central serão conferidos prêmios de mérito científico, de conformidade com a Resolução n.º 6, de 30 de Janeiro de 1942.

XI

O autor da tese, memória ou monografia considerada de valor excepcional, que não verse sôbre tema recomendado oficialmente, será premiado com 200 (duzentos) exemplares da edição do seu trabalho, publicado em separata, conforme o disposto na Resolução n.º 7, de 8 de Maio de 1942.

INSTRUÇÕES PARA A ADESÃO AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

I

A adesão ao X Congresso Brasileiro de Geografia é inteiramente livre, não estando sujeita a restrição alguma, quer de nacionalidade e residência como de credos políticos ou religiosos, tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas.

II

A adesão dá direito ao aderente a participar nos trabalhos do certame na qualidade de congressista, bem assim a usufruir as regalias concedidas aos membros do Congresso. A adesão não obriga, entretanto, o aderente a comparecer nem apresentar trabalhos ao Congresso.

III

Todos os aderentes receberão gratuitamente um exemplar de cada um dos volumes dos Anais do Congresso, onde serão publicados, além da matéria referente à sua organização e realização, as teses, memórias, monografias e outros trabalhos que foram aprovados pelo Congresso.

IV

As pessoas que desejarem aderir ao Congresso deverão preencher o "Boletim de Adesão" e enviá-lo à Secretaria da Comissão Organizadora Central, à Praça da República n.º 54, 2.º andar, no Rio de Janeiro, D. F. Na falta do "Boletim", a adesão poderá ser feita por declaração assinada pelo interessado.

V

A quota de adesão é deixada à liberalidade de cada qual. Para as pessoas físicas, residentes no país, a quota de adesão individual é fixada, entretanto, no mínimo de 35$000. Para os estabelecimentos de ensino, bibliotecas e associações culturais, com sede no país, a quota base de adesão é, igualmente, de 35$000.

VI

À pessoa física ou jurídica, residente ou estabelecida no país ou no estrangeiro, que contribuir com a quota igual ou superior a 100$000 (equivalente a 5 dólares) e inferior a ..... 1:000$000, será concedido o título de "Membro Cooperador do X Congresso Brasileiro de Geografia".

VII

O título de "Membro Protetor do X Congresso Brasileiro de Geografia" será outorgado à pessoa física ou jurídica, residente ou não no país, que contribuir com o donativo mínimo de 1:000$000 (equivalente a 50 dólares).

VIII

O pagamento da quota de adesão poderá ser efetuado diretamente na Secretaria da Comissão Organizadora Central ou por meio de cheque, vale-postal, registrado com valor declarado ou ordem de pagamento contra qualquer estabelecimento bancário, em nome do "Tesoureiro da Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia", que passará o respectivo recibo, devidamente rubricado pelo presidente da Comissão.

IX

O "Boletim de Adesão" e a quota dos residentes no Estado do Pará deverão ser encaminhados diretamente à Comissão Organizadora Local, com sede em Belém.

X

A adesão só se tornará efetiva depois do recebimento da respectiva quota.

XI

As inscrições encerrar-se-ão a 30 de Junho de 1943.

LISTA DOS TEMAS RECOMENDADOS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA CENTRAL

Geografia Histórica e Explorações Geográficas

1 — Contribuições à história da cartografia brasileira.

2 — Expedições científicas na Amazônia.

Geografia Matemática

3 — Contribuição da aerofotogrametria nos problemas da geografia nacional.

Geografia Física

4 — Sistemática da orografia brasileira.

5 — Estudo dum lago ou região lacustre.

Biogeografia

6 — Tipos de revestimento florístico no Brasil.

Geografia Humana

7 — Estudo sôbre a imigração no Brasil ou sôbre um tipo de imigrante, com observações localizadas.

8 — Condicionamento da instalação dum núcleo urbano, em relação às suas condições geográficas e topográficas.

9 — Estudo duma zona de aprovisionamento de importância para a defesa nacional.

Geografia das Calamidades

10 — Estudo de enchente de rio em um centro urbano: causas, efeitos, periodicidade.

11 — Zonas de ocorrência de pragas de gafanhotos.

Geografia Médica

12 — Distribuição geográfica das zonas de ocorrência da malária no Brasil.

Geografia Econômica

13 — Geografia do calcáreo e sua industrialização.

Metodologia Geográfica e Ensino da Geografia

14 — Programa - tipo de excursões geográficas para fins didáticos.

15 — Definição e delimitação da geografia.

16 — A prática e os gabinetes de geografia.

Monografias Regionais

Estudos especiais da corografia do Estado do Pará.

17 — Contribuições aos estudos regionais da Amazônia.

18 — Monografia dum município paraense.

RESOLUÇÃO N.º 6, DE 30 DE JANEIRO DE 1942

Dispõe sôbre a instituição de prêmios

A Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia,

Considerando que o objetivo dos Congressos Brasileiros de Geografia é estimular o estudo dessa ciência e, de modo particular, o estudo da geografia pátria, elevando cada vez mais o nível da cultura geográfica brasileira;

Considerando que um dos meios indicados para se conseguir êsse objetivo é instituir prêmios que exaltem o mérito científico de autores de trabalhos valiosos;

Resolve:

1.º — Aos autores dos três melhores trabalhos apresentados ao X Congresso Brasileiro de Geografia serão conferidas medalhas de ouro (*Prêmio José Boiteux*), prata e bronze, cunhadas de acôrdo com o modêlo anexo à presente Resolução;

2.º — Concorrerão aos prêmios tôdas as teses, monografias e demais trabalhos que versarem sôbre os temas oficialmente recomendados e forem entregues à Comissão Organizadora Central, de acôrdo com as normas regimentais;

3.º — O julgamento dos trabalhos para os efeitos dos prêmios far-se-á do seguinte modo: *a*) A Comissão Organizadora Central ou a Comissão à qual ela delegar poderes fará uma seleção preliminar, indicando os trabalhos em condições de concorrer às láureas; *b*) Uma Comissão Especial, presidida pelo presidente efetivo do Congresso e integrada pelos presidentes das Comissões técnicas, classificará os trabalhos previamente selecionados pela Comissão Organizadora Central, que hajam sido aprovados com voto de louvor pelas respectivas Comissões técnicas e pelo plenário do Congresso;

4.º — A classificação dos trabalhos será feita por maioria absoluta de votos: *a*) Se nenhum dos trabalhos obtiver a maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio, proceder-se-á sucessivamente a mais um e outro escrutínio; *b*) No caso da votação não se decidir nos três escrutínios, os prêmios serão conferidos aos autores dos trabalhos que hajam reunido o maior número de votos somados nos três escrutínios;

5.º — Além das medalhas, a Comissão Especial poderá conferir distinções e menções honrosas;

6.º — Das reuniões da Comissão Especial lavrar-se-ão atas circunstanciadas, as quais deverão ser assinadas por todos os seus membros presentes;

7.º — O resultado do julgamento será levado ao conhecimento do X Congresso Brasileiro de Geografia na sua última sessão plenária.

Rio de Janeiro, D. F., em 30 de Janeiro de 1942.

a) MURILO DE MIRANDA BASTO,
1.º Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 7, DE 8 DE MAIO DE 1942

Dispõe sôbre a instituição de prêmio

A Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia,

Considerando que, pela Resolução n.º 6, de 30 de Janeiro do corrente ano, foram instituídos prêmios de mérito científico para os autores dos melhores trabalhos que venham a ser apresentados ao X Congresso Brasileiro de Geografia, sôbre temas oficialmente recomendados;

Considerando que é igualmente de tôda a justiça recompensar o mérito dos autores de trabalhos que não versarem sôbre os assuntos compreendidos na lista dos temas especialmente recomendados;

Resolve:

1.º — O autor ou autores da tese, memória ou monografia considerada de valor excepcional, cujo tema não tenha sido oficialmente recomendado, terá direito a 200 (duzentos) exemplares da edição do seu trabalho, que será publicado em separata dos anais do Congresso;

2.º — O trabalho do autor premiado será inserto nos anais do Congresso com a seguinte inscrição: "Considerado de valor excepcional, dentre os melhores trabalhos que não versam sôbre temas oficialmente recomendados";

3.º — A escolha do trabalho que merecer a recompensa será feito da mesma forma como o disposto na Resolução n.º 6, de 30 de Janeiro de 1942, para o julgamento das teses oficialmente recomendadas.

Rio de Janeiro, D. F., em 8 de Maio de 1942.

a) MURILO DE MIRANDA BASTO,
1.º Secretário.

ESCLARECIMENTOS ACÊRCA DA SERRA DO MAR NA REGIÃO CATARINENSE

O engenheiro JOSÉ NICOLAU BORN, secretário do Diretório Regional de Geografia do Estado de Santa Catarina e diretor da Diretoria de Geografia e Terras dêsse mesmo Estado, endereçou, no mês de Março último, um ofício ao engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, no qual solicitou que, por intermédio do Conselho Nacional de Geografia, fôssem pedidas informações ao engenheiro ANÍBAL ALVES BASTOS, diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia, acêrca dos afloramentos graníticos do litoral catarinense.

O ofício a que aludimos foi redigido nestes têrmos:

"Senhor Secretário Geral:
Com o *Atlas Geológico do Brasil*, organizado pelo engenheiro José Fúsa da Rocha, edição 1933-1934, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, e, com o mapa da *Geologia do Vale do Itajaí*, organizado pelos engenheiros Paulino Franco de Carvalho e Estêvão Alves Pinto, organizei o mapa do Estado aquí junto, demonstrando a zona de afloramento granítico no litoral de Santa Catarina.

2. No litoral de Santa Catarina, quando estudamos a sua orografia, denominamos Serra Geral o divisor das águas do Atlântico e Prata, desde o rio Josafá até Itaiópolis; tínhamos como Serra do Mar, desde o Campo dos Padres, passando por Hamônia, até as cabeceiras dos rios Preto, São Bento, etc..

3. Observações recentes, feitas pelo engenheiro Vítor Peluso, em apoio aos mapas citados no item 1, deram-me a convicção de que desde o Campo dos Padres até Hamônia, não há granito, e, que, portanto, êste divisor não pode ter a denominação de Serra do Mar. Parece-me que de Hamônia por Bom Sucesso e São Bento, até a nascente do Rio Negro, também não há granito.

4. Será que podemos afirmar que Santa Catarina não possue Serra do Mar ?

5. Em 1930, quando eu trabalhava em Brusque, com grande honra para mim, travei conhecimento com o Dr. Aníbal Alves Bastos, atual diretor de Geologia do Serviço Geológico, e, pareceu-me ter ouvido dêste geólogo, que fizera estudos e acompanhara o contacto do granito com a série Itararé, desde o Paraná até Brusque.

6. Muito grato ficaria a V. Excia., se fôsse possível obter do Dr. Aníbal Alves Bastos, um parecer sôbre os afloramentos graníticos no litoral catarinense, e, quanto possível, esclarecer a minha dúvida sôbre o item 5.

7. Apresento-lhe, ao ensejo, os protestos de elevada consideração e distinto aprêço."

Encaminhando a consulta do engenheiro José Born ao diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia, recebeu o secretário geral do Conselho Nacional de Geografia os seguintes esclarecimentos acêrca das dúvidas suscitadas:

"DIVISÃO DE GEOLOGIA E MINERALOGIA

Em 11 de Abril de 1942.

Sr. Secretário Geral:

Com o intuito de esclarecer as dúvidas que o Sr. secretário do Conselho Regional no Estado de Santa Catarina, José Born, manifestou no seu ofício n.º 24 de 3 de Março do corrente ano, relativamente a alguns acidentes geográficos no Estado de Santa Catarina, temos a satisfação de oferecer as seguintes informações:

Em relação à geografia do Estado de Santa Catarina, dois são os pontos duvidosos apresentados pelos engenheiros Vítor Peluso e José Born: um diz respeito à Serra do Mar e outro à Serra Geral.

A Serra do Mar que se prolonga pela costa através o Estado de Santa Catarina, termina ao sul de Tubarão quando emerge, estando coberta por formações sedimentárias. A sua constituição geológica no território estadual, como aliás em tôda a sua extensão, é de granitos e *gneiss*, cortados em vários pontos por diques de eruptivas básicas. Não só pela sua formação geológica como pela sua posição paralela e pouco afastada da costa que lhe empresta a conformação de imensa muralha, é um dos acidentes geográficos mais característicos da orografia brasileira.

No Estado de Santa Catarina, como acontece também em outros pontos do país, vamos encontrar, dirigidas para o interior, contrafortes da Serra do Mar que recebem, geralmente, nomes locais. As de Jaraguá, Garibaldi, Subida, Barracão, Polacos, Tijuca, Pinheiral e outras mais, representam acidentes secundários dela provenientes. As ilhas existentes na costa, pelo íntimo grau de parentesco petrográfico, constituem, igualmente, parte integrante do grande maciço.

Em alguns pontos da área de ocorrências cristalinas existem formações de idade mais recente e que sôbre elas repousam. Citaremos as rochas de idade algonquiana da série de Brusque cuja maior extensão ocupa o vale do rio Itajaí-Mirim, as ocorrências da mesma idade nas proximidades de Joinvile que inclue minérios de ferro, a série de Itajaí, provavelmente de idade siluriana, e que ocorre na maior parte do vale do rio Itajaí-Assú e, finalmente, na costa, depósitos quaternários ocupam as baixadas sempre que as formações graníticas não chegam até ao mar.

A Serra Geral, conjunto sedimentário, também constitue outro acidente de grande importância geográfica. Na parte sul as escarpas limitam a região

carbonífera e, seguindo para o norte, ela recebe o nome local de Campo dos Frades até a altura de Santa Cecília quando, ao infletir para oeste, recebe o nome de Serra do Espigão até as divisas do Estado do Paraná, onde penetra abaixo da União da Vitória, com a designação de Serra da Esperança.

A escarpa abrupta formadora da sua borda oriental a define perfeitamente, razão pela qual será desnecessário descrevê-la em detalhe.

O ponto, entretanto, que melhor distingue os dois maciços é, sem dúvida, a constituição geológica dos mesmos. A Serra do Mar, formada de rochas cristalinas arqueanas, ocupando a parte costeira de norte a sul e a Serra Geral, cuja origem é devida à superposição de rochas sedimentárias, capeada em muitos pontos pelo derrame de eruptivas triássicas conhecidas geralmente pela designação de *trapp* (diabases, basálticos, etc.), no interior do Estado.

Definidas assim pelas suas constituições, podemos concluir que existem, no território do Estado de Santa Catarina, as duas serras, objeto das dúvidas suscitadas pelos dois ilustres engenheiros atrás referidos.

São estas as informações que julgamos esclarecer certos pontos de fisiografia do Estado.

Continuando à disposição das iniciativas dêsse Conselho, esperamos novas oportunidades para efetivar nosso desejo de colaboração.

a) ANÍBAL ALVES BASTOS
Diretor".

III CONVENÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS

Entre os dias 27 de Julho e 2 de Agôsto último, sob o patrocínio da Federação de Engenheiros Brasileiros, esteve reunida em Belo Horizonte a III Convenção Nacional de Engenheiros.

Êsse certame técnico, agora levado a efeito na capital mineira, nada ficou a dever, em brilhantismo e objetividade, aos primeiro e segundo certames anteriormente patrocinados, por aquele importante órgão, os quais tiveram como sede, respectivamente, o Distrito Federal e a capital do Estado de São Paulo.

Representações Além do decidido apoio recebido dos membros das várias instituições filiadas à F.E.B. a III Convenção Nacional de Engenheiros, recebeu a adesão de muitas entidades técnicas e administrativas que enviaram a Belo Horizonte, brilhantes representações, contando-se entre essas, o Conselho Nacional de Geografia que compareceu alí, representado pelo seu secretário geral, engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO que chefiou a delegação, da qual fazia parte o Diretório Regional do mesmo Conselho no Estado de Minas Gerais. Participou também da delegação do Conselho o professor FRANCIS RUELLAN, geógrafo de nomeada, catedrático de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e colaborador em várias tarefas especializadas empreendidas pelo C.N.G.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia ao adotar, em 3 de Julho último, a Resolução n.º 104 que determinou a sua adesão ao importante conclave técnico considerou, principalmente, "que à geografia se impõe uma relação íntima com a engenharia, não só no ramo da própria geografia matemática em que predominam os levantamentos territoriais, astronômicos, geodésicos e topográficos da alçada do engenheiro, como também no setor amplo da geografia humana em que ressalta dominante a consideração da transformação da paisagem da qual é o engenheiro obreiro por excelência".

Objetivos Objetivando o congraçamento cada vez maior da numerosa classe de engenheiros, disseminada nos distintos setores da nossa grande pátria, bem como a discussão de marcantes problemas de comum interêsse profissional e técnico, os organizadores da Convenção, afora os pontos teóricos merecedores de debates, incluíram no programa elaborado, oportunas excursões e visitas a repartições e serviços especializados do Estado de Minas Gerais, visando dêsse modo a aproximação e confraternização cada vez maior dos engenheiros de todo o país, interessando-os nos problemas merecedores de observação e estudos.

Programa O programa observado pela III Convenção Nacional de Engenheiros, foi:

Julho: 25, sábado — Partida dos convencionais de São Paulo. 26, domingo — Partida dos convencionais do Rio de Janeiro. 27, segunda-feira — Às 12 horas — Visita ao Governador do Estado. Às 13 horas — Almôço de camaradagem dos convencionais no Minas

Tenis Clube. Às 17 horas — Recepção dos convencionais pela Sociedade Mineira de Engenheiros e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região. Às 20 horas — Sessão solene de instalação da Convenção no salão nobre da Escola Normal. 28, têrça-feira — Às 9 horas — Primeira sessão plenária no salão da Sociedade dos Engenheiros. Às 13 horas — Visita a Morro Velho. Às 20 horas — Segunda sessão plenária. Às 22,30 horas — Baile na sede do Automóvel Clube. 29, quarta-feira — Às 9 horas — Visita à Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais. Às 11 horas — Partida para Lagoa Santa, onde será visitada a Fábrica Nacional de Aviões. Às 20 horas — Terceira sessão plenária. 30, quinta-feira — Às 5,30 horas — Excursão às usinas de Monlevade e Gorceix. 31, sexta-feira — Às 9 horas — Visita ao prefeito de Belo Horizonte, visita à Feira de Amostras, ao Palácio da Municipalidade, aos Entrepostos, à Estação Rodoviária e Cidade Industrial. A seguir, visita às obras da Prefeitura Municipal. Às 17 horas — *Cock-tail* oferecido pelo Minas Tenis Clube. Às 20 horas — Sessão solene de encerramento da Convenção, no salão nobre da Escola Normal. Agôsto: 1, sábado — Às 5,30 horas — Excursão a Ouro Preto. Visita à cidade, à Escola Nacional de Minas e Metalurgia e Indústria Giannetti. Regresso a Belo Horizonte. 2, domingo — Regresso dos convencionais para o Rio e para São Paulo.

Concurso de monografias sôbre o estudo da engenharia

Como parte preliminar, decidiu a Federação de Engenheiros Brasileiros realizar um concurso de monografias sôbre "o estudo da engenharia".

Êsse concurso, cujo julgamento foi feito pela própria Federação, antecedeu à Convenção, despertando grande interêsse, constituindo as várias teses apresentadas assuntos debatidos no conclave.

Sob aquele título foram recomendados os seguintes assuntos: I — Estruturação mais aconselhável para o ensino da engenharia no Brasil — Desenvolvimento do ensino. Regime escolar. Provas escritas, orais e práticas. Criação de cursos especializados.

II — Cursos de aperfeiçoamento — Como aperfeiçoar a prática do engenharia nos serviços industriais do govêrno e particulares? Plano de estágio para aperfeiçoamento profissional nos meios técnicos estrangeiros.

III — Formação de condutores técnicos. — Como organizar cursos para condutores técnicos: cursos noturnos, certificados de aprovação. Como preparar condutores de trabalho para as organizações industriais, privadas e do Estado?

IV — (Reservada aos estudantes de engenharia) — Como permitir ao estudante de engenharia a prática profissional nos estabelecimentos particulares e do govêrno? Cursos práticos e estágio durante as férias escolares.

Os resultados práticos alcançados com a realização do concurso, ficaram demonstrados pelo grande interêsse despertado em tôrno do mesmo e pelo expressivo número de concorrentes aos diversos prêmios.

Por ocasião da instalação da Convenção, o engenheiro SATURNINO DE BRITO FILHO, relatou os resultados da interessante competição técnico-cultural declinando os títulos das teses vencedoras e os nomes dos seus autores, que foram: 1.º tema: Prêmio da E. F. C. B. — Foi classificado em 1.º lugar o Sr. JOÃO LOPES LEÃO, da delegação paulista; 2.º lugar, prêmio da Belgo Mineira — ALBERTO MAZZONI ANDRADE; 3.º lugar, a monografia apresentada pelo D. Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia. 2.º tema: Prêmio do DASP — Foram classificadas duas monografias em 1.º lugar — a do engenheiro JOSÉ MOACIR DE ANDRADE SOBRINHO e do professor FRANCISCO DE M. GOMES; 2.º lugar, prêmio da Belgo Mineira — a do Sr. DAGOBERTO SALES FILHO, de São Paulo. 3.º tema: Prêmio Universidade — 1.º lugar — SIMEÃO RIBEIRO PIRES, da Escola de Engenharia da U. M. G.; 2.º lugar, G. MEDEIROS TRANCOSO, da Escola Nacional de Engenharia.

Visita de cortesia ao Governador Benedito Valadares

Os participantes da Convenção, antes da instalação dos trabalhos estiveram incorporados no Palácio da Liberdade, em visita ao Governador BENEDITO VALADARES.

Os convencionais foram recebidos pelo chefe de gabinete do govêrno, Sr. JOÃO QUADRO, visto achar-se ausente o Governador mineiro.

Recepção na Sociedade Mineira de Engenheiros

O Conselho de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região, sediada em Minas Gerais, e a Sociedade Mineira de Engenheiros decidiram prestar uma homenagem aos congressistas, no mesmo dia de instalação dos trabalhos da Convenção.

A recepção teve lugar na sede social da S.M.E., onde os profissionais foram saudados pelo Sr. ALMEIDA CAMPOS JÚNIOR, que o fez em nome daquelas duas entidades técnicas.

Pelos visitantes agradeceu o engenheiro LUIZ CINTRA DO PRADO, professor

da Escola Politécnica de São Paulo e o acadêmico HÉLIO DE ALMEIDA, presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia, que interpretou o sentir dos estudantes que acompanharam os trabalhos da III Convenção Nacional de Engenharia.

Instalação dos trabalhos No vasto auditório da Escola Normal, às 20 horas do dia 27 de Julho, teve lugar a sessão da instalação solene da Convencão, sob a presidência do secretário da Viação do Estado. Além de cêrca de 400 convencionais, notava-se no recinto a presença de expressivo número de representantes da cultura mineira e dos vários setores técnicos locais.

Discurso do presidente da Comissão Organizadora Falou, então, o professor PIRES E ALBUQUERQUE, presidente da comissão organizadora da Convenção que realçou a importância do certame no momento em que o Brasil sofre radicais transformações em todos os campos de atividade, justamente porque virá facilitar o estudo conjunto de questões que interessam aos engenheiros em geral, responsáveis por grande parte de inciativas que servem de base à nossa evolução. Salientou o trabalho admirável da engenharia nacional que, mau grado tôdas as dificuldades, tem alcançado progresso extraordinário.

A realização da Convenção, que exprime o desejo dos engenheiros de aperfeiçoarem sempre, tem inestimável alcance porque vem facilitar o estabelecimento de relações pessoais entre os engenheiros de todo o país, o que nem sempre é possível, dada a sua extensão territorial, ao mesmo tempo que, debatendo os grandes problemas da engenharia nacional, vem fortalecer a conciência de que entre os brasileiros não há profissionais mineiros ou paulistas, gaúchos ou fluminenses, mas engenheiros do Brasil, côncios de suas responsabilidades perante o futuro da Pátria.

Terminou afirmando que a Convenção, em última análise, viria a ser uma aula prática de engenharia, já que os convencionistas de outros Estados poderão observar *de visu* as grandes obras de engenharia no Estado, aquilatar o nosso desenvolvimento, levando de Lagoa Santa, Morro Velho, Sabará, Monlevade, Ouro Preto e da capital mineira, que é a obra prima da engenharia nacional, uma impressão significativa do nosso aperfeiçoamento.

Discursou em seguida o Dr. MÁRCIO DE MELO FRANCO ALVES, prefeito de Petrópolis, representando o Estado do Rio, para dirigir entusiasta saudação aos convencionais, em nome da unidade política de que era representante.

Outros discursos O orador seguinte foi o engenheiro MAURÍCIO JOPPERT DA SILVA, membro e representante do Conselho Federal de Engenharia, que faz elogiosas referências ao interêsse dos engenheiros do Brasil reunindo-se no conclave para tratar das questões concernentes à nossa engenharia, justamente num momento em que se cuida da reforma do ensino, sôbre a qual irão ter grande influência as deliberações. Depois de salientar os importantes cometimentos que está realizando a engenharia nacional no Nordeste, na baixada fluminense e em outros pontos, o que nos leva a olhar com otimismo a capacidade dos profissionais brasileiros, disse que há muita coisa a corrigir: os campos da profissão ampliam-se e é necessário modificar os métodos de ensino. Esta, uma das grandes responsabilidades da 3.ª Convenção.

Falaram ainda o engenheiro LUIZ ONOFRE PINHEIRO GUEDES, saudando os convencionais em nome do Conselho de Engenharia e Arquitetura da 5.ª Região, e o Dr. FÁBIO VIEIRA MARQUES para propor fôsse enviado um telegrama ao Presidente GETÚLIO VARGAS, onde fôsse expresso a S. Excia. os agradecimentos dos convencionais pelo apoio que o govêrno tem dado à engenharia nacional.

Prosseguimento do programa Nos dias subsequentes foram observados os pontos constantes do programa, com a realização de reuniões plenárias e de visitas aos vários setores técnico-industriais existentes no Estado de Minas nos quais os engenheiros tiveram oportunidade de observar o adiantamento profissional dos seus colegas mineiros, sendo-lhes dado, por outro lado, conhecer processos técnicos de trabalho que, somente aquele Estado pode exibir, no que se refere a indústria siderúrgica.

Restauração dos cursos de geógrafo e topógrafo nas escolas de engenharia Por iniciativa do Diretório Regional Mineiro do Conselho Nacional de Geografia foi apresentada uma proposta no sentido de que fôssem restabelecidos os cursos de topógrafo e de geógrafo nas escolas de engenharia do país. Essa proposta, antes de ser presente à Convenção recebeu parecer do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região (Minas Gerais) sendo seu relator o engenheiro BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, membro dêsse Conselho e secretário do D. R. do Conselho Nacional de Geografia local.

Essa proposta que, pelos fundamentos com que foi redigida mereceu plena aprovação da Convenção, foi a seguinte:

"O decreto-lei n.º 23 569, regulamentando a profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor — trouxe paralelamente com os incontestáveis benefícios à coletividade — as dificuldades de atender-se a certos complementos da engenharia, particularmente quanto aos trabalhos de natureza fundamental a todos os ramos da profissão, como sejam os levantamentos, locação e exploração topográficas e geográficas. Dado o desenvolvimento do país e a chamada dos engenheiros civís às inúmeras realizações no campo das construções e das indústrias ficam os trabalhos topográficos a cargo de práticos e principiantes, muitas vêzes incapazes da execução perfeita de tais trabalhos sôbre os quais se baseiam os planos, os projetos e as obras em geral.

Ao mesmo tempo desenvolvem-se no país, graças à ação do Conselho Nacional de Geografia, e às necessidades fundamentais das administrações, os trabalhos topográficos, cartográficos e cadastrais.

Acontece, porém, que as escolas de engenharia suprimiram os cursos de agrimensor, topógrafo e geógrafo, antes existentes.

Tão grandes e sérios teem sido os embaraços decorrentes desta situação que o Diretório Regional de Geografia dêste Estado foi forçado a recorrer ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região, no sentido de obter, como obteve, uma solução transitória para o preenchimento de cargos técnicos no Departamento Geográfico do Estado, dada a escassez de engenheiros civís chamados a outras atividades.

A aprovação do C.R.E.A. da 4.ª Região a êste apêlo foi devidamente apreciada pelos órgãos geográficos centrais que aconselharam idênticas medidas a tôdas as regiões do país.

Parece-nos, portanto, inadiável a restauração dos cursos de topógrafo e geógrafo, em nossas escolas de engenharia. Tais cursos devem ter cunho mais prático que os atualmente existentes nos cursos de engenharia.

Assim é que deverá introduzir nos referidos cursos a cadeira de geografia física e humana que permitirá aos diplomados elementos de pesquisas, descrição e interpretação dos fatos geográficos das regiões que percorrerem, na execução dos seus levantamentos.

Dada a evolução dos estudos geográficos, influindo na formação da atual ciência geográfica, ampla e abrangente, como disciplina cultural, isto desde os estudos de RITTER, HUMBOLDT, RATZEL, êste criador da antropogeografia que permitiu a VIDAL DE LA BLACHE a renovação dos estudos geográficos em França, completados por DE MARTONNE, no campo da geografia física, êste curso virá influir de modo surpreendente no melhor conhecimento de nosso meio e portanto na elevação do índice cultural de nossos técnicos especializados.

Pensamos ter justificado plenamente a medida proposta sugerindo que tais cursos sejam organizados da seguinte maneira:

CURSO DE TOPÓGRAFO

Exigência: — curso ginasial.

Exame de admissão — Análise algébrica, geometria e trigonometria plana. Desenho geométrico. Noções de ciências naturais.

1.º ano — Primeira disciplina: cálculo infinitesimal e geometria analítica.

Segunda disciplina: geometria descritiva e projetiva.

Terceira disciplina: cálculos numéricos e gráficos e noções de teoria dos erros.

Quarta disciplina: desenho de aguadas e a mão livre.

2.º ano — Primeira disciplina: topografia e legislação de terras.

Segunda disciplina: física experimental.

Terceira disciplina: desenho topográfico.

Quarta disciplina: geo-física e elementos de mineralogia e geologia.

Aula prática: levantamentos planimétricos e altimétricos.

CURSO DE GEÓGRAFO

Mais o 3.º ano seguinte:

Primeira disciplina: geografia.

Segunda disciplina: trigonometria esférica, astronomia de campo e geodésia.

Terceira disciplina: meteorologia e climatologia.

Quarta disciplina: desenho cartográfico.

Quinta disciplina: mineralogia e geologia.

Aula prática: observações astronômicas e determinações geodésicas.

(Assinados) B. QUINTINO DOS SANTOS — Relator — PIRES E ALBUQUERQUE. FRANCISCO A. MAGALHÃES GOMES e JOSÉ LOPES DE MAGALHÃES."

Conferência do prof. Francis Ruellan No dia 31, ao ensejo da homenagem prestada pela Universidade de Minas Gerais aos diretores e professores de escolas de engenharia que tomaram parte na Convenção, o professor FRANCIS RUELLAN, que alí se encontrava como membro da delegação do Conselho Nacional de Geografia pronunciou erudita e substanciosa conferência sôbre modernos métodos do ensino da geografia.

Os expressivos títulos culturais de que é portador o conferencista, antigo diretor de Estudos da Escola de Altos Estudos do Instituto de Geografia da Universidade de París e professor de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, concorreram para que essa contribuição levada à III Convenção pelo Conselho Nacional de Geografia fôsse bem acolhida pelos congressistas e professores.

Presidida pelo prof. Dr. MÁRIO CASSASSANTA, reitor da Universidade de Minas Gerais, estiveram presentes a essa sessão, além dos professores daquela Universidade, os Srs. major JOSÉ COELHO DE ARAÚJO, representando o Governador BENEDITO VALADARES, engenheiro BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, diretor do Departamento Geográfico de Minas Gerais, convencionais, engenheiros e outras pessoas gradas.

Dada a palavra ao professor FRANCIS RUELLAN, êste abordou o tema *O ensino superior da geografia,* discorrendo, em francês, com muita erudição, sôbre o mesmo.

Disse como deve ser feito o ensino da geografia, mostrando a conveniência e utilidade do estudo preliminar das ciências afins da geografia.

Após, mostrou como dirige o curso dessa matéria na Faculdade de Filosofia do Rio, salientando a contribuição da geografia para as atividades bélicas, industriais e políticas.

Ao terminar a sua notável conferência, o professor FRANCIS RUELLAN foi saudado com demorada salva de palmas.

A seguir, falaram o engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e professor MAURÍCIO JOPPERT DA SILVA, da Escola Nacional de Engenharia, agradecendo a homenagem, bem como as palavras do professor FRANCISCO MAGALHÃES GOMES, referindo-se também, elogiosamente, à palestra do professor FRANCIS RUELLAN, a qual acaba de ser editada pelo Conselho Nacional de Geografia, enfeixada numa elegante *plaquette* sob o título *Les méthodes modernes d'enseignement de la Géographie,* destinando-se a larga distribuição.

Todos os oradores foram calorosamente aplaudidos, sendo, em seguida, encerrada a sessão.

Encerramento O encerramento da III Convenção Nacional de Engenheiros, constituiu uma solenidade de grande significação cultural.

A sessão foi presidida pelo engenheiro ODILON DIAS PEREIRA, secretário da Viação do Estado de Minas, o qual tinha ao seu lado os secretários da Agricultura e das Finanças, o engenheiro SATURNINO DE BRITO FILHO, presidente da Convenção, e os engenheiros representantes das Associações de classe do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais.

Inicialmente, falou o Sr. ALBERTO PIRES AMARANTE, representante do Ministério da Educação que, em eloquentes palavras, congratulou-se com os congressistas pelo êxito e acêrto das deliberações adotadas pela Convenção.

A seguir, falou o representante de São Paulo, engenheiro NORBERTO CAMARGO, secretário do Instituto Paulista de Engenharia. Apresentando despedidas ao povo mineiro, ressaltou o generoso acolhimento que os seus pares receberam da sociedade belorizontina. Nesse mesmo sentido e apresentando suas despedidas à capital de Minas, falaram os representantes da Sociedade dos Engenheiros do Distrito Federal, dos engenheiros do Rio Grande do Sul, do clube dos Engenheiros de Juiz de Fora, da Associação dos Engenheiros da Central do Brasil, das organizações acadêmicas presentes à Convenção, do Conselho Técnico Federal de Engenharia, dos engenheiros da República Argentina.

Logo após, o representante paulista voltou a ocupar a tribuna para indicar a cidade de Pôrto Alegre para sede da IV Convenção Nacional dos Engenheiros a realizar-se proximamente, o que foi aclamado com uma salva de palmas.

Com a palavra, o Dr. SATURNINO DE BRITO FILHO fez entrega aos vencedores dos prêmios instituídos para os temas discutidos na Convenção.

Voltando a ocupar a tribuna, o engenheiro SATURNINO DE BRITO FILHO, pronunciou incisivo discurso, focalizando todos os trabalhos verificados na 3.ª Convenção Nacional de Engenheiros, evidenciando o espírito de equilíbrio e alta compreensão que animou as deliberações. Historiou tôdas as excursões organizadas e levadas a efeito, salientando o benefício que delas provém aos engenheiros para maior esclarecimento dos seus estudos e completa observação prática das suas variadas teorias. Destacou afinal, o ensejo da realização dês-

se certame na terra mineira, precisamente numa época conturbada como a em que vivemos, na qual todos os brasileiros se devem congregar com os olhos e atuação fitos no progresso e grandeza do Brasil.

Encerrando a sessão falou em nome do govêrno mineiro o Dr. ODILON DIAS PEREIRA, cujo discurso transcrevemos:

Discurso do eng.º Odilon Dias Pereira

"Ao terminar a semana de estudos que a Convenção Nacional de Engenheiros proporcionou, cumprimos um dever dizendo do agrado com que acolhemos tantos e tão distintos elementos da engenharia nacional.

Constituiu, sem dúvida, um fato de excepcional relêvo esta reunião de algumas centenas de engenheiros para a discussão de assuntos que interessam diretamente todos os profissionais, especialmente no que se refere ao ensino. E julgamos que estes estudos chegaram a conclusões que muito poderão orientar, firmando diretrizes e indicando normas de ação.

Na verdade, as sugestões apresentadas ao decorrer da Terceira Convenção demonstraram uma compreensão larga dos problemas desta hora de reconstrução, que deverá, sem dúvida ser iniciada pela organização do ensino e pelo estabelecimento de um conceito mais amplo da influência dos técnicos. A preparação do profissional é elemento básico para que possa corresponder às responsabilidades que lhe tocarão quando se restabelecer a normalidade internacional e todos os povos reentrarem em suas atividades comuns. Cada país procurará, então, reconstituir-se, valendo-se de todos os seus recursos. Para o aproveitamento dêsses recursos é que o técnico influirá decisivamente. Por isso mesmo, a escola tem uma função de alta importância. O estudo, feito agora, dêste problema, permite firmar preceitos que, desde já ou na devida oportunidade, servirão de norma. Eis porque devem ser apreciadas as sugestões discutidas nesta Terceira Convenção Nacional de Engenheiros.

Os organizadores desta Convenção determinaram um programa que possibilitou a todos os convencionais cuidar dos temas que eram motivo da reunião e também realizar uma série de visitas que lhes proporcionaram uma observação direta do que se está fazendo, quer pela ação dos governos, quer pela iniciativa particular. Em Lagoa Santa, Monlevade, Cidade Industrial e Pampulha, por exemplo, verifica-se êsse paralelismo das iniciativas governamentais e privadas, tôdas animadas do mesmo espírito de engrandecimento da Pátria. Quanto ao aspecto técnico e às bases a que obedeceram êsses empreendimentos, cada um dos convencionais é autoridade bastante para avaliar da sua importância e da sua significação. Mais do que o vulto dêsses empreendimentos, talvez tenha impressionado o esfôrço que representam o objetivo que os inspira. E, ainda como exemplo, poderíamos citar a criação das praças de esportes, que, tendo como modêlo o Minas Tenis Clube de Belo Horizonte, se espalham pelas 26 circunscrições do Estado, em cada região servindo de padrão para as que forem sendo construídas nas cidades mineiras. E dizemo-lo, porque o Governador BENEDITO VALADARES teve por objetivo preparar, desde a infância, as gerações novas por meio de educação física inteligentemente aplicada e educação cívica assiduamente praticada.

De nossa parte, guardamos a melhor recordação dêste convívio de alguns dias com tão destacadas figuras da engenharia brasileira, que tão expressivamente representam os diversos setores e especializações. O govêrno de Minas sentiu-se altamente honrado com a escolha de Belo Horizonte para sede da Terceira Convenção Nacional de Engenheiros. E o Governador BENEDITO VALADARES, por meu intermédio, deseja exprimir, tanto aos organizadores da Convenção como a todos os participantes, os seus agradecimentos por esta magnífica oportunidade de confraternização, assim como pela distinção de ter sido designada a capital do Estado para sede desta esplêndida reunião.

Ao declararmos encerrados os trabalhos da Terceira Convenção Nacional de Engenheiros, formulamos votos para que todos os ilustres convencionais conservem uma grata impressão dêstes dias de convivência e que as relações de amizade e de solidariedade, ora estabelecidas, perdurem sempre, tornando mais compreendidos os propósitos, mais calorosos os sentimentos, mais idênticas as idéias e mais harmoniosas as aspirações.

Com o pensamento na pátria, que a todos nos irmana, em nome do Governador BENEDITO VALADARES declaro encerrados os trabalhos da Terceira Convenção Nacional de Engenheiros, que marcou mais uma brilhante etapa desta série de assembléias promovidas com o objetivo de congraçar os engenheiros e de elevar cada vez mais a engenharia brasileira".

Exposição técnica Ocupando a ala direita do edifício da Feira Permanente de Amostra, funcionou durante os últimos dias da Convenção uma interessante Exposição Técnica promovida pela Rêde Mineira de Viação.

O Conselho Nacional de Geografia, conforme foi amplamente noticiado, deliberou expor nesse certame os trabalhos geográficos e cartográficos que figuraram recentemente na II Exposição de Educação, Cartografia e Estatística, realizada por ocasião do "batismo cultural" de Goiânia.

Entretanto, apesar dos esforços empregados, aqueles trabalhos não puderem chegar em Belo Horizonte a tempo de serem alí expostos.

I CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SERGIPE

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em reunião ordinária efetuada a 16 de Julho findo, deliberou levar a efeito sob o seu patrocínio, a realização, entre os dias 13 e 18 de Maio do ano próximo, do I Congresso de História e Geografia local.

Imprimindo sentido prático ao que foi resolvido, aquele sodalício elegeu naquela mesma reunião a comissão organizadora do oportuno e importante certame, a qual ficou constituída dos Srs. professor José Augusto da Rocha Lima, José Calasans Brandão da Silva, Luiz Garcia, Epifânio Dória, Anfilóquio Vale e João Nunes de Melo, sob a presidência do primeiro e tendo o segundo como secretário.

O prof. José Augusto da Rocha Lima que também é presidente daquela instituição científico-cultural, incumbiu o Sr. José Calasans Brandão da Silva da elaboração do respectivo projeto do regimento interno do Congresso.

O temário organizado abrange os seguintes assuntos:

1.º — Conquista e colonização de Sergipe; 2.º — Fronteiras de Sergipe na colônia e no império; 3.º — História política de Sergipe até 1900. Políticos ilustres; 4.º — Aspectos econômicos e sociais da formação sergipana; 5.º — O elemento negro em Sergipe; 6.º — Folclore regional; 7.º — História da religião em Sergipe; 8.º — História da arquitetura em Sergipe. Engenheiros ilustres; 9.º — História da medicina em Sergipe. Grandes vultos da medicina; 10.º — Influência da imprensa na vida social de Sergipe. Grandes vultos do jornalismo; 11.º — História da educação em Sergipe. Educadores sergipanos; 12.º — A oratória em Sergipe. Oradores políticos e sacros; 13.º — História das instituições; 14.º — História da organização judiciária; 15.º — História do teatro em Sergipe; 16.º — Vultos mais importantes das classes armadas; 17.º — Magistrados e advogados sergipanos; 18.º — Sociólogos e historiadores; 19.º — Poetas e prosadores; 20.º — Sergipe e a cultura jurídica no Brasil; 21.º — Sergipe e o pensamento filosófico brasileiro; 22.º — Os sergipanos nos outros Estados; 23.º — Indústria sergipana e seu atual desenvolvimento; 24.º — Influência do pôrto de Aracajú na vida econômica do Estado; 25.º — Nomenclatura geográfica de Sergipe; 26.º — A geografia das comunicações em Sergipe; 27.º — Os rios na economia sergipana; 28.º — Variações dialetais do português em Sergipe; 29.º — Vida municipal. Formação e evolução dos municípios; 30.º — Bibliografia histórica e geográfica de Sergipe; 31.º — Monografias municipais; 32.º — Genealogia sergipana.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

Nova diretoria Em sessão administrativa realizada em 1 de Dezembro do ano findo foi eleita a nova diretoria para reger os destinos da Associação dos Geógrafos Brasileiros durante o ano em curso.

Essa diretoria está assim constituída:

Presidente — prof. Pierre Monbeig; secretário geral — prof. Aroldo de Azevedo; tesoureiro — Sr. Sálvio de Almeida Azevedo; comissão consultora — prof. João Dias da Silveira e Srs. Geraldo de Paula Sousa e Rubens de Morais.

Relatório da diretoria Senhores associados:

No cumprimento de disposição estatutária, mais uma vez apresentamo-nos perante os ilustres membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros, afim de oferecer uma resenha das atividades levadas a efeito durante o ano social que ora se finda.

Movimento social O ano social de 1941 não se destacou pelo aumento do nosso quadro social, ao contrário do que se passou no ano anterior. De fato, apenas sete

(7) novos associados vieram trazer sua colaboração à obra que vimos realizando.

Isto nos leva a lançar um apêlo a todos os atuais sócios no sentido de, sem sacrifício da qualidade, atrair para a nossa Associação um número maior de novos membros, afim de que possamos aumentar o nosso patrimônio material e cultural e dispor de maiores comodidades e novas colaborações, sempre úteis a todos quantos trabalham em nosso grêmio.

Atividades sociais *Sessões realizadas.* — No decorrer do ano social que hoje se encerra, foram realizadas 17 reuniões, das quais duas tiveram um caráter administrativo, na forma dos Estatutos, e duas outras tiveram um caráter especial, a saber: na primeira, realizada no dia 3 de Abril, na Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura, houve exibição de filmes de interêsse geográfico, de propriedade do govêrno dos Estados Unidos e gentilmente cedidos pelo consulado americano desta capital; na segunda, realizada a 15 de Setembro, no Pavilhão da Suíça, instalado no recinto da Feira Nacional de Indústrias, também realizou-se uma exibição de filmes de interêsse geográfico, gentilmente cedidos pelo *Bureau* Suíço de Expansão Comercial.

Assuntos debatidos. — O ano de 1941 destacou-se, sem dúvida alguma, pelas atividades sociais dentro do campo da geografia humana, bastando dizer que das 22 palestras realizadas, 12 versaram temas dêste ramo da ciência geográfica. Não deixa de ser interessante acentuar que no ano anterior, a primazia coube à geografia física e biológica, o que serve para demonstrar que a Associação oferece aos senhores sócios campos muito diversos para a ampliação de sua cultura e de seu conhecimento.

Eis a distribuição dos assuntos:

Geografia humana	12
Resenhas bibliográficas	5
Geografia física e biológica	5
Geografia regional	2
Geografia histórica	1

É a seguinte a relação das palestras e seus respectivos autores:

Geografia humana. — 1. MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO, *A cidade e o pôrto de Santos.* — 2. PAULO PEREIRA DE CASTRO, *Os garimpos do Rio das Garças.* — 3. ROGER BASTIDE, *Gografia das religiões no Estado de São Paulo.* — 4. JEAN LECOCQ, *Evolução da indústria da madeira no Estado de São Paulo.* — 5. ROMEU PASCHOALICK, *Estudo geográfico da E. F. Sorocabana.* — 6. LUCILA HERMANN, *Estudo ecológico de uma radial de São Paulo.* — 7. CARLOS QUIRINO SIMÕES, *Evolução rodoviária do Estado de São Paulo.* 8. MARIA ESTELA GUIMARÃES, *Núcleos de colonização alemã no sul do Brasil.* 9. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, *Geografia da pecuária no Brasil Central.* — 10. ANTOINE BON, *Atenas, uma experiência urbana.* — 11. NICE LECOCQ, *As indústrias de Sorocaba* — 12. OSCAR EGÍDIO DE ARAÚJO, *Distribuições ecológicas.*

Resenhas bibliográficas. — 1. JOÃO DIAS DE SILVEIRA, *Il corso del Sole* de GIUSEPPE VINACCIA. — 2. PIERRE MONBEIG, estudos sôbre *O homem e a destruição das riquezas naturais,* do prof. CARLOS SAUER. — 3. AROLDO DE AZEVEDO, *General Cartography* de ERWIN RAISZ — 4. ODILON NOGUEIRA MATOS, *O Rio São Francisco* de GERALDO ROCHA. — 5. RENATO SILVEIRA MENDES, artigo sôbre o clima do Brasil de SALOMÃO SEREBRENICK no *Brasil 1940-1941.*

Geografia Física e Biológica — 1. OTÁVIO BARBOSA, *Geografia física da região de Apiaí.* — 2. SAMUEL PESSOA, *Domínio geográfico de algumas endemias parasitárias no Estado de São Paulo.*

Geografia Regional — 1. FERNANDO ALMEIDA, *O pantanal matogrossense.* — 2. JOÃO DIAS DA SILVEIRA, *Estudos sôbre o litoral paulista.*

Geografia Histórica. — 1. JEAN GAGÉ, *Introdução e difusão do camelo na África do Norte.*

Situação financeira A publicação dos Estatutos, a impressão de novos talões e a mudança do local de nossas reuniões acarretaram-nos despesas extras, durante o ano que se finda. Mesmo assim, as mensalidades cobradas superaram as despesas, apresentando um saldo favorável de 461$500 (quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos réis), o qual somado com a importância em caixa, a 1 de Janeiro de 1941, vem representar um pecúlio real de 1:813$900 (um conto oitocentos e treze mil e novecentos réis).

O movimento financeiro de 1941 pode ser assim resumido:

DESPESAS

Material de expediente	157$500	
Impressão de recibos	88$000	
Impressão dos estatutos	280$000	
Gratificações aos zeladores	245$000	
Comissões ao cobrador	333$000	
Inscrição ao Congresso do Pará	100$000	1:203$500

RECEITA

Trezentas e trinta e três (333) mensalidades, a 5$000 cada uma	1:665$000	1:665$000
Saldo do ano de 1941		461$500

SALDOS

Em 1 de Janeiro de 1941 ..	1:352$400
Em 30 de Novembro de 1941	461$500
Saldo existente em caixa .	1:813$900

Cumpre acrescentar que, dos 58 sócios registrados, 13 estão com tôdas as mensalidades atrasadas, outros 13 com os pagamentos em dia, e os restantes 32 com 1 a 10 mensalidades pagas.

Núcleos filiados Tivemos a grande satisfação de ver criado e devidamente organizado, nos têrmos do respectivo regulamento, o núcleo de Curitiba, de nossa Associação, cuja esfera de influência continua, assim, a alargar-se, cada vez mais. O núcleo alí criado é constituído de pessoas de relêvo cultural e social, tendo à frente o Dr. José Loureiro Fernandes, diretor do Museu Paranaense, que foi eleito seu diretor.

Agora que os nossos estatutos e o regulamento dos núcleos filiados acham-se impressos, é de se esperar que novos núcleos venham a se formar noutros pontos do país, uma vez que já podem ser mais bem conhecidas as bases de sua organização.

Relações externas *Visita ao Instituto Geográfico e Geológico.* Além das interessantes exibições cinematográficas, propiciadas pelo consulado americano e pelo *Bureau* Suíço de Expansão Comercial, a que já fizemos referência, teve a Associação o prazer de entrar em contato com o Instituto Geográfico e Geológico, através de uma visita realizada no dia 14 de Junho. Recebidos pelo Dr. Valdemar Lefèvre, ilustre diretor daquele Instituto, a diretoria e diversos sócios passaram a percorrer as diferentes secções especializadas, onde receberam detalhadas informações de seus respectivos chefes. Mereceram especial atenção as secções de Levantamento Topográfico, de Geodésia e de Climatologia, bem como a rica biblioteca especializada de que dispõe aquele departamento da administração paulista.

Décimo Congresso Brasileiro de Geografia. — Afim de demonstrar o seu interêsse pelo Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Setembro de 1943, na cidade de Belém do Pará, resolveu a Associação dos Geógrafos Brasileiros aderir ao mesmo na qualidade de membro "cooperador". Resta agora, que todos os seus membros procurem compreender a importância dêsse certame, preparando desde já suas contribuições, uma vez que o prazo para entrega termina em Janeiro de 1943.

Colaboração ilustre. — Não pode passar em silêncio, a colaboração recebida da parte de ilustres personalidades que, não pertencendo ao nosso quadro social, realizaram palestras na Associação, acedendo, amavelmente, a convites feitos pela Diretoria: o prof. Roger Bastide, da cadeira de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras; o prof. Jean Gagé, da cadeira de história moderna e contemporânea da mesma Faculdade; o prof. Attoine Bon, da Universidade de Montpellier e atual professor de história antiga na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; o Dr. Carlos Quirino Simões, antigo diretor do Departamento de Estradas de Rodagem; o prof. Samuel B. Pessoa, da cadeira de parasitologia da Faculdade de Medicina; o Dr. Oscar Egídio de Araújo, do Departamento Municipal de Cultura; e as professoras Lucila Hermann e Maria Estela Guimarães, assistentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Parte administrativa *Local das reuniões.* — Por gentileza do prof. Anhaia Melo, então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pôde a Associação transferir o local de suas reuniões para uma das salas do 3.º andar do edifício da Escola Normal "Caetano de Campos", onde funciona aquela Faculdade e em ponto mais accessível a todos os associados. Esta amável concessão veio a ser confirmada pelo atual diretor, prof. Fernando de Azevedo.

Ao fazermos esta referência, queremos que aquí fique consignado o agradecimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros à direção da Faculdade de Filosofia, como também queremos expressar o mesmo sentimento em relação à direção do Instituto de Higiene e, de modo especial, ao prof. Geraldo Horácio de Paula Sousa, ilustre diretor daquele Instituto e não menos ilustre consócio, que gentilmente cedeu suas salas para as nossas reuniões, durante vários anos seguidos.

Leis internas. — A impressão dos estatutos e do regulamento dos núcleos filiados, adiada até aquí por motivos de fôrça maior, realizou-se afinal no ano que ora se finda, o que veio pôr ao alcance de todos os interessados as bases em que se funda a nossa Associação.

Trabalhos de Secretaria. — Cabe aquí, também, uma referência especial ao prof. ODILON NOGUEIRA MATOS, cuja colaboração como auxiliar do secretário geral foi preciosa e indispensável, encarregando-se especialmente da convocação das reuniões.

Conclusão Não podemos dizer que o ano social de 1941 haja sido tão profícuo e animador quanto o antecedente. Isto não nos impede, porém, de formular nossas ardentes esperanças no sentido de que o ano de 1942 ultrapasse todos os demais, pelo valor e seleção das comunicações e pela maior prosperidade de nossa situação financeira, com o aumento do número de sócios e o pontual pagamento das mensalidades.

É com semelhante votos que damos por finda a nossa tarefa, esperando que tenhamos correspondido à confiança em nós depositada pelos ilustres senhores membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

São Paulo, 1 de Dezembro de 1941.

Ass. — PIERRE MONBEIG, presidente; AROLDO DE AZEVEDO, secretário geral; SÁLVIO DE AZEVEDO, tesoureiro.

CÍRCULO DE ESTUDOS MUNICIPAIS

Um grupo de profissionais brasileiros vem de fundar nesta capital uma instituição cultural destinada a cooperar, através dos órgãos públicos e particulares, dos Estados e da União, na solução dos problemas técnicos e administrativos dos nossos municípios, particularmente das pequenas comunas.

Levando avante a iniciativa foi realizada, no dia 2 de Junho dêste, na sede da Federação Brasileira de Engenheiros, a sessão de fundação da sociedade que tomou o nome de Círculo de Estudos Municipais.

Naquela mesma ocasião ficou constituída a sua diretoria provisória que é a seguinte:

Presidente — SALO BRAND — (ex-diretor do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio).

1.º vice-presidente — ÁLVARO DE SOUSA LIMA — (ex-diretor do Departamento das Municipalidades do Estado de São Paulo).

2.º vice-presidente — LINCOLN CONTINENTINO — (catedrático de higiene e urbanismo, da Universidade de Minas Gerais — ex-engenheiro chefe do Serviço de Saneamento e Urbanismo do Estado de Minas Gerais).

3.º vice-presidente — FRANCISCO DE ASSIS BASÍLIO — (engenheiro da Associação Brasileira de Cimento Portland).

1.º Secretário — LUIZ RIBEIRO SOARES — (presidente da Sociedade de Engenheiros da Pref. do Distrito Federal).

2.º Secretário — LUIZ PAULO DO AMARAL PINTO — (engenheiro do Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Tesoureiro — HENRIQUE BRITO DE MAGALHÃES — (engenheiro do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio).

Dando cumprimento ao seu programa de trabalho, o Círculo já tem em funcionamento duas "Comissões Especiais de Estudo" (C.E.E.) que deverão, em uma das próximas sessões técnicas ordinárias, submeter à apreciação dos demais consócios os resultados preliminares a que chegaram.

A primeira comissão criada pela Diretoria do C.E.M. foi incumbida de elaborar um "ante-projeto de instruções para a organização de plantas topográficas das cidades do Brasil" e ficou constituída pelos engenheiros GERALDO F. SAMPAIO, OTÁVIO CANTANHEDE e MÁRIO DE ABREU PINTO.

A segunda comissão que tem como objetivo estudar o "estabelecimento de taxas de melhoria nos pequenos municípios", é composta do Sr. CELESTINO DE SÁ FREIRE BASÍLIO, advogado, e dos engenheiros LINCOLN CONTINENTINO e ABELARDO DE MELO XAVIER DA SILVEIRA.

A diretoria estuda presentemente o estabelecimento de novas comissões de estudo.

Grande tem sido o número de adesões recebidas pela novel associação, que está funcionando à rua Araújo Pôrto Alegre, 64, 2.º and., sede da Federação Brasileira de Engenheiros, cuja diretoria gentilmente se dispôs a prestigiar a ação do Círculo, oferecendo suas salas para as reuniões do mesmo.

MISSÃO FLORNOY

O etnólogo BERTRAND FLORNOY, chefe da expedição francesa que tomou o seu nome, depois de alguns meses de estudos científicos realizados pela aludida expedição na região amazônica, vem de entregar extenso relatório ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, no qual expõe os resultados das pesquisas alí procedidas.

A Expedição Flornoy, que obtivera permissão do mesmo Conselho, em 22 de Agôsto do ano findo, levou a efeito, durante a sua permanência na Amazônia, estudos e pesquisas em grande extensão da zona banhada pelo "rio mar", inclusive na parte brasileira onde procedeu a interessantes investigações científicas, no domínio da geografia, etnografia e arqueologia, as quais oferecerão valiosa contribuição para melhor conhecimento fisiográfico, etnográfico e arqueológico da região.

Da parte do território brasileiro, zona que começa da nossa fronteira com o Perú até Belém, capital do Estado do Pará, foi elaborado um filme cinematográfico que aquele Conselho julgou oportuno examinar detidamente antes que seja divulgado pelos expedicionários.

O Sr. BERTRAND FLORNOY acompanhado de outros membros da expedição esteve em visita ao Conselho Nacional de geografia, sendo recebido pelo engenheiro CRISTOVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral, e demais altos funcionários dêsse Conselho, tendo oportunidade de fazer ligeira exposição do roteiro seguido pela comissão científica que dirigiu.

AFONSO DE GUAÍRA HEBERLE

Faleceu nesta capital, a 23 de Julho dêste ano, o topógrafo, cartógrafo e paisagista AFONSO DE GUAÍRA HEBERLE, técnico posto à disposição do Conselho Nacional de Geografia pelo Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, de cujo quadro fazia parte como funcionário dos mais distinguidos, nos vários setores de sua especialização.

Com o seu desaparecimento, a ala geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística perdeu um dos melhores e entusiastas colaboradores, pois, quer no exercício do seu cargo efetivo do D.E.E. mineiro, quer no desempenho das árduas tarefas de campo que lhe foram confiados pelo Conselho Nacional de Geografia, prestou êle inestimável soma de bons serviços à geografia nacional.

Tipo de legítimo lidador e de profissional entusiasta do seu ofício, sexagenário já, era de ver a alegria quase infantil com que êle aceitava, ou melhor, disputava o desempenho das tarefas mais difíceis e arriscadas. Quando da organização da última expedição científica que esteve procedendo a largo programa de trabalhos geográficos e de pesquisas na pouco conhecida região que faz a divisa dos Estados da Baía-Minas-Goiaz, da qual fazia parte como topógrafo e desenhista-paisagista, foi-lhe confiada, da parte do Conselho, a execução de importantes e difíceis tarefas, trabalhos êsses que só não puderam ser ultimados porque a morte o surpreendeu quando êle iniciava os primeiros serviços. Atacado por terrível endemia peculiar à região onde o havia levado o seu entusiasmo de profissional e a sua curiosidade de sertanista, foi então providenciada a sua remoção, por via aérea, para esta capital, onde todos os recursos médicos empregados, não conseguiram salvar vida tão preciosa e útil.

Na biografia dêsse autodidata de talento e artista primoroso, contada aquí em largos traços para, dessa forma se ajustar às dimensões dêste registo, avultam, de quando em vez, fatos e atitudes reveladoras não somente da sua grande capacidade profissional e artística, mas ainda da sua excelente formação moral e do seu espírito nobre e desprendido.

Topógrafo de grandes recursos técnicos, notável paisagista e cartógrafo de boa estirpe, AFONSO GUAÍRA HEBERLE, alemão de nascimento e brasileiro naturalizado, durante os 42 anos que aquí viveu, pôs todos os recursos da sua inteligência, da sua sensibilidade e dos seus conhecimentos profissionais a serviço do Brasil, pátria que adotou, por lei, ao requerer naturalização logo que veio da Alemanha e pelas sensíveis razões do coração, ao incorporar legalmente ao seu próprio nome o apelido

"Guaíra" (denominação indígena do Salto das Sete Quedas situado à margem brasileira do Rio Paraná). Êsse fato simples, espontâneo e expressivo, bem denota o fervoroso amor e entusiasmo que êle tomara pela terra que o acolhera, além de refletir uma grande sensibilidade paisagística e, portanto, artística.

Curioso enamorado da natureza, sequioso de surpreender e desvendar todos os seus segredos e encantos, o alemão HEBERLE, logo que se fez homem, sentiu irresistível desejo de deixar o seu país natal, para viajar, correr terras, desvendar regiões desconhecidas, em busca de novas sensações que saciassem a sua curiosidade intelectual e artística. A América do Sul ou a África, eram as regiões para onde a sua aventurosa curiosidade mais se aguçava.

Quando estava tentando objetivar os seus projetos, vieram-lhe às mãos depoimentos escritos de viajantes e cientistas que estiveram no Brasil, o que lhe despertou maior curiosidade pela nossa pátria. Curiosidade que havia depois de transformar-se no mais sadio entusiasmo e na mais desinteressada amizade por tudo quanto é nosso.

Dominado pelo desejo de emigrar para o Brasil, aos 19 anos de idade, procurou o cônsul brasileiro em Stuttgart, a quem solicitou os meios necessários. O seu encontro com aquele diplomata proporcionou-lhe, então, a certeza de que andara acertado. Diante do que ouvia, não teve mais nenhuma dúvida. Viria para o Brasil.

A suavidade da língua, (êle dizia ser o português falado no Brasil, a língua mais doce e expressiva do mundo), a riqueza da terra de que teve imediata noção ao lhe ser exibida uma coleção de esmeraldas, as excelentes condições geográficas e econômicas postas em relêvo pelo cônsul, despertaram no jovem alemão justa ambição de riqueza, além de aumentar a curiosidade artística e cultural de que já se achava possuído pela nossa natureza. Facilitados os meios necessários, veio com destino ao Rio de Janeiro, onde não pôde desembarcar devido a uma epidemia de febre amarela que então grassava, constituindo isso motivo para que êle, e os demais emigrantes, fôssem enviados ao Paraná.

O seu primeiro contacto com a terra paranaense foi de deslumbramento. A fertilidade do solo, a bondade do povo, a natureza, as facilidades e a carinhosa hospitalidade que encontrou, o surpreenderam de tal forma que logo esqueceu todos os sonhos de riqueza que o haviam assaltado quando viu as belas esmeraldas do cônsul Brasileiro em Stuttgart. Daquele momento em diante, o jovem emigrante, deixou de ser o aventureiro alemão AFONSO HEBERLE, para se transformar no muito brasileiro AFONSO DE GUAÍRA HEBERLE.

Alí foi, durante anos, professor da língua alemã e intérprete de uma colônia holandesa, passando depois a exercer a profissão de topógrafo da câmara municipal.

Possuído ainda daquela mesma curiosidade de tudo conhecer, tempos depois, veio para esta capital, onde demorou-se algum tempo, até que, para atender a rogos maternos, voltou à Alemanha, no propósito de ficar definitivamente alí, em atenção a carinhosos apelos. Mas, os liames culturais e afetivos que o uniam ao Brasil já eram tão intensos e tão fortes, que se sentiu lá como se estivesse em terra estranha. A natureza e o povo brasileiros haviam-no de tal forma conquistado que dois meses após estava de regresso.

De outra feita tornou a voltar à sua pátria natal, levado pelos mesmos sentimentos de amizade filial, sendo essa a última vez que reviu o solo pátrio, em vista de haver perdido depois sua extremosa mãe — único liame que ainda o ligava à Alemanha.

Ao regressar dessa última viagem domiciliou-se ainda nesta capital, tendo ingressado como técnico de uma emprêsa de engenharia, que o enviou a Goiaz para proceder a medições de terras e levantamentos topográficos nos municípios de Santa Luzia, Bonfim e outros.

Voltando ao Rio de Janeiro, em 1919 transferiu-se para Minas Gerais onde, inicialmente, prestou serviços profissionais à Prefeitura Municipal de Barbacena até 1922, quando passou a ser funcionário técnico da Secretaria de Agricultura dêsse mesmo Estado e mais tarde do Departamento Estadual de Estatística mineiro. Essa foi a quadra mais tranquila da sua vida de pesquisador ativo; ligou-se pelo casamento com uma senhora pertencente a tradicional família mineira. O nascimento de uma filha, veio após, enriquecer o seu lar. As obrigações decorrentes da nova fase social que encetara superaram os seus repetidos desejos de retornar a pervagar regiões distantes e inhóspitas, para se entregar a pesquisas e estudos, deixando-se ficar, por isso, em Belo Horizonte, entregue aos seus deveres de funcionário e de chefe de família, limitados os seus trabalhos de campo aos arredores da capital mineira.

Sentimo-nos na obrigação de registrar aquí, embora muito por alto, a atuação de GUAÍRA HEBERLE, no Conselho Nacional de Geografia.

Há cêrca de dois anos foi-lhe confiada a incumbência de proceder estudos e pesquisas e de executar desenhos paisagísticos sôbre a famosa gruta de Maquiné e seus arredores.

O excelente trabalho que então realizou excedeu a espectativa. O esmero dos inúmeros e artísticos desenhos, a segurança dos conceitos emitidos sôbre a região no relatório que apresentou, o vulto científico das indagações feitas e outras particularidades técnicas dessa contribuição geográfica que o Conselho Nacional de Geografia publicou em sua REVISTA, influíram também para que se lhe fôsse, então, dirigido formal convite, no sentido de prestar a êsse órgão constante colaboração.

No seu *dossier*, existente no Conselho Nacional de Geografia, deixou o topógrafo GUAÍRA HEBERLE, copiosa documentação que atesta, além do zêlo funcional a inexcedível dedicação e entusiasmo com que se atirou aos misteres da sua profissão. Dentre os documentos existentes nesse repositório, queremos destacar os tópicos de alguns. Em um dêsses, ao comunicar o início das pesquisas que estava levando a efeito, alegra-se ao dizer que estava "mergulhado em terríveis buraqueiras, ao lado sul da Serra do Curral". Noutro, proclama com alegria haver descoberto uma gruta espaçosa nas imediações da 1.ª série dos "Cañons", acrescentando que iria passar lá algumas noites. Ainda em outro, reponta a agradável surpresa do profissional e do artista ao descrever um interessante e curioso acidente: "... topografia estupenda. Só vendo. Estou com a mão na massa e o resultado desta excursão será excelente". Depois mais êsse, onde um detalhe deixa transparecer a alma do contemplativo enamorado da natureza que êle sempre foi, aliado às qualidades de erudito especulador da ciência geográfica: "A minha residência" pitoresca, com gruta e subterrâneo, está situada em saliência da Serra do Curral, na altura de 940 metros". Por fim êsse que vem mostrar a sua eficiência e esfôrço quando, ao se lastimar do mau tempo que não oferecia completa visão, disse: "...infelizmente os trabalhos só começaram às 7 horas da manhã (nos dias anteriores, tenho estado no campo às 4 horas da madrugada)".

Quanto aos trabalhos que realizou sob a direção e por iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, não sabemos distinguir qual o mais valioso.

Sôbre o que se refere à gruta de Maquiné e seus arredores, publicado parceladamente, nos ns. 2 e 3, ano III desta REVISTA, o arguto e exigente geógrafo que é o professor SÍLVIO FRÓIS ABREU, ao fazer a apresentação dessa contribuição, tendo reconhecido antes a "habilidade notável" de desenhista-paisagista do seu autor, terminou afirmando que o referido estudo "pela minúcia e pelas indicações topográficas pode figurar como um guia precioso e exato, útil a todo aquele que queira visitar a Gruta de Maquiné".

Os levantamentos topográficos da Serra do Curral, do município de Ouro Preto e da região da Mina da Passagem, com respectivos relatórios e *croquis* paisagísticos, trabalhos êsses a serem oportunamente publicados por esta REVISTA, constituem outras contribuições geográficas de sua autoria.

A tarefa de execução das quatro fôlhas preparatórias da Carta Geográfica do Brasil desenhadas na escala de 1:500 000, relativas a Goiânia e região circunjacente, recebeu dele eficiente e prestimosa colaboração, no que toca ao difícil traçado das curvas de nível a reproduzirem o nivelado do terreno.

Em Belo Horizonte, entre muitos dos seus trabalhos, contam-se os relativos à Carta Geográfica de Belo Horizonte e os primorosos desenhos paisagísticos de tôdas as grutas mineiras com que ilustrou o trabalho *As grutas em Minas Gerais*, editado, em 1939, pelo Departamento Estadual de Estatística.

Os estudos filosóficos e filológicos mereceram também a atenção de GUAÍRA HEBERLE, tendo escrito sôbre o primeiro dêsses assuntos, um livro denominado *Ataros*, em que consubstanciou as suas originais concepções metafísicas.

Êsses são os traços gerais da vida e da obra dêsse lutador— brasileiro adotivo e de coração — que morreu empenhado na nobre missão de integrar o Brasil no conhecimento de si mesmo, justamente no momento em que os dirigentes da sua antiga pátria, levados por desmedida ambição e crueldade, lançam-se na aventura de uma infame guerra de conquistas.

AFONSO DE GUAÍRA HEBERLE, nasceu a 26 de Junho de 1880 na vila de Ulm, situada à margem do Danúbio e pertencente ao Estado de Wurtemberg, contando, portanto, ao falecer, 62 anos de idade, dos quais viveu a maior e melhor parte no Brasil, servindo à sua geografia, e aquí morrendo cheio de amor à nossa abençoada terra.

ENGENHEIRO F. E. MAGARINOS TÔRRES

Foi recebido com justificado pesar nos meios técnicos da engenharia nacional o recente falecimento do engenheiro civil FRANCISCO EUGÊNIO MAGARINOS TÔRRES, ocorrido no município paulista de Águas da Prata, em 17 de Março de 1942.

Com a sua morte perde a engenharia nacional um dos seus expressivos valores pois, as contribuições deixadas pelo engenheiro F. MAGARINOS TÔRRES, referentes à especialização profissional que abraçou com entusiasmo, bem atestam o valor do técnico e do estudioso que êle foi.

O engenheiro MAGARINOS TÔRRES começou a vida profissional aos 26 anos, como engenheiro de obras no Estado do Rio de Janeiro, onde prestou excelentes trabalhos na construção de rodovias, e nos serviços de abastecimento de água.

Entre os anos de 1921 a 1933 o extinto dedicou sua atividade profissional à Diretoria de Meteorologia e Astronomia do Ministério da Agricultura, tendo, alí, chefiado os serviços de Chuvas e Enchentes, Eletricidade Atmosférica, Radiação Solar, Aerologia, Pressão do Tempo e Meteorologia Marítima. Em 1933, passou a chefiar a Secção de Hidrometria do Instituto de Meteorologia, chegando, após, a exercer até 1934, o cargo em comissão, de diretor dêsse Instituto. Continuando a sua vida profissional no antigo Serviço de Águas (atual Divisão de Águas do Departamento de Produção Mineral) onde exercia até a data do seu falecimento o cargo de chefe da Secção de Pluviometria e Inundações, o engenheiro MAGARINOS TÔRRES deixou na aludida repartição uma tradição de operosidade e de cultura.

Afora os trabalhos que escreveu para revistas técnicas, o saudoso profissional publicou, em dois volumes o interessante e útil trabalho *Contribuição ao estudo hidrométrico do rio Paraíba do Sul*, considerado, com justeza, um dos melhores estudos pertinentes à matéria e, no gênero, o único completo sôbre o mesmo rio.

Outro valioso trabalho que êle chegou a concluir mas que não pôde ser publicado em face do seu inesperado falecimento, foi a monografia intitulada *Atlas pluviométrico do Brasil.*

O engenheiro FRANCISCO EUGÊNIO MAGARINOS TÔRRES era natural do Distrito Federal, tendo nascido a 21 de Junho de 1893.

RAIMUNDO PROENÇA

Faleceu em Belém, capital paraense, no mês de Abril do corrente ano, o Sr. RAIMUNDO DE CAMPOS PROENÇA, autor de interessantes contribuições histórico-geográficas sôbre o Estado do Pará.

Era o extinto antigo funcionário da Fazenda Federal em cujo quadro conseguiu, graças à sua operosidade e cultura, elevar-se a posições mais destacadas, como a de Delegado Fiscal em Pernambuco e de chefe de Secção da Delegacia Fiscal de Belém, cargo em que se aposentou no ano de 1939, depois de haver prestado excelente fôlha de serviços na carreira a que se dedicou com entusiasmo, correção e competência, onde o seu nome era tido como de acatado técnico nas questões fazendárias.

Jornalista, o Sr. RAIMUNDO PROENÇA frequentou durante muitos anos as colunas de vários jornais paraenses.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Pará e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a morte o veio encontrar em plena atividade intelectual, pois, estava êle vivamente empenhado na realização do X Congresso Brasileiro de Geografia, a reunir-se em Setembro do próximo ano na capital do Estado do Pará, em cuja comissão organizadora local exercia o cargo de 2.º secretário.

Além dos trabalhos puramente técnicos versando assuntos pertinentes à sua função pública que tanto enobreceu, o Sr. RAIMUNDO PROENÇA deixou várias contribuições históricas. São

elas: *Noções de História Pátria*, elaboradas em colaboração com o professor SÍLVIO NASCIMENTO; *Pontos de História do Pará*; *Efemérides Paraenses* e *Cousas Nossas*.

Em preparo, tinha êle, os seguintes trabalhos: *Dicionário Corográfico da Amazônia*; *Amazônia*; *Da Independência à Abdicação* e *Cativeiros dos Índios da Amazônia*.

Da primeira dessas contribuições já tinha organizado os respectivos verbetes, correspondentes às primeiras letras, trabalho êsse que projetava apresentar ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

O Sr. RAIMUNDO PROENÇA, era natural da cidade de Belém, tendo alí nascido a 4 de Outubro de 1885, sendo seus pais o casal AUGUSTO RAMOS PROENÇA e D. LUÍSA DE CAMPOS PROENÇA.

BRONISLAW KASPER MALINOWSKI

Em New Haven, Estados Unidos da América do Norte faleceu em Maio último, vitimado por um colapso cardíaco, o grande cientista de fama mundial, BRONISLAW KASPER MALINOWSKI.

Ao famoso antropólogo polonês MALINOWSKI, que acaba de morrer aos 58 anos, deve a cultura mundial interessantes e eruditas contribuições sôbre as sociedades primitivas à luz do método funcional, pois foi êle um dos primeiros a se dedicar a essa espécie de pesquisas.

Orientando os seus estudos pelos métodos diretos de observação demorou-se êle quatro anos entre os selvagens das ilhas Trobriandesas da Nova Guiné, na mais estreita convinvência com as tribus locais, onde procedeu a uma série de pesquisas que resultaram na confecção de vários livros sôbre o que alí viu e observou. *A vida sexual dos selvagens na Melanésia norte ocidental; Os argonautas do Pacífico ocidental* e *Sexo e repressão na sociedade selvagem* são três dêsses muitos trabalhos que MALINOWSKI deixou sôbre os habitantes e os costumes daquela região.

Os principais trabalhos do grande antropólogo circulam traduzidos nas principais línguas, particularidade que comprova o valor do sábio polonês e o teor científico da sua obra.

O culto antropólogo e etnólogo brasileiro professor ARTUR RAMOS, ilustre catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil e presidente da Comissão Técnica de Geografia Humana do Conselho Nacional de Geografia, atendendo gentilmente a uma solicitação que lhe foi dirigida pela direção desta REVISTA, escreveu um substancioso trabalho dedicado especialmente à memória do grande sábio polonês, no qual é abordado o *método funcionalista da Cultura*, criado pelo consagrado cientista ultimamente desaparecido.

Publicamos a seguir, êsse trabalho que o seu autor titulou de *Malinowski e o método funcionalista da Cultura*.

MALINOWSKI E O MÉTODO FUNCIONALISTA DA CULTURA

ARTUR RAMOS

Professor de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil.

BRONISLAW MALINOWSKI nasceu em Cracóvia, Polônia, no ano de 1884. Estudou na Universidade da mesma cidade, mas um acidente de saúde o obrigou a interromper seus estudos. Viajou então durante três anos pelas costas do Mediterrâneo, visitando os países do sul da Europa e do norte da África. Fez também uma excursão até o Canadá. De volta às suas tarefas, estudou psicologia com WUNDT e ciências sociais com LAMPRECHT.

Em seguida, encaminha-se para Londres onde trabalha na Escola de Ciências Econômicas. Os seus interêsses antropológicos se consolidam e pouco antes da primeira guerra mundial, segue para a Austrália com a expedição de ROBERT MOND à Nova Guiné Inglesa. Foi feito prisioneiro, ao deflagrar a guerra. Mas, mesmo assim, obteve uma liberdade relativa, que o permitiu realizar três viagens à Nova Guiné, passando dois anos no arquipélago de Trobriand, situado no extremo sudeste daquela ilha.

De volta à Inglaterra, ocupou a cadeira de Antropologia da Universidade de Londres. Ultimamente achava-se como professor visitante da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, mas as condições precárias de saúde não consentiram sequer o início das suas atividades alí. A notícia da sua morte

aos 58 anos de idade, apenas, acaba de surpreender o círculo numeroso dos seus amigos, discípulos e admiradores, que muito esperavam ainda da capacidade mental dêste grande vulto da antropologia contemporânea.

MALINOWSKI, de origem polonesa, mas ligado ao movimento antropológico moderno da Inglaterra, foi o principal corifeu do método chamado "funcionalista" em antropologia cultural, e que lhe valeu uma grande notoriedade. MALINOWSKI fugiu sempre àqueles dois aspectos do "antropólogo de cadeira" e do "etnógrafo empírico" de viagens e impressões. Êle une essas duas facêtas numa personalidade inconfundível do investigador e exegeta da cultura. Ficou famosa a sua excursão entre os indígenas da ilha de Trobriand, experiência que êle condensou em alguns livros famosos como *Argonautas do Pacífico Ocidental, A vida sexual dos selvagens da Melanésia de noroeste* e *Sexo e repressão na sociedade selvagem.*

Da sua bibliografia, destacamos as obras principais: *The family among the Australian Aborigenes,* London, 1913. — *Primitive religion and social differentiation,* Cracow, 1915. — *The Natives of Mailu,* Adelaide, 1915. — *Argonauts of the Western Pacific,* London, 1922. — *Magic, Science and Religion,* in *Science, Religion and Reality,* Essays col. by J. Needham, London, 1926. — *Myth in Primitive Psychology,* London, 1926. — *Crime and Custom in Savage Society,* London, 1926. — The *Father in Primitive Psychology,* London, 1927. — *Sex and Repression in Savage Society,* London, 1927. — *The Sexual life of Savages in North-Western Melanesia. An Ethnographic Account of Courtship, Marriage and Family life among the Natives of the Trobriand Islands, British New Guinea.* London and New York, 1929. — *Coral Gardens and their Magic,* 2 vols., New York, 1935; artigo "Social Anthropology" *in Encyclopaedia Britannica.* — artigo "Culture" *in Encyclopaedia of Social Sciences.*

*

A obra de MALINOWSKI sugere uma série de considerações sôbre o problema metodológico em antropologia cultural, setor onde não se pronunciou ainda um acôrdo definitivo. Vive bem acesa ainda a polêmica entre "difusionistas" e "convergentistas" da cultura. Historicistas e ahistoricistas ainda se disputam a primazia de método. Geógrafos acentuam a influência do meio sôbre a cultura, contra a posição dos psicólogos que realçam a ação dos fatores intrínsecos.

Métodos mais recentes podem ser considerados os avatares das primitivas posições: meio e difusão *versus* psiquê e convergência. Dois dêsses métodos principalmente procuram demonstrar as excelências respectivas: o método histórico-cultural e o método funcionalista. O primeiro é uma ambiciosa tentativa de sistematização dos antigos critérios migracionistas e difusionistas, fazendo uma interessante conciliação dos critérios geográficos e históricos, estudando a cultura em áreas espaciais e *strata* cronológicos, no conceito do chamado "ciclo cultural". O segundo é uma reação antinômica aos critérios históricos de difusão e merece por isso ser acompanhado desde os precursores até MALINOWSKI, que foi o seu principal sistematizador.

Estes precursores surgem justamente com os ingleses de começos dêste século, quando começaram a reagir contra as concepções evolucionistas da cultura, de TYLOR e seu grupo e uma etnologia livresca que não teve experiência direta com os chamados "primitivos" que se propunha estudar. Entre êsses funcionalistas de primeira hora podemos citar W. H. RIVERS e A. R. RADCLIFFE-BROWN. A obra de ambos merece um desenvolvimento especial, que não poderia ser feito aquí. RIVERS deixou contribuições decisivas sôbre os sistemas de parentesco nas sociedades primitivas e sua posição metodológica oscilou entre as concepções histórico-difusionistas e psicológico-interpretativas. Conhecem-se as suas ligações com os hiper-difusionistas ingleses, como ELLIOT SMITH e PERRY, mas de outro lado são interessantes os seus esforços de interpretação psicológica das instituições. RIVERS escreveu mesmo todo um volume sôbre *O Instinto e o Inconciente,* outro sôbre *Sonhos e cultura primitiva.* O caso de RIVERS é bem curioso, pois êle procurou conciliar os critérios de interpretação histórico-difusionistas com os critérios funcionalistas provando assim que os conflitos metodológicos são apenas aparentes.

O nome de RADCLIFFE-BROWN está na história da antropologia cultural da Inglaterra como um grande foco de reação aos postulados evolucionistas do século passado.[1] Êle abandona as tradições britânicas e prefere acompanhar a corrente continental dos DURKHEIM, em cuja sociologia comparada vai buscar o conceito de "função" usado pela primeira vez pelo notável sociólogo francês. RADCLIFFE-BROWN critica os antropólogos ingleses do século passado por terem construído uma etnologia

[1] Vide conferência de RADCLIFFE-BROWN, na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, a 18-6-1942, sob o título "O método funcionalista em antropologia". Nesta sessão, em homenagem a RADCLIFFE-BROWN, a sua vida e obra foram estudadas pelo presidente da S.B.A.E.

teórica, e por se terem preocupado com a investigação da "origem" das instituições, com o propósito absorvente de partirem do fato cultural considerado o "mais elementar", o "mais primitivo" para o mais complexo e "mais civilizado". Êle prefere estudar, em vez da origem, a *natureza* das instituições. A mira dos estudos etnológicos será então "fazer uma análise de um sistema social particular ou de alguns dos seus aspectos e por êsse meio instituições e costumes são explicados, mostrando como agem dentro do sistema de que são partes integrantes".

Funda assim RADCLIFFE-BROWN a sua "Antropologia social", onde procura fazer comparações sistemáticas das sociedades estudadas diretamente em *observações experimentais*. O fim último será o alargamento das vistas teóricas sôbre a "natureza" da sociedade humana em geral.

*

MALINOWSKI, porém, deve ser considerado o verdadeiro sistematizador do método chamado "funcionalista", expressão que RADCLIFFE-BROWN usa raramente. Realmente RADCLIFFE-BROWN foi acusado de eliminar o elemento biológico na análise funcional da cultura. Fiel às tradições durkheimianas, a sua preocupação dirige-se mais à sociedade do que ao homem. E' o indivíduo, o homem, agora o motivo do interêsse fundamental de MALINOWSKI. Não foi sem razão que em seus últimos tempos da vida, êle procurou a Universidade de Yale, cujo "Instituto das Relações Humanas" tem em mira o problema essencial do homem, da personalidade humana, considerada em seus aspectos fisiológicos, individuais, sociais e culturais. MALINOWSKI foi também um investigador de campo, um *field-worker*, reagindo assim contra as vistas teóricas dos analistas das sociedades, sem experiência direta.

O longo contacto com os indígenas de Trobriand deu-lhe uma experiência única. Em vez de catalogar-lhe traços de cultura, distribuí-los em áreas e *strata*, MALINOWSKI abandona qualquer propósito historicista e procura "compreender" a personalidade dos indígenas, observando-os como agem e pensam dentro do seu grupo de cultura. Procurou então estudar um traço de cultura, na sua significação para o grupo, sua "função" em relação à cultura total. Em mais de um trabalho, procurou MALINOWSKI sistematizar o seu "método funcionalista", principalmente no artigo "Social Anthropology", da *Encyclopaedia Britannica*, no artigo "Culture" da *Encyclopaedia of Social Sciences* e no prefácio do seu livro sôbre *The sexual life of savages in North-wertern Melanesia*.

O título, que êle chama "pomposo" de *Escola Funcional de Antropologia*, deve-se, de fato, a MALINOWSKI e foi na 13.ª edição da *Encyclopaedia Britannica*, de 1926, que pela primeira vez foi definido o seu método. "Esta espécie de teoria — escreveu — procura explicar as realidades antropológicas em todos seus níveis de desenvolvimento, pela sua função, pela parte que desempenham dentro do sistema integral de cultura, pela maneira como se acham relacionadas com as outras dentro do sistema, e pela forma em que êste sistema se acha vinculado ao contôrno físico. Isto acarreta a necessidade de conhecer a natureza da cultura, de preferência às conjeturas de reconstrução de sua evolução ou de acontecimentos históricos passados".

Assim, destacado um traço da cultura material ou espiritual de um grupo étnico, o investigador procurará estudar a função daquele traço no grupo, para a compreensão da natureza da cultura total.

Na análise das instituições sociais, MALINOWSKI, dá uma grande importância ao estudo dos instintos humanos e suas transformações. Como os psicológos sociais, êle vai descobrir o funcionamento de determinado instinto nos bastidores das várias instituições. Daí a importância que concedeu ao sexo, na análise das instituições dos indígenas das ilhas de Trobriand, principalmente dos seus ritos religiosos, mágicos e ceremoniais, nos atos institucionais da vida diária.

Neste ponto, MALINOWSKI estendeu-se em considerações teóricas, num livro clássico *A sexualidade e sua repressão nas sociedades primitivas*. Aceitando em tese os resultados pacientemente elaborados pela escola psicanalítica, MALINOWSKI faz algumas objeções básicas, e de grande alcance para o antropólogo da cultura. Como se sabe, a psicanálise estendeu-se em ambiciosas interpretações à vida social dos primitivos, partindo da análise do totemismo e do tabuísmo. Em uma das suas obras principais, *Totem e Tabú*, FREUD procurou mostrar que o "complexo de Edipo" estava na origem das sociedades.

A horda primitiva, segundo essa concepção, seria animada de um sentimento ambivalente em face do pai, de admiração e ódio. O pai todo poderoso e admirado era ao mesmo tempo um rival odiado porque interdizia aos filhos a posse das mulheres. E por isso um dia os filhos se revoltaram, e assassinaram o pai. Isso gerou um forte sentimento de culpa. O pai foi imortalizado no *totem* que volta a reclamar a punição do crime. "A sociedade — concluiu FREUD — vai repousar sôbre uma falta comum, o crime comum cometido; a religião, na conciência da culpa e remorso consecutivo; a moral sôbre as necessidades desta sociedade e, de outro lado, sôbre a expiação necessária do sentimento de culpa".

Não desejo entrar aquí nas discussões que essa hipótese despertou. Os antropólogos da cultura negaram ter havido essa coisa que se chamou a "horda primitiva". Isso resultou de observações incompletas de ATKINSONS e DARWIN. Está provado hoje que mesmo os povos considerados mais primitivos teem um esbôço de organização social e não vivem, como se supunha, em hordas ou bandos desgovernados.

Desejo apenas assinalar a posição de MALINOWSKI que, sem negar as suas convicções psicanalíticas, apenas acha incongruente que o complexo de Édipo seja a *fons et origo* das sociedades. A existência do complexo já evidencia uma certa organização social, a existência da trindade clássica pai-mãe-filho, e sentimentos que só podiam se ter formado em sociedade. Estudando os seus indígenas de Trobriand, verificou MALINOWSKI que se tratava de uma cultura *matrilinear*. Na vida sexual dêsse grupo, é o tio materno que desempenha o papel que tem o pai nas sociedades de tipo *patrilinear*. Os complexos básicos da psicanálise variam, pois, com o tipo de sociedade correspondente. O complexo nuclear de família é uma formação secundária, *a posteriori*, e varía de uma comunidade a outra, em relação com a estrutura social correspondente.

Em vez de o complexo de Édipo ser o responsável pela formação da sociedade humana, êle é um produto desta sociedade. Ou melhor: êle é um produto das vicissitudes culturais e sociais. Êle vai se modificando à medida que a família e a cultura total se modificam.

Êste ponto de vista é resultante da observação direta de vários tipos de "cultura" diferentes da "nossa", de sobrevivências patriarcais, onde o complexo de Édipo se forma dentro dos lineamentos clássicos.

Mas não é só o instinto sexual que tem importância na análise funcional das culturas. Os problemas da nutrição também desempenham um papel de suma relevância, como base de um sistema de avaliação na vida econômica, nas crenças religiosas e mágicas ou em outros aspectos antropológicos. "Tôda a ciência da cultura será estéril — escreveu MALINOWSKI — enquanto a segunda grande base de sociedade humana, a busca do alimento, não tenha ocupado tôda a atenção dos antropólogos". E cita a obra de A. I RICHARDS dedicada ao estudo do *Alimento na sociedade selvagem*, tôda uma sociologia da nutrição, dentro das bases da escola funcionalista.

Sexo e nutrição, por sua vez, implicam e desenvolvem todo um sistema de necessidades derivadas. As instituições são assim estudadas pelos funcionalistas como ligadas àqueles instintos básicos e suas transformações. São as *necessidades* — instintos, apetites, desejos, *appet* de DUNLAP — que impulsionam as instituições, desde as mais diretamente verificáveis como as econômicas, até as mais abstratas ou "sublimadas", como a arte, a mitologia e a religião.

No que tange aos "traços" ou "objetos" de cultura material, todos êles estão "imbuídos de sua função". Um objeto material só tem valor quando compreendida a sua função dentro do grupo. Isso é importante para a interpretação do fenômeno de empréstimo e difusão cultural. Um objeto novo só é aceito pelo grupo quando integrado na sua função, ou a antiga, ou a nova que lhe é assinalada.

Constitue um mérito dos neo-funcionalistas, com THURNWALD, ou os norte-americanos, o ter posto em destaque a função humana dos objetos de cultura material, no vasto capítulo que hoje estudamos com o nome de "aculturação". A crítica aos histórico-culturalistas, apenas interessados em assinalar a migração e difusão dos traços de cultura, quase esquecendo o seu valor funcional, quer dizer "humano", já estava implícita em MALINOWSKI. Um objeto só tem valor quando integrado à cultura total de que faz parte, quando compreendido no seu significado principal, quando empregado pelo ho-

mem para a satisfação de uma necessidade básica, de natureza individual ou institucional.

Não cabe aquí, neste rápido exame, do método do grande antropólogo agora desaparecido, o exame das aplicações do seu método, e o seu desenvolvimento mais recente. O que não há dúvida é que o método funcionalista não surge em contradição com os métodos geográficos e difusionistas. Apenas procura corrigir os exageros do historicismo e tirar à etnologia aquele ranço de museu que lhe quiseram emprestar, na pura e simples catalogação de objetos ou traços de cultura.

O método funcionálista quer reintegrar o homem numa ciência que na realidade lhe é legitimamente consagrada: a Antropologia, indivisível, como o estudo do comportamento humano, das instituições sociais, de todos os aspectos da cultura, como esforço continuado para a compreensão da natureza do homem e das sociedades constituídas por êle.

PROF. MARCELLIN BOULE

Segundo comunicado telegráfico de Vichy, divulgado na imprensa desta capital, faleceu, no mês de Julho último, na França, o afamado paleontologista PIERRE-MARCELLIN BOULE, mundialmente conhecido, simplesmente, pelo seu nome de cientista, MARCELLIN BOULE.

O grande e erudito cientista que morreu aos 81 anos de idade, nasceu em Montsalvy (Cantal), a 1.º de Janeiro de 1861. Iniciando a sua carreira científica como geólogo, BOULE, através da geologia, veio mais tarde a se dedicar profundamente aos estudos particulares da paleontologia, chegando a ser um dos seus maiores cultores e mestre dos mais reputados, de fama mundial, pois, a êle se atribue a descoberta do "Homem de Neanderthal", bastando-lhe essa particularidade para justificar a repercussão dos seus conhecimentos científicos.

O seu livro, editado em 1921, *Les hommes fossiles,* pela sua admirável clareza e seu sólido teor científico marcou, a contar do seu aparecimento, novos rumos aos estudos pertinentes ao homem primitivo.

Outra sua contribuição valiosa, essa porém nos domínios da geologia, foi a que resultou das eruditas pesquisas científicas que realizou no maciço central francês das quais nos deu conta o trabalho *Le massif central de la France,* e uma série de guias sôbre a mesma região, onde provou sua experiência científica ao alcance cultural do grande público.

Aos 74 anos de idade, em 1935, publicou com seu aluno JEAN PIVETEAU, um trabalho considerável, verdadeiro resumo do seu pensamento científico: *Os fósseis. Elementos de paleontologia.* Dois anos mais tarde, em 1937, publicou, ainda em espanhol, nos *Anais da Universidade de Quito,* um estudo sôbre um cavalo fóssil, encontrado em Paiya, no Equador e comparou-o aos equídeos do Pliocênio e ao Pleistocênio da América do Sul.

O eminente cientista era formado pela Faculdade de Ciências de Toulose, tendo sido inicialmente professor de geologia na Faculdade de Ciências de Cleamont Ferrand e, mais tarde, lente de paleontologia do Museu Nacional de História Natural, onde o seu nome de cientista havia se projetado através dos estudos acêrca do "homem primitivo de Neanderthal".

Exerceu BOULE vários cargos, nas instituições científicas do seu país, con-

tando-se entre êsses o de diretor do Instituto de Paleontologia Humana. Era êle ainda membro da Comissão da Carta Geológica da França, da Sociedade Geográfica da França, onde exerceu o cargo de presidente, e do Instituto Francês de Arqueologia. Desempenhou ainda o professor BOULE várias comissões no estrangeiro, como membro e representante do seu país nos certames científicos internacionais.

Les hommes fossiles, Les fossiles. Elements de paleontologie, Les mamiferes fossiles, Le massif central de la France, Les grottes de Grimaldi e *L'age des derniers volcans de la France,* são as suas obras principais, especialmente as duas primeiras.

A atividade cultural-científica do professor MARCELLIN BOULE ainda se manifestava através das colunas de revistas especializadas, entre essas merecendo especial destaque as denominadas *L'Antropologie* e *Annales de Paleontologie,* dos quais era êle diretor.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOTECA:

PEDROSA, Jónatas de Freitas — *Estado do Amazonas — Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de Julho de 1914* — 28 x 21,5 cm — com vários quadros fora do texto — Manaus — Amazonas — Secção de Obras da Imprensa Pública — 1914 — 344 páginas — (Classificação: livro n.º 3722).

PEREGRINO JÚNIOR — *Histórias da Amazônia* (Contos) — 19 x 12,5 cm — Livraria José Olímpio Editora — 289 páginas — (Classificação: livro n.º 2430). — Com um vocabulário.

— *Matupá — Tipos e costumes da Amazônia* — 19 x 13 cm — Edições L. C. 1933 — 209 páginas.

PEREIRA DE SILVA, Luciano — *Estado do Amazonas* — Superfície, Limites, População, Orografia, Hidrografia, Clima, Fauna, Flora, Constituição geológica e minerais, Etnografia, Nomenclatura dos municípios e povoações, instrução pública, agricultura, indústria e comércio, Vias de Comunicação, História política, administrativa e judiciária, História da descoberta e exploração do rio Amazonas e seus principais tributários amazonenses, História militar, História religiosa, História literária, História científica, História artística e Homens notáveis — *In Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* — Comemorativo do primeiro centenário da Independência — Introdução geral — 2.º volume — Editados — 1922 — (Classificação: livro n.º 445-II).

PEREIRA, Jaime R. — *Amazônia* (Impressões de viagem) — A "voz que chama" — Inferno verde ou paraíso verde — A paisagem amazônica — 20,5 x 14 cm — com várias ilustrações fotográficas — Civilização Brasileira S.A. — 1940 — 136 páginas — (Classificação: livro n.º 3745).

PEREIRA, Nunes — *O Pirarucú* (Resumo Informativo) — (Separata da Revista do D.N.P.A. — Ano II, ns. 1, 2 e 3) 23 x 16 cm — Diretoria de Estatística da Produção — Secção de Publicidade — Rio de Janeiro — 13 páginas — (Classificação: livro n.º 3679).

PESSOA, João Pinto — *Notas Históricas — O advento da Radiotelegrafia — Começo e desenvolvimento das rádio-comunicações na Amazônia* — 22,5 x 15 cm — Rio de Janeiro — 1922 — Dez.-Janeiro, 1933 — 25 páginas — (Classificação: livro n.º 1313,32).

PICCOLI, Ivo A. Cauduro — *Resumo histórico e corográfico do município de Concórdia* — (Organizado por ordem do Sr. Prefeito SEGUNDO DALA COSTA) — 20 x 15 cm — Tipografia Santa Teresinha — Cruzeiro do Sul — 8 páginas — (Classificação: livro n.º 1317,2 - 2.º).

PINHEIRO, Enéias Calandrini — *As Florestas e as Essencias Florestais do Estado do Pará* — 18 x 27 cm — Tipografia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura — 1930 — 63 páginas, com ilustrações — (Classificação: livro n.º 967).

PINTO, Augusto Otaviano — *Hidrografia do Amazonas e seus afluentes* — 16,1 x 24,4 cm — Dois volumes, o 1.º com 438 páginas e o 2.º é um Atlas. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1930 — (Classificação: livros ns. 379 e 379-II).

PINTO PESSOA — *Selva selvagem — No país das Amazonas* — 24 x 16,5 cm — Rio de Janeiro — Emprêsa Ind. Editora — *O Norte* — 1923 — 317 páginas — (Classificação: livro n.º 4984).

PIRES FERREIRA, Fileto — *Mensagem* lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão extraordinária da terceira legislatura em 6 de Janeiro de 1898 — 28 x 22 cm — Manaus — Imprensa Oficial — 1898 — 99 páginas — (Classificação: livro n.º 3718).

PÔRTO, Artur — *Fundação da Cidade Paraense e outros aspectos da história do Brasil* — 19 x 14 cm — Rio de Janeiro — Irmãos Pongetti — Editores — 1938 — 282 páginas — (Classificação: livro n.º 3785).

PÔRTO, Aníbal — *Em defesa da Amazônia* — (1906-1915) — 16,4 x 23 cm — Tipografia do *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1915 — 140 páginas — Com fotografias — (Classificação: livro n.º 52).

— *O Problema da borracha brasileira* (Como compreendê-lo e como resolvê-lo) — 23 x 16 cm — com várias fotografias ilustradas — Rio de Janeiro — 1939 — 55 páginas — (Classificação: livro n.º 3880).

RAIOL, Domingos Antônio — *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos do Pará* — (1821-1835), — 20,5 x 13,5 cm — Pará — Tip. de Tavares Cardoso & Cia. — 1889 — 147 páginas — (Classificação: livro n.º 4975).

RANGEL, Alberto — *Inferno verde* (Com um prefácio de EUCLIDES DA CUNHA) — 20 x 13 cm — Tours — Tip. Arrault — 1927 — 283 páginas — (Classificação: livro n.º 2301).

REIS, Artur César Ferreira — *A política de Portugal no vale amazônico* — 23 x 16 cm — Impresso nas oficinas gráficas da revista *Novidade* em Belém do Pará — Fevereiro — 1940 — 168 páginas — (Classificação: livro n.º 3795).

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves — *Mensagem*, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária em 10 de Julho de 1893 — 28,5 x 22 cm — Manaus — Impresa na Tip. do *Diário Oficial* do Estado do Amazonas — 1893 — 46 páginas — (Classificação: livro n.º 3717).

— *Mensagem*, lida perante o Congresso dos representantes por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária em 10 de Julho de 1894 — 31,5 x 23 cm — Manaus — Impresso na Tipografia do *Diário Oficial* do Est. do Amazonas — 1894 — 53 páginas — (Classificação: livro n.º 3687).

RICAURTE, Daniel Ortega — *La Hoya Del Amazonas* — 25 x 17,5 cm — com várias fotografias — Editorial Contre S.A. — Bogotá — 1940 — 526 páginas — (Classificação: livro n.º 4849).

RICE, Hamilton — *Exploration en Guyane Brésilienne — Rio Branco — Uraricuera — Parima* — 28 x 22,5 cm — Com ilustrações fotográficas e alguns mapas — Paris — Société D'Editions Geographiques, Maritimes et Coloniales — 1937 — Pl. CXXXV — (Classificação: livro n.º 2686).

RODRIGUES, Hildebrando — *Album do Pará* — Confeccionado sob os auspícios do govêrno do Estado e com o apoio da Associação Comercial do Pará, sendo interventor federal S. Excia. o Sr. Dr. JOSÉ CARNEIRO DA GAMA MALCHER — 24 x 33 cm — com várias ilustrações fotográficas — Belém — Pará — Tip. Novidades — 1939 — 252 páginas — (Classificação: livro n.º 3185).

RODRIGUES, João Barbosa — *Rio Janaperi — Pacificação dos Crichanás* — 22,8 x 15,5 cm — com um plano geográfico — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1885 — 271 páginas — (Classificação: livro n.º 2517).

ROSSANI, Argentino B. — *Algo sôbre cerâmica Tapajoara* — Com ilustrações — *In Revista Geográfica Americana*, n.º 56 — (Classificação: 15-IX).

RUI BARBOSA — *A Transação do Acre no Tratado de Petrópolis* — 22,5 x 15,5 cm — Rio de Janeiro — Tipografia do *Jornal do Comércio* de Rodrigues & Cia. — 1906 — 126 páginas — (Classificação: livro n.º 4938).

— *Pretensão do Amazonas ao Território do Acre* — 24,5 x 19 cm — 2 volumes — Sem indicação da casa impressora — IV. com 400 páginas — IIV. com 601 páginas — (Classificação: livro n.º 2774).

— *O Acre Setentrional — Reivindicação do Estado do Amazonas* — 22,5 x 16 cm — Rio de Janeiro — Tipografia do *Jornal do Comércio* — 1906 — 157 páginas — (Classificação: livro n.º 4799).

SALAMANCA T., Demétrio — *Exposición sobre Fronteras Amazonicas de Colombia* — 14,3 x 22,1 cm — G. Foreso Franco, Editor — Bogotá — Colômbia — 1905 — 186 páginas — (Classificação: livro n.º 9).

SALES, Efigênio de — *Ao Serviço do Amazonas* — 22 x 15,5 cm — Tipografia da Papelaria Velho Lino — Manaus — Amazonas — 1934 — 24 páginas — (Classificação: livro n.º 1318,13 - 3.º).

SAMPAIO, A. J. de — *Nomes vulgares de plantas da Amazônia* — Com anotações de A. DUCKE. — Separata do *Boletim do Museu Nacional* — Volume X — Museu Nacional — Rio de Janeiro — 1934 — 69 páginas — (Classificação: livro n.º 1232).

SANTA ROSA, Henrique — *Album do Pará em 1899 na administração do Govêrno de Sua Excia. o Sr. Dr.* JOSÉ PAIS DE CARVALHO — Fotografias e composição de F. A. Fidanza — 41,5 x 5,29 cm — 159 páginas — (Classificação: livro n.º 577).

— *Estado do Pará* — 1) Posição, limites e superfícies; 2) População; 3) Orografia; 4) Hidrografia; 5) Clima; 6) Fauna; 7) Flora; 8) Geologia e mineralogia; 9) Etnografia; 10) Municípios e povoações; 11) A instrução pública; 12) Agricultura, indústria e comércio; 13) Vias de comunicação; 14) História política; 15) Administração; 16) História judiciária; 17) História militar do Pará; 18) História religiosa; 19) Síntese da história literária e 20) Homens notáveis. — *In Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* — Comemorativo do primeiro centenário da independência — Introdução geral — 2.º volume — Editados — 1922 — (Classificação: livro n.º 445-II).

— *Limites do Amazonas e Pará* — 15,5 x 22,5 cm — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — Belém — Pará — 1937 — 333 páginas — com duas cartas — (Classificação: livro n.º 3394).

SCORZELLI JÚNIOR, Achilles e SILVA, Alberto Carreira da — *O Problema da malária em Manaus* — 23 x 16 cm — com várias ilustrações fotográficas e plantas fora do texto — Manaus — Amazonas — 20 de Outubro de 1939 — Imprensa Pública — 59 páginas — (Classificação: livro n.º 3805).

SECÇÃO DE OBRAS DA IMPRENSA PÚBLICA — *Lei N.º 50, de 31 de Dezembro de 1935* (Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1936 — Lei N.º 52, de 31 de Dezembro de 1935 — Subsídio ao orçamento para o exercício de 1936 — Estado do Amazonas — Manaus — 23 x 16 cm — 1936 — 39 páginas — (Classificação: livro n.º 1311,18).

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E DEFESA AGRÍCOLAS — *Questionários sôbre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Amazonas* — Inspetoria Agrícola do 1.º Distrito — Inspecionados de 16 de Julho de 1910 a 15 de Setembro de 1913 — 19,3 cm x 28 cm — Tipografia do Serviço de Estatística — Rio de Janeiro — 1913 — 91 páginas — (Classificação: livro n.º 283).

— *Questionários sôbre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Pará* — Inspetoria Agrícola do 10.º distrito — Inspecionados de 10 de Maio de 1910 a 18 de Fevereiro de 1912 — 19,2 x 27,7 cm — Tipografia do Serviço de Estatística — Rio de Janeiro — 1913 — 136 páginas — (Classificação: livro n.º 284).

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E FOMENTO AGRÍCOLAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — *Estudo dos fatores da produção nos municípios brasileiros e condições econômicas de cada um — Estado do Maranhão — Município de Flores* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1928 — (Classificação: livro n.º 952).

SERVIÇO GEOLÓGICO E MINERALÓGICO DO BRASIL — *Geologia, Fisiografia e Solos* (Vale do Amazonas) — Separata da Parte II do Relatório da Comissão Brasileira junto à Missão Oficial Norte-Americana de estudos do Vale do Amazonas — 26 x 18,5 cm — com várias fotografias — Tipografia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Rio de Janeiro — 416 páginas — (Classificação: livro n.º 1732).

SERZEDELO CORREIA — *O Rio Acre — Ligeiro estudo sôbre a ocupação Paravicini no Rio Acre — Limites, navegação e comércio com a Bolívia* — 13,5 x 18,9 cm — Casa Mont'Alverne — Rio de Janeiro — 1899 — 214 páginas — Um traçado Geral do Brasil fora do texto e um esquema mostrando em uma parte da linha traçada de acôrdo com as coordenadas médias adotadas pelos comissários "Brasileiro-Boliviano" em 1895, as disposições dos marcos colocados nessa linha e a forma dela. Êste esquema também fora do texto — (Classificação: livro n.º 29).
Primeira parte: A Questão dos Limites — da pág. 7 à pág. 116;
Segunda parte: A ocupação do Acre — da pág. 119 à pág. 207;
Apêndice: Tratado de 27 de Março de 1867 — da pág. 211 à pág. 214.

SILVA, Joaquim Caetano da — *L'Oyapoc et L'Amazone — Question Brésilienne et Française* — 24 x 16,5 cm — París — A. Lahure, Imprimeur Éditeur — 1899 — 460 páginas — 2 volumes — (Classificação: livros ns. 2038 — 2038-II).

SILVESTRE, Honório de — *Bacia do Amazonas* — Contribuição especial para a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tomo II — 1923 — (Classificação: livro n.º 280-II).

SOARES BULCÃO — *Subsídio para a história do Alto Purús* — Separata da *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LIV — Ano LIV — 1940 — 23 x 15,8 cm — Editora Fortaleza — Ceará — 1941 — 62 páginas — (Classificação: livro n.º 1318,18).

SOCIEDADE COOPERATIVA DA INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ, LIMITADA — *Relatório da Diretoria de* 1938-1940 — Apresentação à Assembléia Geral de 28 de Fevereiro de 1939 — Exercício de 1938 — 22,5 x 16 cm — Belém — Pará — 1939 — Papelaria Suíça de Daniel M. Nobre — Pará — 111 páginas — (Classificação: livro n.º 3678).

— *Relatório da Diretoria de* 1936-1937 — Apresentado à Assembléia Geral de 25 de Fevereiro de 1928 — 22,5 x 16 cm — Belém — Pará — 1938- — 33 páginas — (Classificação: livro n.º 3678).

SOUSA BRASIL, Temístocles Pais de — *Clima do Noroeste do Amazonas* — Separata do Relatório apresentado ao Ministro das Relações Exteriores em 1934 pelo chefe da Comissão Demarcadora de Limites do Setor de Oeste — 27 x 18,8 cm — Leuzinger — Rio de Janeiro — 1938 — 13 páginas — (Classificação: livro n.º 1302,3-50).

— *Aspectos da região amazônica (Fisionomia do Rio Negro)* — Separata do Relatório apresentado ao Ministério das Relações Exteriores nos anos de 1934-1935 pelo chefe da Comissão Demarcadora de Limites do Sector de Oeste — Com ilustrações fotográficas — 27,5 x 19 cm — Leuzinger S. A. — Rio de Janeiro — 1939 32 páginas — (Classificação: livro n.º 1302,16-4.º).

SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de — *Comissão do Madeira — Pará e Amazonas* — a 10 de Julho de 1934 — 23 x 16 cm — Tipografia do *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1934 — 12 páginas — (Classificação: livro n.º 1317,7).

SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de — *Comissão do Madeira — Pará e Amazonas* — 15,2 x 22 cm — 145 páginas — Tipografia Nacional — Rio de Janeiro — 1874 — (Classificação: livro n.º 389).

— *Comissão do Madeira — Pará e Amazonas* — 21,5 x 14 cm — Rio de Janeiro — Tipografia Nacional — 1874 — 145 páginas — (Classificação: livro n.º 2495).

TAPAJOZ, Torquato — *Colonização e Imigração* (Povoamento do Estado do Amazonas) — Relatório apresentado ao Dr. FILETO PIRES FERREIRA, governador do Estado — 23,5 x 16,5 cm — Imprensa Oficial — Manaus — 1897 — 20 páginas — (Classificação: livro n.º 1302,28-6.º).

— *Apontamentos para a climatologia do vale do Amazonas* — 16 x 24,5 cm — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1889 — 148 páginas — (Classificação: livro n.º 78).

— *Estudos sôbre o Amazonas — Limites do Estado* — 14,5 x 19,4 cm — Tipografia Leuzinger — Rio de Janeiro — 1895 — 235 páginas — Com um mapa geográfico da Capitania de Mato Grosso e uma carta geográfica de projeção esférica ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa, e Estado do Brasil — (Classificação: livro n.º 38).

TEIXEIRA, José Ferreira — *Conclusões das Teses VIII, IX, X e XI,* apresentadas ao Congresso da Defesa Econômica da Amazônia — 19 x 13,8 cm — Tipografia da Casa Editora Pinto Barbosa — Pará — Belém, 1913 — 43 páginas — (Classificação: livro n.º 1908-II).

— *Tese X — Colonização* — 1913 — 19 x 13,5 cm — Pará — Belém — Tip. da Casa Editora Pinto Barbosa — 1913 — 87 páginas — (Classificação: livro n.º 1908).

— *Estudo resumido do problema pecuário do Pará* — Apresentado à 2.ª Conferência Nacional de Pecuária — Instalada no Rio de Janeiro de 18 a 25 de Julho de 1936 — Livraria Carioca — Belém — Pará — 1936 — 36 páginas — (Classificação: livro n.º 1294).

— *Estudo resumido do problema pecuário do Pará* — 23,3 x 16 cm — Livraria Carioca — Belém — Pará — 1936 — 36 páginas — (Classificação: livro n.º 1302,19-2.º).

TEIXEIRA, José Ferreira — MIRANDA, Bento — *Os Problemas da Borracha e do Desaguamento de Marajó* — 13,9 x 22 cm — Livraria Paraense — Belém do Pará — Brasil — 59 páginas — (Classificação: livro n.º 8).

TAUMATURGO AZEVEDO, Gregório — *O Acre — Limites com a Bolívia* — Artigos publicados n'*A Imprensa* 1900-1901 — Cartas inéditas — Tip. *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1901 — 208 páginas com uma carta fora do texto: Redução de uma parte da carta do Amazonas — (Classificação: livro n.º 940).

THURY, Admar — *Fibras amazonenses* — Separata de um Relatório apresentado ao Sr. Interventor Federal, sôbre produtos do Amazonas, notadamente sôbre fibras — 23 x 16 cm — Com ilustrações fotográficas — Imprensa Pública — Manaus — Brasil — 1939 — 11 páginas — (Classificação: livro n.º 1305,28).

— *Problemas econômicos do Amazonas* — 22,5 x 15,6 cm — Papelaria Velho Lino — Manaus — Amazonas — 1939 — 16 páginas — (Classificação: livro n.º 1315,15).

VERÍSSIMO, José — *Pará e Amazonas — Questões de limites* — Companhia Tipográfica do Brasil — Rio de Janeiro — 1899 — 95 páginas com uma planta fora do texto, colorida, dos terrenos do *Uti Possidetis* do Pará nos limites com o Amazonas — Levantada de acôrdo com os dados do mapa do Estado do Pará do Dr. H. SANTA ROSA e com informações colhidas no local por ARTUR VIANA — 1898 — (Classificação: livro n.º 940).

VIANA, Artur — *Estudos sôbre o Pará — Limites do Estado* — Terceira Parte — Fronteiras com o Estado do Amazonas — 18,5 x 24 cm — Imprensa de Alfredo Augusto Silva — Pará — Brasil — 1901 — 167 páginas, com uma carta do Baixo Jamundá e região adjacente e uma carta dos terrenos do *Uti-possidetis* do Pará nos limites com o Amazonas — (Classificação: livro n.º 1439).

VIANA, Artur e OTÁVIO NOBRE — *Estado do Pará — Estudos sôbre o Pará — Limites do Estado* — Relatório sôbre o incidente da coletoria mato-grossense do rio São Manuel e sôbre os limites do Estado do Pará com o Estado de Mato Grosso apresentado ao Sr. Dr. JOSÉ PAIS DE CARVALHO — 22,5 x 15,5 cm — com um mapa — Rio de Janeiro — Companhia Tipografia do Brasil — 1900 — 113 páginas — (Classificação: livro n.º 2959).

— *Estudos sôbre o Pará* (Limites do Estado) *Limites com o Estado do Amazonas* — Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Pará, Dr. JOSÉ PAIS DE CARVALHO — 22 x 15,5 cm — Belém — Imprensa do *Diário Oficial* — 1899 — 68 páginas — (Classificação: livro n.º 2580).

VIANA, Artur — *Estudos sôbre o Pará — Limites do Estado* (Fronteiras com o Estado do Amazonas) — 24 x 18 cm — com 3 mapas fora do texto — Pará — Brasil — Imprensa de Alfredo Augusto Silva — 1901 — 167 páginas — (Classificação: livro n.º 2614).

VINHAIS, Ernesto — *Aventuras de um reporter na Amazônia* — 20,5 x 14,5 cm — com várias ilustrações fotográficas — Edição da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 202 páginas — (Classificação: livro n.º 4608).

WALLACE, Alfred Russel — *Travels on the Amazon* — Com ilustrações — 19,5 x 12,5 cm — London: Ward, Lock, & Co., Limited, New York and Melbourne — 363 páginas.

WILKENS DE MATOS, João (Barão de Marauiá) — *Dicionário geográfico e topográfico do Departamento de Loreto* — 15 x 21,5 cm — Pará — 1874 — 142 páginas — (Classificação: livro n.º 4).

— *A Amazônia vai ressurgir* (solenidades levadas a efeito por ocasião da visita do Presidente GETÚLIO VARGAS). — 24 x 16 cm — com ilustrações fotográficas — Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém — Outubro, 1940 — 53 páginas — (Classificação: livro n.º 1300,4).

— *Album do Amazonas* — 1901-1902 — No govêrno de Sua Excia. Sr. Dr. SILVÉRIO NERI — Com ilustrações — 25 x 32 cm — Edição F. A. Fidanza — 192 páginas.

— *Album do Amazonas* — 1901-1902 — No govêrno de Sua Excia. Dr. SILVÉRIO NERI — 25 x 33 cm — Com 120 ilustrações fotográficas e alguns trabalhos cartográficos — Fotografias de F. A. Fidanza — Sem indicação da casa impressora — 72 páginas — (Classificação: livro n.º 2702).

— *A Instrução Pública no quadriênio do Presidente* EFIGÊNIO DE SALES — 1926-1929 — Estado do Amazonas — Com várias fotografias — 20 x 14 cm — Imprensa Pública — Manaus — Maio, 1929 — 19 páginas — (Classificação: livro n.º 1308,16).

— *As Comemorações Cívicas do 19 de Abril na Amazônia* — Edição ilustrada com várias fotografias — Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém — 27,7 x 15,7 cm — Oficinas gráficas da *Revista de Veterinária* — Belém — Pará — 1941 — 34 páginas — (Classificação: livro n.º 1302,14 - 5.º).

— *Atlas* contenant un choix de Cartes antérieures au Traité conclu a Utrecht le 11 Avril 1713 entre le Portugal et la France Annexe au Memoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse — Arbitre choisi selon les estipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 Avril 1897, entre le Brésil et la Guyane Française — 77 x 57 cm — Paris — A. Lahure, Imprimeur — Éditeur — 1889 — 6 páginas — (Classificação: livro n.º 2793 — II volumes).

— *Catálogo de Produtos do Amazonas* — Serviço de Propaganda da Associação Comercial — Com várias fotografias — 19,5 x 14,5 cm — sem indicação da casa impressora — Manaus — Amazonas — 48 páginas — (Classificação: livro n.º 1777).

— Decreto-lei n.º *3 131 de 31 de Outubro de 1938* — Estado do Pará — (Fixa a Divisão Territorial do Estado) — 22,2 x 14 cm — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) — 1939 — 127 páginas — (Classificação: livro n.º 1303,13-II).

— *Decreto n.º 1, de 20 de Março de 1939* — Prefeitura Municipal de Feijó (Administração do EXMO. SR. RAIMUNDO AUGUSTO DE ARAÚJO — Território Federal do Acre — 20,1 x 14,3 cm — Imprensa Oficial — Rio Branco — Acre — 1939 — 45 páginas — (Classificação: livro n.º 1303,14-11).

— *Decreto n.º 24, de 30 de Dezembro de 1937* — Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1938 — Estado do Amazonas — 23 x 16,2 cm — Imprensa Pública — Manaus — Amazonas — 1938 — 44 páginas — (Classificação: livro n.º 1303,25-8.º).

— *Decreto n.º 4, de 2 de Janeiro de 1933* — (Orça a Receita e fixa a Despesa da Delegacia Territorial do Amapá para o exercício financeiro de 1933 — 22 x 14,4 cm — Oficinas Gráficas do Instituto "D. Macedo Costa", — Pará — Belém — 1933 — 28 páginas — (Classificação: livro n.º 1302,14).

— *Decreto-lei n.º 706, de 6 de Novembro de 1941* — Cria o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas — 15,5 x 10,2 — Imprensa Pública — Manaus — Amazonas — 1941 — 11 páginas — (Classificação: livro n.º 1303,2-12.º).

— *Dicionário topográfico, histórico e descritivo da comarca do Alto-Amazonas* — Tipografia Comercial — Pernambuco — 11 x 15,5 cm — 363 páginas — (Classificação: livro n.º 2106).

— *Divisão Administrativa e Judiciária* — (Para o quinquênio de 1939-1943) Estado do Amazonas — 23 x 16,5 cm — Imprensa Pública — Manaus — 1939 — 117 páginas — (Classificação: livro n.º 2015).

— *Estado do Pará — Decreto-lei n.º 3 485, de 19 de Abril de 1940* — Da organização da Justiça do Estado do Pará — 23 x 16 cm — Belém — Pará — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — 1940 — 116 páginas — (Classificação: livro n.º 4130).

— *Estado do Pará — Decreto-lei n.º 3 131, de 31 de Outubro de 1938 — Fixa a Divisão Territorial do Estado* — 22 x 14 cm — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — 1939 — 127 páginas — (Classificação: livro n.º 2997).

— *Estado do Pará — Quatro anos de govêrno* — Algumas das realizações da administração do Dr. José C. da Cama Malcher — 15 x 21 cm — com várias ilustrações fotográficas — sem indicação da casa impressora — 170 páginas — (Classificação: livro n.º 3168).

— *Estado do Pará — Município de Ponta de Pedras* — 22 x 14,5 cm — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — 1939 — 23 páginas — (Classificação: livro n.º 1313,17).

— *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française* — Second Mémoire présenté par les Etats-Unis du Brésil ao Gouvernement de la Confédération Suisse — Arbitre choise selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro le 10 Avril 1897 entre le Brésil et la France — Tome VI — Atlas — 57 x 40,5 cm — Paris — A. Lahure, Imprimeur — Éditeur — 1899 — (Classificação: livro n.º 2794).

— *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française* — Second Mémoire — présente par les Etats-Unis du Brésil au Governement de la Confédération Suisse — Le Brésil et la France — 4 volumes — vários mapas — 23 x 18,5 cm — Berne — Imprimerie Steoempfi — 1899 — I volume com 231 paginas — II com 527 páginas — III com 401 páginas — IV com 294 páginas — (Classificação: livros ns. 2701 — 2071-I — 2701-II — 2701-III — 2701-IV).

— *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française* — Mémoire — Présente par les États Unis du Brésil au Governement de la Confédération Suisse — 24,5 x 16 cm — Imprimerie Lahure — Paris — 277 páginas — 3 volumes — (Classificação: livro n.º 2039 — 2039-I-V — 2039-II-V).

— *Lei n.º 366, de 30 de Dezembro de 1936* — (Dispõe sôbre a organização administrativa do Território do Acre) — 23 x 16 cm — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1937 — (Classificação: livro n.º 1311,8-3.º).

L'État du Pará (Brésil) à Turin 1911 — 22 x 15,5 — Com ilustrações gráficas e 1 mapa — Publication Officielle pour L'Exposition Internacionale de Turin — Tipografia Litografia E. Denina — 107 páginas — (Classificação: livro n.º 1906).

— *Limites Brasil-Colômbia* — Ministério das Relações Exteriores — 27,5 x 19 cm — Com um mapa fora do texto — Leuzinger S. A. — Rio de Janeiro — 1937 — (Classificação: livro n.º 1699 — 15 páginas).

— *Limites Brasil-Colômbia* — Homenagens de encerramento dos trabalhos — Discursos proferidos pelos chefes das Comissões Demarcadoras — Ministério das Relações Exteriores — 27,3 x 18,8 cm — Leuzinger S. A. — Rio de Janeiro — 1938 — 16 páginas — (Classificação: livro n.º 1311,14-2.º).

— *Limites Brasil-Suriname* — Ministério das Relações Exteriores — Com mapa fora do texto — 27 x 18 cm — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) — 1939 — Belém — Pará — 24 páginas — (Classificação: livro n.º 1311,12).

— *Limites entre le Brésil et la Guyane Anglaise* — Atlas démonstratif des Droits du Brésil au Territoire contesté par la Grande-Bretagne — 59,5 x 43 cm — Paris — Ducourtioux et Huiflard, Graveurs — Imprimeurs — 1903 — (Classificação: livro n.º 2160).

— *Limites Municipais do Estado do Amazonas* — 15,5 x 23 cm — Livraria Palácio Real — Manaus — Brasil — 1936 — 98 páginas — (Classificação: volume n.º 1587.

— *Madeira Mamoré* (Railway Company) — Consulta e pareceres dos Exmos. Srs. Drs. Rui Barbosa, Clovis Bevilaqua, Sancho Barros Pimentel e Inglês de Sousa. — 30 x 22 cm — Tipografia do *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1913 — 114 páginas — (Classificação: livro n.º 1866).

— *Manaus — Brasil Estado do Amazonas* — Álbum organizado na administração do Prefeito Sr. Antônio Botelho Maia — 18 x 28 cm — Com várias ilustrações fotográficas e quadros estatísticos — (Classificação: livro n.º 4560).

— *Município de Belém* — Coleção de artigos publicados n'*O Jornal* — 28 x 19 cm — Pará — Tipografia Elzeviriana — 1907 — 79 páginas — (Classificação: livro n.º 2665).

— *O Arbitramento Perú-Boliviano em Buenos Aires — O Território Brasileiro do Acre e o Tratado de Limites entre o Brasil e o Perú* — 16,2 x 24 cm — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1910 — 73 páginas — (Classificação: livro n.º 493).

— *O Pará em 1922* — (Exposição Nacional do Centenário) — Produção do Estado, dados e estatísticas — 22 x 16 cm — Publicação Oficial — Belém — Pará — Brasil — Emprêsa Gráfica d'*A Semana* — 1922 — 54 páginas — (Classificação: livro n.º 1654).

— *O Problema Econômico do Norte do Brasil* — A Defesa da Borracha — Oficinas Tipográficas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Rio de Janeiro — 1911 — 9 páginas — (Classificação: volume n.º 1294).

— *Os Servos de Maria na Prelazia do Acre* — Número único publicado por ocasião da Primeira Semana Missionária, no Rio de Janeiro, a 9-17 de Outubro de 1926 — 16 x 23 cm — Villani e Barbero — Rio de Janeiro — 1926 — 82 páginas com gravuras e 2 mapas: 1.º: A situação geográfica do Acre e única via de acesso: Rios Amazonas e Purús; 2.º: Território da Prelazia do Alto Acre e Alto Purús. — (Classificação: volume n.º 957).

— O *Tratado de 8 de Setembro de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Perú* — Completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sôbre o seu comércio e navegação na bacia do Amazonas — 24,5 x 17 cm — com um mapa — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1910 — 191 páginas — (Classificação: livro n.º 2570).

— *Principal Products of Pará,* published by the General Directory of Agriculture, Industry and Commerce — 19,5 x 14,5 cm — Sem indicação da casa impressora — Belém — State of Pará — 1934 — 31 páginas — (Classificação: livro n.º 1777).

— *Productos do Amazonas* — Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, 1933 — Serviço de Propaganda da Associação Comercial do Amazonas — 19,5 x 14,5 cm — Sem indicação da casa impressora — 30 páginas — (Classificação: livro n.º 1777).

— *Question de la Frontière entre la Guyane Britannique et le Brésil* — Mémoire presenté par le Gouvernement de Sa Majesté Britannique — Atlas — 74 x 57 cm — Dressé par Major E. H. Hills, C. M. G., R. E. — (Classificação: livro n.º 2159 — 2 volumes).

—*Questão de Limites entre o Pará e o Amazonas* — O resultado da diligência determinada pelo Supremo Tribunal Federal — 22,5 x 14,4 cm — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — Belém — Pará — 1926 — 20 páginas — (Classificação: livro n.º 1316,13).

— *Question de limites* — Soumise a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie par le Brésil et la Grande-Bretagne. Anexes du Prémier Mémoire du Brésil — 22 x 33,5 cm — 1903 — 5 volumes — 1.º volume: 333 páginas — Texto em português; 2.º volume: 58 páginas — Texto em português; 3.º volume: 355 páginas — Texto em francês; 4.º volume: 62 páginas — Texto em francês; 5.º volume: 38 páginas — Texto em francês — (Classificação: volumes ns. 2157, 2157-II, 2157-III, 2157-IV, 2157-V).

— *Question de limites* — Soumise a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie par le Brésil et la Grande-Bretagne — Annexes du second Mémoire du Brésil — 22 x 33,5 cm — 1903 — 2 volumes — 1.º volume: 231 páginas. 2.º volume: 187 páginas — (Classificação: volumes ns. 2158 e 2158-II).

— *Regulamento da Escola de Serviço Social de Manaus* — 15,5 x 10,5 cm — 14 páginas — (Classificação: livro n.º 1317,7-4.º).

— *Território Federal do Acre* — Prefeitura Municipal de Feijó — Lei orçamentária para 1940 — Administração Raimundo Augusto de Araújo — 22 x 16 cm — Gráfica Acreana — Seabra — Território do Acre — 1940 — 14 páginas — (Classificação: livro n.º 1311,3-3.º).

HEMEROTECA:

Moura, Pedro de — *Fisiografia e geologia da Guiana Brasileira* (Vale do Oiapoque e Região do Amapá) — Com ilustrações e mapas — *Boletim n.º 65 do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil* — 1934 — (Classificação: 75 - G - LXV).

— *Geologia do Baixo Amazonas* — Contendo um mapa geológico — *Boletim n.º 91 do Serviço Geológico e Mineralógico* — 1938 — (Classificação: 75-G-XCI).

— *Possibilidades de petróleo no Território do Acre* — (Conferência realizada a 18 de Dezembro de 1936, no Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia — Com ilustrações e um mapa — *In Mineração e Metalurgia* — Vol. I, n.º 5 — (Classificação: livro n.º 329 — 1 a 5).

— *Reconhecimentos geológicos no vale do Tapajoz* — Com ilustrações — *Boletim n.º 67 do Serviço Geológico e Mineralógico* — (Classificação: 75-G-LXVII).

Muniz, João de Palma — *Limites Municipais do Estado do Pará* — *In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-VIII).

— *Adesão do Grão-Pará à independência* — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano VI — 1922 — Vol. IV — (Classificação: 8, IV).

— *Adesão do Município de Maracanã à Independência* — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano VI — 1922 — Vol. IV — (Classificação: 8, IV).

— *Capítulo V da adesão do Pará à independência até a instituição do govêrno regencial do Brasil* — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano VI — 1922 — Vol. IV — (Classificação: 8, IV).

— *Delimitação intermunicipal do Estado do Grão-Pará — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-IX).

— *Documentos para a história dos municípios do Pará — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano 1932 — 1.º semestre — Vol. VII — (Classificação: 8, VII).

MUNIZ, Palma — *Grenfell na História do Pará 1823-1824 — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-X).

— *Município de Macapá — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano 1933 — Vol. VIII — (Classificação: 8, VIII).

MUSEU BOTÂNICO DO AMAZONAS — *Velosia* — Vol. 1.º — Botânica — 1885-888 — (Segunda edição)

NASH, Roy — *Será conquistável a Amazonia? — In Boletim da União Pan-Americana* — Volume XXVII — Outubro — 1925 — (Classificação: 31-XXVII).

NENÊ MACAGGI — *Polindo o "brilhante verde" do mar-dulce* — Reportagem feita na Prefeitura de Manaus — Com ilustrações — *In Revista da Semana* — Ano XL — N.º 32 — 15 de Julho de 1939 — (Classificação: 3045).

NOGEIRA, José Maria — *Viagem feita pelo autor, Capitão-tenente da Armada Nacional Imperial*, comandante do vapor de guerra Guapiassú, primeiro que subiu o Amazonas — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo 6 — 1865.

OLALA, A. M. — *I — Un viaje a pesquisas zoologicas hacia el Rio Juruá, Estado del Amazonas, Brasil — 1936 — II — Notas de Campo — Observaciones Biológicas — In Revista do Museu Paulista* — (Classificação: 122 A-XXIII-1938).

OLIVEIRA, Avelino Inácio de — *Através da Guiana Brasileira pelo Rio Erepecurú, Estado do Pará* — Contendo ilustrações e mapas — *Boletim n.º 31 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* — 1928 — (Classificação: 75-G-XXXI).

— *Bacia do Rio Branco* (Estado do Amazonas) — Com ilustrações e mapas — *Boletim n.º 37 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* — 1929 — (Classificação: 75-G-XXXVII).

— *Recursos Minerais da Bacia do Rio Branco* (Estado do Amazonas) — Com ilustrações e um mapa — *In Mineração e Metalurgia* — Vol. 1 — N.º 6 — (Classificação: 329-6 a 10).

— *Petróleo — Território do Acre* — Relatório apresentado pelo Diretor do Serviço de Fomento da Produção Mineral — *Boletim n.º 31* — 1938 — (Classificação: 75-G-XXXI).

OLIVEIRA, Eusébio Paulo de — *Sondagens — Pesquisas de petróleo — Estado do Pará — In Relatório Anual do Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* — Ano, 1928 — (Classificação: 75-J-VII).

OLIVEIRA, J. J. Machado de — *Memória da navegação do rio Arinos até a vila de Santarém, Estado do Grão-Pará* — Manuscrito oferecido pelo autor — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 1.º — 1898.

OLIVEIRA ROXO, Matias G. de — *O Vale do Amazonas* — (Julho a Dezembro de 1928) Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura — N.º 17 — Março — 1938.

OLIVEIRA PINTO — *Nova contribuição à ornitologia amazônica — Estudo crítico de uma coleção de aves do baixo Solimões e do alto Rio Negro — In Revista do Museu Paulista* — (Classificação: 122 A-XXIII-1938).

PAIVA, Glycon de — *Alto Rio Branco* — Com ilustrações e mapas — *Boletim n.º 99 do Serviço Geológico e Mineralógico* — 1939 — (Classificação: 75-G-XCCX).

Geologia estratigráfica — Estado do Amazonas — Nota preliminar — *In Relatório Anual do Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* — Ano 1928 — (Classificação: 75-J-VII).

— *Excursão ao Roroimã* — Com ilustrações — *In Geografia* — N.º 4 — Ano II — 1936.

— *Vale do Rio Negro (Fisiografia e geologia)* — Contendo ilustrações e mapas — *Boletim n.º 40 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* — 1929 — (Classificação: 75-G-XL).

PAIXÃO E SILVA, Moacir — *Formação econômica do Amazonas (Período Colonial) — In Anais do 3.º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia* — (Classificação: 274-3.º-II).

PARDÉ, Maurice — *Les variations saisonnières de l'Amazone — In Annales de Géographie* — N.º 257 — Setembro, 1936 — (Classificação: 59-XLV).

PEIXOTO, Domingos Monteiro — *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas na Segunda Sessão da 11.ª Legislatura em 25 de Março de 1873 pelo Presidente da Província — In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1870-73).

— *Fala dirigida à Assembléia Provincial do Amazonas na primeira sessão da 12.ª Legislatura em 25 de Março de 1874 — In Relatórios da Presidência do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1874-77).

— *Relatório* com que entregou a administração da Província ao Exmo. Sr. 1.º Vice-Presidente Capitão de Mar e Guerra NUNO ALVES PEREIRA DE MELO CARDOSO em 16 de Março de 1875 — *In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — 184-K-1874-77).

PENA, Domingos Soares Ferreira — *Cerâmios do Pará — In Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* — (Classificação: 78-B-II).

PEREGRINO JÚNIOR — *Os mocambos do Trombetas — In Mensário do Jornal do Comércio,* tomo III, vol. II, Agôsto de 1938.

PEREIRA DA SILVA, Agesilan — *Fala com que o Presidente da Província do Amazonas abriu os trabalhos da 2.ª Sessão da 13.ª Legislatura da Assembléia da mesma Província em 4 de Junho de 1877 — In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1874-77).

PEREIRA DA SILVA, Raimundo — *Comunicações de Manaus com o Alto Rio Branco* — Com um mapa — *In Revista do Clube de Engenharia,* n.º 49 — (Classificação: 88-XLIX-LII).

— *Comunicações terrestres na região noroeste do Brasil* — Com ilustração — *In Revista do Clube de Engenharia,* n.º 51 — (Classificação: 88-XLIX-LIII).

— *Problemas da Amazônia — In Revista do Clube de Engenharia* — (Classificação: 88-LXVIII).

— *Problemas da Amazônia — In Revista do Clube de Engenharia* — (Classificação: 88-LXVII).

PEREIRA DA SILVA — *O discurso do rio Amazonas e um sentido novo na beleza amazônica* — — Conferência realizada no dia 9 de Outubro de 1941, no Instituto Nacional de Música — *In Conferência e Estudos* — D.I.P. — (Classificação: 134 A-XV).

PEREIRA GUIMARÃES, Clementino José — *Exposição com que o 32.º Vice-Presidente passou a administração da Província do Amazonas ao Presidente Coronel* JOSÉ DE MIRANDA DA SILVA REIS, *em 8 de Junho de 1870 — In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1870-73).

PEREIRA LEAL, Filipe José — *Memória sôbre os acontecimentos políticos que tiveram lugar no Pará em 1822-1823 — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo, 22 — 1859.

PIMENTA BUENO, José Antônio — *Limites do Brasil com o Paraguaí* — (Ofício a ERNESTO FERREIRA FRANÇA, 1844 — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 53 — 1890 — 1.ª Parte.

PINHEIRO, Aurélio — *À Margem do Amazonas* — Vol. 86 — Série 5.ª — *Brasiliana* — Biblioteca Pedagógica Brasileira — 19 x 12,5 cm — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937 — 223 páginas — Com ilustrações — (Classificação: 13-LXXXVI).

PINHEIRO, Enéias Calandrini — *O Curauá — In Boletim do Ministério da Agricultura,* ano 28, ns. 1-6, Janeiro-Junho — 1939.

PINHEIRO, Raimundo — *A obra social do govêrno e o aproveitamento da Amazônia — In Cultura Política* — Ano I — N.º 3 — Revista mensal de estudos brasileiros — (Classificação: 254-III).

— *O papel da escola na obra de aproveitamento da Amazônia — In Cultura Política* — Ano I — N.º 10 — 1941 — Revista mensal de estudos brasileiros — (Classificação: 254-X).

PINKAS, Júlio — *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* — Conferência — *In Revista da Sociedade Brasileira do Rio de Janeiro,* tomo II, 3.º Boletim — 1886.

— *O alto Madeira — In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo III, 4.º Boletim — 1887.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida — *O bispado do Pará — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-V).

PIZÓN, R. Convers — *De Tumaco na Colômbia a Belém do Pará no Brasil* — Com um mapa e ilustrações — *In Boletim da União Pan-Americana* — Outubro — 1940 — (Classificação: 31-XLII).

PÔRTO, P. Campos — *Plantas indígenas e exóticas provenientes da Amazônia, cultivadas no Jardim Botânico — In Rodriguésia* — Revista do Instituto de Biologia Vegetal — Jardim Botânico e Estação Biológica de Itatiaia". — (Classificação: 107-V).

RAIOL, Domingos A. — *Sucessos do ano de 1822 no Grão-Pará — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano VI — 1922 — Vol. IV — (Classificação: 8, IV).

RAMAIANA DE CHEVALIER — *A ressonância de um instante eterno* — Oração pronunciada na noite de 10 de Outubro de 1941, no Palácio Tiradentes, por ocasião da sessão cívica comemorativa do primeiro aniversário do "Discurso do Rio Amazonas" — *In Estudos e Conferências* — D.I.P. — (Classificação: — 134 A-XV).

— *A revalorização da Amazônia* — Conferência realizada no dia 21 de Outubro de 1941, no Palácio Tiradentes — *In Estudos e Conferências* — D.I.P. — (Classificação: 134-A-XV).

REIS, Artur — *A grande aventura de Pedro Teixeira pelas águas do Rio-Rei — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas* — Vol. VI — Ano VI — Ns. 1-2 — 1937-1938.

— *A grande aventura de* PEDRO TEIXEIRA *pelas águas do Rio-Rei — In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Ano VI — Ns. 67 e 68 — (Classificação: LXVII e LXVIII).

REIS, Artur César Ferreira — *A conquista do Acre — In Anais do 3.º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia* — (Classificação: 274-3.º-IV).

— *Casais, soldados e degredados na colonização da Amazônia — In Anais do 3.º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia* — (Classificação: 274-3.º-IV).

RODRIGUES, João Barbosa — *Antiguidades do Amazonas* — Observações sôbre as duas urnas (Figs. 3.ª e 4.ª) descritas e figuradas pelo autor em artigo inserto na Revista — *Ensaios de ciência — In Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* — (Classificação: 78-B-II).

RIBEIRO, Braga — *As Igrejas de Belém — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Vol. VII — Ano 1932 — 1.º semestre — (Classificação: 8, VII).

RICAURTE, Daniel Ortega — *La Hoya Amazônica — La Amazonia* — Com ilustrações — *In Boletim de la Sociedad Geográfica de Colombia* — Bogotá — Abril — 1936 — (Classificação: 41-III — Ns. I, II, III, IV).

RODRIGUES FERREIRA, Alexandre — *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio-Negro com a informação do estado presente — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomos: 48, 1885, Partes, 1.ª e 2.ª; 48, 1886 — 1.ª Parte; 50, 1887 — 2.ª Parte; 51, 1888 — 1.ª Parte.

— *Viagem à Gruta das Onças* — (Manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio honorário o Sr. ANTÔNIO DE MENESES VASCONCELOS DE DRUMMOND) — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 12, 1874.

— *Observações gerais e particulares sôbre a classe dos Mamais, observados nos territórios dos três rios, Amazonas, Negro e Madeira — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía* — N.º 60 — 1934.

ROSSANI, Argentino B. — *Del Arte Escultórico Tapajoara* — Com um mapa e ilustrações — *In Revista Geográfica Americana* — N.º 62 — (Classificação: 15-X).

SAMPAIO, Francisco Havier Ribeiro de — *Apêndice ao Diário da Viagem, que em visita e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente Geral da mesma — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 111-VI).

— *Relação geográfica-histórica do Rio Branco da América Portuguesa* — (Manuscrito oferecido ao Instituto pelo seu sócio correspondente o Sr. ESTÊVÃO RIBEIRO DE RESENDE) — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 13, 1872.

SAMPAIO, Teodoro — *Nota a propósito da interpretação dos litoglifos do Outeiro do Canta-galo, no Alto-Tapajoz — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía,* tomo 59, 1933.

SANDERSON, Ivan — *A journey in Dutch Guiana — In The Geographical Journal* — N.º 6 — (Classificação: XCIII e XCIV-II).

SANT'ANA NERI, Frederico José de — *O povoamento da Amazônia — Conferência feita perante a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na sessão de 9 de Agôsto de 1887 — In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo III, 3.º Boletim, 1887.

SANTA ROSA, Henrique Américo de — *A depressão amazônica e seus exploradores — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — (Classificação: 1-E-2.º).

SANTA ROSA, A. de — *História do Rio Amazonas — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — (Classificação: 1-B-5.º).

SANTILLANA, A. Angulo — *El primier centenario de la creacion del Departamento de Amazonas — 21 de Noviembre de 1932 — In Boletim de La Sociedad Geográfica de Lima*, tomo L — (Classificação: 40-L).

SÃO JOSÉ, João de — *Viagem e visita do sertão em o Bispado do Grão-Pará em 1762 e 1763* — (Manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente Sr. JOAQUIM HELIODORO DA CUNHA RIVÁRA). — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 9, 1869.

SECRETARIA DO CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA — *Orçamentos Municipais para 1940 — Região Geo-Econômica* — Pará — *In Finanças do Brasil*, vol. XI (tomo II) — 1941.

— *Orçamentos municipais para 1940 — Região Geo-Econômica* — Amazonas — *In Finanças do Brasil* — Vol. XI (tomo II) — 1941.

— *Orçamentos municipais para 1940 — Região Geo-Econômica* — Pará — *In Finanças do Brasil*, vol. XI (tomo I) — 1941.

— *Orçamentos municipais para 1940 — Região Geo-Econômica* — Amazonas — *In Finanças do Brasil*, vol. XI (tomo I) — 1941.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS — *Recenseamentos gerais do Amazonas — In Boletim do Ministério das Relações Exteriores* — N.º 11 — (Classificação: 74-F-1940).

SERVIÇO DE PUBLICIDADE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO AMAZONAS — *Resumo histórico dos municípios do Amazonas — In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Ano VII — N.º 77 — (Classificação: LXXVII).

SILVA, Pereira da — *Acontecimentos externos ligados aos sucessos do Grão-Pará — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano VI — 1922 — Vol. IV — (Classificação: 8, IV).

SILVA REIS, José de Miranda — *Exposição com que ao Exmo. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto passou a Administração da Província do Amazonas* — No dia 8 de Julho de 1872 — *In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1870-73).

— *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas na Primeira Sessão da 11.ª Legislatura*, no dia 25 de Março de 1872, pelo Presidente da Província — *In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1870-73).

— *Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas apresentou no Ato da Abertura das Sessões Ordinárias de 1871 — In Relatórios da Presidência da Província do Amazonas* — (Classificação: 184-K-1870-73).

SNETHLAGE, Emília — *A travessia entre o Xingú e o Tapajoz* (com um mapa e estampas I a IV) — *In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-VII).

— *Catálogo das aves amazônicas* (com 6 estampas e 1 mapa) — *In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-VIII).

— *Novas espécies de aves amazônicas das coleções do Museu Goeldi — In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-V-2).

— *Novas espécies de peixes amazônicos das coleções do Museu Goeldi* (segundo os trabalhos do conselheiro Dr. STEINDACHNER) — *In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-V-2).

— *Vocabulário comparativo dos índios Chipaia e Cumahé — In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-VII).

— *Sôbre a distribuição da avifauna campestre na Amazônia — In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-VI).

SOUSA, André Fernandes de, Cônego — *Notícias geográficas da capitania do Rio Negro, no grande rio Amazonas* — Exornadas com várias notícias históricas do país, do seu govêrno civil e político, e de outras cousas dignas de atenção: dedicadas ao Imperador do Brasil o Senhor D. PEDRO I — (Manuscrito autógrafo ofertado ao Instituto pelo sócio efetivo o Sr. Conselheiro JOSÉ ANTÔNIO LISBOA) — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 10, 1870.

SOUSA, Bernardino José de — *O Problema das Fontes do Amazonas — Memória apresentada ao 5.º Congresso Brasileiro de Geografia — In Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia* — (Classificação: 276-5.º-I).

— *Perspectivas internacionais da Amazônia, no quarto século do descobrimento do Rio-Mar* — Conferência realizada em 11 de Março de 1941, no Palácio Tiradentes — *In Estudos e Conferências* — D.I.P. — (Classificação: 134-A-VII).

SOUSA BRASIL, Temístocles Pais de — *Demarcação dos limites entre o Brasil e a Colômbia — Psicologia e ambiente* — Conferência pronunciada na 7.ª sessão do Conselho Diretor, aos 2 de Setembro de 1937 — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo XLV — 1938.

SOUSA, José Henrique — *Águas do Nhamundá* — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas* — Vol. V, ano V, n.º 1-2 — 1935-1936.

STEINEN, Carlos von den — *O rio Xingú.* Observações sôbre a exploração dêste rio, em sessão de 8 de Março de 1887 — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo III, 2.º Boletim — 1887.

— *O rio Xingú* — Conferência feita na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em sessão de 17 de Julho de 1888. *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo IV, 3.º Boletim — 1888.

STUDART, Barão de — *A Independência do Pará* — *In Revista do Instituto do Ceará* — Vol. XXXVIII, ano XXXVIII, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres — 1924.

— *Independência do Pará* — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano 1931 — Vol. VI — 1.º semestre — (Classificação: 8, VI).

STUDER, Theophil — *Exame do material de Canides (cães e raposas) colecionado na região Amazônica pelo Museu Goeldi, no Pará* — (Com duas estampas) — *In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-IV-1).

SUCKOW, Gustavo — *O Rio Branco* — Carta ao *Jornal do Comércio* — (Transcrito desta fôlha). — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo VII, 4.º Boletim — 1891.

TAPAJOZ, Torquato — *Amazonas* — Conferência realizada na sessão de 10 de Outubro de 1889 — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo V, 4.º Boletim — 1889.

— *As correntes do Amazonas e o fenômeno da pororoca* — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo VII, 3.º Boletim — 1891.

— *O Amazonas e a França* — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo VII, 4.º Boletim — 1891.

— *Viagem ao Amazonas, Tabatinga, Cucuí e São Joaquim, passando por Macapá* — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo VIII, 2.º Boletim — 1892.

TEFÉ, Barão de — *Episódios da viagem de exploração às vertentes do famoso rio Javari, afluente meridional do Alto Amazonas* — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo IV, 3.º Boletim — 1888.

TEIXEIRA, José Ferreira — *Possibilidades econômicas da indústria de criação no Estado do Pará* — *In A Lavoura* — Revista da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira — Ano XLIV — Maio-Junho de 1940.

TEIXEIRA, Leopoldo Pena — *Discurso pronunciado por ocasião do encerramento da semana da árvore, no Estado do Pará* — *In Boletim do Ministério da Agricultura,* ano 27, ns. 7-12, Julho-Dezembro — 1938.

TESSMANN, Gunter — *O papel da mulher na cultura amazônica* — *In Revista do Arquivo Municipal* — Ano VI — Vol. LXI — 1939 — (Classificação: 83-LXI).

TIBIRIÇÁ, Rui W. — *Tanga Marajoara* — *In Revista do Arquivo Municipal* — Ano VI — Vol. LXVIII — 1940 — (Classificação: 83-LXVIII).

TOCANTINS, A. M. Gonçalves — *Exploração do rio Trombetas* — Importantes informações prestadas ao Sr. Governador do Estado do Pará, Dr. JUSTO LEITE CHERMONT, e por êste transmitidas à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo VII, 1.º Boletim — 1891.

TÔRRES, Heloísa Alberto — *Arte indígena da Amazônia* — *Com ilustrações* (Classificação: 78-L-VI).

UCHOA, Samuel — *Costumes amazônicos* — *In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Ano II — N.º 14 — (Classificação: 73-XIV).

VARGAS, Getúlio — *Discurso do Rio Amazonas* — (Proferido em Manaus, em 10 de Outubro de 1940, no banquete que lhe ofereceram o govêrno e as classes conservadoras do Estado) — *In Ciência Política* — Boletim mensal — Fascículo III — Vol. III — Rio de Janeiro — Outubro — 1941.

VASCONCELOS, Marina — *Cerâmica do Marajó* — *In Revista do Arquivo Municipal* — Ano V — Vol. LVI — 1939 — (Classificação: 83-LVI).

VASCONCELOS SOBRINHO — *Apreciações sôbre a extremidade norte das florestas orientais brasileiras — In Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica* — 1.º volume — (Classificação: 75-B — 1938-I).

VELARDE, D. Juan Francisco — *O rio Madeira e seus afluentes: as últimas explorações nos rios Beni, Madre de Dios, Orton e Abuná — In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo II, 3.º Boletim — 1886.

VERGARA, Pedro — *O Discurso do Rio Amazonas — In Ciência Política* — Boletim mensal — Fascículo III — Vol. III — Rio de Janeiro — Outubro de 1941.

VERÍSSIMO, José — *As populações indígenas e mestiças da Amazônia — Sua linguagem, suas crenças e seus costumes — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 50, parte 1.ª — 1887.

VIANA, Artur — *As Fortificações da Amazônia — As Fortificações do Pará — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-IV).

— *Festas Populares do Pará — A Festa de Nazaré — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-III).

— *Festas Populares do Pará — A Festa de São Raimundo — In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* — (Classificação: 119-IV).

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Rodrigues — *Ouro no Amapá e linhito no Alto Solimões* — Contendo ilustrações e mapas — *Boletim n.º 8 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil,* 1924 — (Classificação: 75-G-VIII).

VIEIRA, J. Rodrigues — *Relatório do Delegado do Govêrno do Estado do Amazonas,* junto aos credores externos em 9 de Novembro de 1916 — (Classificação: 184-K-1916).

WALLACE, Alfred Russel — *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* — Vol. 156 — Série 5.ª *Brasiliana* — Biblioteca Pedagógica Brasileira — 19 x 12,5 cm — Companhia Editora Nacional — São Paulo, 1931 — 668 páginas — Com ilustrações — (Classificação: 13-CLVI).

ZAHLBRUCKNER, Alexander — *Lichenes amazonici Materialien zu einer Flechten-flora Brasliens — In Boletim do Museu Goeldi* — (Classificação: 124-V-2).

ZIMMERMANN, Maurice — *Le développement du territoire de l'Acre et le chemin de fer Madeira-Mamoré* — Chronique geographique — *In Annales de Géographie* — N.º 11 — 15 Maio — 1911 — (Classificação: 59-XX).

— *La région frontière entre Bolivie et Brésil dans les parages de l'Acre — In Annales de Géographie* — N.º 133 — 15 Janvier, 1916 — (Classificação: 59-XXV).

— *Le chemin de fer Madeira-Mamoré* — Chronique géographique — *In Annales de Géographie* — N.º 127 — 15 Janvier, 1914 — (Classificação: 59-XXIII-XXIV).

— *Acôrdo para a demarcação da fronteira brasileiro-colombiana — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCIX-I).

— *Acôrdo relativo ao protocolo de instruções para a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (classificação: 74-C-I.

— *Acôrdo sôbre limites entre o Brasil, a Colômbia e o Perú — In Boletim da União Pan-Americana* — Vol. XXVII — Junho — 1925 — (Classificação: 31-XXVII).

— *Acre, a terra mais moça do Brasil* — Com ilustrações — *In Revista da Semana* — Ano XL — N.º 32 — 15 de Julho de 1939 — (Classificação: 3045).

— *Adere a província do Grão-Pará à independência completando a Pátria Brasileira — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano VI — 1922 — Vol. IV — (Classificação: 8-IV).

— *A estrada de ferro Madeira-Mamoré e as suas relações com o comércio exterior da Bolívia — In Boletim Comercial* — N.º 8 — (Classificação: 74-H-1934).

— *Amazonas — Os problemas econômicos do Amazonas — O orçamento do Amazonas para 1934 — Os fretes na Amazon River para borracha e castanha — A exportação da borracha amazonense para o Sul — A Amazônia no Japão — In Boletim do Departamento Nacional de Indústria e Comércio* — (Classificação: 73-B-IV-III).

— *Anuário de Estatística do Estado do Pará,* mandado organizar pelo Governador do Estado — 1925-1926 — (Classificação: 167-E-I).

— *As possibilidades econômicas do Pará — In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Classificação: 73-B-III-XI).

— *A economia dos Estados: Pará — In Cultura Política* — Ano I — N.º 11 — 1942 — Revista mensal de estudos brasileiros — (Classificação: 254-XI).

— *A imigração japonesa no Amazonas — In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Vol. VII — N.º 5) — (Classificação: 73-B-VII).

— *À margem do "Discurso do rio Amazonas"* (Entrevista com os intelectuais e estadistas da Amazônia sôbre o discurso do Presidente VARGAS). — *In Cultura Política* — Ano I — N.º 9 — Revista mensal de estudos brasileiros — 1941 — (Classificação: 254-IX).

— *A Prefeitura Apostólica de Tefé — In Jornal do Comércio* — Jubileu de 1925 — (Classificação: 194-XCIX).

— *Castanha — A cultura da castanha — Sua produção e exportação no Estado do Pará — In Boletim Comercial* — N.º 11 — (Classificação: 74-H-1936).

— *Castanha do Pará — In Boletim do Ministério da Agricultura* — Ns. 7-9 — Ano 24 — Julho-Setembro — 1935.

— *Catálogo da coleção de Cerâmica, de Marajó e outros lugares do Amazonas, existente no Museu do Instituto — In Revista do Instituto Histórico de Alagoas* — Vol. XVI, — ano 59.

— *Catálogo dos capitães mores do Pará — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 57, 1894, 1.ª Parte.

— *Classificação obrigatória da borracha amazonense — In Boletim do Ministério das Relações Exteriores* — N.º 13 — (Classificação: 74-F-1941).

— *Comissão de Limites do Brasil com o Perú — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCVII-IV).

— *Comissão de Limites com o Perú — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-LXXXIX).

— *Comissão Mista de Limites Brasileiro-Peruana — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação:74-XCII-I).

— *Comissão Mista de Limites com o Perú — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCIII-I).

— *Comissão Mista Brasileiro-Colombiana Demarcadora de Limites — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CII-I).

— *Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CII-I).

— *Demarcação da fronteira entre o Brasil e a Colômbia — In Boletim da União Panamericana* — Outubro, 1937 — (Classificação: 31-XXIX).

— *Dos rios que desaguam no rio Negro — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 67, 1906, 1.ª Parte.

— *Estado do Pará* — Com ilustrações — *In Revista da Semana* — Ano XL — N.º 32 — 15 de Julho de 1939 — (Classificação: 3045).

— *Estatística — Preços de venda, arrendamento e aforamento das terras no Estado do Pará — In Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* (Publicado pelo Serviço de Informações) — (Classificação: 75-K-XIV).

— *Fibras amazonenses — In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Ano VII — N.º 73 — (Classificação: LXXIII).

— *Fósseis do território do Acre e do Amazonas — In Mineração e Metalurgia* — Vol. V — N.º 27 — (Classificação: 329-23 a 28).

— *Fragmentos da viagem das Amazonas e Rio Negro* (Amazônia) — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 67, 1906, 1.ª Parte — (Classificação:)

— *Fronteira Brasil-Colômbia* (documentos diversos) — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-C-I).

— *Fronteira Brasil-Colômbia — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CIII-I).

— *Fronteira Brasil-Colômbia* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CIV-I).

— *Fronteira Brasil-Guiana Britânica* (documentos diversos) — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-C-I).

— *Fronteira Brasil-Guiana Britânica* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCIX-I).

— *Fronteira Brasil-Guiana Neerlandesa* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CIV-I).

— *Fronteira Brasil-Venezuela* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CIII-I).

— *Fronteira Brasil-Venezuela* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCIX-I).

— *Fronteira com a República do Perú* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-LXXXIII-II).

— *Fronteira com os Estados Unidos de Venezuela* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-LXXXIII-II).

— *Fronteiras do Brasil* (limites com a Guiana Inglesa, a Colômbia, o Perú, a Bolívia) — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: XCIV-I).

— *Index das povoações pertencentes ao Bispado do Pará* — *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 67, 1906, 1.ª Parte — (Classificação:).

— *Informações dos Estados* — *Pará* — *Intercâmbio com o Japão* — *In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Classificação: 73-B-IV-I).

— *Informações dos Estados* — *Pará* — *Produção* — *In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Classificação: 73-B-V-X).

— *Informações dos Estados* — *Pará* — *Industrialização da borracha, castanha e oleaginosas* — *In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Classificação: 73-B-III-XI).

— *Limites (Brasil-Colômbia, Guiana Britânica, Guiana Holandesa, Bolívia)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-VCI-I).

— *Limites (demarcação de tôda a fronteira entre o Brasil e a Colômbia, a Venezuela, o Perú; trabalhos de exploração na zona Norte das Fronteiras)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCVII-I).

— *Limites do Brasil com a República da Bolívia* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-LXXXIII-II).

— *Limites com a Colômbia, Bolívia e com o Perú* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCI).

— *Limites com a Colômbia* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — 74-XCII-I. — (Classificação:).

— *Limites com o Perú* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCI).

— *Limites (fronteiras do Brasil com a Colômbia, a Venezuela, a Guiana Britânica, a Guiana Holandesa)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCIX-I).

— *Limites (fronteiras do Brasil com a Bolívia, o Perú, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana Britânica, a Guiana Neerlandesa)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CIV-I).

— *Limites (fronteiras do Brasil com a Colômbia, Venezuela e Guiana Inglesa)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCVIII-I).

— *Limites (fronteiras do Brasil com a Colômbia, a Venezuela, a Guiana Britânica, a Guiana Holandesa)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-CIII-I).

— *Limites (fronteiras do Brasil com a Guiana Britânica, a Venezuela, a Guiana Holandesa, a Colômbia)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-C-I).

— *Limites do Brasil em geral (Guiana Inglesa, Colômbia, Perú, Bolívia)* — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCV-I).

— *Memorial — Para conservar y augmentar la conquista y tierras del Marañon, y los indios que en ellas conquistó el Capitan Maior Bento Maciel Parente — In Revista do Instituto do Ceará* — Vol. XXI, ano XXI, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º semestres — 1907 — (Classificação:).

— *Migrações de nordestinos para a Amazônia — In Revista de Imigração e Colonização* — (Classificação: 247-II-1).

— *Notas sôbre a geologia acreana — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XCVII-IV).

— *Notícias da Ilha Grande de Joanes dos rios e igarapés que teem na sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas cousas curiosas (Amazônia) — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 67, 1906, 1.ª Parte — (Classificação:).

— *Notícias das festas comemorativas do 1.º centenário da chegada a Belém das tropas do general Andréia, em 13 de Maio de 1836 — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Ano 1936 — Vol. X — (Classificação: 8, X).

— *O Acre desconhecido* — Com ilustrações fotográficas — *O Observador Econômico e Financeiro* — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — (Classificação:).

— *O El Dorado no alto rio Negro* — Com ilustrações — *In Ilustração Brasileira* — Ano XIX — N.º 79 — Novembro — 1941 — (Classificação:).

— *O estabelecimento de Mazagão do Grão-Pará (documento que interessa particularmente à história da colonização do Norte do Brasil, em fins do século XVIII). — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 84, 1918 — (Classificação:).

— *O Oiapoque, divisa do Brasil com a Guiana Francesa à luz dos documentos históricos (Amazônia) — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 58, 1895, Parte 2.ª. — (Classificação:).

— *O rio Xingú* — (Notícias fornecidas por exploradores alemães, dirigidos pelo Sr. Dr. CARLOS VON DEN STEINEN) — *In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* tomo IV, 2.º Boletim — 1888 — (Classificação:).

— *O vale do Amazonas e suas comunicações telegráficas* — Com um mapa fora do texto — *In Revista do Clube de Engenharia* — Ano de 1905 — N.º 13 — (Classificação: 88-XII).

— *Os produtos comerciais do Amazonas e os seus exportadores — In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Vol. VIII — N.º 7) — (Classificação: 73-B-VIII-II).

— *Os japoneses no Pará — Novas directrizes para a imigração japonesa — In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — (Vol. VII — N.º 5) — (Classificação: 73-B-VII).

— *Pará — Exportação de couros e peles paraenses — As plantações de guaraná no Pará — Imigração japonesa no Pará — Companhia Nipônica de Plantação do Brasil no Pará — Os "timbós" — In Boletim do Departamento Nacional de Indústria e Comércio* — (Classificação: 73-B-IV-III).

— *Para o reerguimento econômico da Amazônia — In Boletim do Ministério da Agricultura* — Ano 29 — N.º 11 — Novembro de 1940 — (Classificação:).

— *Pesquisas de petróleo no Território do Acre — In Mineração e Metalurgia* — Vol. 2 — N.º 9 — (Classificação: 329-6 a 10).

— *Reconhecimentos geológicos e sondagens na bacia do Amazonas* — Com ilustrações e mapas — *Boletim n.º 15 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* — 1926 — (Classificação: 75-G-XV).

— *Relação dos mapas e plantas construídas pela comissão mista brasileiro-peruana demarcadora de limites e apresentados ao Ministério das Relações Exteriores com o ofício n.º 14, de 30 de Dezembro de 1927 — In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-XSVII-IV).

— *República da Bolívia — Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* — Protocolo de 28 de Dezembro de 1912, declarando sem efeito o anterior, de 14 de Novembro de 1910, e dando nova direção ao ramal da mesma estrada — *In Relatório do Ministério das Relações Exteriores* — (Classificação: 74-LXXXIII-I).

— *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas povoações dos domínios portugueses em Amazonas e rio Negro ilustrado com a descrição geográfica e natural dos rios que desaguam nos dois nomeados — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 67, 1906, 1.ª Parte.

— *Sistema das demarcações da parte do Norte aprovado por Sua Majestade quanto ao rio Negro — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 67, 1906, 1.ª Parte.

— *Vegetais e seus produtos — Beneficiamento e padronização da borracha amazônica — Instituto Nacional de Tecnologia — In Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio* — Vol. VIII — N.º 5 — (Classificação: 73-B-VIII-I).

ARQUIVO COROGRÁFICO:

RAIMUNDO MORAIS — *Noite de São João* — Contendo ilustrações — (Trabalho sôbre a origem e tradição dessa festa popular) — *In O Estado do Pará* — Belém — 24 de Junho de 1938 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E-11-4-2-1).

— *O Brasil maravilhoso* — Quadros da vida amazônica — Luz e sombra — Peixe que marcha a ré — Contendo fotografias — *In Carioca* — Rio — 10-10-936 — (Classificação: doc. 10 — Pasta B-2-2-3).

— *O Purussaurus — In O Estado* — Niterói — 17 de Março de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta B-1-4-2) (Purús).

— *O Uruá* (molusco do gênero "bulimus", que vive na Amazônia, deslizando entre os sacais e as fôlhas sêcas) — Contendo ilustrações — *In Carioca* — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 1-4-4) (Ilha Marajó).

— *Visão perpendicular da Amazônia — In O Estado do Pará* — Belém — 10-12-939 — (Classificação Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

RAIMUNDO PINHEIRO — *A Belém que ninguém sabe* — Contendo ilustrações — *In Carioca* — Rio de Janeiro — 13 de Setembro de 1941 — (Classificação: Pasta EII 5-4-1) (Belém).

— *O Homem e a flora na Amazônia* — Com ilustrações de ERNAST MOBERG — *In Carioca* — 19-2-938 — (Classificação: doc. Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

— *Santarém* — A rainha do baixo amazonas — Contendo ilustrações — *In Carioca* — 12-3-938 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11 5-4-1) (Santarém).

RIBEIRO, Sabóia — *As nossas capitais* — Rio Branco — Contendo ilustrações — *In Carioca* — 13-6-936 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E22 5-4-1) (Rio Branco).

RICARDO PINTO — *A hora da Amazônia — In Jornal do Brasil* — Rio de Janeiro — 1 de Julho de 1941 — (Classificação: doc. 92 — Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

RODRIGUES, Otávio — *Viagem pela Terra do Ouro...* A região do Amapá onde os rios carregam pepitas nas suas águas — *In A Notícia* — Rio de Janeiro — 30 de Novembro de 1939 — (Classificação: doc. 6 — Pasta E11-8) (Amapá).

ROSA, Isaías — (enviado especial do Globo) — *Manaus, cidade mágica!* A melodia do Amazonas e o encantamento da sua linda capital. — Contendo ilustrações — *In O Globo* — Rio de Janeiro — 16 de Setembro de 1940 — (Classificação: doc. 42 — Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

RUELA, J. — *Indústrias extrativas (Cruzeiro do Sul) — In O Rebate* — Cruzeiro do Sul — 5-11-1939 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E22 6-5-0).

SABÓIA DE MEDEIROS, Fernando — *A navegação do Amazonas — In Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 20 de Outubro de 1935 — (Classificação: Doc. 7 — Pasta B-1-4-2) (Amazônia).

SAMPAIO, Seb — *A Amazônia* — Com ilustração — *In Almanaque Brasileiro Garnier* — 1941 — (Classificação: Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

SCHURZ, W. L. — *O Amazonas* — O Rei das Águas. Tradução de GUILHERME AUGUSTO DOS ANJOS — (Classificação: doc. dactilografado 6 — Pasta B-1-4-2) (Amazônia).

SECÇÃO DE ESTATÍSTICA TERRITORIAL — Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura — Mapa do Território do Acre, com as altitudes das sedes municipais — (Classificação: doc. 4 — Pasta E22 8-0-0).

— Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura — Mapa do Território do Acre, com os rumos de Rio Branco — (Classificação: doc. 5 — Pasta E22 8-0-0).

— Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura — Mapa do Território do Acre, com a distância de Rio Branco em linha reta e em quilômetros — (Classificação: doc. 6 — Pasta E22 8-0-0).

— Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura — Mapa do Território do Acre — escala 1:300.000 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E22 3-3-0).

SERVIÇO DE BIO-ESTATÍSTICA — *A bio-estatística, termômetro do crescimento da cidade — Aspectos demográficos de Manaus, colhidos no Departamento de Estatística do Município — In Diário da Tarde* — Manaus — 4 de Julho de 1940 — (Classificação: doc. 20 — Pasta E3-8) (Manaus).

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA — Departamento dos Negócios Municipais — *Município de Afuá* — Contendo: Limites; População; Nome da sede do Município; Distância de Belém; Meios de comunicação; Principais indústrias; Principais produtos de exportação; Informações gerais; Renda do Município; Movimento escolar; Saúde Pública — (Classificação: doc. dactilografado 2 — Pasta E11-8) (Afuá).

— *Município de Breves* — Contendo: Limites; População; Distância de Belém; Meios de comunicação; Principais indústrias; Principais produtos de exportação; Informações gerais; Renda do Município; Ensino Primário; Saúde Pública — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Breves).

— *Município de Arari,* hoje Ponta de Pedras — Contendo: Limites; População; Nome da sede do município, etc. ... — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Arari).

— *Município de Bragança* — Contendo: Limites; População; Nome da sede do município; Distância de Belém; Meios de comunicação; Principais indústrias; Principais produtos de exportação; Informações gerais; Renda do município; Movimento escolar; Saúde Pública — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Bragança).

— *Município de Baião* — Contendo: Limites; População; Nome da sede do município; Distância de Belém; Meios de comunicação; Principais indústrias; Principais produtos de exportação; Informações gerais; Rendas do município; Movimento escolar; Saúde Pública — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Baião).

— *Município de Castanhal* — Contendo: Limites; População; Distância de Belém; Meios de comunicação; Informações gerais; Principal indústria; Principais produtos de exportação; Renda do município; Ensino primário; Saúde Pública; Melhoramentos introduzidos no município pela Interventoria MAGALHÃES BARATA — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Castanhal).

— *Município de Igarapé-Mirim* — Contendo: Limites; Situação geográfica, etc.... — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8).

— *Município de Irituia* — Contendo: Limites; Situação geográfica, etc.... — (Classificação: doc. datilografado 1 — Pasta E11-8) (Irituia).

— *Município de João Pessoa, hoje Igarapé Assú* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Igarapé Assú).

— *Município de Marabá* — Contendo: Limites; Situação geográfica, etc.... — (Classificação: doc. dactilografado 2 — Pasta E11-8) (Marabá).

— *Município de Maracanã* — Contendo: Limites; Situação geográfica, etc.... — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Maracanã).

— *Município de Marapanim* — Contendo: Limites; Situação geográfica — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Marapanim).

SERVIÇO DE PROPAGANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM — *O aumento da população de Belém — In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Dezembro de 1940 — (Classificação: doc. 11 — Pasta E11-8) (Belém).

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO — *Despopulação no Acre* — Nova e inquietante revelação — *In O Radical* — Rio de Janeiro — 27 de Dezembro de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E22 7-3-1).

SEVERIN, Kurt — *Matança de Jacarés* (Marajó) — Contendo ilustrações — *In A Noite Ilustrada* — (Classificação: doc. 25 — Pasta E11 1-4-4) (Ilha de Marajó).

SILVA, Valentim Alves da — *O Homem do Amazonas — In Diário do Comércio* — São João Del Rei — 7 de Agôsto de 1939 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3 7-1-0).

SOARES DE AZEVEDO — *No Museu de Goeldi* (Pará) — Contendo ilustrações — *In Jornal do Brasil* — 16-7-933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 2-0-0) (Museu Goeldi).

— *Prodígios da selva amazônica* — Contendo ilustrações — *In Revista da Semana* — 23-12-1933 —(Classificação: doc. 6 — Pasta E3 7-1-2).

SOUSA CARNEIRO, Nélson de — *Amazônia esquecida — In Jornal do Brasil* — Rio — 8-9-938 — (Classificação: doc. Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

TAUNAY, Afonso de E. — *Primórdios do café no Pará* — *In Jornal do Comércio* — 7-4-935 — (Classificação: doc. 8 — Pasta E11 6-3-2).

TAVARES, Otávio — *Miniatura amazônica* (Manaus) — Contendo ilustrações — *In Brasil, País de Turismo* — Agôsto-Setembro — 1935 — (Classificação: doc. 53 — Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

TAVARES, Olímpio — *O problema rodoviário da Amazônia* — Contendo ilustrações — *In Fôlha do Norte* — Belém — 8-1-940 — (Classificação: doc. Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

TEIXEIRA, L. Pena — *Amazônia ignota* — *In Correio da Manhã* — Rio de Janeiro — 16 de Outubro de 1941 — (Classificação: Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

TEIXEIRA, Leopoldo Pena — *Castanha do Pará* — A preciosíssima lecitidácea em que ora se alicerça a existência economística da Amazônia — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

TIMÓTEO, Pedro — *A organização administrativa e judiciária do Acre* — Os seus órgãos atuais e as modificações que se impõem — *In Jornal do Brasil* — 2-2-1934 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E22 5-0-0).

— *Reerguimento da Amazônia* — *In Jornal do Brasil* — Rio de Janeiro — 30 de Agôsto de 1940 — (Classificação: Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

T. S. — *Mauá e a Amazônia* — *In Jornal do Comércio* — Rio — 26-10-939 — (Classificação: Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

VASCONCELOS, Júlia C. L. de — *Uma lacuna geográfica* (Divergentes opiniões sôbre a nascente do rio Amazonas) — *In Jornal do Comércio* — 15 de Setembro de 1940 — (Classificação: doc. 37 — Pasta B-1-4-2) (Amazônia).

VIANA, Tenente Arlindo — *O "Pirarucú" do Amazonas e do Pará ou o "Bacalhau do Amazonas"* — Contendo ilustrações — *In Correio da Manhã* — 28-11-937 — (Classificação: doc. 6 — Pasta B-2-2-3).

VIEGAS, F. Uchoa — *Impostos* — Os do "Ver-o-pêso" e sôbre a borracha, em 1838-1939 — *In Fôlha do Norte* — Belém — 2 de Setembro de 1938 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11 6-3-2) (Borracha).

— *O Pará no censo de 1920* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 2 de Junho de 1940 — (Classificação: doc. 7 — Pasta E11-0-0-0).

— *Sacerdotes que serviram no clero do Pará de 1841 a 1846* (Pará) — *In Fôlha do Norte* — Belém — 27 de Agôsto de 1939 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 7-0-6).

VIEIRA, Gastão — *Povilenda Marajoara* (Belém) — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

VINCENZI, N. C. S. de — *Vitória Régia* — No Museu de Paris — Contendo ilustrações — *In O Cruzeiro* — Rio — 5 de Novembro de 1932 — (Classificação: doc. 1 — Pasta B-2-1-3).

VIRGÍLIO CORREIA FILHO — *Descobrindo o Xingú* — *In Jornal do Comércio* — 12 de Abril de 1936 — (Classificação: doc. 1 — Pasta B-1-4-2) (Xingú).

WILCOX, Capitan Norman J. — *Todavia Hay Amazonas* — Contendo ilustrações — *In El Suplemento* — Buenos Aires — 15-5-935 — (Classificação: doc. 2 — Pasta B-1-4-2) (Amazonas).

WILSON, Jack — *Uma viagem pelo rio maior do mundo* — Contendo ilustrações — *In Revista da Semana* — 6 de Abril de 1935 — (Classificação: doc. — Pasta B-1-4-2) (Amazonas).

— *A administração do Estado do Amazonas* — Manaus — *In Vanguarda* — Rio de Janeiro — 16 de Dezembro de 1939 — (Classificação: doc. 32 — Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

— *A Amazônia já está produzindo juta* — Nossas importações somam quase meio milhão de libras — (Extraído do *Correio da Asia* — *In Correio da Manhã* — Rio — 26-6-938 — (Classificação: doc. Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

— *A Amazônia* — *In Correio da Manhã* — *Rio* — 27-12-938 — (Classificação: doc. Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

— *A atividade construtora no Pará* — Alguns dados da obra de ressurreição econômica empreendida pelo govêrno paraense e as iniciativas da administração municipal de Belém, capital do grande Estado do Norte — Contendo ilustrações — *In Correio da Manhã* — Rio de Janeiro — 15 de Junho de 1940 — (Classificação: doc. 40 — Pasta E11 5-4-1) (Belém).

— *A capital amazonense centro de uma vasta zona econômica do Norte* — A navegação, uma das questões mais momentosas e urgentes para a prosperidade amazônica — Contendo ilustrações — *In O Globo* — Rio de Janeiro — 30 de Novembro de 1939 — (Classificação: doc. 26 — Pasta E3-8) (Manaus).

— *Acará, Município de* — Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Acará).

— *Acre, a terra mais moça do Brasil* — Contendo ilustrações — *In Revista da Semana* — Rio de Janeiro — 15 de Julho de 1939 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E22 0-0-0).

— *A cultura do fumo em Bragança* — (Classificação: doc. dactilografado 2 — Pasta E11-8) (Bragança).

— *Admirável surto de progresso e desenvolvimento econômico do populoso município de Maracanã* (Pará) — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *A eterna ambição pelo "El Dorado" brasileiro* — Como o Sr. Ford pretende dominar na Amazônia — O potentado industrial, à frente de um grande sindicato quer a posse da concessão da E. F. Santarém-Cuiabá — *In Jornal do Brasil* — 12 de Janeiro — (Classificação: doc. 8 — Pasta E11 5-4-3) (Fordlândia).

— *A fundação de Gurupatuba ou Monte-Alegre, "Mirante do Amazonas"* — Estudo de reconstituição e retificação histórica — *In Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 31 de Agôsto de 1941 — (Classificação: doc. 8 — Pasta E11-8) (Monte Alegre).

— *Afuá, Município de* — Contendo ilustrações — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Afuá).

— *A ilha de Marajó* (dados sôbre esta ilha) — Contendo ilustrações — *In Fôlha da Manhã* — São Paulo — 11 de Dezembro de 1938 — (Classificação: doc. 16 — Pasta E11 1-4-4) (Ilha de Marajó).

— *Aiuricaua* (chefe índio da defesa da região amazônica) — Contendo fotografia — *In Correio da Manhã* — Rio de Janeiro — 15 de Junho de 1941 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3 4-3-1) (Ajuricaba).

— *Alenquer, notas sôbre o município de* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Alenquer).

— *Almeirim, Município de* — As grandes riquezas do seu auspicioso futuro — Contendo fotografias — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Almeirim).

— *Almeirim, um grande município do Baixo Amazonas, que soergue na administração revolucionária* (Pará) — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *Altamira, Município* — A região que guarda as mais opulentas reservas econômicas. Contendo: Posição, configuração, confrontações e limites; Divisão, superfície e população; Origem do povoamento, evolução social e política; Aspecto e relêvo do solo; Hidrografia; Clima; Riquezas naturais; Lavoura e criação; Indústrias; Comunicação e transporte; Propriedade territorial — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1.º de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Altamira).

— *Altamira e o seu govêrno de paz e tolerância* — Contendo: Aspecto e relêvo do solo; Clima; Riquezas naturais; Comunicação e transporte — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Altamira).

— *Altamira, florão do opulento rio Xingú* — Com uma planta da cidade e algumas fotografias — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1.º de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Altamira).

— *A magnífica situação atual do município de Vigia, com um atestado eloquente da atuação do Major* Magalhães Barata *na interventoria federal do Pará* — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *A momentosa obra da restauração de Belém* — *In A Vanguarda* — Belém — 29 de Novembro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Belém).

— *Anajás* (possibilidades econômicas) — *In Fôlha do Norte* — Belém — Pará — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Anajaz).

— *A navegação do Amazonas* — *In Jornal do Comércio* — 1-6-937 — (Classificação: doc. 10 — Pasta B-1-4-2) (Amazonas).

— *A nova organização sanitária do Pará* — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *A Princesa do Rio Negro* (Manaus) — *In Revista da Semana* — Rio de Janeiro — 25 de Novembro de 1939 — (Classificação: Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

— *A situação econômica do Estado através dos dados irrefutáveis do Departamento Estadual de Estatística* — *In O Estado do Pará* — Belém — 4 de Junho de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 9-3-0).

— *A situação financeira do Pará como índice expressivo da atuação equilibrada e patriótica do Major* MAGALHÃES BARATA, *na interventoria daquele Estado* — Contendo quadros estatísticos — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Através os sertões paraenses* — O regime de trabalho e soerguimento dos municípios do interior do Estado do Pará, como um índice da obra administrativa do Interventor MAGALHÃES BARATA — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— Balão atravessa, atualmente, uma das fases mais importantes de sua vida de município — *In Fôlha do Norte* — *Belém* — 1 de Janeiro de 1941 — Pasta 2 E11-8) (Balão).

— *Barcelos, Município de* — Com: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Estado da população pecuária; Produção municipal; Estado da população; Arrolamento predial; Fontes econômicas; Recursos econômicos; desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo de vida — Contendo ilustrações e dados estatísticos — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Barcelos).

— *Barreirinha, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Estado da população; Arrolamento predial; Pontos econômicos; Recursos econômicos; Vias de transportes e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Custo da vida — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Barreirinha).

— *Belém, a cidade surpresa* — Panorama urbanístico, administrativo e social da encantadora metrópole do Pará — Contendo ilustrações — *In O Globo* — 16 de Agôsto de 1939 — (Classificação: doc. 36 — Pasta E11 5-4-1) (Belém).

— *Belém, a porta maravilhosa da Amazônia* — A capital paraense tomará um aspecto ainda mais atraente, depois de terminada a construção do "Bairro Presidente Getúlio Vargas" — Contendo ilustrações — *In Vanguarda* — Rio de Janeiro — 24 de Dezembro de 1940 — (Classificação: doc. 50 — Pasta E11 5-4-1) (Belém).

— *Belém do Pará, uma cidade que se desenvolve rapidamente* — *In Jornal do Comércio* — Recife — 31 de Dezembro de 1939 — (Classificação: doc. 6 — Pasta E11-8) (Belém).

— *Belém, Município de* — As pedreiras de Quatipurú — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Belém).

— *Belém* — Planta da cidade de — (Classificação: doc. 31 — Pasta E11 5-4-1) (Belém).

— *Belém sob o govêrno do Major* MAGALHÃES BARATA — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Benjamim Constant, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Estado da população; Arrolamento predial; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de Comunicações e Transportes; Desenvolvimentos urbanos; Economia e Finanças; Bens patrimoniais; Custo de vida — Contendo ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E3-8) (Benjamim Constant).

— *Boa Vista do Rio Branco, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Boa Vista).

— *Borba, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Boa Vista).

— *Borba, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Vias de transportes e comunicações; Recursos econômicos; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais — Contendo ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Borba).

— *Bragança e a sua expansão econômica* — *In Estado do Pará* — Belém — 9-4-939 — (Classificação: doc. 7 — Pasta E11-8) (Bragança).

— *Bragança, o Município de* — (Classificação: doc .dactilografado — Pasta 3 E11-8) (Bragança).

— *Bragança, Município de* — Região das mais importantes da zona bragantina (Pará) — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *Breves, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 2 — Pasta E11-8) (Breves).

— *Cachoeira, o grande município pastoril* — *In Estado do Pará* — Belém — 9-4-939 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Cachoeira).

— *Cametá, Município de* — Contendo: Instrução; Saúde; Obras e melhoramentos; Situação financeira; Iluminação pública; (Classificação: doc. dactilografado 3 — Pasta E11-8) (Cametá).

— *Cametá, o mais importante município da zona tocantina* — Com o seu desenvolvimento atual — A situação financeira do município — A instrução pública — Serviço rodoviário — As suas possibilidades econômicas — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *Capanema, município padrão da zona bragantina* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Capanema).

— *Carauari, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Pôrto; Comércio; Indústria; Estabelecimentos comerciais; Estabelecimentos industriais; Agricultura; Pecuária; Recursos econômicos; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo de vida — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Carauari).

— *Castanhal, Município de* — Importante núcleo econômico e progressista — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Castanhal).

— *Coari, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo de vida — Com ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E3-8) (Coarí).

— *Codajaz, Município de* — Contendo: Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da Vida — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Codajaz).

— *Como se apresenta atualmente, o município de Mazagão* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Mazagão).

— *Conceição do Araguaia, a cidade brasileira esquecida* — *In Diário de Pernambuco* — Recife — 2-3-939 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 5-4-1) (Conceição do Araguaia).

— *Curuçá, Município de* — Contendo: Superfície; População; Situação; Limites; Receita em 1938; Despesa em 1938; Produção dos seus principais gêneros em 1938; Circunscrições judiciárias — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Curuçá).

— *Curuçá, Município de* — Cidade rainha do Salgado — Contendo: Superfície; População e limites; Seus principais gêneros; Rodovias e transportes; Realizações municipais; Educação e saúde; Vida social — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Curuçá).

— *Dados interessantes sôbre o município de Maracanã* — *In O Estado do Pará* — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Maracanã).

— *Educar* — Uma das grandes e nobres preocupações do Major Magalhães Barata, no govêrno do Pará — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Estado do Pará* (dados sôbre êste Estado, contendo um mapa e a planta da cidade de Belém) — (Classificação: doc. 5 — Pasta E11 0-0-0).

— *Estado do Pará* — Zonas naturais e agrícolas — Contendo: Zona bragantina; Zona de Tocantins; Zona do Marajó e Ilhas; Zona do Baixo-Amazonas — (Extraída da publicação *Aspectos da Economia Rural Brasileira*) — 1922 — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11 0-1-0).

— *Exportação da borracha pelo pôrto de Belém, desde 1924 a 1931, com os números índices* (base 1924) (Pará) — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta 311-0-0-0).

— *Exportação de algodão pelo Pôrto de Belém,* desde 1924 a 1934, com os números índices (base 1924) — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-0-0-0).

— *Festa do "Círio de Nazaré"* (Pará) — Contendo ilustrações — *In A Noite Ilustrada* — 27-10-1936 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 4-2-1).

— *Fomentando a economia paraense* — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Fonte-Boa, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E3-8) (Fonte-Boa).

— *Fordlândia, a cidade modelar da Amazônia* — Um grande núcleo de trabalho e de progresso (Pará) — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *Gado da ilha de Marajó* — Contendo ilustrações — *In A Noite Ilustrada* — Julho — 1937 — (Classificação: doc. 7 — Pasta E11 1-4-4) (Ilha de Marajó).

— *Gurupá, Município de* — Terra de gente ordeira e boa, onde a fertilidade do solo promete e dá ao homem abundância na colheita, prosperidade e vontade de viver — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Gurupá).

— *Humaitá, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Transportes e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E-3-8) (Humaitá).

— *Igarapé-Assú, uma das comunas mais prósperas do Estado* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Igarapé-Assú).

— *Igarapé-Mirim, Município de* — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (I. Mirim).

— *Igarapé-Mirim* — a promissora riqueza tocantina — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 6 — Pasta E11-8) (Igarapé-Mirim).

— *Impressões sôbre um município paraense* — Salinas, terra enfeitiçante — *In O Estado do Pará — Belém* — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Salinas).

— *Inspetoria de castanhais do Estado* (Pará) — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11 6-3-2) (Castanha).

— *Interessantes informes sôbre as terras longínquas do Trombetas* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Oriximiná).

— *Itaituba limitando-se com o Estado de Mato Grosso — guarda no seu solo inesgotáveis reservas econômicas* — Contendo um mapa geográfico dêste município — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 6 — Pasta E11-8) (Itaituba).

— *Itaituba, Território de* — Contendo ilustrações — *In Revista do Estado do Pará* — Julho de 1934 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Itaituba).

— *Itapiranga, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Economia e finanças; Custo da vida; Vias de transportes e comunicações; Desenvolvimentos urbanos — Com fotografias — (Classificação: doc. 3 — Pasta E3-8) (Itapiranga).

— *João Pessoa, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Bens patrimoniais; Custo da vida; Economia e finanças — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (João Pessoa).

— *Lábrea, Município de* — Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — Com ilustrações — *In O Jornal* — Manaus — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E3-8) (Lábrea).

— *Lançando um olhar sôbre o município de Vigia* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E 11-8) (Vigia).

— *L'État du Pará* (Esquisse geographique) — *In Brasil Album* — Paris — Fevereiro — 1917 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11 0-0-0).

— *Macapá, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Macapá).

— *Macapá, o El-Dorado paraense* — *In Estado do Pará* — Belém — 11-4-939 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Macapá).

— *Manacapurú, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo de Vida — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E3-8) (Manacapurú).

— *Manaus, a jóia do Rio Negro* — Contendo ilustrações — *In O Malho* — Rio de Janeiro — 27 de Dezembro de 1938 — (Classificação: doc. 36 — Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

— *Manaus é uma cidade que renasce* — Ponto atraente de turismo, a capital do Amazonas — Contendo ilustrações — *In O Globo* — Rio de Janeiro — 21 de Setembro de 1939 — (Classificação: doc. 27 — Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

— *Manaus em pleno desenvolvimento* — Aspectos da administração do Sr. PAULO MARINHO — Contendo ilustrações — *In A Noite* — Rio de Janeiro — 13 de Maio de 1941 — (Classificação: doc. 8 — Pasta E3-8) (Manaus).

— *Manaus, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Instituições científicas; Arquivos públicos; Imprensa periódica; Livrarias; Tipografias; Numismática; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — Contendo ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 19 — Pasta E3-8) (Manaus).

— *Manicoré, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Pôrto; Comércio; Indústrias; Recursos econômicos; Desenvolvimentos urbanos; Vias de transporte e comunicações; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 5 — Pasta E3-8) (Manicoré).

— *Marabá, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Marabá).

— *Marabá* — Terra de fabulosas riquezas e progresso trepidante — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Marabá).

— *Marajó* — a famosa ilha fluvial — Contendo ilustrações — *In A Noite Ilustrada* — 27-12-933 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11 1-4-4) (Ilha de Marajó).

— *Marapanim* — O mais importante município da zona do Salgado — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Marapanim).

— *Maués, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Riquezas naturais; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Bens patrimoniais; Economia e finanças; Custo da vida — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Manaus).

— *Mojú* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Mojú).

— *Monte-Alegre* — Colônia Agrícola "Inglês de Sousa" — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Monte-Alegre).

— *Monte-Alegre, Município de* — *In O Imparcial* — Belém — 22-3-939 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Monte-Alegre).

— *Moura, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da Vida — Com ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Moura).

— *Muaná, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Muaná).

— *Navegação* — uma das questões mais momentosas e urgentes para a prosperidade amazônica — Fatores econômicos reclamando maior relêvo e estudo — Contendo ilustrações — *In Fôlha do Norte* — *Belém* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 6 — Pasta E3 6-0-0).

— *Notas sôbre o município de Itaituba* — *In O Estado do Pará* — Belém — 25 de Dezembro de 1940 — (Classificação: doc. 5 — Pasta E11-8) (Itaituba).

— *Novo Eldorado, nas selvas do Pará* — *In O Globo* — Rio de Janeiro — 15 de Agôsto de 1939 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Marabá).

— *O abastecimento de águas de Belém* — (Classificação: doc. dactilografado 2 — Pasta E1-8) (Belém).

— *O Acre no domínio do folclore* — *In Almanaque Brasileiro Garnier* — 1941 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E22 7-2-0)

— *Óbidos, Município de* — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Óbidos).

— *Óbidos* — Sentinela da Amazônia e o seu futuro progresso no Estado Novo — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Óbidos).

— *O desenvolvimento econômico e material do município de João Pessoa,* como uma demonstração das mais impressivas da fase de trabalho e progresso, inaugurado no Pará, com o govêrno MAGALHÃES BARATA — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *O frio na Amazônia* — *In Correio da Manhã* — Rio — 7-1-940 — (Classificação: doc. — Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

— *O humorismo a serviço das grandes causas* — Um grito desprendido de Brasílea no extremo da fronteira noroeste — *In O Imparcial* — Rio de Janeiro — 24 de Maio de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E22-8) (Brasílea).

— *O Município de Castanhal desvendando amplos horizontes de prosperidades ao influxo das iniciativas fortes e concientes* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 7 — Pasta E11-8) (Castanhal).

— *O Município de Maracanã,* possuindo uma lavoura abundante, contribue eficientemente para o balanço comercial paraense — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Maracanã).

— *O município de Muaná e as suas possibilidades econômicas* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 11 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Muaná).

— *O Museu Goeldi* (Pará) — Notícia sôbre os melhoramentos que se farão neste Museu — *In Diário de Notícias* — Rio de Janeiro — 20 de Julho de 1940 — (Classificação: doc. 5 — Pasta E11 2-0-0) (Museu Goeldi).

— *Onde o Brasil começa* (Amapá) — Contendo ilustrações — *In Vida Doméstica* — Janeiro de 1932 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Amapá).

— *O Pará, no primeiro quinquênio incompleto do govêrno do Dr.* MALCHER — Pará: a modernização da sua capital — Pará: a defesa da saúde — Pará: suas riquezas principais — Pará: a instrução pública — Pará: seus fatores de progresso — Pecuária do Pará — Contendo ilustrações — *In Vida Doméstica* — Novembro de 1939 — (Classificação: doc. 42 — Pasta E11 5-4-1) (Belém).

— *O que é o município de Anajaz* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E11-8) (Anajaz).

— *Oriximiná, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Oriximiná).

— *Oriximiná* — um pedaço feliz da terra paraense — *In Fôlha do Norte* — Belém — 3 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Oriximiná).

— *Os prodígios da Amazônia* (fotografia na qual se vê uma criança flutuando sôbre uma fôlha de vitória régia, no Jardim Botânico de Londres) — *In Eu Sei Tudo* — Rio — Janeiro de 1932 — (Classificação: doc. 3 — Pasta B 2-1-3).

— *Os mistérios da Amazônia* — Contendo ilustrações — *In A Gazeta* — São Paulo — 8 de Junho de 1941 — (Classificação: doc — Pasta B 0-1-1) (Amazônia)

— *Os municípios do Acre* — *In Jornal do Brasil* — Rio de Janeiro — 7 de Setembro de 1940 — (Classificação: doc. 8 — Pasta E22 8-0-0).

— *O tricentenário de Cametá* — *In A Noite* — 6-1-936 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 5-4-1) (Cametá).

— *Pará* — sua riqueza comercial e industrial — O surto da sua economia — A administração do atual govêrno — *In Correio Português* — Rio de Janeiro — 2 de Novembro de 1940 — (Classificação: doc. 5 — Pasta E11 9-3-0).

— *Parintins, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta — População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Bens patrimoniais; Custo da vida; Economia e finanças — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Parintins).

— *Percorrendo um dos mais interessantes bairros da capital* — A Pedreira de ontem e a Pedreira de hoje — Como começou êste bairro — Com ilustração — *In O Estado do Pará* — Belém — 25 de Dezembro de 1940 — Classificação: doc. 53 — Pasta E11 5-4-1) (Belém).

— *Portel, Município de* — *In Fôlha do Norte* — Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Portel).

— *Pôrto Velho, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Riquezas naturais; Vias de transporte e comunicações; Economia e finanças; Desenvolvimentos urbanos e comunicações; Bens patrimoniais; Custo de vida — Com ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Pôrto Velho).

— *Prainha, o futuroso município de* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Prainha).

— *Problemas centrais do Brasil* (os problemas da Amazônia) — *In A Manhã* — Rio de Janeiro — 9 de Outubro de 1941 — (Classificação: Pasta B-0-1-1) (Amazônia).

— *Ressurgimnto de Anajaz* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Anajaz).

— *Salário mínimo* — Proposta apresentada pela União de Sindicatos dos Proletários de Belém, à Comissão de Salário Mínimo (Pará) — *In Fôlha do Norte* — Belém — 24 de Setembro de 1939 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11 7-0-0) (Nível de vida).

— *Salinas e sua administração pública* — *In O Estado do Pará* — Belém — 21 de Setembro de 1941 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Salinas).

— *Santa Isabel, Município de* — Contendo: Divisão administrativa; Divisão judiciária; Fontes de receita; Iluminação e limpeza; Instrução; Comunicações; Próprios municipais; Arrecadação municipal — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Santa Isabel).

— *Santa Maria da Bôca do Acre, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Bôca do Acre).

— *Santarém* — Contendo: Obras e melhoramentos; Nova usina de eletricidade — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Santarém).

— *Santarém* — (Classificação: doc. dactilografado 2 — Pasta E11-8) (Santarém).

— *Santarém, sua história, sua evolução e seu progresso trepidante* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1941 — (Classificação: doc. 7 — Pasta E11-8) (Santarém).

— *Santarém*, vice capital do Estado — *In Fôlha do Norte* — Belém 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 5 — Pasta E11-8) (Santarém).

— *São Caetano de Odivelas* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (São Caetano de Odivelas).

— *São Domingos do Capim, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (São Domingos do Capim).

— *São Miguel do Guamá* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (São Miguel do Guamá).

— *São Miguel do Guamá, Município de* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (São Miguel do Guamá).

— *São Paulo de Olivença, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — Com ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (São Paulo de Olivença).

— *Serviço de abastecimento de água à cidade de Belém* — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Siqueira Campos, Município de* — (Capanema) — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Capanema).

— *Siqueira Campos,* (hoje Capanema) *o populoso município da zona bragantina, numa fase de evidente desenvolvimento econômico* — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *Sob um ambiente de paz e de trabalho prospera Ponta de Pedras* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11-8) (Ponta de Pedras).

— *Soure, a mais bela cidade marajoara* — *In O Estado do Pará* — Belém — 9 de Abril de 1940 — (Classificação: doc. 5 — Pasta E11-8) (Soure).

— *Soure, Município de* — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E11-8) (Soure).

— *Soure* (resumo sôbre...) — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11-8) (Soure).

— *Tefé, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E3-8) (Tefé).

— *Território do Acre* — *Histórico* — Contendo ilustrações — *In Kosmos* — Fevereiro de 1905 — (Classificação: doc. 3 — Pasta E22 0-0-0).

— *Trilhos nacionais para a Fordlândia* — A "Santarém-Cuiabá" solucionará o problema da borracha — O grande empreendimento ferroviário intimamente ligado, em múltiplos aspectos, à siderurgia brasileira — Contendo mapas — *In Meio Dia* — Rio de Janeiro — 29 de Outubro de 1940 — (Classificação: doc. 12 — Pasta E11 5-4-3) (Fordlândia).

— *Uma das mais belas cidades brasileiras* — Surpresas que ao turista oferece a capital amazonense (Manaus) — Contendo ilustrações — *In Jornal do Brasil* — 9 de Agôsto de 1936 — (Classificação: doc. 20 — Pasta E3 5-4-1) (Manaus).

— *Uma organização progressista e inteligente* — Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Ltd. — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Um grande centro de trabalho* — A "Companhia de Eletricidade Paraense Limitada", um fator da evolução econômica-social da capital do grande Estado do Norte (Pará) — Contendo ilustrações — *In Diário de Pernambuco* — 3.ª Secção — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 4 — Pasta E11 0-0-0).

— *Um fator do desenvolvimento econômico do Pará* — Contendo ilustração — *In Diário de Pernambuco* — 13 de Abril de 1933 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11 0-0-0).

— *Um pouco de Santa Isabel e do muito que ali se faz* — *In Pará Ilustrado* — Belém — 25 de Março de 1939 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E11 5-4-1) (Santa Isabel).

— *Urucará, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População relativa; População absoluta; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Recursos econômicos; Riquezas naturais; Vias de transporte e comunicações; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Custo da vida — Com ilustrações — *In O Jornal* — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E3-8) (Urucará).

— *Urucurituba, Município de* — Contendo: Histórico; Superfície; População absoluta; População relativa; Educação e cultura; Saúde; Religião; Fontes econômicas; Desenvolvimentos urbanos; Economia e finanças; Bens patrimoniais; Custo da vida; Recursos econômicos; Vias de comunicações e transporte — *In A Tarde* — Manaus — 19 de Fevereiro de 1940 — (Classificação: doc. 2 — Pasta E3-8) (Urucurituba).

— *Vitória Régia* (Amazônia) — Contendo ilustrações — *In Revista da Semana* — Rio — 19 de Maio de 1932 — (Classificação: doc. 2 — Pasta B-2-1-3).

— *Viseu, Município de* — *In Fôlha do Norte* — Belém — 1 de Janeiro de 1940 — (Classificação: doc. 1 — Pasta E11-8) (Viseu).

— *Zonas naturais e agrícolas* (do Amazonas) — Compreendendo: Zona do Baixo Amazonas, Zona do Rio Madeira, Zona do Rio Negro, Zona do Rio Branco, Zona do Rio Solimões, Zona do Rio Purús, Zona do Rio Juruá — (Classificação: doc. dactilografado 1 — Pasta E3 0-1-1).